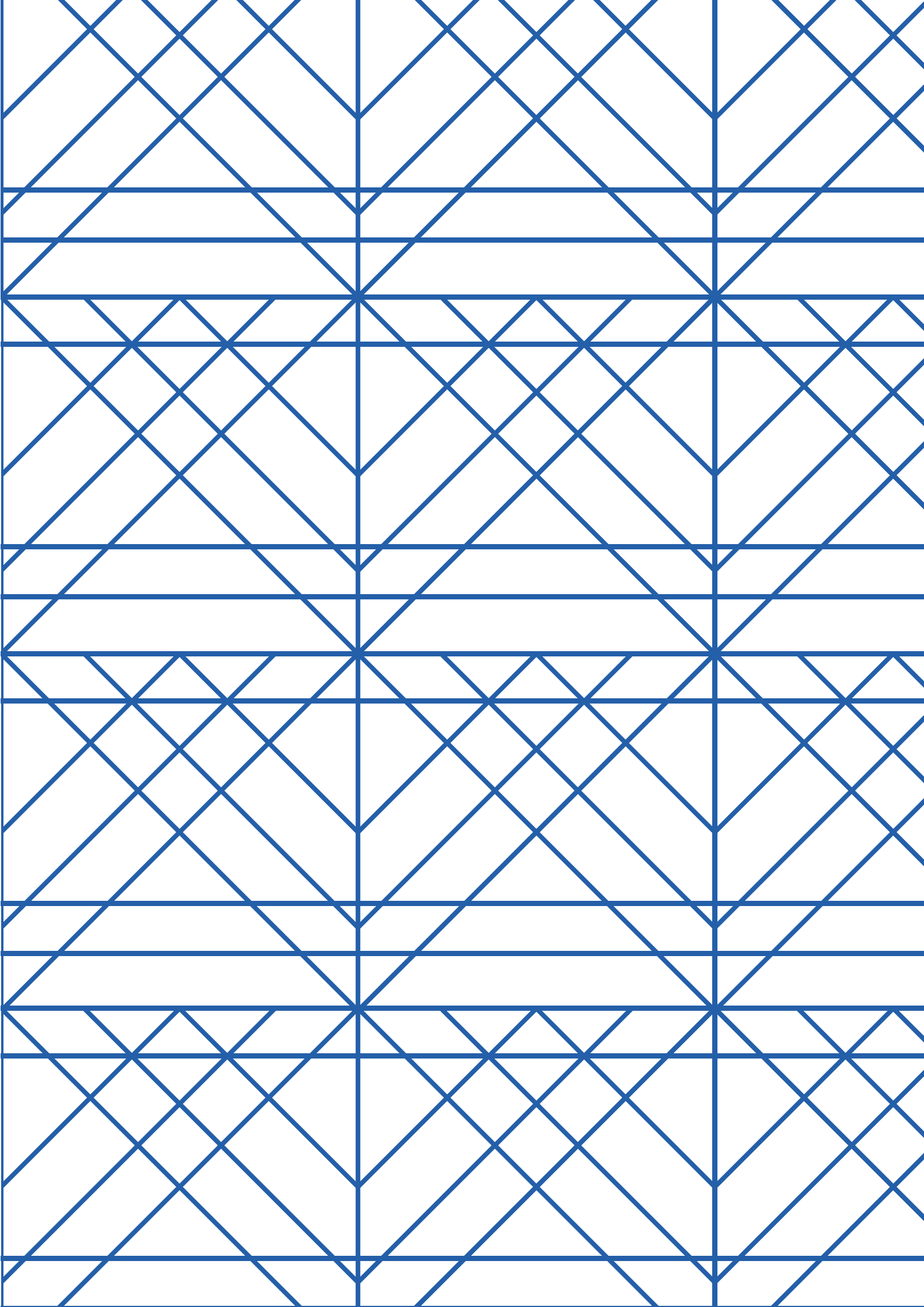
Fazenda Glória



arquitetura, cotidiano
e paisagem rural no município
de Taquaritinga-SP

MATEUS
AZADINHO
MICALLI



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Fazenda Glória
arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP

VERSÃO CORRIGIDA

Mateus Azadinho Micalli

Dissertação apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci

SÃO CARLOS-SP
2022

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM619f Micalli, Mateus Azadinho

Fazenda Glória: arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP / Mateus Azadinho Micalli; orientadora Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. -- São Carlos, 2022.
400 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Arquitetura, cotidiano e paisagem rural. 2. Família Barretto. 3. Fazenda Glória-Taquaritinga-SP. 4. Fazenda de café. I. Pereira de Castro e Silva Bortolucci, Maria Angela, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2: Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo – CRB – 8/8229

Diagramação e capa por Elson Morais e João Faissal/ Neopop Imaginária

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: **Mateus Azadinho Micalli**

Título da dissertação: "Fazenda Glória: arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP".

Data da defesa: **06/04/2022**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

Comissão Julgadora: **Resultado:**

Profa. Dra. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci **Não votante**
(IAU/USP)

pp. **Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade** APROVADO
(IAU/USP)

pp. **Prof. Dr. Vladimir Benincasa** APROVADO
(UNESP)

pp. **Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima** APROVADO
(UFS)

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais pelo constante apoio, carinho,
e por me permitirem sonhar.

"Sonhe com aquilo que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida
e nela só se tem uma chance
de fazer aquilo que quer.

Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.

As pessoas mais felizes não tem as melhores coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.

A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passaram por suas vidas".

Clarice Lispector

Sonhei. Tentei. Tive dificuldades. Persisti e aproveitei as oportunidades. Aprendi que a felicidade se encontra no caminho e não no final de tudo o que fazemos.

Hoje, enfim, realizo mais um sonho!

AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que finalizo mais uma etapa de minha formação... Confesso que quando ingressei na pós-graduação, em 2018, acreditava que poderia desenvolver minha pesquisa sem precisar do auxílio de muitas pessoas – hoje percebo o quanto estava enganado! Foi através de uma caminhada repleta de incertezas, indefinições, frustrações, mas também de alegrias, satisfações e do estender de mãos de várias pessoas, que produzi esta dissertação. Portanto, neste momento, procuro citar e agradecer ao menos parte das pessoas que me ouviram, deram conselhos e compartilharam momentos e experiências comigo.

Primeiramente aos meus pais, Ronaldo e Marilda, e a Tia Silvia, minha segunda mãe, por terem me dado condições de sonhar. Fiquem tranquilos... Está tudo bem se vocês não compreendem ao certo o porquê de meu interesse pelo universo da pesquisa, nem por eu me deslocar por caminhos de terra e canaviais para chegar até fazendas antigas, tampouco meu interesse pelo patrimônio cultural – seja lá o que isso quer dizer, não é mesmo? Enfim, essa conquista também é de vocês e fico muito contente por poderem ver seu filho/sobrinho se tornar mestre em arquitetura e urbanismo!

À minha orientadora, Maria Angela Bortolucci, por ter me acolhido e confiado em meu potencial desde o dia em que nos conhecemos. Muito obrigado pela inesgotável paciência, generosidade, por sempre ter estado presente e compreendido minhas limitações. Acredito que foi graças ao seu jeito calmo, bem-humorado e confiante que me senti motivado a sair de minha zona de conforto e a enfrentar minhas inseguranças. Sinto que palavras nunca serão suficientes para expressar minha gratidão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (PPG/IAU), que me auxiliaram nestes últimos anos, em especial: Lucia Zanin Shimbo e Tomas Antonio Moreira, não somente por terem ministrado a disciplina de Métodos de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, mas também pelas indicações em assuntos relacionados à área acadêmica; Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Paulo Yassuhide Fujioka, por terem participado como membros de comissões julgadoras de minha pesquisa, primeiramente no 6º Seminário de Acompanhamento de Mestrado e Doutorado do PPG/IAU, em março de 2019 , e, no caso de

Prof. Carlos, em minha banca de Qualificação, que ocorreu em setembro de 2019; a Marcel Fantin e Eulalia Portella Negrelos por terem me escolhido para o estágio supervisionado pelo Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) em uma de suas disciplinas, momento em que adquiri experiência e confiança sobre o caminho que escolhi. Muito obrigado pelos conselhos, sugestões, críticas e elogios.

A todos os funcionários do IAU pela atenção e toda a ajuda prestada nestes últimos anos, especialmente a Mara Lino, Flávia Macambyra, Ana Paula Sampaio Fregona, Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo, Cleverci Aparecida Malaman e Vilma Del Grossi Coutinho.

Agradeço aos docentes de outras instituições que, na mesma medida, me auxiliaram: Vladimir Benincasa, da FAAC-Unesp de Bauru-SP, por ter sido um dos membros da banca julgadora de minha Qualificação, pelas indicações, contatos, conselhos e troca de experiências; Teresa Cristina Tarlé Pissarra, da FCAV-Unesp de Jaboticabal-SP, pela colaboração em assuntos relacionados ao córrego da fazenda Glória e da microrregião; Vitor Corrêa de Mattos Barretto, da FCAT-Unesp de Dracena-SP, por ter contribuído para que eu mantivesse contato com seus familiares e herdeiros da fazenda Glória; Luzia Sigoli Fernandes Costa, da UFSCar, e Sonia Maria Troitiño Rodriguez, da FFC--Unesp de Marília-SP, pelo auxílio na leitura e compreensão de informações documentais no âmbito da paleografia; a Carolina Chaves, da UFS, Pedrianne Barbosa de Souza Dantas, da UNIT, e Luiz Roberto de Barros Mott, da UFBA, pelas indicações, sobretudo bibliográficas, sobre o estado de Sergipe.

Não poderia deixar de agradecer aos atuais herdeiros da fazenda Glória, especialmente a dois deles, os primos Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto (Tetê) e Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto (Sr. Barretto), os quais tive o prazer de conhecer e manter contato ao longo destes últimos anos. Foi somente através do seu "sim" e por terem aberto as portas para mim, que foi possível realizar esta pesquisa. Muito obrigado pela confiança e oportunidade!

Aos ex-funcionários e moradores da fazenda Glória pela, ainda que breve, convivência e por terem permitido que eu compreendesse aspectos relacionados ao seu passado, em especial: Sr. Adauto, Sra. Maria, Antônio Carlos, Lucinéia, Arthur, Letícia e demais membros da família Sanches de Taquaritinga, Monte Alto e Jaboticabal; Sr. Vicente, Sra. Maria e outros integrantes da família Cedroni, a Benedito (Tô), José Aparecido (Neno) e demais membros da família Almeida Lima, ambas de Taquaritinga; e também aos atuais funcionários/colaboradores da fazenda Glória, Thiago Fernando Teixeira Nantes e Rogério Cedroni, que em minhas visitas não mediram esforços para me auxiliar nos levantamentos.

Pela generosidade de pessoas especiais, principalmente a: Sr. Jan e Marina Rossetti Barretto Ribeiro, da fazenda Nova, Flávio Salles Machado Filho e Sra. Maria Lúcia Barretto Prado Salles Machado, da fazenda Morro Azul, ambas de Mococa-SP, pela indicação de contatos e informações sobre a família Barretto; Dr. Décio Luiz Malta Campos, da fazenda Santa Maria do Monjolinho, de São Carlos-SP, pelas informações técnicas relacionadas ao processo produtivo de uma propriedade cafeeira, assim como pelo apoio de Sra. Vera Regina Zavaglia Malta Campos e Sara de Jesus Silva; a Sr. Francisco Palhares Filho (In Memoriam), Sr. Milve Peria (In Memoriam), Adelmo Pereira Marques Júnior (Adelminho), Luiz Vieira de Carvalho Neto (Monô), Dr. Luiz José Bassoli (Luizinho) e ao padre João Francisco da Silva, conterrâneos que auxiliaram em assuntos relacionados a sua área de formação e/ou atuação, no fornecimento de contatos e informações sobre o município de Taquaritinga-SP e da fazenda Glória; e a Renata Morzele Coldebella, de Joinville-SC, pelo acompanhamento psicológico e por contribuir, através da tão necessária, mas ainda tão julgada terapia, para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos amigos e companheiros do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (PCT), em especial a aqueles que mais me auxiliaram: Ana Carolina Gleria Lima, Camila Gomes Sant'Anna, Joana D'Arc de Oliveira, Marcus Vinicius Dantas de Queiroz, Marina Lages Gonçalves Teixeira, Mateus Rosada, Natália Capellari de Rezende, Rodrigo Sartori Jabur e Rosemary Lopes Rodrigues. A todos vocês, assim como os demais membros do grupo, agradeço pela convivência e amizade nestes últimos anos.

Aos profissionais, qualificados e dedicados, com quem tive a honra de trabalhar para a finalização deste trabalho, como: João Faissal e a toda a equipe da Neopop Imaginária, de João Pessoa-PB, responsáveis pelo design e diagramação deste livro; Gabriela Rocha Rodrigues, de Pelotas-RS, professora e corretora de língua portuguesa; e Renata Ferrari Novato, de língua inglesa.

Agradeço a minha companheira, Beatriz Angélico, pelo apoio, confiança e compreensão, nos vários momentos em que precisei me ausentar para me dedicar a pesquisa. Talvez só nós dois saibamos o quanto foi difícil, mas, por fim, concordamos que todo o sacrifício valeu a pena. Obrigado, meu amor, por ter sempre estado ao meu lado!

À Comissão Coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE) do IAU, por ter me dado a oportunidade de realizar estágio supervisionado em uma das disciplinas de graduação e pela concessão de uma bolsa entre os meses de janeiro a julho de 2019.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido a partir de dezembro de 2019, que viabilizou a realização desta pesquisa.

RESUMO

MICALLI, Mateus Azadinho. Fazenda Glória: arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2022.

Estuda a arquitetura e o cotidiano da Fazenda Glória, um antigo núcleo rural cafeeiro do município de Taquaritinga-SP, bem como a paisagem em que está inserido. A fazenda Glória está localizada na região de Araraquara-SP e fez parte do contexto de expansão da cafeicultura do interior paulista, foi instalada ainda nas primeiras décadas do século XX, adquirida por Lucino Freire de Mattos Barretto em abril de 1921, e ainda pertence a seus herdeiros há quase um século. Inclui a reconstituição da trajetória do fazendeiro e de sua família desde quando eram senhores de engenho na antiga região açucareira do Vale do Cotinguiba, na província de Sergipe d'El Rey, passa pelo momento em que emigraram e se fixaram, entre outras localidades, em Mococa-SP, em fins do século XIX, até a partida de alguns membros para a região de Araraquara, detendo-se no caso de Lucino Barretto até a fazenda Glória, em Taquaritinga. O estudo tem como objetivo a compreensão das características arquitetônicas, construtivas e o estado de preservação, a utilização diária do conjunto edificado e espaços construídos, assim como a percepção da paisagem em que a propriedade rural está inserida. Toma como metodologia a pesquisa histórica com base nas proposições de Bernard Lepetit e Sandra J. Pesavento. Ainda, é sustentado teoricamente em autores como, Carlos A. C. Lemos, Daici C. A. de Freitas, Emília V. da Costa, Vladimir Benincasa, Joana D'Arc de Oliveira, Rafael W. Ribeiro, Vladimir Bartalini, Flávia B. do Nascimento, Simoni Scifoni; e nas publicações de pesquisadores e memorialistas locais que estudaram o estado de Sergipe e o município de Mococa, como Manoel A. C. Guaraná, Maria da Glória S. de Almeida, Maria T. Nunes, Humberto de Queiroz, Edgard Freitas, Carlos A. Paladini. Utiliza documentos físicos e digitais, como jornais, almanaques, iconografias, mapas etc., adquiridos junto a arquivos públicos e privados, cartórios de registros e bibliotecas; como também a observação de campo e levantamentos métricos e fotográficos realizados in loco; e realiza entrevistas com pessoas que têm, ou tiveram, contato com o objeto de estudo. Colabora para um maior conhecimento e reconhecimento do núcleo rural paulista, do panorama arquitetônico e do cotidiano do período cafeeiro no município de Taquaritinga e, igualmente, para complementar informações a respeito da família Barretto, vinda da província de Sergipe, atraída pelas oportunidades oferecidas pela expansão da cafeicultura no interior paulista.

Palavras-chave: Arquitetura, cotidiano e paisagem rural. Família Barretto. Fazenda Glória--Taquaritinga-SP. Fazenda de café.

ABSTRACT

MICALLI, Mateus Azadinho. Fazenda Gloria: rural architecture, daily life and landscape in the municipality of Taquaritinga-SP. Dissertation (Master's degree in Theory and History of Architecture and Urbanism). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2022.

This dissertation studies the architecture and daily life of Fazenda Gloria, an old farm in the coffee-growing nucleus in the municipality of Taquaritinga-SP, as well as the landscape in which it is inserted. The farm is in the region of Araraquara-SP and was part of the coffee growing expansion in the countryside of the state of São Paulo. It was installed in the first decades of the 20th century, acquired by Lucino Freire de Mattos Barretto in April 1921, and has belonged to his heirs for nearly a century. This study includes the reconstitution of the farmer and his family's trajectory since the time they were planters in the former sugar region of Vale do Cotinguiba, in the province of Sergipe d'El Rey, passing through the moment they emigrated and settled, among other locations, in Mococa-SP at the end of the 19th century, until the departure of some members to the region of Araraquara, stopping in the case of Lucino Barretto until his arrival at Fazenda Gloria in Taquaritinga. The study also aims to understand the architectural and constructive characteristics, the state of preservation, and the daily use of its built complex and spaces, as well as the perception of the landscape in which the rural property is inserted. Moreover, it uses historical research as a methodology and is based on the propositions of Bernard Lepetit and Sandra J. Pesavento. It is still theoretically supported by authors, such as Carlos A. C. Lemos, Daici C. A. de Freitas, Emília V. da Costa, Vladimir Benincasa, Joana D'Arc de Oliveira, Rafael W. Ribeiro, Vladimir Bartalini, Flávia B. do Nascimento, Simoni Scifoni; and in the publications of researchers and local memorialists who studied the state of Sergipe and the municipality of Mococa, such as Manoel A. C. Guaraná, Maria da Glória S. de Almeida, Maria T. Nunes, Humberto de Queiroz, Edgard Freitas, Carlos A. Paladini. It uses physical and digital documents, such as newspapers, almanacs, iconographies, maps etc., obtained from public and private archives, registry offices and libraries; as well as field observations, and metric and photographic surveys carried out in loco; besides the interviews with people who have, or had, contact with the object of study. It also contributes to increase the knowledge and recognition of the rural nuclei of São Paulo, the architectural overview and the daily life of the coffee growing period in the municipality of Taquaritinga, and to complement information about the Barretto family that came from the province of Sergipe and was attracted to the opportunities offered by the expansion of coffee growing in the countryside of São Paulo.

Keywords: Architecture, daily life and rural landscape. Barretto family. Gloria farm-Taquaritinga-SP. Coffee farm.

LISTA DE SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira de Viagens
ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Preservação Permanente
ARL - Área de Reserva Legal
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ - Comissão de Constituição de Justiça
CDMA - Comissão de Defesa do Meio Ambiente
CNUC - Cadastro Nacional das Unidades de Conservação
COGEP - Coordenadoria de Gestão de Pessoas de São Paulo
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DPAA - Departamento de Planejamento Ambiental Aplicado
DPAE - Departamento de Planejamento Ambiental Estratégico
DPH - Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo
DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FAAC-Unesp - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, campus de Bauru.
FCAT-Unesp - Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas, campus de Dracena
FCAV-Unesp - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus de Jaboticabal
FFC-Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília
FGV - Fundação Getúlio Vargas
IAU - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMT - Organização Mundial de Turismo
PCT - Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios
PIB - Produto Interno Bruto
PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo
SMA - Secretaria do Meio Ambiente
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SRBM - Sítio Roberto Burle Marx
TFG - Trabalho Final de Graduação
UCs - Unidades de Conservação
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UGRHI - Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIT - Universidade Tiradentes
USP - Universidade de São Paulo
WTTC - World Travel and Tourism Council

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta Corographica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, com destaque para a região da Cotinguiba - p.44-45.
Figura 2: Nova Divisão Hidrográfica de Sergipe, 2016, com destaque para a hidrografia e os principais núcleos populacionais da antiga região da Cotinguiba - p.46
Figura 3: Indicação das localidades de passagem, ou de permanência, de membros da família Barretto no território do estado de São Paulo - p.70
Figura 4: Retrato de Lucino Freire de Mattos Barretto - p.71
Figura 5: Mecanismos identificados como estruturadores da rede migratória - p.76
Figura 6: Oficina Chevrolet de Francisco Muniz Barretto, em Mococa - p.84
Figura 7: Prédio do antigo Banco F. Barretto, em Mococa - p.84
Figura 8: Anúncios de empreendimentos fundados por membros da família Barretto: Banco F. Barretto e Fábrica de Laticínios Mococa - p.85
Figura 9: Linhas férreas de São Paulo, com destaque para a região de Araraquara e alinha da Estrada de Ferro de Araraquara - p.91
Figura 10: Demarcação da extensão atual da fazenda Glória e indicação de sua sede e provável localização da sede da antiga fazenda Sarapurema - 102
Figura 11: Vista parcial do conjunto edificado da fazenda Glória - p.103
Figura 12: Fotografia aérea da sede da fazenda Glória - p.103
Figura 13: O casal, D. Antônia Maria de Mattos Barretto e Lucino Freire de Mattos Barretto, no alpendre do casarão da fazenda Glória - p.104
Figura 14: Fotografia da família Barretto na escada do alpendre do casarão da fazenda Glória, Alfredo Freire de Mattos Barretto (de roupa clara e em pé) e Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto (de roupa escura e sentado no degrau da escada) - p.107

Figura 15: Conjunto histórico e paisagístico tombado pelo IPHAN, em Iguape-SP - p.116
Figura 16: Localização da sede da fazenda Glória em relação à área urbana de Taquaritinga-SP - p.118
Figura 17: Vistas da Serra do Jaboticabal, Taquaritinga-SP - p.119
Figura 18: Mapa da hidrografia local, com destaque para o córrego da fazenda Glória, contribuinte do córrego Rico e do rio Mogi Guaçu - p.119-120
Figura 19: Esquema de classificação de uma rede de drenagem de acordo com a metodologia proposta por Strahler - p.121
Figura 20: Vistas de uma das nascentes que dá origem ao córrego da fazenda Glória - p.122
Figura 21: Culturas agrícolas (cana-de-açúcar, amendoim e limão), pastagens e matas (APP e ARL) da fazenda Glória - p.123
Figura 22: Vistas de um incêndio ocorrido em agosto de 2020 na Serra do Jaboticabal, Taquaritinga-SP - p.125
Figura 23: Vista dos danos ambientais após a extinção das chamas do incêndio na Serra do Jaboticabal ocorrido em setembro de 2019 - p.125
Figura 24: Bombeiros controlando a expansão dos incêndios com o auxílio dos aceiros, no Parque Nacional das Emas, em Goiás - p.127
Figura 25: Indicação dos bairros de Taquaritinga surgidos no eixo de expansão urbana entre a área central da cidade e a área da Serra do Jaboticabal e da fazenda Glória - p.134
Figura 26: Indicação da distância linear aproximada entre o bairro Vila São Sebastião de Taquaritinga, a Serra do Jaboticabal e a fazenda Glória - p.135
Figura 27: Indicação da distância linear aproximada da área urbana de Taquaritinga a partir do centro até os bairros Vila São Sebastião e Jardim Bosques de Santa Luzia - p.136
Figura 28: Implantação do conjunto edificado da sede da fazenda Glória - p.150
Figura 29: Vista parcial da sede da fazenda Glória, com o casarão em destaque na paisagem - p.151
Figura 30: Posicionamento do casarão defronte ao terreiro e ao edifício da tulha e casa de máquinas - p.151
Figura 31: Fotografias aéreas mostrando o conjunto edificado da sede e culturas agrícolas - p.152-153
Figura 32: Localização das antigas colônias e da olaria da fazenda Glória - p.156
Figura 33: Imagens externas da pequena caixa de coleta - p.164
Figura 34: Espaço interno e detalhes da cobertura da pequena caixa de coleta - p.165
Figura 35: Imagens externas da caixa d'água de baixo - p.166
Figura 36: Desenhos técnicos da caixa d'água de baixo - p.167
Figura 37: Espaço interno e detalhes das esquadrias da caixa d'água de baixo - p.168
Figura 38: Imagens externas da caixa d'água de cima - p.169
Figura 39: Desenhos técnicos da caixa d'água de cima - p.170
Figura 40: Espaço interno e detalhes das esquadrias da caixa d'água de cima - p.171
Figura 41: Imagens externas do lavador de café e expurgo - p.177
Figura 42: Desenhos técnicos do lavador de café e expurgo - p.178
Figura 43: Espaço interno e detalhes do expurgo - p.179
Figura 44: Localização do terreiro em relação ao lavador de café e expurgo, suas subdivisões e detalhes construtivos - p.182
Figura 45: Resquícios das instalações do terreiro e do sistema de canaletas para o transporte do café, do escoamento de águas pluviais e de trilhos e plataforma suspensa para transporte até as tulhas - p.183
Figura 46: Cotidiano de trabalho no terreiro - p.184
Figura 47: Imagens externas do edifício da

tulha e casa de máquinas - p.186
Figura 48: Fotografias antigas, sem data, mostrando o edifício da tulha e casa de máquinas ainda com a cobertura de zinco e com o anexo na lateral esquerda - p.187
Figura 49: Desenhos técnicos do edifício da tulha e casa de máquinas - p.188-189
Figura 50: Espaço interno da tulha e casa de máquinas, com destaque para os mecanismos de transporte dos grãos de café (do porão) até o maquinário de beneficiamento do café (no piso térreo) - p.190
Figura 51: Escada de acesso do térreo ao porão do edifício da tulha e casa de máquinas e antiga ligação ao sótão, onde estão as vagonetas - p.191
Figura 52: Porta de acesso e detalhes do espaço interno das tulhas - p.192
Figura 53: Acesso e detalhes internos do anexo do edifício da tulha e casa de máquinas, com destaque para o porão onde funcionavam os eixos e correias ligadas ao antigo motor a vapor - p.193
Figura 54: Operário ao lado do antigo motor a vapor que movimentava os eixos, polias e máquinas de beneficiamento de café da fazenda Glória - p.193
Figura 55: Detalhes dos apoios da estrutura do edifício da tulha e casa de máquinas - p.194
Figura 56: Detalhes das esquadrias do edifício da tulha e casa de máquinas - p.195
Figura 57: Detalhes existentes na fachada lateral direita e posterior, no caso paredes de tijolo à vista e a presença de cimalha na última - p.196
Figura 58: Imagem aérea mostrando o conjunto edificado da sede da fazenda Glória, com destaque para a antiga cocheira e sua ligação com o paiol - p.197
Figura 59: Fotografias antigas, sem data, que mostram parcialmente a volumetria e a cobertura das edificações da cocheira e do paiol - p.198
Figura 60: Fotografias antigas, sem data, que ilustram o cotidiano de utilização da cocheira para selar animais de montaria (com edifício da tulha e casa de máquinas aos fundos) e serviços de manutenção de carroças e carpintaria - p.199
Figura 61: Imagens externas do paiol, em processo de arruinamento - p.200
Figura 62: Desenhos técnicos (reconstituição) do antigo paiol - p.201
Figura 63: Detalhe interno do antigo paiol - p.202
Figura 64: Antigos abrigos de madeira do jumento de reprodução e do cavalo dos proprietários e área de pastagem onde se localizava o mangueiro de porcos - p.203
Figura 65: Imagens externas do antigo escritório do administrador - p.203
Figura 66: Fotografia antiga, sem data, que ilustra a outrora arquitetura do escritório do administrador - p.204
Figura 67: Fotografias mais recentes, por volta das décadas de 1970 e 1980, que mostram o um dos antigos administradores da propriedade, Pedro Sanches Garcia, em frente ao escritório no período da reforma e depois de finalizado - p.204
Figura 68: Desenhos técnicos do antigo escritório do administrador - p.206
Figura 69: Detalhes internos do antigo escritório do administrador - p.207
Figura 70: Imagem da cobertura metálica da garagem instalada mais recentemente - p.208
Figura 71: Imagens externas da garagem mais antiga - p.208
Figura 72: Fotografia antiga, sem data, da garagem sem o puxado na lateral esquerda - p.208
Figura 73: Desenhos técnicos da antiga garagem - p.209
Figura 74: Fotografia antiga, sem data, mostrando a professora com os alunos da escola da fazenda Glória - p.210
Figura 75: Detalhes internos da antiga garagem, com destaque para o automóvel Ford 1929 que era de uso de Alfredo Freire de Mattos Barretto e sua família - p.210

Figura 76: Imagens externas da edificação que abrigava, além da cozinha externa, uma despensa e demais cômodos, o antigo armazém da fazenda Glória - p.211
Figura 77: Desenhos técnicos da edificação que continha o antigo armazém - p.212
Figura 78: Fotografias antigas que ilustram as telhas, do tipo francesas e capa e canal, que compunham a cobertura do edifício onde funcionava o antigo armazém - p.213
Figura 79: Detalhes internos da cozinha externa, a "despensona", da "despensinha", da possível residência de funcionários e do antigo armazém - p.214
Figura 80: Detalhes das esquadrias de madeira da "despensona", da "despensinha", da possível residência de funcionários e do antigo armazém - p.215
Figura 81: Fotografia antiga, sem data, em que foi registrado parte dos trabalhadores que residiam nas casas das colônias - p.221
Figura 82: Trabalhadores na borda do terreiro, com destaque para os irmãos, Antônio Sanches Garcia (agachado), Pedro Sanches Garcia (sentado e com seu filho, Antônio Carlos Sanches, em seu colo), e Adauto Sanches Garcia (camisa clara ao centro), assim como para seus amigos descendentes de japoneses (lado direito) - p.224
Figura 83: Vistas gerais do caminho de acesso e dos remanescentes da colônia "da Glória" - p.224
Figura 84: Imagens externas da casa da colônia "padrão" - p.224
Figura 85: Desenhos técnicos (reconstituição) da casa da colônia "padrão" - p.226
Figura 86: Espaço interno (puxado, sala, quarto da frente, antiga cozinha, quarto dos fundos) e detalhes construtivos da casa da colônia "padrão" - p.227
Figura 87: Detalhes do puxado da casa da colônia "padrão" - p.227
Figura 88: Imagens externas da casa da colônia com três unidades - p.228
Figura 89: Desenhos técnicos (reconstituição) da casa da colônia com três unidades - p.229
Figura 90: Espaço interno (cozinha, sala, quarto dos fundos e quarto da frente da unidade central) e detalhes construtivos da casa da colônia de três unidades - p.230
Figura 91: Benedito Almeida Lima Filho aos fundos da casa da colônia que morava com seus pais, Benedito e D. Adelaide - p.232
Figura 92: Boletim de Benedito Almeida Lima Filho do ano de 1977, quando era estudante na EEPGR (E) da fazenda Glória - p.234
Figura 93: Carteira de trabalho de Antônio Sanchez Morales com informações sobre sua nacionalidade e chegada ao Brasil - p.237
Figura 94: Fotografias antigas, sem data, mostrando um dos outrora administradores da fazenda, Antônio Sanchez Morales (de pé, à esquerda) junto a uma visita e outras duas em que está em meio ao cafezal - p.237
Figura 95: Fotografia antiga, sem data, que ilustra a casa do administrador antes de sua cobertura ruir e ter passado por reformas - p.238
Figura 96: Imagens externas e detalhes das esquadrias da casa do administrador - p.239
Figura 97: Desenhos técnicos (reconstituição) da casa do administrador - p.240
Figura 98: Espaço interno remanescente (sala, quarto maior, quarto menor da frente e dos fundos) e detalhes da casa do administrador - p.242
Figura 99: Fotografias antigas que mostram Antônio Carlos Sanches no jardim à frente da casa de seus avós, Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues - p.243
Figura 100: Família Sanches (Pedro Sanches Garcia, de pé, camisa clara, ao centro; D. Maria Frigo Sanches, sentada, a frente de Pedro; Antônio Sanches Garcia, de pé e de camisa listrada, D. Angelina Garcia Rodrigues e Antônio Sanchez Morales, sentados, na extremidade direita) reunida com amigos da família Morita

no terreiro, ao lado de sua residência, sendo possível observar a torre com o sino aos fundos - p.245
Figura 101: Fotografias antigas, sem data, a primeira mostra o encontro dos primos, Dr. Orlando (de calça escura, na extremidade esquerda) e Alfredo Barretto (de calça clara, no lado oposto), com Antônio Sanchez Morales (de calça clara, ao centro) e seu filho Pedro Sanches Garcia (de calça escura, ao centro), e a segunda com Pedro trabalhando na lavoura da propriedade - p.246
Figura 102: Fotografia antiga, sem data, de Pedro Sanches Garcia (de chapéu, à esquerda) - p.246
Figura 103: Folheto antigo, sem data, que mostra a dupla "Sertãozinho e Mirassol" formada por Pedro Sanches Garcia (à esquerda) e João Ourides Balioti (à direita) - p.248
Figura 104: Pedro Sanches Garcia (sentado, de camisa branca) no alpendre da casa de seu pai, Antônio Sanchez Morales (sentado, ao centro) - p.248
Figura 105: Fotografias antigas, sem data, que mostram a casa do administrador e a do fiscal próximas ao terreiro - p.252
Figura 106: Vicente Cedroni Neto, D. Maria Aparecida Toreti Cedroni e seus filhos no jardim da frente e dentro da casa em que ocupavam na fazenda - p.252
Figura 107: O fiscal, Vicente Cedroni Neto, acompanhando os serviços diários no terreiro - p.252
Figura 108: Imagens externas e detalhes das esquadrias da casa do fiscal - p.253
Figura 109: Puxado com fogão à lenha, construído mais recentemente, na fachada posterior - p.254
Figura 110: Desenhos técnicos (reconstituição) da casa que era ocupada pelo fiscal, Vicente Cedroni Neto, e o administrador Pedro Sanches Garcia com suas respectivas famílias - p.255
Figura 111: Espaço interno da unidade residencial do lado esquerdo (sala de estar, cozinha, quarto dos fundos e quarto da frente) e detalhes da casa do fiscal - p.256
Figura 112: Fotografia antiga, sem data, que ilustra, entre outras edificações, a da "residência e lenheiro" (bem ao centro da imagem) antes de ter tido sua cobertura reformada - p.257
Figura 113: Imagens externas da "residência e lenheiro" - p.259
Figura 114: Desenhos técnicos da "residência e lenheiro" - p.260
Figura 115: Meia porta em uma das entradas da "residência e lenheiro" (ver a edificação maior, com a porta e a gaiola de pássaros, na figura 112) - p.260
Figura 116: Espaço interno (cozinha, copa, banheiro, sala, quarto da frente, quarto dos fundos e o atual quartinho para guardar ferramentas) e detalhes da "residência e lenheiro" - p.261
Figura 117: Equipe de futebol no antigo clube da fazenda, com destaque para Antônio Sanchez Morales (de pé, segundo da direita para a esquerda) - p.263
Figura 118: Equipe de futebol da fazenda, meados de 1970, disputando a 1ª Olimpíada do Trabalhador (De pé, da esquerda para a direita: Ditão, Mané, Sebastião, Griza, Toninho, Palomino, Donizete e Pedro Sanches Garcia; agachados, mesma ordem: Alemão, Coquinho, Eli, João Francisco e Pitota) - p.264
Figura 119: Equipe de futebol organizada por incentivo dos primos, Luiz Ricardo Barretto e Antônio Luiz Barretto, entre as décadas de 1990 e 2000 - p.265
Figura 120: Fotografia antiga, sem data, com destaque para um dos degraus em que aparece parcialmente a possível data de construção ou reforma do casarão no início do século XX - p.269
Figura 121: Fotografias antigas, sem data, que mostram o casarão (e o chalé) antes da reforma e como era o alpendre menor da moradia principal - p.270

Figura 122: Fotografias antigas, sem data (as duas primeiras mostram Lucino, D. Antônia Barretto, herdeiros e convidados; as demais são posteriores, com destaque para o casal, Alfredo Barretto e D. Lydionette Barretto, e Dr. Orlando Barretto), que mostram a utilização da família proprietária no antigo alpendre do casarão - p.271
Figura 123: Fotografia mais recente em que mostra o casarão reformado, já com o novo acesso frontal - p.272
Figura 124: Imagens externas do casarão - p.272
Figura 125: Desenhos técnicos do casarão - p.273
Figura 126: Imagens da sala de visitas, da saleta e do corredor que permite acesso ao quarto de hóspedes e demais ambientes - p.275
Figura 127: Imagens internas dos quartos de hóspedes outrora ocupados por D. Nalita Gomes da Rocha e filhos - p.276
Figura 128: Lavanderia externa - p.277
Figura 129: Detalhes do assoalho, do piso instalado no corredor que se repete, entre outros ambientes, no alpendre, e do forro do casarão - p.278
Figura 130: Detalhes das portas de acesso principal ao casarão (da sala de visitas, da saleta, e do tipo de porta que separa os demais ambientes internos) - p.278
Figura 131: Detalhes das janelas da saleta e do quarto de hóspedes - p.279
Figura 132: Vista geral do mobiliário da sala de visitas, com destaque para peças estilo Thonet - p.280
Figura 133: Vista geral do mobiliário do corredor de acesso ao quarto de hóspedes - p.281
Figura 134: Detalhes das portas do quarto de santos - p.281
Figura 135: Fotografias antigas, sem data, que mostram momentos em que eram realizadas festas juninas e missas na fazenda - p.283
Figura 136: Oratório do quarto de santos do casarão - p.284
Figura 137: Vista geral do mobiliário do quarto de santos - p.285
Figura 138: Imagens internas e do mobiliário dos dormitórios da família proprietária (quarto de Lucino e D. Antônia Barretto, o de Alfredo e Lydionette Barretto e o de Alfredo Eduardo, Lucino Roberto e Luiz Ricardo Barretto) - p.286
Figura 139: Imagens internas e mobiliário da sala de jantar - p.288
Figura 140: Imagens internas do banheiro e suas instalações - p.289
Figura 141: Lavatórios de porcelana que foram instalados nos dormitórios e no corredor - p.289
Figura 142: Detalhes das esquadrias do setor íntimo (dormitórios, sala de jantar e banheiro) - p.290
Figura 143: Fotografias antigas, sem data, que mostram o casal Alfredo Barretto (roupa clara e braços cruzados) e D. Lydionette Barretto (roupa listrada, aos fundos) acompanhando visitas no alpendre do casarão e em frente ao terreiro - p.291
Figura 144: Detalhes das esquadrias da cozinha (porta de acesso à sala de jantar, porta e meia porta para acesso externo e a única janela do ambiente) - p.291
Figura 145: Imagens internas e do mobiliário da cozinha - p.292
Figura 146: Detalhes das instalações da cozinha (fogão à lenha, pia e tubulação externa para escoamento da fumaça) - p.293
Figura 147: Vista geral do jardim do casarão - p.295
Figura 148: Fotografia antiga, sem data, que mostra o casarão e a vegetação do jardim - p.296
Figura 149: Pedro Sanches Garcia (de pé, usando chapéu) e Alfredo Barretto (de pé, junto ao veículo) em frente ao jardim fronteiro do casarão - p.296
Figura 150: Fotografias antigas, sem data, mostrando a utilização do jardim pela família proprietária - p.296

Figura 151: Vistas do pomar atualmente - p.299
Figura 152: Fotografias antigas, sem data, que mostram Dr. Orlando Barretto junto a familiares e amigos visitando a fazenda e caçando - p.302
Figura 153: Chalé antes da reforma - p.304
Figura 154: Chalé após a reforma - p.304
Figura 155: Imagens externas do chalé - p.306
Figura 156: Planta-baixa do chalé antes da reforma - p.306
Figura 157: Desenhos técnicos (atuais) do chalé - p.307
Figura 158: Imagens dos ambientes internos e do mobiliário (alpendre, hall, dormitórios frontais, sala, dormitórios laterais, banheiro, copa/cozinha) do chalé - p.308
Figura 159: Piso cerâmico padronizado que foi colocado no chalé - p.309
Figura 160: Fotocópia, sem data, que mostra as antigas esquadrias do chalé antes de ter sido reformado - p.309
Figura 161: D. Maria de Lourdes Barretto no alpendre do chalé, antes de ter sido reformado - p.310
Figura 162: Fotocópia, sem data, que mostra D. Maria de Lourdes Barretto (sentada, de roupa clara) em passeio de charrete - p.311
Figura 163: Detalhes das instalações elétricas do chalé - p.311
Figura 164: Vista geral do jardim do chalé - p.312
Figura 165: Imagens externas da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1) - p.313
Figura 166: Desenhos técnicos da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1) - p.315
Figura 167: Ambientes internos (depósito, depósito de pesticidas e demais) da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1) - p.316
Figura 168: Imagens externas da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2) - p.317
Figura 169: Desenhos técnicos da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2) - p.318
Figura 170: Ambientes internos (cozinha, passar roupas, lavanderia e área de lazer) da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2) - p.319

Sumário

23 *Introdução*

39 *1. Família Barretto:*
de Sergipe ao interior paulista

41 *1.1 Os Barrettos no Vale do Cotinguiba, Província de Sergipe d'El Rey*

62 *1.2 A partida em direção aos Sertões do rio Pardo e a inserção em Mococa*

90 *1.3 Rumo aos Campos de Araraquara: chegando à fazenda Glória, em Taquaritinga*

111 *2. Fazenda Glória:*
paisagem e implantação

113 *2.1 Paisagem e paisagem cultural: conceitos e inserção do objeto de pesquisa*

118 *2.2 A paisagem da fazenda Glória: qualidades, riscos ambientais e propostas para sua preservação*

143 *2.3 A escolha do terreno e a implantação*

159 *3. Arquitetura de produção e cotidiano do trabalho*

217 *4. Arquitetura e cotidiano doméstico dos trabalhadores e dos proprietários*

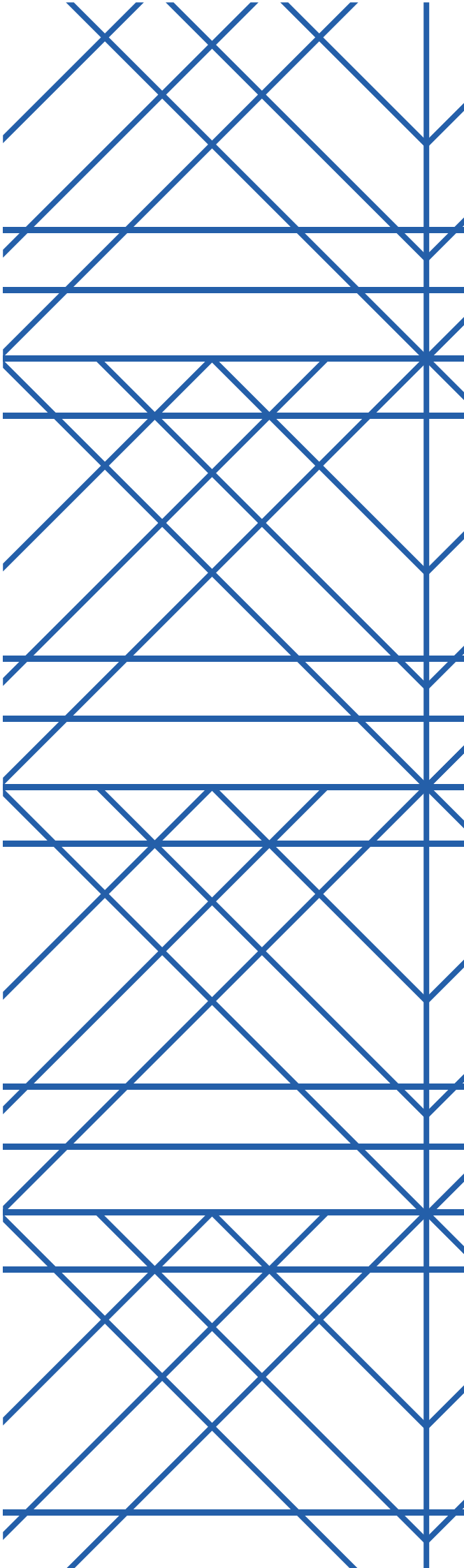
219 *4.1 Arquitetura e cotidiano doméstico dos trabalhadores*

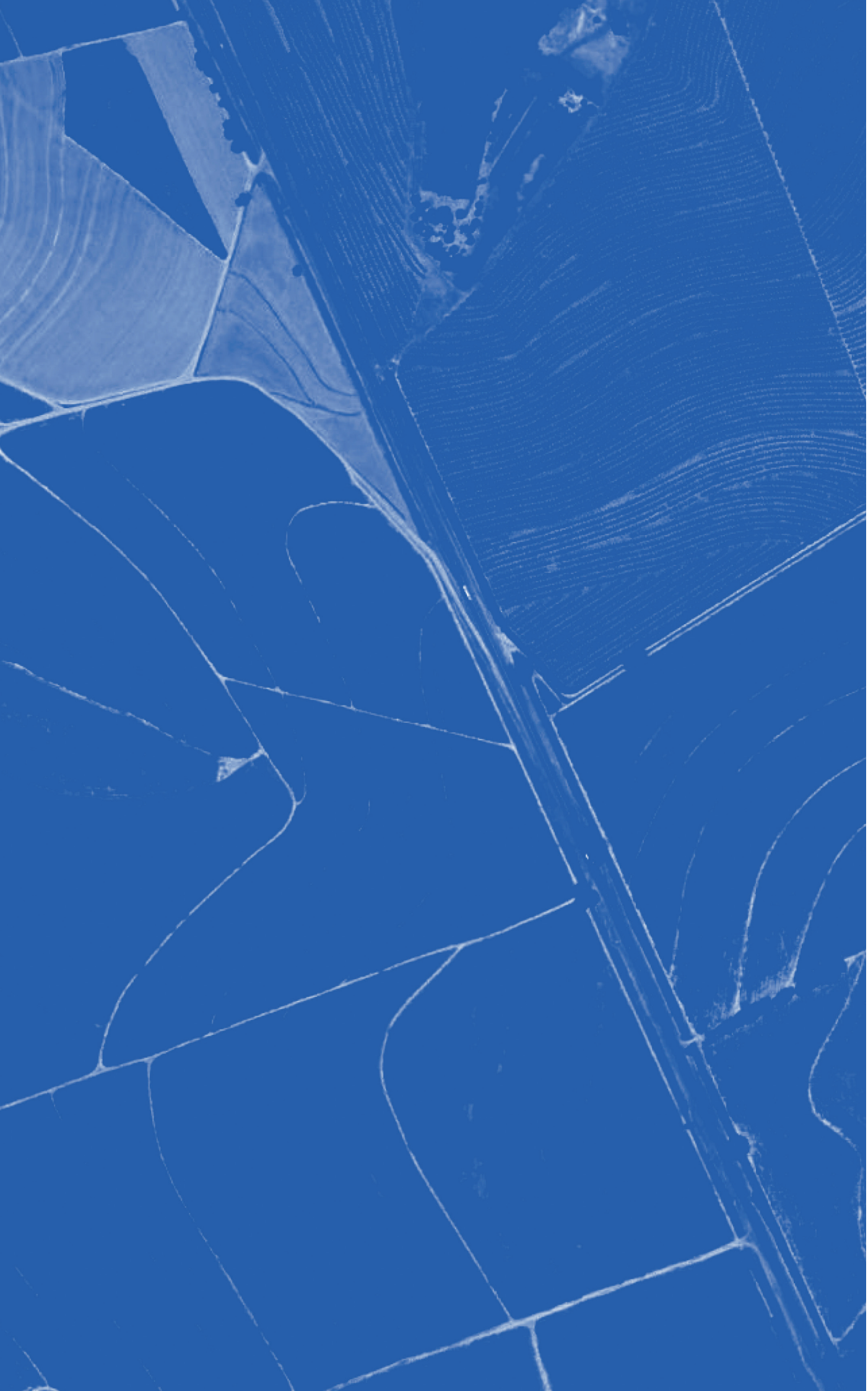
267 *4.2 Arquitetura e cotidiano doméstico dos proprietários*

321 *Considerações finais*

334 *Referências*

372 *Anexo A*
374 *Anexo B*
376 *Anexo C*
378 *Apêndice A*
381 *Apêndice B*
385 *Apêndice C*
386 *Apêndice D*
387 *Apêndice E*
388 *Apêndice F*
389 *Apêndice G*
390 *Apêndice H*
391 *Apêndice I*
392 *Apêndice J*
393 *Apêndice K*
394 *Apêndice L*
395 *Apêndice M*
396 *Apêndice N*
397 *Apêndice O*
398 *Apêndice P*
399 *Apêndice Q*
400 *Apêndice R*





INTRODUÇÃO

Ao iniciar este texto, considero importante, primeiramente, justificar o meu interesse pelo tema desta dissertação. Para tanto, além de utilizar a primeira pessoa do singular por se tratar de um breve relato pessoal, preciso recorrer a memórias essenciais para as escolhas que resultaram na realização deste trabalho[1]. São lembranças dos momentos que vivi na casa de minha avó materna, em Taquaritinga-SP, onde histórias sobre meus antepassados eram contadas. Lembro-me que, como último neto a nascer, não pude conhecer parte de meus familiares nem vivenciar momentos corriqueiros de seu cotidiano, como viajar de "Maria-Fumaça" e nas "jardineiras". Porém, o relato que mais me marcou foi saber que meu bisavô ateou fogo ao estoque de café de seu armazém, o que sempre despertou em mim muita curiosidade e o desejo de entender melhor a respeito.

Certamente influenciado por estas histórias, decidi ingressar no curso de Arquitetura e Urbanismo e durante a graduação tive a oportunidade de realizar minha Iniciação Científica[2], a qual foi fundamental para despertar em mim o interesse pela pesquisa. Contudo, foi através das disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e de Técnicas Retrospectivas, que tive meu primeiro contato com o tema do patrimônio cultural, sendo que no âmbito dessa discussão me identifiquei com a arquitetura rural após ter lido trechos da tese de doutoramento de Vladimir Benincasa (2008), a ponto de inspirar o tema de meu Trabalho Final de Graduação, cujo objeto de estudo foi um antigo núcleo rural cafeeiro de Taquaritinga, a fazenda Contendas[3].

1 Uma reflexão mais aprofundada a respeito foi produzida e apresentada no 3º Seminário do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, realizado em abril de 2019, e está disponível em formato digital. Para mais informações ver: Micalli (2021).

2 A pesquisa teve como título "A utilização de sistemas de captação de água pluvial em projetos residenciais unifamiliares", foi desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Marcela Cury Petenusci e financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ao final foi produzido um relatório entregue à coordenação de iniciação científica da instituição. Mais sobre o artigo ver: Micalli (2015).

3 O trabalho levou o título de "Sesc Contendas: revitalização da antiga usina Contendas, de Taquaritinga-SP", orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Carlucci, e realizado como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em arquitetura e urbanismo pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Para mais detalhes a respeito ver: Micalli (2016).

Finalizada a graduação continuei ligado ao tema e constatei, após ter tido contato com trabalhos realizados por membros do grupo de pesquisa Patrimônio Cidades e Territórios (PCT), liderado pela professora Maria Angela Bortolucci, que a arquitetura de antigos lugares de produção (CORREIA e BORTOLUCCI, 2013) e os modos de vida do século XIX a meados do século XX são assuntos muito discutidos nas últimas décadas. Entretanto, segundo Marins (2013, p. 161-177), por mais que importantes redirecionamentos tenham sido alcançados em relação à atuação dos órgãos públicos de preservação, ainda há muito a ser feito pela arquitetura rural, haja vista que muitos exemplares desapareceram sem qualquer tipo de registro e que grande parte dos remanescentes encontram-se subutilizados, abandonados, e têm sua existência ameaçada, especialmente devido à fragilidade de suas técnicas construtivas, à obsolescência de seu espaço físico voltado à lavouras anteriores e pela expansão das plantações de cana-de-açúcar, as quais cobrem extensas áreas, preferencialmente ausentes de edificações ou de qualquer tipo de instalações.

Tendo este cenário em mente, somado às histórias que ouvi através de meus familiares, me senti motivado a tentar contribuir para que ao menos parte da arquitetura e do cotidiano rural de Taquaritinga fosse mais conhecida e reconhecida pela população, a fim de que, quem sabe um dia, estes lugares sejam preservados e transmitidos da melhor maneira possível às gerações futuras. Estava decidido o caminho que queria seguir. A forma que encontrei para responder às minhas inquietações e, ao mesmo tempo, alinhá-las aos meus objetivos profissionais, foi participando do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo (PPG/IAU.USP). Dessa maneira obtive a aprovação e desde março de 2018 estou tendo a oportunidade de ser orientado pela professora Maria Angela Bortolucci e de contar a minha versão sobre o tema – dentre muitas outras que ainda podem vir a ser realizadas no futuro através de desdobramentos, muito bem-vindos, desta dissertação.

O Objeto

O território de Taquaritinga passou a ser efetivamente ocupado somente em meados do século XIX, em especial por migrantes mineiros, e de forma oficial em 08 de junho de 1868, quando 64 alqueires de terras da fazenda Boa Vista foram doados, por 19 pessoas[4], a São Sebastião dos Coqueiros para a construção de uma capela e um povoado. Este lugar ficou conhecido como Ribeirãozinho – talvez devido à existência de um córrego que era contribuinte do Ribeirão dos Porcos –, nome que foi mantido mesmo com sua elevação a distrito de Jaboticabal, em março de 1880. Devido à ausência de bons caminhos para escoar rapidamente a produção, num primeiro momento seus habitantes criavam gado, mas também cultivavam gêneros alimentícios e lavouras em pequena escala, como cana-de-açúcar e café (IBGE, 1958b, p. 340 e [2020?], p. 1; SÃO CARLOS, 1868, p. 1; SECKLER, 1888, p. 468).

Contudo, ainda que o café já houvesse se estabelecido como a principal lavoura em boa parte do Oeste Paulista[5] no período – de Campinas em direção às terras virgens do interior, notadamente às regiões de Araraquara e Ribeirão Preto –, em Jaboticabal e proximidades, passou a ser cultivado comercialmente apenas após a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que ocorreu em 1892, e a inauguração se deu no ano seguinte. Portanto, foi através dos lucros adquiridos com a cafeicultura e pela possibilidade de escoar a produção pelas linhas férreas – ou seja, por meio do "binômio café-ferrovias" – que entre fins da década de 1880, assim como em áreas cafeeiras mais antigas, foram criadas condições propícias para o desenvolvimento de Jaboticabal e região, incluindo Ribeirãozinho (MATOS, 1990, p. 117; SECKLER, 1888, p. 468).

Este contexto pode ser ilustrado, grosso modo, pela ascensão do então distrito de Ribeirãozinho em curto espaço de tempo, mais precisamente entre final do século XIX e início do século XX. Em 05 de julho de1892, esse foi elevado à categoria de vila, com o nome de São Sebastião do Ribeirãozinho,

4 De acordo com a transcrição do Livro de Tombo, nº 09.03.34, folha 040/040 v, Assento nº 001, da Paróquia Matriz São Bento de Araraquara, os concessores de terras e suas respectivas doações: Bernardino José de Sampaio e esposa, D. Francisca Olegaria da Silva, 15 alqueires; Antonio Paes de Camargo e esposa, D. Alanir Antonia de Ataide, oito alqueires; Manoel Luis de Sousa e esposa, D. Anna Ritta de Faria, dois alqueires; José Joaquim Estevão e esposa, D. Maria Umbelina de Jesus, cinco alqueires, Joaquim Pedro da Fonseca e esposa, D. Ritta Pereira Germinaro, dois alqueires, Joaquim Ferreira da Costa e esposa, Emeria Anacleta de Jesus, cinco alqueires; Isidoro Joaquim Santa Anna e esposa, D. Francisca Maria de Jesus, dois alqueires; D. Joaquina Maria do Espírito Santo, seis alqueires; D. Gertrudes Florinda de Castro, 10 alqueires; José Ferreira da Costa, quatro alqueires; e Joaquim Alves da Silva Lintão e esposa, D. Anna Lima de Jesus, cinco alqueires. As terras foram avaliadas, na época, em Rs.180$000 (cento e oitenta mil-réis) (SÃO CARLOS, 1868, p.1).

5 Ema Camillo (1998, p.15-18), na introdução da obra Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887), destaca que a região que ficou conhecida como Oeste Paulista no período de expansão da cafeicultura pelo interior paulista, na verdade "[...] não corresponde ao oeste geográfico, mas à direção tomada pela marcha do café uma vez esgotadas as possibilidades de sua expansão no Vale do Paraíba – zona pioneira na produção desse produto no Brasil [...]". Portanto, igualmente a Camillo (1998) e tantos outros autores que estudaram o tema, como Pierre Monbeig (1987), Vladimir Benincasa (2008) etc., também utilizamos a expressão com a mesma conotação em nossa dissertação.

em 16 de agosto daquele ano foi criado o município e no dia 12 de dezembro foi instalada a Câmara Municipal de Ribeirãozinho[6]. Cerca de uma década mais tarde, em 19 de dezembro de 1905 e 25 de novembro de 1907, respectivamente, foram instituídas a cidade e a comarca – pela primeira vez com o nome atual, Taquaritinga[7] (IBGE, 1958b, p. 340 e [2020?], p. 1; SECKLER, 1886, p. 360 e 1888, p. 470-471).

A partir de 1901 o município passou a ser atendido pela Estrada de Ferro de Araraquara – conhecida como "Araraquarense" –, a qual havia prolongado suas linhas por um trecho de cerca de 80 quilômetros a partir de seu ponto inicial (MATOS, 1990, p. 133). Por volta do mesmo período, Taquaritinga possuía cerca de 350 propriedades rurais que, excluindo-se plantações de outras culturas e a criação de animais, somavam mais de 10 milhões de pés de café que produziram em torno de 567.000 arrobas entre 1904-1905, sendo que poucos anos após a quebra da bolsa de Nova Iorque (1929), no biênio de 1930-1931, existiam 851 núcleos rurais no município que possuíam, entre outros gêneros, mais de 22 milhões de pés de café – se somados os novos aos que estavam em produção –, que geraram cerca de 910.000 arrobas do produto[8] (SÃO PAULO, 1907b e 1932).

Mas como eram essas fazendas de café de Taquaritinga? Quais eram suas características arquitetônicas, as técnicas construtivas e os elementos empregados que poderiam aproximá-las ou distanciá-las das propriedades rurais da região de Araraquara e outras de São Paulo? Como se dava o cotidiano e a forma de utilização destes locais? Quem eram as pessoas que estiveram à frente de sua ocupação e organização? Essas foram algumas das perguntas que guiaram a produção de nosso projeto de pesquisa inicial, o qual tinha como premissa analisar por volta de 10 propriedades cafeeiras do município e região. Porém, decidimos – e daqui em diante utilizo "nós", ou seja, a segunda pessoa do plural, pois para a realização deste trabalho contamos com o auxílio de muitas pessoas – delimitar nossa investigação a apenas um objeto de estudo, a fazenda Glória, para que pudéssemos identificar o máximo de informações a seu respeito, analisar e divulgar detalhes inéditos sobre sua arquitetura, seu cotidiano e da paisagem em que está inserida.

6 Curioso é notar que Bernardino José de Sampaio, um dos doadores de terras para a formação do patrimônio, foi o primeiro presidente da Câmara Municipal e aparece listado nos almanaques (Seckler 1886, p. 360 e 1888, p. 470-471) como cafeicultor em Jaboticabal. Consideramos ser possível, portanto, que ao menos uma de suas fazendas fosse localizada em Ribeirãozinho já que o povoado pertencia a Jaboticabal e não aparecia listado nos almanaques daqueles anos. De acordo com um historiador local, Sr. Milve Peria, Bernardino José de Sampaio havia colhido o primeiro café em sua propriedade, a fazenda Paraguaçu, na década de 1870. Porém, por não haver listas de referências nas publicações do autor, bem como não faz parte dos objetivos deste trabalho reconstituir a trajetória da fazenda Paraguassu e de Bernardino José de Sampaio, não foi possível confirmar as informações citadas pelo historiador. Ver mais em: Peria (2014) e Seckler (1886 e 1888).

7 Conforme os dados do IBGE (1958b), o nome de origem tupi-guarani significa "taquara fina e branca" e foi escolhido devido à presença de uma espécie vegetal com tais características e que era abundante no município. Mais informações sobre em: IBGE (1958b).

8 Consideramos os números alcançados por Taquaritinga significativos, pois, se compararmos com os de Araraquara e Jaboticabal, municípios de ocupação mais antiga, a diferença não é tão grande. Araraquara tinha 452 propriedades agrícolas, cerca de 18 milhões de pés de café e uma produção de 895.000 arrobas em 1904-1905; no início da década de 1930 possuía mais de 1.400 núcleos rurais, cerca de 20 milhões e 730 mil cafeeiros (produzindo e novos) que geraram uma colheita de mais de 654 mil arrobas. Jaboticabal somou 532 propriedades rurais e cerca de 17 milhões de pés de café, que produziram em torno de 1 milhão de arrobas entre 1904 e 1905; entre 1930 e 1931, possuía mais de 1.300 propriedades agrícolas, cerca de 26 milhões e 520 mil pés de café (produzindo e novos) que geraram por volta de 982 mil arrobas (SÃO PAULO, 1907a, 1908 e 1932). Ver mais em: São Paulo (1907a, 1907b, 1908 e 1932).

O motivo para a sua escolha deve-se ao fato de que a propriedade é um dos exemplares – ainda que não muito antigo, datado do início do século XX, e com ressalvas quanto à conservação de seu conjunto edificado – mais preservados de Taquaritinga, assim como pesquisas sobre o tema no município são praticamente inexistentes. Além disso, devido à fazenda Glória nos dias de hoje estar voltada para a plantação de limão, cana-de-açúcar etc., a estrutura anteriormente utilizada pela cafeicultura encontra-se subutilizada ou abandonada. Assim sendo, mesmo que importantes mudanças tenham sido alcançadas para a sua preservação, há risco de desaparecimento. Esperamos, portanto, poder contribuir para ampliar o conhecimento deste tema já explorado por autores que nos foram tão valiosos, como Carlos Alberto Cerqueira Lemos (1978 e 2015), Luis Saia (2012), Daici Ceribeli Antunes de Freitas (1986 e 1994), Vladimir Benincasa (2003, 2008 e 2013), no caso da região paulista, e, no Sul de Minas Gerais, por Cícero Ferraz Cruz (2010), dentre outros.

Os objetivos

Objetivo geral

Compreender as características arquitetônicas, construtivas e seu estado de preservação, assim como o cotidiano e a paisagem da fazenda Glória, uma antiga propriedade rural cafeeira taquaritinguense que foi instalada no contexto de expansão da cafeicultura pelo interior paulista entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Objetivos específicos

✦ Identificar a inserção do objeto de estudo no contexto de ocupação do território paulista, mais precisamente da região em que está inserido, a de Araraquara, e no município de Taquaritinga.

✦ Identificar possíveis influências, através do panorama arquitetônico rural paulista, principalmente, o da região de Araraquara, que foram empregadas no momento de sua instalação, tais como: a escolha do sítio e a implantação; características arquitetônicas, materiais e técnicas construtivas empre-

gadas; uso e funções desses espaços; aspectos do cotidiano de trabalho e doméstico dos funcionários, assim como dos proprietários do núcleo rural; e sobre a paisagem em que está inserido e é parte integrante.

✦ Caracterizar e analisar a trajetória de constituição e apropriação da fazenda Glória, considerando os agentes envolvidos.

✦ Contribuir para ampliar o conhecimento e o reconhecimento da arquitetura rural paulista, em especial a do município de Taquaritinga que possui poucas, quase inexistentes, pesquisas científicas a respeito.

Método de trabalho

Esta dissertação tem como metodologia a pesquisa histórica, através da qual utilizamos ferramentas de pesquisa – revisão bibliográfica, levantamento e análise documental, observação de campo, levantamento métrico e fotográfico e de entrevistas estruturadas com pessoas que têm ou tiveram contato com a fazenda Glória, as quais serão explicadas a seguir – que nos permitiram responder aos objetivos e realizar nossa análise do objeto de estudo. A pesquisa é sustentada teoricamente na discussão de "escalas" proposta por Bernard Lepetit (2016, p. 227-261) e nas indicações de Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 25-30) – ainda que mais voltadas para o urbano, consideramos que podem ser aplicadas ao ambiente rural – sobre a importância do cruzamento dos dados coletados[9].

No caso de Lepetit (2016, p. 227-261), o autor propõe a utilização do princípio da "variação de escala" como um método importante para a compreensão de aspectos múltiplos de um mesmo objeto de estudo ou fenômeno social. Para ele, a escala não serve apenas para estabelecer graficamente distâncias e medidas em um mapa geográfico ou projeto arquitetônico, ao contrário, pode ser aproveitada em um exercício de aproximação ou afastamento para identificar diferentes níveis – ou camadas que se encontram sobrepostas

9 Além de Lepetit (2016) e Pesavento (2004), nos valemos de investigações e trabalhos pioneiros realizados por diversos outros autores – dentre eles, Carlos Lemos (2015) e Luís Saia (2012) – que contribuíram grandemente para consolidar nossa postura metodológica. E também dos trabalhos já realizados por membros do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios, os quais nos serviram de referência e inspiração.

e não prontamente visíveis – de um objeto, ou fenômeno, a ser estudado[10]. Foi, portanto, através de um movimento contínuo de aproximação – em que partimos de uma escala macro em direção à escala micro – para identificar as diversas camadas da fazenda Glória, bem como, responder aos nossos objetivos de pesquisa.

Quanto à autora Pesavento (2004, p.26-27), recorremos às suas considerações sobre o espaço apropriado e transformado pelo homem – notadamente o das cidades – como um "palimpsesto"[11], isto é, possuidor de fragmentos pertencentes a "[...] um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados [...] superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar [...]" para que seja possível obter o "[...] que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir". Sendo assim, a autora defende que o historiador que pretenda compreender o passado não deve se apegar somente ao que se encontra visível, mas procurar o "[...] implícito e o invisível à superfície, desenterrando aquilo que não mais se vê [...]", assim como propõe que, se partes do objeto foram perdidas, devemos utilizar o cruzamento dos dados ainda existentes obtidos – de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas – para auxiliar no resgate de informações, como a montagem de um "quebra-cabeças". Foi, dessa maneira, que "costuramos" as informações adquiridas da imensa "colcha de retalhos" que constitui a fazenda Glória.

Com relação à revisão bibliográfica, realizamos a consulta, a leitura e o fichamento de livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis, tanto em meio físico quanto digital, e adquiridos, principalmente, através de empréstimos junto às bibliotecas da USP. Utilizamos esta ferramenta de pesquisa para construir um referencial teórico que permitisse a compreensão: I) dos aspectos socioeconômicos do período de expansão da cafeicultura pelo Oeste paulista, entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e nos valemos, em especial, das obras de Celso Furtado (2007), Caio Prado Júnior (2012), Maria Thereza Schorer Petrone (1968), Pierre Monbeig (1984), Odilon Nogueira de Matos (1990), Emília Viotti da Costa (2010), dentre outras; II) do panorama arquitetônico rural paulista e seu cotidiano, assuntos discutidos por Carlos Alberto Cerqueira Lemos (1978 e 2015), Luis Saia (2012), Daici Ceribeli Antunes de Freitas

10 Esse princípio pode ser melhor compreendido através da metáfora da cidade e do campo, feita por Pascal (1963, p. 508) e utilizada por Lepetit (2016, p. 261) na conclusão de seu texto, na qual "'uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, grama, formigas [...] ao infinito. Tudo isso se reveste com o nome de campo". Para mais informações a respeito do assunto, do autor e suas propostas ver: Lepetit (2016, p. 227-261).

11 De acordo com Pesavento (2004, p. 26), "palimpsesto" é uma palavra grega que surgiu no século V a.c. após o emprego de pergaminhos para a escrita. Relaciona-se ao ato de apagar informações constantes em tais pedaços de papel para seu reaproveitamento na escrita de outro texto. E foi assim que, na impossibilidade de encontrar pergaminhos que entre os séculos VII e IX, que o uso do palimpsesto se tornou comum. O que ocorre é que tais pedaços de papel apresentavam textos sobrepostos, que não podem ser totalmente apagados, e que ainda eram passíveis de serem recuperados. É aí que está o cerne da metáfora proposta pela autora: para ela os espaços urbanos, enquanto palimpsesto, apresentam marcas que remontam a tempos passados e que fazem parte da memória coletiva, possíveis de serem recuperados através de vestígios não somente explícitos, mas implícitos. Ver mais em: Pesavento (2004).

(1986 e 1994), Marina Maluf (1995), Marcos José Carrilho (2006), Vladimir Benincasa (2003, 2008 e 2013), Joana D'Arc de Oliveira (2008), etc.; e III) do conceito de paisagem e sua aplicação contemporânea como um importante instrumento utilizado para a preservação de sítios de interesse cultural, assunto analisado por Vladimir Bartalini (2013a, 2013b e 2019), Rafael Winter Ribeiro (2007 e 2013), Jean-Marc Besse (2014a e 2014b), Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni (2010 e 2015), entre outros.

Ademais, ao identificar que Lucino Freire de Mattos Barretto – avô dos atuais herdeiros da fazenda Glória e responsável por sua aquisição no ano de 1921 – era natural de Sergipe, proprietário de engenho na antiga região açucareira do Vale do Cotinguiba entre meados a fins do século XIX, e que emigrou em direção a São Paulo para se estabelecer, assim como parte de seus familiares, em Mococa, por volta do início da década de 1890, antes de se dirigir até a região de Araraquara – assunto que abordaremos com maior detalhe no capítulo 1 desta dissertação –, foi necessário buscar referências bibliográficas que fornecessem o contexto histórico de Sergipe, Mococa e da região de Araraquara, para que pudéssemos reconstituir sua trajetória e de seus familiares.

Para tanto, utilizamos as obras de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1925), Emmanuel Franco (1975), Josué Modesto dos Passos Subrinho (1983 e 1994), Maria da Glória Santana de Almeida (1984 e 1993), Luiz Roberto de Barros Mott (1986), Maria Thetis Nunes (2000 e 2006), Sharyse Piroupo do Amaral (2007), Humberto de Queiroz (1913), Edgard Freitas (1947), Carlos Alberto Paladini (1995), entre outros; e para a compreensão de aspectos relacionados aos mecanismos de manutenção do *status* social utilizados por membros da família Barretto e aos fenômenos migratórios, nos valemos dos trabalhos de Carlos Almeida Prado Bacellar (1997), Maria Helena Bueno Trigo (2001), Oswaldo Truzzi (2011), Pierre Bourdieu (2015) e Marden Barbosa de Campos (2015).

Ao mesmo tempo realizamos o levantamento e análise documental, baseado na busca, leitura, organização, fichamento e análise de documentos junto a arquivos[12] públicos e privados, disponíveis em meio físico digital, ou seja, que estivessem presentes em publicações como: livros, almanaques e jornais; documentos oficiais, por exemplo, transcrições de cartórios de registros de imóveis e civis, projetos e decretos de lei, legislações; e em iconografias como mapas, fotografias antigas etc. Importante destacar, não obstante utilizarmos fontes impressas, que aproveitamos majoritariamente as disponíveis em meio digital, devido à maior facilidade e rapidez com que conseguíamos acesso às informações que julgávamos necessárias para nossa pesquisa.

12 A lista completa dos arquivos consultados encontra-se disponível no **Apêndice A**.

Sobre os documentos encontrados em meio físico, pelo fato de termos constatado que Lucino Barretto e parte de seus familiares se instalarem em Mococa e região a partir de fins do século XIX, nos dirigirmos até o município com vistas a encontrar fontes documentais que comprovassem a atuação dos Barretto no período indicado, assim como, para que compreendêssemos suas origens, ascendentes e laços familiares. Neste sentido, tivemos acesso ao acervo da fazenda Nova e ao da Casa de Cultura "Rogério Cardoso", onde encontramos notícias e anúncios de jornais locais, poucas fotografias antigas e demais documentos do final do século XIX ao início do século XX. As publicações de jornal mostraram-se essenciais para contextualizar a atuação da família em Mococa, mas o documento mais relevante foi um estudo genealógico (**Anexo A**)[13] produzido por Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto ([1985?]), através do qual o autor identificou e esboçou os ascendentes da família, seus respectivos engenhos em Sergipe, os matrimônios, e detalhou parte dos ramos mais recentes. Foi através destas fontes documentais que contextualizamos as origens dos Barretto em Sergipe, sua passagem por Mococa e municípios da região antes de partirem para a região de Araraquara.

Além disso, identificamos que registros sobre o histórico de constituição do território de Taquaritinga são bastante escassos, principalmente os anteriores à década de 1920 – os quais considerávamos relevantes para nossa investigação, pois pretendíamos verificar aspectos relacionados ao contexto de formação das fazendas de café de Taquaritinga e, mais importante ainda, do próprio objeto de estudo, a fazenda Glória –, o que dificultou realizar uma análise embasada em fontes diversas. Mesmo assim, tivemos acesso a documentos que contribuíram significativamente para o preenchimento de algumas lacunas. Por exemplo, uma certidão de transcrição que adquirimos junto ao Arquivo Diocesano de São Carlos[14], a qual nos forneceu informações sobre o período, as pessoas e as respectivas quantidades de terras doadas para a formação do patrimônio de São Sebastião dos Coqueiros, em 08 de junho de 1868. Outros dois documentos agregaram na mesma medida: as transcrições adquiridas em cartórios de registros de imóveis e/ou civis dos municípios de Mococa, Jaboticabal, Monte Alto e Taquaritinga; e o inventário *post-mortem* de Lucino Barretto, do ano de 1927, que nos foi disponibilizado pelo Arquivo do Fórum da Comarca de Jaboticabal, 1ª Vara Cível. Todos estes documentos forneceram informações não somente sobre Lucino Barretto e

13 Uma cópia do estudo genealógico citado nos foi gentilmente cedida por Marina Barretto Rossetti, do acervo da fazenda Nova, em nossa visita a Mococa em junho de 2019. Porém, verificamos que os esboços originais se encontram sob os cuidados de D. Maria Lúcia Barretto Prado Salles Machado, descendente de Dr. Plínio Barretto e uma das herdeiras da fazenda Morro Azul, em Mococa. No capítulo 1 desta dissertação traremos maiores informações a respeito, sobretudo em notas de rodapé. Ver mais sobre as fazendas citadas nos sites: <http://www.fazendanova.com/> e <http://www.fazendamorroazul.com.br/>.

14 A Certidão de Transcrição nº 09.03.34, folhas 040/040v, assento nº 001, presente no Livro de Tombo da Paróquia Matriz de São Bento, de Araraquara, que adquirimos através do Arquivo Diocesano de São Carlos, refere-se ao ato de doação de terras da fazenda Boa Vista para a fundação do patrimônio de São Sebastião dos Coqueiros, atual município de Taquaritinga. O documento nos foi disponibilizado em junho de 2020 pelo Diácono Carlos Pavan. Para mais informações sobre o Arquivo Diocesano de São Carlos, ver: <https://www.diocesesaocarlos.org.br/historia-da-diocese/arquivo-diocesano/>.

sua família, mas sobre os proprietários anteriores e as benfeitorias outrora existentes na fazenda Glória[15].

Outra fonte física fundamental para compreendermos o nosso objeto de estudo, assim como o município de Taquaritinga, foram as fotografias antigas que encontramos nos acervos particulares das famílias Almeida Lima, Barretto, Cedroni, e Sanches. Nestes últimos estão presentes registros fotográficos, especialmente da fazenda Glória, os quais foram realizados não só pela família proprietária, mas por funcionários, e que contribuíram para ilustrar a organização do conjunto edificado da sede do núcleo rural, das áreas de plantação e pastagem, assim como do cotidiano de utilização dos espaços produtivos e domésticos daqueles que conviviam na propriedade, muito possivelmente entre as décadas de 1940 e 1990 – uma vez que a maioria das fotografias não foram datadas, mas algumas possuem anotações, à mão e no verso, que apontam para este período.

Quanto aos documentos encontrados em formato digital, de todos os arquivos pesquisados consideramos que cinco deles merecem destaque pela quantidade e qualidade do material a que tivemos acesso. Foi, sobretudo, através dos acervos da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da USP, que encontramos a maior parte de informações sobre membros da família Barretto, utilizando palavras-chave, desde sua atuação em território sergipano, conforme registrado em atas oficiais, comunicados, anúncios e matérias de jornais, periódicos e almanaques publicados a partir da década de 1850 até sua inserção em Mococa e outros municípios do interior paulista, inclusive na capital, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estes documentos nos permitiram identificar não só detalhes sobre Lucino Barretto e seus familiares, mas, igualmente, de proprietários anteriores da fazenda Glória, possibilitando-nos trazer informações a seu respeito. Outros dois acervos fundamentais para a compreensão de aspectos históricos e socioeconômicos de Taquaritinga e região foram as bibliotecas digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Através destes arquivos colhemos informações de anuários estatísticos, enciclopédias, estatísticas agrícolas e zootécnicas etc. Por fim, mas não menos importante, destacamos o material adquirido através do Museu Paulista da USP, principalmente os mapas das linhas férreas paulistas e o da Comissão Geográfica e Cartográfica do Estado de São Paulo, folha de Jaboticabal, do ano de 1927. Este último nos permitiu identificar as propriedades rurais taquaritinguenses, a topografia e a hidrografia da microrregião, as quais auxiliaram na compreensão deste

15 Mais detalhes sobre as transcrições e do inventário post-mortem citados, procurar nas referências: Jaboticabal (1910, 1919, 1921, 1927 e 1932), Mococa (1895, 1907 e 1912), Monte Alto (1927a e 1927b) e Taquaritinga (1930, 1940, 1948, 1949, 1962, 1976, 1984 e 1993).

território e na elaboração de nossos próprios mapas, para ilustrar aspectos que desejávamos destacar e complementar o texto.

Paralelamente, efetuamos a observação de campo e o levantamento métrico e fotográfico, sendo que, por se complementarem um e outro, foram realizados de maneira conjunta em nossas visitas à fazenda Glória. Produzimos desenhos, croquis e esquemas explicativos iniciais que nos permitiram compreender aspectos relacionados ao objeto de estudo, notadamente em relação à sua arquitetura e à paisagem em que está inserido. Quanto ao cotidiano, pelo fato do núcleo rural estar atualmente voltado para as lavouras de cana-de-açúcar, limão, amendoim etc., e não possuir muitos funcionários e tampouco a mesma movimentação de pessoas em espaço produtivo, como ocorria pelo menos até as décadas de 1970 e 1980, quando ainda era voltado para a produção cafeeira, somente foi possível observar o dia a dia de trabalho de poucos funcionários – um ou mais encarregados de serviços gerais e o caseiro – e de parte dos atuais herdeiros que se dirigiam quase que diariamente ao local. Mesmo assim, como veremos, conseguimos retratar o cotidiano do período cafeeiro com o auxílio das fontes documentais, iconográficas e relatos orais concedidos por ex-funcionários e membros da família proprietária.

Através do levantamento métrico e fotográfico efetuamos as medições e a captação em imagem das características arquitetônicas e construtivas da maioria das edificações remanescentes da fazenda Glória – pois quando iniciamos nossa pesquisa, identificamos que houve edificações e algumas instalações que não resistiram à passagem do tempo, ruíram e/ou foram desmontados, como a antiga olaria, a cocheira, o mangueiro para porcos, os abrigos para animais, entre outros – para que, posteriormente, produzíssemos os respectivos desenhos técnicos[16]. Iniciávamos a partir dos croquis e dos esquemas previamente produzidos com a observação de campo, porém, após fotografar e realizar a medição interna e externa de uma edificação, além de elementos compositivos, os desenhos passavam a conter informações sobre as dimensões e os detalhes construtivos e compositivos, como a espessura de paredes, quantidade de águas dos telhados, presença de pilares, se havia saliências e elementos decorativos nas fachadas, a existência ou não de pisos e assoalhos, forros, e assim por diante. Em seguida, estes esboços e as fotografias nos auxiliavam na etapa de vetorização, a qual foi totalmente realizada através do *software* AutoCAD, para a produção dos desenhos técnicos. Contabilizamos, ao final, mais de 15 edificações regis-

16 No caso de alguns elementos construtivos, por exemplo, uma pequena caixa de coleta de água, espaços para lavar, engomar, secar e quarar roupas etc., optamos por somente descrevê-los e ilustrá-los através de fotografias e texto, para que, de fato, pudéssemos focar os levantamentos nas edificações. Ademais, quando possível, realizamos a reconstituição de algumas edificações em estado de ruína que possuíam parte de sua composição.

tradas em fotografia e cada uma com sua respectiva planta-baixa, planta de cobertura e entre três e quatro fachadas[17].

Os desenhos técnicos foram produzidos conforme o padrão de representação gráfica vigente nas normas da ABNT. As plantas-baixas possuem elementos informativos como: norte geográfico, escala gráfica, indicação das fachadas frontal, posterior e laterais, através de setas e textos, bem como inserimos cotas de nível para ilustrar a altura do terreno em que cada limite da edificação se encontrava[18]. As plantas de cobertura e as fachadas contam com os mesmos elementos informativos, porém, as primeiras não possuem indicação de cotas de nível de forma a torná-las mais simplificadas, mesmo assim foram representadas de acordo com suas respectivas formas, a quantidade de águas dos telhados e contendo informações sobre a materialidade das telhas, localização das cumeeiras, calhas etc. Por fim, as fachadas possuem, além da escala gráfica, as alturas dos diferentes níveis do terreno e da edificação representada e sombreamento.

A última ferramenta de pesquisa, tão relevante quanto as demais, relaciona-se à realização de entrevistas estruturadas – vinculadas à metodologia da História Oral[19] – com pessoas que frequentaram, ou ainda possuem algum tipo de contato com a fazenda Glória, como ex-funcionários, ex-moradores e atuais herdeiros. Para sua execução foi preciso organizar roteiros com perguntas e assuntos que deveriam ser discutidos durante as entrevistas (ver **Apêndice B**); em seguida, estabelecemos contato com as pessoas que foram previamente selecionadas, ou, até mesmo, seguíamos as sugestões de novos contatos ao longo das entrevistas, sempre verificando se aceitavam participar da pesquisa, ao mesmo tempo em que esclarecíamos os possíveis riscos e benefícios que envolviam nossa investigação; depois combinávamos o local em caso de entrevista presencial, ou escolhíamos conversar por videoconferência, e, devido à necessidade de gravação para que os relatos, posteriormente, pudessem ser transcritos, solicitávamos a assinatura de um termo de autorização (ver **Apêndice C**); finalizada a entrevista, transcrevíamos o áudio e enviávamos o documento aos depoentes, para que realizassem as suas verificações e, ao final, aprovassem o que foi escrito; e, se preciso, marcávamos novos encontros para complementar informações

17 É preciso salientar que encontramos edificações de uso misto, por exemplo, as que no passado foram e/ou que ainda estivessem sendo utilizadas não só como habitação, mas também como depósito. Neste caso, conforme veremos nos capítulos 3 e 4 desta dissertação, optamos por classificá-la e analisá-las de acordo com sua característica predominante.

18 Importante é salientar que, por não termos tido acesso a levantamentos topográficos que permitissem precisar as respectivas cotas em que cada edificação foi instalada, optamos por padronizar que todas as edificações teriam como ponto referencial inicial, de nível zero metros, suas elevações frontais – ou aquelas que possuíssem o acesso principal – enquanto que as demais passariam a contar com alturas variáveis, para mais ou para menos, a partir do ponto inicialmente estabelecido da fachada frontal.

19 De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ([entre 2010 e 2020?]), a história oral é "[...] uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea". Ela foi utilizada nos Estados Unidos, no México e na Europa a partir da década de 1950 e, com o passar dos anos, generalizou-se em pesquisas de historiadores, sociólogos, antropólogos, entre muitas outras áreas de formação. Para mais informações a respeito, ver: FGV ([entre 2010 e 2020?]).

Estrutura da dissertação

Com o intuito de responder aos objetivos de pesquisa, assim como de expor as análises realizadas e os resultados alcançados, organizamos nossa dissertação em quatro capítulos. A ordem em que estão dispostos não é aleatória, ao contrário, parte de uma escala macro para a micro, conforme a proposição teórico-metodológica de Lepetit (2016, p. 227-261), o que permitiu a abordagem de assuntos não somente relacionados ao nosso objeto de estudo e sua paisagem, mas também sobre a família proprietária, os Barretto.

No capítulo 1 buscamos compreender o contexto histórico em que a família Barretto esteve inserida e reconstituir sua trajetória até o interior paulista. Para tanto, subdividimos o capítulo de forma a representar três momentos deste percurso: I) iniciamos trazendo detalhes de sua atuação no território sergipano, ainda como proprietários de engenhos na antiga região açucareira do Vale do Cotinguiba, entre outras funções; II) sobre sua chegada a São Paulo, notadamente a Mococa, onde ocuparam cargos relacionados às suas áreas de formação, no setor público, na política, na produção e comercialização de café, na imprensa etc.; III) e finalizamos com a chegada de Lucino e D. Antônia à região de Araraquara, ao que tudo indica influenciados por outros familiares, mais precisamente a Taquaritinga, onde adquiriram a fazenda Glória no início da década de 1920.

No capítulo 2 descemos mais uma camada em nossa análise – ainda em uma escala territorial – para abordar, nos dois primeiros itens, a paisagem em que a fazenda Glória está inserida. Verificamos que a propriedade está localizada em uma região de planalto da Serra do Jaboticabal e que em seu território há remanescentes de Mata Atlântica nativa e diversos pontos de nascentes, condicionantes naturais que dão origem ao córrego da fazenda Glória, um dos mais importantes para a hidrografia da microrregião. Contudo, a qualidade hídrica da maior parte destas nascentes está sendo impactada pela lavoura de cana-de-açúcar, assim como a fauna e a flora, devido aos constantes incêndios que ocorrem na Serra do Jaboticabal. Para tanto, procuramos compreender o conceito de paisagem e sua aplicabilidade contemporânea, quais são os dispositivos legais em vigor e o que tem sido feito para conter tais ameaças. Assim sendo, tendo em vista que esta paisagem é muito utilizada pela população, propusemos o fomento às atividades turísticas não só como um importante instrumento para auxiliar na preservação de suas características naturais, mas, também, do patrimônio arquitetônico remanescente do período cafeeiro, como é o caso do nosso objeto de estudo, entre outras propriedades.

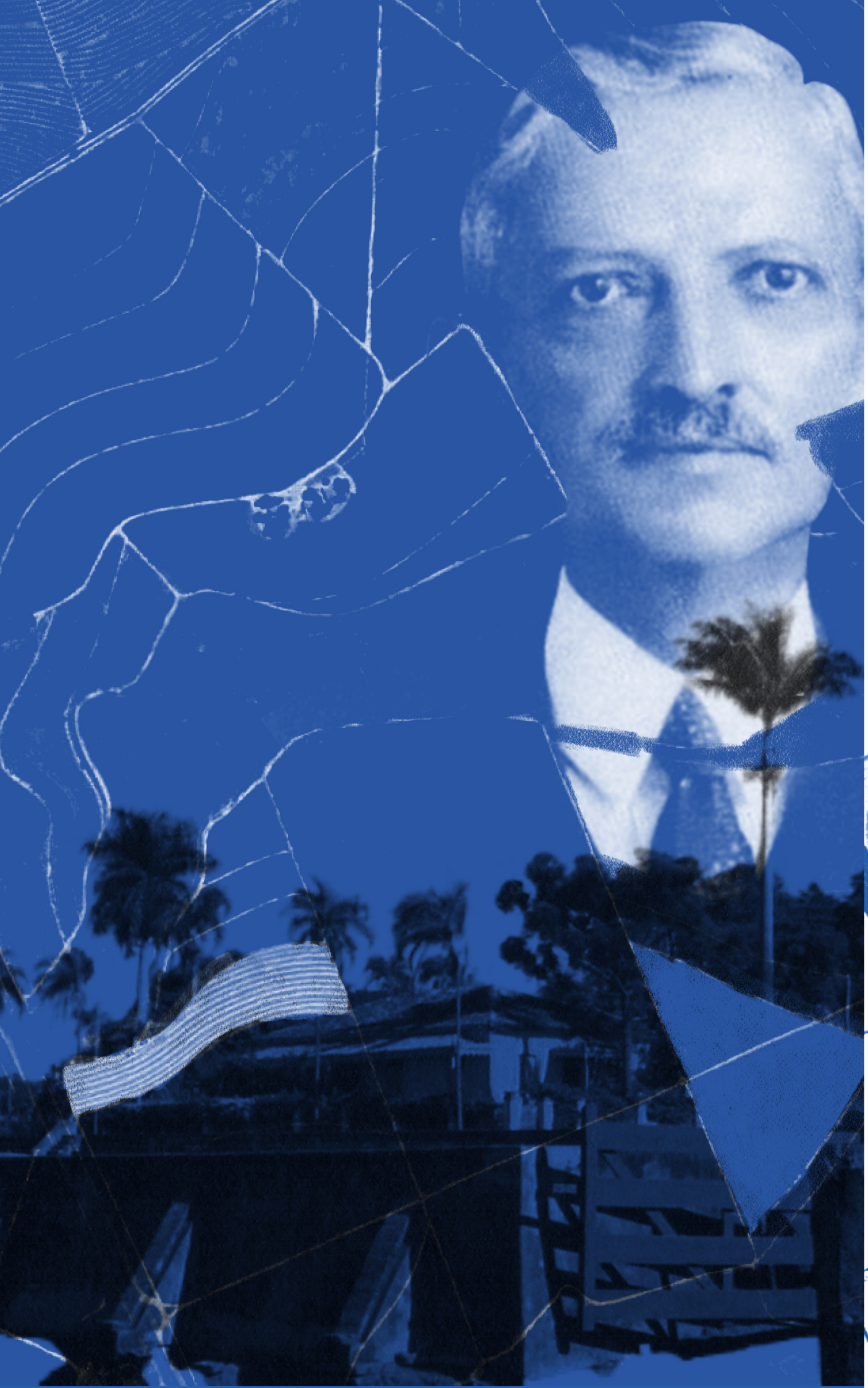
No último item deste capítulo 2, em mais um movimento de aproximação, tratamos sobre a escolha do sítio e a implantação do conjunto da sede da fazenda Glória. Não obstante a propriedade ter sido muito possivelmente instalada no início do século XX, verificamos que muitos dos aspectos apontados em manuais agrícolas, ou "memórias para o cultivo de café" publicadas ao longo do século XIX, foram levados em consideração na implantação das edificações da sede da propriedade. Além disso, assim como nas pioneiras fazendas do vale do Paraíba, estas edificações da sede continuaram dispostas ao redor do terreiro e com destaque na paisagem para a moradia dos proprietários. Porém, em consonância com a região de Araraquara, as edificações vinculadas ao processo de beneficiamento do café encontram-se um pouco mais afastadas entre si, e as residências, sobretudo as dos proprietários, separadas através de caminhos e jardins – mais um indicador que corrobora para a afirmação de que a propriedade pertença ao início do século XX, quando o ecletismo e as noções burguesas de higiene, conforto e separação entre a vida privada e a do trabalho já haviam sido difundidas, não somente na capital, mas também pelo interior paulista.

Os capítulos 3 e 4 foram dedicados à descrição e análise da arquitetura, seu estado de conservação e o cotidiano do setor de produção e o doméstico, respectivamente, da fazenda Glória. Verificamos que, muito embora a propriedade adote elementos construtivos inovadores – como o concreto, sistemas de água e esgoto encanados, janelas venezianas, bem como a existência de jardins e pomares para momentos de fruição ao ar livre –, todo o conjunto edificado da fazenda Glória é sóbrio e singelo em comparação com outras propriedades da região de Araraquara, por exemplo, a fazenda Santa Maria do Monjolinho, de São Carlos. Mesmo assim, como veremos, não houve grandes rupturas quanto ao que já estava sendo praticado no meio rural paulista, tanto em termos construtivos quanto em relação ao cotidiano, apenas simplificações que supriram as necessidades da família proprietária e que foram coerentes com sua condição financeira no período.

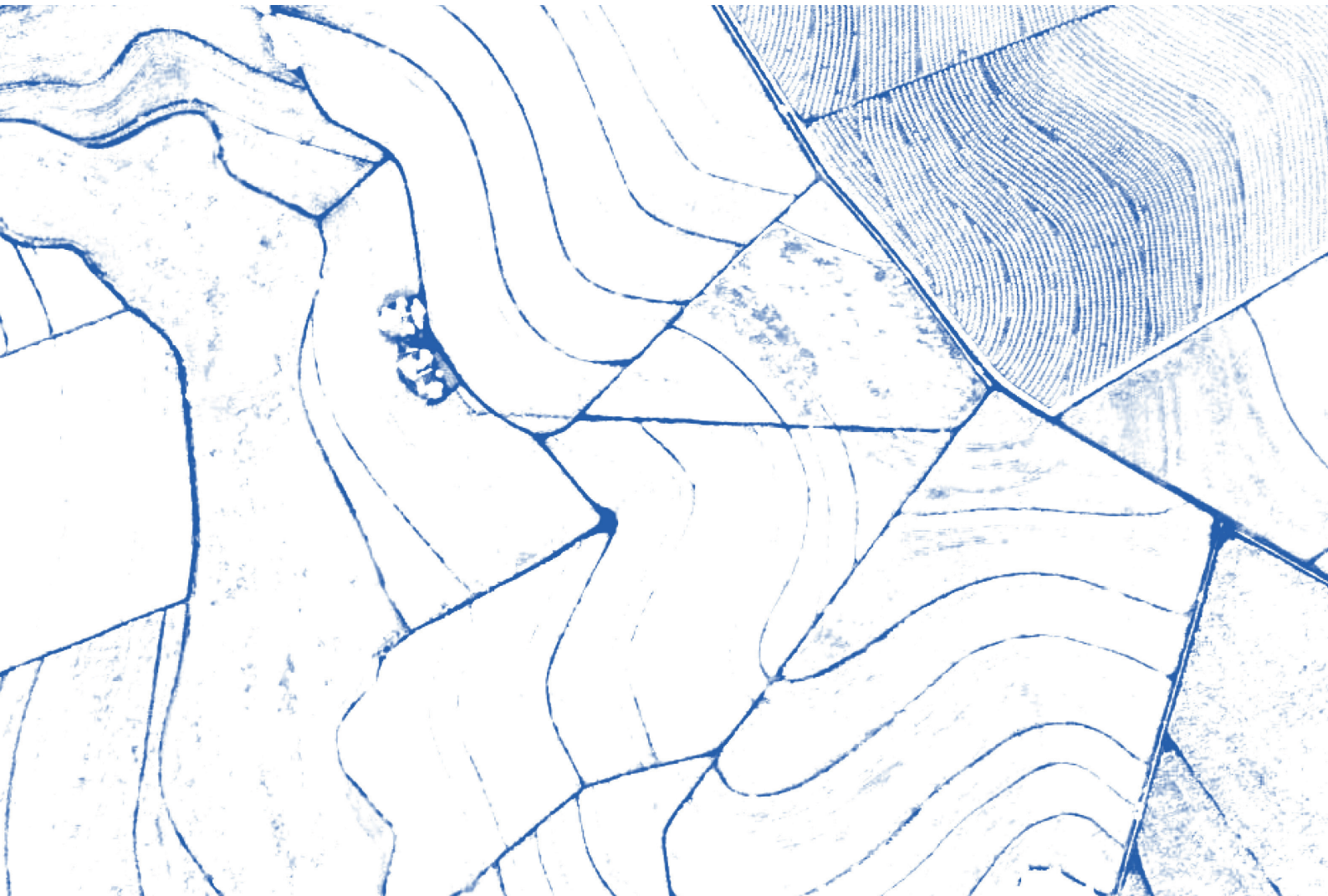
Percebemos, ainda, que a maioria das edificações do setor produtivo da fazenda Glória – como as caixas d'água, o lavador de café, o terreiro, a tulha e casa de máquinas, entre outros – é o que se encontra em estado mais preocupante de conservação, quando não já vieram a ruir, muito possivelmente devido ao fato da propriedade estar voltada desde a década de 1970 para as lavouras de laranja, cana-de-açúcar etc. Em contrapartida, mais conservadas estão as edificações utilizadas pela família proprietária, como o casarão, o "chalé" e demais blocos de apoio, como as despensas, cozinhas externas, espaços para a lavagem e secagem de roupas, entre outros.

Enfim, quanto à preservação de antigas fazendas de café, igualmente a Benincasa (2003, p. 13), consideramos "[...] urgente a necessidade do

resgate e, principalmente, de uma maior divulgação da história local aos seus habitantes, para despertar-lhes a consciência do pertencer, de fazer parte de uma história [...]". Neste sentido, ainda que tenhamos analisado apenas um exemplar em nossa dissertação, a fazenda Glória de Taquaritinga, esperamos poder contribuir para que não só ela, mas também outros antigos lugares de produção (CORREIA e BORTOLUCCI, 2013) sejam conhecidos e tenham a sua importância reconhecida pela população, bem como, para o mantimento de sua memória e que mais antigas propriedades rurais sejam preservadas.



1 Família Barretto: de Sergipe ao interior paulista




832
CHEVROLET

1.1 Os Barrettos no Vale do Cotinguiba, Província de Sergipe d'El Rey

A faixa costeira africana começou a ser frequentada por navegantes portugueses e espanhóis desde o final do século XV, quando faziam viagens de exploração para descobrir o caminho marítimo das Índias. Porém, ao afastarem-se do percurso ao redor da África e partindo em direção ao Ocidente, chegaram à América. Entre outros territórios do continente, os exploradores descobriram o Brasil, que até então era parcamente habitado, somente por tribos indígenas, e procuraram aproveitá-lo de alguma maneira. Na impossibilidade de encontrar metais preciosos logo de início, os portugueses – juntamente com os franceses, pois os espanhóis passaram a respeitar o Tratado de Tordesilhas (1494) – começaram a extração do pau-brasil, espécie arbórea nativa que se espalhava por boa parte da costa e que se assemelhava a outra variedade utilizada no Oriente para a retirada de corantes aproveitados na tinturaria. Contudo, essa primeira operação era rudimentar, destrutiva e não contribuiu para a criação de estabelecimentos coloniais de alguma importância, mesmo assim gerou lucros, pois a matéria-prima alcançava bons preços no mercado europeu (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 24-26).

A formação de uma empresa agrícola colonial em terras brasileiras somente foi possível graças a uma conjuntura favorável de fatores, somada às experiências anteriores que Portugal havia realizado com êxito nas ilhas do Atlântico para a produção do açúcar, um produto muito procurado na Europa no período. Entre eles, além do avanço técnico que os portugueses alcançaram no desenvolvimento de equipamentos para os engenhos; estes atuavam em conjunto com os povos flamengos – no início, vindos da Antuérpia e, em seguida, de Amsterdam –, que retiravam o produto em Lisboa para refiná-lo e distribuí-lo pela Europa, especialmente para o Báltico, a França e a Inglaterra. Ademais, por volta da segunda metade do século XVI ocorreu uma expansão deste mercado, o que se constituiu como um fator fundamental para a colonização do Brasil, pois, é sobretudo com a experiência e capitais holandeses que o governo português iniciou as instalações produ-

tivas e a importação de mão-de-obra escrava para utilização nas unidades açucareiras brasileiras (FURTADO, 2007, p. 31-34).

Aos moldes da grande propriedade monocultora escravista, a produção do açúcar tornou-se a principal atividade econômica da Colônia[1] por mais de um século e meio, de modo que, entre variações de preço e conflitos político-administrativos de Portugal com outros países europeus, por volta da metade do século XVII o Brasil alcançou o posto de maior produtor de açúcar – quando surgem os concorrentes da América Central e das Antilhas[2]. Neste sentido, os dois principais núcleos produtores brasileiros eram as Capitanias de Bahia e Pernambuco, de onde a lavoura expandiu-se até as regiões de Sergipe, Alagoas e o Rio Grande do Norte acompanhando os solos férteis e úmidos da faixa litorânea, bem como em centros mais afastados da Europa e que tinham relevância secundária, como o Rio de Janeiro e São Vicente[3] (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 39-40).

No que diz respeito a Sergipe, a extensão de seu território se dava desde a barra do rio São Francisco até a ponta da Baía de Todos os Santos, onde foram realizadas várias tentativas por parte da Coroa Portuguesa ao longo do século XVI para efetivar seu domínio no local. A expedição que logrou êxito ocorreu em 1590 e foi composta pelas tropas comandadas por Cristóvão de Barros, as quais anularam a resistência indígena na região. Com a conquista foi fundado o arraial de São Cristóvão, entre uma estreita faixa de terra que formava a barra do rio Poxim junto à foz do rio Sergipe. As terras conquistadas foram divididas em sesmarias e, com o passar dos anos, foram edificados arraiais e vilas, assim como expandidas as áreas de agricultura e pecuária; contudo, o território sergipano continuou pertencente e dependente da Bahia, ao menos, até o início do século XIX[4] (ALMEIDA, 1984, p. 37-38 e 1993, p. 272; NUNES, 2000, p. 19; PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 12).

Entretanto, a economia açucareira brasileira se desorganizou ao longo da segunda metade ao final do século XVII, não só devido à concorrência externa, mas pela descoberta de ouro e pedras preciosas na região Centro-Sul, mais precisamente nos arredores de Ouro Preto, em Minas Gerais, localidade em que houve um intenso afluxo populacional e fiscalização por parte de Portugal, a fim de receber seus tributos (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 56-57).

---

1 Evidentemente, segundo Prado Júnior (2012, p. 41-46), havia outras atividades, chamadas por ele de "acessórias", que tinham caráter secundário e apoiavam a economia de exportação açucareira, como: a agricultura de itens básicos para alimentação (mandioca, milho, arroz, feijão etc.) e a pecuária, que fornecia principalmente a carne. Ver mais sobre o assunto em: Prado Júnior (2012).

2 De acordo com Furtado (2007, p. 90-91), a economia escravista açucareira dependia quase que exclusivamente da procura do mercado externo. Assim, se esta diminuía, iniciava-se um processo de decadência e atrofiamento do setor monetário, mas ainda era vantajoso para o proprietário do engenho continuar operando; no entanto, se os preços abaixassem ainda mais, o empresário não podia arcar com os custos e o engenho perdia capacidade produtiva. Este cenário se manteve na produção do açúcar brasileiro por mais de três séculos, o qual foi marcado por depressões e recuperações de acordo com a demanda externa e a concorrência de outras localidades produtoras do exterior.

3 Ver mais sobre o assunto em: Prado Júnior (2012), Furtado (2007) e Petrone (1968).

4 Ver mais em: Almeida (1984 e 1993), Nunes (2000, 2006) e Passos Subrinho (1983).

Mesmo assim, segundo Furtado (2007, p.137-138), após um curto período de euforia propiciado pelos lucros da extração do ouro e diamantes, a partir do último quartel do século XVIII, a Colônia encontrava-se novamente em um quadro de dificuldades econômicas; isso ocorreu, principalmente, devido ao decréscimo do valor total de comercialização do açúcar: "[...] a níveis tão baixos como não se havia conhecido nos dois séculos anteriores". Assim como o esgotamento das jazidas auríferas havia afetado as exportações, que geraram pouco mais de meio milhão de libras, e as demais vendas gerais externas, que haviam garantido em torno de cinco milhões por volta de 1760, até o final do século pouco excedem, em média, a quantia de três milhões da moeda[5].

> Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois pólos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina (FURTADO, 2007, p. 138).

Não obstante, a partir do último quartel do século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte, uma sucessão de conflitos políticos internacionais repercutiram nos mercados fornecedores de produtos tropicais. Entre os principais é possível citar a Guerra de Independência dos Estados Unidos, a decadência do império espanhol no continente americano, a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, que contribuíram para a desarticulação de suas colônias no período, por exemplo, o Haiti, uma das maiores produtoras de açúcar daquele país, com a revolta de São Domingos (cerca de quinhentos mil escravos se rebelaram e destruíram os capitais por lá investidos) – e que, juntamente com o aumento populacional e uma maior demanda por alimentos e matérias-primas na Europa, contribuiu para uma nova ascensão da agricultura brasileira (FURTADO, 2007, p. 140-141). Além de uma alta momentânea do setor algodoeiro[6], as antigas regiões açucareiras que se encontravam em decadência há quase um século, como Bahia e Pernambuco, voltaram a se destacar juntamente com os Campos dos Goytacazes e, em segundo plano, São Paulo (antiga Capitania de São Vicente, renomeada no início do século XVIII), as quais exportavam na época 20.000, 14.000, 9.000 e 1.000 caixas de açúcar por ano, respectivamente (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 84).

5 Ver mais sobre o assunto em: Prado Júnior (2012) e Furtado (2007).

6 De acordo com Prado Júnior (2012, p. 80-83), além do açúcar, que se destacava por ser o principal produto tropical de exportação, o algodão alcançou no período certa relevância propiciada pela maior demanda internacional pela fibra. A cultura, então, espalhou-se do Maranhão até o extremo-norte da Colônia, com destaque ao Pará, até o território de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Entretanto, nas palavras do autor, "[...] não será mais que um momentâneo acesso. Com o declínio dos preços, que se verificará desde o começo do século XIX, consequência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana [...] a nossa área algodoeira vai se restringindo; e estabilizar-se-á [...]".

Os efeitos dos conflitos internacionais e a maior demanda externa por produtos tropicais também ecoaram em Sergipe e contribuíram para a expansão da cultura canavieira pelos seus férteis vales fluviais (NUNES, 2000, p. 21-22). De acordo com Amaral (2007, p. 28), estes eram compostos por seis bacias hidrográficas: 1) a do rio Real, que hoje separa os atuais estados de Sergipe e da Bahia; 2) a do Vaza-Barris, que banha São Cristóvão; 3) a dos rios Sergipe e Cotinguiba, que atendem aos municípios de Riachuelo, Laranjeiras e Aracaju (nova capital, desde 1855); 4) a do rio Japaratuba, que antes de desaguar no mar passa por um município de mesmo nome; 5) a do rio Piauí, que atende Estância; 6) e, por fim, a do rio São Francisco, que divide o território de Sergipe de Alagoas.

De acordo com a autora, era principalmente na faixa litorânea que se localizavam os solos mais propícios ao cultivo da cana-de-açúcar e que, por ter sido originalmente composta de mata atlântica, as áreas próximas são conhecidas por: Zona da Mata Sul, que compreende o território entre os rios Real e Vaza-Barris; e Zona da Mata Norte ou da Cotinguiba, localizada ao longo dos vales dos rios Japaratuba, Cotinguiba e Sergipe. Dentre estas, uma região, em especial, se destacou:

> A região da Cotinguiba, tal como o Recôncavo baiano, possuía os solos de massapê, argilosos, escuros e pesados, que [...] eram perfeitos para o cultivo da cana-de-açúcar, a cultura mais rentável no período colonial. Lá eram encontrados também os 'salões', solos avermelhados [...] mas também muito férteis. A região tinha o transporte facilitado pela navegação dos grandes rios e de seus numerosos afluentes durante a maré cheia. Numa época em que existiam poucas estradas [...] o transporte fluvial constituía importante fator de produção. A união desses três elementos – solo, clima e rios navegáveis – fez com que a Cotinguiba se tornasse o principal núcleo produtor de açúcar em Sergipe (AMARAL, 2007, p. 28).

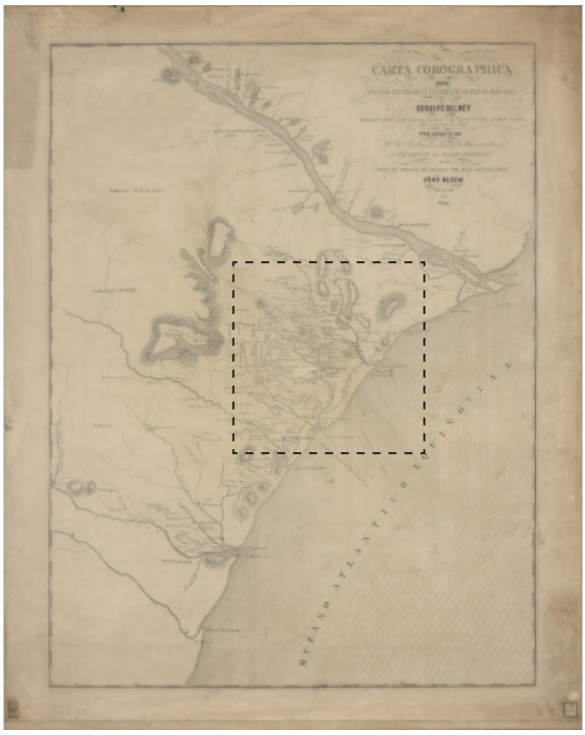


Figura 1a
Carta Corographica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, com destaque para a região da Cotinguiba. Fonte: Adaptado de Bloem (1844).

De acordo com Nunes (2000, p. 21-22), a quantidade de unidades produtoras de açúcar instaladas em território sergipano saltou de apenas 24 em 1724, para 140 em 1798 – ao passo que já havia 260 no Recôncavo Baiano no mesmo ano. Porém, nas primeiras décadas do século XIX, mais precisamente em 1824, foram encontrados 232 engenhos em Sergipe e, em 1840, o



Figura 1b
Destaque para a região da Cotinguiba. Fonte: Adaptado de Bloem (1844).

número chegou a 344[7]. Conforme Almeida (1984, p. 108-109), um maior aumento das unidades sergipanas aconteceu a partir da década 1840, quando, de 344 engenhos, a província passou a contar com 623 deles em 1849, 679 no biênio 1851-52, 753 no ano de 1856, até atingir o pico de 830 unidades em 1862. Salienta a autora que este crescimento das unidades não ocorreu somente no território sergipano, pois, por exemplo, a Bahia igualmente passou de 603 espaços de produção de açúcar em 1834, para 1.603 em 1854[8]. Mas em Sergipe, conforme Santos (2004, p. 24), os núcleos populacio-

7 De acordo com Nunes (2000, p. 21-22), outros produtos também contribuíram para gerar certo capital para o desenvolvimento de Sergipe na época, os quais, à parte do açúcar, foram: a aguardente, que era produzida nos 108 alambiques existentes, somados aos que já estavam instalados em cada engenho; o algodão, como comentamos anteriormente, que era cultivado nas últimas décadas do setecentos, devido, sobretudo, à Guerra de Independência dos Estados Unidos, país que freou sua produção e exportação à Inglaterra; a farinha de mandioca, produto alimentar básico mas que tinha relevante peso no comércio interprovincial com a Bahia e Pernambuco; dentre outros itens que ganhavam destaque nas exportações, como o tucum, a carne, o fumo e o arroz.

8 Ver mais em: Nunes (2000) e Almeida (1984).



Figura 2a
Nova Divisão Hidrográfica de Sergipe, 2016, com destaque para a hidrografia e os principais núcleos populacionais da antiga região da Cotinguiba.
Fonte: Adaptado de Sergipe (2016).



Figura 2b
Destaque para a hidrografia e os principais núcleos populacionais da antiga região da Cotinguiba.
Fonte: Adaptado de Dados da Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) de Sergipe ([2004?]) apud Amaral (2007, p.29-30).

nais[9] e regiões que mais possuíam engenhos – e não poderia ser diferente devido às condições propícias naturais e de transportes – eram:

> [...] da Cotinguiba, com 373 e a Mata-Sul, com 236 engenhos em 1856, [...]. A região do Agreste-Sertão de Lagarto tinha 34 e a de Itabaiana apenas 29; por fim, o Agreste-Sertão do São Francisco possuía 75. Além dessas, outras [...] atividades econômicas da Província eram o cultivo do algodão, [...] e a pecuária, desenvolvida em 566 propriedades, em sua maioria situadas na região Agreste-Sertão de Lagarto [...] (SANTOS, 2004, p. 24).

Neste contexto, o desenvolvimento econômico do Vale do Cotinguiba propiciou a ascensão de uma parcela da população[10] detentora de maior poderio econômico e influência política, seja pela montagem de novos engenhos, seja pela transmissão das riquezas via casamentos consanguíneos e heranças – a família Barretto foi uma delas, como veremos a seguir.

Além disso, de acordo com Nunes (2006, p. 51), é da produção açucareira que essa elite local obtém os lucros para financiar os estudos de seus filhos em escolas superiores da Europa e/ou nas de Medicina, na Bahia, e de Direito, em Recife e São Paulo; herdeiros que paulatinamente foram substituindo seus familiares nos setores governamentais de Sergipe, pois, a partir da década de 1840 bacharéis e médicos começaram a integrar a Assembleia Provincial, ocupando, ao todo, dezenove dos vinte e quatro cargos de deputados no biênio 1872/73[11]. Entretanto, Nunes (2006, p. 53) aponta que a aristocracia rural sergipana era bem mais modesta em comparação à de outras províncias nordestinas, pois, as propriedades dessas elites não tinham as mesmas proporções e refinamento, sobretudo porque a província possuía menor extensão territorial e produção em comparação as da Bahia e de

9 Com relação aos núcleos urbanos sergipanos, nos primeiros anos do século XIX a província possuía uma cidade, a capital (São Cristóvão) e sete vilas: Santo Amaro, Santa Luzia, Lagarto, Itabaiana, Tomar do Geru, Propriá e Vila Nova. Além das vilas, também já havia quatro povoações: Laranjeiras, Pacatuba, Japaratuba e São Pedro. Para o autor, é perceptível a separação das atividades econômicas para cada uma das vilas distribuídas pelo território e que acompanhou as três sub-regiões climáticas presentes em Sergipe: entre o sertão e o agreste, Itabaiana, por exemplo, produzia principalmente culturas de cereais e algodão; no agreste (zona intermediária), Lagarto e Campos atentavam-se à pecuária; e na Zona da Mata (mais próxima do litoral), o açúcar predominava nos vales dos rios Cotinguiba, Vaza-Barris e Piauí (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 16). Como o ápice da economia açucareira sergipana ocorreu próximo a 1850, em função da valorização do produto na balança comercial internacional, é nessa época que mais núcleos urbanos foram criados a partir das riquezas advindas do açúcar, como, por exemplo, além dos acima citados, os de Socorro, Rosário, Riachuelo, Siriri, Capela, Divina Pastora e Maruim. Especialmente no Vale do Cotinguiba, Laranjeiras e Maruim destacavam-se como os dois núcleos urbanos mais importantes, de onde o açúcar era exportado e que produtos chegavam pelos seus portos. Portanto, o desenvolvimento dos municípios "[...] ocorrera paralelamente ao crescimento da economia do açúcar, e de simples vilas na primeira metade do século XIX, tornaram-se importantes cidades, residência dos políticos, comerciantes e intelectuais sergipanos" (AMARAL, 2007, p. 30 e 34).

10 Conforme uma pesquisa realizada por Mott (1986, p. 49-50), em 1834 existiam na província de Sergipe 30.011 brancos, 70.717 pardos, 58.208 pretos e 1.516 índios. Para o autor, os representantes do primeiro grupo constituíam a elite no poder, mesmo representando apenas 18,8% do total da população. Os "não brancos" eram a maioria e atingiam o percentual de 81,2% dos indivíduos. Dentro deste último grupo o dos pardos era o mais numeroso, pois pelo menos 44% da população em Sergipe possuía antepassados brancos e pretos. Com relação ao grupo dos pretos, a maioria escravos, constituíam 36,3% do total. Por fim, o grupo menos numeroso era o dos índios, com apenas 0,9% da população. Entre outros documentos, Amaral (2007, p. 36-37) analisou o mapa estatístico da população de Sergipe de 1851, elaborado no auge da produção açucareira da província, e identificou que esta contava com 222.990 habitantes, sendo 56.564 (25%) escravos, cuja maior parte (22.124 indivíduos) residia na região do Vale do Cotinguiba – equivalendo a 35% dos habitantes dessa região. Ver mais sobre o assunto em: Mott (1986) e Amaral (2007).

11 Um dos exemplos citados por Nunes (2006, p. 51) é o caso de Dr. José de Barros Pimentel, médico formado em Paris em 1841, que, ao regressar a Sergipe, por influência de seu tio Sebastião Gaspar de Almeida Boto, elegeu-se para cargo de deputado nos anos administrativos de 1843/1844, onde permaneceu por mais quatro períodos adiante. Ver mais em: Nunes (2006).

Pernambuco – quadro geral trazido pela autora através dos apontamentos de Orlando Dantas (1944)[12]:

> 'A nossa aristocracia açucareira não teve brasões, castelos e escadarias de mármore. Os nossos sobrados sempre foram modestos. Os sobrados do engenho Escurial [...], o das Pedras [...], as casas grandes do Castelo, São Felix, Vassouras, S. José de Laranjeiras, Lombada, Topo, Junco, marcam o máximo de conforto da aristocracia sergipana'.
>
> [...]
>
> 'Os nossos barões, comendadores, agrônomos, bacharéis, educados quase todos na Europa, tiveram grande preponderância nas transformações de ordem econômica e social da Província, no prestígio decorrente dos novos hábitos adquiridos e na influência local pela introdução de novos melhoramentos agrícolas e industriais nas suas propriedades' (DANTAS, 1944, p. 39 *apud* NUNES, 2006, p. 53).

De acordo com Franco (1975, p. 683), dentre os grupos pertencentes à aristocracia rural de Sergipe no período, a família Barretto[13] destacava-se por ser proprietária de muitos engenhos na província. O autor cita o nome de alguns de seus integrantes, como os de: Francisco Muniz Barretto, proprietário do Engenho Vassouras que era localizado em Divina Pastora e que foi herdado de seus pais em 1875; e Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, do engenho Contadouro, situado no município de Riachuelo. Segundo o autor, este último "[...] possuía os engenhos das melhores terras do município de Riachuelo, daí sua riqueza" e (alguns de) seus filhos, Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto (mesmo nome do pai) e Dr. Augusto F. de M. Barretto estudaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Dr. Adolpho Coelho de M. Barretto, na Faculdade de Direito do Recife[14].

Buscando compreender melhor sobre a família Barretto, tivemos acesso a um estudo feito por Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto[15] ([1985?]) em que

12 DANTAS, Orlando Vieira. O problema açucareiro de Sergipe. Aracajú, 1944. Ver mais sobre o assunto em: Nunes (2006).

13 Há divergências entre as fontes com relação à grafia correta do sobrenome. Encontramos documentos em que o sobrenome da família foi colocado como "Barreto" (apenas uma letra T) e outras em que a consoante é duplicada, formando, assim, "Barretto". Consideramos importante ressaltar que optamos por manter a segunda opção em nosso trabalho devido aos estudos genealógicos, relatos orais e documentos primários que tivemos acesso apontarem neste sentido.

14 Através de nossa pesquisa, identificamos que Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto possuía mais de três filhos, bem como, seu filho, Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto, não se formou pela instituição citada, mas em São Paulo. Estas e outras questões abordaremos ainda neste capítulo.

15 De acordo com o estudo publicado por Begliomini ([2009?]) – data aproximada de publicação segundo informações adquiridas junto à Academia de Medicina de São Paulo (2021) – Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto nasceu em 15 de setembro de 1910, em Mococa, e era filho de Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto e D. Mariana Lima de Mattos Barretto – ou seja, era neto de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, outrora proprietário do engenho Contadouro, em Riachuelo-SE. Estudou e graduou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) no ano de 1934, e especializou-se em otorrinolaringologia; atuou profissionalmente nos Estados Unidos e em seu retorno ao Brasil, a partir de 1936, atuou na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, publicou diversos estudos, artigos e participou de congressos, sobretudo internacionais entre as décadas de 1940 e 1950. Conforme os dados do obituário da Folha de São Paulo do dia 21 de outubro de 2002, o médico faleceu aos 92 anos de idade, era casado com D. Ruth Kowarick de Mattos Barretto (MORTES, 2002). Ver mais sobre o assunto em: Begliomini ([2009?]) e Mortes (2002).

o autor reconstituiu a árvore genealógica da família, desde os ascendentes primários até alguns ramos mais recentes[16] (ver **Anexo A**). De acordo com os dados disponibilizados, aqueles eram Antônio Coelho Barretto, português que chegou ao Brasil em 1558, juntamente com sua esposa, D. Quitéria de Sá, e se tornaram proprietários do engenho Porteiras. O casal teve 14 filhos. Alguns deles herdaram outros engenhos: 1) Albano do Prado Pimentel, do engenho Dangra; 2) José Sotero de Sá, do engenho Porteiras; 3) Padre (Pe.) Gonçalo Vieira de Mello, do engenho Tinguy; 4) Maria Eufrásia, do Espírito Santo; 5) Teotônio Corrêa Dantas, do engenho Santa Bárbara; 6) Braz Vieira Dantas; 7) Pe. João Gomes Vieira de Mello, do engenho Piranhas; 8) Estácio Muniz Barretto; 9) Dionísio Eleutério de Menezes; 10) Bárbara Coelho Barretto; 11) Quitéria Gomes de Sá Barretto; 12) Genoveva Gomes Barretto; 13) Joaquim Pedro de Aragão; 14) e José Bernardino de Sá[17].

Dos filhos de Antônio Coelho Barretto e D. Quitéria de Sá, Barretto ([1985?]) continua seu estudo genealógico a partir do primeiro filho do casal somente, Albano do Prado Pimentel. Com relação aos demais, o autor não traz maiores informações – muito possivelmente porque seu interesse era de chegar até os ramos mais recentes da família, em que seus avós, pais, tios e demais parentes próximos pudessem ser identificados. No caso de Albano do Prado Pimentel, conforme mencionado, este era proprietário do engenho Dangra e por mais que não exista registros sobre sua esposa no estudo, o autor identificou o nome de seus seis filhos e respectivos engenhos: 1) Albano do Prado Pimentel (herdeiro de mesmo nome do pai) e proprietário do engenho Piedade; 2) José Trindade do Prado, do engenho Várzea Grande; 3) Francisco Muniz Barretto, do engenho Vassouras; 4) D. Emerenciana Telles Barretto, do engenho Campanha; 5) D. Genoveva Prado, do engenho Tábua; 6) e Pe. Antônio Coelho, do engenho Piedade.

Entre os nomes anteriores, Barretto ([1985?]) novamente traz informações apenas sobre dois dos filhos de Albano do Prado Pimentel. Primeiramente destacamos o de Francisco Muniz Barretto, proprietário do engenho Vassouras, casado com D. Joana Vieira de Mello, e que juntos tiveram quatro filhos: 1) D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto, do engenho Contadouro, casada em primeiras núpcias com José Freire de Mattos Barretto e, em segundo casamento, com Pedro Muniz Barretto, do engenho Ilha; 2) D.

16 Tivemos acesso ao estudo ao adquirirmos uma cópia do mesmo que se encontra no acervo da fazenda Nova, localizada em Mococa-SP, que nos foi cedida por Marina Barretto Rossetti, quando visitamos o local em junho de 2019. Com a ajuda de Marina identificamos que as possíveis anotações originais do estudo se encontram sob os cuidados de D. Maria Lúcia Barretto Prado Salles Machado, uma das herdeiras da fazenda Morro Azul, também localizada em Mococa, filha de Jorge Barretto Prado e neta de D. Alice Lima de Mattos Barretto, a qual era irmã de Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto. Com o intuito de verificar se a cópia era realmente de autoria de Dr. Plínio Barretto, enviamos o material para D. Maria Lúcia verificar e, por fim, ela confirmou que os manuscritos haviam sido, de fato, feitos por seu tio-avô e que os dados eram os mesmos que possuía. Além disso, conforme descrito no cabeçalho de uma das primeiras páginas do estudo, os dados coletados por Dr. Plínio Barretto foram fornecidos por Aurélio Barretto, de Maruim-SE, em 17 de fevereiro de 1978, e foram extraídos do Livro da Família Barretto, do ano de 1558, que está disponível no acervo do Gabinete de Leitura do Museu Histórico de Maruim. Entretanto, como o médico não datou o material, optamos por indicar apenas a possível data em que foi realizado, 1985, de acordo com D. Maria Lúcia Machado (2021).

17 Pontuamos que, o nome dos herdeiros pode em nada se relacionar com o sobrenome dos pais como, também, ser exatamente o mesmo ou muito parecido, o que causa dúvidas a quem pesquisa e, mais ainda, a quem lê a respeito. Por isso, quando considerarmos ser dificultoso o entendimento, procuraremos trazer maiores informações ou lembretes através de notas de rodapé.

Maria Natividade Barretto Dantas, do engenho Tinguy, casada com Antônio Corrêa Dantas; 3) D. Antônia Barretto, do engenho Santa Rosa, casada com Francisco Muniz Barretto[18]; 4) e D. Joanna Barretto Menezes Telles, do engenho Pilar, casada com Jácomo Menezes Telles Barretto. Barretto ([1985?]) também traz informações sobre outra filha de Albano do Prado Pimentel, D. Emerenciana Telles Barretto, do engenho Campanha[19]. Segundo os dados do autor, ela foi casada com Hermenegildo Telles e tiveram apenas um filho, Antônio Coelho Barretto.

Juntos, os filhos de Francisco Muniz Barretto e D. Joana Vieira de Mello, do engenho Vassouras, e os de Hermenegildo Telles e de D. Emerenciana Telles Barretto, do engenho Campanha, formariam dois ramos distintos da família do qual seriam gerados novos herdeiros. Interessante é notar, através do estudo de Barretto ([1985?]), que os filhos destes casais – D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto, D. Maria Natividade Barretto Dantas, D. Antônia Barretto e D. Joanna Barretto Menezes Telles, do primeiro; e Antônio Coelho Barretto, do segundo – tiveram descendentes que continuaram a levar o nome da família adiante, também através de casamentos consanguíneos entre parentes próximos.

Sobre esta questão, vejamos dois exemplos do estudo genealógico de Barretto ([1985?]) que comprovam a ocorrência de casamentos consanguíneos entre os membros da família. Do casamento de D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto com José Freire de Mattos Barretto, proprietários do engenho Contadouro, nasceu um único filho, Antônio Freire de Mattos Barretto. Este casou-se com D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto, filha de Antônio Coelho Barretto que, por sua vez, era herdeiro do engenho Campanha e primo de D. Emerenciana. Outro exemplo diz respeito ao casamento de D. Antônia Barretto com Francisco Muniz Barretto, do engenho Santa Rosa. O casal teve três filhos: 1) José Vieira Barretto, do engenho São José; 2) Dr. Felismino Barretto, do Engenho Vassouras; 3) e D. Eufrosina Barretto Dantas. O primeiro deles, José Vieira Barretto, casou-se com D. Rosa Barretto, que também era filha de Antônio Coelho Barretto, o qual era primo de primeiro grau de D. Antônia Barretto (sua mãe).

O estudo de Bacellar (1997), mesmo que realizado em um contexto histórico e regional totalmente diferente, é pertinente para elucidar sobre os fatores envolvidos a respeito das uniões consanguíneas. Em seu trabalho o autor procurou entender o sistema sucessório dos proprietários de engenho do

18 Aqui, evidentemente, diz respeito a pessoas diferentes. O esposo de D. Antônia Barretto, Francisco Muniz Barretto, era originário de outro ramo da família que era proprietário do engenho Santa Rosa, mas possuía o mesmo nome de seu sogro, o pai de D. Antônia Barretto, Francisco Muniz Barretto. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

19 Não confundir esta última com a filha de Francisco Muniz Barretto que explicitamos anteriormente neste mesmo parágrafo, Emerenciana Freire de Mattos Barretto, do engenho Contadouro. Aqui, são pessoas diferentes com o mesmo nome, mas que possuem sobrenomes diferentes. No caso, D. Emerenciana Telles Barretto é herdeira do engenho Campanha e é tia de primeiro grau de D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto.

oeste paulista, entre 1765 e 1855, momento em que a nova realidade econômica propiciada pela agricultura de exportação levou as famílias a elaborar estratégias e comportamentos sociais, com o objetivo de preservar e concentrar a renda, bem como o status adquirido perante a sociedade para transmiti-lo às gerações futuras. Bacellar (1997, p.77) se valeu de séries documentais que resultaram em dossiês informativos sobre cada família, e ao calcular os dados encontrados, identificou comportamentos comuns – como o casamento precoce das mulheres, a numerosa quantidade de filhos e a preferência pela lavoura da cana-de-açúcar –, mas, sobretudo, o deslocamento geográfico, o casamento consanguíneo, a ascensão a cargos nobiliárquicos e patentes das Milícias e da Guarda Nacional[20].

Em relação aos casamentos consanguíneos, a pesquisa de Bacellar (1997, p. 79-80) identificou um pequeno contingente de senhores de engenho que possuía uma aparente ligação interna do grupo com seus cônjuges. Por exemplo, quanto ao sobrenome "Pacheco", que foi utilizado por vinte indivíduos possuidores de, no mínimo, quarenta escravos cada um e que residiam na mesma vila – o autor ressalta que não localizou ninguém com o mesmo sobrenome em outros ajuntamentos urbanos paulistas no período. Nesse caso, o autor descarta a possibilidade de coincidência devido a concentração geográfica dos nomes. Para ele, em um contexto de restrição de ofertas do "mercado nupcial" de elite, ocorreu, inevitavelmente, uma intensificação dos matrimônios consanguíneos. Ao analisar os dados presentes no estudo de Silva Leme (1903-1905), em *Genealogia Paulistana*, o autor considera que os índices encontrados são significativos e, portanto:

> A consanguinidade entre os grandes proprietários não somente foi efetiva, mas também parece ter ocupado posição crucial na composição do grupo dominante. O parentesco de sangue teve também relações marcantes com a migração, pois os troncos são detectados em áreas de povoamento específicas, permitindo que se trace com relativa precisão o ponto em que cada um se instalou, a terra que ocupou, dentro de amplo processo de desbravamento do sertão (BACELLAR, 1997, p. 81).

Em linhas gerais, Bacellar (1997, p. 87-88) identifica duas questões que podem ter formado um padrão recorrente nos casos de consanguinidade observado em seu estudo. A primeira delas é que havia uma preocupação com relação à proximidade entre os ramos familiares, pois "[...] um cônjuge primo de sexto grau poderia ser indiferentemente do lado paterno ou materno, paralelo ou cruzado; já para um cônjuge primo em quarto ou terceiro graus, a questão ganhava novos contornos" pelo fato de ficar "[...] nítido um certo direcionamento das opções". No que diz respeito à segunda questão, esta é relacionada à indicação de que este direcionamento "[...] somente

20 Ver mais sobre o assunto em: Bacellar (1997).

era perceptível em nível geral, no conjunto de diversas famílias. Se estas fossem observadas separadamente, em detalhe, surgiam casos em que a opção interna a esta família era radicalmente oposta à tendência geral dominante". Portanto, para o autor, o quesito da consanguinidade não era o fator predominante na tomada de decisão na escolha do cônjuge, mas um fator que atuava em conjunto com outros elementos que pesavam na escolha dos parceiros.

> Fica patente, no entanto, que a consanguinidade era utilizada para interferir nas opções conjugais e, muito provavelmente, o indivíduo assim classificado tinha melhores chances de ser escolhido. O casamento consanguíneo teria, aos olhos da época, duas vantagens: não introduzia sangue estranho na família e preservava os bens e a fortuna do fracionamento (BACELLAR, 1997, p. 88).

Assim como verificado por Bacellar (1997), através de Barretto ([1985?]), igualmente fica clara a existência de casamentos consanguíneos entre alguns membros família Barretto, conforme explicitamos em dois exemplos anteriormente. Verifica-se que, como a maior parte destes últimos eram proprietários de engenhos na região do Vale do Cotinguiba, a opção por unir cônjuges de mesmo sangue, por mais que relativamente próximos na árvore genealógica – primos de segundo grau, nos casos de Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Eugênia, sua esposa, e de José Vieira Barretto e D. Rosa Barretto –, era certamente preferível e atuava como um mecanismo para que a família mantivesse seu prestígio social, preservasse os bens que possuía e, mais importante, evitasse que a fortuna adquirida fosse demasiadamente fracionada entre os herdeiros.

Além dos mecanismos relacionados à escolha dos cônjuges e ao *status* socioeconômico, conforme apontado por Nunes (2006, p. 51), percebe-se que a participação na política, através da ocupação de cargos no Governo de Sergipe, também fazia parte das estratégias dos membros da família Barretto em meados do século XIX. Isso se verifica, por exemplo, através de uma matéria do *Correio Sergipense* em que foi relatado o expediente do dia 23 de fevereiro de 1854. Nela, o então presidente da província atende à proposta do Dr. Chefe da Polícia e "[...] nomêa o Bacharel Antonio Freire de Mattos Barretto[21] e José Sotero Barretto o 1.º para o cargo de Delegado de Divina Pastora, e o 2.º para Subdelegado do mesmo Districto. [...]" (PARTE OFICIAL...,1854, p. 1). No mesmo periódico, na coluna destinada às Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa Provincial, Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto (ou Dr. Mattos, como era conhecido) também ocupou a função de presidente em, ao menos, duas sessões quando deputado: uma em 1856 (A ASSEMBLÉIA..., 1856, p. 1) e outra em 1857 (A ASSEMBLÉIA..., 1857, p. 1).

21 Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto era filho de José F. de M. Barretto e D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto, proprietários do engenho Contadouro. Traremos maiores informações sobre ele, sua esposa e filhos mais adiante ainda neste tópico. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

Contudo, por volta do mesmo período, as possibilidades que as exportações de produtos "tradicionais" brasileiros tinham para colocar novamente o país em uma etapa de desenvolvimento eram bastante diminutas, sobretudo devido à tendência de baixa nos preços dos gêneros produzidos[22]. O mercado de exportação do açúcar brasileiro, em especial, era cada vez menos rentável, pois o açúcar de beterraba, que passou a ser produzido no continente europeu devido aos conflitos napoleônicos, ganhou espaço nos mercados importadores; a Inglaterra tinha seu abastecimento garantido graças às suas colônias nas Antilhas; os Estados Unidos, que eram o principal mercado importador em expansão, passou a produzir açúcar na Louisiana; por fim, no período surge um novo fornecedor do gênero, Cuba, uma das colônias espanholas remanescentes na América, que passou a levar vantagem pela proximidade geográfica com os Estados Unidos e por ter conseguido oferecer sua produção a fretes reduzidos. Assim, enquanto as exportações de Cuba não alcançavam 20 mil toneladas do gênero no final do século XVIII, em meados do século seguinte já havia ultrapassado as 300 mil toneladas, ou seja, o triplo das vendas brasileiras no mesmo período (FURTADO, 2007, p. 166-167).

> A crise dos países produtores de cana é geral. As colônias ainda gozarão de certas regalias nos mercados de suas metrópoles respectivas. Mas os produtores independentes não contarão com outra coisa que suas próprias forças. O Brasil, entre eles, será particularmente atingido. Desvantajava-o uma posição geográfica excêntrica; mas sobretudo o nível rudimentar de sua técnica de produção, [...]. A sua contribuição no mercado internacional irá assim, em termos relativos, em declínio: já em meados do século estará colocado em quinto lugar entre os produtores mundiais de cana-de-açúcar, com menos de 8% da produção total [acima dele vêm: Cuba, Egito, Java, Maurício]. O declínio em termos absolutos virá pelos fins do século. (PRADO JÚNIOR, 2012. p. 158)

Além disso, ao mesmo tempo ocorria a ascensão de um novo produto que passaria a liderar as exportações e diminuiria a representatividade do açúcar, do algodão, entre outros gêneros, na balança comercial brasileira: o café. Se este, ao longo do século XVIII já era cultivado por todo o Brasil, em pequena escala e utilizado para consumo local, no final deste século e no início do seguinte assume importância comercial devido à alta dos preços no mercado internacional, provocada, sobretudo, pela desorganização de um de seus

22 Além do açúcar, Furtado (2007, p. 167-168) elenca outros itens produzidos no Brasil que compunham a balança comercial e que da mesma forma não alcançavam cifras promissoras, como: o algodão, produto secundário nas exportações brasileiras no começo do século XIX, encontrava-se em situação mais delicada do que o açúcar, pois a produção dos Estados Unidos, que se beneficiava do aumento da procura interna, integrada ao grande mercado importador da Inglaterra, com mão-de-obra escrava abundante e disponibilidade de terras de ótima qualidade, "dominava totalmente o mercado", ao passo que, no Brasil, os preços reduziram-se a menos de 1/3 e se mantiveram, com flutuações, a partir da terceira década do século XIX – é somente com a Guerra de Secessão, que retirou por tempo limitado o algodão norte-americano do mercado, que o produto alcança nova fase de prosperidade em território brasileiro naquele século, mas findado o conflito, a situação anterior se repete; havia ainda a produção de fumo, couros, arroz e cacau, mercados que não tinham possibilidade de expansão também devido a concorrentes (os couros perdiam para a produção do rio da Prata, o arroz para os Estados Unidos que contava com novas formas de cultivo, o fumo perdeu para os países da África com o término do tráfico de escravos e o uso do cacau ainda estava se tornando comum e não tinha perspectivas imediatas). Ver mais sobre o assunto em: Furtado (2007).

maiores fornecedores no período, a colônia francesa do Haiti. Dessa maneira, entre 1820 e 1830, o café contribuiu com 18% do valor das exportações brasileiras, mas nas duas décadas seguintes alcançou a marca de 40% das cifras com vendas externas. Entretanto, no início, o desenvolvimento da cafeicultura se manteve nas proximidades da até então capital do Brasil – o Rio de Janeiro –, onde havia certa abundância de mão-de-obra escrava e pela possibilidade de transportar a mercadoria produzida nas fazendas, com o auxílio da tração animal, até os portos exportadores (FURTADO, 2007, p. 169). Assim, em detrimento das regiões Norte e Nordeste, os cafeeiros encontraram no Centro-Sul – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, mas foi sobretudo no Vale do Paraíba paulista onde foi formado o maior centro produtor de café em meados do século XIX – as condições "ideais", como terras virgens compostas por solos de qualidade, clima com temperaturas amenas e regime de chuvas bem distribuído ao longo de todo o ano (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 161-162).

Neste contexto, outros fatores – como a epidemia de cólera morbo que dizimou quantidade significativa de escravos entre 1855 e 1856 e resultou na dificuldade de reposição dos braços para a lavoura de cana-de-açúcar, e, igualmente outras províncias da região Nordeste, Sergipe enfrentou períodos de seca em 1857 e 1859 – afetaram a produção de açúcar e a exportação caiu de 30.112 toneladas em 1852-1853, para 9.821 toneladas em 1859-1860, causando prejuízos e dívidas aos proprietários de engenhos, que foram forçados a vender parte de sua escravaria para saldar as dívidas contraídas (AMARAL, 2007, p.45). Tudo isso, sobretudo devido à diminuição da renda dos senhores de engenho, contribuiu para engendrar um discurso acusatório pelos proprietários nordestinos de que o governo se omitia em criar alternativas viáveis para o bom funcionamento da economia da região[23], bem como, cobravam medidas que obrigassem a população ociosa a trabalhar, que fosse concedido crédito a juros reduzidos, que os impostos sobre os produtos exportados fossem diminuídos e que as condições de transporte fossem melhoradas, entre outras reivindicações (ALMEIDA, 1993, p. 107-108).

De acordo com Mott (1986, p. 157-158), é neste contexto que as autoridades provinciais de Sergipe, amparadas na ideologia do "progresso", buscaram criar opções para dinamizar a produção açucareira através da introdução de maquinários, melhoria e criação de estradas e canais, fundação de escolas agrícolas, disponibilização de crédito rural etc. Salienta o autor que "pro-

23 Ao analisar as causas da crise tão comentada pelos jornais, críticos e autoridades de Sergipe, Mott (1986, p. 154 e 157) percebe um consenso entre as opiniões que apontam a "rotina" como responsável por tal situação de "marasmo" econômico. Pelo que o autor identificou, a agricultura da província da segunda metade do oitocentos em diante gerava "[...] graves preocupações pelo seu estado decadente e rotineiro", da mesma forma que se "em 1860 falava-se de apatia, decadência, rotina [...] o futuro se apresentava aos críticos da época ainda mais sombrio: ruína e abismo". Porém, um dos agravantes para tal quadro ter sido delineado deveu-se à tecnologia arcaica empregada em todas as fases do processo de produção do açúcar nos engenhos sergipanos, os seculares banguês. De acordo com Almeida (1993, p.299), estes últimos eram antigos engenhos de pequenas dimensões, geralmente implantados em uma região com condições naturais propícias, como solo e clima favoráveis, possuíam instrumentos rudimentares, de baixa produtividade e pouco lucro, utilizavam mão-de-obra escrava nos processos produtivos e, na maior parte dos casos, a tração animal para movimentação das moendas. Ver mais em: Mott (1986) e Almeida (1993).

gresso", no parecer do presidente da província na época, Alves Júnior, não significou diversificação econômica e tampouco industrialização, porque a resposta foi a criação do Imperial Instituto Agrícola Sergipano, que tinha como intuito "[...] encontrar os meios adequados e rápidos para sair-se do marasmo e atingir o progresso"[24]. Neste sentido, o autor (1986, p. 183-184) verificou que o Instituto foi instalado em 02 de dezembro de 1860, mas as assembleias ocorreram demasiadamente espaçadas e foram marcadas por desinteresse e apatia dos envolvidos, comprovado pelo calendário e pautas dos encontros[25], sinalizando, para o autor, que "[...] a ideologia inovadora infelizmente muito pouca coisa realizou de concreto em Sergipe. Todos estes debates, polêmicas, esperanças, relatórios, não passaram de letra morta".

Para Prado Júnior (2012, p.159), "entre os fatores que contribuíram para a decadência do Norte é preciso contar também a cessação, em 1850, da corrente de escravos importados da África" – porém, mesmo que tal prática tenha sido considerada ilegal, esta continuou a ser realizada clandestinamente, sob a forma de contrabando, e os escravos ainda chegavam ao território brasileiro após os traficantes superarem algumas dificuldades impostas pela fiscalização –, bem como o fato de que o Sul, que se encontrava em ascensão, passou a resolver, momentaneamente, a falta de braços para o trabalho em suas lavouras ao importar cativos das províncias do Norte e Nordeste.

Entretanto, contrariando as alegações de que a estagnação desta última região ocorreu pela falta de mão-de-obra cativa, Passos Subrinho (1994, p. 484), amparado no trabalho de Slenes[26], verificou que os municípios das regiões canavieiras da Bahia e Pernambuco foram, na verdade, importadoras de escravos até o final da década de 1870 e, não por acaso, aqueles fora da produção do açúcar foram os principais exportadores. Quanto a Sergipe, Passos Subrinho (1994, p. 484-486) afirma que a principal região açucareira, o Vale do Cotinguiba, importou 1.031 escravos entre 1873-1886 – em termos percentuais, 6,78% da população cativa da região ou 8,21% desta, com idade até 40 anos. O autor destaca que em alguns municípios esse quadro foi mais significativo, como Divina Pastora que importou 44,44% da população escrava até 40 anos de idade em 1873, índices que se "[...] assemelham às médias

24 Dentre as medidas implantadas, Mott (1986, p.161) identifica que a fundação de um periódico para abordar sobre a agricultura e a elaboração de estatística rural e, também, a criação da Escola Agrícola, foram as tentativas que visavam a racionalizar as práticas agrícolas e divulgar novidades sobre a agropecuária. Mas, para o autor, a introdução de maquinário moderno não obteve destaque que merecia, pois a problemática somente é abordada em segundo plano. Também surpreende o autor, o fato de que o problema da mão-de-obra cativa foi tratado de maneira eufêmica, porque os termos "escravos" e "abolição" não constam no documento e, em seu lugar, há menções de "substituição dos braços necessários para a lavoura".

25 De acordo com Mott (1986, p. 183-184), após a instalação do Imperial Instituto Agrícola Sergipano, a próxima reunião ocorreu somente em 16 de dezembro de 1861; a terceira, em 07 de fevereiro de 1863; a quarta, em 23 de janeiro de 1864, quando foi discutido a encomenda de um aparelho aperfeiçoado para fabricação de açúcar; a quinta, no dia 26 do mesmo mês, em que os membros elaboraram uma proposta de empregar 19:500$000 para comprar maquinário mais moderno para a fabricação de açúcar, mesmo assim, ao ter sido encaminhada ao presidente da província este deliberou ser impossível a entrega de tal quantia sem o consentimento do Governo Imperial. Após a negativa, os membros voltaram a se reunir somente no dia 12 de novembro de 1867, para discutir a situação de abandono em que se encontrava o Instituto; em 14 de janeiro de 1868 para proposição da criação de uma escola para melhorias na agricultura; e, por fim, em 20 de fevereiro daquele ano para a escolha de um local para instalação da escola teórica e prática de agricultura, que nunca foi organizada. Ver mais em: Mott (1986).

26 SLENES, Robert. The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888. Tese (Doutorado), Stanford University, 1975. Ver mais sobre o assunto em: Passos Subrinho (1994).

de importações [...] de escravos das províncias cafeeiras". Em contrapartida, o autor traz dados sobre exportação de mão-de-obra escrava de Sergipe ao exemplificar o caso de Itabaiana: município que por não ter no açúcar sua principal atividade, exportou, entre 1873-1886, 1.388 escravos, que equivaliam a 39,04% do total matriculado em 1873 com até 40 anos de idade.

Outra questão indicada por alguns autores que pesquisaram a respeito da decadência do Norte e Nordeste brasileiro e que, ao nosso ver, é um dos principais fatores que mais prejudicaram a província de Sergipe da segunda metade do século XIX em diante[27], relaciona-se à inexistência de um sistema de transporte mercadorias capaz de enviar com rapidez, segurança e baixos custos, aos mercados consumidores. É verdade que houve tentativas que visavam projetar e construir sistemas a fim de interligar os principais centros produtores sergipanos com o Brasil e a Europa, mas as dificuldades financeiras do Governo Provincial, que eram resultantes do modesto desempenho das exportações locais, dificultavam o desenvolvimento das obras tidas como necessárias. Dessa forma, por muitos anos o transporte de mercadorias em Sergipe, especialmente o açúcar, era feito através de carros de boi que partiam dos engenhos até chegar aos trapiches, e destes locais eram enviados, por via fluvial, até Aracaju ou outros pequenos portos nas diversas barras litorâneas que, finalmente, exportavam para outras províncias e para o exterior[28] (PASSOS SUBRINHO, 1983, p. 50-51).

Mesmo assim, de acordo com Nunes (2006, p. 29-30) alguns proprietários perceberam que para enfrentar a concorrência no mercado externo e os demais revezes, era imprescindível que seus engenhos alcançassem maior produtividade na fabricação do açúcar, tendo em vista ao cenário desfavorável do período para o produto e a maior procura pelo café. Fato que, a partir da década de 1860, fez com que algumas unidades movidas à energia hidráulica e à força animal fossem, pouco a pouco, substituídas por engenhos a vapor[29]. Amparados e apoiados pelo Governo Provincial, a autora destaca que em Sergipe houve senhores de engenho que buscaram integrar-se à realidade modernizadora na época, como, por exemplo: o Barão de Estância, que foi o primeiro a importar maquinaria da Inglaterra e a instalar um engenho de açúcar movido a vapor, cujo transporte até a Bahia custou mais de 300 mil réis; Dr. Silvio Anacleto Bastos, considerado o pioneiro da modernização de

27 Ver mais sobre o assunto em: Almeida (1987 e 1993), Nunes (2000 e 2006), Amaral (2007) e Passos Subrinho (1983).

28 De acordo com Passos Subrinho (1983, p. 54-55), dentre as preocupações dos presidentes da província de Sergipe que se relacionavam ao sistema de transportes, é possível citar alguns exemplos: dificuldades de navegação pelos canais do interior, tanto que, em 1850, surgiu a ideia de estabelecer uma ligação segura entre a principal região produtora e o porto de Aracaju através da construção de um canal entre os rios Pomonga e Japaratuba, obra que foi finalizada somente em 1858 e que pouco efeito surtiu, pois o canal continuou a oferecer péssimas condições de navegabilidade por estar sempre obstruído; as "estradas" existentes tinham condições precárias e ligavam apenas os principais municípios à capital; e, talvez o maior entrave, a inexistência de vias férreas, que por mais que tenham sido planejadas e alcançaram concessões do Governo Imperial e Provincial ainda no terceiro quartel do século XIX, não obstante, foram instaladas em Sergipe somente na centúria seguinte. Ver mais em: Passos Subrinho (1983).

29 Nunes (2006, p. 29) relata que alguns presidentes tentaram resolver o problema, como Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (07/1863 a 02/1864), ao sancionar a Resolução nº 685, que concedia a liberação de 20:000$000 aos proprietários para modernizar seus engenhos, com liberação em 10 anos. Aqueles que atendessem, teriam a isenção de impostos por 10 anos.

Sergipe, por instalar máquinas adaptadas à extração de todo o líquido da cana e o aperfeiçoamento na fabricação do açúcar nos engenhos.

Nunes (2006, p. 29-30) identifica outros senhores de engenho que eram considerados "empreendedores" para a época: Dr. João Ferreira de Brito Travassos, Coronel Antônio José Fernandes de Barros, Major Félix Zeferino Cardoso e Dr. João José Bittencourt Calazans, Dr. Felismino Muniz Barretto[30], entre outros. Este último, de acordo com Guaraná (1925, p. 86), nasceu em março de 1843 em um engenho que hoje pertence ao município de Divina Pastora e faleceu em Maruim, em 27 de março de 1883; mudou-se para a Europa com quinze anos de idade e graduou-se em agronomia pela Escola Regional de Grignon, França, em 1862. Verificamos que Guaraná (1925) corrobora a afirmação de Nunes (2006) ao descrever que quando Dr. Felismino Barretto retornou ao Brasil, fez viagens para os Estados Unidos e Antilhas: "[...] aperfeiçoando-se na especialidade a que se applicou. Agricultor progressista e laborioso, dedicou-se ao cultivo da canna e fabricação de assucar em usina propria montada com apparelhos modernos", bem como "[...]foi um dos fundadores em 1870 e presidente do Comicio Agricola Sergipense [...]".

Segundo Nunes (2006, p. 30), desde 1860 os presidentes sergipanos procuravam incentivar quem implantasse uma fundição para suprir as necessidades dos engenhos a vapor através de privilégios, porque, como qualquer indústria moderna, a reposição de peças e manutenções sempre se fizeram necessárias. Dentre elas se destacaram as firmas *Cameron e Smith & Cia.,* que instalou uma fundição em Aracaju no ano de 1870, *Schramm & Cia*., importante representante alemã instalada na cidade de Maruim, dentre outras. Dessa forma, de apenas oito engenhos movidos a vapor instalados em 1863, a província passou a contar com 40 unidades em 1870 e 212 delas em 1888. Cabe ressaltar que algumas firmas fracassaram em estabelecer os "engenhos centrais", como foi o caso da companhia *North Brasilian Sugar Factories Limited*, mas a partir de 1888 funcionou o primeiro Engenho Central sergipano, que era localizado em Riachuelo e tinha como proprietários a Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe.

Desse modo, verificamos uma outra tentativa para a instalação de engenho central na província, desta vez realizada por alguns membros da família Barretto. Através do Decreto nº 6.265, de 26 de julho de 1876 (ver **Anexo B**), era concedida a garantia de 7% de juros sobre 500:000$ à Companhia de

30 Nunes (2006) utiliza a grafia "Barreto", mas optamos por utilizar "Barretto" pelos motivos comentados anteriormente. Outro detalhe é em relação ao sobrenome "Muniz", também escrito como "Moniz". Ademais, assim como nos valemos anteriormente do estudo genealógico realizado por Dr. Plínio Barretto ([1985?]), através dele identificamos que os pais de Dr. Felismino Muniz Barretto eram D. Antônia Barretto e Francisco Muniz Barretto, proprietários do engenho Santa Rosa. Além das informações fornecidas por Guaraná (1925, p. 86), Barretto ([1985?]) identifica que Felismino herdou o engenho Vassouras de seu avô, Francisco Muniz Barretto (mesmo nome de seu pai), e que foi casado com D. Joanna Prado Barretto, filha de Albano do Prado Pimentel e D. Ana Prado, do engenho Tábua. De seu casamento nasceram quatro filhos: 1) Francisco Muniz Barretto (de mesmo nome do avô), casado com D. Lavínia Figueiredo Barretto; 2) D. Leopoldina Barretto, casada com Dr. Francisco Muniz Barretto (filho de José Vieira Barretto), do engenho São José; 3) D. Izabel Prado Barretto, casada com Leopoldo Vieira Barretto (outro filho de José Vieira Barretto), do engenho São José; 4) e, por fim, D. Ana Prado, solteira. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto[31] e José Vieira Barretto, para a organização e estabelecimento de um engenho central para produção de açúcar em Riachuelo, comarca de Laranjeiras. Dentre as cláusulas do contrato, destacamos as seguintes: a 1ª, que rogava que o empreendimento devia ser dotado de aparelhos e processos modernos e que o capital destinava-se a ser aplicado na construção dos edifícios e suas dependências, material fixo e rodante, animais e demais acessórios para seu funcionamento; a 5ª, em que eram explicitados os incentivos concedidos à Companhia, como a isenção de direitos de importação sobre as máquinas, instrumentos, trilhos e demais objetos e a preferência para aquisição de terrenos devolutos no município. Porém, as cláusulas 6ª e 9ª são as que chamam mais a atenção: tanto pela responsabilidade que representavam aos solicitantes, quanto pela urgência do Governo em ver a fábrica operando, pois estipulavam que a companhia deveria estar organizada dentro de seis meses contados a partir da data do contrato, e que se as obras não começassem, ou não fossem concluídas dentro dos prazos estipulados, o Governo poderia anular a concessão[32] (BRASIL, 1876).

Em 1876, o Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto era sócio de José Vieira Barretto[33], e de acordo com Barretto ([1985?]), foi casado com D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto. O casal, complementando o que foi apontado por Franco (1975, p. 683), teve não apenas dois, mas nove filhos (as): 1) José Freire de Mattos Barretto, falecido solteiro; 2) Francisco Freire de Mattos Barretto, nascido em Paris e também falecido solteiro; 3) Aristides Freire de Mattos Barretto, falecido solteiro; 4) Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, médico e casado com D. Joanna Vieira Barretto, filha de José Vieira Barretto; 5) Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, médico, casado com D. Mariana Lima Barretto; 6) Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto[34], bacharel em direito, casado em primeiras núpcias com Maria Izabel Alves do Livramento e, em seguida, com D. Marietta Lerro Barretto; 7) Lucino Freire de Mattos Barretto, casado em primeiras núpcias com D. Manoela Alves do Livramento, e em segundas núpcias com D. Antônia Barretto, filha de Antônio Coelho Barretto Sobrinho; 8) D. Clotilde Barretto Prado, casada com Etelvino Menezes Prado; 9) Maria Eugênia Freire de Mattos Barretto, solteira.

31 No Decreto citado, o sobrenome é escrito apenas como "Barreto", mas, novamente, optamos por manter a grafia "Barretto" pelos motivos comentados anteriormente.

32 A Anulação, de fato, ocorreu, porque a concessão estabelecida pelo Decreto 6.265 de 26 de julho de 1876, em favor da Companhia citada, foi revogada pelas disposições do Decreto nº. 8035, de 16 de março de 1881 (ver **Anexo C**). Acontece que o engenho central que seria instalado em Riachuelo e que teria capacidade para moer 160 mil quilogramas de cana-de-açúcar por dia e de fabricar 600 mil quilos de açúcar por ano e, pela justificativa expedida do Rio de Janeiro por Manoel Buarque de Macedo – até então ministro e secretário de Estado dos Negócios e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas –, o engenho da Companhia deixou de ser organizado dentro do prazo estabelecido pela cláusula 6ª daquele decreto, ou seja, dentro de seis meses. Dessa forma, pela cláusula 9ª, a concessão foi declarada caduca em março de 1881 (BRASIL, 1876; BRASIL, 1881).

33 Sobre José Vieira Barretto já comentamos a respeito de seus ascendentes, mas vale a pena relembrar: este era filho de Francisco Muniz Barretto e D. Antônia Barretto, do engenho Santa Rosa, e era irmão de Felismino Barretto, do engenho Vassouras e de D. Eufrosina Barretto Dantas. Era herdeiro do engenho São José e primo de primeiro grau de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

34 De acordo com Barretto ([1985]), Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto teve o sobrenome "Freire" substituído por "Coelho", para conservar o sobrenome de Antônio Coelho Barretto – ascendente da família. Traremos mais informações sobre alguns dos nomes citados nos itens 1.2 e 1.3.

Enfim, pelo que pudemos identificar, o discurso de crise que se originou no Nordeste a partir do terceiro quartel do século XIX, especialmente em Sergipe, pode ter nascido não pela ocorrência de fatores isolados, mas pela junção. É preciso, então, pontuar as responsabilidades não totalmente cumpridas pelos Governos Imperial e sergipano por não subsidiar maiores investimentos para a realização de obras de infraestrutura e para o aperfeiçoamento da indústria açucareira, sem esquecer do baixo esforço dos senhores de engenho em implantar alternativas para melhorar seu maquinário e sua produção. Portanto, ponderamos que os fatores comentados anteriormente contribuíram, ao menos em parte, para diminuir as perspectivas de desenvolvimento de Sergipe – assim como de localidades próximas – desde os oitocentos até os primeiros anos da República e do século XX.

Dessa maneira, em um período de incertezas, a emigração para outras regiões brasileiras mais prósperas, como o Sudeste brasileiro, configurava-se como uma ótima alternativa àqueles que buscavam melhorar seus lucros e reestabelecer suas fortunas, principalmente com a cafeicultura. De acordo com Franco (1975, p. 683-684), "[...] a terra roxa paulista, mais barata que a da Cotinguiba, em Sergipe, e a cultura do café com braço assalariado, atraíam aventureiros e ambiciosos. Entre eles estavam a inteligência e capitais sergipanos". É também neste contexto que alguns dos integrantes da família Barretto começam a deixar o Vale do Cotinguiba em busca de melhores oportunidades na região Sudeste. Dentre os membros que decidiram partir, Franco verifica que Francisco Muniz Barretto vendeu o engenho Vassouras e se dirigiu ao município de Mococa ainda no final do século XIX, onde se inseriu na lavoura e na comercialização de produtos relacionados ao café; seu primo, Albano do Prado Pimentel, da mesma forma, desprende-se de seus bens e parte em direção ao interior de São Paulo; e é o que também acontece com Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, o qual, juntamente com seus filhos, decide deixar a região açucareira sergipana rumo às terras paulistas.

Em relação a Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, ainda de acordo com Franco (1975, p. 683-685), alguns de seus filhos(as) já se faziam ausentes de Sergipe por terem realizado seus estudos em Institutos Imperiais de Ensino Superior no Rio de Janeiro e em Pernambuco, conforme citado anteriormente[35]. Segundo o autor, os descendentes de Dr. Antônio Barretto venderam as posses da família para partir em definitivo de Sergipe. As autorizações dos herdeiros, datadas de 1890, foram destinadas ao filho Lucino Freire de Mattos Barretto[36], que ainda residia em Divina Pastora e que procedeu a venda dos sítios Mucambo e Mucambinho (de 22 e de oito

35 Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto (de mesmo nome do pai) e Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, formaram-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FRANCO, 1975, p. 683); e Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto, formou-se na Faculdade de Direito da Universidade e São Paulo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1879-1885, p. 1).

36 O autor escreve "Luciano", porém, mantivemos "Lucino" em concordância com nossos levantamentos documentais e relatos orais. Traremos mais informações nos próximos tópicos.

tarefas, respectivamente) por 2:500$000 a Firmino Muniz de Vasconcellos, bem como o engenho herdado de seus avós, o Contadouro, à Usina Central.

Tais constatações relacionadas à emigração de membros da família Barretto, podem ser comprovadas através de matérias de jornais publicadas na época, como, por exemplo, a que foi inserida na coluna de "Factos Diversos" do periódico *O Republicano*, em 17 de novembro de 1890, que tornou pública a partida de alguns integrantes da família com seus cônjuges, filhos e empregados, rumo ao estado de São Paulo, onde passariam a residir daquele momento em diante:

> Hontem, á tarde, sahio o satellite para a capital federal, e entrou dos portos do norte o Jaboatão.
>
> Seguiram no <Satellite> com destino ao Estado de S. Paulo, os estimados sergipanos, nossos amigos capitão José Vieira Barretto e dr. Antonio de Mattos Barretto com suas distinctissimas familias, a exm.ª sr.ª d. Eugenia de Mattos Barretto e seus filhos Lucino Freire de Mattos Barretto e d. Clothildes de Mattos Barretto.
>
> Esses ilustres viajantes, todos agricultores, vão fazer sua residencia n'aquelle prospero Estado, para onde emigram levando seus cabedaes e grande numero de trabalhadores.
>
> Desejamo-lhes boa viagem (FACTOS..., 1890, p.1).

Em contrapartida, verificamos que a emigração não se estendeu a todos os familiares, pelo fato de ter havido membros da família que retornaram a Sergipe após terem permanecido durante algum tempo em outras regiões. É possível citar dois exemplos: o primeiro refere-se aos anúncios publicados por Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto[37]no periódico *A Reforma*, nos anos de 1884 e 1887, em que o ex-chefe da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e ex-médico do Hospital Pedro II de Pernambuco anunciava que estava "[...] de volta desta provincia, [e que] continúa a exercer a sua profissão na de Maroim. [...]" (MEDICO..., 1884, p.4; MEDICO..., 1887, p.4). Identificamos, neste caso, que somente alguns anos depois o médico parte a São Paulo, questão que aprofundaremos ainda neste capítulo. Outro exemplo, já comentado anteriormente, refere-se a Dr. Felismino Muniz Barretto, o qual realizou seus estudos na França e viajou pela América para se aperfeiçoar na atividade de produção do açúcar, mas, ao retornar a Sergipe, segundo Guaraná (1925, p.86), permaneceu no estado até sua morte, em 1883.

Por fim, verifica-se que a emigração de membros da família Barretto para outros estados não foi uma regra, mas uma alternativa colocada em prática

37 Filho de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Eugênia F. de M. Barretto. Era médico e possuía o mesmo nome do pai, que era bacharel em direito e que foi deputado na Assembleia Legislativa da Província de Sergipe em fins da década de 1850.

por alguns dos integrantes. Já em São Paulo, o jornal *Monitor Paulista*, de Mococa, em 11 de janeiro de 1891 reproduziu uma matéria do *Correio Paulistano* sobre a chegada daqueles que haviam partido de Sergipe, conforme noticiado pelo jornal *O Republicano*, em 17 de novembro de 1890. Através de detalhes, também retirados da *Gazeta de Sergipe*, a matéria ilustrou o contexto de incertezas que pairava sobre aquele estado – facilmente identificado pelas palavras "êxodo", "vítimas da execrada política", "anestesia", etc. – e trazia detalhes dos membros que deixavam a região, ou que ainda o fariam e, ao final, desejava boas-vindas aos "novos paulistas":

> <Por toda a parte o sergipano tem procurado trabalho que lhe garanta a independencia [...].
>
> [...]
>
> Mas hoje já não é a mocidade instruida que procura o melhor meio [...]; o exodo já vai se dar mesmo entre os mais favorecidos da sorte, entre os mais abastados dos nossos agricultores.
>
> Tendo amoedado crescido capital retiram-se [...] com destino a São Paulo com suas famílias os distinctissimos sergipanos José Vieira Barreto, dr. Antonio Freire de Mattos Barreto e a respeitabilissima matrona d. Antonia Eugenia de Mattos Barreto e seus filhos Lucino Freire de Mattos Barreto e d. Clotilde de Mattos Barreto, levando [...] possantes e bons trabalhadores.
>
> [...]
>
> Affectando ás relações de famílias e as nossas finanças, esse movimento immigratorio influirá muito em breve na nossa politica, que procurando despir as velhas formas, [...] ia se congelando em torno da mocidade, cuja chefia espontaneamente ia sendo dada ao dr. Francisco Muniz Barreto, um dos mais aprimorados caracteres de nossa geração [...].
>
> Este, [...] em breve nos deixará também para acompanhar seus paes, [...], e continuaremos por muito tempo a ser victimas da execranda politica que nos entorpece e nos anesthesia.>
>
> [...]
>
> Sejam bem vindos os novos paulistas, tanto mais que vêm eles munidos dos melhores elementos de produção – inteligência, braços e capitaes. [...] (A FAMÍLIA BARRETO, 1891).

1.2 A partida em direção aos Sertões do rio Pardo e a inserção em Mococa

Conforme vimos anteriormente[38], é com a decadência do ciclo minerador brasileiro e devido ao aumento populacional, ao incremento do consumo, do comércio e das atividades econômicas nos países europeus no decorrer do século XVIII, que a agricultura brasileira voltou a se destacar tal como nos dois primeiros séculos da colonização. Além disso, enquanto algumas colônias encontravam-se em conflito com suas respectivas metrópoles – por exemplo, as agitações político-sociais que ocorreram nas Antilhas inglesas e francesas, como a Revolta de São Domingos que eclodiu no Haiti em 1792 –, no final daquele século Lisboa se tornou um dos maiores "empórios do comércio colonial", o que beneficiou diretamente o Brasil pela possibilidade de desenvolver, sem maiores dificuldades, a produção e a comercialização de itens tropicais voltados ao mercado externo. Entre estes últimos, à parte de um aumento momentâneo das plantações e dos preços alcançados pela lavoura algodoeira[39], é com o açúcar que as antigas regiões, como Bahia e Pernambuco, voltaram a desenvolver-se. São Paulo, que até então havia permanecido à margem dos interesses portugueses, sobretudo pelo seu afastamento geográfico em relação à Europa, começou a se destacar pelo crescimento de sua produção açucareira (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 80-84).

Dessa maneira, se até a primeira metade do século XVIII, o cenário paulista era marcado pela pobreza e pelo baixo desenvolvimento socioeconômico, é a partir do governo de Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão (1765-1775) – o Morgado de Mateus – e seus sucessores, que a lavoura da cana-de-açúcar voltou a ser incentivada[40] com vistas a abastecer o comércio mundial.

38 Ver página 43.

39 Ver nota de rodapé nº 6, p.43.

40 De acordo com Petrone (1968, p. 9-10), a indústria açucareira em São Paulo teve um "certo florescimento" quando ainda era Capitania de São Vicente no século XVI, mais precisamente na baixada santista, onde Martim Afonso de Souza fundou o primeiro engenho brasileiro. Porém, a lavoura entrou em estado de estagnação até decair, em especial, devido as condições geográficas que limitavam sua expansão. Ver mais sobre o assunto em: Petrone (1968).

Além das etapas iniciais para identificar o quadro geral da Capitania[41], do incremento ao comércio das tropas e da modernização da agricultura – que ainda era vinculada aos métodos de cultivo indígenas e apenas uma pequena quantidade de milho, feijão, toucinho e rapadura eram enviados para algumas regiões de Minas Gerais –, é com o Morgado de Mateus que ocorrem as primeiras exportações de açúcar e algodão produzidos em São Paulo. Do final daquele século até a metade do século XIX, os principais centros produtores de açúcar e aguardente paulistas localizavam-se no litoral, sobretudo na porção Norte (Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela), e em duas regiões "serra acima": ao longo do caminho que conectava São Paulo ao Rio de Janeiro e entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí[42], com destaque para Itu e Campinas[43], onde se formou o que ficou conhecido como o "quadrilátero do açúcar" (LEMOS, 2015, p. 72-74; PETRONE, 1968, p. 12-15 e 24).

> O número de engenhos em 1798 era de 483, para o ano seguinte já se podem contar 574. Esse aumento é um índice seguro de que a situação da agricultura [...] estava passando por transformações radicais. É nessa última década que os paulistas realmente se convencem de que a sua vocação, daí por diante, será a agricultura[...]. Os paulistas resolvem dedicar-se intensivamente à cultura da cana que, por período de mais de meio século, vai ser o produto chave da economia paulista.
>
> [...]
>
> A agricultura desenvolveu-se, a produção aumentou em todos os setores, principalmente no açucareiro. [...] A agricultura será responsável pelo aumento da população e pelo acúmulo de capitais que permitirão, primeiro, o aparecimento de grandes engenhos depois, de grandes fazendas de café (PETRONE, 1968, p. 18 e 21).

Neste contexto, o desenvolvimento da indústria açucareira paulista despertou o interesse de pessoas vindas de fora, inclusive de outras províncias brasileiras, como a do Rio de Janeiro e, sobretudo, a de Minas Gerais, que procuravam alternativas para se estabelecer em virtude do esgotamento das jazidas de ouro e pedras preciosas. Assim, ao passo que a "invasão mineira"

41 Segundo Lemos (2015, p. 73), a primeira ação do governador da capitania de São Paulo foi reagrupar a população paulista que se encontrava dispersa pelo território. Para isso, fundou cidades e realizou recenseamentos para identificar o quantitativo de moradores e contabilizar o que era produzido. A partir disso verificou-se que a economia paulista era movimentada a partir de três atividades principais de comércio: com muares da região Sul, através das monções em direção ao Mato Grosso e de negócios com arraiais próximos a São João del Rey. Ver mais em: Lemos (2015).

42 De acordo com Petrone (1968, p. 41), a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro "[...] nunca foi grande produtora de açúcar. Já na época do florescimento da cultura da cana no 'quadrilátero', tinha encontrado sua verdadeira vocação no cultivo do café". Então, foi na região formada por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí que se formou a "[...] área de eleição da cana de açúcar em São Paulo [...] que já em 1797 produzia 83 435 arrobas de açúcar destinadas à exportação [...]", com maior destaque para Itu e Campinas.

43 Ainda segundo Petrone (1968, p. 43-46), em 1845, a região de Itu era tida como uma área "excepcional" para a cana-de-açúcar, e, em 1854 por lá eram encontrados "[...]164 engenhos, com uma produção de 159 070 arrobas de açúcar", o que quer dizer que no local "[...] estava concentrada a maior parte da indústria açucareira, pois a Província toda tinha 667 fazendas de açúcar, sendo a produção total de 866 140 arrobas". Campinas, por sua vez, foi efetivamente povoada após a introdução da lavoura na década de 1760, sendo que em 1775 já havia três engenhos produzindo aguardente, mas em 1836 foram encontrados "[...] 93 engenhos [...] e 93 destilarias [...], produzindo 158 447 arrobas de açúcar e 7 399 canadas de aguardente", que forneciam "[...] quase um terço da produção de açúcar da Província, que era de 563 108 arrobas, e um sexto da de aguardente [...]", isto é, 46 728 canadas. Ver mais sobre o assunto em: Petrone (1968).

teve influências mais restritas nos arredores de Itu, Porto Feliz e Jundiaí, a mesma foi mais perceptível a partir de Campinas para o Norte – tipicamente em relação à cultura, na utilização de técnicas construtivas e de soluções arquitetônicas diferentes do que até então se praticava em São Paulo[44] –, contudo, mais notável ainda foi o aumento do contingente de mineiros ao terminar o século XVIII e no início do XIX, quando, partindo de seu território de origem e seguindo o curso dos rios, como o Sapucaí, o Pardo, o Mogi-Guaçu e o Grande, chegaram aos sertões paulistas, instalaram-se e dedicaram-se à pecuária, na abertura de caminhos e na fundação de sesmarias (LEMOS, 2015, p. 74-75) – uma das quais originou o atual município de Mococa[45].

> Esse período, que chamamos de 'tempo do açúcar', vai de meados do século XVIII, ou melhor, desde a chegada do Morgado de Mateus aproximadamente, até a instalação definitiva e lucrativa do café na região, o que ocorreu por volta de 1840/50. Durante todo esse tempo, os mineiros passaram a atuar na economia e na cultura material – com maior ou menor intensidade conforme a região, até o ponto de se expressarem livremente nas áreas desabitadas ou, pelo menos, habitadas por gente inexpressiva dispersa pelos matos. [...] (LEMOS, 2015, p. 75).

Paralelamente a essa fase de prosperidade alcançada com o açúcar, é que as primeiras plantações de café, organizadas em moldes comerciais[46], foram instaladas em São Paulo no final do século XVIII, após resultados promissores alcançados por fazendeiros do Rio de Janeiro. A região pioneira onde a cultura agrícola se desenvolveu em território paulista foi o Vale do Paraíba, mais precisamente ao longo do Caminho Novo da Piedade – o qual iniciava em Lorena, passava por Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal e seguia até Rio Claro, São João Marcos e Itaguaí, já no lado fluminense –, porém, ainda que o café tenha mantido um ritmo crescente de produção no começo do século XIX, claro que com oscilações[47], sua baixa qualidade comparada

44 Ver mais sobre o assunto em: Lemos (2015) e Saia (2012).

45 Localizado na região dos sertões do rio Pardo, a ocupação do atual município de Mococa remonta à década de 1820, quando o Tenente Urias Emídio de Barros, mineiro vindo de Baependi, fundou a sesmaria da "Zabelônia". Na década seguinte, as porções localizadas entre o ribeirão das Areias, os rios Pardo e Canoas, e do ribeirão da Boiada até a serra da Borda da Mata, foram adquiridas por um espanhol comerciante da capital paulista, D. Tomaz de Molina, pelo valor de Cr$12.452,00. A área comprada foi nomeada de "Alegria" e sua extensão, para se ter uma ideia, localizava-se dentro dos limites de 10 antigas fazendas de Mococa – a da Serra, Boiada, Limeira, Alegria, Três Barras, Sant Anna da Serra, Manteiga, Mato Seco, Vendinha e Borda da Mata. Ainda no começo do século XIX, mais migrantes nacionais e estrangeiros, sobretudo portugueses, por lá se estabeleceram; com relação aos primeiros eles eram, em sua maioria, mineiros vindos de Aiuruoca, São João Nepomuceno, Lavras do Funil e Santo Antônio do Machado, sendo que ao chegarem na região dedicaram-se ao cultivo de gêneros, como a mandioca, o arroz, o milho, o feijão, hortaliças, árvores frutíferas e aguardente, mas, em maior quantidade, a pecuária de corte. Por volta da década de 1840 os habitantes organizaram-se para a formação do arraial através de doações de terras, em favor de São Sebastião, e constituíram o patrimônio com um total de 33 alqueires de terras (FREITAS, 1947, p. 4-8; PALADINI, 1995, p. 19-20). Cerca de um ano depois, o arraial foi elevado à categoria de povoado, em fevereiro de 1841, e nomeado como São Sebastião da Boa Vista, mas em 05 de abril de 1856, pela mesma Lei, foi criada a freguesia; também pela Lei n.º 29 do dia 24 março de 1871, a freguesia foi elevada à vila e, por fim, ao foro de cidade com a nomenclatura atual, Mococa, pela disposição da Lei de nº 30, de 8 de abril de 1875 (IBGE, 1958a, p.141; ALMANAK..., 1910, p.150).

46 Benincasa (2008, p.27) alerta que estas plantações não foram as pioneiras, pois já havia cafezais mais modestos espalhados por São Paulo no fim do século XVIII, porém, sua produção era ínfima, sobretudo porque os cafeeiros eram plantados sem seguir recomendações com relação às grandes lavouras monocultoras para exportação – as chamadas "memórias para o cultivo do café", assunto que aprofundaremos no capítulo seguinte. Ver mais em: Benincasa (2008).

47 Baseando-se nos dados da Revista do Instituto do Café de São Paulo (1935, p. 90), Benincasa (2008, p. 28) traz o quantitativo de exportações de café realizadas pelo porto de Santos a partir de 1801 até 1807; de 132 arrobas enviadas para o exterior no primeiro ano citado, e variações entre os seguintes, em 1807 foram exportadas 1.270 arrobas. Ver mais sobre o assunto em: Revista do Instituto do Café. São Paulo, Ano X, nº 96, janeiro de 1935, vol. XIX, p. 90 e Benincasa (2008).

com a de outros países concorrentes, por exemplo, Cuba e Ceilão, limitava o interesse por parte dos fazendeiros e, consequentemente, a expansão das áreas cultiváveis. Mesmo assim, com o passar dos anos as técnicas de beneficiamento melhoraram e devido ao aumento da demanda internacional – especialmente pela queda produtiva dos cafezais de São Domingos, a partir da década de 1790, e em decorrência dos furacões que atingiram Cuba no terceiro decênio do século XIX – o café brasileiro foi ganhando espaço no mercado externo até que, no início da década de 1830, o produto ultrapassa o açúcar e passa a constituir 50% do valor total das exportações feitas pelo país (BENINCASA, 2008, p. 27-28; CARRILHO, 2006, p. 60).

> Essa expansão [da lavoura cafeeira] começa a ocorrer efetivamente a partir de 1815, quando houve uma verdadeira proliferação das fazendas de café em São Paulo. Do Caminho Novo da Piedade, as lavouras se espalharam por terras vizinhas e alcançaram o Médio e Alto Paraíba, numa onda contínua, gerando riquezas, modificando toda a estrutura socioeconômica regional. Areias seria a principal produtora dessa fase inicial e se manteria nesse posto até cerca de 1830. Em 1836, o surto de desenvolvimento populacional e econômico local fez com que novas vilas ganhassem autonomia; uma delas foi Bananal, que se emancipou de Areias, tornando-se, em pouco tempo, a maior produtora paulista. Nesse mesmo ano, cerca de 2/3 da produção paulista de café provinham de fazendas do Vale do Paraíba (BENINCASA, 2008, p. 28).

Na década seguinte, segundo Petrone (1968, p. 162-164), o ano agrícola de 1846-1847 pode ser considerado como decisivo para os produtores de açúcar, pois "[...] a partir de então, resolvem abandonar o cultivo da cana-de-açúcar para se dedicarem ao do café", ao passo que "o 'quadrilátero do açúcar' vai transformar-se em zona cafeeira". Neste âmbito, os cafezais formados em fins da década de 1840 começaram a produzir já em 1850-1851 e ultrapassaram "[...] em volume, a exportação de açúcar pela Barreira do Cubatão", o que, para a autora, configura uma "estranha coincidência", pois "[...] no ano de maior exportação de açúcar também foram formados grandes cafezais, e daí a pouco produzirão tanto, que o açúcar passará para segundo lugar nas exportações de Santos".

Ainda de acordo com a autora (1968, p.162-164), entre os fatores que podem ter prejudicado o desempenho da lavoura canavieira, talvez tenha sido a inexistência de uma maior quantidade de bons caminhos e vias de comunicação, pois, transportado por tropas de animais, o açúcar exposto às intempéries teria a sua qualidade e valor comercial depreciados por ser mais perecível em comparação ao café; então, ainda que alguns caminhos tenham recebido melhorias pontuais no final do século XVIII em diante – por exemplo, a calçada do Lorena (finalizada apenas em 1792), a estrada da Maioridade (realizada de 1840 a 1862), entre outras – foi o café que se

beneficiou com tais melhorias nos territórios que haviam alcançado prosperidade econômica com a produção açucareira[48], assim:

> Depois de 1850-1851, temos uma exportação de café sempre maior do que a de açúcar. Essa tendência acentua-se cada vez mais e, em 1854-1855, o açúcar, com 184 049 arrôbas e dez libras, excede de pouco os totais de 1816. O café, entretanto, chega no mesmo ano a 773 892 arrôbas, tendo duplicado sua exportação num quadriênio. O destino da lavoura canavieira já está decidido, portanto, a partir de 1846-1847, mas torna-se mais patente a começar a segunda metade do século. O 'quadrilátero do açúcar' deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café.
>
> [...]
>
> A rápida substituição dos canaviais por cafèzais pode ser naturalmente explicada por uma série de fatôres internos e externos já apontados [...]. Uma das causas, dessa substituição prende-se, sem dúvida, à má qualidade do açúcar paulista. Sua aceitação pelos mercados externos não deve ter sido sempre fácil. De modo geral, o açúcar brasileiro não era bem cotado. [...] Êsse fato, até certo ponto, deve ter sido um estímulo para a plantação dos cafèzais e o abandono dos canaviais. Condições do mercado externo, ávidos de café e saturados de açúcar de qualidade melhor teriam favorecido a transformação (PETRONE, 1968, p. 163 e p. 224).

Expandindo-se por novas fronteiras agrícolas após sucesso no Vale do Paraíba e na região de Campinas, de acordo com Benincasa (2008, p. 273), as primeiras plantações de café ultrapassaram esta última e chegaram aos Sertões do rio Pardo e aos Campos de Araraquara ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, até 1836, somente Franca, Mogi-Mirim e Araraquara alcançaram algum resultado ao terem produzido, respectivamente, 211, 610 e 440 arrobas de café. A quantidade foi baixa em comparação com outras localidades, pois, "a invasão do sertão apenas se iniciava, não se tratando de grandes lavouras com fins comerciais, mas de alguma produção para o consumo local". Pelos dados de 1854 ainda não havia grandes produções nessas regiões, mas já se destacavam: Rio Claro, com uma colheita de 99.670 arrobas; Araraquara, que subiu para 2.000 arrobas; e Mogi-Mirim, com um aumento para 80.000 arrobas. Acontece que no período "[...] era ainda muito mais vantajoso plantar café no Vale do Paraíba e na região Central [Campinas e arredores], devido à maior proximidade [...] com os portos exportadores", da mesma forma que"[...] Rio Claro constituía, entre 1850 e 1860, o limite rendoso do plantio do café [...]", porque "[...] além desse limite, não era economicamente viável seu plantio, pois os custos de transporte em lombo de burro encareciam demais o produto, representando cerca de um terço do seu preço final".

48 Ver mais em: Petrone (1968).

Localizado na região do sertão do rio Pardo, de acordo com Edgard Freitas[49] (1947, p. 16-18), o cultivo do café foi iniciado em Mococa antes da segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1842, nas fazendas Água Limpa e Prata, propriedades de Capitão José Cristóvão de Lima e Venerando Ribeiro da Silva, respectivamente. Contudo, assim como os demais povoados e vilas das proximidades, a cultura agrícola ainda estava em experimentação e dividia espaço com as plantações de cereais e cana-de-açúcar, bem como com a criação de gado que era a principal atividade dos fazendeiros locais, sobretudo pela maioria ter vindo de partes do território de Minas Gerais, conforme vimos anteriormente[50]. Dessa maneira, segundo o autor, os primeiros resultados da lavoura cafeeira em Mococa, mesmo que modestos, foram obtidos por Venerando Ribeiro da Silva quando o fazendeiro comercializou sua primeira safra no ano de 1845.

Segundo Benincasa (2008, p. 273), apesar das dificuldades, principalmente relacionadas à necessidade de melhoria nas técnicas de beneficiamento e à distância das áreas pioneiras em relação ao porto de Santos, a lavoura cafeeira começou a se desenvolver mais expressivamente a partir da década de 1870, quando o "[...] café alcança as manchas de terra roxa, o solo de fertilidade magnífica, que virou sinônimo de terra paulista, e ocupava, no entanto, apenas de 2 a 2,5% de seu território", momento em que ocorreu um "[...] grande avanço material em São Paulo, e isso decorre, em boa parte, do governo de João Teodoro (1872-1875), que incentivou o desenvolvimento das ferrovias[51] e da cafeicultura[52]", sobretudo porque:

> O café, na segunda metade do século XIX, tornava-se um produto cada vez mais importante no comércio mundial. O interesse pelas novas zonas cafeeiras paulistas era enorme entre os europeus e os americanos, os principais consumidores. Investimentos eram feitos no país para que novas áreas o produzissem, capitais estran-

49 Segundo Paladini (1995, p. 243), Edgard Freitas era funcionário público e vereador em Mococa, redator e diretor do jornal "A Mococa". Interessava-se pelo histórico do município, tanto que publicou a obra "Mococa: cem anos de história". Ver mais em: Paladini (1995) e Freitas (1947).

50 Ver página 63-64.

51 De acordo com Matos (1990, p. 74, 77-84), em junho de 1860 foram aprovados os Estatutos da Companhia de Estradas de Ferro que deveria ligar Santos a Jundiaí, a primeira linha férrea em território paulista. Em novembro do mesmo ano foi dado início a construção – marcada por desafios de vencer uma diferença de 800 metros de altitude entre o litoral e o planalto paulista devido à Serra do Mar – e a ferrovia São Paulo Railway atingiu a capital em 1866 e a cidade de Jundiaí no ano seguinte. Entretanto, como a companhia não se interessou em prolongar os trilhos mais além, os fazendeiros e capitalistas se encarregaram de levá-los até as áreas mais distantes; é neste contexto que é criada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que estendeu a linha férrea até Campinas em agosto de 1872, mas seus incorporadores ainda pretendiam levar seu traçado até Limeira, Rio Claro e o Vale do Mogi-Guaçu. Portanto, a partir da década seguinte novas expansões foram chefiadas por fazendeiros e capitalistas das regiões interessadas, momento em que três novas companhias, aproveitando-se das mesmas garantias estatais, são organizadas: a Ituana, a Sorocabana e a Mojiana. Além disso, conforme apontou Benincasa (2008, p. 273), em 1876 foi criada a conexão entre Campinas e Rio Claro, bem como o trecho inicial da Mojiana; a ligação entre São Paulo e Sorocaba; a instalação de mais um ramal da São Paulo Railway entre Atibaia, Bragança Paulista e Piracaia, entre outras. Ver mais sobre o assunto em: Matos (1990) e Benincasa (2008).

52 De acordo o Almanaque de 1873, os produtos exportados durante os anos agrícolas de 1871-72 foram: 557.576 arrobas de algodão, 114.206 alqueires e 203 volumes de arroz, 2.645.246 arrobas de café, 88 alqueires e 11 volumes de farinha, 2.444 alqueires e 583 volumes de feijão, 23.944 arrobas de fumo, 1.394 arrobas de mate, 17.822 alqueires e 105 volumes de milho, 3.476 cabeças de animais, dentre outros. Todas as mercadorias exportadas geraram um montante de 26.197:977$261 réis no biênio citado. Se transformarmos esses dados em porcentagem, fica explícita a predominância do algodão, mas sobretudo do café nas exportações na época. Se entre 1863-1866 foi arrecadado um total de 28.007:889$985, o primeiro produto contribuiu com 12,17% e o segundo com 84,65% do valor total; no triênio de 1866-1869 foi obtido 46.878:285$761 e, deste, o algodão participou com 29,27%e o café 65,79%; e se entre 1869-1872 o valor obtido foi de 55.019:978$889 (LUNÉ e FONSECA, 1873, p. 92-93), 30% do valor total foi gerado pelo algodão e 67,91% – uma clara predominância do café. Ver mais em: Luné e Fonseca (1873).

> geiros eram empregados nas ferrovias que o escoavam no aparelhamento do porto de Santos, na infra-estrutura das fazendas, na melhoria da tecnologia do maquinário de beneficiamento, na abertura de crédito aos fazendeiros e, principalmente, na comercialização do produto (BENINCASA, 2008, p. 247).

No caso de Mococa, a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro[53] chega ao município entre 1888 e 1889, quando incorpora o Ramal Férreo do Rio Pardo que conectava Casa Branca a São José do Rio Pardo, permitindo que suas linhas sejam prolongadas até Mococa, Canoas entre outras localidades[54] (BENINCASA, 2008, p. 273; MATOS, 1990, p. 100; MISSURA, 2002, p. 13). De acordo com Humberto de Queiroz[55] (1913, p. 105), os trilhos chegaram a Mococa em 06 de fevereiro de 1890, já o primeiro trem somente no dia 08 de março do mesmo ano. Segundo o autor, a instalação da ferrovia "[...] produziu [...] um movimento assombroso: o commercio desenvolveu-se, crearam-se numerosas casas de comissões, grandes depósitos de generos de consumo, realizando avultadas vendas em grosso", da mesma forma que possibilitou que o município se tornasse "[...] um grande centro, um verdadeiro empório commercial, concorrendo para toda essa animação o alto preço do café".

Neste sentido, segundo Paladini (1995, p. 129), o final do século XIX pode ser considerado como o período de apogeu da cultura cafeeira em Mococa, pois – também graças à chegada da ferrovia – foram instaladas 125 propriedades rurais dedicadas ao cultivo do gênero e que, juntas, possuíam um total de 8.475.000 pés de café. Ainda segundo o autor, o período de maior produção das fazendas do município ocorreu entre as safras de 1890 e 1895, com destaque para a de 1891. Ressalta o autor que se o contingente do ano de 1886 já havia atingido a marca de 1.400.000 quilos de café, em 1890 cerca de 7.500.000 quilos foram contabilizados. Sobre a safra de 1891, conforme relatado por Queiroz (1913, p. 105), tamanha foi a produção que "[...] foi necessário encherem-se salas de visita e atulhar até o Theatro com sacas desse precioso produto", da mesma forma que se anos atrás "uma fazenda de 30 alqueires, comprada, quátro anos antes [...] por 3:500$000, era vendida então por 30:000$000!!" – ou seja, uma valorização de 857%.

53 Segundo Matos (1990, p. 90-91, 99-100), a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro foi organizada cafeicultores que desejavam levar os trilhos até as proximidades de seus empreendimentos. Dessa maneira, com incentivos e privilégios concedidos pelo governo provincial, seus idealizadores fundaram a companhia em Campinas, no ano de 1872, com a intenção de que os trilhos atingissem Mogi-Mirim. Pela Lei de 28 de agosto de 1873, foi dado início ao tráfego até os municípios de Jaguariúna, em 3 de maio de 1875; Mogi Mirim, em 27 de agosto do mesmo ano; Amparo, este último atendido por um ramal; Casa Branca, em janeiro de 1878; a Ribeirão Preto, no ano de 1883; a Franca, em 1887; dentre outros ramais que se ramificaram pelo território paulista até atingir as margens do rio Grande. Por fim, avançando sobre o território de Minas Gerais, a Companhia desempenhou importante papel de "ponta de lança" ao atender o Triângulo Mineiro e por prolongar-se até Araguari, seu ponto final. Ver mais sobre o assunto em: Matos (1990).

54 Mais prolongamentos da Mojiana ocorreram no período, como até: Dumont, em 1890; Restinga, no ano de 1897; Jardinópolis, em 1899; Guaiuvira e Sales Oliveira, em 1900; e de Orlândia, no ano de 1901. Outros ramais ou trechos "cata-café" foram sendo instalados e ligados à sua linha-tronco. Estes atendiam importantes regiões produtoras, como: Amparo, Socorro, Serra Negra, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, Poços de Caldas, Vargem Grande, Guaxupé, Cajuru, Jataí, Arantes, Serrana, Sertãozinho, Igarapava, Morro Agudo etc. (BENINCASA, 2008, p. 173; MATOS, 1990, p. 108-112). Ver mais em: Benincasa (2008), Matos (1990) e Missura (2002).

55 Conforme Paladini (1995, p. 58-59 e 243), Humberto de Queiroz era formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, jornalista e escritor; chegou a Mococa em 1887 e além de farmacêutico, atuou como jornalista ao colaborar com o primeiro jornal editado no município – o Monitor Paulista – e na política ao integrar o grupo político composto por Dr. Antônio Muniz Ferreira, Francisco Soares de Camargo, Antônio José Dias de Lima, entre outros e que ficou conhecido como "Republicanos Liberais", que fazia oposição aos "Republicanos Conservadores". Ao observar os acontecimentos cotidianos no período, Humberto de Queiroz registrou suas memórias através da obra intitulada "A Mocóca: da sua fundação até 1900". Ver: Paladini (1995) e Queiroz (1913).

De acordo com Benincasa (2008, p. 275), a produtividade alcançada pelas novas regiões cafeeiras do interior paulista, juntamente com a instalação de linhas e ramais férreos e a valorização da saca do grão no final do século XIX, chamou a atenção de populações nacionais e estrangeiras que igualmente passaram a se interessar por se estabelecer em São Paulo. No geral, se os estrangeiros eram majoritariamente europeus e asiáticos, os migrantes já instalados em território nacional partiam do Vale do Paraíba já decadente[56], do antigo "quadrilátero do açúcar" e de regiões mineiras e fluminenses[57]; conforme aponta o autor, aqueles que chegavam ao Oeste paulista não devem ter se arrependido, pois:

> [...]. As zonas da Paulista e da Mojiana foram as que mais se desenvolveram nesse período entre os anos de 1880 e 1890, e juntas tornaram-se a maior região produtora de café de São Paulo, passando de 805.220 arrobas, em 1854, para 4.720.733 arrobas, em 1886. Consequentemente, a Companhia Paulista e a Mojiana foram as ferrovias que mais lucraram e cresceram no período. [...].
>
> Se analisarmos os dados dos censos de 1886 e 1920, chegaremos à conclusão de que este é o período em que São Paulo teve o seu desenvolvimento consolidado, tornando-se o maior produtor de café do mundo, com a incrível cifra, para a época, de 22.098.861 arrobas. A população – inflada com o ingresso intensivo de imigrantes europeus e asiáticos e de migrantes de todas as partes do país – é triplicada, chegando a mais de 4.000.000 de habitantes (BENINCASA, 2008, p. 275).

Com relação a Mococa, de acordo com os dados trazidos por Queiroz (1913, p. 106-107), o recenseamento realizado em 1891 constatou que o eleitorado do município não passava de 74 indivíduos em 1881, em 1889 subiu para 95 e de 453 para 800 pessoas entre 1891 e 1900; a população era composta de 7.731 habitantes, sendo 4.324 homens e 3.407 mulheres, entre os quais 4.932 eram brancos, 1.203 eram pardos, 434 eram caboclos e 1.162 eram pretos. O autor também fornece informações sobre a origem e o número de indivíduos que migraram em direção a Mococa na última década do século XIX, por exemplo: de São Paulo chegaram 3.863 pessoas; de Minas Gerais, 2.788; da Bahia, 61; do Rio de Janeiro, 80; do Ceará, 16; de Pernambuco, sete; de Sergipe, 28; dentre outros estados[58]. O autor traz dados, ainda, sobre a chegada de portugueses, que somavam 186 indivíduos; italianos, 597; ale-

56 De acordo com Monbeig (1984, p. 167-168), de fato o Vale do Paraíba foi o "grande caminho de penetração" através do qual o café chegou ao território paulista. No início do século XX, as plantações ainda possuíam um número de pés que era capaz de impressionar, conforme da Secretaria da Agricultura de São Paulo (1906): Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Bananal e São José dos Campos tinham entre 3 e 9 milhões de pés de café, cada um. Porém, a produção "[...] por outro lado, atesta uma baixa contínua: era da ordem de 2.870.000 arrobas em 1854 e agora não é senão de 1.850.000", o que para ele ocorria devido às plantações terem sido expostas à "[...] erosão, mal cuidadas por uma mão-de-obra insuficiente desde a abolição da escravatura", o que resultava que os cafezais alcançassem os mais baixos rendimentos do Estado, a ponto de "nada mais se podia esperar dessa região, pelo menos para o café". Ver mais em: Monbeig (1984).

57 Ver mais sobre o assunto em: Benincasa (2008).

58 Queiroz (1913, p.106-107) pontua que no mesmo período haviam se instalado em Mococa cinco indivíduos vindos de Goiás, dois do Espírito Santo, dois do Rio Grande do Sul, um do Maranhão, um de Santa Catarina e um da Paraíba. Ver: Queiroz (1913).

mães, quatro; franceses, dois; espanhóis, 26; de países da África, 40; austríacos, sete; turcos, oito; e um paraguaio – em 1899 mais 3.000 italianos estariam instalados no município.

Chamamos a atenção para os números apontados por Queiroz (1913), que informam sobre a chegada de migrantes sergipanos a Mococa. Embora o autor não traga a lista de nomes dos indivíduos e tampouco os discrimine por sexo ou idade, pelo que pudemos identificar através de matérias de jornais citadas anteriormente[59] – como as publicadas pelo O Republicano, em 17 de novembro de 1890 (FACTOS...,1890, p. 1), e pelo Monitor Paulista em 11 de janeiro de 1891 (A FAMILIA..., 1891, p. 1) – neste contingente de sergipanos estavam incluídos alguns membros da família Barretto, que deixaram a região açucareira do Vale do Cotinguiba, no final do século XIX, e partiram para o Sudeste brasileiro, sobretudo em direção ao município de Mococa. Entretanto, interessante é notar que, pela ausência de maior destaque em sua chegada, ainda sem gozar de maior prestígio social e econômico em comparação com outras importantes famílias instaladas em São Paulo no mesmo período – como foi o caso dos Almeida Prado e dos Prado[60] –, os Barretto, guardadas as devidas proporções, repetiram o modus operandi dos migrantes que se dirigiam ao Oeste paulista em busca de terras e riquezas

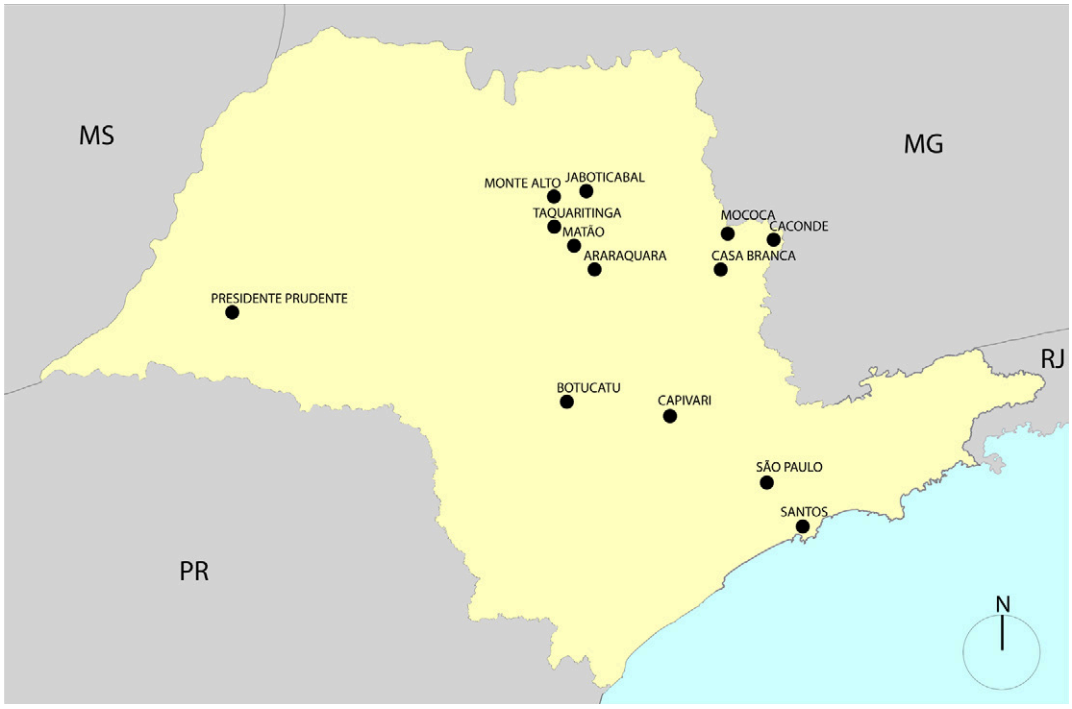


Figura 3
Indicação das localidades de passagem, ou de permanência, de membros da família Barretto no território do estado de São Paulo.
Fonte: Adaptado de São Paulo (2014). Para produzirmos este mapa, além de utilizarmos o mapa base disponibilizado por São Paulo (2014); nos valemos de vários dados coletados em nossa pesquisa oriundos tanto da base documental quanto dos depoimentos orais.

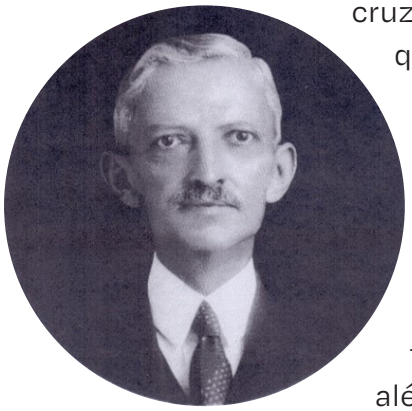
59 Ver páginas 60 e 61.

60 Dentre as famílias que se destacaram como grandes fazendeiros em São Paulo, é possível citar, dentre outros exemplos, o caso dos Almeida Prado e dos Prado. Os primeiros eram originários de Itu e encontraram extensas manchas de terra roxa já com alguns cafezais plantados pelos pioneiros mineiros, em Jaú, na região de Araraquara. Naquelas paragens, F. Paulo de Almeida Prado formou novas fazendas e aumentou as plantações de café com a ajuda de lavradores vindos de Piracicaba, Limeira e Indaiatuba. Quanto à segunda, Martinho Prado Júnior, filho de Antônio da Silva Prado, rico comerciante e agraciado com o título de Barão de Iguape, em 1877, mudou-se para Ribeirão Preto e adquiriu 6.000 alqueires de terras onde instalou a fazenda Guatapará, que chegou a contar com 1.767.000 pés de café no ano de 1912. Continuando a investir, Martinho associou-se a seu pai e ao irmão, Antônio, e montou a fazenda São Martinho no mesmo município, com 12.000 alqueires e 3.400.000 cafeeiros. Ademais, os irmãos também ficaram conhecidos por estarem na linha de frente na fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na política e em demais atividades correlacionadas ao comércio do café (BENINCASA, 2008, p.276; MONBEIG, 1984, p. 139-141).

com a cafeicultura, bem como fizeram parte da "marcha pioneira", expressão criada por Monbeig (1984) para descrever o fenômeno.

Conforme comentamos na introdução deste trabalho[61], daremos maior ênfase ao ramo da família de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto, que eram os proprietários do engenho Contadouro em Sergipe; em especial a respeito da trajetória de um de seus filhos, Lucino Freire de Mattos Barretto, que assim como alguns de seus irmãos e parentes, foi cafeicultor em Mococa no final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, mas, posteriormente, migrou em direção aos Campos de Araraquara, mais precisamente até o município de Taquaritinga, onde adquiriu a fazenda Glória – nosso objeto de estudo –, como veremos neste e no próximo capítulo. Nossa suposição, fundamentada através do cruzamento de dados, é que dois dos membros da família Barretto que chegaram em Mococa antes da última década do século XIX eram irmãos de Lucino Barretto, no caso o Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto e o Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto, os quais, embora tenham traçado caminhos diferentes, possuem muito em comum, por exemplo, ambos haviam deixado Sergipe já no terceiro quartel daquele século para estudar medicina e direito, respectivamente, em institutos imperiais de ensino superior em outras Províncias[62], além da atuação em cargos públicos e na política paulista.

Figura 4
Retrato de Lucino Freire de Mattos Barretto. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1907 e 1927?]).



Com relação a Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, verificamos que ele frequentou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e graduou-se em 1883. Durante o período acadêmico, trabalhou como médico interino na clínica de moléstias infantis da instituição citada, como interno e depois chefe da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, e em demais centros médicos especializados em obstetrícia[63]. Contudo, mesmo após atuar em território fluminense, o médico parte em direção a São Paulo e se instala em Capivari, na região de Campinas, onde continuou a exercer suas especialidades médicas. Porém, no ano de 1885, ele deixa este último município e transfere-se para Mococa, onde também inaugurou e dirigiu sua própria clínica (GUARANÁ, 1925, p. 21).

Verifica-se que os dados no Almanaque de 1888 vão ao encontro e complementam a informação trazida por Guaraná (1925, p. 21) a respeito da escolha de Mococa, pois no tópico dedicado ao município é possível notar que havia dois médicos atuando no local, no caso, Dr. Antônio Muniz Ferreira

61 Ver página 23.

62 Ver página 59.

63 Ver mais sobre o assunto em: Guaraná (1925).

e Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto[64] (SECKLER, 1888, p. 520-522). No documento, ainda consta a participação dos médicos atuando em organizações de Mococa, como na Sociedade Recreio Dramático em que ocupavam os cargos de Orador e 1º Tesoureiro, respectivamente, e a participação de Dr. Augusto Barretto como Presidente do Gabinete de Leitura do município.

Quanto ao seu irmão, Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto, identificamos que ele estudou na Faculdade de Direito de Recife, entretanto, diferentemente do que foi apontado por Franco (1975, p. 683), não foi nesta instituição que concluiu seus estudos. Na verdade, e complementando a informação de Paladini (1995, p. 288), o aluno estava no 4º ano do curso quando transferiu-se para a capital paulista, onde, em 22 de novembro de 1884, completou sua formação pela Faculdade de Direito de São Paulo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1879-1885, p. 1). Depois de formado, Dr. Adolpho Barretto iniciou sua carreira como advogado na capital, entretanto, segundo o Almanaque de 1887, o bacharel passou a promotoria de Mococa naquele ano (SECKLER, 1887, p. 426). Contudo, em matéria do *Correio Paulistano* de 9 de novembro de 1888, foi noticiada sua transferência para Capivari – a mesma comarca que seu irmão, Dr. Augusto Barretto, havia deixado há apenas alguns anos –, onde ocuparia a função de juiz municipal (LICENÇAS, 1888, p. 2).

Conforme noticiado pelo mesmo jornal em 5 de novembro de 1892, em decorrência da demissão de Dr. José Roberto Leite Penteado, até então 4º delegado de polícia de São Paulo, Dr. Adolpho Barretto é designado para o cargo (4º DELEGADO..., 1892, p.1). Todavia, identificamos que sua carreira na capital paulista não foi somente dedicada ao direito e as atribuições de delegado, porque, ainda segundo o *Correio Paulistano*, em publicação do dia 28 de maio de 1895, naquele ano Dr. Adolpho Barretto solicitou a exoneração do cargo que ocupava (FORAM..., 1895, p. 2), provavelmente devido à sua candidatura para deputado pelo Partido Republicano, segundo outro informe veiculado pelo mesmo periódico em 11 de julho de 1895 (BOLETIM..., 1895, p. 1). Já no início de agosto do mesmo ano, a comissão do partido convidou o eleitorado a se reunir em frente à sua residência, no Largo da Liberdade, para felicitações pela eleição ao cargo no Congresso Estadual, no qual permaneceu até 1897 (MANIFESTAÇÃO, 1895, p. 2).

Enquanto Dr. Adolpho Barretto se transferiu para São Paulo, Dr. Augusto Barretto permaneceu em Mococa e, tal qual seu irmão, ao que tudo indica, deu início à sua trajetória política, conforme a publicação do Correio Paulistano, de 30 de agosto de 1887, que noticiou uma reunião do diretório do Partido Conservador de Mococa, na qual o Dr. Augusto Barretto era um dos participantes que declararam apoio político a Gabriel Garcia de Figueiredo

64 O sobrenome "Freire" está abreviado no documento, bem como a grafia aparece apenas como "Barreto", porém, evidentemente, trata-se da mesma pessoa.

– o "Barão de Monte Santo"[65]. Além do médico, também estavam presentes alguns representantes de famílias tradicionais do município, como: Gabriel Fernandes Pinheiro, José Gabriel de Figueiredo, Manoel Leite de Camargo, Thomaz Salustiano de Abreu, Francisco Garcia de Figueiredo, Venerando Ribeiro da Silva, entre outros (EXM. SR. BARÃO..., 1887, p.3).

Os fatos mostrados até aqui, tanto por parte de Dr. Augusto Barretto quanto de Dr. Adolpho Barretto, evidenciam que ao chegarem a São Paulo os irmãos ocuparam cargos importantes dentro de seus campos de formação, mas também no poder público e na política; comprovam, igualmente, que eles transitaram entre diferentes cidades paulistas e a capital em busca de melhores oportunidades, mas acreditamos que essa atuação se configura como uma estratégia – por exemplo, ao influenciarem demais familiares a migrar, como veremos a seguir, e através do casamento com filhos(as) da elite paulista – para que eles e seus familiares pudessem consolidar sua inserção na nova região.

É preciso lembrar que nessa época ocorriam transformações importantes no país, como: a abolição da escravatura, em 1888; a gradativa substituição do escravo pelo imigrante europeu; o início da República em 1889; e São Paulo, em específico, alcançou a liderança em relação aos demais estados por ser o principal fornecedor de café (TRIGO, 2001, p. 32), quando, segundo Benincasa (2008, p. 276), a lavoura se firmava no Oeste paulista e "[...] surge um novo tipo de fazendeiro, cada vez mais cosmopolita e inteirado dos assuntos internacionais, e consolida-se a fazenda cafeeira como grande empresa agrícola de cunho capitalista. [...]". Assim, muito provavelmente atrelado a tudo isso, conforme vimos através da matéria reproduzida pelo Monitor Paulista, em 11 de janeiro de 1891[66], outros integrantes da família Barretto escolhem o interior de São Paulo como destino, no caso Mococa e região (A FAMILIA...,1891, p. 1).

É importante relembrar quais os membros que estavam se retirando de Sergipe: José Vieira Barretto[67]; Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, sua esposa, D. Antônia Eugenia F. de Mattos Barretto[68], e mais dois de seus filhos: Lucino Freire de Mattos Barretto e D. Clotilde de Mattos Barretto – irmãos

65 De acordo com Paladini (1995, p. 28-35), Gabriel Garcia de Figueiredo era filho de Diogo Garcia da Cruz e de Inocência Constança Figueiredo. Nasceu em São João Nepomuceno-MG, em 14 de janeiro de 1816. Seu nome, de seu pai e de seu irmão (Diogo Garcia de Figueiredo) já apareciam entre os primeiros povoadores de Mococa. No município, foi chefe do partido conservador; vereador e juiz de paz na instalação da Câmara Municipal e na elevação à vila. Ver mais em: Paladini (1995).

66 Ver página 61.

67 Como vimos no estudo de Barretto ([1985?]), José Vieira Barretto era herdeiro do engenho São José em Sergipe, era filho de Francisco Muniz Barretto e de D. Antônia Barretto, proprietários do engenho Santa Rosa. Ele também tinha mais dois irmãos, no caso: Dr. Felismino Barretto, do Engenho Vassouras; e D. Eufrosina Barretto Dantas. Foi casado com D. Rosa Barretto, filha de Antônio Coelho Barretto (primo de primeiro grau de sua mãe). Ver mais em: Barretto ([1985?]).

68 De acordo com Barretto ([1985?]), Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto era filho único, do primeiro casamento de D. Emerenciana Freire de Mattos Barretto com José Freire de Mattos Barretto, que eram proprietários do engenho Contadouro. Já D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto era filha de Antônio Coelho Barretto, herdeiro do engenho Campanha, e tinha como irmãos: D. Rosa Barretto, Antônio Coelho Barretto (de mesmo nome do pai), José Sotero Barretto, entre outros. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

de Dr. Augusto Barretto e Dr. Adolpho Barretto. O jornal igualmente relatou que Dr. Francisco Muniz Barretto[69] em breve sairia do território sergipano em direção ao interior paulista – assim como veremos que outros membros ainda o fariam[70].

Percebemos, pelo que foi exposto até o momento, que aqueles que já se encontravam em Mococa, ou proximidades, por volta da década de 1890 – como os irmãos Dr. Augusto Barretto e Dr. Adolpho Barretto, o primo Dr. Albano do Prado Pimentel que se fixou em Capivari[71], entre outros –, podem ter influenciado demais membros da família a deixar Sergipe. Acreditamos que essa questão pode ser melhor compreendida através do conceito de "redes sociais"[72] – ou apenas "redes" – vinculadas aos processos migratórios. Neste sentido, em uma das partes de seu trabalho, Truzzi (2011, p. 19) se vale da abordagem elaborada por Charles Tilly (1978)[73] ao estabelecer tipologias migratórias e identificar que as migrações abrangiam categorias classificatórias (locais, circulares, de carreira, de cadeia)[74]. Porém, conforme sublinha Truzzi (2011, p. 21), é possível que em uma migração com característica circular possa haver "resíduos", ou seja, pessoas remanescentes que se estabelecem definitivamente no lugar de destino e, se bem-sucedidos, passarem a atrair novos migrantes para que também se fixem em caráter permanente, constituindo uma migração com característica "de cadeia".

> O termo cadeias, concebido na década de sessenta do século passado por pesquisadores australianos, foi originalmente definido 'como o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias

69 Segundo o estudo de Barretto ([1985?]), Dr. Francisco Muniz Barretto era filho de José Vieira Barretto e D. Rosa Barretto, e, por sua vez, era sobrinho de Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antonia Eugenia Barretto, bem como primo de Dr. Augusto Barretto, Dr. Adolpho Barretto e demais irmãos. Verificamos que sua saída de Sergipe de fato ocorreu, pois, encontramos um anúncio por ele publicado no periódico A Mococa, em 11 de abril de 1896, que dizia que o "[...] antigo chefe do serviço clinico de molestias de Senhoras na Policlinica do Rio de Janeiro, tendo-se mudado de S. José do Rio Pardo para esta cidade [Mococa], attende chamados para o exercício de sua profissão em sua residencia [...]", que era localizada no Largo da Matriz Nova (MEDICO..., 1896, p. 3). Ver mais sobre o assunto em: Barretto ([1985?]) e Medico... (1896).

70 Traremos maiores informações sobre demais nomes ainda neste tópico.

71 Abordaremos mais detalhadamente sobre Dr. Albano do Prado Pimentel no próximo tópico, ainda neste capítulo.

72 Segundo Fazito (2002, p. 1-2), a concepção de "redes sociais" passou a ser mais utilizada nos estudos de migração devido à consolidação de ideias na área e por ser empregada como uma representação de "[...] um sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações e estabelecem laços ou conexões sólidas que poderiam explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos". Assim, para o autor é perceptível que através desse conceito haja uma procura de um modelo que possa representar o fenômeno migratório em diferentes escalas, como em "[...] regiões específicas [que] se conectam através de fluxos de ordens variadas; pessoas [que] migram através de uma 'instituição invisível', que são as redes familiares ou pessoais. [...]" e até o contato "[...] com atores e canais (muitas vezes físicos, ou apenas subjetivos como a 'influência' sobre pessoas importantes) responsáveis pela facilitação de uma viagem [...] etc.; seriam todos exemplos da existência de uma rede social da migração". Ver mais sobre o assunto em: Fazito (2002).

73 TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: MCNEILL, William H. e ADAMS, Ruth S. (eds.). Human Migration, Patternsand Policies. Indiana University Press, p. 48-72, 1978. Segundo Truzzi (2011, p. 20), Tilly reformulou parcialmente as categorias em 1990, em "Transplanted Networks", ao adicionar as "migrações colonizadoras". Ver mais em: Truzzi (2011).

74 Conforme aponta Truzzi (2011), baseando-se em Tilly (1978), as migrações locais são aquelas que ocorrem quando um indivíduo se dirige a um local "geograficamente contíguo" e que lhe seja familiar; as circulares representam o deslocamento de pessoas por um determinado período de tempo e, quando alcançam seu objetivo, retornam ao seu local de origem; a de carreira representa aquela migração quando um indivíduo observa oportunidades de ocupar uma função ou quando possa se associar a uma atividade que exerce; já a migração em cadeia é aquela que implica no deslocamento de pessoas motivadas por "uma série de arranjos" ou "informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino". Ver: Truzzi (2011).

> com emigrantes anteriores' (MACDONALD & MACDONALD, 1964, p. 82[75] apud TRUZZI, 2011, p. 22).
>
> [...]
>
> [...] o emprego dos termos cadeias e redes [...] procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiram emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores [...]. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, quanto recursos [...] que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados, já partidos, na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros (TRUZZI, 2011, p. 22).

Neste sentido, Campos (2015, p. 14-16), faz um interessante paralelo a partir das noções de "capital social" que, nos estudos de migração, aproximam-se da proposição de Pierre Bourdieu (1986)[76], autor que se refere "[...] ao definir o termo, aos recursos disponíveis para os indivíduos decorrentes da posse de uma relação durável, institucionalizada e reconhecida com outros indivíduos"[77]. Assim, amparado em Marandola Jr. e Dal Gallo (2010)[78], Campos considera que a formação das 'redes sociais' passa "[...] pelo uso de determinada 'quantidade' de capital social, por meio de rede de contatos que os indivíduos possuem" e que "as relações de cooperação, reciprocidade e identificação mútua entre seus integrantes favorecem as transferências de capital social no interior da rede", sendo, portanto:

> [...] possível perceber [...] a importância da proximidade entre os membros da rede para que haja transmissão ou transferência de capital social [...]. O termo 'proximidade', aqui, é entendido como a existência de [...] laços entre as pessoas, que serão tanto maiores quanto mais intensas forem suas relações. [...] Assim, quanto mais forte for o laço social tanto maior a proximidade entre os atores de uma rede. Como os indivíduos possuem relações de diferente intensidade, pode-se afirmar que as pessoas habitam um 'espaço social' heterogêneo, ocupando posições com distâncias variadas em relação aos outros indivíduos.
>
> [...]

75 MACDONALD, John S. & MACDONALD, Leatrice. Chain Migration, Ethnic Neighbourhood Formation and Social Networks. The Milbank Memorial Fund Quarterly, XLII, 1, p. 82-96, 1964. Ver mais sobre o assunto em: Truzzi (2011).

76 BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, John (Ed.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Greenwood: New York, 1986. p. 241-258. Ver mais em: Campos (2015).

77 De acordo com Nogueira e Catani (2015, p. 10), para Bourdieu o capital social é "[...] o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinado(s) grupo (s)", os quais "[...] são dotados de propriedades comuns e, também, encontram-se unidos através de ligações permanentes e úteis". Isso quer dizer que "[...] o volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que pode ou consegue mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado". Ver mais sobre o assunto em: Nogueira e Catani (2015).

78 MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Ver: Campos (2015).

> A essência de um laço estrutural em rede é dada pela 'profundidade' da relação social, que qualifica a condição de proximidade entre seus atores. A noção de proximidade estaria no cerne do conceito de rede social: é graças à proximidade que são estabelecidas relações de confiança e que são moldados os canais de difusão que configuram as redes. Por sua vez, a distribuição dos pontos e a intensidade dos laços da rede também é estruturada sobre fatores de distanciamento. Por isso, pertencer ou não a determinada rede significa usufruir das (des)vantagens obtidas pela proximidade com seus atores (CAMPOS, 2015, p. 16 e 18).

Além da importância da proximidade entre os agentes que constituem a "rede" para que haja a troca do "capital social", assim como Truzzi (2011, p. 25), Campos (2015, p. 18), através de Rogers (1983)[79], pontua que a "[...] difusão de informações [...] é o processo pelo qual determinado comportamento, ideia ou informação é comunicado através de canais", bem como "[...] é um importante mecanismo de redução das incertezas geradas por determinados tipos de ação, o que lhe confere extremo valor em qualquer arranjo social [...]". Isto quer dizer que "[...] as redes sociais podem ser vistas como canais de comunicação que estruturam as vias por onde as informações circulam na sociedade" e que "[...] embora [os canais de comunicação dentro da rede] possuam um potencial de disseminação de informação menor que os meios de comunicação em massa, são mais persuasivos e convincentes", o que, portanto, facilita a dispersão das informações. Todo esse processo foi sintetizado pelo autor através de um diagrama (**Figura 5**), o qual ilustra muito bem os mecanismos que estruturam as redes migratórias[80].



Figura 5
Mecanismos identificados como estruturadores da rede migratória. Fonte: Campos (2015, p.26).

No caso da família Barretto, podemos inseri-la no âmbito das discussões de Truzzi (2011) e de Campos (2015) para identificar prováveis estratégias de alguns dos familiares sobre aqueles que ainda estavam em Sergipe, influenciando-os a migrarem para São Paulo. Com relação ao que foi apontado pelo

79 ROGERS, Everett M. Diffusion of Innovations. 3rd Edition. New York/ London: The Free Press, 1983. Ver mais sobre o assunto em: Campos (2015).

80 De acordo com Campos (2015, p. 27), pelo fato de serem baseadas em "contatos pessoais" e no "capital social" disponível aos indivíduos, "[...] as redes configuram-se por proximidade. A circulação de informações e o recrutamento de indivíduos pertencentes à rede migratória moldam os contornos dessas redes, devido à natureza interna de seus processos de difusão", bem como "a natureza multidimensional das redes de migração inclui processos socioculturais e espaciais. No primeiro, aparecem redes de pessoas, famílias ou organizações, enquanto, no segundo grupo, incluem-se redes de domicílios, cidades ou países". Enfim, a totalidade destas redes "[...] articulam-se em escalas diferenciadas atuando como agentes da produção do espaço" (CAMPOS, 2015, p. 27).

primeiro autor, já demostramos como alguns integrantes da família Barretto haviam realizado deslocamentos "locais" e "circulares" antes da virada do século XIX, por exemplo, o Dr. Augusto Barretto e Dr. Adolpho Barretto haviam deixado o Vale do Cotinguiba para estudar em outras províncias[81]; da mesma forma quando depois de formados ambos deslocaram-se para trabalhar no Rio de Janeiro, na capital paulista, Mococa e demais cidades[82]. Dessa maneira, se de acordo com Truzzi (2011) há a chance de os indivíduos estabelecerem-se em definitivo no lugar em que se encontravam por motivos "de carreira" e atrair novos migrantes, é muito provável que os bacharéis citados – somados a outros parentes – possam ter fornecido informações e influenciado seus familiares a deslocarem-se ao interior paulista, o que configuraria, portanto, uma estratégia de deslocamento "de cadeia".

E quanto à abordagem de Campos (2015), é muito provável que os membros da família Barretto instalados em território paulista tenham feito uso de seu "capital social" acumulado desde que chegaram ao estado, e da "proximidade" que teceram entre os agentes da "rede" em que se inseriram para promover a "difusão de informações" sobre o local em que estavam. Assim, se Dr. Augusto Barretto e Dr. Adolpho Barretto tivessem alguma ligação com determinados indivíduos – sobretudo familiares e/ou aqueles que tinham uma maior proximidade –, é evidente que as informações por eles recebidas teriam maior poder de persuasão do que se fossem transmitidas por pessoas de menor afinidade e/ou desconhecidas. Por conseguinte, é possível que o uso destes mecanismos tenham contribuído para que outros de seus parentes migrassem e – juntamente com o casamento com herdeiros de famílias de elite, que veremos mais adiante – conseguissem se estabelecer e consolidar posições no interior paulista.

Foi também logo ao chegar, nos primeiros anos da República, que alguns membros da família Barretto inseriram-se nas disputas políticas em Mococa. Era um período em que os ideais republicanos se propagavam entre os concorrentes aos cargos públicos, independentemente de haver consenso entre os mesmos. Sendo assim, como usualmente ocorreu na região paulista, representantes das famílias pertencentes às elites cafeeiras formavam grupos distintos na disputa pelo poder (BACELLAR, 1997, p. 186; TRIGO, 2001, p. 29)[83]. No caso de Mococa, dois movimentos entraram em concorrência: o dos Republicanos Liberais, formado por Dr. Antônio Muniz Ferreira, Humberto de Queiroz, Francisco Soares de Camargo, Antônio José Dias de Lima, entre outros; e o dos Republicanos Conservadores (que mais tarde trabalharam em prol da formação do Partido Republicano Paulista), era composto por Francisco Garcia de Figueiredo, Diogo Garcia de Figueiredo, José Pedro de

81 Ver página 59.

82 Ver Figura 3, página 70.

83 Ver mais sobre o assunto em: Bacellar (1997) e Trigo (2001).

Alcântara Figueiredo, Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, Dr. Francisco Muniz Barretto, Dr. João Gomes Barretto, José Pereira Lima, Manoel Thomaz de Carvalho, Dr. Rogério O'Connor de Camargo Dauntre, Custódio Fernandes Pinheiro e Etelvino Meneses Prado (PALADINI, 1995, p. 58-59). O primeiro grupo era popularmente conhecido por "Jacobinos", ou "Ferreiristas" – certamente em decorrência da liderança de Dr. Antônio Muniz Ferreira – e o segundo foi apelidado de "Turcos", ou "Barretistas" – possivelmente por uma atuação destacada de representantes da família Barretto (FREITAS, 1947, p. 36-37).

De acordo com Paladini (1995, p. 47-49), Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto concorreu para o cargo de vereador em 1892 e venceu, mas não parou por aí: quando a primeira Câmara do período Republicano foi formada, em 30 de agosto de 1892, ele foi o vereador mais votado para ocupar a função de intendente municipal, a qual exerceu até 1895. Ainda segundo o autor, os "Ferreiristas" e "Barretistas" seguiram disputando as cadeiras na Câmara Municipal e, entre idas e vindas, Dr. Augusto F. de Mattos Barretto voltou a ser vereador e assumiu a presidência da Câmara em 7 de janeiro de 1901. Em 1902, ele e outros parentes também concorreram e tornaram-se vereadores de Mococa, como, por exemplo, Dr. João Gomes Barretto, que foi eleito como intendente naquele ano e mais tarde ocupou a função de prefeito municipal em 1907, 1912 e 1913.

Conforme apontado por Guaraná (1924, p. 136-137), Dr. João Gomes Barretto era filho do Coronel José Sotero Barretto e D. Maria Clara de Azevedo Barretto[84] e nasceu em março de 1861 em Rosário do Catete (SE). Graduou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1883 – no mesmo período que um de seus parentes, Dr. Adolpho Barretto, estudava na instituição antes de se transferir para São Paulo[85] – e quando formado ocupou os seguintes cargos: promotor público da comarca de Maruim (SE), a partir de 30 de setembro de 1885; quatro anos mais tarde foi transferido para Aracajú (SE), onde permaneceu até 1890, mesmo ano em que contribuiu para a redação da "Columna Política" da Gazeta de Sergipe; em 1891 elegeu-se deputado da Assembleia Constituinte do Estado e foi nomeado juiz de direito da comarca do rio Real (atual Itabaianinha, SE) e como membro do Tribunal de Apelação; porém, em decorrência do golpe de Estado de 23 de novembro daquele ano, "[...] foram declarados sem effeito todos os seus actos, resultando ser dissolvido o Tribunal, de que fazia parte esse digno magistrado", de modo que "[...] chegou até ahi a sua vida publica no Estado, [...] para ser reencetada na cidade de Mocóca em S. Paulo, onde residia desde julho de 1892".

84 Procuramos estes nomes no estudo de Barretto ([1985?]), porém não encontramos informações. É possível que estes estivessem vinculados a ramos da família que Barretto ([1985?]) não se aprofundou. Mesmo assim conseguimos trazer alguns detalhes sobre Dr. João Gomes Barretto através de outros autores e de notícias de jornal. Ver mais em: Guaraná (1925).

85 Ver página 48.

Verificamos que, recém-chegado a Mococa, Dr. João Gomes Barretto organizou um escritório de advocacia localizado na rua Costa Pereira n.º 6, 1896 (ADVOGADO, 1896, p. 4) e o de 24 de março de 1900 (DR. JOÃO..., 1900, p. 3). Durante esses anos identificamos, através de outra edição do mesmo periódico do dia 11 de julho de 1897, que o bacharel estabeleceu sociedade com Dr. Antônio de Souza Barros e que, juntos, atuaram em Mococa e em outros municípios do estado de São Paulo, sobretudo no que dizia respeito a causas criminais, cíveis e comerciais (ADVOGADOS, 1897, p. 2). Alguns anos mais tarde, como prefeito, Dr. João Gomes Barretto realizou diversas benfeitorias, por exemplo: a construção de pontes sobre os córregos que atravessam a cidade; a finalização da construção do Paço Municipal e da Praça da República; e a encampação da empresa de Água e Esgotos, entre outras obras (GUARANÁ, 1925, p. 136-137).

Igualmente, quando contribuiu para a redação de uma coluna na *Gazeta de Sergipe* antes da virada do século XIX, segundo Paladini (1995, p. 242), Dr. João Gomes Barretto organizou um novo periódico em Mococa no mesmo ano em que o jornal *Monitor Paulista* encerrava suas atividades, em 1896, juntamente com a ajuda de amigos e parentes – como Francisco Garcia de Figueiredo, Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, Dr. Rogério O'Connor de Camargo Dauntre, Diogo Garcia de Figueiredo, Antônio José Dias de Lima, entre outros. Ainda de acordo com o autor, o periódico dirigido por Dr. João Gomes Barretto, onde também era redator-chefe[86], teve seu primeiro número colocado em circulação no dia 11 de abril de 1896 e o jornal "[...] se constituiu na tribuna, na qual ele e os seus companheiros levantaram suas vozes em defesa dos interesses maiores da comunidade".

Ademais, conforme vimos anteriormente[87], é entre o final da década de 1880 e durante a seguinte que ocorre o maior desenvolvimento da cultura cafeeira em Mococa, pois, de acordo com Paladini (1995, p. 129), no período haviam 125 fazendas município, que juntas somavam mais de 8 milhões de pés de café. Dentre os fazendeiros de Mococa, o autor cita indivíduos das famílias Souza Dias, Costa Pereira, Fernandes Pinheiro, Dias de Lima, Garcia de Figueiredo, Ribeiro da Silva, Soares de Camargo, Pereira, Gomes de Figueiredo, Carvalho, Ferreira da Silva, entre outras, assim como os Barretto.

Neste sentido, se até o Almanaque de 1888 (SECKLER, 1888) não havia menções de membros da família Barretto como fazendeiros em Mococa, é a partir do Almanaque de 1905 que encontramos os primeiros registros, nesse tipo de publicação, sobre alguns integrantes (SAUER, 1905, p. 2.126).

86 Em nossa pesquisa no acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, em Mococa, encontramos exemplares do jornal A Mococa, que, de fato, tinham como redator chefe Dr. João Gomes Barretto.

87 Ver página 68.

Tais informações se repetiram até o Almanaque de 1917[88], sendo que depois desta data não encontramos menções sobre membros da família, o que pode significar que estavam envolvidos com outras funções – como vimos, Dr. João Gomes Barretto era prefeito de Mococa em 1913 e Francisco Muniz Barretto, como veremos mais adiante, diversificava seus negócios.

Dentre os cafeicultores de Mococa no início do século XX, consta nos dados dos Almanaques de 1905 a 1917 (ALMANAK..., 1909, 1910, 1911-12, 1913, 1914, 1915, 1916 e 1917; SAUER, 1905, 1907 e 1908) que Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto era proprietário das fazendas Morro Azul, Santiago e Sertãozinho; que seu irmão, Lucino Freire de Mattos Barretto, era possuidor da fazenda Fortaleza; e que Leopoldo Vieira Barretto[89], primo de primeiro grau destes últimos, era dono da São Francisco. Todavia, ao observamos a carência de informações a respeito da participação dos Barretto como fazendeiros em Mococa nos Almanaques anteriores a 1905, buscamos por transcrições de compra e venda – obtidas em cartórios de registro de imóveis do município – e identificamos que alguns membros da família adquiriram propriedades e iniciaram o cultivo de café antes da virada do século.

Dentre os familiares identificados está Lucino Freire de Mattos Barretto[90] – como comentamos anteriormente. Detalharemos sua trajetória e atuação porque ele se tornou, no início da década de 1920, o proprietário da fazenda Glória, em Taquaritinga, nosso objeto de estudo. Lucino Barretto também era natural de Sergipe e partiu em direção ao Sudeste ainda no final do século XIX, conforme veiculado pelas matérias de jornal (A FAMILIA..., 1891, p. 1; FACTOS...,1890, p. 1), e, de acordo com os registros da Transcrição nº 571 do livro 4-A, folhas 7, referente ao registro de um imóvel rural localizado no município de Mococa, verificamos que poucos anos após sua chegada ao município, ele foi "afazendado" por sua mãe, D. Antônia Eugenia Barretto, a qual transferiu a fazenda "Fortaleza" para seu nome em 18 de junho de 1895[91] (MOCOCA, 1895).

Conforme uma matéria publicada no jornal *A Mococa*, de 12 de março de 1898, identificamos que as primeiras colheitas de café realizadas por Lucino

88 Sobre o assunto ver: Sauer (1906, p. 1.974, 1907, p. 2.499 e 1908, p. 2.126) e Almanak Laemmert (1909, p. S-146, 1910, p. 152, 1911-1912, p. 4.562, 1913, p. 4.562, 1914, p. 5.169, 1915, p. 5.240, 1916, p. 5.240, e 1917, p. 5.240).

89 Conforme vimos no tópico anterior, segundo o estudo de Barretto ([1985?]), Leopoldo Vieira Barretto era filho de José Vieira Barretto e D. Rosa Barretto, proprietários do engenho São José, em Sergipe. Ele era irmão de Dr. Francisco Muniz Barretto, Antônio Vieira Barretto e D. Joanna Vieira Barretto. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

90 Como vimos anteriormente através de Barretto ([1985?]), Lucino Freire de Mattos Barretto era um dos filhos de Antônio Freire de Mattos Barretto e de D. Antônia Eugênia F. de Mattos Barretto, e tinha como irmãos: José F. de Mattos Barretto, Francisco F. de Mattos Barretto, Aristides F. de Mattos Barretto, Dr. Antônio F. de Mattos Barretto, Dr. Augusto F. de Mattos Barretto, Dr. Adolpho Coelho de Mattos Barretto, D. Clotilde Barretto Prado e D. Maria Eugênia F. de Mattos Barretto. Ver mais em: Barretto ([1985?]).

91 Segundo os dados do documento, a propriedade foi avaliada em 260:000$000 e dentro de seus limites havia "[...] mattas virgens, capoeiras, pastos e terrenos de diversos cortes [...]", benfeitorias como "[...] casa de vivenda, assoalhada, forrada e envidraçada, casa de machina, 18 ditas para colonos, machina de beneficiar café, moinho, monjolo, outras casas mais ali existentes [...]" e cerca de "[...] 41:654 pés de café formados; 24:567 novos, pastos fechados de arame e outras benfeitorias que ali existem" (MOCOCA, 1895). A seguir, feitos os trâmites, a escritura de compra e venda foi lavrada e registrada em 15 de maio do mesmo ano, pelo 1º Tabelião de Mococa. Ver mais sobre o assunto em: Mococa (1895).

Barretto não demoraram a ocorrer, após adquirir a fazenda Fortaleza. No informe publicado, o até então intendente municipal, Dr. Antônio Muniz Ferreira, divulgou que no dia 30 de abril daquele ano seria cobrado um percentual de impostos sobre a colheita de café referente ao ano anterior, 1897, sob a multa de 30% aos que ultrapassassem o prazo de depósito. Dentre os cafeicultores elencados, além de Venerando Ribeiro da Silva, Theophilo Custodio Dias, e representantes de outras famílias de Mococa – como os Pinheiro da Silva, Figueiredo, Camargo, Dias e Lima – também consta o nome de Lucino Barretto. Segundo a tabela divulgada na mesma matéria pela intendência municipal, a produção de café em seu nome havia alcançado um montante total de 3.200 arrobas naquele ano agrícola e, conforme estabelecido pelo intendente municipal, o valor em impostos que deveriam ser por ele pagos aos cofres municipais era de 128$000 réis (EDITAES, 1898, p. 3).

Ademais, encontramos registros da participação de Lucino Barretto e familiares como produtores de café para uma casa comissária de Santos. Conforme uma matéria publicada no *Correio Paulistano* no dia 14 de janeiro de 1904, estava sendo realizada uma Exposição Preparatória na capital paulista, no prédio do Largo São Francisco nº 5[92]. No local do evento foram expostas 620 amostras de 81 expositores, que vinham de 324 produtores diferentes de todo o estado de São Paulo; deste montante total, cerca de 401 amostras foram trazidas por 273 produtores de 36 casas comissárias de Santos, ou seja, uma participação de mais de 64% dos empresários desta praça. Dentre os expositores, consta a participação da Theodor Wille & Cia. e a casa comissária Prado, Lima & Cia., que também participou do evento e era sediada em Santos. Pelo que pudemos verificar, segundo o *Correio Paulistano* de 17 de abril de 1904, a empresa tinha como representante João Antônio Teixeira, que era domiciliado em Mococa (MALA...,1904, p. 4), e era composta de cafeicultores deste município, de Caconde e São Carlos.

Nota-se que, entre os expositores do evento, há membros da família Barretto que expunham a safra de 1903 – no caso Capitão Antônio José Dias de Lima, Cap. João Ferraz de Siqueira, Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto; Major Candido de Souza Dias; Coronel José Pereira Lima; Irmão Barros & Magalhães, Cap. Lucino Freire de M. Barretto; Theophilo Custodio Dias; Cap. Leopoldo Vieira Barretto e D. Mariana L. de F. Ferraz[93] (O CAFÉ..., 1904, p. 2-3)

92 De acordo com a matéria, o térreo do prédio era o local destinado a expor o café produzido em distintas regiões paulistas, e demais artigos relacionados à lavoura e à indústria; no andar de cima, ficavam as exposições da Secretaria da Agricultura, amostras de fibras têxteis da fábrica Silva Telles & Cia, demais amostras de café e salas de instrumentos musicais, móveis e artes religiosas; e o segundo andar foi reservado para acomodar a Secretaria do Interior, os móveis do Liceu de Artes e Ofícios e uma exposição artística. Ver mais em: O café... (1904, p. 2).

93 É preciso pontuar que há nomes apresentados na lista do periódico que contém divergências em relação à grafia que estamos utilizando, como, por exemplo os nomes de: Capitão Antonio José Dias de Lima está sem o "de"; Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto teve o "Freire" abreviado e o último nome apresentado apenas como "Barreto"; Lucino Freire de Mattos Barretto idem ao seu irmão, sendo que possivelmente foi repetido na lista dos nomes com a grafia "Lucio"; e, por fim, o nome de Leopoldo Vieira Barretto tem seu último sobrenome com a mesma grafia que estamos utilizando em nosso trabalho, o que chama a atenção para o fato de os demais nomes estarem diferentes.

Contudo, ainda com relação a Lucino Barretto, verificamos que a fazenda Fortaleza não foi a única propriedade rural em Mococa que foi registrada em seu nome. Tal como seu irmão, Dr. Augusto Barretto – que era proprietário de três fazendas já em 1905, como comentamos anteriormente[94] – Lucino Barretto continuou a investir no setor, através da compra de outras propriedades rurais. Dessa maneira, o próximo imóvel adquirido segundo os dados da *Transcrição nº 1.536 do livro Nº 3, folhas 76*, foi a fazenda Guaxupé e um sítio desmembrado da mesma, intitulado Retiro, em 11 de abril de 1907. A nova propriedade, comprada por 4:000$000, era "[...] composta de capoeiras, capoeirões e pastos", e uma casa de morada (MOCOCA, 1907). Também obtivemos a confirmação de que Lucino Barretto adquiriu em Mococa, segundo a *Transcrição nº 3.035 do livro Nº 3A, folhas 47*, o sítio Varjão em 14 de setembro de 1912 por 35:000$000, que continha "[...] terras de cultura, sete casas de colonos, tulha para café, moinho, monjolo, cerca de vinte mil pés de café formados, pastos cercado [sic.] de arame e casa de morada, [...]". Verifica-se que da mesma forma que os demais cafeicultores do período, Lucino Barretto continuava expandindo seus investimentos 15 anos após adquirir as fazendas Fortaleza e Guaxupé/Retiro, alcançando um total de 86.000 cafeeiros se somadas a quantidade de arbustos de cada propriedade (MOCOCA, 1912).

Além dos documentos já citados, encontramos os nomes de Lucino Barretto e de Dr. Augusto F. de Mattos Barretto, seu irmão, em Freitas (1947) e Paladini (1995), como fazendeiros de café em Mococa. Primeiro, em Freitas (1947, p. 168-170), o autor cita ambos os irmãos ao tratar de uma pesquisa estatística, realizada em 1916, para aferir o desenvolvimento do café no município e que demonstrava a produção de diversas fazendas, identificando seus proprietários. O mesmo autor ainda cita Lucino Barretto como produtor rural de Igaraí, distrito de Mococa, e proprietário das fazendas Fortaleza e Varjão que possuíam 150.000 de cafeeiros plantados, enquanto Dr. Augusto F. de Mattos Barretto aparece como dono das fazendas Morro Azul e "outras", com um total de 350.000. Paladini (1995, p. 132), por sua vez, cita os nomes dos irmãos ao elencar uma lista sobre as fazendas da Comarca e seus respectivos proprietários, no ano de 1914[95].

Além disso, também encontramos registros de membros da família Barretto atuando no meio comercial e empresarial de Mococa. Dentre eles, é possível citar Francisco Muniz Barretto[96], nascido na vila de Divina Pastora, estado de Sergipe, em 11 de junho de 1874. De acordo com o estudo realizado por Barretto ([1985?]) e informações fornecidas por Paladini (1995, p. 203), ele

94 Ver página 80.

95 Ver mais sobre o assunto em: Freitas (1947) e Paladini (1995).

96 Observação: não confundir com seu primo de primeiro grau, Dr. Francisco Muniz Barretto, que era filho de José Vieira Barretto e D. Rosa Barretto. Este era cunhado do primeiro e foi casado com D. Leopoldina Barretto, conforme vimos anteriormente. Ver mais em: nota de rodapé nº 69, p.74.

era filho de Dr. Felismino Muniz Barretto e de D. Joanna Prado Barretto, herdeiros dos engenhos Vassouras e Tábua, respectivamente; ele era irmão de D. Leopoldina Barretto, casada com Dr. Francisco Muniz Barretto, de D. Izabel do Prado Barretto, casada com Leopoldo Vieira Barretto e D. Ana Prado, solteira. Conforme relatado pelo jornal *A Mococa*, em 24 de julho de 1977, Francisco Muniz Barretto ficou órfão e mudou-se para a Bahia para dar início aos estudos secundários, e quando seus familiares deixam Sergipe em fins do século XIX, o convidam para acompanhá-los até São Paulo. Na nova região, ele continuou seus estudos em Jundiaí, depois em Itu, e ao finalizar, começou a trabalhar na Companhia Lidgerwood, localizada na capital paulista, e posteriormente transferiu-se para a casa comissária Coutinho, Ferreira & Cia., em Santos. Seu primeiro contato com Mococa ocorreu em 1901, quando esteve no município, observando as potencialidades locais e a possibilidade de instalar-se na mesma cidade de seus parentes (CAP. FRANCISCO...,1977).

Dessa maneira, Francisco Muniz Barretto mudou-se para Mococa e adquiriu parte do patrimônio da casa Prado, Barretto & Ribeiro[97], que era de propriedade de Etelvino Menezes Prado[98], Francisco Vieira Barretto[99] – seus parentes – e de Cândido José Ribeiro, e organizou a firma Vieira & Cia. em sociedade com Jayme de Toledo Piza e outros investidores, que também funcionava como um armazém de secos e molhados (PALADINI, 1995, p. 203). Além de atuar no comércio, Francisco Muniz Barretto continuou a diversificar seus investimentos. Ele acolheu a tipografia do jornal *A Mococa*, que ameaçava parar de funcionar, adquiriu a concessionária/oficina para automóveis Chevrolet (e depois Ford), e, em 02 de julho de 1902, fundou a Casa Bancária F. Barretto & Cia., que mais tarde se tornaria o Banco F. Barretto, ou seja, conseguiu atuar em diversos setores econômicos e atender a várias demandas ao mesmo tempo (CAP. FRANCISCO..., 1977).

> No início da expansão do [...] comércio de Mococa (a partir de 1890), os 'armazéns de secos e molhados' mantinham, em seus estoques, produtos de porcelanas finas, cristais e artigos de decoração importados [...]. Nessa época, esses produtos eram encontrados nos 'armazéns de secos e molhados': Casa Taliberti, de Carmo Taliberti; Casa Demasi, de Francisco Demasi; Casa Rossetti,

97 Verificamos que a casa Prado, Barretto & Ribeiro também era um armazém de secos e molhados que fora estabelecido no ano de 1894 que, segundo diversos anúncios encontrados no jornal A Mococa, comercializava itens vindos de regiões brasileiras distintas e de países estrangeiros, principalmente da Europa, como por exemplo: açúcar, sal, farinha de trigo e de mandioca, arroz, manteiga, banha, toucinho, bacalhau, presuntos, macarrão, biscoitos, doces, aguardente, vinhos, cervejas, água mineral, velas, querosene, dentre outros; além de ferragens e materiais para construção, como arame farpado, grampos avulsos, ferros para lavoura, pipas vazias, cimento, cal etc. (CIMENTO..., 1896, p. 4; LEGITIMOS..., 1898; PIPAS..., 1896, p. 3; SECCOS..., 1896, p. 3).

98 Segundo o estudo de Barretto ([1985?]), este era casado com D. Clotilde Barretto Prado, filha de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Eugênia de M. Barretto e irmã de Drs. Augusto F. de Mattos Barretto, Adolpho Coelho de M. Barretto, Lucino F. de Mattos Barretto e outros (as). Ver mais em: Barretto ([1985?]).

99 Infelizmente não conseguimos identificar ao certo sua ascendência. Paladini (1995, p. 203), cita seu nome como Francisco Vieira Barretto. Já o periódico A Mococa, de 4 de janeiro de 1897, não cita o sobrenome do meio (ETELVINO PRADO, 1897, p. 3). Tentamos comparar com o estudo de Barretto ([1985?]), mas não encontramos seu nome – supomos que ele seja um parente mais jovem que não foi detalhado pelo estudo deste último autor, ou, ainda, que tenha ocorrido algum erro na grafia do sobrenome. Ver mais em: Paladini (1995), Etelvino Prado (1897) e Barretto ([1985?]).

de Roque Rossetti e Casa F. Barretto, de Francisco Muniz Barretto, entre as principais.

[...]

O comércio e a lavoura dispunham [...] de estabelecimentos de créditos, organizados com capital mocoquense, tais como: o 'Banco Regional de Mococa', [...]; o 'Banco do Comércio e Indústria de Mococa', instalado em 1903, [...]; em 1905, Francisco Muniz Barretto organizou o 'Banco F. Barretto' [...].

[...]

Em 1905, com o nome alterado para Casa Bancária F. Barretto, foi feita a mudança para o prédio próprio no Largo do Rosário. Mesmo assim, mantinha ainda suas atividades comerciais com a Casa F. Barretto (armazém de secos e molhados) e o Engenho Central F. Barretto (beneficiamento de arroz). Ampliando os negócios [...] gerenciou na região a venda de automóveis Ford (PALADINI, 1995, p. 89, 169 e 201).



Figura 6
Oficina Chevrolet de Francisco Muniz Barretto, em Mococa .
Fonte: Acervo da fazenda Nova, de Mococa ([entre 1920 e 1930?]).



Figura 7
Prédio do antigo Banco F. Barretto, em Mococa.
Fonte: Acervo do autor (2019).

Figura 8a
Anúncios de empreendimentos fundados por membros da família Barretto: Banco F. Barretto e Fábrica de Laticínios Mococa. Fonte: Mococa Antiga (2014, 2016 e 2017).



Figura 8b

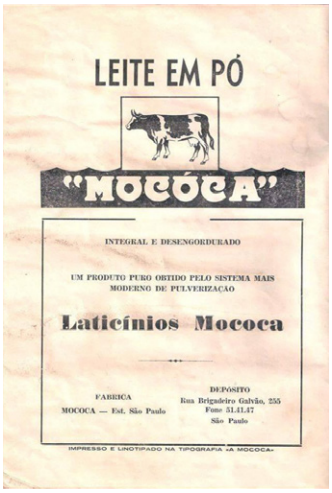


Figura 8c



A matéria torna pública outras participações de Francisco Muniz Barretto, que "[...] voltou as vistas para duas coisas importantes: energia elétrica, água e esgoto". Dessa forma, juntamente com José Cândido de Souza, Cap. Antonio José Dias de Lima, Cel. José Pereira Lima, Cel. Francisco Garcia de Figueiredo, Major José Quintino Pereira e Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto, para fundar a Companhia Luz e Força de Mococa em 1905, "[...] assumindo a inteira responsabilidade pela empresa [...]", e "completa, ele mesmo, a instalação da usina, na Pedra Branca, cria a empresa, elege a diretoria, faz assinar o primeiro contrato de fornecimento de iluminação pública [...]"[100] (CAP. FRANCISCO..., 1977). Dentre outros empreendimentos, verifica-se que Francisco Muniz Barretto também atuou no setor industrial[101], na comercialização de

100 Verificamos que além de fundar a Companhia de Luz e Força, Francisco Muniz Barretto organiza, em 1908, os serviços municipais de água e esgotos. Segundo os relatos do jornal, ele foi a São Paulo para contatar a empresa técnica e os engenheiros; já em Mococa, constroem o reservatório, instalam a adutora e fazem as principais linhas de esgotos da cidade (CAP. FRANCISCO..., 1977). A Companhia de Água e Esgotos de Mococa foi dirigida por ele e por cidadãos, como: Francisco Garcia de Figueiredo, Dr. Augusto Freire de Mattos Barretto e José Pedro de Alcântara Figueiredo (PALADINI, 1995, p.89). Ver mais sobre o assunto em: Cap. Francisco... (1977) e Paladini (1995).

101 Quanto ao setor industrial, destacamos que, juntamente com José Pereira Lima e Dr. Gabriel Lima da Silva Dantas, empenhou-se para dar início às operações da Companhia de Fiação e Tecidos de Mococa, no ano de 1912 - mesmo ano, como vimos, que um de seus parentes, Dr. João Gomes Barretto, ocupava mais uma vez o cargo de intendente do município de Mococa. Além disso, com a morte de seu cunhado em 1919, Leopoldo Vieira Barretto, ele ajuda sua irmã, D. Isabel do Prado Barretto, a montar uma fábrica de manteiga. Alguns anos depois, ela entrega a direção a José Vieira Barretto Júnior, que trabalhava na oficina Chevrolet, e a fábrica, com o tempo, se tornou nacionalmente conhecida, até hoje, como Laticínios Mococa (CAP. FRANCISCO..., 1977; PALADINI, 1995, p. 140, 186, 193). Ver mais em: Cap. Francisco... (1977) e Paladini (1995).

café[102], na criação de gado bovino[103], bem como em projetos assistenciais por ele assistidos no município de Mococa[104].

Ao mesmo tempo em que alguns membros da família Barretto se valiam das vantagens de fazer parte de uma "rede social", em que podiam utilizar seu "capital social" e sua "proximidade" para a "difusão de informações" a seus contatos e transformar sua migração "de carreira" em "de cadeia", conforme vimos[105], é também através do matrimônio que parte dos Barretto efetivam sua inserção na sociedade paulista entre fins do século XIX e o início do seguinte. Neste sentido, ao analisar as práticas da elite cafeicultora paulista da Primeira República através do conceito de *habitus* e de demais estratégias[106], desenvolvidos teoricamente por Bourdieu (1972 e 1987)[107], Trigo (2001, p. 67) constata que o casamento entre pessoas que pertenciam a um mesmo grupo dominante – como foi o dos fazendeiros de café no período – era um "[...] momento particular no sistema de estratégias de reprodução [conjunto de práticas que visam a manutenção de um grupo] [...] [e] significa a integração de várias ordens de necessidades – a do parentesco, a da economia e a da política", pois "dentro das relações familiares, o casamento é o ponto de intersecção entre os laços de sangue e os laços sociais"; o que quer dizer que este "evento pontual" na vida dos indivíduos envolvidos "[...] marca o momento em que o projeto individual se transfigura em ato social, no qual cada agente passa a contribuir para a reprodução do grupo, biológica e socialmente, transmitindo para a geração seguinte o patrimônio cultural que recebeu".

102 Na comercialização de produtos na praça de Santos, sobretudo o café, Francisco Muniz Barretto participou através da fundação de uma casa comissária. A Companhia Continental de Armazéns Gerais, sob responsabilidade comercial de Barretto Holl & Cia., foi uma empresa que ele montou em sociedade com Alfredo Holl e que contribuiu para que os fazendeiros de Mococa conseguissem comercializar seus produtos na zona portuária citada (PALADINI, 1995, p. 204). Sobre o assunto, encontramos registros, no jornal Correio Paulistano, de 17 de maio de 1929, que comprovam a atuação da empresa em Santos: na lista de café embarcado no vapor italiano "Principessa Maria", no dia 15 daquele mês, além das companhias que mais venderam – no caso, a Prado Chaves (500 sacas), Martins Wright e C. L. (375 sacas), dentre outras –, foi registrado que a Barretto Holl& Cia. embarcou 28 sacas no mesmo navio. É verdade que a quantidade comercializada pela empresa foi bem menor em comparação com as demais, entretanto, é possível verificar que, de fato, a casa comissária citada, fundada por Francisco Muniz Barretto e Alfredo Holl, ainda atuava na década de 1930 (CAFÉ..., 1929, p. 14). Ver mais sobre o assunto em: Café... (1929, p.14) e Paladini (1995).

103 A atuação de Francisco Muniz Barretto no setor pecuarista, conforme Mônica Costa (2013, p.96-97), ocorre junto a um de seus filhos, Francisco de Figueiredo Barretto, e um parente, Capitão Olímpio Garcia de Figueiredo, que adquiriu "[...] 230 cabeças de gado selecionado [...] em Cajuru, SP", de modo que "[...] na divisão dos animais, o Capitão Figueiredo ficou com os bovinos de sangue Guzerá e Francisco Figueiredo Barretto com o pai Muniz Barretto, ficaram com um rebanho formado por 100 cabeças de gado adulto da raça Gir". Ainda segundo a autora, foi cerca de três anos mais tarde que os Barretto "[...] começaram a trabalhar na seleção dos animais com aptidão leiteira, através de ordenha diária de todas as vacas e apartação das matrizes de maior produção e com maior persistência de lactação [...]", nas fazendas Santana da Serra, em Cajuru, Santo Antônio do Engenho, em Arceburgo-MG, e na Granja Ipê, de Mococa. Após um "[...] longo período de garimpagem de reprodutores para acasalamento com estas matrizes [...], formou-se no final da década de 60 [1960], um rebanho com lactações médias de 2.500kg de leite (8kg/dia), um grande avanço para a época", e com uma nova variação da raça que ficou conhecida, até hoje, como "Gir FB", isto é, as iniciais de "Francisco Barretto". Fica clara mais uma vez, através do exposto, a visão empreendedora e inovadora de Francisco Muniz Barretto, juntamente com um de seus filhos, ao diversificar os negócios familiares no período..

104 No setor assistencial, dentre outros projetos, é possível citar a fundação de uma casa de idosos em Mococa em conjunto com Dr. Adolpho Barretto, seu parente, a qual levou o nome de Asilo de Mendicidade "Dr. Adolpho Barretto" (CAP. FRANCISCO..., 1977; PALADINI, 1995, p. 140, 186 e 204). Ver mais em: Cap. Francisco... (1977) e Paladini (1995).

105 Ver páginas 74-77.

106 De acordo com Trigo (2001, p. 14-15), para Bourdieu (1972) o habitus "[...] dá-se pela interiorização dos determinismos sociais. Agentes de um mesmo segmento social, vivendo as mesmas condições de vida, tendem a incorporar as mesmas disposições que, interiorizadas, transformam-se numa segunda natureza". Sobre as estratégias, a autora identifica que com a aproximação dos anos 1930, quando o café deixa de ser uma fonte segura de lucro, o grupo dos cafeicultores precisaram passar a se valer de novas formas para manter seu poder e seu status social através de práticas matrimoniais, obtenção de títulos de bacharelado etc., o que, para Bourdieu (1987), são formas de atualização do habitus. Ver mais sobre o assunto em: Trigo (2001).

107 BOURDIEU, Pierre. Esquisse d'une theorie de la pratique. Génève: Droz, 1972; _____. Leschoses dites. Paris: Minuit, 1987. Ver mais em: Trigo (2001).

De acordo com Trigo (2001, p. 67-69), no caso dos cafeicultores paulistas –que eram possuidores de significativos capitais econômicos e sociais – a autora aponta que estes, muito possivelmente, voltaram suas atenções às escolhas e alianças matrimoniais no sentido de aumentar o patrimônio adquirido, bem como preservar sua posição de dominação e poder. Assim sendo, de acordo com a autora – conforme vimos que também foi identificado por Bacellar (1997)[108] – o casamento consanguíneo entre primos, tios e sobrinhos dentro das famílias de elite foi uma prática amplamente difundida desde o período colonial brasileiro até o final do século XIX, porque era uma estratégia que evitava a divisão das propriedades e, ao mesmo tempo, mantinha a concentração econômica e social do grupo[109]. Entretanto, conforme Trigo (2001, p. 70-74 e 85), à medida que pressentiram que a cafeicultura e o parentesco entre os casais não garantiriam por si só a manutenção do status socioeconômico por eles adquirido ao longo dos anos, ocorreram mudanças quanto às escolhas matrimoniais da elite, percebidas desde antes da virada do século, pois, a exogamia, "[...] entendida como a aliança com outras famílias do mesmo grupo social, começou a ser praticada com mais frequência. Intensificaram-se as uniões e ligações entre o grupo de fazendeiros", e foi justamente "[...] por intermédio dessas alianças que se estabeleceram laços de afinidade entre os membros das famílias do grupo, fortalecendo seus capitais sociais e econômicos"[110].

É neste contexto de alterações no funcionamento do "mercado nupcial" (BACELLAR, 1997) que alguns membros da família Barretto, que já haviam chegado a São Paulo, especialmente em Mococa e cidades próximas, contraem matrimônio com filhas de famílias de elite e concretizam sua inserção na sociedade cafeicultora paulista. Sobre a questão, trazemos exemplos através dos casamentos de Dr. Augusto Barretto; de dois de seus irmãos, Dr. Adolpho Barretto e Lucino Barretto; e do primo Francisco Muniz Barretto. Quanto a Dr. Augusto Barretto, segundo uma publicação do Correio Paulistano, de 10 de maio de 1888, verifica-se que ele se casou com D. Mariana Ozoria Dias de Lima – filha do Capitão Antônio José Dias de Lima, que era cafeicultor em Mococa. A cerimônia foi realizada no dia dois daquele mês e em uma das

108 Ver páginas 51 e 52.

109 Trigo (2001, p.69) cita autores que estudaram famílias de classes dominantes no período e que identificaram os mesmos mecanismos de transmissão de capital social e econômico citados através dos matrimônios, como: Darrell Levi, que estudou os Prado; e Lucila Brioschi que se debruçou sobre os Junqueira. Ver mais sobre as obras em: LEVI, Darrell. A família Prado. São Paulo: Cultura 70, 1977; BRIOSCHI, Lucila Reis. Família e povoamento: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1985e Trigo (2001).

110 Um exemplo a respeito pode ser citado através da obra de Marina Maluf (1995, p. 107-108 e 118), que investigou aspectos da elite cafeicultora paulista, principalmente, através das trajetórias de Floriza Barbosa Ferraz e Brazilia Franco de Lacerda, ambas filhas de proprietários rurais. Conforme identificou a autora, Brazilia – assim como seu avô paterno (Barão de Arary) e seu bisavô (Visconde do Rio Claro) – somou a importância de sua família ao prestígio da família Arruda Botelho, que era liderada pelo Conde do Pinhal, através do casamento com um dos filhos deste em 1906, Carlos Amadeu, o qual também era primo de segundo grau de Brazilia. Além disso, ele havia recebido um adiantamento da legítima paterna e adquirido a fazenda João da Velha, em Jaú (SP), propriedade que possuía cerca de 167 alqueires de extensão compostos por cafezais, matas virgens e pastos, num valor de Rs.159:975$200, em 1904. Conforme aponta a autora, fica explícito, através desta união, a estratégia matrimonial utilizada pela elite paulista no período; mas, no caso, consideramos que ainda que o casamento citado seja configurado como consanguíneo (primos de segundo grau), a aliança exemplifica, em certa medida, o que estava se tornando comum em fins do século XIX e no início do século XX: a preferência cada vez maior por pessoas mais distantes na árvore genealógica, isto é, a "exogamia" apontada por Trigo (2001), mas que ainda assim pertenciam à mesma camada social e que tinham como objetivo fortalecer seu capital econômico e social através do matrimônio. Ver mais sobre o assunto em: Maluf (1995) e Trigo (2001).

fazendas de Cap. Antônio (Santa Cruz, Contendas etc.), onde foram recebidos convidados – entre eles, o irmão Dr. Adolpho Barretto, até então juiz municipal em Mococa; o parente Albano do Prado Pimentel[111]; Gabriel Garcia de Figueiredo; Manoel Leite de Camargo; entre outros – que desejaram aos noivos "[...] congratulações pelo seu consorcio promettedor de venturoso porvir" (CONSORCIO, 1888, p. 1; SAUER, 1905, p. 2112 e 2126, 1906, p. 1931 e 1974, 1907, p. 2452 e 2499, 1908, p. 1551 e 1612; SECKLER, 1888, p. 521).

Com relação ao Dr. Adolpho Barretto e Lucino Barretto, verificamos que estes se casaram, respectivamente e em primeiras núpcias, com as irmãs D. Maria Isabel e D. Manoela Alves do Livramento – filhas de D. Gertrudes Alves do Livramento e de Herculano Bueno do Livramento, o qual era fazendeiro de café e proprietário de máquinas para beneficiar algodão em Capivari no início da década de 1870 (LEME, 1903-1905, p. 158; LUNÉ, 1873, p. 471-474), o que ilustra mais duas uniões entre os Barretto e cafeicultores paulistas. No caso de Dr. Adolpho Barretto, identificamos que ele e sua esposa tiveram dois filhos – Dr. Antônio Livramento Barretto e D. Maria Isabel Barretto Dias – porém, o bacharel casa-se em segundas núpcias com D. Marietta Lerro Barretto, com quem, antes de sua morte em 1929, teve mais dez filhos: D. Marieta Vieira Barretto, Marla, José, Alberto, Adolpho, Carmen, Carlos, José, Luiz e João Roberto Barretto (NECROLOGIA..., 1929, p. 6). Enquanto Lucino Barretto e D. Manoela Livramento tiveram seis filhos, segundo o *Correio Paulistano* de 27 de dezembro de 1903 e de 4 de janeiro de 1904, esta falece em 22 de dezembro de 1903. Assim, o até então proprietário da fazenda Fortaleza, em Mococa, contrai matrimônio com D. Antônia Barretto – filha de Antônio Coelho Barretto Sobrinho – com quem teve mais três filhos[112] (BARRETTO, [1985?]; MALA...,1904, p. 2; NECROLOGIA, 1903, p. 6).

O último exemplo que trazemos refere-se a Francisco Muniz Barretto e contribui para mostrar que, ao mesmo tempo em que este diversificava sua atuação no meio empresarial de Mococa, como vimos anteriormente[113], ele casa-se com D. Lavínia de Lima Figueiredo – filha do Coronel Francisco Garcia de Figueiredo. (CAP. FRANCISCO..., 1977) que era cafeicultor na fazenda São João, atuava no meio político de Mococa em favor do Partido Conservador, colaborou para fundar o jornal "A Mococa" e para a organização das Companhias de Luz e Força e de Água e Esgoto do município, bem como na construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário (PALADINI, 1995, p. 58-60, 74, 89,132 e 242), ou seja, mais um matrimônio entre um Barretto e uma representante da aristocracia rural.

111 Ver nota de rodapé nº 71, p.74.

112 Traremos mais informações sobre Lucino Barretto, que no início da década de 1920 se tornou proprietário da fazenda Glória, em Taquaritinga, e descendentes no próximo tópico deste capítulo.

113 Ver páginas 82 a 86.

Enfim, fica evidente que os membros da família Barretto que migraram de Sergipe em direção ao interior paulista, não ficaram restritos a atuar em suas respectivas profissões, pelo contrário, vimos que ao chegarem a São Paulo eles empreenderam esforços para atuar em atividades relacionadas ao café – muito provavelmente em decorrência dos lucros propiciados pela lavoura em fins do século XIX –, na política, no meio empresarial/comercial e na imprensa. Entretanto, isso mostra o uso de estratégias como participantes de "redes sociais" de migração, bem como na escolha de cônjuges de famílias de elite para que, a partir desses laços, fortalecessem seu capital social e econômico.

Notamos, ainda, que alguns integrantes da família Barretto residiram e/ou voltaram a Mococa até o momento de sua morte, como Dr. João Gomes Barretto (GUARANÁ, 1925, p. 136-137) e Dr. Adolpho Barretto (NECROLOGIA..., 1929, p. 6; NOTICIAS..., 1929, p. 9), todavia, outros continuariam a migrar para as novas áreas pioneiras cafeicultoras, como veremos no próximo tópico, no caso Lucino Barretto e demais parentes.

1.3 Rumo aos Campos de Araraquara: chegando à fazenda Glória, em Taquaritinga

A região conhecida como "Campos de Araraquara"[114], de acordo com Benincasa (2003, p. 43-47), passou a ser explorada com a descoberta de ouro no Centro-Oeste brasileiro ao longo do século XVIII, momento em que foi iniciada a abertura de vias que permitissem acesso às jazidas a partir de São Paulo. Um desses caminhos foi finalizado em 1725 e se iniciava em "[...] Itu, atravessava o rio Piracicaba, abaixo do salto do mesmo nome, e seguia até o rio Grande, pela margem direita do Tietê, passando pelos Campos de Araraquara e por terras do atual município de Itápolis"; entretanto, o "Picadão de Cuiabá" foi abandonado e somente foi reestabelecido, em definitivo, no ano de 1799 para facilitar a comunicação entre a capital paulista e o Mato Grosso. De acordo com o autor, além da necessidade de dar manutenção ao caminho e por boatos da existência de ouro nos Campos de Araraquara, a região começou a ser ocupada por exploradores durante a segunda metade do século XVIII, os quais, ao se depararem com a escassez e/ou a inexistência do metal, iniciaram a criação e de gado e a plantação de arroz, feijão, milho, mandioca etc. Porém, cada vez mais pessoas, principalmente vindas do "quadrilátero do açúcar"[115] e de Minas Gerais[116], se dirigiam para a região pela disponibilidade e qualidade das terras, assim como pela possibilidade de abastecer o comércio das tropas que atendia as áreas mineiras e as que produziam açúcar – mas, com a expansão das plantações de cana e depois de café, um contingente ainda maior se dirigiria até lá para instalar suas fazendas.

114 Amparado na obra de Corrêa (1967), Benincasa (2003, p. 43) introduz sobre a caracterização e o povoamento da região ao dizer que "no século XVIII a denominação 'Campos de Araraquara' designava, de modo geral, toda a região norte do rio Piracicaba. [...] Posteriormente, com a gradativa ocupação da região [...], os Campos, ou sertões de Araraquara [...], passou a designar apenas as terras do planalto ocidental paulista". Enfim, segundo Benincasa (2003, p. 44), de um modo geral "os Campos de Araraquara nada mais eram do que uma porção do planalto ocidental paulista [...] compreendida entre os rios Mogi-Guaçu, Grande, Tietê e Paraná. [...]". Ver mais sobre o assunto em: CORRÊA, Ana Maria Martinez. A História de Araraquara (1817 a 1926). São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutoramento), 1967 e Benincasa (2003).

115 Ver mais a respeito do "quadrilátero do açúcar" no item 1.2 deste capítulo.

116 Semelhantemente ao que ocorreu nos Sertões do rio Pardo, parte do povoamento dos Campos de Araraquara também se deu com a chegada de migrantes vindos de Minas Gerais, majoritariamente do Vale do rio das Mortes – localizado nas nascentes e na margem mineira do rio Grande –, região que era aurífera, mas, tendo em vista o esgotamento do metal, transformou-se em zona agrícola e pecuarista, entre o final do século XVIII e o início do XIX. Seus moradores criavam gado bovino e suíno para produção de queijos e toucinhos a serem comercializados no Rio de Janeiro, e caprino para a fabricação tecidos de lã, dentre outros produtos (FREITAS, 1986, p. 55, 75).

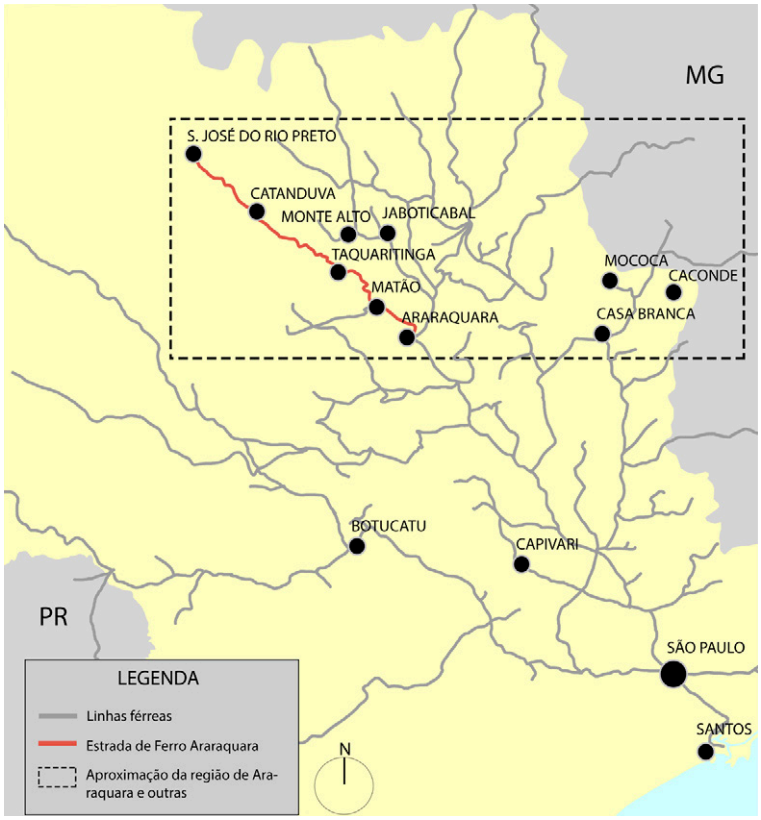




Figura 9a
Linhas férreas de São Paulo, com destaque para a região de Araraquara e a linha da Estrada de Ferro Araraquara.
Fonte: Adaptado de Mappa [...] ([entre 1912 e 1921?]).

Figura 9b
Destaque da região de Araraquara e a linha da Estrada de Ferro Araraquara.

Neste sentido, o cultivo de café nos Campos de Araraquara foi iniciado nas terras do atual município de São Carlos por intermédio de Carlos José Botelho, no final dos anos 1830, na fazenda Pinhal. Com o passar dos anos, a riqueza gerada pela lavoura e o aumento da população resultaram no desbravamento do território para além da vila de São Bento de Araraquara e demais povoados – como Descalvado, que foi elevado à categoria de freguesia em 1844; Brotas, no ano de 1846; São Carlos do Pinhal, em 1858 etc. (BENINCASA, 2003, p. 49). Todavia, como vimos anteriormente[117], à medida que a cafeicultura se estendia por terras outrora devolutas, ou dominadas pela cana-de-açúcar, no interior paulista, a escassez de mão-de-obra e as longas distâncias entre as plantações e o porto de Santos dificultavam o avanço da lavoura – pois tornava o frete através das tropas mais caro e corria-se o risco de o produto estragar no caminho e/ou demorar demasiadamente para chegar ao seu destino. Portanto, era necessário suprir a falta de braços e melhorar o transporte, o que se fez através da vinda de imigrantes europeus[118] e com a instalação das ferrovias[119] (CAMARGO, 2008, p. 129; COSTA, 2010, p. 228-229 e 233; PRADO JÚNIOR, 2012, p. 183 e 186-187).

117 Ver página 67.

118 Traremos mais informações sobre a chegada de mão-de-obra imigrante e assalariada, ou dos popularmente conhecidos "colonos", no capítulo 2, onde abordaremos a respeito da arquitetura e o cotidiano dos trabalhadores da fazenda Glória, nosso objeto de estudo. Porém, para mais informações, desde já, sobre o assunto relacionado à vinda de imigrantes europeus ver: Prado Júnior (2012), Costa (2010), Davatz (1980) e Benincasa (2003 e 2008).

119 Entusiasmado pelo progresso do café, o Governo Imperial interessou-se em construir uma ferrovia que partisse do ponto terminal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, localizado, até 1876, em Rio Claro, a qual pudesse atingir as margens do rio Paraná ou Parnaíba – num total de 658 quilômetros. Contudo, o projeto não foi executado porque não houve interesse na companhia, ainda que na região houvesse núcleos populacionais "bem assinalados" – como Jaboticabal, Bebedouro, Barretos, São José do Rio Preto, entre outros. Dessa forma, o Barão do Pinhal e o Visconde do Rio Claro aprovaram a concessão de uma ferrovia que passaria por suas terras e atenderia Analândia, São Carlos e Araraquara. Fundaram, assim, a Companhia do Rio Claro de Estradas de Ferro – a qual chegou a São Carlos em outubro de 1884 e a Araraquara em agosto de 1885. Entretanto, não conseguiram levar os trilhos para além desta última cidade e foi vendida a uma companhia inglesa que continuaria a expansão das linhas, com a instalação dos ramais de São Carlos a Santa Eudóxia e a Ribeirão Bonito, e o prolongamento do tronco de Araraquara até Jaboticabal. A empresa foi, então, adquirida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro em março de 1892, que continuou com a expansão dos trilhos. Assim, até o começo do século XX os pontos terminais das ferrovias paulistas eram: Agudos, na Sorocabana; Jaú e Jaboticabal, na Paulista; e Orlândia, na Mojiana. Além destes locais, cerca de metade do território de São Paulo ainda era pouco explorado e/ou habitado por índios, mesmo assim, o interesse em avançar na ocupação das terras crescia e mais exploradores acorreriam, auxiliados pela extensão dos cafezais e das linhas férreas – com a fundação da Estrada de Ferro Araraquarense, da Douradense, da Noroeste do Brasil, de novos ramais da Paulista, da Sorocabana etc. (BENINCASA, 2003, p. 52 e 2008, p. 463-465; MATOS, 1990, p. 101-102, 106-107 e 133). Ver mais em: Benincasa (2003 e 2008) e Matos (1990).

É neste contexto, de transição e impulso à mão-de-obra livre e de expansão das linhas férreas por novas áreas de São Paulo, que alguns membros da família Barretto deixam Mococa e proximidades – da mesma forma que um deles, como veremos a seguir, muda-se de Capivari, na região de Campinas – e partem para os Campos de Araraquara. Nesta linha, é possível citar o exemplo de quatro membros da família Barretto que repetiram o que já haviam feito nos Sertões do Rio Pardo, isto é, além de se dedicarem a atividades relacionadas à agricultura (principalmente ao café), envolvem-se também com a política, a indústria, entre outras. Além de trazermos os casos de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e de Leopoldo Vieira Barretto, que se instalaram em Araraquara e depois Matão, e de Dr. Albano do Prado Pimentel que deixou Capivari e se fixou em Jaboticabal, novamente daremos mais destaque e maiores detalhes sobre Lucino Freire de Mattos Barretto, que, era irmão do primeiro e primo dos dois últimos e, como vimos[120], foi cafeicultor em Mococa, mas, no início da década de 1920, partiu para Taquaritinga, onde adquiriu a fazenda Glória – nosso objeto de estudo.

Com relação a Lucino Barretto, conforme já comentamos, ele era um dos filhos de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto[121] e, da mesma forma que alguns de seus parentes, deixou Mococa e região em direção aos Campos de Araraquara. Contudo, considerando que sua partida ocorreu apenas no começo da década de 1920 – em um momento posterior à saída e, até mesmo, após a morte de alguns de seus parentes, como veremos que foi o caso de seu irmão Dr. Antônio Barretto e de seu primo, Leopoldo Vieira Barretto, que faleceram em 1918 e 1919 – podemos supor que seus familiares, do mesmo modo que Dr. Albano do Prado Pimentel, possam ter tido alguma influência em sua escolha, pois ele adquire as fazendas Sarapurema[122] e Glória, e as unifica a partir do mês de abril do ano de 1921 (JABOTICABAL, 1921) – assunto que abordaremos mais detalhadamente adiante neste tópico.

Sobre um dos irmãos de Lucino Barretto, Dr. Antônio Barretto[123], verificamos que seu nascimento ocorreu em Paris, em 05 de novembro de 1859, quando seus pais faziam uma viagem pela Europa; ainda jovem cursou o ensino elementar em Petrópolis, no Rio de Janeiro, e o secundário na Bahia, e graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1883, tornando-se especialista em oftalmologia (GUARANÁ, 1925, p. 21). Ademais,

120 Ver página 80, nota de rodapé nº 90.

121 Ver página 71.

122 Há divergências entre as várias transcrições de cartório encontradas em nossa pesquisa quanto à nomenclatura da fazenda. Na mais antiga, de 1910, está nomeada como "Yarapurema"; ao passo que nas dos anos 1919 e 1921 está como "Sarapurema", que é a nomenclatura que preferimos adotar para nos referir à antiga fazenda. Ver mais sobre o assunto nas transcrições de compra e venda em: Jaboticabal (1910, 1919 e 1921).

123 Vale observar que ele e seu pai, Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, tinham exatamente o mesmo nome, porém não há distinção pelo acréscimo da palavra "Filho" ou "Júnior" no nome do descendente. Ver mais sobre o assunto em: Barretto ([1985?]).

conforme pontuamos[124], ao contrário de alguns de seus familiares que estavam deixando a região do Vale do Cotinguiba em direção a São Paulo, entre fins da década de 1880 e o começo da de 1890, Dr. Antônio Barretto retornou a Maruim para exercer sua profissão como "médico operador occulista" de acordo com os anúncios por ele publicados nos jornais *A Reforma* e *Gazeta de Sergipe*, entre os anos 1884 e 1890. Além disso, de acordo com a publicação do primeiro jornal, antes de trabalhar em Maruim, ele era, na época, "[...] ex-chefe da clinica Policlínica Geral do Rio de Janeiro e ex-medico aggregado do Hospital Pedro II de Pernambuco [...]", que estava "[...] de volta desta [ultima] provincia, e continúa a exercer a sua profissão na de Maroim" (MEDICO...,1884, p. 4; 1887, p. 4; MEDICO, 1890, p. 4).

Mesmo assim, encontramos indícios de que Dr. Antônio Barretto também migrou para São Paulo antes mesmo da virada do século XIX. Segundo o Almanaque publicado pelo *O Estado de São Paulo*, em 1896, na sessão referente à Casa Branca, seu nome[125] aparece juntamente com outros médicos que atuavam na localidade – como os Drs. José Teixeira Mendes, Narciso da Silva Marques e João Nepomuceno Corrêa (SÃO PAULO, 1896, p. 179). Nesse âmbito, é interessante notar que, enquanto seus parentes próximos tenham escolhido – ou ainda o fariam – Mococa como destino, por volta do mesmo período, Dr. Antônio Barretto tenha optado por Casa Branca. Ou seja, ele prefere uma cidade da mesma região, nos Sertões do rio Pardo, a cerca de 40 quilômetros de distância de onde se fixaram seus familiares. Constatamos que em Casa Branca, além de exercer a medicina, ele também atuou em outras atividades muito parecidas com aquelas desenvolvidas por seus parentes em Mococa e na capital paulista – agricultura, política etc. –, muito provavelmente por influência daqueles que haviam chegado à região apenas alguns anos antes.

Por exemplo, se até 1896 não encontramos registros sobre Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto como agricultor em Casa Branca, já na matéria publicada pelo jornal *O Commercio de São Paulo*, em 24 de abril de 1901, seu nome aparece como um dos participantes de uma reunião de lavradores realizada no paço municipal da cidade e, além dele, compareceram outros fazendeiros do município para discutir assuntos relacionados à lavoura (REUNIÃO..., 1901, p. 1). Também constatamos a atuação política de Dr. Antônio Barretto, conforme apontado por Guaraná (1925, p. 21) e noticiado pelo *Correio Paulistano* em 11 de fevereiro de 1903 e em 13 de março de 1904, pois o médico era membro do diretório do Partido Republicano, vereador e presidente da Câmara Municipal de Casa Branca. Segundo o periódico, ele se dirigiu à capital paulista a fim de conseguir o apoio do governo estadual para

124 Ver páginas 60 e 61.

125 Dr. Antônio Barretto aparece no documento apenas como "Barreto", mas, como alertamos desde o início, observando os documentos primários e os dados obtidos com familiares através de entrevistas, preferimos manter a grafia "Barretto".

a criação do grupo escolar no município em que havia se instalado (MALA..., 1903, p. 2; NOTAS, 1904, p. 2).

Ainda conforme apontado por Guaraná (1925, p. 21), Dr. Antônio Barretto também atuou em prol da Santa Casa de Misericórdia, como provedor e chefe da clínica médica e cirúrgica, e presidente do Grêmio Literário e Recreativo. Contudo, segundo o autor, ele deixa Casa Branca para se fixar em Araraquara, depois de nomeado pelo governo estadual, médico chefe da Comissão de Profilaxia e Tratamento do Tracoma para atuar em Araraquara, Matão e Taquaritinga. O autor não precisa as datas destes acontecimentos, entretanto, afirma que depois de alguns anos Dr. Antônio F Barretto deixou a clínica, passando a residir em sua fazenda produtora de café em Matão, mais precisamente no distrito de Dobrada.

Sobre esta última informação, pelo que pudemos verificar, de fato, se até o ano de 1908 o Dr. Antônio Barretto não consta nos registros dos almanaques referentes ao município de Matão, é a partir do documento de 1909 que seu nome aparece na lista de agricultores e lavradores da localidade (ALMANAK..., 1909, p.S-146), sendo citado pelo periódico, pelo menos, até o ano de 1917[126]. Neste meio tempo o *Correio Paulistano* noticiou, em 17 de março de 1909, que o médico se encontrava em grave estado de saúde em sua fazenda em Matão (MALA..., 1909, p. 2), o que corrobora com a informação fornecida por Guaraná (1925, p. 21) e pelos almanaques de 1909 a 1917. Portanto, consideramos ser muito possível que Dr. Antônio Barretto tenha chegado a Araraquara entre os anos de 1905 e 1909, no momento da morte de sua esposa, D. Joanna Barretto[127], noticiada pelo mesmo periódico, em 06 de outubro de 1905, a cerimônia de despedida foi realizada em Casa Branca, onde o casal ainda residia (MALA, 1905, p. 4). Por fim, consideramos que a razão para seu nome ter desaparecido dos almanaques após o ano de 1917, sem dúvida, deve-se à sua morte, conforme fora relatado, pelo *Correio Paulistano* em 08 de outubro de 1918 (NECROLOGIA, 1918, p. 3).

Quanto a Leopoldo Vieira Barretto[128], como vimos, ele também era um dos membros da família que atuou como cafeicultor em Mococa entre o final do século XIX e o início do XX, ao adquirir a fazenda São Francisco. Interessante é notar que, além de fazendeiro – ao menos desde 1905, conforme os registros do almanaque daquele ano – a partir de 1909 ele diversifica seus negócios ao investir na região dos Campos de Araraquara, mais espe-

126 Ver mais sobre o assunto em: ALMANAK... (1909, p. S-146, 1910, p. 148, 1911-1912, p. 148, 1913, p. 4.845, 1914, p. 5.166, 1915, p. 5.237, 1916, p. 5.237, 1917, p. 4.960).

127 O periódico veicula seu nome com o D. Joanna de Menezes Barretto, contudo, segundo Barretto ([1985?]), seu nome era D. Joanna Vieira Barretto, filha de José Vieira Barretto. Não pretendemos apontar a grafia correta, mas apenas que houve divergências entre as duas fontes que encontramos.

128 Já comentamos sobre sua ascendência, mas, para recordar, Leopoldo Vieira Barretto era filho de José Vieira Barretto e D. Rosa Barretto, proprietários do engenho São José, em Sergipe; era irmão de Dr. Francisco Muniz Barretto, Antônio Vieira Barretto e D. Joanna Vieira Barretto; e foi casado com D. Izabel Prado Barretto (BARRETTO, [1985?]).

cificamente, em Matão. No caso, Leopoldo Barretto aparece nos registros do documento como agricultor nesta última localidade e como proprietário de "machinas de beneficiar café e arroz" e de uma serraria (ALMANAK..., 1906, S-146; SAUER, 1905, p.2.126). Pelo que pudemos verificar, ele atuou como fazendeiro em ambas as regiões citadas e em negócios relacionados à indústria em Matão até, pelo menos, o ano de 1917, momento em que seu nome deixa de aparecer nos almanaques dos anos seguintes[129].

Neste meio tempo, de 1909 a 1917, identificamos que além de trabalhar nos setores citados, Leopoldo Vieira Barretto também participava de outras atividades na sociedade civil matonense, como a associação de lavradores, diretórios políticos e ocupante de um cargo público. Quanto ao primeiro caso, segundo uma matéria publicada no *Correio Paulistano*, em 12 de maio de 1911, seu nome é listado como agricultor em Dobrada, e como um dos ingressantes na Sociedade Paulista de Agricultura, presidida por Dr. Augusto Carlos da Silva Telles (SOCIEDADE..., 1911, p. 5). No que diz respeito à política, conforme noticiado pelo mesmo periódico, Leopoldo Barretto foi membro do diretório político do Partido Republicano em Matão, chegando a representar o município ao participar, entre outros 127 eleitores, da votação para a escolha da Comissão Diretora do partido no ano de 1913 (AVULSOS, 1911, p. 2; PARTIDO..., 1913, p. 1). Ainda no âmbito das atividades públicas, seu nome também aparece em um informe publicado pelo mesmo jornal, em 01 de agosto de 1915, como ocupante do cargo de escrivão da delegacia de polícia de Matão (MORTE..., 1915, p. 6).

Conforme apontado por Paladini (1995, p. 186), Leopoldo Vieira Barretto vem a óbito no ano de 1919[130]. Mesmo assim, é possível que seu deslocamento para Araraquara tenha ocorrido por influência de seu primo, Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto, que por lá chegou entre 1905 e 1909 e atuou no setor médico, político, cafeicultor etc., como vimos há pouco. Mesmo assim, o que é importante ressaltar é que, em ambos os casos, se trata, quase que explicitamente, de repetição de um padrão (e estratégias) estabelecido pelos membros da família para inserirem-se no Sudeste brasileiro. Ou seja, da mesma forma que alguns parentes fizeram ao chegar em Mococa no final do século XIX e início do XX, tanto Dr. Antônio Barretto quanto Leopoldo Vieira Barretto reproduziram tais mecanismos de atuação em "redes" para inserirem-se na sociedade da região de Araraquara e Matão, neste caso, como fazendeiros de café, membros de partidos políticos e ocupantes de cargos públicos, dentre outras formas de participação.

129 Ver mais sobre o assunto em: ALMANAK... (1909, p. S-146, 1910, p. 148, 1911-1912, p. 148, 1913, p. 4.845, 1914, p. 5.166, 1915, p. 5.237, 1916, p. 5.237, 1917, p. 4.960).

130 Ressaltamos que, infelizmente, neste caso, não encontramos outros registros nas bases de dados em nossa pesquisa documental que permitissem o cruzamento de informações. Seria possível, entretanto, fazer uma busca em cartórios por sua certidão de óbito, mas, não tendo o local da morte – se ocorreu em Dobrada, Matão, Araraquara ou Mococa –, tal pesquisa seria em vão. Portanto, preferimos manter a data fornecida pelo autor, mas evidenciando que não houve a confirmação em outros documentos. Vale lembrar que o nome de Leopoldo Vieira Barretto deixa de aparecer nos almanaques a partir de 1917, o que pode significar que seu óbito tenha, de fato, ocorrido no período. Ver mais sobre o assunto em Paladini (1995) e Almanak Laemmert (1917).

Outro exemplo sobre a mesma questão pode ser verificado através da trajetória de Dr. Albano do Prado Pimentel, que, embora não possuísse o sobrenome, também era um dos membros da família Barretto, conforme apontado por Franco (1975, p. 683-684) e Paladini (1995, p. 95). Pelo que pudemos apurar, ainda que o mesmo nome apareça no estudo de Barretto ([1985?]), como vimos[131], mais uma vez diz respeito a familiares de nomes idênticos. Ao que tudo indica, o nome que aparece no estudo deste último autor refere-se ao tio-bisavô de Drs. Adolpho Barretto, Augusto Barretto, Antônio Barretto, Lucino Barretto e demais membros. Entretanto, aqui nos referimos a Dr. Albano do Prado Pimentel, filho de Albano do Prado Pimentel e Joaquina do Prado Pimentel, que nasceu em Divina Pastora no ano de 1854 (JABOTICABAL, 1932). Verificamos que, assim como seus familiares, ele deixou Sergipe em direção a São Paulo ainda no século XIX; onde se graduou como bacharel em Direito e, com o passar dos anos, além de trabalhar na sua área de formação ao ocupar diversos cargos públicos, também atuou em outros setores relacionados à lavoura, indústria, entre outros, como veremos.

Segundo um informe publicado pelo *Diário de S. Paulo* nos dias 18 e 21 de novembro de 1877, Dr. Albano do Prado Pimentel foi nomeado promotor público da Comarca de Botucatu (GAZETILHA... 1877a, p. 1; PARTE..., 1877a, p. 1). Mesmo assim, não é possível precisar se ele chegou, de fato, a tomar posse, pois, em 06 de dezembro daquele ano, o periódico informou sua transferência para ocupar o mesmo cargo em Caconde (GAZETILHA... 1877b, p. 2), onde provavelmente tenha exercido a função por alguns anos, sobretudo porque o *Indicador de São Paulo* para o ano de 1878, registra seu nome no mencionado cargo dessa cidade (MARQUES, 1983, p. 114). Também corrobora para assegurar a nossa suposição a matéria de 18 de junho de 1880, em que o jornal *A Constituinte* informou que o bacharel havia sido indicado para assumir como juiz municipal de São Roque e Piedade, mas, por não ter aceitado o convite, sua nomeação foi anulada (ULTIMA..., 1880, p. 3). Além disso, com o auxílio da matéria veiculada pelo *Correio Paulistano* em 08 de outubro de 1880 e pelo almanaque de 1883, identificamos que o Dr. Albano do Prado Pimentel, apesar de recusar a indicação de transferência, no mesmo ano, aceitou oferta para ocupar a promotoria em Capivari (ACTOS..., 1880, p. 2; SECKLER, 1883, p. 129), onde permaneceu até solicitar exoneração, novamente segundo o referido jornal em matéria do dia 22 de junho de 1884 (BOLETIM..., 1884, p. 1). Todavia, ele não deixou Capivari, uma vez que é citado nos almanaques de 1887 e 1888 no cargo de delegado e ocupando uma das cadeiras da Câmara Municipal como vereador (SECKLER, 1887, p. 339; 1888, p. 403).

No início da década seguinte, Dr. Albano do Prado Pimentel continuou em Capivari e, além de ter atuado em funções públicas, também voltou suas

131 Ver página 50, nota de rodapé nº19..

atenções para o setor industrial. Segundo uma matéria publicada no dia 02 de abril de 1891 pelo *Correio Paulistano*, o até então delegado e vereador aparece como um dos integrantes da diretoria da Companhia Colonizadora e Industrial Paulista. A empresa foi instalada no dia 29 de fevereiro daquele ano e teve entre seus incorporadores o engenheiro Dr. Jonas de Moraes Aguiar e Dr. Albano do P. Pimentel, os quais também fizeram parte da diretoria ao ocupar as funções de diretor técnico e diretor agrícola/engenheiro, respectivamente, sob a presidência do Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (COMPANHIA..., 1891, p. 2).

Em 03 de agosto de 1895, o mesmo periódico traz outro anúncio sobre a empresa, informando a respeito de quais eram seus interesses e sua linha de atuação no mercado[132], e mostrava que a diretoria ainda era composta pelos nomes citados acima – com destaque para a informação de que Dr. Albano do Prado Pimentel, passou a ocupar o cargo de diretor do setor comercial, que era fazendeiro e dirigia o Engenho Central de Capivari (COMPANHIA..., 1895, p. 4). Ou seja, pelo menos desde o início da década de 1890, ele já estava bem inserido no município como político, agricultor, industrial e comerciante[133], igualmente como fariam alguns de seus parentes em Mococa, Araraquara, Matão etc., apenas alguns anos depois.

Já nos primeiros anos do século XX, embora sem precisar o momento exato, identificamos que o Dr. Albano do Prado Pimentel havia deixado Capivari e seguido sertão adentro. De acordo com o *Correio Paulistano*, em informe publicado no dia 26 de fevereiro de 1907, o nome do bacharel aparece listado como fazendeiro e industrial no município de Jaboticabal, o qual, na ocasião, estava em viagem até a capital paulista a negócios (MALA..., 1907, p. 3). No mesmo ano, só que em matéria do dia primeiro de agosto, o periódico informava que, tendo em vista os altos preços alcançados pelo açúcar cristal branco – que vinha sendo vendido a 35$000 réis[134] – os proprietários de engenho tinham muito interesse em dar início às atividades das moendas, porém, as chuvas constantes e a falta de insolação dos meses de maio e junho daquele ano tinham prejudicado o desenvolvimento das canas e, consequentemente, atrasado a produção de açúcar. Dentre os engenhos que haviam sido afetados constam: Amália, de Dr. Henrique Dumont; Ester,

132 Segundo o informe do periódico, era interesse da companhia: comprar terras no estado de São Paulo e revendê-las a pequenas lavouras em Itu, Capivari e Tietê; valorizar as terras ao construir estradas, ramais férreos ou vias fluviais; instalar plantações de café, cana-de-açúcar, dentre outras, para que os lotes fossem vendidos a melhores preços; montar quaisquer estabelecimentos industriais, adquirindo, por fusão, o Engenho Central de Capivari; edificar armazéns, para fornecer produtos variados aos trabalhadores dos núcleos formados; promover a pecuária e atividades pastoris; desenvolver a policultura, introduzindo "burgos de criar", como a produção de cereais; promover a realização de exposições agrícolas; fundar colônias agrícolas e escolas práticas de agricultura; dentre outras atividades (COMPANHIA..., 1895, p. 4).

133 Ainda de acordo com o Correio Paulistano, em matéria de 21 de agosto de 1898, o Dr. Albano do Prado Pimentel também voltou suas atenções em prol de instituições de caridade em Capivari. Um exemplo de sua atuação na área foi quando iniciaram as obras da [Santa] Casa de Misericórdia do município, momento em que o até então diretor do Engenho Central e membro da Companhia Colonizadora Paulista foi um dos que discursaram ao lado de Benedicto Philadelpho Castro, juiz de direito daquela comarca e presidente da diretoria da instituição (MALA..., 1898, p. 1).

134 O periódico não informou se o valor cobrado era pela saca de açúcar ou em outra unidade de medida, como arrobas, quilos, gramas etc. Acreditamos que o montante cobrado se referia à saca, como era usual.

de Arthur Nogueira & Comp.; Pimentel, de Dr. Albano do Prado Pimentel – tal como o engenho Schmidt, de Francisco Schmidt, prejudicado por estragos feitos por um enxame de gafanhotos[135] (A NOVA..., 1907, p. 4).

Para finalizar a trajetória de Dr. Albano do Prado Pimentel, segundo o jornal *Diário Nacional,* de 12 de agosto de 1927, verificamos que, além das funções exercidas e já comentadas, ele investiu também em localidades paulistas das zonas pioneiras, que poderiam dar lucro no futuro próximo. No caso, o periódico relatou que ele esteve em Presidente Prudente, onde possuía uma "vasta extensão de terras" (MUNICIPIOS..., 1927, p. 5). Entretanto, em 18 de março de 1932, o mesmo jornal anunciou sua morte, (FALLECIMENTOS, 1932, p. 2), confirmada por seu atestado de óbito lavrado no dia 17 daquele mês (JABOTICABAL, 1932).

Voltando a tratar sobre a fazenda que Lucino Barretto adquiriu no início da década de 1920, com o intuito de identificar a constituição de seu território, de acordo com as transcrições de compra e venda que adquirimos nos cartórios de registro de imóveis (JABOTICABAL, 1910, 1919 e 1921; TAQUARITINGA, 1930, 1940, 1948, 1949, 1962a, 1962b, 1976, 1984 e 1993), verificamos que até 1910 a Sarapurema, na verdade, chamava-se Fortaleza, ou Bela Vista, e tinha como proprietários Carmine Funari e sua esposa, D. Clara Funari, assim como as duas filhas menores púberes do casal, Concetta e Thereza Funari, bem como que a sua área resultava do desmembramento de antigas propriedades localizadas no mesmo distrito e freguesia de Monte Alto, as fazendas Anhumas e Olhos d'Água. Todavia, provavelmente em decorrência de dívidas acumuladas pela família Funari, a fazenda foi levada a leilão e adquirida por Antônio Ribeiro dos Santos Júnior e sua esposa, D. Dalmácia Negreiros Ribeiro dos Santos, por 113:951$000, passando a ser denominada "Sarapurema", conforme a carta de arrematação.

Na época, a propriedade possuía as seguintes características: por volta de 100 alqueires; três pastos, aramados ou não, no tamanho aproximado de 21 alqueires; uma casa de morada e uma para camaradas; uma casa de máquinas, com motor a vapor e maquinismo para beneficiar café e arroz; um moinho; seis grupos de casas para colonos; duas residências individuais para colonos e outra para empregados; seis casas para colonos, em madeira, e uma para camaradas, coberta de sapé; 35.000 pés de café situados nas proximidades da colônia citada, e mais 95.000 cafeeiros plantados em pontos diversos de seus limites (JABOTICABAL, 1910).

135 Não obstante, a maioria destes engenhos aumentou a produção e seu capital, transformando-se em usinas. Conforme o almanaque, até 1915 foram instaladas quinze usinas em São Paulo, por exemplo: Schmidt e Cachoeira, de Coronel Francisco Schmidt, em Sertãozinho e Franca, respectivamente; Guatapará, da Companhia Guatapará, em Ribeirão Preto; Freitas, de José Teixeira Marques, instalada em Araraquara; Dumont, de Dr. Henrique Dumont, em Santa Rosa; Piracicaba, da Societé Sucréies Brésilliennes, em Piracicaba; Pimentel, de Dr. Albano do Prado Pimentel, em Jaboticabal; etc. Com relação a esta última, o documento mostra que seu capital era de 1.200:000$, que havia 23 operários empregados e a força motriz era de 200 hp (horse-power). Se compararmos com outras usinas – por exemplo, com a Dumont, que possuía no mesmo ano, 1.500:000$ em capital, 250 funcionários e 700 hp de força motriz –, conclui-se que a usina Pimentel possuía menor poder aquisitivo para contratar e investir, não obstante dividisse a quarta posição com a usina Junqueira de Igarapava, de Coronel Diniz Junqueira, entre as que possuíam maior capital naquele ano (SÃO PAULO, 1917, p. 266).

Segundo o *Correio Paulistano*, em informe publicado no dia dois de outubro de 1909, o casal de proprietários vinha da capital paulista e havia contraído matrimônio apenas um ano antes de arrematar a fazenda. De acordo com o mesmo periódico, a noiva, D. Dalmácia, era filha de Dr. Estevam de Negreiros – já falecido no momento de seu casamento (CHRONICA..., 1909, p. 2). No caso de Antônio Ribeiro dos Santos Júnior, consta que ele era filho de D. Gabriella Ribeiro dos Santos e de Dr. Antônio Ribeiro dos Santos; este último, por sua vez, conforme os anúncios publicados no *Diário de São Paulo* nos dias 04 de março de 1874 e 05 de janeiro de 1875, era advogado nas cidades de Pirassununga, Rio Claro, Descalvado, Araras, Santa Rita, São Carlos e São Simão, e também ocupou a promotoria de Descalvado de dezembro de 1874 até 1877 (O ADVOGADO..., 1873, p. 4; PARTE..., 1875, p. 1; PARTE..., 1877b, p. 1).

Igualmente a outros capitalistas da época, Antônio Ribeiro dos Santos Júnior não se limitou apenas a administrar seus negócios rurais em Monte Alto, porque, segundo informes publicados pelo *Correio Paulistano* nos dias 15 e 26 de janeiro de 1915, seu nome aparece como um dos participantes do *X Congresso Agrícola* que fora realizado naquele ano na capital paulista, na sede da Sociedade Paulista de Agricultura, e reuniu fazendeiros de todo o estado (X CONGRESSO..., 1915a, p. 3). Durante o evento, os congressistas discutiram sobre o futuro da lavoura de café, a possibilidade de implantação da policultura e demais medidas alternativas para manter os lucros[136], pois, na época, o preço por arroba do produto era de 6$000 réis; e se tal cotação continuasse, os fazendeiros temiam que em duas décadas estivessem falidos, e os 750 milhões cafeeiros plantados, só em território paulista, seriam perdidos (X CONGRESSO, 1915b, p. 3-4). Ainda com relação a Antônio Ribeiro dos Santos Júnior, constatamos que no mesmo ano do referido congresso, ele se tornou sócio efetivo dessa sociedade agrícola, passando a ter uma participação mais frequente e intensa (SOCIEDADE..., 1915, p. 2).

Pelo que pudemos identificar, Antônio Ribeiro dos Santos Júnior e sua esposa, continuaram como proprietários da fazenda Sarapurema até o final da década de 1910. Foi nesse momento, quase 10 anos após sua aquisição, que ocorreu a venda a um casal residente na cidade de São Paulo, Dr. Frederico de Barros Brotero[137] e sua esposa, Sylvia Monteiro de Barros Brotero, pelo valor de 250:000$000 (JABOTICABAL, 1919). Acreditamos que um dos motivos que levou o casal Ribeiro dos Santos a vender a propriedade – além de, através do negócio, conseguir repor o dinheiro outrora destinado à compra da fazenda e alcançar um lucro de 136:000$000 – tenha sido o ensejo

136 Dentre outras medidas aventadas pelos congressistas, o periódico elenca: alteração dos fretes no serviço de cabotagem, para facilitar o transporte de mercadorias entre os vários portos do território nacional; revisão das tarifas aduaneiras, aumentando o imposto sobre mercadorias de luxo e diminuindo no tocante a gêneros de primeira necessidade; introdução de imigrantes; frete livre nas estradas de ferro e isenção de impostos para a introdução de adubos, instrumentos agrícolas e máquinas para aumentar a produção e baratear a mão-de-obra (X CONGRESSO..., 1915b, p.3-4).

137 O documento traz o nome como "Brutero", contudo, conforme nossa pesquisa documental, encontramos diversas outras fontes que trazem a grafia "Brotero". Por isso, decidimos pontuar a divergência e optar por utilizar a opção mais frequente na documentação.

de aproveitar boas oportunidades de empreendimentos em outras regiões paulistas e brasileiras. Visto que, conforme o jornal *O Combate*, em dois de julho de 1921, encontramos o nome de Antônio Ribeiro dos Santos Júnior[138] como participante da Assembleia Constituinte da Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná, ocasião em que foi escolhida a diretoria da empresa e ele foi nomeado como diretor-superintendente.

Segundo a publicação, a nova estrada de ferro era relevante para São Paulo pelo fato de, ligada à Companhia Sorocabana pela estação de Ourinhos, poderia percorrer o noroeste do Paraná "[...] cujas terras são de grande fertilidade, e, demandando o rio Paraná, terá o seu ponto terminal na fronteira sul do Estado do Matto Grosso, ligando, assim, esse grande rio e pelo rio Paraguay, este paiz, o norte da Argentina e a Bolivia ao porto de Santos" e até o final daquele mês de julho, os estudos do traçado deveriam ser submetidos ao governo paranaense e iniciada a construção quando fossem aprovados[139] (ESTRADA..., 1921, p. 1). Notamos, portanto, que Antônio Ribeiro dos Santos Júnior[140] foi mais um entre tantos outros fazendeiros e capitalistas atuantes no interior paulista que, no estado do Paraná, voltaram seus olhares e por lá procuraram investir ainda nas primeiras décadas do século XX.

Ainda seguindo a trajetória da fazenda Sarapurema, segundo a *transcrição número 24.157, livro 3AA, folhas 215,* verificamos que Dr. Frederico de Barros Brotero e sua esposa adquiriram, por escritura pública lavrada em 21 de outubro de 1919, a fazenda Sarapurema e a Glória que era composta por: 154 alqueires de terra; 25 alqueires de pastos; 10 alqueires de mata (189, ao todo); cerca de 150.000 pés de café; casa de morada de dois andares, construída em alvenaria de tijolos; tulha e casa de máquinas, servida por um motor a vapor e demais maquinários para beneficiar café (e arroz); terreiro

138 Embora a notícia apresente seu nome sem o "Júnior", sem dúvida, diz respeito à mesma pessoa, pois, seu pai, que tinha o mesmo nome, havia falecido desde o ano de 1909, segundo informe do Correio Paulistano em 19 de novembro de 1909 (AVISOS, 1909, p. 7).

139 Verificamos que a Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná realmente existiu e colocou suas linhas em operação. De acordo com uma notícia do Correio Paulistano, de 15 de abril de 1930, a empresa foi idealizada em 1910 quando alguns fazendeiros paulistas – entre eles, Antônio Barbosa Ferraz Júnior e Antônio Ribeiro dos Santos Júnior – dirigiram-se ao Norte do Paraná e perceberam que a "as fazendas produziam magnificamente, quer em quantidade, quer em qualidade, mas quantas difficuldades em se vender as colheitas!", pois "a estação mais próxima, Ourinhos, distava cerca de 60 kilometros das propriedades, atravez de um simulacro de estrada, que se tornava completamente intransitável, por occasião da época das chuvas", o que fez com que reunissem "[...] seus esforços para o fim de construirem uma estrada de ferro, que resolvesse o premente problema de transporte" (ESTRADA..., 1930, p. 7-8). Assim, em um anúncio no jornal A República, de 06 de setembro de 1921, Antônio Ribeiro dos Santos Júnior informava aos acionistas da companhia "[...] a effectuarem até o dia 15 do corrente mez, o pagamento de 30% do total de acções, correspondente a 2ª chamada de capital, de accôrdo com o art. 50 dos respectivos estatutos[...]" (COMPANHIA..., 1921, p. 3), bem como, segundo o Correio Paulistano, de 25 de novembro de 1922, já havia sido assinado o decreto que "[...] que concede à Companhia Ferroviaria Noroeste do Paraná licença para a construcção, uso e goso de uma estrada de ferro que, partindo da estação de Ourinhos, [...] se dirija à margem direita do Paranapanema, nas vizinhanças do local chamado Porto Itaipava" (NOTAS, 1922, p. 2) – o que indica que a empresa estava arrecadando fundos para implementar sua infraestrutura e adquirindo direitos de uso. Porém, conforme o jornal O Dia, de 1º de abril de 1924, a companhia "[...] por unanime deliberação de seus accionistas [...] passou a denominar-se Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, continuando a Sociedade, sob essa denominação, com os mesmos compromissos, direitos e vantagens" (Ã PRAÇA, 1924, p. 5). Ainda segundo a matéria do Correio Paulistano, do dia 15 de abril de 1930, identificamos que em junho de 1924 foram inauguradas as primeiras estações da empresa, as de Presidente Munhoz e de Leoflóra, uma ponte provisória sobre o rio Paranapanema, o trecho até Cambará no ano seguinte e uma ponte definitiva em 1927 (ESTRADA..., 1930, p. 7-8); e cerca de 13 anos mais tarde, em 27 de dezembro de 1940, foi publicado no mesmo jornal um informe a respeito dos horários dos trens e o itinerário pelas estações ao partir da de Ourinhos – Marques dos Reis (km oito), Presidente Munhoz (km 15), Leoflóra (km 21), Cambará (km 30), Meirelles (km 42), Ingá (km 58), Bandeirantes-Paraná (km 82), Santa Mariana (km 108), Cornélio Procópio (km 126), Congonhas (km 143), Pirianito (km 154), Serra Morena (km 165), Frei Timotheo (km 176), Jatahy-Paraná (km 185), Ibiporã (km 196), Londrina (km 210), Nova Dantzig (km 225), Rolandia (km 237) e Arapongas (km 251)– o que comprova que a companhia, de fato, instalou seus trilhos e passou a atender parte do território Norte Paranaense antes da metade do século XX (COMPANHIA..., 1940, p. 11).

140 Apuramos, ainda, que Antônio Ribeiro dos Santos Júnior faleceu no ano de 1948, aos 70 anos de idade, na capital paulista (NECROLOGIA, 1948, p. 10).

de secagem, parte ladrilhado e parte em terra batida; e demais benfeitorias não especificadas (JABOTICABAL, 1919). Ademais, consultando a obra de Leme (1903-1905, p. 378-379), identificamos que o novo proprietário era filho de Gertrudes Corrêa de Barros e Dr. Frederico Dabney de Avellar Brotero – este era advogado e ocupou distintos cargos públicos em São Paulo e em outras regiões brasileiras[141] –, e seus irmãos eram: Anna Brotero de Barros, José de Barros Brotero, João de Barros Brotero e Antônio de Barros Brotero. Ainda segundo Leme (1903-1905, p. 44), verificamos que Sylvia Monteiro de Barros Brotero, esposa de Dr. Frederico Brotero, era filha de Dr. Rodrigo Monteiro de Barros e Anna Francisca Monteiro de Barros.

Além disso, identificamos que Dr. Frederico de Barros Brotero atuou em diferentes áreas e setores ao longo de sua carreira. Nascido em Itu, no ano de 1877, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1896 e, logo após terminar os estudos, ocupou o cargo de promotor público de Tietê, no biênio 1897 –1898. Além da área jurídica, ele também participou da política, sendo eleito deputado estadual nos mandatos de 1904 a 1906. Foi fazendeiro em Taquaritinga[142] e Penápolis – no primeiro município, como vimos, era proprietário da fazenda Sarapurema, cujas terras se localizavam majoritariamente em Monte Alto. Ele também foi um dos membros do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, em 1931, e do Conselho Fiscal do Banco Comercial do Estado de São Paulo; foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, em que foi membro da diretoria e presidente em duas ocasiões; e, por fim, foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Genealógicos, através do qual pesquisou e publicou diversos estudos sobre genealogia (BROTERO, 2001, p. 9).

Destacamos, ainda, a atuação de Dr. Frederico de Barros Brotero na área de exportação de café, como sócio de uma casa comissária sediada em Santos no início do século XX. De acordo com Mayer ([entre 19-? e 20-?], p.1), tal empresa foi constituída por José Maria Whitaker, formado em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1896, que atuava em escritório próprio na cidade de Espírito Santo do Pinhal. Entre os

141 Segundo informações publicadas pelo jornal Diário de São Paulo, em 11 de dezembro de 1866 e em 25 de maio de 1867, Dr. Frederico Dabney de Avellar Brotero foi nomeado para ocupar o cargo de juiz de direito da comarca do Rio Paraná, na época, província de Goiás (GAZETILHA, 1867, p. 3). Em seguida, pelos dados do Indicador de São Paulo para o ano de 1878, ele fora transferido para ocupar a mesma função em Itu (MARQUES, 1983, p. 111), cargo que permaneceu até, pelo menos, o ano de 1886, pois de acordo com o Correio Paulistano, de 07 de dezembro de tal ano, foi quando ele assumiu a ocupação de desembargador de Porto Alegre (SUPREMO..., 1886). A última informação que conseguimos encontrar a respeito dos cargos que ele esteve à frente foi através de matéria publicada por este último periódico em 23 de julho de 1940, a qual informava que o até então desembargador estava transferindo-se para a capital paulista (HÁ MEIO..., 1940, p. 12).

142 Informação confirmada pelo Almanak Laemmert (1921-1927), pois seu nome aparece descrito nos documentos na sessão de Taquaritinga. Porém, é preciso pontuar que: primeiro, o nome de Dr. Frederico de Barros Brotero foi escrito de forma abreviada "Dr. Frederico B. Brotero"; segundo, o nome do cafeicultor aparece em tais almanaques na parte de "agricultores e lavradores", mas, como vimos, a propriedade rural que pertencia a ele em Taquaritinga foi vendida a Lucino Freire de Mattos Barretto, conforme registros da transcrição número 25.467, livro 3CC, folha 42, de 18 de abril de 1.921 (JABOTICABAL, 1921), entretanto, o novo proprietário sequer aparece na lista dos almanaques do período. Podemos especular sobre a possibilidade de Dr. Frederico de B. Brotero ter adquirido outra área rural em Taquaritinga e ser esta a razão de seu nome ter se repetido nos documentos, entretanto, acreditamos mais na possibilidade de informações desatualizadas enviadas pelo município aos editores dos almanaques. Assim, os mesmos dados de 1921 se repetiram até o ano de 1927. Sobre esta questão ver: Almanak Laemmert (1921, p. 3.084, 1922-1923, p. 2.907, 1924, p. 2.986, 1925, p. 909, 1926, p. 915, 1927, p. 848).

anos de 1900 e 1903, Whitaker passou a dividir o escritório de advocacia com Tomás Pimentel e funda a empresa "Whitaker Bomfim e Cia.", em sociedade com Constantino Panayetti e Francisco de Azevedo Bomfim, voltada para a comercialização de café. Tal atividade demandou que o bacharel se fixasse em Santos e mantivesse idas e vindas à capital. Em 1910 foi eleito diretor da Associação Comercial de Santos e, depois, presidente. Mayer ([entre 19-? e 20-?], p.1) confirma que foi neste momento em que Whitaker[143] formou a sociedade com Dr. Frederico de B. Brotero e Erasmo Teixeira de Assunção, os quais alcançaram excelentes resultados com a exportação de café e em outras atividades comerciais[144].

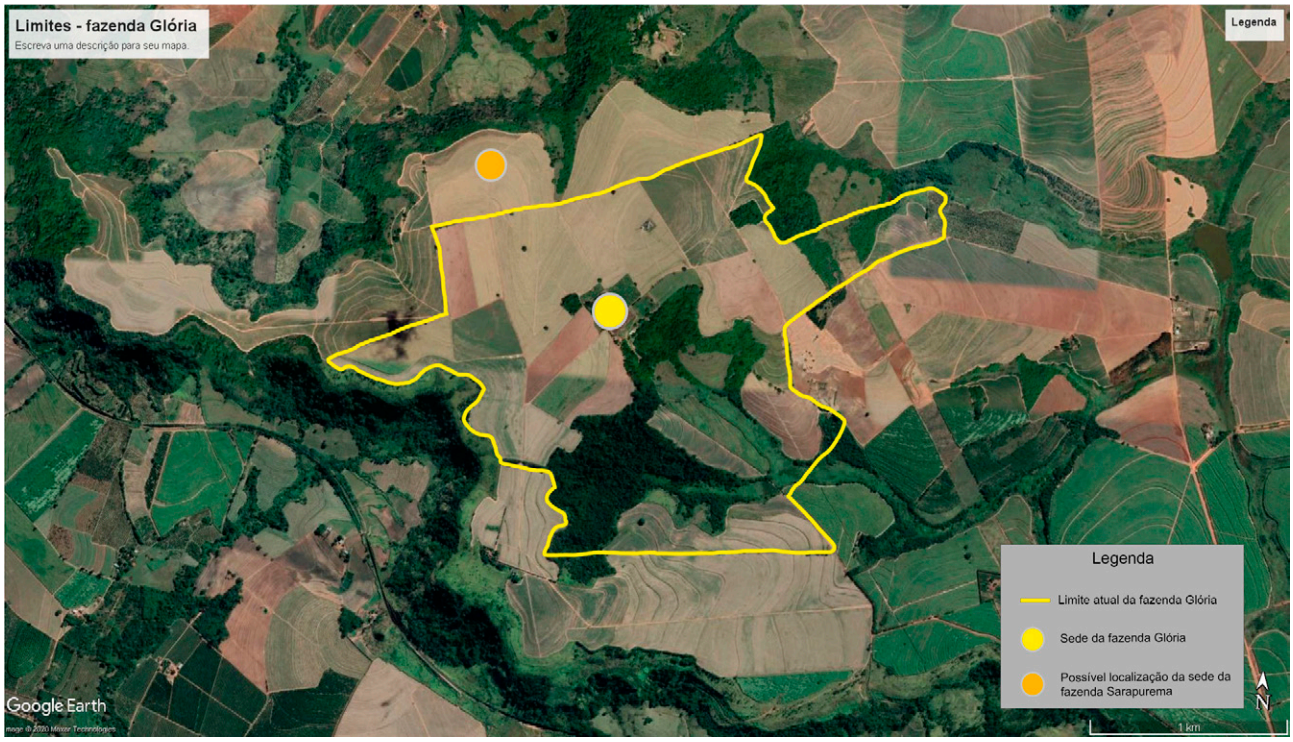


Figura 10
Demarcação da extensão atual da fazenda Glória e indicação de sua sede e provável localização da sede da antiga fazenda Sarapurema. Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

Assim como Antônio Ribeiro dos Santos Júnior, que vendeu a fazenda Sarapurema no ano de 1919 – muito provavelmente pelo surgimento de uma boa oportunidade para a recuperação do investimento outrora realizado e visando uma boa margem de lucro, mas também em decorrência da oportunidade para novos empreendimentos em outros setores, como a companhia ferroviária que buscava ligar São Paulo ao Paraná –, acreditamos ser possível que Dr. Frederico de Barros Brotero tenha voltado suas atenções para outros negócios e, justamente por isso, vendido a propriedade em Mon-

143 Conforme apontado por Mayer ([entre 19-? e 20-?]), José Maria Whitaker ainda fundou, em 1912, o Banco Comercial do Estado de São Paulo com a participação de Erasmo Teixeira de Assunção – informação que é confirmada por uma matéria do Jornal de Notícias, em 19 de maio de 1944 (VIDA..., 1944, p.11). Ainda segundo Mayer, Whitaker ainda atuou na formação da Companhia Americana de Seguros em 1918, a qual foi posteriormente adquirida por capital inglês, e que alguns anos mais tarde se tornou a São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida. Ver mais sobre o assunto em: Mayer ([entre 19-? e 20-?]).

144 Acreditamos que, muito possivelmente, a casa exportadora era denominada "Whitaker Brotero e Cia.", porque encontramos vários registros em jornais no período que atestam sua atuação no setor. Por exemplo, em informe do Correio Paulistano, do dia 05 de novembro de 1911, a companhia aparece em uma lista dos exportadores que pagaram direitos à Recebedoria de Rendas em Santos, na época uma quantia de 4:050$000, pela exportação de café (SECÇÃO..., 1911, p. 1). Da mesma forma que, em outros informes, a empresa havia despachado 3.753 sacas do produto em 21 de janeiro de 1919 (EXPORTAÇÃO..., 1919, p. 5); 500 sacas em 27 de fevereiro de 1925 (CAFE'..., 1925, p. 7); 381 sacas no dia 24 de agosto de 1926 (SECÇÃO..., 1926, p. 9); dentre outras exportações noticiadas pelo periódico entre 1930 e 1940.

te Alto no início da década de 1920 – neste sentido, interessante é notar que o valor de venda da fazenda foi 50:000$000 abaixo do que havia sido pago por Dr. Frederico Brotero, o que pode indicar a necessidade deste adquirir capital para que pudesse aplicar em novos investimentos e/ou saldar possíveis dívidas, assim como o valor das terras pode ter depreciado no período.

O novo comprador, como já dissemos, foi Lucino Barretto, outrora cafeicultor em Mococa e que, segundo a *transcrição número 25.467, livro 3CC, folha 42*, adquiriu a fazenda Sarapurema e a Glória em 18 de abril de 1.921, pelo valor de 200:000$000 e 300$000:000, respectivamente. A primeira tinha a maior parte de suas terras em Monte Alto e a segunda, fazia parte da fazenda da Serrinha de São Pedro, em Taquaritinga. Em seguida, ele unificou ambas as propriedades mantendo as seguintes características: 154 alqueires da primeira e 165 da segunda, totalizando 319 alqueires; 300.000 pés de café, dos quais 250.000 eram formados e 50.000 eram novos; matas, pastagens e plantações, possivelmente de culturas como milho, arroz, feijão, etc.; casa de morada, localizada na sede da fazenda e da administração na antiga área da fazenda Glória; na Sarapurema, duas casas para administração; casa de máquinas com maquinários para beneficiar café; terreiros em parte ladrilhados, em parte cobertos com piche e em terra, todos cercados por arame; 24 grupos de casas para colonos, construídas em tijolos e telhas, mais cinco destas casas isoladas; três grupos de residências para camaradas, e uma delas sem ser geminada (JABOTICABAL, 1921).



Figura 11
Vista parcial do conjunto edificado da fazenda Glória. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1960?]).

Com a compra realizada por Lucino Barretto, seguida da unificação das propriedades, a fazenda passou a ser denominada apenas como "Glória". Os motivos pela preferência em optar pelo nome Glória e por melhor equipar e utilizar sua sede, em detrimento daquela da Sarapurema, que estava mais próxima de Monte Alto, não são totalmente esclarecidos pelos documentos por nós encontrados e tampouco pelas entrevistas realizadas. Claro que é possível levantar algumas suposições, tais como: topografia mais favorável da primeira com rela-



Figura 12
Fotografia aérea da sede da fazenda Glória. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1980 e 2000?]).

ção à outra, tendo em vista que a "meia encosta" – ponto nem muito alto ou nem baixo no terreno – era preferida por facilitar a instalação dos espaços produtivos; a busca pelo fácil acesso à água, que era fundamental ao funcionamento de todos os processos de beneficiamento do café e às necessidades diárias da fazenda; enfim, dentre outras possíveis razões que aprofundaremos no próximo capítulo.

É importante pontuar que Lucino Barretto e sua esposa, D. Antônia Barretto, foram os proprietários da fazenda Glória até alguns anos antes da virada dos anos 1920 para a década seguinte, quando ambos, naturais de Sergipe e com passagem pelo município de Mococa, faleceram em curto período de tempo. Lucino Barretto faleceu primeiro e oito dias depois foi sua esposa, D. Antônia M. de Mattos Barretto, segundo informe do jornal *Correio Paulistano* do dia 27 de julho de 1927[145], na coluna de acontecimentos de Monte Alto:



Figura 13
O casal, D. Antônia Maria de Mattos Barretto e Lucino Freire de Mattos Barretto, no alpendre do casarão da fazenda Glória.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1921 e 1927?]).

> Falleceu, no dia 11 do corrente, na fazenda Gloria, de sua propriedade, neste município, a sra. d. Antonia Maria de Mattos Barretto [...]. Vitimou-a um edema pulmonar.
>
> A extincta que contava 45 anos de idade, era natural de Sergipe e viuva do saudoso sr. Lucino Freire de Mattos Barretto, importante fazendeiro neste municipio, falecido no dia 8 deste. Deixa 3 filhos menores.
>
> O corpo da virtuosa senhora, sahiu no dia seguinte, cêdo, para a residencia da familia, em Jaboticabal, de onde sahiu o enterro ás 16 horas, com grande acompanhamento, para o cemiterio local (NOTICIAS..., 1927, p. 9-10).

145 Verificamos a informação e, realmente, a certidão de óbito do casal confirma a data anunciada pelo periódico. Segundo o documento, Lucino Freire de Mattos Barretto veio a óbito em 03 de julho de 1927, e, sua esposa, D. Antônia Maria de Mattos Barretto, no dia 11 do mesmo mês. O laudo também apontou que o motivo da morte do casal ocorreu por complicações respiratórias – ele por causa de congestão pulmonar e ela por gripe – e que ambos haviam falecido em casa, na fazenda Glória, e foram sepultados em Jaboticabal (MONTE ALTO, 1927a e 1927b).

Com a morte do casal, foi realizado o levantamento dos bens para partilha entre os herdeiros. De acordo com o inventário *post-mortem* de Lucino Barretto, como o fazendeiro havia contraído matrimônio duas vezes, a herança foi dividida entre os filhos do primeiro e do segundo casamento. Em primeiras núpcias, ele havia se casado com D. Manoela do Livramento Barretto, com quem teve seis filhos, aqui listados por ordem de nascimento: Sylvio do Livramento Barretto, Dr. Herculano do Livramento Barretto, Dr. Carlos do Livramento Barretto, D. Gessia Barretto Montandon[146], D. Marietta do Livramento Barretto (que, anos depois, teve seu sobrenome alterado para "Barretto Guimarães", por casamento com Dr. Arthur Guimarães), e Antônio Freire Livramento Barretto. Já em relação à segunda união, com D. Antônia Barretto, foram três filhos: Alzira Freire de Mattos Barretto, Alfredo Freire de Mattos Barretto e Orlando Freire de Mattos Barretto – os quais, no momento da morte de seu pai, estavam com 21, 18 e 17 anos de idade, respectivamente (JABOTICABAL, 1927, p. 67).

Entretanto, se havia o princípio de que cada herdeiro deveria ficar com uma parte igual da legítima[147] paterna a que tinha direito, ocorreu que alguns deles – no caso, Sylvio do Livramento Barretto, Dr. Carlos do Livramento Barretto, Dr. Herculano do Livramento Barretto, D. Marietta do Livramento Barretto, Antônio Freire do Livramento Barretto e D. Alzira Freire de Mattos Barretto – tornaram-se cessionários por adjudicação[148] de D. Gessia Barretto Montandon e seu marido, Luiz de Freitas Montandon – ou seja, adquiriram a parte que a ela era destinada referente à sua legítima paterna. O documento não menciona, e tampouco é claro, se houve alguma compensação financeira dada à parte transmitente, ou se houve renúncia da mesma, mas o fato é que o valor da legítima paterna dos demais, que seria de 80:788$889, com a parte acrescida de D. Gessia B. Montandon, subiu para 94:253$703 – um acréscimo total de 13.464$814. Aos outros herdeiros que não eram cessionários desta, possivelmente por ainda serem menores de idade na época, os irmãos Alfredo e Orlando Freire de Mattos Barretto, ficou destinada a quantia original de 80:788$889 para cada um. Todos os valores herdados através da legítima formavam um montante de, aproximadamente,727:100$000[149] (JABOTICABAL, 1927, p. 159).

146 Há divergências entre os documentos de cartório sobre a grafia de seu nome, ora aparece "Gessia" ora "Jessia". Preferimos, aqui, manter a forma como aparece no inventário post-mortem.

147 Segundo Bacellar (1997, p. 146), a legítima era o quinhão que cabia a cada herdeiro quando fosse realizada a partilha dos bens através de um inventário; ainda de acordo com o autor, alguns autos de partilha efetuavam o cálculos para alcançar certa igualdade e das legítimas de cada herdeiro era descontada a metade do valor do dote – uma outra forma de repassar valores a herdeiros –, se houvesse sido entregue, e o saldo era repassado na forma de bens ou em dinheiro. Ver mais sobre o assunto em: Bacellar (1997).

148 Segundo Câmara (2017), ainda que o conceito e o termo "adjudicação" tenha "diferentes acepções", após uma revisão bibliográfica sistemática, o autor conclui que o mesmo "[...] define-se por ser o meio [...] de expropriação de bens penhorados, por meio do qual o Estado, [...] determina a transferência em favor daqueles que têm legitimidade para adjudicar", seja "[...] do direito de propriedade que o executado possui sobre determinados bens, seja para (i) pagamento, parcial ou total, aos credores [...]; (ii) mera transferência do bem em favor de credores do executado [...]" ou, ainda "[...] (iii) proteção de determinados interesses, comuns ou afins, isso na hipótese de a adjudicação ser realizada em favor de sócios, familiares ou companheiros do executado". Para mais informações sobre ver: Câmara (2017).

149 Este era composto por: bens situados em Monte Alto (imóveis, cafeeiros, benfeitorias, maquinismos) no valor total de 589.100$000; bens em Taquaritinga (imóveis, cafeeiros, benfeitorias) que valiam 136.000$000 ao todo; uma seção do Club Jaboticabal e uma seção de um imóvel em Jaboticabal, no valor de 1.000$000 cada uma. Ver mais sobre o assunto em: Jaboticabal (1927).

Além deste montante, cada um dos herdeiros também recebeu partes nos seguintes bens (com seus respectivos valores indicados entre parênteses): uma parte dos 318 alqueires que compunham a fazenda Glória, localizados em Taquaritinga e Monte Alto, equivalentes a 17:603$175 a cada herdeiro (avaliada em 159:000$000); dos 250.000 pés de café formados, no valor de 55:555$000 (500:000$000); dos 66 alqueires de pastos, no valor de 666$666 (6:000$000); do terreiro de café, avaliado em 1:111$112 (10:000$000); do maquinário de beneficiamento de café, casa de máquinas e tulha, valendo 1:666$667 (15:000$000); casa sede da fazenda, no valor de 1:111$111 (10:000$000); sete casas para colonos, no valor de 388$888 (3:500$000); e 27 grupos de duas casas, para colonos, avaliados em 2:400$000 (21:600$000). Novamente, com exceção dos menores, Orlando e Alfredo Freire de Mattos Barretto, os demais receberam partes em: uma ação do "Club de Jaboticabal", no valor de 142$888 (1:000$000); e uma edificação localizada no mesmo município, que era equivalente a 142$857 (1:000$000)[150] (JABOTICABAL, 1927, p. 161-181).

Identificamos que todos os herdeiros foram sócios da fazenda Glória até, pelo menos, a década de 1930, momento em que as partes começaram a ser vendidas entre os proprietários remanescentes. No caso, em 14 de abril daquele ano, Carlos do Livramento Barretto, Alzira Freire de Mattos Barretto, Dr. Herculano do Livramento Barretto, Sylvio do Livramento Barretto, Alfredo Freire de Mattos Barretto, Marietta Barretto Guimarães, Orlando Freire de Mattos Barretto adquiriram uma parte da fazenda que pertencia a Antônio Freire do Livramento Barretto, no valor de 50:000$000, e que continha 318 alqueires, 250.000 pés de café e demais benfeitorias (TAQUARITINGA, 1930). Cerca de dez anos mais tarde, em 03 de agosto de 1940, os sócios adquirem a parte de Marietta Barretto Guimarães, no valor de 25:000$000, que ainda possuía a mesma quantidade de alqueires, porém, com 206.000 pés de café e com uma maior diversificação em culturas agrícolas, como a introdução do algodão, e a criação de gado (TAQUARITINGA, 1940). Novamente, em 12 de novembro de 1948, Dr. Carlos do Livramento Barretto, Carlos Fernando do Livramento Barretto (possivelmente seu filho), Orlando Freire de Mattos Barretto, Dr. Herculano do Livramento Barretto e Alzira Freire de Mattos Barretto, adquiriram uma parte da propriedade que pertencia a Sylvio do Livramento Barretto, no valor de Cr$ 195.922.50, que ainda possuía 318 alqueires de terras, e contava somente com 70.000 cafeeiros em bom estado e 50.000 "falhados", (TAQUARITINGA, 1948) – mais um sinal de que a lavoura de café na fazenda estava gerando cada vez menos resultados e em clara decadência.

150 Não devemos esquecer que os cessionários de D. Gessia Barretto Montandon, citados anteriormente, ainda receberam valores a mais em partes referentes a essas benfeitorias da fazenda, a seguir elencadas separadamente e com seus valores totais em parênteses: em alqueires, 2:933$863 para cada um deles (17:603$175 total); em cafeeiros, 9:259$259 (55.555$555); em pastos, 111$111 (666$666); no terreiro, 185$185 (1:111$112); em maquinários para o café e demais 277$278 (1:666$667); da casa sede, 185$185 (1:111$111); das colônias avulsas, 64$814 (388$889); dos grupos de casas para colonos, 400$000 (2:400$000); do Club de Jaboticabal, 23$810 (142$888); e da edificação na mesma cidade, 23$809 (142$857) (JABOTICABAL, 1927, p. 161-181).

Por mais que a presença dos cafeeiros estivesse diminuindo, verificamos que os até então proprietários adquiriram por compra, em 21 de novembro de 1949, uma área de terras sem benfeitorias no valor de Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) e medindo 28,45 alqueires, que fora destacada da fazenda Serrinha e que pertencia a Terige Martinelli e Otavio Cavalentino Martinelli (TAQUARITINGA, 1949). A fazenda Glória, então, passou a contar com uma área total de 346,45 alqueires e mantendo as mesmas benfeitorias anteriores. Tal compra pode ser explicada pela possibilidade de, naquele momento, os proprietários estarem interessados em uma área nova para cafeeiros jovens ou, até mesmo, implantar novas culturas que suprissem os prejuízos dos pés que já eram considerados "falhados", ou em decadência.

Contudo, verifica-se que a partir de 08 de janeiro de 1962, D. Alzira Freire de Mattos Barretto, Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto e Alfredo Freire de Mattos Barretto adquirem, pelo valor de Cr$ 3.750.000,00, uma área de 187,985 alqueires que pertencia a Carlos Fernando do Livramento Barretto, Dr. Carlos do Livramento Barretto e Dr. Herculano do Livramento Barretto, e que continha as seguintes benfeitorias: uma casa sede; casa de máquina; e sete casas para colonos, construídas de tijolos e cobertas de telhas (TAQUARITINGA, 1962a). É importante ressaltar dois pontos neste momento. Primeiro, mesmo não sendo explicitado nas certidões a que tivemos acesso, muito provavelmente essa área adquirida pelos irmãos Freire de Mattos Barretto fora desmembrada da fazenda Glória para constituir uma área distinta e separada, pelo fato de a primeira propriedade ter passado a contar somente com 158,47 alqueires de extensão. O segundo ponto que destacamos relaciona-se ao fato de que, a partir daquele momento, o sobrenome Livramento deixa de aparecer nos registros da propriedade, em decorrência de os sócios remanescentes, daquele momento em diante, pertencerem somente ao ramo Freire de Mattos Barretto da família.



Figura 14
Fotografia da família Barretto na escada do alpendre do casarão da fazenda Glória, Alfredo Freire de Mattos Barretto (de roupa clara e em pé) e Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto (de roupa escura e sentado no degrau da escada).
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1960?]).

No mesmo ano de 1962, em sete de fevereiro, identificamos que Alfredo e Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto adquirem a parte de sua irmã, D. Alzira Barretto, tornando-se, daquele momento em diante, os únicos proprietários da fazenda Glória (TAQUARITINGA, 1962b). Ademais, alguns anos depois, em quatro de fevereiro de 1976, os dois irmãos adquiriram outra gleba de terras com 28,11 alqueires, sem benfeitorias, no valor de Cr$65.000,00, que outrora pertencia à fazenda Serrinha, fazendo com que a Glória passasse a contar com um total de 186,58 alqueires (TAQUARITINGA, 1976).

É a partir da década de 1980 que os irmãos e sócios Alfredo Freire de Mattos Barretto e Dr. Orlando doam a fazenda Glória, em vida, para seus herdeiros, no caso: Lucino Roberto de Mattos Barretto, Alfredo Eduardo de Mattos Barretto, Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto, filhos do primeiro sócio; Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto e Sergio Nardy de Mattos Barretto, filhos do segundo proprietário. Segundo a certidão de 30 de novembro de 1984, a propriedade constituía-se de aproximadamente 186 alqueires[151] e possuía: 13.334 pés de laranja; 1.241 pés de limão taiti; 40.000 pés de café; 2.550 pés de goiaba; duas casas sede, construídas de tijolos e coberta de telhas; nove residências para empregados; uma cocheira; um depósito com tulha anexa, cobertos de telhas de zinco; um expurgo; um escritório; um paiol; uma cocheira com estábulo anexo; dois depósitos, sendo um com residência; uma garagem; duas caixas d'água (TAQUARITINGA, 1984 e 1993). Constatamos que entre 1980 e 1990 ainda existiam cafeeiros na fazenda Glória, entretanto, a criação de animais e o plantio de outras culturas agrícolas, como limão, laranja e goiaba, ano após ano ganhavam cada vez mais espaço em detrimento dos cafezais.

Ao finalizar a trajetória da família Barretto, com origem no Vale do Cotinguiba, em Sergipe, é preciso destacar que consideramos notável o caminho que alguns de seus membros traçaram até inserirem-se em Mococa (e proximidades) e na região de Araraquara entre fins do século XIX e o início do XX, assim como fizeram outras famílias pioneiras do período – por exemplo, e guardadas as devidas proporções, dos Almeida Prado e dos Prado (MONBEIG, 1984, p. 139-141), bem como a união de Brazilia Franco de Lacerda e Carlos Amadeu de Arruda Botelho (MALUF, 1995, p. 107-108 e 118)[152].

Como vimos ao longo deste capítulo, os Barretto atuaram não somente em suas respectivas áreas de formação (advocacia, medicina, etc.) e na agricultura (na produção de açúcar nos engenhos sergipanos e, depois, na cafeicultura em território paulista), mas também ocuparam funções públicas: juízes, promotores, delegados, vereadores, intendentes municipais, prefeitos e deputados; proprietários e/ou sócios de periódicos, casas comissárias em Santos, de armazéns de secos, molhados e ferragens, de concessionárias/oficinas de veículos, de casas bancárias; como contribuintes para a organização de companhias de infraestrutura (energia elétrica e saneamento básico), empresas de fiação de tecidos, fábricas de laticínios, engenhos centrais etc.; e em causas filantrópicas, como na fundação de casas de mendicidade[153].

151 É possível que a extensão da propriedade tenha se alterado mais recentemente, devido à venda de partes a terceiros. Assunto que não discutiremos, pois foge dos objetivos de nosso trabalho.

152 Sobre os exemplos citados, ver notas de rodapé número XX e XX. Ver mais informações sobre o assunto em: Monbeig (1984) e Maluf (1995).

153 Ver mais sobre esses assuntos no item 1.2 e anteriormente neste item.

Fica explícito, através dos dados encontrados, que a atuação dos membros da família Barretto assemelhava-se a de outras famílias do período, o que não se configura como um fato isolado, mas, na verdade, um fenômeno comum entre aqueles que faziam parte da elite agrária brasileira ao longo do século XIX e no início do século XX. Pois, além de possuírem capital econômico – que fora alcançado através dos altos lucros propiciados, principalmente pelo café – esse grupo fazia uso do que Bourdieu (2015, p. 75)[154] identificou como "capital social", isto é, um conjunto de recursos "[...] que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* [...] ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes", que não só possuem "[...] propriedades comuns [...], mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações [...] são fundadas em trocas [...] materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade"; portanto, a quantidade de "[...] capital social que um agente [...] possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode [...] mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é de posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado [...]".

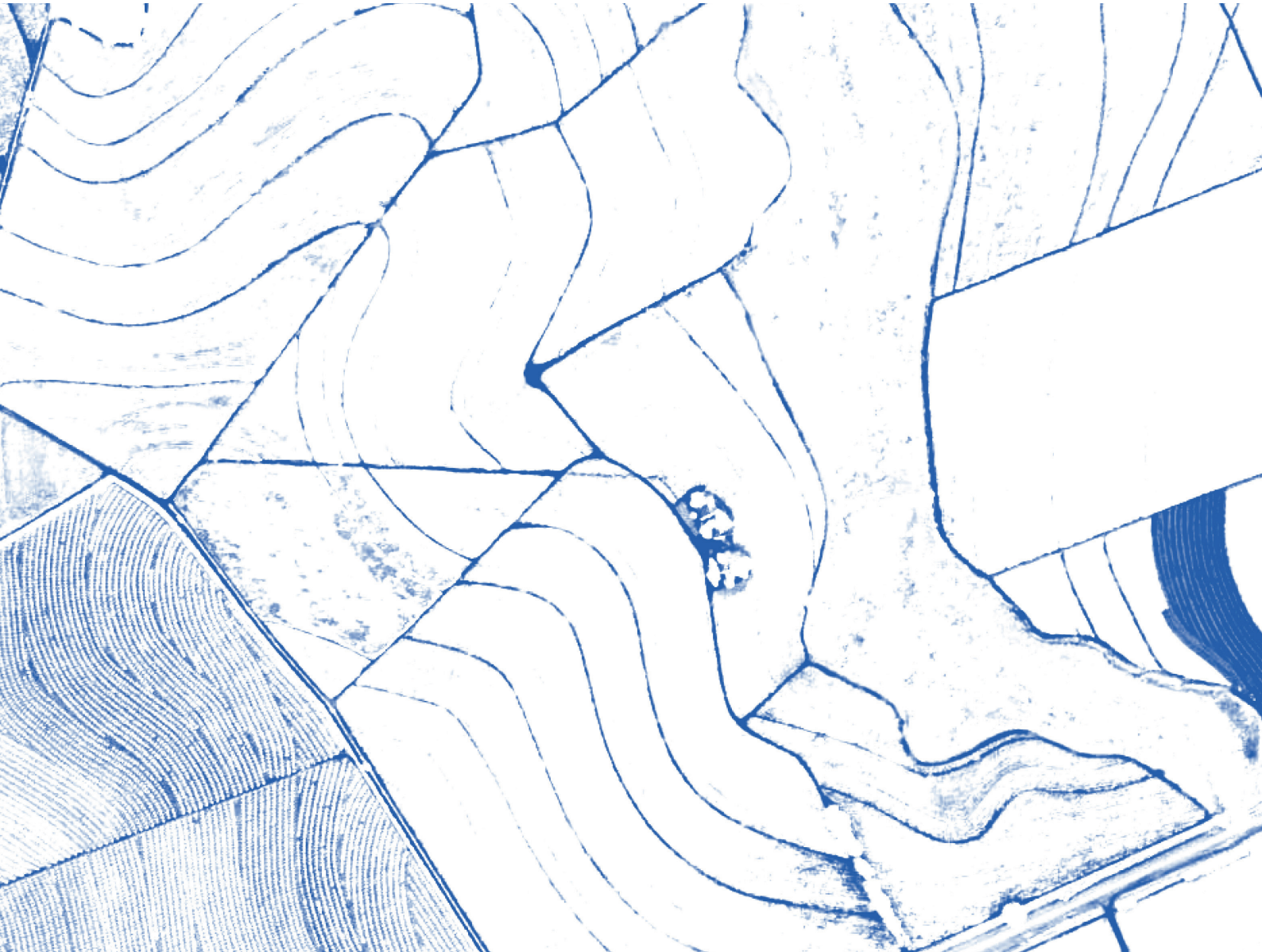
No caso dos membros da família Barretto, como vimos, valeram-se de suas "redes" de contatos para inserirem-se na sociedade cafeicultora paulista e para incluírem outros parentes que ainda migrariam de Sergipe para São Paulo no período. E, ao alcançarem certa quantidade de capital econômico, puderam, então, fazer uso de seu "capital social" para facilitar sua atuação no novo território, ao mesmo tempo em que contraíam matrimônio com herdeiros da aristocracia rural, especialmente de Mococa.

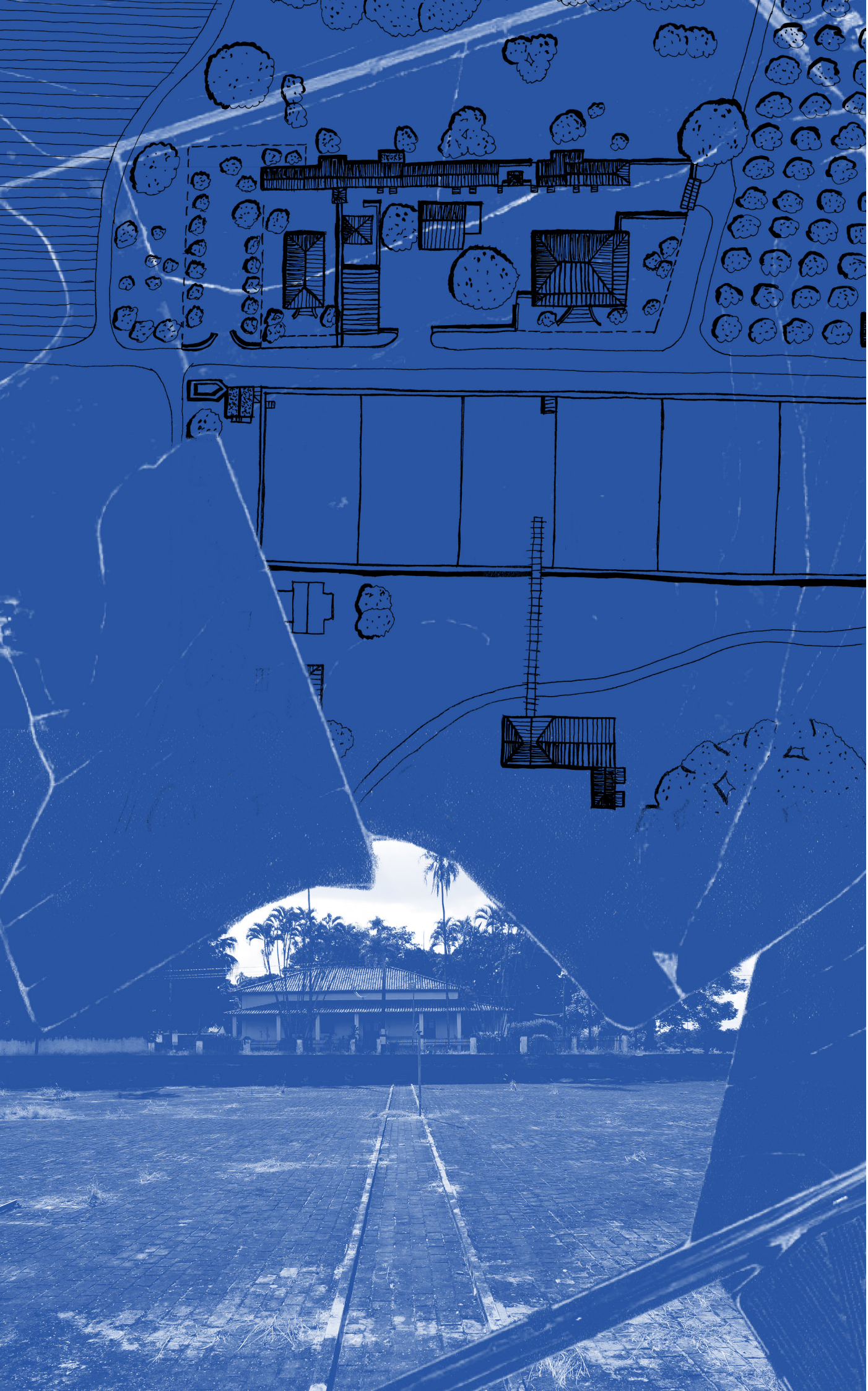
No próximo capítulo, assim como fizemos até o momento, nos propomos a descer outra camada em nossa escala de análise acerca da fazenda Glória – como se estivéssemos utilizando uma lupa para ler um documento impresso ou aplicando o comando "zoom" em um arquivo digital em busca de maiores detalhes –, em convergência com a discussão teórico-metodológica realizada por Lepetit (2016, p. 227-261) sobre os "usos da escala" . Iniciaremos a próxima etapa, portanto, com uma breve contextualização sobre o conceito de paisagem, buscando inserir o objeto de estudo na discussão, avaliando os atributos e as possíveis ameaças a que essa paisagem está submetida e propondo medidas para sua preservação e transmissão da melhor maneira possível às gerações futuras. Ainda no mesmo capítulo, saindo dessa escala de dimensões territoriais e descendo mais uma camada em nossa aproximação do objeto, abordaremos a implantação das instalações da fazenda Glória, que ainda pertence à família Barretto – netos e bisnetos de Lucino Barretto e D. Antônia Barretto –, pouco mais de um século desde a sua aquisição.

154 Publicação original: BOURDIEU, Pierre. "Le capital social – notes provisoires". Actes de la recherche em sciences sociales. Paris, n.31, 1980, p. 2-3. Ver mais em: Nogueira e Catani (2015).



2 Fazenda Glória: paisagem e implantação





2.1 Paisagem e paisagem cultural: conceitos e inserção do objeto de pesquisa

Ao iniciar sua resenha crítica sobre a obra *Voir la terre – six essails sur le paysage et la geógraphie*, de Jean-Marc Besse (2000)[1], Bartalini (2005, p. 117) considera que o conceito de paisagem já está difundido e reconhecido pelo senso comum, entretanto, ao mencionar o pensamento de Guido Ferrara (1968)[2] de que "hoje, sobre paisagem pode-se dizer tudo e nada", o autor pondera que este "[...] é [um] assunto que admite tanto um tratamento trivial quanto complexo". Em outras palavras, a paisagem pode ser "[...] um fato objetivo, real, passível de análise, relacionado ao 'mundo da ciência', ou como um fenômeno, isto é, como 'coisa sensível', pertencente ao 'mundo percebido' [...]", conforme a visão de Maurice Merleau-Ponty (2004)[3]. Portanto, está evidente que o termo tem interpretações múltiplas de acordo com as disciplinas ou práticas que o adotem – Geografia, Antropologia, História, Arquitetura, Pintura etc. –, podendo ser analisado sob perspectivas diversas conforme mostram as obras de Besse (2014a, 2014b), em que foram compilados ensaios não necessariamente convergentes sobre o tema.

Não obstante, foram os geógrafos que mais se dedicaram a compreender a paisagem, pois, dentre as concepções básicas da disciplina – espaço, território, região e lugar – e apesar da variação de seu significado entre os idiomas[4] e da dificuldade de ser estabelecido cientificamente, é através da paisagem que tais profissionais puderam incorporar a dimensão cultural em suas investigações, principalmente através de duas abordagens. A primeira

1 BESSE, Jean-Marc. Voir la terre – six essails sur le paysage et la geógraphie. Arles: Actes Sud/ENSP/ Centre du Paysage, 2000. Ver mais sobre o assunto em: Bartalini (2005) e traduzida em Besse (2014b).

2 FERRARA, Guido. L'architecttura del paesaggio italiano. Pádua: Marsílio Editori, 1968. Ver mais em: Bartalini (2005).

3 MERLEAU-PONTY, Maurice. Conversas – 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Ver mais sobre o assunto em: Bartalini (2005).

4 Segundo Ribeiro (2007, p. 15-16), Landschaft em alemão não corresponde exatamente ao termo inglês Landscape, assim como Paysage, em francês, apresenta diferenças entre os últimos. Sobre o assunto, Ribeiro (2007) recomenda ver: OLWIG, Kenneth Robert. Recovering the Substantive Nature of Landscape. Annals of the Association of American Geographers, v. 86, n.4, 1996, p.630-633.

refere-se ao método morfológico desenvolvido no final do primeiro quartel do século XX por Carl Sauer[5], cuja metodologia recupera conceitos alemães, sobretudo de Siegfried Passarge e Otto Schlüter, que viam a geografia como uma "ciência da paisagem" e que esta última deveria ser analisada sob suas formas materiais para investigar como a cultura humana a transforma. Já o segundo eixo, conhecido como movimento humanista, começa a se destacar no final da década de 1960, contudo, é dos anos 1980 em diante que a prática se transforma em uma das principais características dos geógrafos da "Nova Geografia Cultural". Estes, ainda que tenham visões divergentes entre si, compartilham das mesmas críticas aos preceitos do modelo anterior e foram responsáveis pela análise de aspectos subjetivos e simbólicos no âmbito da geografia cultural de língua inglesa e da paisagem na geografia dos países anglo-saxões, mas há de se destacar que os franceses não ficaram à margem das discussões, agregando a participação de Paul Vidal de La Blanche, Eric Dardel e, mais recentemente, Augustin Berque[6] (RIBEIRO, 2007, p. 14-16).

Neste sentido, ainda que Berque (2013, p. 26) considere que a paisagem não se reduz aos dados visuais do mundo, pois, para ele, esta é especificada pela subjetividade do observador – o que claramente o aproxima da simbologia da paisagem, ao invés do método morfológico utilizado por Carl Sauer e a Escola de Berkeley –, seu pensamento alcança certo ponto de equilíbrio e resume bem a questão. Para ele, a paisagem não é o "espelho da alma", nem um "sonho" ou "alucinação", pois, mesmo que aquilo que ela represente possa despertar algo imaginário (subjetivo e simbólico), é composta por objetos concretos (físicos e palpáveis) que, de fato, existem ao nosso redor e por isso "a paisagem está implicada na vida social (e reciprocamente), ela é condicionada [...] por relações sociais. Em suma, a paisagem é uma entidade relativa e dinâmica, onde natureza e sociedade, olhar e ambiente estão em constante interação", ou ainda:

> Dito de outra maneira, a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. Esta relação, que põe em jogo diversas escalas de tempos e de espaço, implica tanto na instituição mental da realidade, como na constituição material das coisas. É na própria complexidade deste cruzamento que se fixa o estudo paisagístico (BERQUE, 2013, p. 26).

Enfim, conforme aponta Ribeiro (2007, p. 31-32), por mais que a noção de paisagem seja secularmente abordada pela geografia, ainda precisa ser me-

5 De acordo com Ribeiro (2007, p. 14-16), Carl Suaer pode ser considerado o fundador da geografia cultural norte-americana e da escola que formada ao seu redor, em Berkeley, nos Estados Unidos. Ver mais sobre o assunto em: Ribeiro (2007) e Corrêa (1989 e 1995).

6 Além destes, destacamos autores como Michel Conan, Bernard Lassus, Alain Roger, Pierre Donadieu, o alemão Georg Simmel, entre outros, que se detiveram no entendimento da paisagem e tiveram parte de suas obras traduzidas e compiladas por Bartalini (2013a, 2013b). Com relação à "Geografia Cultural Tradicional", ou sobre a atuação de Carl Sauer e a Escola de Berkeley, ver mais em: Corrêa (1989 e 1995).

lhor esclarecida dentro da disciplina – bem como, a nosso ver, em outras áreas de atuação que possam se valer dela –, tanto que o autor menciona que a variedade de acepções "convivendo" em um mesmo contexto histórico "[...] muitas vezes contribui para uma confusão ao redor das definições do conceito de paisagem, fazendo com que geógrafos, como Richard Hartshorne[7], preferissem que fosse abandonado, por trazer mais confusão do que esclarecimento". Mesmo assim, o autor considera que essa diversidade "[...] demonstra [...] [que a temática] possui uma riqueza de possibilidades que não pode deixar de ser explorada, ao preço de um empobrecimento do próprio conhecimento humano". Ademais, os estudos contemporâneos que buscam identificar a relação entre paisagem e patrimônio cultural têm suas bases de reflexão na própria paisagem, pois nas análises realizadas por órgãos internacionais de proteção do patrimônio dos anos 1970 em diante[8] "[...] nota-se a presença forte de referências a trabalhos, seja daqueles ligados a Sauer e à Escola de Berkeley, seja aqueles ligados ao processo de renovação da geografia cultural".

No Brasil, segundo Nascimento e Scifoni (2010, p. 30-31), apesar de a proteção da paisagem ter sido prevista desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) através dos instrumentos legais de tombamento em 1937 – atualmente conhecido com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, foi somente através das discussões citadas em âmbito internacional e pelas novas regulamentações que, nos anos 2000, ocorreu uma renovação das práticas da instituição e possibilitou a utilização do conceito de paisagem cultural[9] como uma nova forma de proteção do patrimônio em esfera federal. Os documentos do IPHAN que regulam e direcionam as ações no que se refere à paisagem cultural no território brasileiro – sobretudo a Carta da Paisagem Cultural de 18 de agosto de 2007[10] e a Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009[11] –, conceituam-na, nas palavras das autoras, como "[...] uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza, relações essas que podem aparecer fisicamente [...] e/ou por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente", mas que "o caráter peculiar [...] de algum lugar, é o elemento essencial que faz com que determinada

7 HARTSHORNE, Richard. The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: AAAG, 1939. Ver mais sobre o assunto em: Ribeiro (2007).

8 Dentre as principais, é possível citar as convenções realizadas pela UNESCO a partir de 1972 e os trabalhos da Convenção Europeia da Paisagem, que ocorreram de 1994 em diante (NASCIMENTO e SCIFONI, 2010). Ver mais em: Ribeiro (2007).

9 Sobre este assunto, Ribeiro (2007, p. 110 e 112) esclarece que houve a intensificação nos anos 2000 das instituições de patrimônio cultural no Brasil com diversas iniciativas de incorporação do conceito de paisagem como um bem patrimonial, sobretudo a partir de novas perspectivas ao utilizar o qualitativo "cultural" unido à palavra "paisagem". Para ele "[...] a utilização da qualificação cultural à paisagem pode [...] ser uma boa estratégia para diferenciação de outras abordagens ligadas à paisagem, como aquelas que tratam a categoria a partir da ideia de panorama [...], muito utilizada nos primeiros anos de ação do IPHAN", mas ele ressalta que conforme estabelecido desde o início da discussão no século XIX e conforme preceitos da geografia cultural, "paisagem cultural é qualquer paisagem alterada pelo homem. Transformação essa que pode se dar em diferentes níveis [...]".

10 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Bagé, 2007. Ver mais em: Nascimento e Scifoni (2010) e Ribeiro (2013).

11 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 127 de 30 abr. 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Ver mais sobre o assunto em: Nascimento e Scifoni (2010) e Ribeiro (2013).

paisagem possa ser reconhecida como de importância cultural, portanto, passível de mecanismos de proteção", justamente por garantir "[...] uma identidade, capaz de diferenciá-la num contexto espacial mais amplo".

Um bom exemplo brasileiro em que apropriadamente se colocou em prática tal conceituação para a preservação de uma porção do território, enquanto paisagem cultural, é constatado na atuação de Flávia Brito do Nascimento e Simoni Scifoni no Vale do Ribeira de Iguape, onde as autoras – como participantes do corpo técnico do IPHAN em São Paulo nos anos 2000 – puderam realizar proposições a fim de valorizar e reconhecer as relações singulares entre a sociedade e a natureza do local[12]. Na ocasião, ainda que Iguape possuísse um dos mais bem preservados centros históricos de São Paulo e as características do sítio fossem coerentes com os critérios de preservação, a proteção em âmbito federal ainda não havia sido realizada. Desse modo, a proposta inicial de tombamento entendia a área urbana como parte dos processos históricos e culturais da região. Entretanto, ao serem consideradas as qualidades únicas do sítio, houve uma alteração na proposta de seu tombamento passando a compreendê-lo de maneira mais abrangente, ou seja, a partir dos conceitos da paisagem cultural[13]. E, assim, a proposta definitiva aceita pelo IPHAN em 2009 acabou por tombar os "[...] elementos edificados e naturais que historicamente produziram seu espaço urbano [Iguape] e hoje o conformam como memória e identidade, tal como legitimados pela população local [...]", ao mesmo tempo, tornou-se uma importante referência por ser precursora de uma renovação das práticas institucionais de preservação e por ter garantido maior participação da





Figura 15a-b
Conjunto histórico e paisagístico tombado pelo IPHAN, em Iguape-SP. Fonte: IPHAN ([entre 2009 e 2011?]).

12 De acordo com Nascimento e Scifoni (2010, p. 33-37), o Vale do Ribeira constitui-se de terras atendidas pelos rios da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, onde estão localizados 23 municípios do território paulista e outros do estado do Paraná. A importância do local resulta de sua paisagem singular e por reunir várias dimensões do patrimônio cultural, que estão intimamente relacionadas aos grupos sociais que se estabeleceram na região e produziram seus objetos materiais e cotidianos imateriais, como: edificações pertencentes aos núcleos urbanos do início da exploração colonial do ouro (século XVI), ou do plantio do arroz no período do Império (século XIX); bens naturais, representados pelas formações vegetais nativas presentes na Serra do Mar e na maior parte da baixada do Ribeira; manifestações culturais diversas, pelo fato de no local terem convivido diferentes grupos, como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, colonos estrangeiros (por exemplo, o território foi pioneiro ao receber imigrantes japoneses em solo brasileiro); e a presença de sítios arqueológicos, como os sambaquis costeiros e fluviais, e os sítios de tradição Umbu, predominantemente caçadores-coletores, e Itararé, que eram produtores de cerâmica/agricultores. Ver mais em: Nascimento e Scifoni (2010).

13 Segundo Ribeiro (2007, p. 107-109), embora passível de críticas, uma das primeiras aproximações do tema paisagem cultural entre as propostas brasileiras junto à UNESCO foi realizada na candidatura de Diamantina para sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Além disso, segundo o autor, até 2005 o Brasil tinha 18 bens indicados, mas até 2007 apenas o caminho do Ouro de Paraty e a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro ainda eram candidatas para inscrição na categoria de paisagem cultural. Mais recentemente, segundo uma matéria publicada pelo IPHAN em 27 de julho de 2021, além dos 23 bens brasileiros presentes na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO até o presente, o Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) – que possui 405.000 m² de extensão e abriga mais de 3.500 espécies de plantas localizado na Barra de Guaratiba, no Rio de Janeiro – "[...] foi reconhecido na categoria de Paisagem Cultural a qual se enquadram bens que referenciam a interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, resultando em uma paisagem natural modificada". Ver mais sobre o assunto em: Ribeiro (2007) e Sítio... (2021).

sociedade ao longo das etapas de análises e discussões[14] (NASCIMENTO e SCIFONI, 2015, p. 27, 34 e 36).

Dessa forma, tendo os conceitos e experiências sobre paisagem em mente[15] analisamos a fazenda Glória, nosso objeto de estudo, ao longo deste capítulo, lembrando que se trata de uma fazenda localizada em uma porção do território de Taquaritinga, e que a partir de suas especificidades naturais e resultantes da ação humana, nos permite, portanto, inseri-la nas discussões acerca do conceito de paisagem. Porém, não obstante tal paisagem tenha sido apreendida por diferentes povos ao longo dos anos, que imprimiram nela marcas de sua utilização com "adições e subtrações sucessivas" e que geraram "metamorfoses", nos termos de Milton Santos (2014), qualificá-la como uma paisagem cultural a ponto de merecer o tombamento, mesmo que municipal, talvez não seja assertivo, pois, ainda que tenha havido interação antrópica-ambiental, o conjunto preservado estaria longe das qualidades observadas, por exemplo, no processo de tombamento do Vale do Ribeira de Iguape – através do qual foram identificados e valorizados indícios singulares ambientais e de atuação humana, naquele território.

Sendo assim, mesmo que o sítio em que se localiza a fazenda Glória tenha sido ocupado por populações e atividades econômicas distintas – sobretudo pela cafeicultura a partir da segunda metade do século XIX –, sua paisagem passou por "metamorfoses" que acabaram por comprometer seu patrimônio material e imaterial; como veremos mais adiante, no local remanescem edificações abandonadas e/ou em estado de ruína, como a antiga tulha e casa de máquinas, casas de colônias etc., assim como o conjunto das instalações da propriedade não alcança o mesmo nível de sofisticação ou singeleza de antigos núcleos rurais cafeeiros da região de Araraquara[16]. Mas, apesar das ressalvas suscitadas ao observar com mais cuidado a questão de valor enquanto bem patrimonial do nosso objeto de estudo, a argumentação desenvolvida com mais ênfase neste capítulo da dissertação é de defesa da sua preservação, para que seja transmitido da melhor maneira possível às gerações futuras, ainda que não atenda aos critérios dos órgãos governamentais para sua proteção. Por esta razão julgamos indispensável aprofundar a discussão destacando maneiras de valorizar e, se possível, proteger a paisagem em que a fazenda Glória está localizada, notadamente devido às suas qualidades ambientais com remanescentes florestais nativos e nascentes, como veremos a seguir.

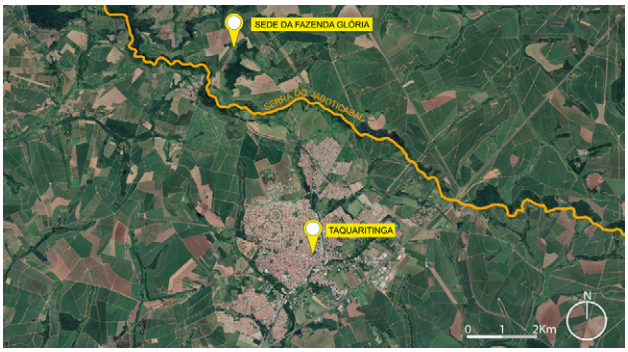
14 Ver mais sobre o assunto em: Scifoni e Nascimento (2010 e 2015).

15 Ver páginas 113 a 117.

16 Ao finalizar seu estudo sobre as fazendas de café localizadas na região de Araraquara, Benincasa (2003, p. 370) relembra que estas haviam sido construídas conforme tradições brasileiras do período colonial, como os engenhos de açúcar do Nordeste, e ao longo dos séculos XVIII e XIX, sobretudo as propriedades do Vale do Paraíba. Porém, novas técnicas construtivas, materiais e estilos arquitetônicos foram implantados com a cafeicultura e "[...] os fazendeiros souberam aproveitar-se das inovações tecnológicas disponíveis, aperfeiçoando suas propriedades, de modo a torná-las mais produtivas e eficientes, em conformidade com o espírito [modernizador] da época e com as exigências do mercado". Ver mais sobre o assunto em: Benincasa (2003).

2.2 A paisagem da fazenda Glória: qualidades, riscos ambientais e propostas para sua preservação

A fazenda Glória está localizada na porção norte do município de Taquaritinga, mais precisamente na Serra do Jaboticabal (**Figura 16 e 17**) – a qual Teresa Cristina Tarlé Pissarra (2018)[17] define como um importante "[...] divisor topográfico entre duas grandes bacias do Estado de São Paulo: a bacia hidrográfica do rio Tietê e a bacia hidrográfica do rio Pardo" –, e a uma altitude de 700 a 720 metros em relação ao nível do mar, ou, se cruzarmos os dados do IBGE 1958b (p. 340-343) com a Carta Topográfica de Taquaritinga produzida pela mesma instituição no ano de 1972, entre 180 a 200 metros acima da cota planialtimétrica da sede municipal (521 metros).



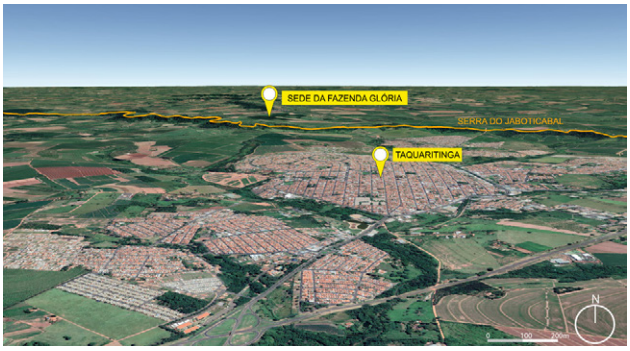


Figura 16a-b
Localização da sede da fazenda Glória em relação à área urbana de Taquaritinga-SP. Adaptado de Google Earth (2021).

Ademais, partes da fazenda Glória e da Serra do Jaboticabal são Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (ARL)[18] com remanescentes de Mata Atlântica nativa protegidos pela Lei nº 12.651 de 2012, assim

17 Profa. Dra. Teresa Cristina Tarlé Pissarra é engenheira agrônoma formada pela Unesp de Ilha Solteira, tem mestrado e doutorado em agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp, campus de Jaboticabal, onde atualmente é docente. Dentre outras atividades, realizou e orientou diversas pesquisas sobre a microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória.

18 Conforme as disposições da Lei nº 12.651/2012, as Áreas de Preservação Permanente (APP) são zonas protegidas, cobertas ou descobertas por vegetação nativa, que tenham a função de preservar a paisagem, os recursos hídricos, a biodiversidade, a estabilidade ecológica da fauna e flora, proteger o solo e garantir o bem-estar das pessoas (EMBRAPA, [entre 2012 e 2021a?]). Já a Área de Reserva Legal (ARL), conforme a mesma legislação, exige que todo imóvel rural seja obrigado a proteger uma área com cobertura vegetal nativa, conhecida por tal nome. Esta pode ser definida como uma área resguardada para garantir o uso sustentável dos recursos naturais, ajudar na recuperação de processos ecológicos e na conservação da biodiversidade. Seu tamanho depende da sua localização, isto é, se o imóvel está instalado em uma área composta por floresta é necessário ter 80% de reserva, se está em cerrado precisa ter 35% e 20% nas demais (EMBRAPA, [entre 2012 e 2021b?]).





Figura 17
Vistas da Serra do Jaboticabal, Taquaritinga-SP. Fonte: Acervo do Autor (2020).

como nascentes[19] que formam a microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória[20]. Esta microbacia, segundo Pissarra et al. (2009, p. 62), é uma das mais importantes para Jaboticabal por ser contribuinte do córrego Rico, o principal curso d'água deste último município, o qual está inserido no Comitê de Bacias do rio Moji-Guaçu de acordo com a Divisão Hidrográfica do Estado de São Paulo (ver **Figura 18**). Devido à topografia da região, a água é utilizada por Jaboticabal, conforme explica Pissarra:

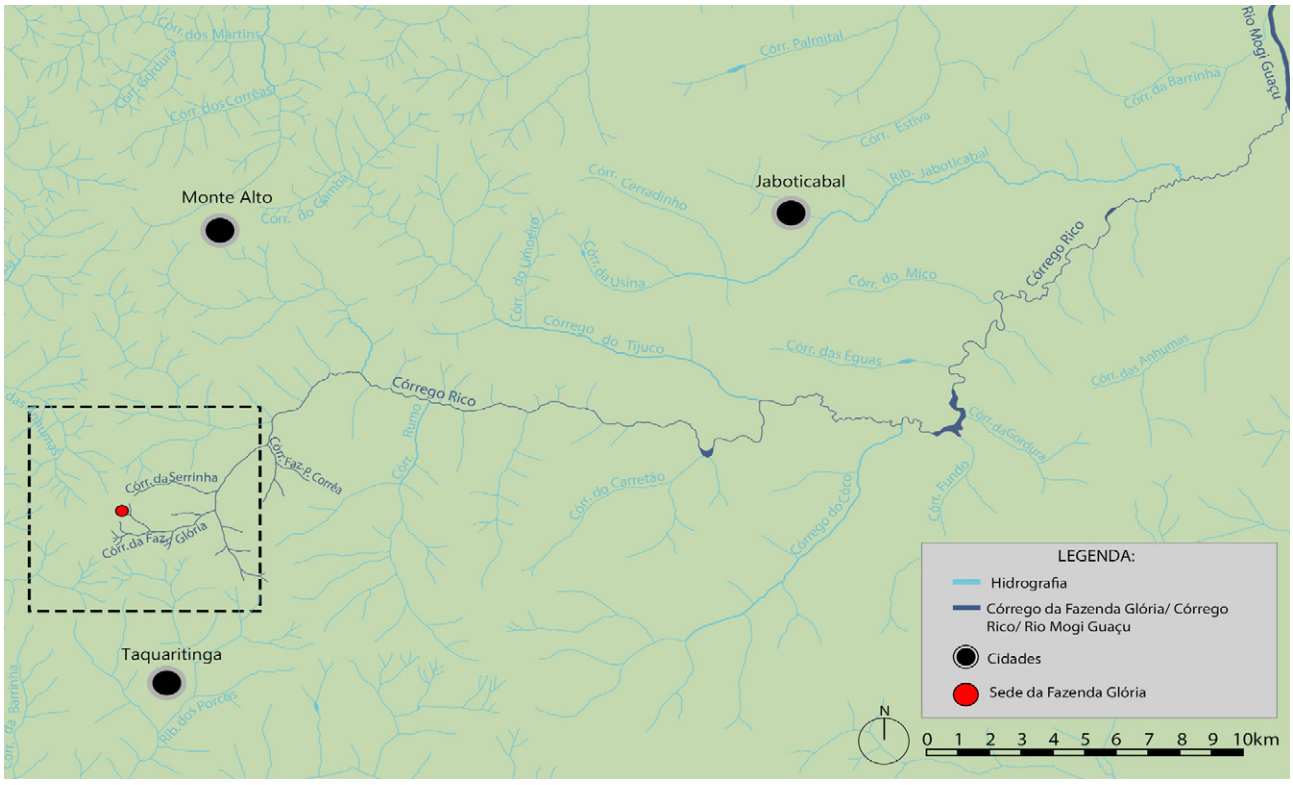


Figura 18a
Mapa da hidrografia local, com destaque para o córrego da fazenda Glória, contribuinte do córrego Rico e do rio Mogi Guaçu.
Fonte: Adaptado de Scorrar e Cococi (1927); Para produzirmos este mapa, além de utilizarmos o mapa base de Scorrar e Cococi (1927), nos valemos de vários dados coletados em nossa pesquisa oriundos tanto da base documental quanto dos depoimentos orais.

19 Segundo Rodrigues (2008, p. 9-10), "nascente" é o termo que utilizamos para designar um afloramento do lençol freático (camada saturada de água situada no subsolo), que origina uma fonte de água, geralmente, de boa qualidade, abundante e contínua; a água pode ficar acumulada e formar uma represa, e/ou escoar e originar cursos d'água. Ver mais sobre o assunto em: Rodrigues (2008).

20 De acordo com Rodrigues (2008, p. 3), o conceito de "microbacia" surge para designar uma unidade mais básica de estudo dos processos hidrológicos de determinado local. Assim, uma bacia hidrográfica é formada em um vale e por um corpo hídrico principal e seus contribuintes; e seus limites são dados por seus divisores topográficos e de água. Ver mais em: Rodrigues (2008) e Pissarra et al. (2009).

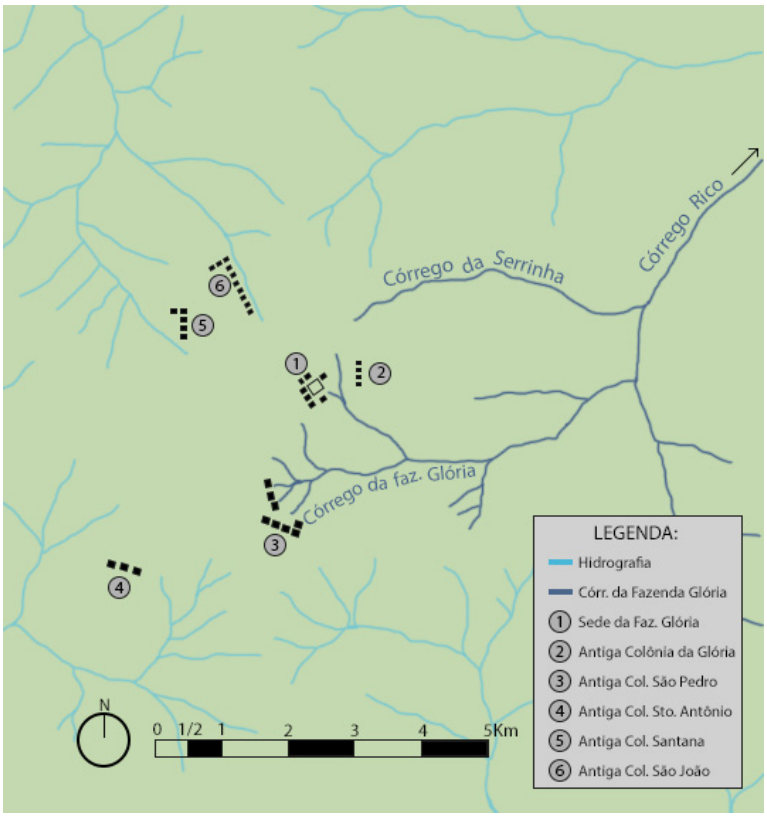


Figura 18b
Destaque para o córrego da fazenda Glória, contribuinte do córrego Rico e do rio Mogi Guaçu. Fonte: Adaptado de Scorrar e Cococi (1927); Para produzirmos este mapa, além de utilizarmos o mapa base de Scorrar e Cococi (1927), nos valemos de vários dados coletados em nossa pesquisa oriundos tanto da base documental quanto dos depoimentos orais.

A rede de drenagem da bacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória nasce na serra do Jaboticabal. [...] A bacia hidrográfica da fazenda Glória é composta de nascentes, e é considerada um manancial de água[...] da bacia hidrográfica do córrego Rico – que desagua na bacia hidrográfica do rio Moji-Guaçu, e esta desagua na bacia hidrográfica do rio Pardo, que desagua no rio Grande, que converge a sua água para o rio Paraná. Então [...] eu posso dizer que o manancial de água da sub-bacia do córrego da fazenda Glória é um manancial de água que contribui para a vazão da rede de drenagem do rio Paraná.

A localização [...] [da microbacia do córrego da fazenda Glória] *é no município de Taquaritinga* – Estado de São Paulo. Localiza-se na área Norte do município, na Serra do Jaboticabal, como disse, um importante divisor topográfico. Toda a água drenada ao Sul do município de Taquaritinga escoa para a bacia hidrográfica do rio Tietê. Quando eu entro na área do manancial da fazenda Glória, a drenagem já é realizada para o interior da bacia hidrográfica do córrego Rico e deste para o rio Moji-Guaçu. Portanto, essa bacia hidrográfica é um manancial de água de extrema importância para o Estado de São Paulo. [...] Além disso, o manancial de águas do local ainda guarda [...] fragmentos florestais de Mata Atlântica, algo que eu acho de extrema importância, também, para essa região (PISSARRA, 2018).

Neste sentido, Pissarra et al. (2009, p. 60-62) classifica a microbacia em questão como sendo de 4ª ordem de magnitude e constituída por sete microbacias hidrográficas de 2ª ordem e por duas de 3ª ordem, conforme o método de classificação hierárquica dos canais de drenagem e microbacias

desenvolvido por Robert E. Horton (1945)[21], posteriormente modificado por Arthur Newell Strahler (1957)[22], o qual se constitui para a autora como "[...] o primeiro passo para iniciar uma análise em uma bacia hidrográfica". Assim, pela proposição de Strahler (1957), os canais devem ser identificados a partir de "ordens", ou seja: os de 1ª ordem são os que não possuem ramificações entre si e, no geral, localizam-se em cotas superiores ou na cabeceira do sistema de drenagem; em seguida, se dois canais de primeira ordem se unirem, um segmento de 2ª ordem é formado; se dois destes últimos se encontrarem, dão origem a um de 3ª ordem e assim por diante (ver **Figura 19**) – lembrando que os canais de drenagem podem receber água daqueles de 1ª ordem e/ou superiores.

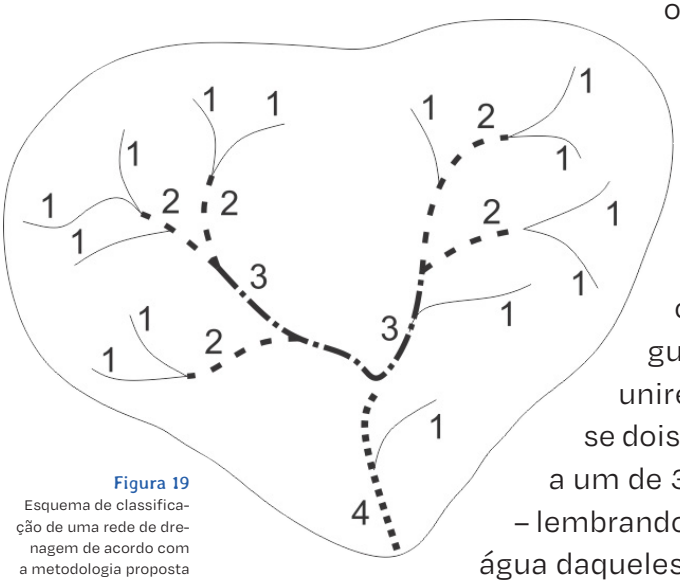


Figura 19
Esquema de classificação de uma rede de drenagem de acordo com a metodologia proposta por Strahler.
Fonte: Hidrotec (2013).

Além disso, e de um modo geral, a área em que a microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória está localizada é constituída por arenitos pertencentes à formação Bauru (Kb-cretáceo superior) – que apresenta material rochoso com cimento calcário ou normalmente argilosos –, enquanto o relevo é relativamente movimentado e pode apresentar colinas amplas e médias, declives longos e até forte ondulado em alguns locais. O clima, de acordo com a classificação de Köppen[23], é mesotérmico de inverno seco e verão chuvoso (Cwa), isto é, a média de temperaturas no mês mais frio é menor que 18ºC e a do mais quente ultrapassa 22ºC (graus celsius), e o índice de pluviosidade varia entre 1.100 e 1.700 mm (milímetros) por ano, sendo o período mais seco entre abril e setembro e o mais chuvoso de dezembro a fevereiro. O solo foi identificado como Argissolo Vermelho-Amarelo[24] e a vegetação nativa era originalmente composta pela Floresta Latifoliada Tropical, porém, ainda que haja remanescentes, hoje na microbacia há áreas com capoeiras, lavouras (cana-de-açúcar, citros etc.) e pastagens (COMISSÃO..., 1960, p. 10-11, 21-25; PISSARRA et al., 2009, p. 62; PISSARRA et al., 2004, p. 299; RODRIGUES, 2008, p. 41-42; SILVA, 2014, p. 23-25).

Ainda segundo Pissarra (2018), tais condicionantes da paisagem natural em que a microbacia está inserida – sobretudo devido à presença de remanescentes vegetais nativos que contribuem, especialmente, para intercep-

21 HORTON, Robert E. Erosional development of streams and their drainage basins: hidrophysical approach to quantitative morphology. Bulletin of Geological Society of America, Colorado, v.56, n.3, p.275-370, 1945. Ver mais sobre o assunto em: Pissarra et al. (2009).

22 STRAHLER, Arthur Newell. Quantitative analysis of watershed geomorphology. Trans. Am. Geophys Un. New Haven, v.38, p.913-920, 1957. Ver mais em: Pissarra et al. (2009).

23 KÖPPEN. Classificação climática de Köppen-Geiger. [1936?]. Ver mais em: Pissarra et al. (2009).

24 Citado por Pissarra et. al (2009) e identificado por: OLIVEIRA et al. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo. Campinas: IAC/ Embrapa, 1999. Mapa. Escala 1:500:000. Disponível em: <https://www.iac.sp.gov.br/solossp/pdf/mapa_pedologico_Solos_Estado_de_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021. Ver mais sobre em: Pissarra et al. (2009).

tar as águas pluviais e para a evapotranspiração, e pelo clima de temperaturas amenas com chuvas em um período específico do ano – permitem que suas nascentes tenham características intermitentes, isto é, liberem água ao longo de todo o ano. Isso ocorre, pois, além do escoamento superficial das chuvas, a água que infiltra no solo complementa o nível do lençol freático subterrâneo existente ou um "aquífero confinado"; contudo, as nascentes localizadas em terrenos mais elevados, quase que exclusivamente fazem brotar a água nos períodos de maior precipitação pelo fato de terem um maior volume armazenado no interior do sistema e, em meses mais secos, reduzem a vazão ou secam temporariamente, ao passo que as nascentes das partes mais baixas continuam a liberar a água que será drenada até o principal curso d'água da bacia hidrográfica, neste caso, o córrego Rico.



Figura 20
Vistas de uma das nascentes que dá origem ao córrego da fazenda Glória.
Fonte: Acervo do autor (2020).

> Bem, por que [a bacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória] [...] é importante? [...] Porque [...] é uma área de cabeceira com formação natural, drenada por um curso d'água principal onde a água do escoamento converge para esse manancial [córrego Rico]. Mas também, como a bacia hidrográfica é uma superfície de terra, ela tem uma profundidade, portanto é composta por um volume de terra, quando precipitam as águas da chuva [...] ocorre [...] a infiltração de água no sistema da bacia. Essa infiltração [...] vai complementar as águas que estão armazenadas ali, de acordo com o ciclo hidrológico da bacia ao longo dos últimos cinquenta mil anos. [...] Esses processos são de extrema importância, [...] porque na bacia ocorre a relação infiltração e deflúvio das águas. [...] ocorre a precipitação, as águas infiltram nesse volume de terra, abastece um lençol freático interno, que hoje a gente chama de aquífero confinado, e neste aquífero [...] é que [...] [será armazenada] a água que brota das nascentes.
>
> [...]
>
> Como a temperatura varia entre 18ºC e 22ºC [...], nota-se que estamos em um clima tropical [...] (chuvas em período anual específico; com temperaturas amenas) [que] favorece esse armazenamento de água no sistema, e a nascente é considerada intermitente: em todo o período anual ocorre a brotação de água [...]. Portanto, o que acontece muitas vezes: a água "brota" nas

cotas mais altas, superiores, nos períodos de alta precipitação (maior armazenamento de água no sistema, com precipitação mais intensa, ali por dezembro, janeiro e fevereiro); e nos períodos de seca, por volta de julho, agosto, a água brota nas cotas mais baixas, inferiores, ocorrendo uma variação de altitude na brotação de água dos reservatórios subterrâneos.

[...]

Nessa região, a área de mata é extremamente fragmentada. Então esses remanescentes florestais, na minha opinião, tem uma função ecológica de extrema importância na área. É um manancial de água tão importante, pois, além de ser caracterizado com fragmentos florestais de mata atlântica, pois, a água precipitada é interceptada pela cobertura vegetal com diversos estratos arbóreos, então quando a água precipita nesses estratos vegetais vão recebendo essas águas, escoando pelos troncos das árvores, o que contribui para o armazenamento de água no sistema, além é claro da evapotranspiração (PISSARRA, 2018).

Mesmo assim, Pissarra (2018) alerta sobre os danos causados pela cultura agrícola atualmente predominante na fazenda Glória, a cana de açúcar – aliás, nos arredores e em boa parte do interior paulista –, necessita de um manejo intensivo e o uso de maquinário nas etapas de preparo, cultivo, adubação, colheita etc., e quando tais máquinas e veículos se deslocam pelos caminhos e carreadores de terra, movimentam grande quantidade de partículas do solo, o que, sobretudo em períodos de maior precipitação, pode contribuir para a erosão, a contaminação e a perda de qualidade dos corpos hídricos. Não obstante, ainda de acordo com Pissarra, as pastagens e os remanescentes de mata nativa da fazenda Glória – bem como de propriedades próximas – podem diminuir a velocidade das enxurradas e amortizar os efeitos do setor produtivo, além de contribuir para a infiltração de água no sistema da bacia hidrográfica, o que é importante para o mantimento da diversidade da flora e fauna desta paisagem.



Figura 21
Culturas agrícolas (cana-de-açúcar, amendoim e limão), pastagens e matas (APP e ARL) da fazenda Glória.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Nas vertentes dessa bacia, à montante [acima] desse fragmento florestal, hoje a gente vê muito a condução do sistema agrícola de cana-de-açúcar. Entretanto, na fazenda Glória, tem uma área de pasto (pastagem) [...] [que] na minha opinião, contribui muito para que ocorra uma infiltração de água no sistema e [...] na contenção de água – quando se faz o manejo da cultura de cana-de-açúcar, que é extremamente intensivo, com máquinas agrícolas que se

> deslocam na superfície, há a movimentação de solo carreada por processos erosivos – ou seja, o sistema de pastagem tem a função de minimizar o processo erosivo e o sistema natural de mata, mais ainda. Então é como se fossem ambientes de contenção de água de enxurrada, em períodos de precipitação mais intensa. Nos canais naturais [...] ocorrem os processos erosivos naturais, decorrentes da queda da água e escoamento da água da chuva [...], ocorrem também [...] processos erosivos antrópicos, [...] [que] evoluem de acordo com o manejo inadequado do sistema agrícola.
>
> O solo presente no local tem um teor de areia alto, portanto ocorre um processo erosivo mais intenso, tendo em vista as atividades antrópicas. Porém, no caso da fazenda Glória, quando a água que escoa [...] [e] encontra uma área de pasto, a velocidade de escoamento da água diminui, pois a área de pastagem [...] [tem] cobertura vegetal mais uniforme, caracterizando um ambiente de impedimento para um escoamento intenso das águas das chuvas, o que diminui a velocidade do escoamento superficial da água e permite mais intensidade no processo de infiltração de água no sistema. Essa diferença entre os sistemas de infiltração de água [...] é que vai contribuir para o armazenamento de água na bacia hidrográfica e [...] para o volume de água dos canais de drenagem (PISSARRA, 2018).

Sobre o manejo da cana-de-açúcar, uma pesquisa realizada por Brunini et al. (2017, p. 173-175) na microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória – a qual objetivou avaliar os impactos da lavoura citada em sete canais de 1ª ordem, com nascentes, através da análise de parâmetros físicos e químicos – alcançou resultados relevantes sobre a qualidade hídrica no local, ainda que os pontos selecionados para coleta e análise não estivessem necessariamente inseridos dentro dos limites da fazenda Glória.

Quanto aos aspectos físicos, os autores (2017, p. 173-175) constataram que: I) a temperatura média das nascentes envoltas por mata ciliar era menor do que as desprotegidas (que tinham cerca de 9,9°C a mais), assim como a única água represada alcançou índices ainda maiores devido à própria movimentação restrita desta água, fator que pode afetar a dinâmica da fauna aquática; II) quanto à turbidez, foram colhidas amostras que ultrapassaram os valores máximos das resoluções nº 357/2005[25] e 430/2011[26] do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), refletindo depósito de partículas nos canais, o que aumenta a quantidade de material suspenso e dificulta a passagem de luz; III) por fim, a presença de sais (cálcio, magnésio, sódio etc.) interferiram na condutibilidade elétrica da água, pois houve casos que alcançaram valores entre 221 a 230 µS cm-1 (micro Siemens por centíme-

25 BRASIL. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>. Acesso em: 09 ago. 2021.

26 BRASIL. Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>. Acesso em: 09 ago. 2021.

tro), sendo que índices acima de 100 µS cm-1 "[...] indicam ambientes impactados e podem indicar características corrosivas da água".

Sobre as características químicas, Brunini et al. (2017, p. 175-177) identificaram que: I) o pH (potencial hidrogeniônico) de algumas amostras colhidas apresentaram acidez ou alcalinidade intensas (os menores valores encontrados ficaram entre 6,7 a 6,8 na escala), mas ainda dentro das normas que indicam uma "faixa ótima de pH" entre 6,0 e 9,0 para as águas; II) quanto ao oxigênio dissolvido, que é indispensável para a vida de microrganismos aquáticos, os autores encontraram nas nascentes não envoltas por mata ciliar, e na água represada, valores acima de 4 mg L-1 (miligramas por litro), o que não está de acordo com as normas vigentes e indicam "[...] o impacto do sistema produtivo de cana-de-açúcar [...]"; III) por fim, todas as nascentes tiveram quantidades máximas de nitrogênio[27] superiores aos limites permitidos pela legislação – 1,27 mg L-1 para água parada e 2,18 mg L-1 para água corrente –, especialmente uma delas não envolta por mata ciliar e que alcançou os maiores índices, entre 13,27 e 14,68mg L-1, o que significa que o local de coleta estava em eutrofização e diminuição da qualidade hídrica, pois "[...] o nitrogênio total é considerado um indicativo de contaminação, seja por fertilizantes, esgoto ou excretas de animais, portanto sua presença nos corpos d'água merece atenção quando se faz monitoramento dos parâmetros da água".



Figura 22a-b
Vistas de um incêndio ocorrido em agosto de 2020 na Serra do Jaboticabal, Taquaritinga-SP.
Fonte: Incêndio... (2020).



Figura 23a-b
Vistas dos danos ambientais após a extinção das chamas do incêndio na Serra do Jaboticabal ocorrido em setembro de 2019.
Fonte: Bohrer (2019).

O estudo deixou claro que as nascentes envoltas por mata ciliar apresentaram menor variação em parte dos parâmetros físicos e químicos, assim como suas águas alcançaram níveis qualitativos melhores em comparação com as demais. Neste sentido, Brunini et al. (2017, p. 178) sugerem que o

27 Segundo Brunini et al. (2017, p. 177), o nitrogênio é encontrado na água em forma de nitrogênio orgânico, amoniacal, nitrito e nitrato. Isso ocorre, pois, durante a precipitação e o escoamento superficial da água, o nitrogênio divide-se em duas formas: uma solúvel e outra particulada. Ver mais sobre o assunto em: Brunini et al. (2017).

manejo da cana-de-açúcar em microbacias hidrográficas seja realizado em períodos de menor precipitação, pois, dessa maneira, seria possível minimizar os efeitos causados pelas atividades do setor sucroalcooleiro e diminuir a quantidade de partículas carregadas e colocadas em suspensão nos corpos d'água – sem esquecer que, conforme comentado por Pissarra (2018), a vegetação contribui consideravelmente para manter a qualidade da água e para preservar os recursos hídricos existentes.

Ainda no âmbito dos impactos ambientais – não necessariamente dentro dos limites do objeto de estudo e/ou da microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória, mas nas proximidades e em áreas com vegetação nativa ou não – outra questão muito divulgada pela mídia local são os frequentes incêndios que ocorrem na Serra do Jaboticabal. Por exemplo, no dia 6 de setembro de 2013, o jornal *O Defensor* noticiou a atuação do Corpo de Bombeiros de Taquaritinga para conter a queimada ocorrida entre 31 de agosto e 1º de setembro daquele ano, quando foram devastados cerca de dez hectares compostos por vegetação e canaviais. Em entrevista, o comandante da instituição, Sargento Ramos, alertou que a recomposição das espécies da área ocorreria somente dentro de cinco anos, pois o incêndio havia alcançado proporções comparáveis somente com outro ocorrido em 2005, bem como defendeu a tomada de providências e a utilização de verbas públicas para o controle e a prevenção das queimadas – todavia, admitiu que não era possível precisar se o evento foi causado pelo homem, por isso o laudo técnico classificou a ocorrência como "fato desconhecido" ('PRECISAMOS..., 2013, p. 1).

Outra notícia veiculada também pelo *O Defensor* em 26 de setembro de 2014, diz que "os constantes incêndios na Serra preocuparam os vereadores, que se reuniram com segmentos da população para discutir as possibilidades de minimizar as queimadas [...]" (SANTUÁRIO..., 2014, p.1 e 3). Sobre a questão, procuramos um dos vereadores participantes dessas reuniões, Dr. Luís José Bassoli[28], que liderou uma articulação entre o poder público municipal, proprietários, instituições e a sociedade, a fim de promover encontros com vistas à tomada de medidas conjuntas para conter as queimadas na época. De acordo com o entrevistado, nas reuniões chegou-se à conclusão de que as principais causas dos incêndios eram atos criminosos e/ou negligentes da população, como o depósito de lixo, descarte de bitucas de cigarros, etc. Porém, não foi possível a implantação de medidas mais restritivas, pois a Serra é composta por propriedades privadas que estão em conformidade com o Código Florestal, isto é, uma lei federal superior na hierarquia legislativa:

28 Dr. Luís José Bassoli é advogado graduado pela Universidade Mackenzie, cursou pós-graduação em Globalização e Cultura na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, é pós-graduando em Didática do Ensino Superior pela UNIP. Foi professor de Direito e Legislação no Colégio Dr. Aimone Salerno e de Comércio Exterior na Fatec, foi vice-presidente da Subsecção da OAB, presidente da Câmara Municipal e é professor e Diretor-Adjunto do Colégio Objetivo, todos em Taquaritinga-SP.

> Nessa época eu era presidente da Câmara, se eu não me engano em 2014-2015, e houve um período de muitas queimadas na Serra do Jaboticabal. [...] Então a gente fez várias reuniões [...] debates internos, em uma comissão de meio ambiente da Câmara [...] pra tentar encontrar uma solução ou uma forma de contribuir para o fim das queimadas. E aí ouvimos a OAB, o Ministério Público, o Corpo de Bombeiros, o Corpo de Bombeiros de Ribeirão Preto, o IBAMA, a Fatec, associações ambientais [...] e o que a gente se deparou ali, em uma dificuldade grande, é a questão de que a Serra é dividida em propriedades privadas [...]. A gente pensou em fazer uma APP [Área de Proteção Permanente], uma APA [Área de Proteção Ambiental], mas não conseguimos chegar nesse acordo, por quê? A lei municipal [...] tem autonomia para legislar sobre assuntos de interesses municipais, porém tem uma lei superior, que é uma lei federal, o Código Florestal, que já regra a questão da proteção ambiental, que é a questão das reservas obrigatórias que as propriedades têm que ter [...]. Então, cada proprietário [...] preservando essa sua área, ele está cumprindo a lei e, então, a Câmara não pode fazer uma lei que sobrepõe [...] à legislação federal, porque aí o proprietário vai alegar na justiça que ele está cumprindo a ordem da legislação federal sobre o mesmo tema. Se fossem temas diferentes, tudo bem, mas como seriam os mesmos aí não tem como. Então, a dificuldade que se chegou foi essa: a da impossibilidade do setor público municipal preservar a Serra sem a anuência, ou a contribuição dos proprietários.
>
> [...]
>
> [...] No nosso caso, ou o incêndio é criminoso [...] ou ele é fruto da devastação ambiental, ou da negligência de alguém que deixou ali um toco de cigarro, ou [...] uma garrafa de vidro, ou até uma garrafa pet com um pouco de água dentro, o que, aparentemente, é uma loucura, mas os bombeiros disseram que não; porque em um local de tempo seco, o sol em um certo ângulo no fundo dessas garrafas faz uma lente, e se der uma ventania assopra a brasa e pega fogo. [...] Além desses, também se cogitou do trem, que passa ali muito perto e, talvez, quando chega perto de Taquaritinga e tem que diminuir a velocidade, porque passa dentro da área urbana, nessa diminuição de velocidade o freio pode gerar uma faísca; não há comprovação, é só uma especulação, mas também não foi descartado. Então, essa questão do fogo, são essas as possíveis causas principais. E também, a dificuldade de atuar em uma área privada (BASSOLI, 2021).

Figura 24
Bombeiros controlando a expansão de incêndios com o auxílio dos aceiros, no Parque Nacional das Emas, em Goiás.
Fonte: Aceiros... (2016); Esta imagem, encontrada em uma reportagem do G1, consta de uma publicação de setembro de 2016 no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8353-aceiros-ajudam-a-evitar-incendios-florestais. Acesso em: 24 ago. 2021.



Ainda segundo Bassoli (2021), uma possibilidade para proteger legalmente a Serra na esfera municipal seria através da desapropriação de parte das áreas rurais, o que implicaria em indenizar os proprietários, mas isso se mostrou financeiramente inviável de ser praticado pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga no período. Sendo assim, as reuniões que o entrevistado liderou orbitaram no sentido de encontrar alternativas que não onerassem demasiadamente os cofres

públicos e que pudessem conscientizar e envolver as pessoas interessadas – foi tentado, inclusive, um consórcio entre os municípios próximos, mas não foi adiante. Entre as soluções, estava a execução de "aceiros" (ver **Figura 24**), isto é, a introdução de uma série de trilhas em pontos específicos da mata, que deveriam ser roçadas constantemente, para evitar a propagação de novos incêndios:

> É... transformar isso em uma área de proteção ambiental municipal teria que indenizar [...] os proprietários, então, por questões financeiras e econômicas do município, não tinha como. Então, foi feito, um caminho do meio, que foi uma parceria entre os proprietários que autorizaram a entrada do município em algumas áreas privadas para proteger, ajudar no combate ao incêndio quando ocorresse e na preservação para que não houvesse novos incêndios. Disso foi feito um projeto, que chegou a ser executado em partes, que nos propusemos a fazer um tipo de um quadrante nas regiões e abrir trilhas no meio da mata, que é o que, tanto o caipira quanto os policiais e o Corpo de Bombeiros, chamam de 'aceiro'. O que é isso? É como se fizesse uma viela, uma trincheira, vamos dizer assim, fazendo um quadrante e separando as áreas; se pegar fogo numa área, o aceiro ajuda para que essa faísca não pule para outra área e queime somente aquela. Em muitos lugares esses aceiros são feitos para as queimadas programadas, né? Faz o aceiro e põe fogo naquele lugar [...]. Mas não é o nosso caso aqui [...]
>
> [...]
>
> [...] outra linha que a gente tentou, mas isso teve mais dificuldades, de se criar um consórcio multi-municipal pra se discutir a questão da Serra, né? Acho que os três maiores municípios... porque tem os menores, Taiaçú, Taiúva e alguns outros, que a Serra chega um pouco até ali e a gente entende que tem maiores dificuldades, mas Taquaritinga, Monte Alto e Jaboticabal poderiam criar um fórum permanente [...] de debates sobre a preservação da Serra. Mesmo que não se entrasse na questão legal, na obrigatoriedade, mas que esse assunto não viesse à tona só quando tivesse os grandes incêndios... para que fosse um debate perene sobre a proteção ambiental da Serra. [...]
>
> [...]
>
> [...] avanço houve, foi claro, na preservação e na conscientização. Houve uma mobilização da sociedade, o interesse público [...]. A gente conseguiu conscientizar. Porque, uma preocupação dos proprietários era eles serem [...] tidos como inimigos do meio ambiente [...]. O que não é verdade, porque os proprietários ali, a maioria, são ambientalistas e preservacionistas... não tem ninguém ali que fuja disso. Então, a gente quebrou essa resistência de parte a parte... porque os proprietários também viam os ambientalistas como inimigos, porque era sempre cobrança

> e as pessoas não viam o gasto que eles tinham com as áreas de proteção (BASSOLI, 2021).

Por fim, ainda perguntamos a Dr. Luís José Bassoli (2021) se chegaram a ser aferidos dados que comprovassem a diminuição dos incêndios com a implementação das medidas propostas nas reuniões. Ele admitiu que tais informações não foram tomadas, mas confirmou que houve um maior acompanhamento do poder público e da população no período, o que não foi continuado pelas administrações seguintes. Ainda lhe perguntamos se, em sua opinião, os incêndios haviam aumentado após sua saída da Câmara Municipal em 2016. Ele considerou difícil precisar isso, pois fatores climáticos também podem influenciar, porém, acredita que o trabalho de prevenção deveria ter sido continuado porque se trata de um desastre ambiental que irá ocorrer ano após ano e, portanto, a prevenção é uma das melhores maneiras de diminuir tais ocorrências:

> A gente não tem os dados. Teve um acompanhamento, mas, depois, eu saí da Câmara, não fui reeleito, então não acompanhei. Mas acompanhei que a Câmara não acompanhou mais todo aquele trabalho que nós fizemos, que não foi uma audiência pública somente, mas uma sequência de debates, ouvimos os proprietários... então foi um trabalho em que a sociedade participou. Teve até um grupo [...] de jovens muito interessados na preservação ambiental. Porque o cara que pratica o esporte radical, que faz trilha ou de moto ou de bike, e esse pessoal dos voos livres [...] a maioria é preservacionista [...] pelo contrário, conforme eles vão passando eles vão retirando o que eles veem de sujeira, levam sacos plásticos... são bem conscientizados. Então eles contribuíram nessas conversas [...]
>
> [...]
>
> É difícil. Eu não posso falar isso [dizer se aumentaram os incêndios após deixar o cargo público]. É porque, às vezes, têm períodos que têm grandes queimadas e outros que não. Então são muitos fatores... mas eu acredito que se deixar sem fazer nada, a chance [...] de aumentar os incêndios é óbvia. Se não tiver uma fiscalização, um controle, como foi feito daquela vez... se não mantiver os aceiros limpos [...], pois precisa sempre ficar limpo e a gente tinha a ajuda dos voluntários, das ONG's, para manter esses aceiros limpos [...] mas, infelizmente, não se deu sequência a esse trabalho.
>
> [...]
>
> [...] Tem que regar a plantinha, né? A gente "startou", que é um termo que se fala aí, demos início a um processo que era pra ser contínuo, pra sempre. Porque é um problema que não vai acabar! Ele vai parar e voltar! Na época que abaixou os incêndios, acabou tudo, e nós saímos da Câmara e eu não vi ninguém querendo representar esse assunto na gestão que nos sucedeu, isso caiu em

> esquecimento. Agora, certamente quando tiver um próximo incêndio grande lá na Serra a gente vai ver o tema voltar. Pequenos incêndios sempre vai ter, mas naquela época teve incêndios de grandes proporções, e foi perigoso mesmo porque a população rural dali chegou a ser afetada, foi isso que levou a essa ampla discussão [...] (BASSOLI, 2021).

Ao buscar dados sobre a atuação municipal na prevenção dos incêndios desde 2016, encontramos as matérias publicadas pelo jornal *Tribuna* em 27 e 29 de agosto de 2019 que noticiaram uma nova queimada de "grandes proporções" ocorrida na noite do dia 26 daquele mês e que causou a destruição de cerca de 10 quilômetros de extensão (Km) de área verde e plantações de eucalipto, a qual foi controlada pelo Corpo de Bombeiros e demais voluntários (EM TAQUARITINGA..., 2019; INCÊNDIO..., 2019). Além disso, mais recentemente o jornal *O Defensor* veiculou, em 27 de setembro e 20 de outubro de 2020, novas matérias de denúncias incluindo a necessidade de discutir medidas de prevenção dos incêndios no local:

> Um declarante compareceu na tarde de segunda-feira (19) na Delegacia de Polícia local, informando que, na data de 6 de outubro de 2020, um incêndio verificado na Serra do Jabuticabal, tendo o fogo se alastrado, atingindo uma propriedade rural, queimando oito alqueires de plantação de cana-de-açúcar. [...] (FOGO..., 2020).

> É só chegar este período do ano que as páginas do jornal O Defensor registram diversas e mais diversas matérias a respeitos das queimadas e incêndios que acontecem em mato, terrenos, áreas rurais, reservas ambientais e principalmente na nossa querida Serra do Jabuticabal.
>
> Neste ano de 2020 a situação não é muito diferente, diariamente estamos acompanhando focos de incêndios pelos quatro cantos da Cidade [...].
>
> [...]
>
> O fato tem chamado à atenção de todos, [...]. Já passou da hora da população em geral, juntamente com os governantes abraçarem essa causa e trabalharem juntos para evitar os focos de queimadas.
>
> Nossa cidade é uma das poucas que pode encher a boca para falar que tem uma área verde tão importante e de certa forma preservada como a Serra do Jabuticabal. Com ampla vegetação e com locais de difícil acesso, a Serra do Jabuticabal também precisa de cuidados e atenção.
>
> A formação e a reativação de grupos para a manutenção da área verde é de suma importância para a sua preservação. Por diversas vezes reuniões já foram feitas buscando uma solução para a nossa querida Serra, mas tudo não passou de bate papo e infelizmente em alguns pontos a busca pela visibilidade política da situação.

> Nossa saúde já não aguenta mais tanta fumaça. Algo efetivo precisa ser feito o quanto antes! Pois da forma que está, as próximas gerações podem não conhecer esse lindo cartão postal de nossa Cidade (BAGLIOTTI, 2020).

À parte das medidas que tentaram ser adotadas pelo poder público municipal de Taquaritinga, ao longo dos últimos trinta anos também foram realizadas e discutidas propostas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) com o intuito de considerar a Serra do Jaboticabal como uma Área de Proteção Ambiental (APA), isto é, para que sua extensão territorial e seu ecossistema fossem preservados e resguardados legalmente pelas pré-disposições da categoria[29] – o que, por fim, não foi aprovado, como veremos. A primeira proposição foi feita pelo deputado estadual Junji Abe, através do Projeto de Lei nº 516 de agosto de 1992, que justificava a necessidade de preservar a flora composta por vegetação nativa, a fauna constituída de espécies em risco de extinção e a "beleza natural" das *cuestas*, escarpas, encostas, mananciais, etc., presentes na Serra do Jaboticabal. Assim como seu Artigo 4º, abria a possibilidade para que, se implantada a APA, o Poder Executivo Municipal pudesse realizar convênios para "[...] evitar ou impedir o exercício de atividades causadoras da degradação da qualidade ambiental [...]". O projeto discutido na sessão de 11 de agosto daquele ano, mas foi arquivado em janeiro de 2000 nos termos da Resolução nº 801/99[30] (SÃO PAULO, 1992).

Outro Projeto de Lei, protocolado sob o nº 177 e baseado naquele primeiro, foi apresentado pelo deputado Dimas Ramalho em 2001 também com vistas à instituição da APA da Serra do Jaboticabal, sob as mesmas justificativas anteriores. Pelo que pudemos identificar, a proposta entrou em pauta em abril daquele ano e foi apreciada em outras cinco sessões até 2003, tendo sido aprovada com emenda pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) através do Parecer nº 777/2003; tal retificação deveria ser aplicada ao Artigo 4º do Projeto de Lei para ser mais claro que, ao implantar a APA, o Poder Executivo deveria regulamentar "[...] o processo de consulta pública de que trata o §2º do art. 22 da Lei federal nº 9.985/2000, podendo [...] celebrar

29 Segundo Mattos et al. (1997, p. 220), entre as diversas categorias de Unidades de Conservação (UCs) existem as Áreas de Preservação Ambiental (APA's) que foram instituídas pela Lei Federal nº 6.902 de abril de 1981 e, pelas disposições do Artigo 1º da Resolução nº 10 de dezembro de 1988 do CONAMA, são consideradas unidades de conservação destinadas a proteger os sistemas naturais e os ecossistemas regionais. Ou, nas palavras dos autores, seu "[...] objetivo principal é conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais, pela adequação das atividades antrópicas às características da área. Isto significa que as APAs podem incluir propriedades privadas [...] e [...] não impedem o desenvolvimento de uma região" e podem orientar as atividades a serem realizadas e, ao mesmo tempo, evitar a degradação do ecossistema. Entretanto, os autores consideraram no momento da realização de seu estudo que estas existiam "[...] apenas no papel e não chegaram a uma implantação prática devido à limitações logísticas, institucionais, falta de articulação e comunicação entre os agentes envolvidos no processo, recursos humanos e materiais inadequados, incompatibilidade [...]", entre outros motivos, e citaram que na época do estudo as exceções deste quadro eram as APA's de Descalvado, de Corumbataí-Botucatu-Tejupá (SP) e da Serrinha do Alambari-RJ. De acordo com os dados constantes no Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, do Cadastro Nacional das Unidades de Conservação (CNUC) apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), demonstram que até junho de 2021 havia 381 APA's distribuídas pelos biomas brasileiros – sendo que 37 (9,71%) delas pertenciam à esfera administrativa federal, 201 (52,76%) à estadual e 143 (37,53%) à categoria municipal –, porém, apenas 180 (47,24%) do total eram assessoradas por um conselho gestor e somente 86 (22,57%) possuíam um plano de manejo, o que vai ao encontro dos apontamentos feitos por Mattos et al. (1997) e demonstra que a maioria das APA's não possui uma articulação integrada entre os agentes envolvidos e a implementação de planos de manejo para sua conservação. Para mais informações sobre, ver: Mattos et al. (1997) e CNUC (2021).

30 Conforme o Artigo 1º, "caput", da Resolução nº 801 de 18 de outubro de 1999, os Projetos de Lei apresentados em legislatura anterior e ainda não deliberados pelo Plenário deveriam ser arquivados, excluídos os de autoria do Governador do Estado, dos Tribunais estaduais e do Procurador-Geral de Justiça. Para mais informações, ver: São Paulo (1999).

convênios com o objetivo de evitar ou impedir o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental" (SÃO PAULO, 2003a), isto é, de acordo com o inciso segundo do Artigo nº 22 da Lei, "a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento" (BRASIL, 2000).

Contudo, conforme o Parecer nº 778 de 2003, devido à Comissão de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) não ter se manifestado dentro do prazo regimental, foi necessário designar uma relatoria especial para examinar o Projeto de Lei – função que foi ocupada pela deputada estadual Rosmary Corrêa. Na ocasião, a relatora solicitou que a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) produzisse um parecer técnico sobre o projeto e, após avaliação do material e pelas informações adquiridas junto aos departamentos de Planejamento Ambiental Aplicado (DPAA) e Estratégico (DPAE), que mostraram que os limites propostos pelo Projeto de Lei abrangeriam "[...] apenas o front da cuesta do Planalto Residual de São Carlos, [...], cuja proteção é garantida atualmente pelo artigo 2º do Código Florestal (4.771/65)[31] e pelo Decreto Federal nº 750, de 10/04/93[32], que trata de vegetação nativa", a comissão considerou que "[...] o território proposto para essa Unidade de Conservação é inadequado para uma APA [...]" e se posicionou contra sua aprovação e da emenda ao convergir com o §2º do Artigo nº 22 da Lei federal nº 9.985/2000, que "pede que a criação destas unidades de conservação seja precedida de estudos técnicos e consulta pública que permita identificar a localização, dimensão e o limite mais adequado para a unidade, exigência esta que deve ser respeitada". Por fim, a proposta foi arquivada para se adequar aos termos da Resolução nº 875/11[33] (BRASIL, 2000; SÃO PAULO, 2003b).

Um novo Projeto de Lei foi protocolado sob o nº 1281 em 2003 pelos deputados estaduais Ricardo Castilho, Giba Marson e Afonso Lobato com as mesmas prerrogativas. Porém, ainda que sob praticamente as mesmas bases dos projetos anteriores, é possível identificar que este passou por revisão e atualização. Por exemplo, o Artigo 3º instituía que a implementação da APA seria "[...] coordenada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, em colaboração com os órgãos da Administração Estadual [...] ligados à preservação ambiental, com o Executivo e o Legislativo dos Municípios e com a comunidade local" e apresentaram as atividades que deveriam ser evitadas para

31 Este foi revogado pela Lei nº 12.651, de maio de 2012, que trata sobre a proteção da vegetação nativa, entre outras providências. Para mais informações ver: Brasil (2012).

32 Este também se encontra revogado pelo Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, o qual regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que aborda sobre a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica. Para mais informações ver: Brasil (2008).

33 Segundo o Artigo 1º, "caput", da Resolução nº 875 de 14 de junho de 2011, deveriam ser arquivadas as propostas de emenda constitucional, projetos de lei complementar e demais documentos apresentados até 14 de março de 2003 e que ainda tinham sido analisados pelo Plenário da ALESP, com exceção dos de autoria do Governador e demais. Para mais informações, ver: São Paulo (2011).

a preservação do local[34]. Verificamos que em dezembro de 2003 o projeto foi publicado no Diário Oficial da ALESP, distribuído para a CCJ e a CDMA em fevereiro de 2004, bem como encaminhado à SMA em março do mesmo ano, não obstante, em 30 setembro de 2005 os autores entraram com um requerimento para reexaminar a proposta, que foi retirada em 5 de outubro daquele ano e arquivada em abril de 2007 (SÃO PAULO, 2003c).

Antes mesmo deste último projeto ter sido devolvido para reavaliação e retirada, os mesmos autores protocolaram um novo com a mesma proposição, sob o nº 649, o qual entrou no Diário Oficial da ALESP no dia 12 de setembro de 2005, sendo colocado em pauta em outras cinco sessões daquele mês. Não é possível afirmar os motivos que levaram a essa decisão, mas verificamos que essa proposta foi a que melhor reuniu os dados necessários – como uma melhor delimitação da área a ser protegida, com as microbacias existentes e a quais bacias hidrográficas pertenciam, talvez um esforço por parte dos deputados para que fosse finalmente aprovado –, pois conforme o §1º do Artigo 2º do Projeto de Lei, a área da APA da Serra do Jaboticabal seria definida "[...] a partir da linha formada pela encosta da serra e pelo resultado da soma de doze microbacias hidrográficas situadas no encontro de três Unidades [Hidrográficas] de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo" tendo, ao todo, "[...] uma área de 459,79 km², um perímetro de 118,9 km [...]"[35]. Através do histórico de tramitação, verificamos que o Projeto de Lei foi distribuído para as CCJ e CDMA em 4 de outubro de 2005 e, em 7 de dezembro daquele ano foi encaminhado à SMA para que o órgão se manifestasse. Entretanto, assim como as proposições anteriores, o projeto passou por diversos pareceres, devoluções e relatorias até, por fim, ter sido arquivado no dia 25 de setembro de 2008 (SÃO PAULO, 2005).

Pelo que pudemos verificar não houve a continuação de medidas para restringir atividades danosas à fauna e à flora, bem como aos mananciais e cursos d'água presentes na Serra do Jaboticabal pelas administrações públicas dos últimos anos e tampouco houve o encaminhamento de outras propostas em âmbito estadual para a criação da APA no local. Porém, há de se destacar que, em 2017, foi aprovada uma Lei Ordinária[36] pela Câmara Mu-

34 Conforme o Artigo 4º do Projeto de Lei citado, a proposta procuraria evitar a realização das atividades que: tivessem potencial poluidor e que pudessem impactar mananciais, as águas, o solo e o ar; precisassem de terraplenagem e/ou abertura de canais que alterassem as condições ecológicas; tivessem a capacidade de provocar erosão ou o assoreamento dos cursos d'água; e ameaçassem a fauna e flora (SÃO PAULO, 2003c). Para mais informações, ver: São Paulo (2003c).

35 De acordo com o Projeto de Lei nº 649 de 2005, a área delimitada é composta por: 1) a encosta da serra, que abrange os municípios de Monte Alto, Jaboticabal, Taquaritinga, Pirangi e Taiúva, sendo que sua extensão foi minuciosamente detalhada no corpo do projeto; 2) as microbacias do ribeirão da Onça, do ribeirão da Tabarana, do córrego São José do Taiaçu e a do rio Turvo, que são contribuintes da bacia hidrográfica do Turvo/Grande; as microbacias do córrego do Tijuco, do córrego do Gambá, do córrego Rico, do córrego do Rumo, inseridas na bacia hidrográfica do Moji-Guaçu; as microbacias do córrego da fazenda Santa Maria; a do Ribeirãozinho; e a do ribeirão da Jurema pertencentes à bacia hidrográfica do Tietê/Batalha. Para mais informações, ver: São Paulo (2005).

36 Recentemente entrou em vigor a Lei Ordinária nº 4.479 de 6 de dezembro de 2017 que "dispõe sobre a Política de Identificação, Catalogação, Recuperação e Proteção de Nascentes de Água e Fragmentos de Matas Remanescentes, no Município de Taquaritinga, e dá outras providências". Para tanto, os Artigos 3º, 4º e 5º predispunham que o poder público estaria autorizado a celebrar convênios com municípios e órgãos públicos estaduais e federais, bem como poderiam ser feitas parcerias com organizações civis. Porém, na prática, não se verificou mudanças significativas para com a preservação da biodiversidade municipal tendo em vista os estudos que apontamos e pelas matérias publicadas em jornais locais. Para mais informações ver: Taquaritinga (2017).

nicipal de Taquaritinga relacionada à causa ambiental, não obstante, e ainda que muito bem-vinda, a legislação ainda é pouco efetiva na preservação da biodiversidade local, especialmente na referida Serra que continua a ser atingida por queimadas, enquanto seus mananciais e nascentes ainda são afetados pelo manejo inadequado da lavoura de cana-de-açúcar – conforme constatamos nos jornais locais, especialmente entre os anos de 2019 e 2020, e no estudo de Brunini et al. (2017).

Além dos aspectos que impactam a biodiversidade local, há, ainda, outra variável resultante da ação antrópica que pode ameaçar os elementos compositivos desta paisagem: a expansão urbana impulsionada pela especulação imobiliária, um fenômeno contemporâneo atuante na maior parte das cidades brasileiras e mundiais. Não obstante em um contexto totalmente diferente do que ocorre, por exemplo, com a Grota do Bixiga – localizada em uma região densamente urbanizada da capital paulista e que é parte integrante de uma paisagem de significativa importância natural e cultural, mas atualmente está sendo cotada para receber empreendimentos que podem afetar e até comprometer sua existência[37] –, que apesar das diferenças de contexto e guardadas as devidas proporções, podemos utilizá-la como parâmetro do que poderá ocorrer futuramente com a Serra do Jaboticabal,

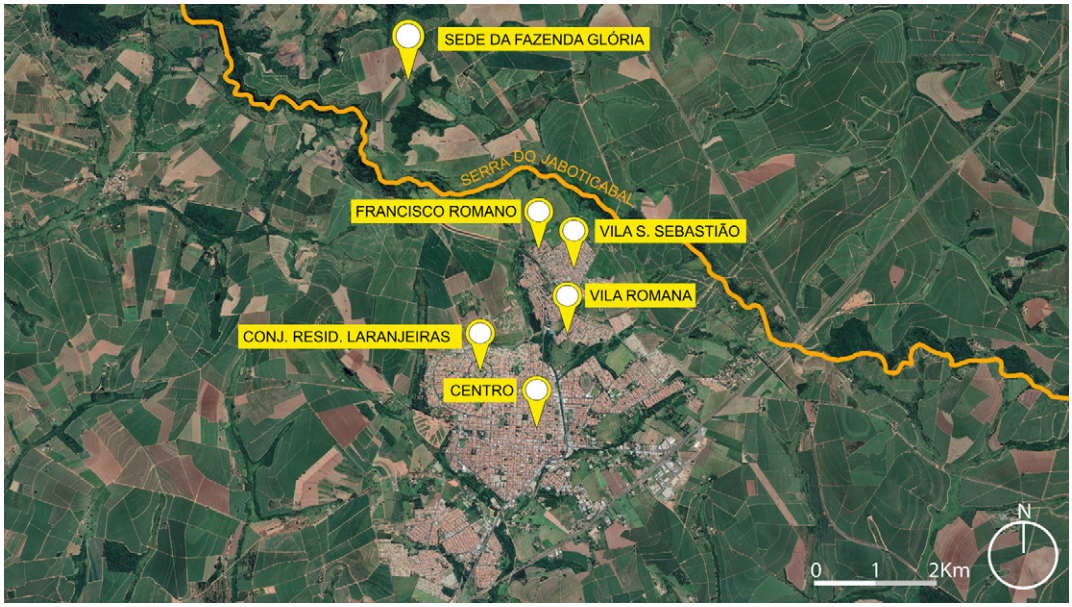


Figura 25
Indicação dos bairros de Taquaritinga surgidos no eixo de expansão urbana entre a área central da cidade e a área da Serra do Jaboticabal e da fazenda Glória.
Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

37 A Grota do Bixiga localiza-se no bairro da Bela Vista, em São Paulo, e está inserida na sub-bacia do córrego Saracura Pequeno, que, por sua vez, é delimitada pelo espigão da Avenida Paulista, pelo Morro dos Ingleses e pela Avenida 9 de Julho, em sua parte mais baixa. Além de suas qualidades ambientais, pois a região possui nascentes que são contribuintes do curso d'água citado, esta foi ocupada paulatinamente ao longo do século XX, por exemplo, por ter sido local onde foram formados quilombos e cortiços, e chama atenção por sua riqueza cultural, também por ter sido o local onde foi fundada a Escola de Samba Vai-Vai. Tanto é que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) de São Paulo realizou os primeiros estudos para uma primeira delimitação da área nos anos 1970, que igualmente recebeu uma proposta de reabilitação urbana feita pelo escritório do arquiteto Paulo Mendes da Rocha em 1974; entre 1983 e 1985 o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura de São Paulo realizou um inventário do patrimônio ambiental, cultural e urbano do bairro, que resultou no início dos estudos para seu tombamento, que ocorreu no ano de 2002 de acordo com a Resolução 22/2002 do DPH/ Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). Porém, em 2021 foram aprovados vários empreendimentos junto ao Conpresp em áreas muito próximas às nascentes, o que gerou ampla mobilização popular por moradores do Bixiga e de organizações populares (sobretudo O Coletivo Salve Saracura), pois, desde o tombamento já havia previsão de restrições de gabarito, existência de áreas envoltórias que protegeriam, em conjunto, toda a paisagem urbana da Grota. No caso de persistirem no objetivo de implantar tais empreendimentos, poderão gerar sérios problemas futuros, pois as encostas verdes são fundamentais para a proteção das nascentes, o controle da temperatura urbana, a diminuição da velocidade das enxurradas e, principalmente, abrir precedentes para outras ocorrências semelhantes (GUERRA, 2012; GROTA..., 2021; MUNIZ, 2010). Para mais informações ver: Guerra (2012), Grota... (2021) e Muniz (2010).

como também com a fazenda Glória, se a malha urbana de Taquaritinga continuar a se expandir, sobretudo em sua direção, como vem ocorrendo nas últimas décadas[38] – observável pelo surgimento de novos bairros predominantemente residenciais, como: Conjunto Residencial Laranjeiras, Vila São Sebastião, Francisco Romano, Vila Romana, entre outros (ver **Figura 25**).

Neste sentido, a proximidade do tecido urbano é explicitada ao traçarmos uma linha a partir de uma imagem de satélite do Google Earth, através da qual é possível identificar que, em metros lineares, o bairro que atualmente é o mais próximo da Serra do Jaboticabal, a Vila São Sebastião, está distante desta por apenas 500 a 700 metros. Enquanto a fazenda Glória, mais afastada, está a cerca de quatro quilômetros de distância da malha urbana (ver **Figura 26**). Através desses dados percebemos o quanto a área urbana



Figura 26
Indicação da distância linear aproximada entre o bairro Vila São Sebastião de Taquaritinga, a Serra do Jaboticabal e a fazenda Glória. Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

está próxima à Serra, e, ainda que tenha partes protegidas pela Lei nº 12.651 de 2012, trata-se de uma área em que a fauna e a flora já são impactadas pela ação antrópica, além de estar submetida aos riscos de ser alcançada pela expansão urbana de Taquaritinga. O mesmo poderia ocorrer, ainda que seja menos provável, com a fazenda Glória, pois, a partir da área central da cidade até os quadrantes norte e sul, onde estão localizados os bairros Vila São Sebastião e Jardim Bosques de Santa Luzia, respectivamente, constatamos um crescimento urbano de cerca de três a quatro quilômetros nos últimos 50-60 anos – também houve expansão no eixo leste e oeste, mas em menor proporção (ver **Figura 27**). Acreditamos que o que esteja garantindo um ritmo de expansão menos acentuado ao norte seja justamente a

38 Chegamos a esta conclusão desde a realização do nosso trabalho final de graduação (TFG) para obtenção do grau de bacharel em arquitetura e urbanismo. Na ocasião, ainda que o objetivo fosse realizar um projeto de arquitetura, como nosso objeto de estudo era uma antiga propriedade rural cafeeira do município que teve suas terras vendidas, a fazenda Contendas, produzimos uma série de mapas que comprovaram que o vetor principal de expansão urbana de Taquaritinga estava ao norte, entre 1980 e 2010. Ou seja, em direção à parte do município em que estão localizadas, além da fazenda Contendas, a Serra do Jaboticabal e a fazenda Glória. Para mais informações ver: Micalli (2016).

Serra, que acaba por se constituir em um obstáculo natural devido a sua topografia e precariedade de acesso.

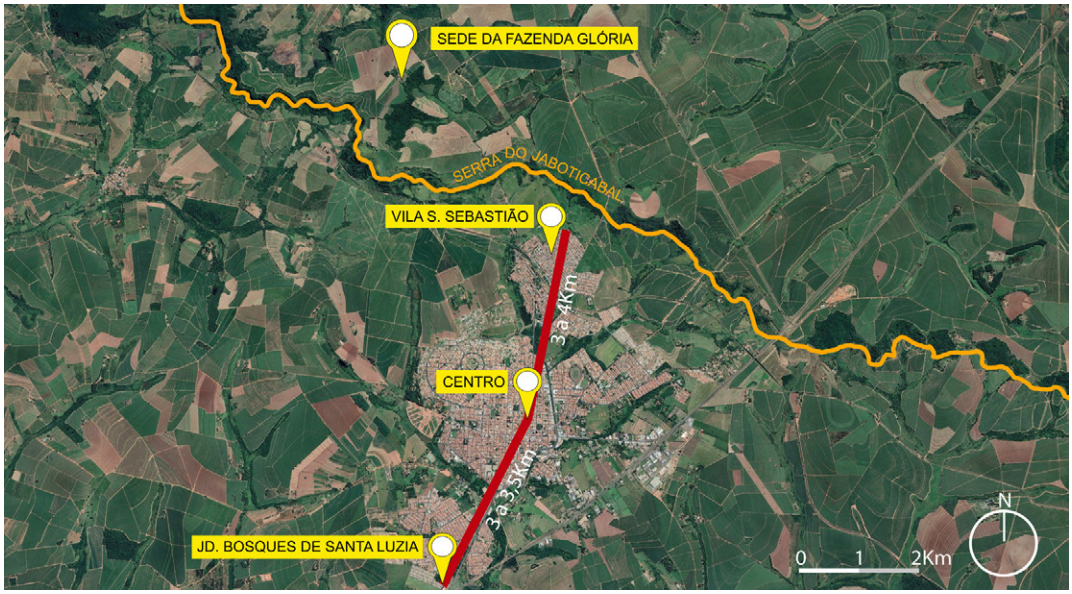


Figura 27
Indicação da distância linear aproximada da área urbana da Taquaritinga a partir do centro até os bairros Vila São Sebastião e Jardim Bosques de Santa Luzia. Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

Constatamos, portanto, que é imprescindível e urgente a efetivação de medidas para uma proteção segura desta paisagem com vistas a diminuir os impactos ambientais provocados pela ação do homem. Contudo, como seria possível alcançar este objetivo se os projetos de lei estaduais das últimas décadas não foram aprovados e se a gestão municipal não detém o poder de aprovar regulações para as propriedades privadas situadas na Serra de Jaboticabal, que já são abrangidas por determinações de leis federais e, tampouco, se anima a retomar as práticas preventivas realizadas pelas gestões anteriores?

Consideramos – assim como Dr. Luís José Bassoli (2021) – que uma maior preservação do local poderia ser alcançada através de duas medidas iniciais, as quais, futuramente, poderiam alcançar amparo legal, como: a continuação da parceria público-privada que reuniu esforços conjuntos entre os agentes públicos, instituições, proprietários e representantes da sociedade entre os anos de 2013 e 2016, para conter e diminuir a ocorrência dos incêndios através da realização e manutenção dos aceiros, conforme destacamos anteriormente; assim como o fomento do turismo, ou melhor, especificamente do ecoturismo, uma vez que muitos munícipes e moradores da região vão até o local para praticar exercícios físicos e esportes radicais, manter contato com a natureza, ter momentos de fruição etc., o que, para Bassoli (2021), atuaria como uma via de mão dupla ao incentivar a preservação por parte dos proprietários e a conscientização da população, como também contribuiria para atenuar, ao menos, dois problemas principais:

> [...] O primeiro deles seria o financiamento por parte dos produtores... porque quando eles tem que abrir uma área ambiental e eles não podem plantar isso tem um custo, o produtor vive da plantação. Então, uma renda extra aí do turismo seria bem-vinda no

> sentido de ser uma alternativa. Outra coisa é que o turismo seria a forma de conscientizar para preservação. Então seriam essas duas frentes: uma financeira e uma, propriamente, educacional do turismo [...]. Então, o ecoturismo ajudaria nesse financiamento e na conscientização educacional.
>
> [...]
>
> [...] [a preservação] é uma coisa que tem que ser discutida sempre e o caminho é o ecoturismo, [...] a academia participar ativamente, não ficar somente na conversa e nas teorias acadêmicas, mas ir para campo [...] ir lá visitar os locais, ver o registro in loco, trazer a teoria pra perto da realidade... isso é o que é a saída, o caminho (BASSOLI, 2021).

Entretanto, ainda que o turismo seja facilmente entendido e aceito pelo senso comum, será que compreendemos de fato como tem sido sua relação com a preservação e os possíveis impactos que podem gerar em regiões e países tidos como destinos turísticos? Dessa maneira, na introdução da obra *Turismo e Patrimônio Cultural*, organizada por Funari e Pinsky (2021, p. 7), os autores trazem a definição de que "turismo é o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas, com a finalidade de retorno, segundo a [...] OMT (Organização Mundial de Turismo)" e que os motivos de tais viagens podem estar relacionados à busca por lazer e descanso, para atender compromissos profissionais, entre outros e que esse deslocamento implica em "[...] contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local", o que parece "[...] ser a essência mesma do turismo, pois, principalmente com as novas tecnologias, quase tudo se poderia fazer sem sair de nosso ambiente, tanto descansar quanto aprender uma língua estrangeira", sendo assim, "em princípio [...] as pessoas só decidem viajar se e quando querem entrar em contato com outros costumes e maneiras de viver, com outros povos e culturas, com outras realidades".

Assim como nas páginas seguintes da obra citada, em que foram reunidas abordagens de vários autores sobre as distintas formas do turismo e sua interação com o patrimônio cultural em diversas escalas, Leal (2008) igualmente faz uma síntese de como ocorreu uma maior aproximação entre as práticas turísticas e o patrimônio cultural no âmbito internacional e nacional, especialmente através da maior atuação da UNESCO e a partir da vinda de Michel Parent[39] ao Brasil nos anos 1960. Segundo a autora (2008, p.13-16) "[...] é interessante notar a ênfase dada ao turismo, como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, por

39 De acordo com Leal (2008, p. 13), Michel Parent era técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França e veio ao Brasil entre 1966 e 1967, em missão financiada pela UNESCO para produzir um relatório dos bens culturais brasileiros e sua possível interação com o turismo para, ao mesmo tempo, gerar renda aos locais em que estivessem inseridos e para que fossem mais bem preservados. Em seu relatório, Parent fornece uma visão das ações, iniciativas e perspectivas do órgão internacional citado e sua atuação para preservar bens culturais mundiais e contribui para o entendimento da relação que se firmou entre o órgão federal brasileiro encarregado da proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, e a UNESCO no período de sua visita ao território brasileiro. Para mais informações ver: Leal (2008).

esse organismo [UNESCO] na década de 1960", sobretudo se observarmos o que fora estabelecido pelas Cartas Patrimoniais, que são "[...] documentos referentes a reuniões sobre a proteção do patrimônio cultural ocorridas em diversas partes do mundo" e contribuem para ampliar as discussões a esse respeito[40]. Entretanto, considera a autora que, entre tais cartas, a que esteve mais fortemente vinculada à questão do progresso econômico dos países em associação ao turismo foi a produzida em Quito, Equador, com a "Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico", coordenada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967, quando foram estabelecidas as "Normas de Quito"[41] através das quais os países buscaram dar:

> [...] uma grande ênfase ao valor econômico dos bens culturais, entendidos como 'suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso'. As Normas defendiam a mobilização dos 'esforços nacionais no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país'. Isso significava uma grande ênfase na promoção dos bens culturais na 'revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público', ou seja, na ênfase nas características e qualidades dos bens com vistas ao incentivo ao turismo. Nota-se, nessa perspectiva, um sentido bastante específico atribuído a 'interesse público', voltado para o desenvolvimento econômico e distinto da noção de 'interesse público' dos anos 1930, notadamente no Brasil, em que estavam evidentes principalmente referências à construção da identidade nacional. Nesse sentido da década de 1960, porém, tratava-se de apontar estratégias tanto para contribuir com o 'benefício econômico da nação' – e os 'países em desenvolvimento' receberam lugar de destaque nessas Normas – quanto para solucionar os problemas referentes à própria preservação dos bens (LEAL, 2008, p. 16).

40 Por exemplo, conforme aponta Leal (2008, p. 15-18), na Recomendação de Paris de 1962, os órgãos encarregados da promoção do turismo nos estados membros foram incluídos nos trabalhos para salvaguarda das paisagens e dos sítios e incumbidos de proteger o meio ambiente; a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, que ocorreu em 1966 na cidade de Budapeste, capital da Hungria, foi estabelecida a preservação dos monumentos e bens culturais juntamente com a promoção das práticas turísticas; a reunião do Comitê de Peritos Internacionais para Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico, realizada em 1968, em Túnis, África; entre outras. Para mais informações ver: Leal (2008).

41 Dentre os assuntos relacionados à defesa do patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico dos países envolvidos, através das Normas de Quito (1967, p. 6-7) procurou-se defender que não há um comprometimento nem desnaturalização dos "valores propriamente culturais" se estes vincularem-se aos "interesses turísticos"; ao contrário, no documento foi defendido que "[...] a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significações nacionais. [...]" e exemplifica ao citar que a Europa "[...] deve ao turismo [...] a salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado à completa e irremediável destruição [...]", bem como "[...] a sensibilidade contemporânea, [...] tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos da civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico". Da mesma forma no documento foram propostas recomendações, em âmbito nacional e internacional, medidas legais e técnicas para mediar essa interação. Para mais informações ver: Normas de Quito... (1967) e Leal (2008).

Ainda segundo Leal (2008, p. 18-20), a chegada de Michel Parent[42] ao território brasileiro se deu justamente nesse mesmo contexto em que foi dado maior destaque para a relação entre "[...] turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural [...]", assim como "[...] da busca de cooperação entre os dois organismos voltados para a preservação do patrimônio cultural – DPHAN [antiga sigla do atual IPHAN] e UNESCO – ; e de esforços do governo brasileiro no sentido de incentivar o turismo cultural". Conforme mostra a autora, de fato, houve tentativas ao longo das décadas anteriores para fomentar o turismo no Brasil, tanto através de organizações não-oficiais quanto por legislações e órgãos governamentais[43], porém, a temática ganhou maior destaque em território nacional a partir da década de 1960 e para ela "[...] não é demais afirmar que isso se deveu, pelo menos em parte, às parcerias estabelecidas com a UNESCO nesse período", sobretudo ao levar-se em conta que "o contrato entre a DPHAN e a EMBRATUR estreitou-se efetivamente em 1975, data da primeira ação conjunta entre as duas instituições, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas". Conforme salienta Rodrigues (2021, p. 21-22), como a "indústria cultural" encontrava-se em desenvolvimento e o governo brasileiro buscava promover o desenvolvimento, portanto a união entre patrimônio e turismo apresentava-se como uma possibilidade para proteção dos bens e para melhora do quadro socioeconômico, pois:

> O crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamentava-se no reconhecimento de seu valor cultural mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural. Paralelamente, uma parte da sociedade passava a valorizá-lo como um fator de manutenção da qualidade de vida. Essa perspectiva resultou dos movimentos ecológicos de meados da década de 1970, a partir dos quais a natureza passou a ser tratada como ambiente que congregava dois vetores: as condições naturais e a memória da sociedade[44] (RODRIGUES, 2021, p. 22).

42 De acordo com Leal (2008, p. 21), a visita de Michel Parent deu origem ao seu relatório – Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico–, através do qual o autor procurou exaltar os potenciais que as atividades turísticas podiam gerar para um país em desenvolvimento, como o Brasil. Para Leal é interessante notar, por um lado, "[...] que a noção de patrimônio apresentada por Parent em seu relatório não se limitava ao patrimônio edificado ou natural, mas incluía as tradições, as manifestações culturais, o que aparece também na sua proposta de desenvolvimento do turismo como um processo de intercâmbio cultural", por outro lado, ela chama a atenção para a forma como o perito destacou o baixo desenvolvimento do turismo brasileiro e defendeu "[...] seu fomento na mesma linha desenvolvida por algumas cartas patrimoniais [como as Normas de Quito, por exemplo], enfatizando a relação entre turismo e proteção do patrimônio [...]". Para mais informações ver: Leal (2008).

43 Sobre esta questão, Leal (2008, p. 20) se valeu das contribuições da tese de doutoramento de Aguiar (2006), que, por sua vez, identificou iniciativas de associações empresariais desde os anos 1920 quanto ao turismo, com a criação das seguintes organizações: a Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde Touring Clube do Brasil; a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), em 1936; e da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), no ano de 1953. Já em relação ao contexto do Estado brasileiro, há menções quanto às atividades turísticas na década de 1930, mais precisamente no Decreto-Lei nº 406/1938 e com a criação da Divisão de Turismo, inserido no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na Era Vargas. Já em 1958 foi estabelecida a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) e após ser extinta, foi criada, em 1966, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Para mais informações ver Leal (2008) e a autora citada em seu trabalho: AGUIAR, Leila Bianchi. Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

44 Segundo Rodrigues (2021, p. 22), é também em 1975 que o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) realizou o tombamento do prédio do Instituto de Educação Caetano de Campos, localizado na capital, que estava em risco de ser demolido pois em seu lugar seria construída uma estação de metrô. O órgão governamental citado também estendeu a proteção de áreas naturais, como o Maciço da Jureia (1979), a Serra do Japi (1983) a Serra do Mar (1985), entre outros. Para mais informações ver: Rodrigues (2021).

Entretanto, além dos aspectos positivos também há de se ponderar os possíveis impactos que as atividades turísticas possam ocasionar nos locais a serem visitados, por isso acreditamos que as considerações de Pedersen (2019, p. 9-13) em *Gestão do turismo em Sítios do Patrimônio Mundial*[45] – ainda que inseridas em um contexto mais amplo e articulado entre os poderes públicos e associações internacionais – , podem contribuir para que se perceba a importância da proteção de paisagens turísticas, que não necessariamente possuam os atributos de um "patrimônio mundial", mas que são relevantes para a identidade cultural de uma população e para a biodiversidade de uma região. De acordo com os dados colhidos pelo autor junto ao *World Travel and Tourism Council* (WTTC), o turismo gera por volta de 12% do PIB total mundial, mas há aspectos ocasionados pela prática que precisam ser considerados, como: gerar os recursos necessários para proteger e restaurar as áreas de visitação, propiciar a organização de grupos de pessoas e outros setores (profissionais, redes de hotéis, etc.) que se identifiquem com os locais e passem a ajudar a geri-los, monitorá-los e orientar a prática de um "turismo responsável"; por outro lado, os problemas ocasionados pela atração de visitantes exigem a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), políticas atuantes, diálogos proativos e fiscalização constantes para mudança de rumos caso necessário, o que nem sempre pode ser alcançado em locais com equipes e orçamentos limitados, portanto:

> O turismo sustentável bem-sucedido exige um processo de estreito envolvimento. Trata-se de ter ideias claras sobre as metas e objetivos, saber para onde se deseja ir, definir essas metas e objetivos dentro das restrições legais e sociais e, em seguida, negociar com os grupos de interesse relevantes para tentar incorporar suas necessidades neste conjunto. Isso também significa monitorar continuamente para ver se estas metas elusivas estão sendo alcançadas e, se não estiverem, decidir quais medidas devem ser tomadas para que o programa volte aos rumos. Em teoria, este processo é simples, mas difícil de ser implementado e sustentado na prática (PEDERSEN, 2019, p. 9).

Ainda que o "turismo sustentável" seja difícil de ser implantado, ponderamos que o fomento do turismo na Serra do Jaboticabal poderia ser uma das ferramentas para alcançar melhores condições de sua preservação de maneira que a população pudesse se conscientizar sobre sua importância, conforme comentamos anteriormente[46]. Nessa linha, Pedersen (2019, p. 25-28) elenca

45 Segundo Pedersen (2019, p. 16), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris no dia 16 de novembro de 1972, "[...] é um acordo internacional por meio do qual as nações se uniram para conservar uma coleção de tesouros insubstituíveis do mundo", onde, cada país participante "[...] reconhece o seu dever primordial de assegurar a identificação, a proteção, a conservação e a transmissão do patrimônio cultural e natural situado no seu território às futuras gerações". Conforme o autor, tal convenção protege centenas de sítios com os valores descritos e, para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, devem cumprir critérios específicos e passarem por testes de autenticidade e/ou integridade, bem como há outras medidas necessárias para que os sítios sejam determinados como Patrimônio Mundial. Para mais informações ver: Pedersen (2019).

46 Ver página 136.

uma série de categorias que atualmente é utilizada pelo "novo turismo"[47] e que vem ganhando espaço dentro do setor, sobretudo no âmbito internacional; dentre estas categorias, talvez a que melhor se encaixaria no caso específico da Serra seria: o ecoturismo, ou o chamado "turismo ecológico"[48], sobretudo por causar o mínimo de impacto e por colocar em foco a necessidade de gestão ambiental; é possível considerar também o turismo de aventura, como forma de levar em conta as atividades que já são realizadas por aqueles que se dirigem ao local, como o *mountain biking* (ciclismo realizado em caminhos de terra e terrenos acidentados), o *trekking* (caminhada em trilhas, montanhas etc.), o *paragliding* (salto em altura ao utilizar equipamentos de segurança e uma espécie de parapente ou paraquedas), o motocross (realização de trilhas e/ou saltos com motocicletas *off Road*), entre outras.

Enfim, nestes dois primeiros itens deste capítulo, à luz do conceito de paisagem e de sua utilização contemporânea na preservação do patrimônio cultural procuramos compreender o nosso objeto de estudo e chegamos à conclusão de que a paisagem na qual a fazenda Glória está inserida não se enquadraria na categoria de paisagem cultural a ponto de justificar sua inscrição como um bem patrimonial, devido à ausência de remanescentes e resquícios de ocupação humana no local com representatividade e singularidade suficientes para alcançar tombamento federal ou mesmo estadual, assim como ocorreu no Vale do Ribeira de Iguape. Mesmo assim, ao levar em conta as qualidades ambientais desta paisagem – representada pela existência de remanescentes de Mata Atlântica nativa, mananciais e cursos d'água, como comentado anteriormente[49] – consideramos imprescindível que seja preservada não só para o mantimento da biodiversidade regional e para que as águas continuem a abastecer centros urbanos, no caso da cidade de Jaboticabal, como também para que este patrimônio ambiental seja transmitido da melhor maneira possível às gerações futuras.

Com relação à fazenda Glória, em conversas com Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto e Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto – netos de Lucino Barretto e dois dos atuais proprietários – ficou nítido seu interesse em preservar o patrimônio material e imaterial do local, ainda que boa parte das edificações se encontre abandonada e não obstante eles, tampouco seus irmãos, possuam capital necessário para tanto. Neste sentido, ambos consideram positiva a cria-

47 É possível citar: o ecoturismo, que é definido pela Sociedade Internacional de Ecoturismo "[...] como uma 'viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente e sustenta o bem-estar da população local', por exemplo ao observar animais selvagens e fotografar a natureza; o turismo de aventura, que "[...] inclui uma vasta gama de atividades ao ar livre. Os turistas desta categoria participam de atividades que são fisicamente desafiadoras e às vezes perigosas, [...]", como caminhadas, mergulhos, rafting, montanhismo etc.; o turismo cultural, que "[...] pode estar associado a visitas a atrações históricas, artísticas e científicas ou do patrimônio. [...]"; e o turismo de patrimônio, que "[...] é uma categoria ampla que envolve tanto o ecoturismo como o turismo cultural, com ênfase na conservação do patrimônio natural e cultural" e pode incluir a visitas a sítios históricos, museus, galerias de arte, exploração de parques nacionais e florestais, porém "[...] devido ao grande número de atividades que abrange, é difícil de definir e medir. [...]" (PEDERSEN, 2019, p. 25-28).

48 De acordo com Pedersen (2019, p. 26) há outros termos de turismo que refletem a preocupação com o meio ambiente, de preservação ambiental, etc. Sobretudo esta última deram origem ao "turismo ecológico", isto é, aquele realizado em apoio à conservação e que é sensível às questões ambientais. Conforme o autor, "em geral, esse tipo de turismo favorece ou causa o mínimo de impactos ambientais e enfatiza a preocupação com as gestões ambientais" (PEDERSEN, 2019, p. 26).

49 Ver páginas 118 e 119.

ção de parcerias com vistas a implementar e oferecer atividades turísticas no local, associadas a práticas recreativas e educacionais, o que poderia, assim, contribuir para gerar renda extra a ser utilizada na manutenção da propriedade.

Neste âmbito, além da possibilidade da participação dos poderes públicos municipais de Taquaritinga e região, de organizações e da sociedade civil, constatamos que a maioria dos ex-funcionários entrevistados – sobre os quais traremos maiores detalhes nos capítulos seguintes, mas que são integrantes das famílias Sanches Garcia, Cedroni, Almeida Lima, entre outras – demonstraram profunda identificação com a fazenda Glória e seus proprietários devido ao fato de terem trabalhado e morado no local; o que quer dizer que facilmente poderiam ser incluídos nas discussões, na elaboração de propostas e de projetos para o local, com vistas a valorização e preservação da fazenda Glória – que, indiscutivelmente, é um dos componentes indissociáveis da paisagem em que está inserida.

2.3 A escolha do terreno e a implantação

Conforme abordado anteriormente, a expansão da cafeicultura em direção aos planaltos ocidentais paulistas não ocorreu de maneira repentina e tampouco improvisada. Na verdade, isso se deu pelo prosseguimento das plantações até então existentes no Rio de Janeiro, as quais, por terem gerado resultados promissores, penetraram o território de São Paulo pelo Vale do Paraíba ainda no final do século XVIII, onde novos núcleos rurais e plantações foram organizadas sob moldes comerciais, principalmente ao longo do "Caminho Novo da Piedade". Dessa última localidade, a lavoura se expandiu em direção ao Oeste paulista, mais precisamente pela região do antigo "quadrilátero do açúcar", e do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, sobre outras regiões do estado com o auxílio das ferrovias (CARRILHO, 2006, p. 60; MONBEIG, 1984, p. 95).

Contudo, no início, a cultura cafeeira não foi prontamente aceita pelos fazendeiros paulistas, sobretudo porque estes haviam alcançado relativo sucesso com a cana-de-açúcar após anos dependentes da demanda de outras províncias; soma-se a isso o tempo de espera para realizar a primeira colheita de café – quatro anos, em média –, o que não compensava financeiramente, além disso, muito pouco se sabia sobre a nova cultura agrícola. Justamente por isso, na primeira metade do século XIX, foram publicados diversos textos que discutiam as melhores formas para a instalação das propriedades rurais e dos cafezais, uso de maquinários e inovações relacionadas, principalmente, aos métodos de beneficiamento. Dentre as publicações mais relevantes está a do caribenho Pierre-Joseph Laborie[50], traduzida para o português em 1799, e a do brasileiro Francisco de Lacerda Werneck[51], de 1847, que forne-

50 LABORIE, Pierre-Joseph. O fazendeiro de café na ilha de São Domingos. In: O fazendeiro do Brazil. Rio de Janeiro: Officinas de S. T. Ferreira, 1799. Para mais informações ver: Benincasa (2013) e Carrilho (2006).

51 WERNECK, Francisco de Lacerda. Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. Ver mais sobre o assunto em: Benincasa (2013).

ceram importantes informações aos lavradores brasileiros[52] (BENINCASA, 2008, p. 27; CARRILHO, 2006, p. 60-61).

De um modo geral, o texto de Laborie recomendava: reservar terras com mata nativa para substituir as que estivessem esgotadas; que a casa do proprietário fosse implantada nas porções mais altas do terreno para controlar as atividades realizadas na propriedade; quando preciso, nivelar o solo e construir plataformas através de cortes e aterros para a instalação das edificações; utilizar a água para lavar e transportar o café até os terreiros, os quais deveriam ser pavimentados e ter certa declividade para escoar a água das chuvas; que a casa de máquinas, onde eram realizadas as etapas de beneficiamento, deveria ser construída com paredes sólidas, assobradada e ter dimensões suficientes para abrigar o maquinário movido à água ou a tração animal; e que a tulha, onde os grãos eram armazenados, fosse erguida sobre porões para evitar a umidade do solo, ter paredes forradas em madeira e possuir janelas para garantir ventilação; entre outras. Percebemos, deste modo, que "tudo era pensado para o melhor aproveitamento do espaço das edificações, evitando gastos desnecessários e garantindo um bom funcionamento próximo da perfeição que facilitasse a fiscalização do fazendeiro", assim como "todas essas recomendações foram sendo adaptadas e um modo brasileiro foi criado a partir dessa experiência caribenha" (BENINCASA, 2013, p. 207-211).

Convergindo com os apontamentos de Laborie, mas, tendo suas particularidades, Werneck sugeria observar as seguintes questões no momento de instalação de uma propriedade cafeicultora: a existência e a possibilidade de se fazer uso de água, quesito que deveria determinar o local de construção das edificações; que o conjunto edificado principal fosse orientado preferencialmente para o norte, noroeste ou nordeste, para que recebesse luz solar a maior parte do dia e facilitasse a secagem dos grãos; que um terreno em declive poderia facilitar o aproveitamento da água por gravidade e, ao mesmo tempo, fornecer energia hidráulica para a movimentação dos maquinários; e que caminhos fossem abertos pelo território da fazenda com vistas a facilitar o deslocamento até os talhões de café. Outra importante recomendação era que o proprietário fizesse um estudo prévio para locação das casas, do maquinário e dos edifícios de apoio – como paióis, armazéns, cavalariças, senzalas etc. –, o que quer dizer que "[...] as fazendas não eram abertas ao acaso, eram resultado de um estudo preliminar. Iniciava-se o conjunto pela construção de casas temporárias para proprietários e trabalhadores [...]. Em seguida se construía o rego d'água das máquinas [...]", justamente por isso,

52 Tais textos, que ficaram conhecidos como "memórias agrícolas" ou apenas "memórias" e, segundo Benincasa (2013, p. 207-211), se tornaram pontos de referência para se cultivar café no Brasil e seus ensinamentos foram adaptados à realidade local, tendo em vista que "[...] embora semelhantes, não existem duas regiões, no mundo, que plantem e beneficiem café da mesma maneira". Sobre o assunto ver: Benincasa (2013) e Carrilho (2006).

somente depois é que "[...] os esforços se concentrariam nas construções principais" (BENINCASA, 2013, p. 211-214).

Enfim, foram essas recomendações, destinadas à instalação das fazendas cafeeiras e aliadas a informações obtidas através dos tratados agrícolas surgidos no decorrer do século XIX, que contribuíram para a implantação dos núcleos rurais cafeeiros pioneiros do Vale do Paraíba. Todavia, com o avanço dos cafezais pelo território paulista, tais lições foram aplicadas de acordo com as condições de cada lugar – como clima, relevo, disponibilidade de materiais construtivos e origem de seus ocupantes – e aos avanços tecnológicos trazidos pelas ferrovias e por imigrantes europeus, sendo transmitidas e adaptadas nas fazendas das "franjas pioneiras" de São Paulo; ou seja, era um "[...] conhecimento que se propagava, e pode-se até afirmar que algumas dessas condicionantes gerais seriam uma constante em todo o ciclo cafeeiro paulista, guardadas as devidas particularidades, dos primórdios até o seu declínio [...]" (BENINCASA, 2008, p. 37).

Com relação à fazenda Glória, conforme visto no capítulo anterior, quando Lucino Freire de Mattos Barretto a adquiriu, em abril de 1921, ao que tudo indica a propriedade pertencia a outro núcleo rural taquaritinguense chamado "Serrinha de São Pedro". Além disso, na ocasião o agricultor também comprou um outro núcleo rural contíguo, a fazenda Sarapurema, que era localizada dentro dos limites do município de Monte Alto, e anexou ambas as glebas para formar uma só propriedade – que passou a contar com 319 alqueires de extensão e levar apenas o nome "Glória". Na época, a fazenda era constituída de matas e pastagens, 300.000 pés de café e outras lavouras (milho, feijão, etc.), mas antes da unificação cada parte possuía suas respectivas benfeitorias. Do lado da Glória havia a casa sede e de administração; e uma para camaradas. Já na Sarapurema existiam duas casas para a administração; uma casa de máquinas, com maquinário para beneficiar café; terreiro, parte ladrilhado e parte pichado; 24 grupos de casas para colonos (48 unidades), construídas com tijolos e telhas cerâmicas; três grupos para camaradas (seis unidades); e cinco casas para colonos (JABOTICABAL, 1921).

Neste sentido, ainda que a transcrição citada não tenha se referido à técnica construtiva das demais edificações que compunham o conjunto edificado da propriedade na década de 1920, pela descrição das casas das colônias e ao observar o conjunto edificado remanescente – com paredes de alvenaria de tijolos assentados com barro e/ou argamassa e coberturas com peças de madeira serrada e telhas cerâmicas –, inferimos que, muito possivelmente, a fazenda tenha sido instalada no início do século XX. Isto é, período em que a cafeicultura já tinha se expandido por boa parte do território paulista e o uso desses materiais havia se popularizado, sobretudo graças

às linhas férreas, aos imigrantes europeus e aos novos estilos arquitetônicos, como o ecletismo[53].

Infelizmente não é possível precisar quais foram os motivos que levaram Lucino Barretto a optar pelo nome "Glória", tampouco identificar o porquê da escolha da porção da propriedade localizada no lado de Taquaritinga em detrimento da Sarapurema, que era bem mais aparelhada no período. Sobre essas questões, novamente verificamos com Luiz Ricardo Barretto, neto de Lucino Barretto e um dos herdeiros da fazenda , mesmo que o entrevistado não tenha sabido dizer o motivo da escolha do nome – aliás, como nenhuma das pessoas com as quais conversamos –, não obstante ele pôde estimar a extensão territorial e confirmar que a fazenda, inclusive o casarão, já existiam na ocasião da aquisição por seu avô, ainda que inacabada, o que vai de encontro às informações constantes na escritura, que registra poucas benfeitorias na porção da Glória até o ano de 1921:

> Eu não sei de quem que era a fazenda, mas a propriedade já existia antes sim. Quando meus avós compraram [...] não estava terminada, nem o terreiro, mas já existia. O casarão já estava feito quando meu avô comprou, claro que algumas melhorias podiam ter sido feitas por ele. Aí eles acabaram de arrumar tudo. [...]. Eu não sei dizer o porquê do nome Glória, mas a propriedade era grande, não sei ao certo, mas era para ser uns 350-400 alqueires, pelo menos o que a gente escuta falar, né? Aqui também, antigamente, tinha outra sede [fazenda Sarapurema]. Mas aí meu pai [Alfredo Freire de Mattos Barretto] derrubou, que era uma outra propriedade. Desmancharam uma casa boa, sabe? Depois, quando a gente separou, estava em torno de 200 [alqueires], quando eu peguei para tomar conta. Aí hoje diminuiu... [...]. Hoje o tamanho é por volta de 110-120 alqueires, contando com a parte de todos os herdeiros juntos. Eram nove irmãos [filhos de Lucino Barretto, tanto do primeiro casamento quanto do segundo], daí foi vendendo e vai acabando, né? (BARRETTO, 2019).

Portanto, o conjunto das instalações atuais é aquele que já existia parcialmente no momento da compra por Lucino Barretto e que foi sendo concluído até o momento de sua morte, em 1927, e por seus herdeiros desde então – claro que incluindo algumas alterações nas partes que já haviam sido construídas anteriormente. Em contrapartida, e ao longo dos anos, as edificações que faziam parte da Sarapurema foram abandonadas e/ou demolidas, quando não aproveitadas em outras funções – como um espaço para recreação dos funcionários, para partidas de futebol, festas etc. –, bem como as terras que outrora eram utilizadas pelos cafezais foram aproveitadas como pastagens para o gado, conforme comentado por Adauto Sanches Garcia, ex-morador e funcionário da fazenda Glória:

53 Ver mais sobre esses assuntos em: Lemos (2015).

> Eu não cheguei a frequentar esse lugar [antiga sede da fazenda Sarapurema]... eu me lembro, quando eu era criança [anos 1950-1960], eu joguei bola lá. Mas lá era um lugar em que frequentava não só o povo da fazenda, mas a vizinhança inteira... era um clube de recreação. [...] esse clube ficava [...] na divisa da propriedade, entre Taquaritinga e Monte Alto, a uns 300-400 metros pra cima da sede [do conjunto edificado] da Glória... Ficava perto [...], não era longe. Era lá que ficava a casa e o campo de futebol. Eram duas fazendas separadas. Aí o avô do Tetê [Luiz Ricardo Barretto], Sr. Lucino [Barretto], comprou tudo e anexou. Lá na sede de cima ficou todo o gado, era tudo pasto, até antes de vender. Filho... pra você ter uma ideia, isso eu aproveitei, eles tinham uma média de 300 a 400 cabeças de gado... eu era molecão e eu ajudava o campeiro a tocar o gado pra fazenda... nossa, rapaz! Que boiadão! [...] A fazenda era grande. Quando vendeu, foi vendido um lote só...! Aí só ficou a sede de baixo, que é a da Glória, por volta de 152 alqueires. [...] (GARCIA, 2020).

Enfim, mesmo não sendo possível precisar quais foram os motivos das escolhas de Lucino Barretto, ainda assim podemos aventar para algumas possibilidades que o tenham influenciado em sua decisão de melhor aparelhar a Glória ao invés da Sarapurema naquele momento. É preciso lembrar que antes mesmo dele adquirir ambas as propriedades e unificá-las, ele acumulava uma experiência de dono de engenho em Sergipe, além de cafeicultor em Mococa entre a última década do século XIX e os primeiros anos do seguinte, como vimos no capítulo anterior. Dessa maneira, ao adquirir as propriedades contíguas em Taquaritinga e Monte Alto, certamente o fazendeiro já conhecia as técnicas de plantar, de dar a correta manutenção ao arbusto, de colher e beneficiar o café; ao mesmo tempo que, certamente, sabia como uma propriedade cafeicultora devia ser implantada para alcançar a melhor produtividade, graças às experiências de momentos anteriores e às publicações divulgadas por diversos meios, especialmente através dos manuais agrícolas, desde o início do século XIX.

Nessa linha, ao analisar o conjunto edificado da fazenda Glória verificamos que, igualmente às demais unidades cafeicultoras desde as do Vale do Paraíba[54], a implantação de conjunto edificado de sua sede foi realizada de maneira a aproveitar ao máximo as características do sítio, como: a declividade natural, dando preferência à meia-encosta; a proximidade de um curso d'água, para facilitar o abastecimento na realização das atividades diárias, principalmente no processo de beneficiamento do café; e de modo a rece-

54 De acordo com Saia (2012, p. 189), as fazendas de café instaladas no Vale do Paraíba tinham o terreiro como o elemento central e gerador do conjunto edificado. Porém, devido à topografia irregular da região, esse espaço de secagem, assim como as demais edificações, foi instalado à meia encosta e sob níveis escalonados no terreno natural, construídos a partir da realização de cortes e aterros, e que eram sustentados por grossos muros de arrimo de pedras. Ademais, segundo o autor, a sede deveria ser planejada em sítios que possuíssem disponibilidade de água; elemento natural que era indispensável não só para consumo diário, mas, especialmente, para abastecer o lavador de café e movimentar demais maquinários que trabalhavam sincronizadamente e em posições específicas, como: a roda d'água, acoplada à bateria de pilões; o engenho ou casa de máquinas; e os moinhos. Para mais informações a respeito ver: Saia (2012).

ber a incidência solar durante a maior parte do dia no terreiro para garantir melhor secagem dos grãos de café.

Entretanto, por mais que tais quesitos tenham sido observados, a Glória possui uma especificidade que a distingue da maioria das fazendas cafeeiras, uma vez que o conjunto de edificações da sede está implantado em terreno acima das nascentes e do curso d'água formado por estas – o córrego da fazenda Glória, sobre o qual abordamos anteriormente –, ao contrário do que era usualmente feito. Assim, segundo os relatos orais, para que a água fosse captada e utilizada na fazenda, foram feitas algumas valas nas proximidades das nascentes para a instalação de canaletas subterrâneas, revestidas de tijolos, que se conectavam a uma pequena caixa de coleta, a partir da qual a água seguia por meio de canos até um reservatório maior para ser bombeada colina acima até outro reservatório que, por fim, abastecia as edificações da sede (CEDRONI NETO, 2020; GARCIA; 2020; LIMA FILHO; 2020; SANCHES, 2018a e 2018b) – processo que abordaremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

É possível observar, ainda, outros pontos relacionados à implantação da fazenda Glória que se assemelham, ou se distanciam, de núcleos cafeeiros pioneiros e os de regiões ocupadas posteriormente pela lavoura. Por exemplo, no Vale do Paraíba, quase que invariavelmente, as edificações das propriedades cafeicultoras eram organizadas ao redor do terreiro, em forma de quadras, e em dois arranjos predominantes: I) o primeiro era composto por um esquema mais regular: um quadro fechado de edificações ou com um dos lados delimitados por um muro ou jardim, o qual tinha o casarão em destaque e os demais blocos distribuídos simetricamente a seu redor[55]; II) a segunda configuração foi mais encontrada em fazendas implantadas em terrenos de topografia mais movimentada, em que o conjunto continuou a seguir o mesmo padrão de quadros, porém, o terreiro podia ser instalado em diferentes níveis no terreno e o casarão deslocado do eixo principal devido às dificuldades impostas pelo terreno, mesmo assim, as edificações continuavam distribuídas harmonicamente. De qualquer modo, ambas as disposições[56]contribuíram para hierarquizar as funções desempenhadas nas propriedades rurais e as camadas sociais que nelas conviviam e, ao

55 Benincasa (2013, p. 208) alerta que isso se deve, talvez, à influência do padrão palladiano trazido pelos engenheiros militares portugueses nos primeiros séculos de colonização. De acordo com o autor, "o palladianismo foi uma corrente do neoclassicismo que se apropriava das lições de Andrea Palladio, arquiteto italiano cuja produção se situa entre o período renascentista e o maneirista. Com volumetria simples e implantação muito clara e simétrica, sua arquitetura se baseava na do período clássico [...]", além disso a "[...] disposição das edificações [...] seguia um mesmo tipo: a habitação principal elevada sobre as demais, ao centro do eixo visual; as edificações restantes, sempre mais baixas ou em plano inferior, eram dispostas simetricamente a esse eixo imaginário [...]", fator que "[...] ampliava a importância simbólica daquela edificação principal". Mais informações sobre o assunto ver: Benincasa (2013).

56 Segundo Benincasa (2013, p. 214-215), esse modo de implantação já era recorrente em engenhos nordestinos desde o século XVI, e foi uma forma de agenciamento trazida pelos colonizadores portugueses porque na região Norte do país ibérico as edificações também se organizavam ao redor de um pátio que possuía funções múltiplas – para secagem de cereais, guarda do gado, circulação em geral etc. Pondera o autor que essas características vão ao encontro dos ensinamentos compartilhados pelos manuais agrícolas colocados em circulação na época de expansão da cafeicultura pelo Brasil, como vimos, nas primeiras décadas do XIX, e, em razão destes ensinamentos terem sido seguidos, pelo menos na maioria dos casos, parece ter havido certo consenso sobre a forma ideal de instalação de um empreendimento rural no período. Ver mais sobre em: Benincasa (2013).

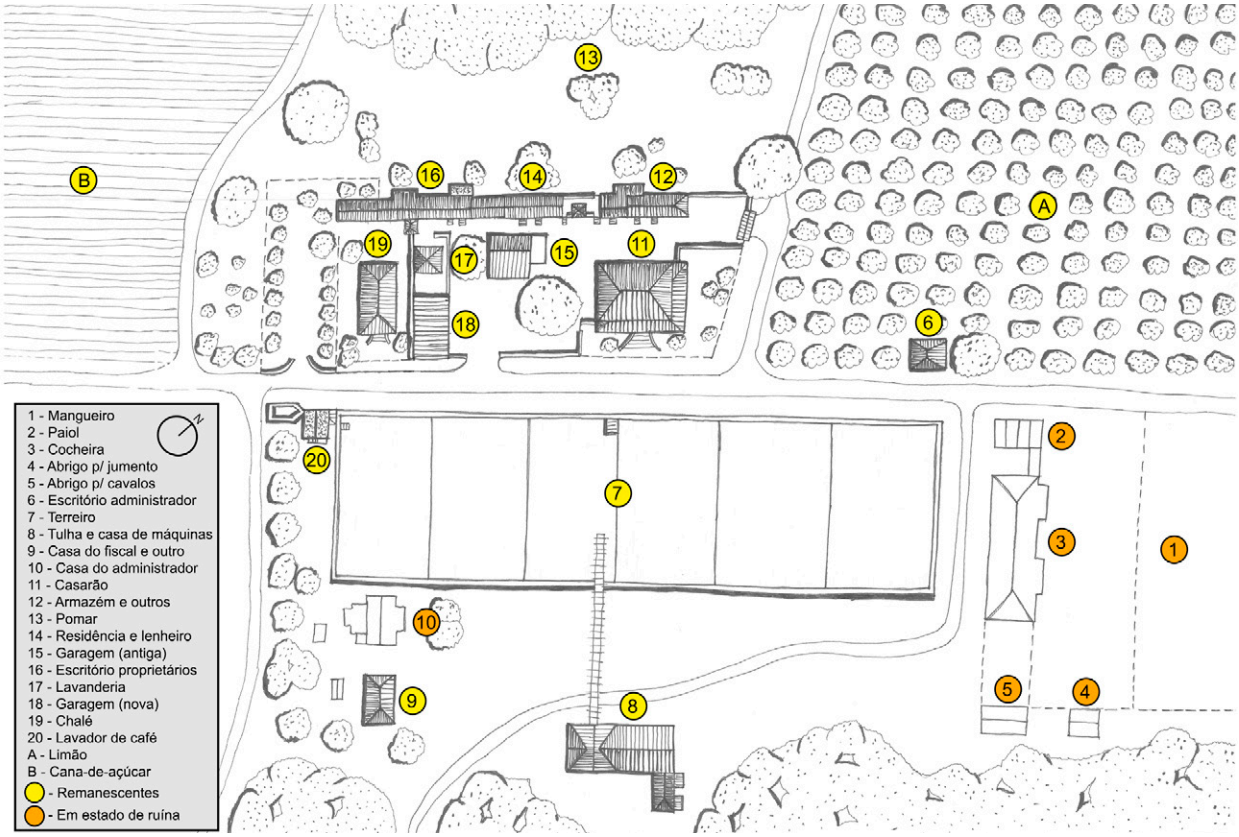
mesmo tempo, permitiu o controle das atividades desenvolvidas (CARRILHO, 2006, p. 72-73).

> A configuração espacial em quadros, tendo o casarão em posição de destaque, permitia uma fácil verificação das atividades no conjunto das edificações, e essa dominação visual era ampliada quando as atividades aconteciam em pátios fechados à frente do casarão. Assim, estavam em jogo, simultaneamente, nesse tipo de implantação, tanto o controle da mão-de-obra escrava, subjugada pela possibilidade de castigos corporais e por uma legislação extremamente favorável ao fazendeiro, como o próprio controle do trabalho ali desenvolvido. [...]
>
> [...] no eixo ou não, o casarão invariavelmente ocupa posição de destaque em relação ao conjunto, situado em local que possibilitava aos seus ocupantes uma visão privilegiada, e indicando o poder do fazendeiro (BENINCASA, 2008, p. 46 e 49).
>
> Decerto o caráter disciplinar [...] não era dado somente pela disposição dos edifícios, como também pelos protocolos espaciais que ajudava a produzir. [...]. Os registros do século XIX documentam amplamente como o agenciamento em quadra facilitava a coordenação de grupos numerosos de trabalhadores escravos por meio de procedimentos cotidianamente reiterados: o sino tocado pelo administrador/feitor antes do nascer do sol, a formação dos escravos no terreiro para a inspeção e distribuição das fainas do dia, a reza coletiva, a partida [...] para o campo, cada qual com seus respectivos feitores [...] ou capatazes, o trabalho de secagem dos grãos no quadro sob o comando do feitor de terreiro, a reunião [...] no quadro após o pôr do sol (ao que, muitas vezes, seguia o serão noturno), o toque de recolher às 20h00 ou 21h00, a nova contagem, a tranca dos cubículos das senzalas e do porão do quadrado (MARQUESE, 2010, p. 97-98).

Ao ponderar sobre essas questões verificamos que a fazenda Glória também apresenta o terreiro como elemento central, tendo as edificações instaladas ao seu redor da mesma maneira que as propriedades cafeicultoras vale-paraibanas. Contudo, seu conjunto não assume a configuração de uma quadra fechada e delimitada por muros ou construções, ao contrário, há certa dispersão mas, ainda assim, é nítida a hierarquização de funções, a busca pela racionalização e maior produtividade e uma clara delimitação do núcleo central onde as principais atividades produtivas eram realizadas (ver **Figura 28**). Acreditamos que estas características estão em sintonia com as transformações ocorridas nas fazendas cafeeiras ao longo do século XIX até o

início do século XX, experimentadas na região de Campinas[57] e tornadas ainda mais comuns no interior paulista, como nos Sertões do Rio Pardo e nos Campos de Araraquara[58].

Figura 28
Implantação do conjunto edificado da sede da fazenda Glória.
Fonte: Acervo do Autor (2021).



Ademais, ao nos aproximamos da Glória pelo caminho de acesso – especialmente depois da colheita da cana-de-açúcar, o que permite descortinar melhor a paisagem – a primeira edificação a ser notada, ainda ao longe, é o casarão, conforme ocorre na maior parte das fazendas de café. É verdade que também se trata de um dos maiores prédios da propriedade, o que contribui para esse destaque visual, somado a uma localização privilegiada à meia altura do terreno e por seu porão na fachada principal, implantado defronte ao terreiro (ver **Figura 29 e 30**) quase alinhado à tulha e casa de máquinas, localizada colina abaixo, ou seja, onde as principais atividades de produção eram realizadas.

57 De acordo com Benincasa (2013, p. 222-224), na região de Campinas, conhecida como "Central", a implantação das fazendas de café praticamente seguiu o mesmo padrão de suas antecessoras do Vale do Paraíba, porém, com a introdução de melhorias graças ao acúmulo de experiências. Segundo o autor, "os ensinamentos contidos nos manuais – com respeito à implantação das edificações – forram aplicados, talvez até com mais precisão, nas fazendas de café dessa região", pois "[...] os terreiros, com todos os seus equipamentos [...], estão em posição central; na sua parte superior, está o casarão; as senzalas ficam nas laterais do terreiro ou da casa grande; e a casa de máquinas na porção inferior". Além disso, as fazendas da região diferiram das anteriores devido aos acontecimentos históricos que ocorreram no período de sua instalação, pois, por lá, a lavoura cafeeira se expandiu paralelamente ao aumento dos movimentos abolicionistas pelo Brasil, ao mesmo tempo em que chegavam maiores contingentes de imigrantes para trabalhar no campo. Dessa maneira, além das senzalas, esses núcleos rurais passaram a contar, mais frequentemente, com colônias. Para mais informações sobre o assunto ver: Benincasa (2008 e 2013).

58 Nessas regiões, segundo Benincasa (2013, p. 227), a fazenda cafeeira, desde o momento de sua instalação, já assumia a feição de uma empresa especializada no cultivo e beneficiamento de café. A implantação continuou a seguir alguns padrões estabelecidos pelas fazendas do Vale do Paraíba e da região Central. Entretanto, a forma como as edificações eram instaladas diferia um pouco, de modo mais disperso, mas, ao mesmo tempo, ainda configurando um núcleo central onde as atividades principais da fazenda eram desenvolvidas. Tais mudanças já estavam em curso na região Central, porém, nesses locais foram exacerbadas. Dessa maneira, o casarão continuou em destaque na paisagem, porém não necessariamente localizado junto ao setor de serviços como nas fazendas do Vale do Paraíba e das mais antigas da região Central. Nessas novas áreas ocupadas pela cafeicultura os casarões passaram a ser construídos um pouco mais afastados e envoltos por jardins e pomares privativos e murados. Ver mais sobre em: Benincasa (2003, 2008 e 2013).





Figura 29
Vista parcial da sede da fazenda Glória, com o casarão em destaque na paisagem.
Fonte: Acervo do Autor (2021).

Ocorre que essa configuração do casarão em destaque não se dá por acaso e, na verdade, conforme já comentamos, representa um instrumento que os fazendeiros utilizaram como uma forma de lembrar aos seus subordinados – fossem eles escravos antes da abolição e, até mesmo, imigrantes europeus assalariados – de onde vinha o poder e a quem deveriam prestar contas. Este assunto foi aprofundado por Oliveira (2008), quando a autora analisou a linguagem simbólica do poder na organização de uma antiga fazenda de café, a São Roberto, em Ibaté-SP, amparada nos trabalhos e conceitos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu. A autora pondera que a implantação do casarão, de forma que ficasse em destaque:





Figura 30
Posicionamento do casarão defronte ao terreiro e ao edifício da tulha e casa de máquinas.
Fonte: Acervo do Autor (2019).

> [...] responde a função simbólica de centro de fiscalização dos serviços realizados em seu entorno e controle da movimentação na fazenda [...]. Por meio das janelas e do alpendre, que além de funcionar como espaço de lazer para a família, o fazendeiro conseguia fiscalizar todo o trabalho desenvolvido na fazenda, principalmente no terreiro que se encontra a frente da casa, este espaço demarcava o público e o privado, representando a utilização da arquitetura como instrumento para manutenção da ordem e obtenção da disciplina assim como salienta Foucault. Neste caso, temos também o que Bourdieu denomina de violência simbólica, pois por meio de uso de um dispositivo de poder, o proprietário consegue impor sua presença e sua onipotência, mesmo que não de forma perceptível.
>
> [...]

> A implantação que favorece a fiscalização das atividades desenvolvidas na fazenda representa [...] a presença do controle onipotente do senhor do café [...], além disso, garantia a ele a representação do 'homem do poder' para com os seus subordinados. [...] o poder simbólico do proprietário é garantido pela posição centralizada da casa e como salienta Foucault, funciona como instrumento de manutenção do poder, já que oprime os subordinados por sua magnitude e localização (OLIVEIRA, 2008, p. 64-65).

Neste âmbito, é interessante notar que para a implantação do conjunto edificado da sede da fazenda Glória – que foi instalado muito possivelmente no início do século XX, ou seja, em um momento posterior à abolição da escravatura e quando já não era necessário ter um controle mais próximo da mão de obra livre, que, de um modo geral, recebia por pés de café colhidos e tinha interesse em produzir o máximo possível –, resquícios da "tradição" do meio rural foram mantidos, pois a moradia senhorial continuou em destaque em relação aos demais blocos e ficou – em sintonia com as tendências higienistas da época, de distanciamento da vida familiar e privada das atividades de trabalho e coletivas – estrategicamente separada das atividades de produção pela presença de seu jardim fronteiro e o caminho de acesso ao conjunto da sede (ver **Figura 31, p.152-153**).

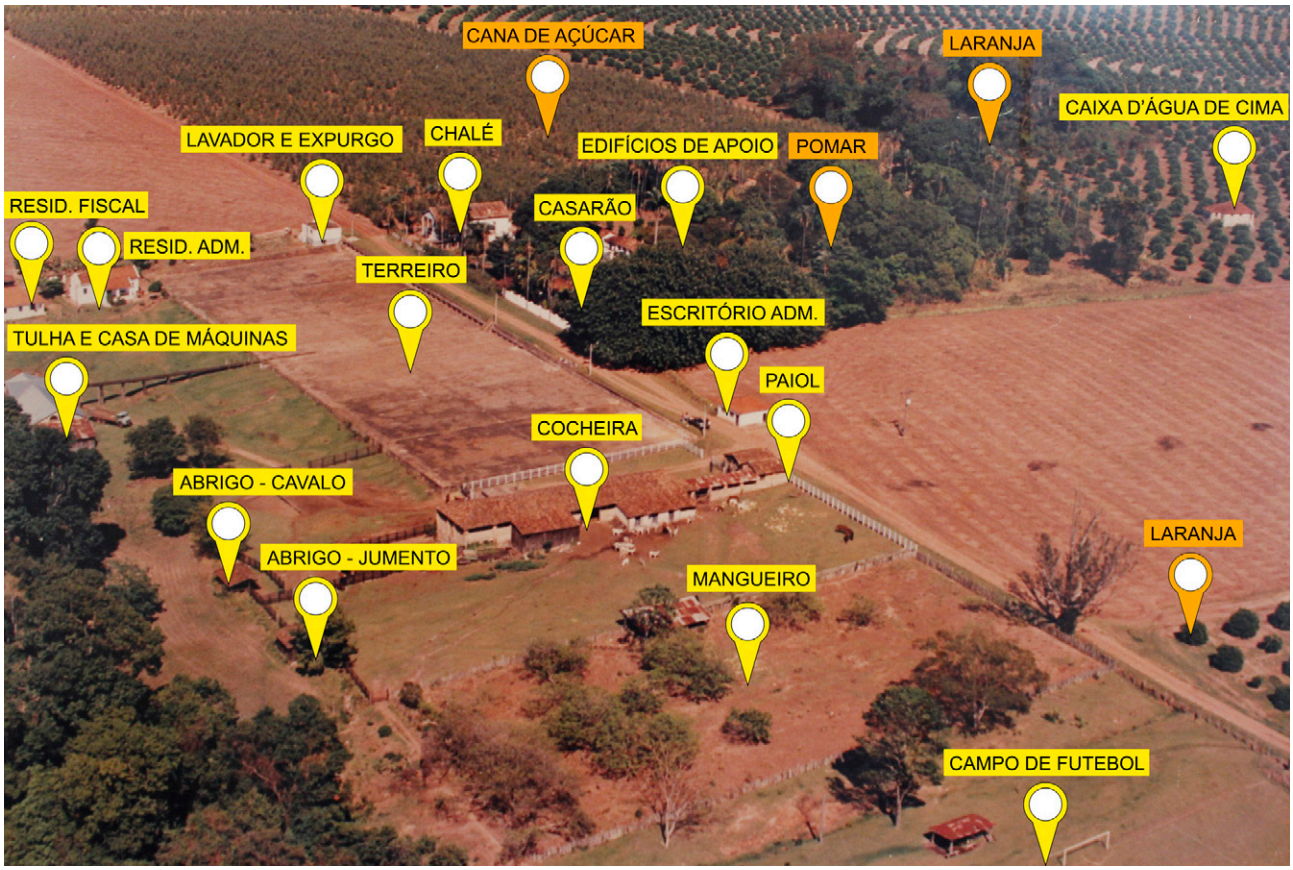


Figura 31a
Fotografias aéreas mostrando o conjunto edificado da sede e culturas agrícolas.
Fonte: Adaptado de acervo da família Barretto ([1987?]).

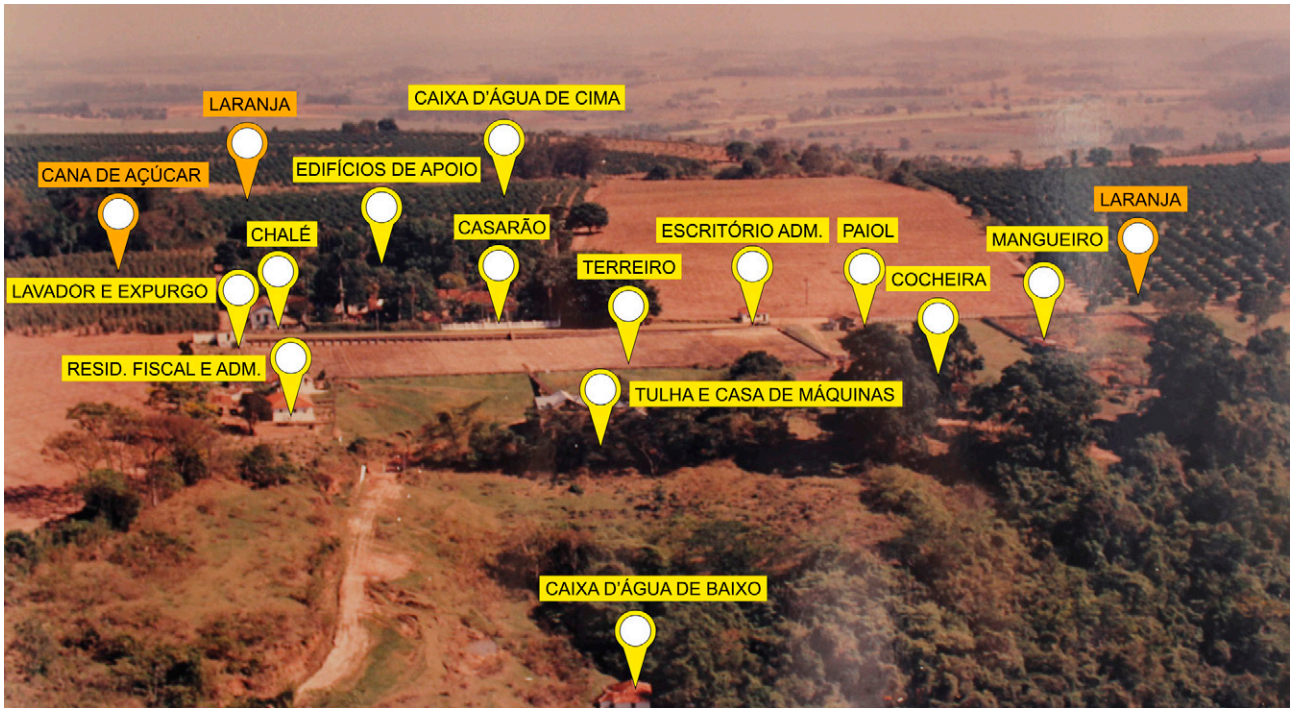


Figura 31b
Fotografias aéreas mostrando o conjunto edificado da sede e culturas agrícolas. Fonte: Adaptado de acervo da família Barretto ([1987?]).

Em entrevistas realizadas com antigos moradores, funcionários e herdeiros, perguntamos como os proprietários e familiares usavam o alpendre[59] do casarão para conferir o andamento das atividades diárias – tendo em vista este tipo de espaço ter sido comumente utilizado pelos fazendeiros para fiscalização. Todos os entrevistados negaram que tal "vigilância" ocorresse, sobretudo porque existiam empregados encarregados para tal fim, como o administrador e o fiscal. Desse modo, verifica-se que esse controle direto por parte dos donos tenha sido suavizado na fazenda Glória e o alpendre do casarão fora mais utilizado como uma extensão do espaço doméstico e para momentos de lazer da família – como veremos com mais detalhes no último capítulo. Contudo, fica nítido pelos relatos orais (BARRETTO, 2019; CEDRONI NETO, 2020; GARCIA; 2020; LIMA FILHO; 2020; SANCHES, 2018a e 2018b) que o acesso dos trabalhadores sempre foi restrito, reforçando o poder simbólico dos patrões, já presente no porte e na localização privilegiada de sua morada em relação às demais edificações.

Continuando, ao chegar ao núcleo principal da fazenda Glória, observamos que paralelamente ao casarão e em cotas abaixo deste, estão localizados o terreiro, terrapleno anteriormente utilizado para a secagem dos grãos de café, e a edificação que servia para a estocagem e beneficiamento do café – a tulha e casa de máquinas. Sobre o terreiro, conforme comentamos anteriormente, localiza-se bem ao centro de todo o conjunto – mesmo que haja edificações implantadas de maneira mais dispersa nas proximidades, como as casas de colônias, caixas d'água, etc. – e logo à frente do casarão, a moradia dos proprietários. Foi através de cortes e aterros que foi possível criar

59 Por "alpendre" entende-se todo acesso abrigado por um teto suspenso ou suportado por pilastras ou colunas de função estrutural. Essa peça construtiva, de origem ibérica, pode formar uma saliência na fachada ou estar engastada entre as paredes para formar um espaço reentrante. É popularmente lembrado como sinônimo de área abrigada, telheiro, etc. (CORONA & LEMOS, 2017, p. 32-36).

a plataforma para a instalação do terreiro, revestido por tijolos cerâmicos assentados, levemente inclinados para que as águas pluviais escoassem, e as utilizadas na lavagem do café seguissem pelas canaletas, para que os grãos secassem adequadamente, o qual é sustentado por grossos muros de arrimo na extremidade próxima à tulha e casa de máquinas (ver **Figura 11, p.103**).

Ainda com relação ao edifício da tulha e casa de máquinas[60] – que no caso da fazenda Glória é, do ponto de vista volumétrico, a maior edificação do conjunto – verificamos que não está anexo ao terreiro, como usualmente ocorria nas fazendas cafeicultoras. O edifício está locado numa cota mais abaixo e a uma distância de 40 a 50 metros do terreiro. Desse modo, a produção era transportada deste último até o edifício da tulha e casa de máquinas por meio de uma pequena ponte e um sistema de trilhos e vagonetas até uma abertura na fachada frontal do edifício. Estas vagonetas adentravam no edifício e tinham suas comportas abertas para que os grãos de café caíssem nos compartimentos de armazenamento – as tulhas. Constatamos que a edificação também foi construída à meia-encosta, aproveitando o espaço gerado pela declividade do terreno para locar o porão e anexos que continham as instalações complementares do maquinário, como as esteiras e elevadores de canecas que levavam o café das tulhas às diferentes etapas de beneficiamento – assunto que abordaremos no capítulo seguinte.

Além dos espaços citados, havia nas proximidades do terreiro, e em cotas abaixo do casarão, as seguintes instalações (ver **Figura 11, p.103 e Figura 31, p.152-153**): o paiol, na extremidade direita do terreiro e separado por poucos metros, era utilizado para estocar o milho de consumo dos animais de criação; este paiol conectava-se por um "puxado" de sua cobertura à antiga cocheira, em que eram abrigadas vacas leiteiras, cavalos e realizados os serviços de carpintaria, manutenção e estocagem de arreios, carroças e ferramentas; mais à direita estava o mangueiro de porcos e um campo de futebol, para lazer dos funcionários; abaixo da cocheira havia dois abrigos, um para o cavalo do proprietário e outro para o jumento de reprodução; já na extremidade esquerda do terreiro localizam-se o antigo lavador de café e a câmara para o expurgo dos grãos contaminados pela broca-do-café; por volta de 50 metros abaixo há duas residências, a primeira pertencia ao administrador e a segunda, geminada, tinha uma de suas unidades ocupadas por um dos filhos deste último funcionário e a outra pela família do fiscal; e por fim, a cerca de 150 metros abaixo do edifício da tulha e casa de máquinas há uma pequena caixa de coleta e, mais abaixo, a uma distância por volta de 200 metros, um reservatório (a caixa d'água de baixo) para armazenamento da água adquirida junto às nascentes.

60 Trataremos com maior detalhe tanto o terreiro como o edifício da tulha e casa de máquinas no próximo capítulo, quando abordamos a arquitetura e o cotidiano dos espaços de produção da fazenda.

As edificações que foram instaladas em alturas próximas à moradia do proprietário são as seguintes (ver **Figura 28, p.150 e Figura 31, p.152-153**): à direita e defronte ao caminho de acesso está o antigo escritório da fazenda, onde as finanças e os recursos humanos eram geridos pelo administrador; e do lado esquerdo do casarão foi erguida uma segunda residência – chamada de "chalé" – para receber os proprietários que moravam fora e vinham passar temporadas na fazenda. Existem também prédios locados em cotas acima da moradia principal, que são: à esquerda, uma garagem pequena para veículos; mais à esquerda ainda, o local para lavar e quarar roupas e, logo abaixo, uma cobertura metálica, instalada mais recentemente para abrigar maquinários agrícolas e automóveis; aos fundos do casarão havia uma edificação que continha o antigo armazém, uma possível residência de funcionários e a cozinha externa; mais à esquerda, outro prédio que contém a atual moradia do caseiro, o lenheiro, o escritório dos proprietários, depósitos e demais cômodos para atividades de apoio. Acima destes fica o pomar – sobre este e demais espaços livres, como o jardim fronteiro, detalharemos mais adiante – e cerca de 150 metros mais acima, está o reservatório (a caixa d'água de cima) que recebia a água e distribuía até as edificações do núcleo principal. Notamos que, no geral, as construções foram implantadas através de poucos ajustes na declividade do terreno e por meio da confecção de pequenos muros de arrimo.

Quanto às demais edificações implantadas de forma mais dispersa, destacamos as colônias de casas para os funcionários e a antiga olaria. Sobre as primeiras, segundo os entrevistados (BARRETTO, 2019; CEDRONI NETO, 2020; GARCIA; 2020; LIMA FILHO; 2020; SANCHES, 2018a e 2018b), eram distribuídas pela propriedade de modo que os trabalhadores não ficassem distantes dos talhões de café e perdessem tempo com deslocamentos. Ao todo existiam seis colônias (ver **Figura 32**): I) a "da sede", nomeada assim por sua localização muito próxima à casa do fiscal, contava com dois grupos de casas geminadas[61] (ou seja, quatro unidades ao todo); II) a que ficava relativamente próxima ao núcleo principal era a "da Glória", a qual tinha 10 unidades (sendo que uma unidade, duas residências, era utilizada pela antiga escola), e é a única que contém casas remanescentes, porém, em estado de ruína; III) a São João possuía quatro grupos (oito unidades); IV) a Santana, três a quatro grupos (seis a oito unidades); V) a Santo Antônio, dois grupos (quatro unidades); VI) a São Pedro, com oito grupos (16 unidades). A implantação dessas casas seguiu o mesmo padrão das edificações da sede, embora estivessem localizadas bem mais distantes.

Em relação à antiga olaria – onde diversos materiais construtivos foram confeccionados para serem utilizados na fazenda –, talvez por ter sido ins-

61 Por "geminada" ou "geminado" entende-se o mesmo que duplicado ou ligado. Termo utilizado para qualificar uma casa que é encostada em outra, isto é, que divide uma mesma parede (CORONA & LEMOS, 2017, p. 239).

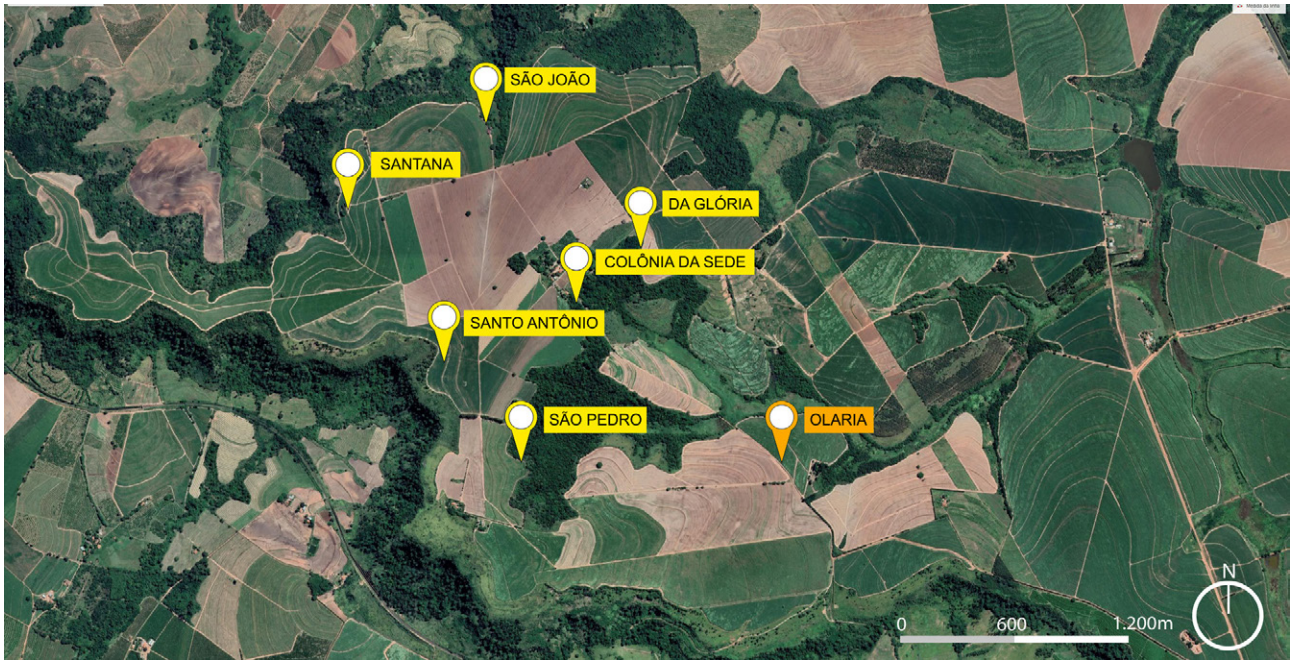


Figura 32
Localização das antigas colônias e da olaria da fazenda Glória.
Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

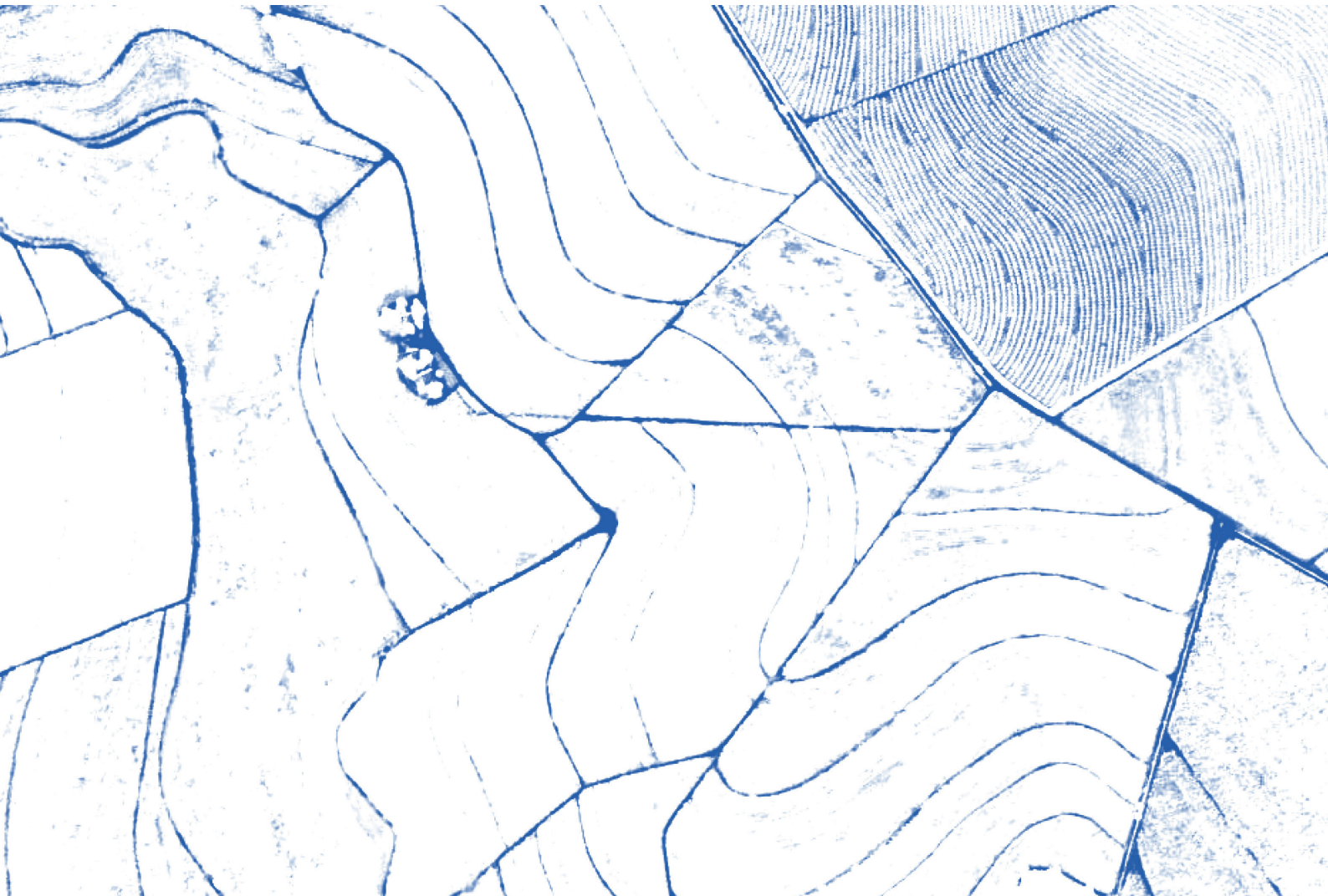
talada nos primeiros anos da formação da propriedade e não ter resistido à passagem do tempo, não conseguimos obter uma descrição mais detalhada a seu respeito. Mesmo assim foi possível identificar, com o auxílio dos entrevistados, sua localização aproximada (ver **Figura 32**), em uma área de solos mais argilosos e alagáveis (BARRETTO, 2019; CEDRONI NETO, 2020; GARCIA; 2020; LIMA FILHO; 2020; SANCHES, 2018a e 2018b) – o que faz todo o sentido, pois a matéria-prima, o barro, podia ser obtida sem maiores dificuldades. Infelizmente não há resquícios nem registros deste espaço de produção, mas acreditamos que tudo a seu respeito era muito simples, provisório até, inclusive adaptando-se ao terreno sem muitas dificuldades tampouco sem a necessidade de realizar muitos cortes e aterros no terreno ou muros de arrimo muito robustos.

Finalizamos, dessa maneira, a descrição geral sobre a implantação das edificações que faziam parte ou que ainda compõem o conjunto de instalações da fazenda Glória. Também constatamos que o processo de constituição deste núcleo rural reflete vários dos apontamentos presentes nos "manuais agrícolas" e experiências colocadas em prática nas fazendas pioneiras, porém, ao mesmo tempo, percebemos que houve diversas adaptações e inovações, talvez devido às condições locais e ao período de sua fundação. Como, por exemplo, vimos ainda há pouco que, por mais que o casarão tenha sido implantado em destaque com em relação às demais edificações e defronte ao terreiro, era muito raro que os proprietários fizessem uso do alpendre fronteiro para a observação e/ou controle das atividades do dia a dia; contudo, ao mesmo tempo, o acesso à edificação era restrito à maioria dos funcionários, os quais somente podiam acessá-lo mediante convite ou para tratar de assuntos relacionados a negócios, configurando um sinal de continuidade de certos costumes do meio rural da época.

No capítulo seguinte, novamente ampliando a escala de análise que nos permita identificar maiores detalhes do nosso objeto de investigação, abordaremos o assunto da arquitetura e o cotidiano do setor de trabalho da fazenda Glória. Procuraremos incluir detalhes sobre aspectos arquitetônicos de cada edificação – como tipologia, técnica construtiva, volumetria, distribuição de planta-baixa, instalações e acabamentos, etc. Também procuraremos compreender a utilização de tais espaços desde o momento em que a propriedade era voltada para a plantação e o beneficiamento de café até os dias de hoje, além de verificar que a maior parte da estrutura outrora utilizada pela lavoura anterior, encontra-se abandonada e/ou estado de ruína e que as áreas agriculturáveis são aproveitadas por outras culturas e pastagens.



3
Arquitetura de produção e cotidiano do trabalho





Conforme vimos no capítulo anterior, no momento da escolha do terreno e para realizar a implantação de uma fazenda de café era necessário observar uma série de quesitos apontados pelos "manuais agrícolas" publicados na primeira metade do século XIX. Entre os fatores a serem observados, a disponibilidade de água era indispensável, pois, além de ser utilizada para consumo, era aproveitada para gerar força motriz e movimentar engenhos, moinhos, serrarias, entre outros, de modo que "não há fazenda que não seja servida por água corrente, tirada de um córrego ou de rio por um canal, muitas vezes cavado na própria terra" (CRUZ, 2010, p. 54). Além disso, o preparo dos frutos de café era iniciado com o uso da água, nos lavadores, para remover resíduos e separar aqueles que estivessem estragados – assim como para classificá-los conforme o grau de amadurecimento, como veremos mais adiante –, antes das etapas de secagem e a remoção das cascas pelos métodos da via seca ou via úmida[1] (BENINCASA, 2008, p. 37-39).

Com o aumento das colheitas, por volta de meados século XIX, uma série de equipamentos foram lançados para tornar mais eficiente o processo de beneficiamento do café – que era realizado através do apiloamento manual, malhação com varas, monjolos movidos por força hidráulica ou animal etc.–, como: descascadores, secadores, ventiladores, limpadores e separadores, brunidores, despolpadores, e diversos aparelhos movidos a vapor ou eletricidade. Contudo, ainda que a água tenha deixado de ser a principal fonte energética, continuou vital no complexo cafeeiro, pois, mesmo com o emprego de maquinários mais modernos, ainda era preciso fazer a lavagem dos frutos, para produzir vapor e movimentar os maquinários, e com o advento da energia elétrica, os fazendeiros aproveitaram a existência de

1 De um modo geral, de acordo com Benincasa (2008, p. 37), o método por via seca foi o mais utilizado no Brasil e consiste em espalhar o café já lavado no terreiro para secar, sendo que só após essa última etapa é que era feito o despolpamento, no começo, manualmente. Por outro lado, o método por via úmida consiste em despolpar os grãos após a colheita, através de uma despolpadora manual acionada por força hidráulica, de modo que estes ficassem cerca de 24 horas em um tanque abastecido por água corrente, para a separação de frutos verdes e a retirada da goma que os envolvem, até que reste apenas o chamado "pergaminho", uma película que reveste a semente, para que posteriormente fosse seco. Este, por sua vez, era mais utilizado na Colômbia e países da América Central. Ver mais sobre esse assunto em: Benincasa (2008).

cursos d'água para instalar pequenas usinas hidrelétricas e produzirem sua própria eletricidade (BENINCASA, 2008, p. 39-40).

Desse modo, levando em consideração a importância da água numa propriedade cafeeira, tratamos nesse momento da arquitetura de produção e do cotidiano do trabalho na fazenda Glória, especificamente numa ordem que se inicia com a captação da água, seu armazenamento até a distribuição e a utilização nos diversos espaços de trabalho, abordando primeiramente aqueles mais dependentes da água para seu funcionamento. Através das escrituras obtidas em cartório, das entrevistas realizadas e da observação das técnicas construtivas utilizadas no objeto de estudo, em que constatamos a presença unânime do tijolo, acreditamos que o objeto de estudo tenha sido instalado no início do século XX. Porém, notamos que a solução adotada para a captação da água diverge consideravelmente – conforme comentamos de maneira breve no capítulo anterior e que aprofundaremos neste momento – da forma mais comumente empregada pela maioria das fazendas de café, em que a água é coletada terreno acima, se beneficiando da força da gravidade para ser conduzida e distribuída nas diversas instalações, inclusive daquelas da região de Araraquara, onde está inserida a fazenda Glória.

A água que era utilizada para o abastecimento do objeto de estudo e servia às etapas de beneficiamento do café, provinha de nascentes localizadas nas proximidades do conjunto edificado da sede. Estas nascentes estão localizadas em remanescentes de Mata Atlântica nativa e se constituem Área de Preservação Permanente (APP). Ademais, estas águas dão origem ao "córrego da fazenda Glória" que, somado a outros cursos d'água da região, deságuam no corpo hídrico responsável por abastecer o município de Jaboticabal, o córrego Rico, inserido na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu – como vimos anteriormente. Através dos relatos orais, percebemos que os proprietários sempre procuraram cuidar das áreas de vegetação natural, porém, hoje, a água utilizada pela fazenda é obtida de um poço semiartesiano – e até onde pudemos apurar, por preferência dos herdeiros.

> A nascente a gente sempre cuidou bem, tanto que o pessoal que limpava não deixava animal entrar, enfim, porque era a água que meus avós [Lucino Freire de Mattos Barretto e D. Antônia Maria de Mattos Barretto] e meus pais [Alfredo Freire de Mattos Barretto e D. Lydionette Ostini Barretto] utilizavam. Então sempre foi muito bem cuidada, tanto que está lá até hoje. Só que hoje a gente não utiliza mais, porque temos o poço artesiano. Mas sempre houve uma preocupação em manter a nascente e em proteger a mata, até porque era a água deles, né? [...]. (BARRETTO, 2019).

Perceptível através de nossas visitas ao local, e por meio dos depoimentos dos entrevistados, pelo fato das nascentes da fazenda Glória se localizarem abaixo do conjunto da sede para que pudessem ser aproveitadas mais facil-

mente, foi preciso abrir uma série de valas nas proximidades das nascentes. Após comprovado que a vazão era suficiente para atender a demanda local, estas aberturas foram impermeabilizadas com tijolos e cobertas com terra, formando condutores artificiais – havia a recomendação de que tratores, carroças e mesmo o gado não passassem por perto –, que transportavam a água até uma pequena caixa de coleta e depois até a "caixa d'água de baixo" que fica nas proximidades, assim nomeada pelos ex-funcionários e proprietários por estar localizada bem mais abaixo da sede.

> A qualidade da água é fantástica. [...] abria um buraco, quatro--cinco metros de profundidade... aí escolhia fazer um túnel em tal sentido[...]. Então, se ele cavoucava 20-40 metros e ficava seco, fazia outro buraco até achar uma "veia" que compensasse... a hora que achava água à vontade, continuava. Aí, a água corria por esse buraco e descia lá na casinha, uma caixinha pra receber essa água [...], dessa casinha, por canos, a água descia pra [...] caixa d'água de baixo. [...] Todo mundo que estava na fazenda sabia que não podia entrar trator, gado, nem nada lá em cima das canaletas de água. E a água ali era um cristal [...] (GARCIA, 2020).

> Nossa! A fazenda tinha uma das melhores águas...[...] tem sete poços, cavados no chão, ali pra baixo da tulha [edifício da tulha e casa de máquinas]. Eles eram usados para coletar a água e levar, por umas canaletas que eram cavadas no chão e fechadas com tijolos, [...] até uma casinha pequena de coleta e, depois, por canos de metal, essa água era levada até [...] uma caixa d'água maior [caixa d'água de baixo] (LIMA FILHO, 2020).

A água armazenada nessa caixa d'água, no entanto, estava em cotas mais baixas do que o ponto de coleta e ainda mais abaixo do conjunto edificado da sede da fazenda. Segundo dados obtidos nas entrevistas, a solução dada para o bombeamento desta água foi a utilização de um motor estacionário, que depois de algum tempo sofreu avaria e foi preciso acoplar uma correia ao eixo de um trator que passou a acionar a bomba d'água. Posteriormente foi utilizado outro motor semelhante, ainda movido a óleo diesel e, mais tarde, substituído por um elétrico.

> Antes tinha um primeiro motor estacionário, que era americano... depois foi posto o trator lá, porque esse motor pifou. Tinha uma tomada de força, uma polia, uma correia e o trator ficava lá funcionando... bombeando a água pra caixa lá de cima. Aí, depois, não puseram mais trator... compraram esse motor Yanmar. [...] (GARCIA, 2020).

> Eu não lembro como era feito mais antigamente, mas dentro dessa caixa d'água maior de baixo tinha um motor que era puxado por um trator... eu e meu irmão levámos até lá, a gente conectava e puxava a água pra cima. Depois foi usado um motor a óleo e, mais tarde, elétrico. Aí mandava a água lá pra caixa d'água [...] que

> fica pra cima do pomar. Nessa caixa, enchia as caixas de dentro e distribuía [...] lá de cima, pra baixo (LIMA FILHO, 2020).

Enfim, antes da instalação do poço semiartesiano, a água era bombeada até outra caixa d'água localizada acima do pomar – chamada de "caixa d'água de cima" por estar em cotas superiores a todo o núcleo principal – para ser distribuída, por meio de condutores subterrâneos, até as instalações e edificações, principalmente aquelas ligadas ao setor produtivo, como veremos a seguir.







Figura 33
Imagens externas da pequena caixa de coleta. Fonte: Acervo do autor (2020).

A pequena caixa de coleta, localizada por volta de uns 150 metros abaixo do edifício da tulha e casa de máquinas (ver **Figura 28, p.150**)[2], e para onde a água originária das nascentes era conduzida através das canaletas subterrâneas, foi implantada em uma parte do terreno com uma topografia mais íngreme, não obstante estar em uma porção relativamente plana – como se fosse no topo de uma pequena colina. Dessa maneira, sua instalação exigiu poucas correções no terreno, somente um pequeno muro de arrimo – também porque a edificação conta com dimensões bastante reduzidas, possuindo uma área de cerca de 6 m², ou seja, por volta de três metros de comprimento e dois de largura.

Em termos de tipologia arquitetônica, notamos que esta caixa de coleta é bastante simples, possivelmente construída com o intuito de abrigar as instalações das intempéries e seus efeitos – chuvas fortes, enxurradas, erosão, ventanias, quedas de árvore etc. –, bem como para evitar problemas com animais que poderiam interromper a vazão ou danificar os condutores. Assim, trata-se de uma edificação térrea, construída com alvenaria de tijolos e telhado de duas águas[3] sustentado por vigas e ripas de madeira serrada e coberto com telhas de zinco – que estão em estado mediano de conservação, pois algumas peças de madeira estão infestadas por cupim e há pontos de ferrugem em algumas das telhas. É possível que estas telhas

2 A **Figura 28, p.150**, referente à implantação do conjunto edificado da sede da fazenda Glória, é indispensável para o entendimento da localização das edificações analisadas. Portanto, pelo fato de a imagem já ter sido utilizada no capítulo anterior e para evitar repetições, colocamos lembretes no decorrer do texto referentes à sua numeração e página para que, sempre que necessário, seja possível recorrer à mesma para identificar qual edifício estamos nos referindo.

3 Em termos técnicos de engenharia civil e arquitetura, um telhado em "águas", significa o número de superfícies inclinadas de um telhado, desde o ponto mais alto até a beirada, por onde correm as águas pluviais. Por exemplo, um telhado que possui dois planos inclinados é designado como de "duas águas" (CORONA & LEMOS, 2017, p. 24).

sejam da mesma época das que existiam no edifício da tulha e casa de máquinas, como veremos adiante.



Figura 34
Espaço interno e detalhes da cobertura da pequena caixa de coleta. Fonte: Acervo do autor (2020).

Ressaltando a simplicidade da edificação, identificamos que não há indícios de que a caixa de coleta tenha possuído qualquer tipo de acabamentos de fachada, como guarda-pó[4], lambrequim5 etc., os quais aparecem com certa frequência em outras edificações da fazenda, conforme observaremos no decorrer deste e do próximo capítulo. Assim, a singeleza de sua volumetria prismática é suavizada apenas pela presença dos beirais6. Internamente, há somente um único ambiente formado por suas quatro paredes, acessado por uma porta de madeira, que é a única abertura desta edificação, que não conta com forro e o piso recebe somente uma camada de cimento – até difícil de ver devido à lama acumulada. Mas era a partir desta pequena caixa de coleta que a água seguia até a próxima edificação de armazenamento, a "caixa d'água de baixo", por cerca de 200 metros (ver **Figura 31, p.152-153**) e sobre a qual trataremos a seguir.

Esta "caixa d'água de baixo" foi implantada em um ponto de maior declividade e em cotas mais baixas, portanto, houve a necessidade de realizar correções na topografia, como cortes e aterros[7]. Os cortes foram feitos nas proximidades do acesso à edificação, e para sustentar o volume de terra da encosta foi feito um muro de arrimo paralelo às fachadas frontal e lateral direita, enquanto os aterros foram feitos apenas nos limites do corpo da edificação, tendo as paredes das fachadas posterior e lateral esquerda a função de contenção, embora possuam dimensões (largura e altura) menores em comparação com os muros de arrimo nas proximidades das outras faces.

4 Por "guarda-pó" entende-se como um forro de tábuas que tem a função de revestir a estrutura dos telhados, principalmente nas partes aparentes dos beirais (CORONA & LEMOS, 2017, p. 250).

5 Resumidamente, "lambrequim" significa rendilhado de madeira que era recortado e utilizado na decoração das extremidades de beirais (CORONA & LEMOS, 2017, p. 294-295).

6 "Beiral" é uma parte do telhado que é formada por fiadas de telhas e que forma uma saliência sobre a parede externa de uma construção. A principal função destes era desviar as águas pluviais das paredes do corpo principal da edificação, protegendo-as da umidade e contribuindo para escoar as águas (CORONA & LEMOS, 2017, p.75).

7 A expressão "corte", em engenharia civil e em arquitetura e urbanismo, significa o mesmo que "desaterrar", ou seja, alterar a posição de uma parte do terreno para transpor determinado volume de terra para outra parte ou, até mesmo, para outra localidade. Já "aterro" ou "aterrar", inversamente, é o ato de utilizar certa quantidade de terra com o intuito de elevar um terreno, ou, até mesmo, para nivelar uma superfície irregular (CORONA & LEMOS, 2017, p. 58 e 167)

Sua tipologia arquitetônica assemelha-se à da pequena caixa de coleta, é térrea e construída com alvenaria de tijolos; entretanto, seu telhado é de quatro águas – excetuando-se a cobertura do cômodo anexo, que é formada por três águas (ver **Apêndice D**) – e, por mais que os entrevistados não soubessem opinar sobre detalhes mais específicos desta edificação,ao que tudo indica, houve reparos na cobertura com a substituição de elementos construtivos mais antigos por outros mais recentes, como peças e tesouras de madeira serrada e telhas cerâmicas do tipo francesa. É possível cogitar, ainda, que a antiga cobertura possuísse elementos da mesma materialidade, só que mais rústicos e suas telhas fossem do tipo capa e canal – conforme encontramos em outras edificações da fazenda e que veremos ainda neste capítulo e no seguinte – e, ao que parece, a construção não chegou a contar com acabamentos externos mais elaborados, como guarda-pós etc., uma simplificação que repete o que constatamos na pequena caixa de coleta.



Figura 35
Imagens externas da caixa d'água de baixo.
Fonte: Acervo do autor (2020).

O volume da "caixa d'água de baixo" é formado por um bloco retangular, notando-se o prolongamento dos beirais, uma saliência na fachada posterior, provavelmente devido a alguma instalação hidráulica antiga e, por fim, um pequeno anexo à fachada lateral direita, o qual recebia e encaminhava a água para ser armazenada. Internamente, a planta-baixa está organizada da seguinte maneira: o acesso ao corpo principal se dá por uma única porta na fachada frontal para o espaço onde ficavam os motores e controladores responsáveis pelo bombeamento da água, não mais existentes; em seguida está o reservatório, contornado por uma borda, que permite acumular até 34 m³ de água; e no pequeno anexo, que pode ser acessado somente por uma porta, há apenas tubulações e encanamentos.

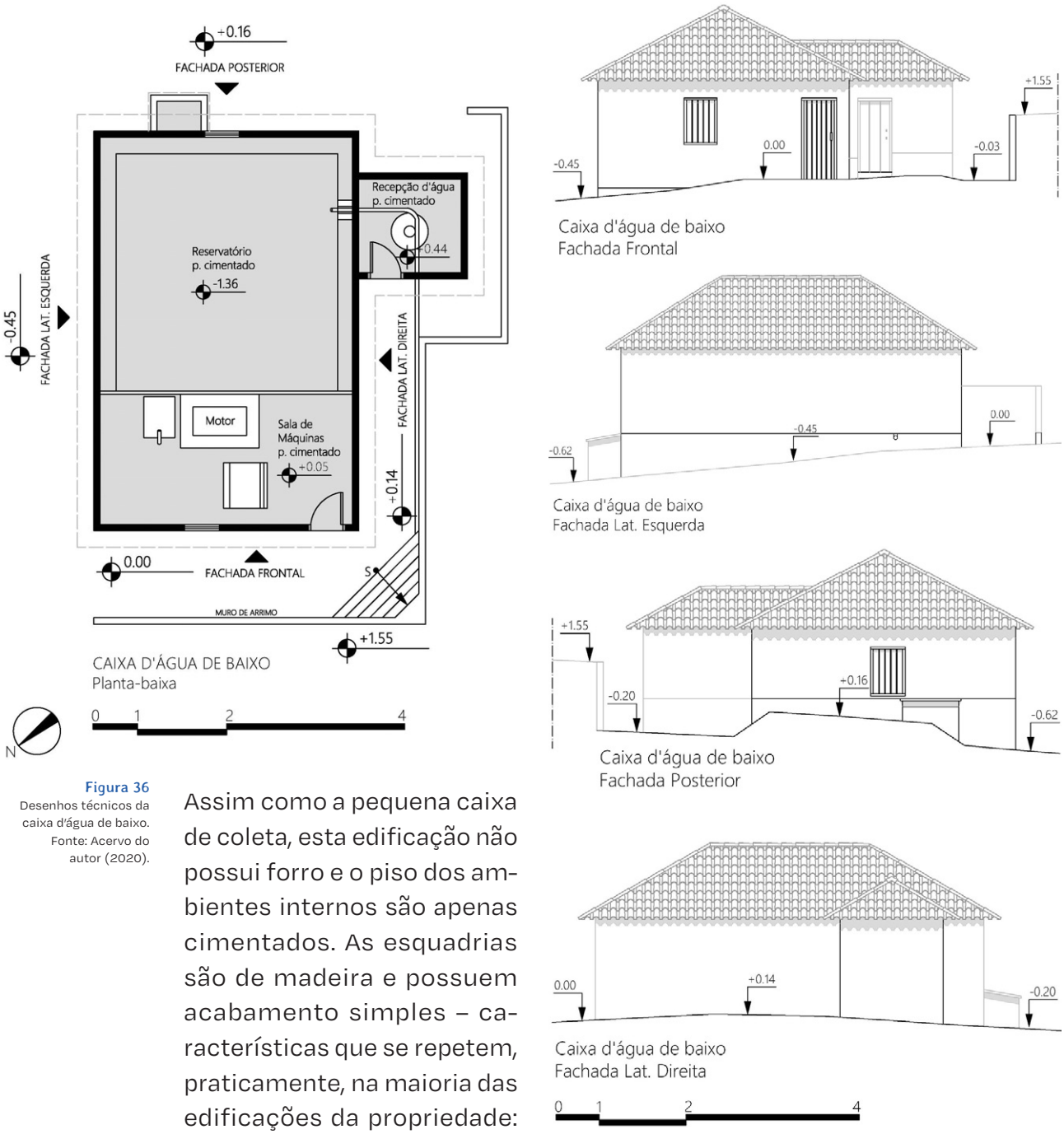


Figura 36
Desenhos técnicos da caixa d'água de baixo. Fonte: Acervo do autor (2020).

Assim como a pequena caixa de coleta, esta edificação não possui forro e o piso dos ambientes internos são apenas cimentados. As esquadrias são de madeira e possuem acabamento simples – características que se repetem, praticamente, na maioria das edificações da propriedade: portas com folha única e sem almofadadas[8] nem bandeiras[9], mas contando com componentes metálicos, como dobradiças e fechaduras; janelas com vergas retas[10], seguindo o mesmo padrão compositivo das portas e tendo

8 Por "almofada" entende-se, em arquitetura, marcenaria, entre outras áreas, como uma superfície de pequena extensão que é circundada ou fechada por molduras, filetes ou reentrâncias na própria peça. Por exemplo, quando se fala em "porta almofadada", significa que a(s) folha(s) desta(s) apresenta(m) retângulos reentrantes ou salientes, que podem ser decorados ou não (CORONA & LEMOS, 2017, p. 31-32).

9 Chama-se de "bandeira" certas envasaduras, sobretudo nas do século XIX, o caixilho situado na parte de cima de portas ou janelas. Esse tipo de elemento arquitetônico foi muito utilizado para melhorar a iluminação e/ou ventilação dos ambientes (CORONA & LEMOS, 2017, p. 69).

10 "Verga" é o nome da peça que faz o fechamento superior e horizontal de vãos de portas e janelas, e suas extremidades são apoiadas nas chamadas "ombreiras" (CORONA & LEMOS, 2017, p. 470).



Figura 37
Espaço interno e detalhes das esquadrias da caixa d'água de baixo. Fonte: Acervo do autor (2020).

apenas uma folha de escuros[11] sem detalhes e trancadas por taramelas[12] de madeira. Quanto aos acabamentos, ao que tudo indica, as paredes não chegaram a ser decoradas e receberam somente o reboco e uma camada de cal nos planos externos e internos, enquanto as esquadrias foram pintadas com tinta a óleo azul claro.

No mais, a "caixa d'água de baixo" configura-se como um local intermediário na cadeia do outrora sistema de abastecimento utilizado na propriedade, que em um dado momento passou a ser servido por energia elétrica para movimentar os motores e equipamentos de bombeamento. Notamos que

11 Por "escuros" entende-se como o nome que se dá às folhas das janelas que não contém planos translúcidos, como planos de vidro ou vitrais, e que escurecem totalmente os ambientes internos quando estão fechados. Segundo o dicionário, a maneira correta é dizer "os 'escuros' da janela" (CORONA & LEMOS, 2017, p. 197).

12 "Taramela" é um pedaço de madeira atravessado por um prego, o qual tem a função de eixo de rotação, e tem a função de trancar, por dentro, portas e janelas (CORONA & LEMOS, 2017, p. 442).

Figura 38
Imagens externas da caixa d'água de cima. Fonte: Acervo do autor (2020).

dentro da edificação restam apenas alguns canos e condutores, poucos metros de fiação que foram deixadas à mostra e alguns vestígios nas bases de cimento das instalações dos antigos controladores e motores.





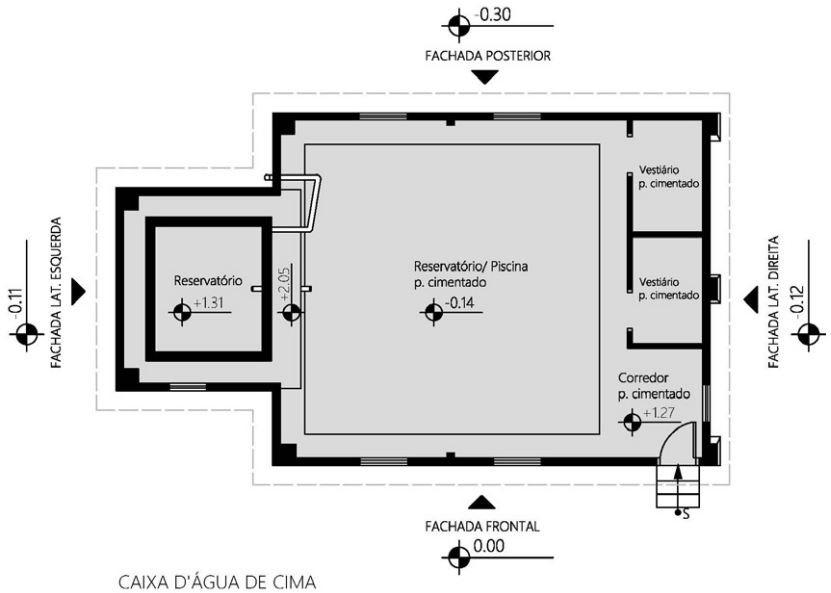


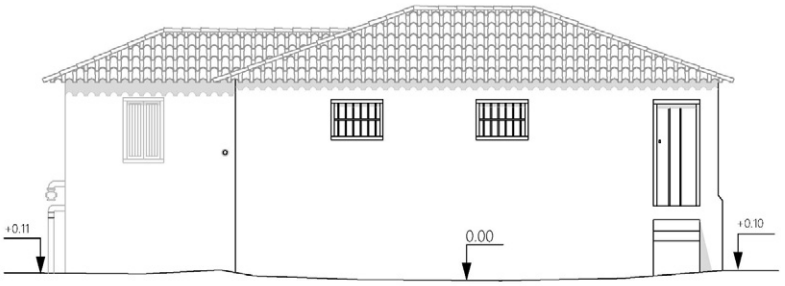


Quanto à "caixa d'água de cima", localizada nas proximidades do pomar, (ver **Figura 31, p.152-153**) recebia a água bombeada da "caixa d'água de baixo" para ser distribuída no núcleo principal da fazenda. Percebemos que foi implantada em uma porção do terreno quase totalmente plana, dispensando a necessidade de muitas correções no relevo, especialmente porque foi explorada a solução de planta baixa em dois níveis. Desta forma, o nível mais baixo está a cerca de 1,30m de profundidade. Isto significa que ao ter acesso ao edifício, subindo uma pequena escada, de quatro degraus, permitiu a formação de um porão não tão alto, mas que pode ter sido aproveitado para estocagem de insumos agrícolas, entre outros itens.

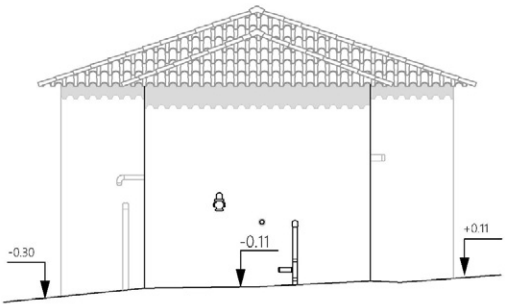
A tipologia da edificação é térrea, em alvenaria de tijolos e telhado do corpo principal é de quatro águas e a do volume anexado é de três águas (ver **Apêndice E**). A estrutura do telhado é composta por peças de madeira serrada e a cobertura é de telhas cerâmicas do tipo francesa, tudo muito semelhante ao que foi utilizado na caixa d'água de baixo, podendo significar que ambas foram executadas e reformadas nos mesmos períodos. Também não encontramos indícios de que a "caixa d'água de cima" contasse com acabamentos externos de fachada, como lambrequins etc., parecendo indicar que o padrão simplificado, e até certo ponto rústico, foi a opção desejada para os dois reservatórios.

A edificação tem a forma de um prisma retangular que define o volume principal e por outro de volume menor, localizado na fachada lateral esquerda e sob a mesma cobertura por meio do prolongamento dos beirais. O acesso à edificação ocorre por uma única porta, através da qual se chega a um pequeno corredor interno; à esquerda, naquele volume menor e a uma altura de dois metros acima do nível do piso está o reservatório que primeiro recebia a água, e podia armazenar cerca de três metros cúbicos e meio que serviria ao conjunto de instalações formado pela sede da fazenda; entretanto, através do cano ladrão, ou extravasor, a água era despejada em outro reservatório maior à direita, com capacidade

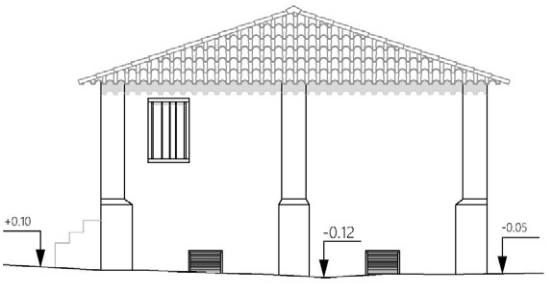




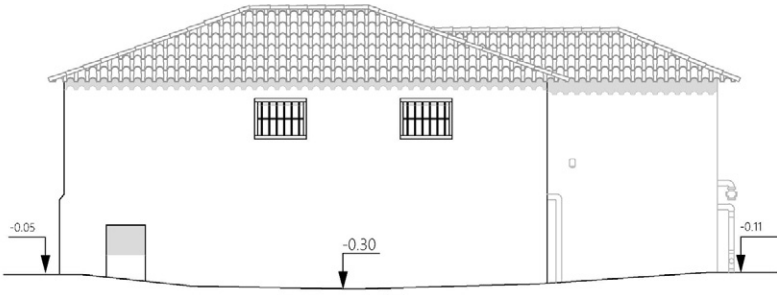
Caixa d'água de cima
Fachada Frontal



Caixa d'água de cima
Fachada Lat. Esquerda



Caixa d'água de cima
Fachada Lat. Direita



Caixa d'água de cima
Fachada Posterior

0 1 2 4

Figura 39
Desenhos técnicos da caixa d'água de cima.
Fonte: Acervo do autor (2020).



Figura 40
Espaço interno e detalhes das esquadrias da caixa d'água de cima. Fonte: Acervo do autor (2020).

aproximada de 45m³; e na extremidade direita há ainda dois pequenos cômodos que, segundo os relatos orais, eram vestiários, uma vez que os proprietários da fazenda utilizavam o reservatório maior como piscina, coberta e privativa. Entretanto, conforme relato de Adauto Sanches Garcia (2020), ex-funcionário e morador da fazenda Glória, quando criança, ele e outros filhos dos trabalhadores da propriedade, exploravam a possibilidade de usar a piscina sem a anuência dos proprietários entrando pelas janelas – chamada

por ele de "vitrôs", muito embora não encontramos a presença de janelas com planos de vidro, somente folhas cegas de madeira.

> A água vinha lá da mina de baixo, subia e enchia a caixa d'água pequena de cima e depois o ladrão dessa jogava na de baixo, pra piscina que a gente chamava. Essa caixa d'água é o reservatório [...] pra sede [...]. A de baixo era uma piscina normal... tomar banho. Naqueles quartinhos pequenos era pra trocar de roupa. Nunca teve porta, porque você entrava atrás da parede ali, sabe? De baixo da caixa d'água também usava pra guardar coisa, por causa da altura da caixa, né? A gente era molecada e era proibido de entrar aqui, né? A gente entrava pelo vitrô, pela janela [risos] (GARCIA, 2020).

Assim como na "caixa d'água de baixo", nesta "caixa d'água de cima" também não há forro e o piso é cimentado. A única porta é de madeira com apenas uma folha cega e componentes de instalação e tranca metálicos; as janelas são do mesmo padrão com vergas retas, dobradiças de ferro e taramelas de madeira, porém, foram utilizados os dois tipos. A maioria é composta por duas folhas de escuros sem detalhes. As exceções são apenas duas unidades, uma na fachada frontal e outra na lateral direita, semelhante às demais, possuindo apenas uma única folha de escuros. Quanto aos acabamentos, tanto as paredes internas quanto as externas são rebocadas e, apesar da pintura desbotada e quase inexistente, é possível notar que eram pintadas com cal e sem maiores detalhes; as esquadrias foram pintadas com tinta a óleo azul escuro.

As instalações da "caixa d'água de cima" são praticamente as mesmas da "de baixo", apenas lembrando que, além dos equipamentos hidráulicos e elétricos responsáveis por redistribuir a água, havia o uso do reservatório maior como piscina por parte dos proprietários. Neste sentido, pode ser que tenha existido um ou outro mobiliário para seus usuários nos momentos de lazer, por exemplo, bancos, cadeiras etc., mas, mesmo assim, ainda era uma edificação de funções muito específicas e voltada, quase que exclusivamente, para o setor de produção, sendo sua composição bastante simples. Observamos em nossas visitas que a edificação está em bom estado, entretanto, parte da estrutura do telhado está ruindo e é sustentada apenas por um pilar improvisado de madeira, o que deve exigir cuidado e atenção por parte dos proprietários se houver o intuito de manter a integridade do edifício e, até mesmo, sua existência futura.

Após a água ser armazenada, o próximo passo era distribuí-la. De acordo com Benincasa (2003, p. 137-139), as edificações voltadas às etapas de beneficiamento – como lavadores, terreiros, tulhas e casas de máquinas –, configuravam-se como o "ponto central" das fazendas de café, especialmente as da região de Araraquara, e a posição em que eram instaladas

obedecia a uma lógica funcional que visava facilitar o processo de beneficiamento do café. Ainda segundo o autor, se é possível encontrar variações regionais quanto à proximidade ou afastamento destas em relação à casa dos proprietários e aos terreiros, estes ora à frente, ora mais afastados, a localização dos lavadores e das casas de máquinas permanecia invariável, sempre aproveitando a declividade natural do terreno.

> A causa desta invariabilidade foi o máximo aproveitamento da lei da gravidade. Ao se enfileirar as várias edificações que necessitam da água para executar suas funções, no sentido descendente, podia-se utilizar, racionalmente, um único canal de água para abastecer e permitir o funcionamento de todas. Locavam-se na parte superior aquelas edificações que necessitavam de uma água mais limpa, caso dos lavadores e dos terreiros; depois, aquelas que necessitavam da água apenas para a movimentação das rodas d'água, geradoras da força motriz de vários maquinários, como as casas de máquinas de beneficiamento do café, moinhos, serrarias, etc. (BENINCASA, 2003, p. 139).

Na fazenda Glória, mesmo sendo uma propriedade inserida na região de Araraquara, ainda que apresente uma configuração de aproveitamento da encosta, conforme destacado por Benincasa (2003), foge à regra no que diz respeito à utilização da água como força motriz. Muito possivelmente, isto se deva aos benefícios da época de sua instalação já no início do século XX, momento em que foi possível usufruir do maquinário a vapor.

Portanto, seguindo o caminho da água que estamos traçando, a primeira instalação do sistema produtivo da fazenda Glória a receber a água que vinha da "caixa d'água de cima" era o lavador de café, lembrando que antes disso os grãos de café haviam passado pelo expurgo, local em que eram confinados para aplicação de substâncias químicas com o objetivo de extinguir a "broca do café"[13].

Com o intuito de contribuir para compreender melhor as etapas do processo de produção e beneficiamento do café, tivemos a oportunidade de entrevistar Dr. Décio Luiz Malta Campos (2021), engenheiro agrônomo e um dos herdeiros da fazenda Santa Maria do Monjolinho, propriedade do ciclo

13 De acordo com Silva (2006, p. 51), a ocorrência de pragas nos cafezais existe desde o momento em que estes foram introduzidos no Brasil, sobretudo quando foi levada ao Sudeste e novos parasitas causaram danos às plantações no vale do Paraíba fluminense por volta de meados do século XIX. Segundo o autor (p. 58-65), salvo ocorrências pontuais, a "broca do café" surgiu na lavoura paulista no ano de 1924, momento em que técnicos e diretores da Secretaria de Agricultura do Estado estiveram em Campinas, onde alguns pés de café foram infestados pelos insetos; porém, com o passar dos anos, a praga alcançou outros municípios, como Ribeirão Preto, e interferiu nos lucros da agricultura. Ainda de acordo com o autor (p. 150-152), após discussões e pesquisas, uma maior vigilância e métodos de controle foram implementados, como a recomendação de que o café deveria ser expurgado em câmaras fechadas com agentes químicos, por exemplo o sulfureto de carbono – uma medida que se mostrou eficaz e controlou a propagação da broca do café. Para mais informações sobre ver: SILVA (2006).

cafeeiro inaugurada no final do século XIX[14]. De acordo com o fazendeiro, o processo de lavagem era feito somente para limpar os frutos, que continham resquícios de poeira, terra, galhos, folhas, pedras etc., entretanto, tão importante quanto a limpeza era a classificação dos grãos de café, uma vez que no momento da colheita os grãos eram apanhados em diferentes estágios de maturação e, portanto, precisavam ser separados para secarem adequadamente no terreiro – isso ocorria, sobretudo, para que seu valor não fosse depreciado na venda:

> Bom, lavar café teria, pra nós aqui que temos a terra vermelha, onde o café foi tanto produzido... na hora da colheita uma parte do café fica [...] fica sujo de terra. Então, a lavagem do café permitia a limpeza do grão. A segunda questão mais importante e causa [da lavagem], é que o café, na hora da colheita, ele é feito de uma vez só, pegando grãos de vários tipos de maturação... então, é na hora de você dar banho, devido ao peso específico de cada grão e à maturação que tem, ele boia, ou fica no meio da água, ou desce para o fundo. Então, isso é meio que uma separação, barata... então, na hora que o café chega da colheita, ele é despejado dentro do lavador, que é um tanque d'água, aí, então, o pesado vai para o fundo, o que está com o peso relativamente médio fica boiando no meio, e o mais leve vem para a superfície. Isso era pra você separar esse café. Na hora que ele vai para o terreiro, no momento de secar esse café, cada um tem um período de seca diferenciada... tem um [que] seca mais depressa, e o outro leva mais tempo. Por isso é que lava o café... quer dizer, a ideia de lavar o café seria para limpá-lo, existe, mas o mais importante era dar uma classificação para o grão para poder, no terreiro, ter uma seca melhor. Porque a seca é a base do preço que vai ter depois... porque se o café que está no terreiro seca muito, ou seja, ele seca... na hora da venda o degustador vai perceber e ele vai pagar o preço dependendo da qualidade do café (MALTA CAMPOS, 2021).

Sobre o ato de expurgar o café, Dr. Décio Malta Campos (2021) pondera, da mesma forma que Silva (2006), que esse se tornou mais comum devido à necessidade de combater a chamada "broca do café" e que a solução veio com a aplicação de gases venenosos nos frutos confinados em câmaras fechadas:

> [...] a broca do café, um pequeno inseto [...], no furo que ele faz no café, ele deposita os ovos. Aí quando a larva nasce, come o grão do café... então fica só a casca [...], e dentro não tem nada, porque a larva, depois que ela ficou adulta, ela cai no chão, ela se transforma em uma libélula, em uma pequena borboleta, e começa a reproduzir. Então, o problema da broca foi muito sério... porque você colhia o café, fazia, e praticamente 80% do grão tinha uma broca. Isso não só diminuía o peso do café, quer dizer, a renda

14 Dr. Décio Luiz Malta Campos é engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), no ano de 1953. Possuía 90 anos de idade quando nos concedeu a entrevista e residia na fazenda Santa Maria do Monjolinho, localizada no município de São Carlos, SP, há 68 anos, desenvolvendo atividades agropecuárias, como: plantação de café, criação de aves e de gado leiteiro. Até o momento de nossa entrevista, na propriedade plantava-se cana-de-açúcar e ainda se extraía leite, o qual era 100% orgânico e vendido, entre outras empresas, a Nestlé. Mais informações sobre a fazenda ver: http://santamariadomonjolinho.com.br/.

> real, como também você não conseguia ter café pra pagar, porque estava estragado... quando a broca furava, entrava mofo, entrava corpo estranho e o café ficava inteiro perdido, não dava pra usar. Esse ataque da broca aconteceu por volta de 1940, 1940 e poucos, e foi muito forte e o pessoal não sabia o que fazer pra controlar [...]. Naquela época só tinha inseticida de contato... então você pulverizava, mas a broca que tava dentro do grão, não morria [...]. Então, estava mal o negócio. Aí começou a ter alguém, eu acho que foi o Instituto Agronômico de Campinas, que começou a usar o inseticida que andava pela seiva da planta... o sistêmico. [...] então, a hora que a broca chupava pra se alimentar, ela pegava o veneno e morria [...], mas sempre teve aquele problema: um grupo combatia, outro falava que fazia mal, não era um negócio assim tão fácil [...]. Mas, é... a broca acabou sendo controlada não só pela falta de café, porque foi diminuindo, aqui no estado [...] como também pelo fato de o pessoal começar a cuidar, né? [...], mas foi um período de, 1949-1950 até 1960 e poucos, difícil, que foi um período que o café ficou muito prejudicado pelo ataque da broca (MALTA CAMPOS, 2021).

> [...] o expurgo, a ideia era usar um gás venenoso... e esse gás, então, a broca ia respirar e ela morria. Então, esse gás venenoso tinha que ser colocado em um lugar fechado, então deram o nome de câmara de expurgo... que é a que eu construí aqui na fazenda [Santa Maria do Monjolinho], a maioria dos fazendeiros fez algum. Era uma construção fechada, que não tinha por onde sair e nem entrar ar, e ali colocava, então, o café que chegava da roça, ainda cheio de broca, né? Colocava ali, fechava tudo e colocava, [...] um produto à base de enxofre, que ia envenenar toda a broca. [...] Geralmente, ele [o café] ficava 48 horas deixado no expurgo... você punha [...] o gás, fechava e deixava lá. Aí, depois de 48 horas, você abria e ventilava pra poder mexer (MALTA CAMPOS, 2021).

Notamos que no caso da fazenda Glória, o lavador e o expurgo estão instalados na extremidade superior esquerda do terreiro (ver **Figura 28, p.150**) e em uma cota um pouco mais acima, principalmente para que, após concluída a lavagem, os grãos de café pudessem ser encaminhados por gravidade através das canaletas para o espaço de secagem[15]. Entretanto, segundo relatos orais, depois de meados do século XX, a colheita deixou de ser lavada e foram raras as oportunidades em que os entrevistados presenciaram a ocorrência desta etapa na propriedade. Deste período em diante, os grãos eram somente peneirados e abanados na própria lavoura, em seguida transportados e despejados no terreiro:

> Pra lavar o café era assim: o café era posto dentro do expurgo [...] fechava a porta, e jogava veneno dentro. Depois [...] punha a bomba pra funcionar e enchia o lavador, logo ao lado. Abria aquelas portas de ferro, o café ia saindo lá de dentro e ia lavando... lá na

15 Conforme vimos, o processo de beneficiamento iniciava com a lavagem da colheita, momento em que os frutos eram colocados em tanques com água corrente para que fosse feita a separação daqueles de boa qualidade, que não boiam, dos estragados e para remover resíduos. Terminada essa etapa, eram abertas pequenas comportas para que a água levasse o café até os terreiros, através de canais instalados em sua parte superior, onde os grãos eram separados por peneiras ou ralos, para que pudessem ser espalhados e secarem (BENINCASA, 2003, p. 35).

> frente, pelas canaletas do terreiro, ficava um cara embaixo das bocas, que era por onde o café saía, com umas carriolinhas... daí ele [enchia] e esparramava pra secar. [...] era uma facilidade! Na minha época [1950 a 1970], pelo que eu me lembro, lavou o café só umas duas ou três vezes... eu não vi muito (GARCIA, 2020).

> Eu não sou desse tempo de lavar o café, não. Foi só depois que eu comecei a trabalhar lá que eu tive esse conhecimento, porque o pessoal falava que eles lavavam o café primeiro pra, depois, jogar no terreirão. [...] eu tinha uns dez anos [...] eu nasci em 1966, então na década de 1970 ainda tinha café, mas já não lavava mais. A gente chegava com as carroças [...] puxadas por burros... aí encostava ali perto do terreirão e cada um pegava um saco pra ir descarregando [...]. Não peneirava nem limpava nada, porque já vinha limpo da roça [...] era só esparramar no terreirão (LIMA FILHO, 2020).

Nesse relato, observamos que havia algumas diferenças no procedimento de expurgo dos grãos na fazenda Glória, fato que certamente permitiu condições mais seguras para os trabalhadores envolvidos na tarefa. E com o intuito de compreender os motivos de o café ter deixado de ser lavado na fazenda Glória, embora no depoimento do antigo trabalhador constatemos evidências de que houve mudanças na colheita que asseguravam a chegada de grãos limpos ao terreiro, novamente recorremos aos conhecimentos de Dr. Décio Malta Campos (2021).

Na opinião do fazendeiro, com o aumento das áreas produtoras no Brasil, sobretudo aquelas localizadas em terrenos de altitude mais elevada e que eram conhecidas por produzir um café de maior qualidade, o preço de comercialização da produção oriunda de uma propriedade instalada em cotas mais baixas seguia uma cotação padrão e, consequentemente, menor. Para o entrevistado, essa padronização pode ser um dos motivos pelos quais os agricultores, de um modo geral, tenham deixado de lavar o café, pois os ganhos após sua venda, fosse este lavado ou não, eram os mesmos – o que pode ser o caso da fazenda Glória, uma vez que está localizada na região de Araraquara, muito próxima a São Carlos, e distante de áreas com altitude tão elevada como, por exemplo, ocorre nos municípios de Franca, Altinópolis etc. Ademais, com o crescimento das áreas de atendimento das companhias que compravam, ensacavam e distribuíam os grãos, estas passaram a misturar diferentes qualidades do produto para alcançar determinada mistura, o que desestimulou a produção de café de maior qualidade:

> Bom, basicamente, o comprador não fez mais a alteração de preço dependendo da bebida. Por que isso? Porque como as áreas de café aumentaram no Brasil, o pessoal que quer bebida boa vai para as áreas onde o café produz bebida boa... o que não é o caso de São Carlos. Então, a área de São Carlos [...] não interessava mais ficar com, vamos dizer assim, cuidado de separar grão para

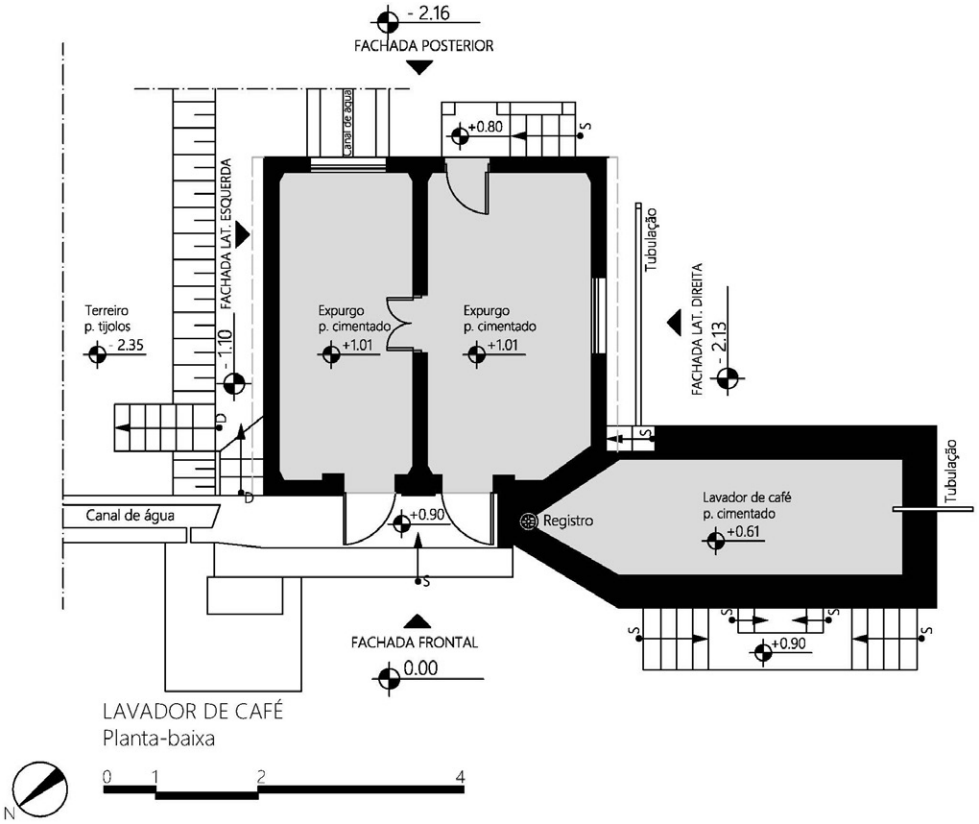
> bebida, porque, o café por ser de São Carlos, já tinha uma certa cotação, quer dizer, o pessoal nem experimentava. Se o café vinha de um lugar alto, aí então pode ser um café que dá uma bebida boa. Então, é essa situação que determinou que o pessoal relaxasse, quer dizer, não precisava mais separar [o café] no terreiro. Na hora da compra, o comprador chegava aqui e dizia: 'eu pago tanto pelo seu café'. Aí você dizia: 'não, mas eu tenho tantas sacas dessa bebida... tenho tantas daquela'. E ele dizia: 'eu pago os sacos que você tem em um preço só'. Então, desestimulou o fazendeiro a procurar melhorar a bebida (MALTA CAMPOS, 2021).

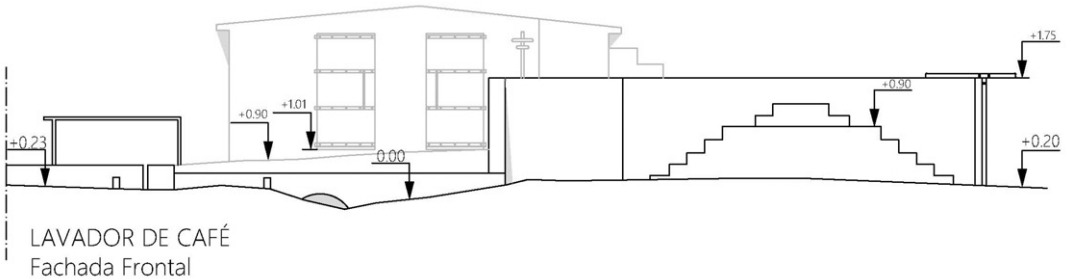
> [...] essas mudanças acabaram ocorrendo porque as companhias que trabalhavam com o café foram ficando muito grandes, quer dizer, pegavam uma área muito grande. Então, essas companhias tinham acesso ao café, por exemplo, de boa qualidade de Franca [...], então eles não faziam questão... eles faziam um blend, uma mistura deles, com o café bom que eles tinham lá em cima, com o café pior [...]. Então, acabou o interesse, vamos dizer, comercial do negócio, né? [...] o café que você encontra hoje no supermercado, [...] eles compram aqui, compram ali, compram lá, fazem a mistura e eles vendem, põem no saquinho [...] (MALTA CAMPOS, 2021).

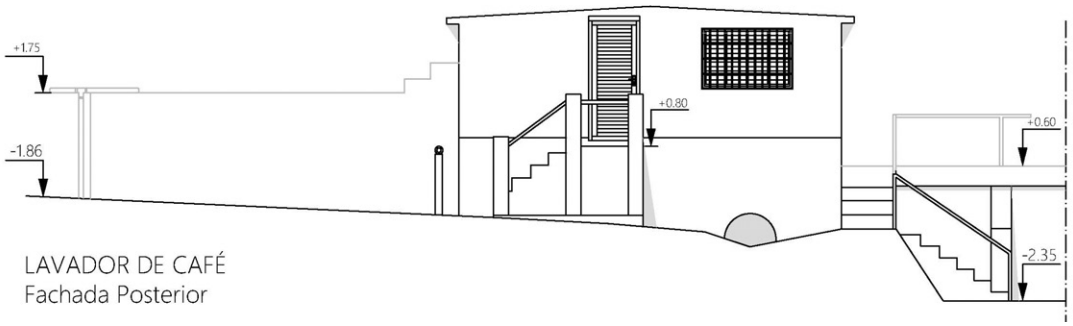
Mesmo não sendo utilizada a instalação do lavador e do expurgo da fazenda Glória, essa está preservada e pudemos constatar que foi implantada sem precisar de muitas correções, pois, devido à declividade suave do terreno, nem muros de arrimo foram construídos, foi preciso somente compensar a diferença de níveis entre a fachada frontal e a posterior com o aprofundamento das paredes de modo a acompanhar a caída do terreno. Além disso, notamos que o nível do piso se distancia cerca de 1,00m do solo, quando acessado pela fachada frontal, talvez para que, aproveitando o desnível natural, fosse possível utilizar o espaço abaixo como porão – o qual, ainda que limitado em altura, poderia ser aproveitado para estocar insumos agrícolas, agentes químicos, componentes e peças mecânicas.

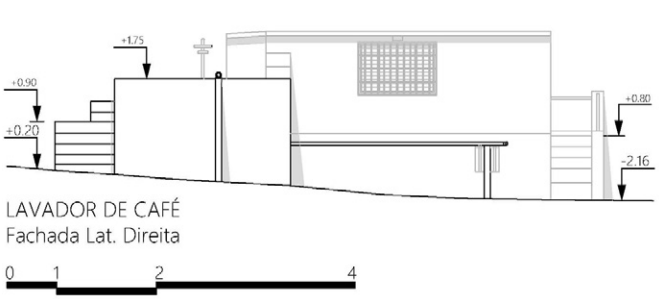
Figura 41
Imagens externas do lavador de café e expurgo. Fonte: Acervo do autor (2020).











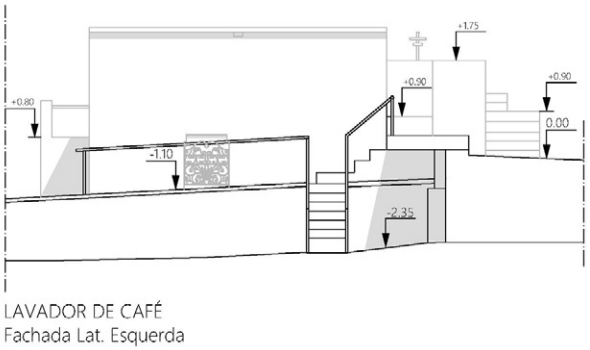


Figura 42
Desenhos técnicos do lavador de café e expurgo.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Semelhante aos demais prédios, o expurgo da fazenda Glória é construído em alvenaria de tijolos, entretanto, sua cobertura é formada por uma laje inclinada (ver **Apêndice F**), principalmente pela necessidade de que fosse vedado hermeticamente para obter o expurgo da colheita. Seu volume é o de um prisma retangular, de dimensões reduzidas e com pequenos beirais nas fachadas laterais. Está anexado ao lavador de café – o qual pode armazenar aproximadamente 12,75 m³ de água – e assim como as edificações até o momento analisadas, não conta com nenhum tipo de acabamento de fachada; seu aspecto é austero, simplificado, e sua forma, literalmente, atende a função a que se destinava: expurgar o café.

Internamente, o expurgo é formado por dois cômodos, sem forro e com piso cimentado, cada um com seu próprio acesso, e que se comunicam entre si por uma porta. A partir do momento em que o café deixou de ser confinado, ao que tudo indica, a edificação foi aproveitada como despejo, pois deixou de ser hermeticamente fechada devido à instalação de aberturas com esquadrias metálicas; no ambiente do lado direito foi colocada uma janela na fachada lateral direita e uma porta na posterior, a qual se configura como um acesso secundário; já no cômodo do lado esquerdo foi colocada outra janela na fachada posterior. Interessante é notar que, internamente, as quinas das paredes, ao invés de formarem um ângulo de 90º, foi feito um preenchimento para evitar o acúmulo de substâncias químicas e parasitas.

Assim como nas edificações analisadas anteriormente, as paredes do expurgo foram rebocadas e pintadas com cal branca, sem maiores detalhes e atualmente desbotadas, enquanto as esquadrias levam a pintura a óleo na cor azul escuro, um padrão que vai se repetindo na maioria das edificações,



Figura 43
Espaço interno e detalhes do expurgo. Fonte: Acervo do autor (2020).

inclusive naquelas que analisaremos adiante. Quanto às instalações, além do conjunto de equipamentos hidráulicos e elétricos outrora usados para bombear a água e fazer a lavagem do café, percebemos que a edificação mantém a simplicidade encontrada até o momento, ainda que adaptada para novo uso, não há instalações sanitárias e nem elétricas, tampouco mobiliário, somente algumas prateleiras que atualmente estão sendo utilizadas para estocar ferramentas, latas de tinta etc., bancadas, mesas de reparos e remanescentes de equipamentos mecânicos abandonados e sem uso atual.

Depois de lavados, ainda com a ajuda da água, os grãos de café eram conduzidos ao terreiro. De acordo com Argollo Ferrão (2015, p. 145-146) desde o século XIX o terreiro era considerado uma das mais importantes construções da propriedade cafeicultora e, a princípio, era feito somente com terra batida, mas sempre com certa inclinação para o escoamento das águas pluviais e para evitar que os grãos fossem soterrados. Entretanto, este procedimento se mostrou inadequado porque afetava a qualidade do produto. Depois de 1860, fazendeiros menos conservadores procuraram revestir os terreiros com materiais indicados por especialistas, como o tijolo cerâmico – também houve a utilização de métodos mistos, como a mistura de ladrilhos do mesmo material e betume[16] –, pois seu custo poderia ser reduzido se a fazenda contasse com uma olaria, bem como:

> Os terreiros de tijolos eram melhores que os de terra batida porque, entre outras vantagens, permitiam que se revolvesse [...] o café molhado sem misturá-lo com a terra, o que acelerava a evaporação [...]. A secagem em terreiros de terra batida era prejudicada, também, pelo fato de não se poder aproveitar os dias de sol, intercalados aos dias chuvosos, por estarem os pátios ainda úmidos. Os terreiros de tijolos, que secavam mais rápido após a chuva, permitiam maior produtividade (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p.146).

Sendo assim, ainda segundo Argollo Ferrão (2015, p. 147-152), até fins do século XIX os terreiros passaram a contar com uma série de melhorias que visavam aprimorar o processo de secagem, de modo que aqueles de terra praticamente caíram em desuso, se tornando de uso corrente: a subdivisão das superfícies em quadras para separar os diferentes lotes, origens, qualidades de café etc.; a construção de pequenas muretas para delimitação do espaço e das chamadas "coroas" ou "meias-luas", feitas com o mesmo material construtivo e utilizadas como forma de proteção contra a chuva, pois sua forma semicircular podia ser coberta com lonas; demais acréscimos, além dos próprios lavadores e canais condutores para transporte do café, como carrinhos de mão e vagonetas que podiam movimentar-se sobre tri-

16 "Betume" pode ser considerado o mesmo que o que hoje conhecemos como asfalto; foi muito utilizado para unir ou colar peças e até para calafetar frestas, ou fendas, graças à sua característica impermeabilizante (CORONA & LEMOS, 2017, p. 76).

lhos e transportar os grãos secos até as tulhas para estocagem e posterior beneficiamento; e a instalação de ralos gradeados na parte mais baixa dos terreiros para garantir o escoamento da água pluvial.

Na prática, de acordo com Dr. Décio Malta Campos (2021), os frutos saíam dos lavadores, já limpos e separados conforme o tipo, por meio das canaletas que iam até o terreiro e isto era importante também para assegurar sua secagem adequada. Por exemplo, o café que boiava no momento da lavagem tinha um tempo de seca de três a quatro dias; aquele que ficava numa altura média demorava por volta de seis dias para secar; e o que afundava, porque era mais pesado, maior e/ou que ainda não havia amadurecido, poderia levar até o dobro do tempo. Ainda segundo Malta Campos (2021), era preciso tomar cuidado com a fermentação, pois, se os lotes ficassem amontoados durante muito tempo, havia o risco de estragarem e, no momento da comercialização, terem seu valor depreciado. Desta maneira, no período de secagem, havia funcionários dedicados integralmente ao trabalho nos terreiros para que quando os grãos alcançassem a umidade de 12 a 13%, o que era verificado através do uso de aparelhos e por conhecimentos adquiridos na prática, fossem recolhidos para a estocagem nas tulhas:

> [...] o café lavado, na hora que ele entrava na água, [...] havia uma separação. Então, isso tudo ia para o terreiro separado, [...]. Aquele que boiava, era o café mais seco... então ele ficava no terreiro, geralmente, três, quatro dias... era o tempo suficiente para ele chegar num grau de umidade de 12, 13%. Com essa umidade ele podia ser recolhido dentro da chamada tulha, que é onde guardava o café. [...] então, o café que, não era o que boiava, mas o que, vamos dizer, nadando no meio da água, esse café ficava, mais ou menos, seis dias no terreiro e depois ia para a tulha. O que afundava era o café mais pesado que, geralmente, era um grão maior, que estava mais verde e que tinha mais água e afundava... este ficava mais tempo no terreiro, às vezes ficava até 12 dias. Então, o terreiro tinha essa separação de acordo com o café que ele estava secando, né? Podia ser um café que secasse rápido e outro não. E tinha um problema no terreiro que era o problema da fermentação... que se não tivesse muito cuidado, e deixasse um monte de café, por exemplo, cinco, seis dias amontoado no terreiro, ele podia fermentar... aí estragava a bebida. Na hora que você fosse vender o café, a bebida era muito ruim... aí o comprador pagava menos. Então, o pessoal tinha cuidado, [...] aqui, por exemplo, eu tinha um aparelho que media umidade, que era um aparelho comum, fácil de ter... [...] quando chegava perto de 12, 13% você já recolhia pra tulha. Antigamente o pessoal usava truque pra ver essa umidade, né? Eu tive um trabalhador aqui que ele colocava um grão de lote de café no meio das duas mãos, ficava esfregando, esfregando, esfregando... aí, depois, ele mordia [...] e dizia: 'ah! Esse café está bom!'. Eu perguntava: 'como é que você sabe?'. E ele me dizia que era pela textura dele: 'na hora que eu fecho com o dente, dependendo da força que eu faço, eu sei se ele está muito úmido ou não'. Mas isso era uma coisa, assim, que você não tinha muita certeza [...]. Eu, aqui, usava sempre um medidor de

> umidade, né? Era uma coisa simples, você punha uma amostra e ele acabava medindo [...] (MALTA CAMPOS, 2021).

Na fazenda Glória, propriedade do início do século XX, que se favoreceu com a generalização das melhorias no beneficiamento do café, verificamos que o terreiro foi implantado em uma cota ligeiramente abaixo do lavador de café (ver **Figura 44**), para que os grãos fossem transportados até ele pela água, em canaletas e aproveitando a gravidade – pelo menos até quando a colheita ainda era lavada no local. Portanto, para sua instalação, o terreiro exigiu maiores correções na declividade natural do terreno através de cortes e aterros. Conta com uma área total de aproximadamente 6.500 m², subdividido em 12 quadras para separação do café por qualidade e tempo de secagem, formando, assim, um grande terrapleno com leve inclinação para facilitar o escoamento das águas pluviais, totalmente revestido por tijolos cerâmicos – que podem, muito possivelmente, terem sido confeccionados na antiga olaria da fazenda, a qual não resistiu à ação do tempo e desapareceu sem qualquer tipo de registro –, e sustentado por muros de arrimo localizados na parte mais baixa do terreno (ver **Figura 11, p.103**), isto é, próximo à tulha e casa de máquinas.



Figura 44
Localização do terreiro em relação ao lavador de café e expurgo, suas subdivisões e detalhes construtivos.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Notamos que dentro e ao redor do terreiro há resquícios de suas instalações de quando ainda era utilizado para secar o café, como: peças de madeira e restos de arame farpado que faziam parte de um cercado, que delimitava e impedia a entrada de pessoas e animais; a canaleta por onde os grãos eram

transportados a partir do lavador sob o controle de comportas que, quando abertas manualmente, permitiam sua passagem até as peneiras que os separavam da água; na extremidade de baixo há, ainda, ralos que se conectavam a pequenas gárgulas[17] para o escoamento da água das chuvas; e, por fim, remanescentes dos trilhos e da plataforma suspensa que fazia a ligação até a edificação da tulha e da casa de máquinas.



Figura 45
Resquícios das instalações do terreiro e do sistema de canaletas para transporte do café, do escoamento de águas pluviais e de trilhos e plataforma suspensa para transporte até as tulhas.
Fonte: Acervo do autor (2020).

17 "Gárgula" é uma pequena abertura por onde a água, especialmente pluvial, vinda de uma superfície, telhado ou condutores metálicos é escoada (CORONA & LEMOS, 2017, p. 238).

Conforme já mencionado e de acordo com os relatos orais, depois que o café deixou de ser lavado, ele era trazido diretamente até o terreiro através de carroças puxadas por tração animal, onde era descarregado e espalhado pelos funcionários da fazenda. Ao longo do dia os grãos eram revolvidos para garantir a boa secagem e ao entardecer, quando ainda não haviam sido levados para a tulha, eram amontoados e cobertos com lonas para evitar que durante a noite o orvalho ou as chuvas molhassem e diminuíssem a sua qualidade – curioso é notar que, para tanto, o terreiro da fazenda Glória nunca possuiu as chamadas "meias-luas", ou "coroas", mas, ainda assim, houve o cuidado de recolher e cobrir o café com lonas ao final do dia. O processo se repetia até que o ponto ideal de secagem dos grãos fosse atingido, momento em que Alfredo Freire de Mattos Barretto e/ou Pedro Sanches Garcia, outrora proprietário e administrador, respectivamente, conferiam e sinalizavam para que fossem colocados – com o auxílio de balaios e por utensílios de madeira – nas vagonetas para serem levados à tulha:

Figura 46a-e
Cotidiano de trabalho no terreiro.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).



[...] Chegavam as carroças com sacos, colocavam no terreiro e o pessoal ficava lá passando aquele rastelo [...], mas sem água. [...]. Lá o café ficava de quatro a cinco dias tomando sol, aí chegava mais café, sabe? [...]. De tarde ia lá, fazia um monte e cobria com encerado, uma lona antiga, pra proteger de tomar chuva, sereno, porque podia perder a qualidade de café. Depois no outro dia soltava tudo de novo. Meu pai [Alfredo Barretto] ia lá, ele sabia o ponto certo, na mão ele sentia se tinha um grau de umidade. Ele

> sabia tudo sobre o café. [...] daí vinha uns burros, com, como se fosse uma enxada grande, sabe? Daí a vagoneta pegava e guardava o café na tulha [...] (BARRETTO, 2019).

> [...] o café chegava da roça, eles exigiam que [...] fosse muito bem abanado pra não vir tanta sujeira para o terreirão [...]. Bom, ele era esparramado e tinha que ficar alguém ali mexendo [...]. Eu vi e fiz isso aí. Chegava uma época que [...], Sr. Alfredo era bom nisso e meu pai [Pedro Sanches Garcia] era ótimo... eles pegavam lá uma amostra do café [...]. Pegavam um canivetinho, cortava, sentia o cheiro para ver o ponto de armazenagem. [...] usava tração animal pra ir amontoando. Às vezes não dava tempo de jogar na tulha e se cobria com encerado, lona de tecido né? [...] A gente também puxava com rodo, rastelo. Aí a gente pegava os balaios, [...] carregava [...] de café nas costas, e levava até na vagoneta. Na minha época tinha duas, aí enchia e a delícia era empurrar... que era um perigo! Tinha toda uma técnica [...] (SANCHES, 2018a).

> O trabalho no terreiro era feito, no início, só com a mão de obra... então, cada um tinha um rodo, que era uma tábua, assim, com um cabo, que servia pra esparramar o café... tinha também, um outro sistema, que era uma tábua grossa, larga, com duas cordas engatadas e um sistema de cabo pra segurar atrás... então tinha um homem atrás pra segurar o cabo, aquela lâmina de tábua ia correndo no terreiro, juntando o grão, [...] eles chamavam de 'vaca' isso... era o nome popular, não sei porque [...]. (MALTA CAMPOS, 2021).

No que diz respeito à tulha, talvez a edificação mais característica de uma propriedade cafeicultora, de acordo com Argollo Ferrão (2015, p. 153-155) e conforme observado nos manuais agrícolas ao longo do século XIX que citamos anteriormente, recomendava-se que deveria ser construída obedecendo uma série de critérios, caso contrário poderia afetar significativamente a qualidade da produção nela estocada e acarretar prejuízos aos proprietários. Era preciso que estes prédios fossem bem cobertos para evitar o contato com a água das chuvas e possíveis goteiras; e que as paredes fossem todas revestidas internamente por tábuas de madeira para o melhor isolamento dos grãos e para evitar a umidade. Ainda conforme o autor, a localização e a forma como as tulhas eram implantadas era outro quesito importante a ser considerado, se o intuito era evitar deslocamentos desnecessários e atrasos nas etapas de beneficiamento. Assim sendo, geralmente localizam-se próximas e em cota inferior à do terreiro, sobretudo para que o café seco pudesse ser enviado até elas com o auxílio de vagonetas – montadas sobre um sistema de trilhos e plataformas suspensas, as quais podiam acessar o sótão através de uma janela inserida em uma parede de empena[18] e após vencer uma leve inclinação – ou, quando não era possível aproveitar o desnível do terreno, eram utilizados elevadores para tanto.

18 "Empena" é o nome dado para cada uma das paredes de um edifício composto por telhado de duas águas cujos vértices superiores são apoiados na cumeeira (CORONA & LEMOS, 2017, p. 182).

Igualmente recorrente era que no mesmo prédio da tulha estivessem abrigados os maquinários de beneficiamento – a chamada "casa de máquinas". No início da cafeicultura no Brasil, as dimensões destes equipamentos eram maiores, porém, com o aperfeiçoamento tecnológico diminuíram de tamanho e, consequentemente, as edificações que os abrigavam também (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 156). Isso ocorreu com mais frequência a partir da década de 1870, momento em que os outrora mecanismos de madeira foram substituídos por máquinas importadas da Europa e dos Estados Unidos – como secadores, despolpadores, selecionadores etc. –, movidas a vapor e, depois, a energia elétrica, assim como por maquinário fabricado em território nacional, com destaque para as empresas que se instalaram em Campinas e região no período, como, por exemplo, Bierrenbach & Irmão, Viúva Faber & Filhos, Milford & Lidgerwood, Mac Hardy & Cia., Arens Irmãos etc. (BENINCASA, 2003, p. 152; CAMILLO, 1998, p.17, 30-40, 44-45, 50-53, 107-111 e 118-119).

Assim como ocorre na maioria das fazendas cafeeiras datadas entre fins do século XIX e o início do século XX, constatamos que o prédio da tulha da fazenda Glória é o mesmo que abriga a casa de máquinas, e está localizado nas proximidades da face debaixo do terreiro e em cota inferior (ver **Figura 28, p.150 e Figura 31, p.152-153**), justamente para que o café já seco pudesse ser levado com o auxílio das vagonetas. Foi implantado de modo a aproveitar a declividade natural do terreno para que o espaço inferior formado por este desnível pudesse abrigar eixos e demais instalações dos maquinários, sem maior necessidade de cortes e aterros, nem muros de arrimo, somente acréscimos na altura das paredes externas.

Figura 47
Imagens externas do edifício da tulha e casa de máquinas. Fonte: Acervo do autor (2020).



Ademais, o edifício da tulha e da casa de máquinas foi construído com paredes de alvenaria de tijolos cerâmicos e tem aspecto térreo na fachada frontal e assobradado na fachada posterior. Sua volumetria atual é composta pelo corpo principal e por um anexo na extremidade esquerda da fachada

posterior formando um "L". O telhado do volume principal é de duas águas, assim como das das paredes de empena por onde as vagonetas acessavam seu interior. Sua estrutura é de madeira serrada e coberta por telhas metálicas de alumínio, mas percebemos em fotografia antiga que, antes de serem substituídas por volta da década de 1980, eram de zinco (**Figura 48a**), enquanto o pequeno anexo segue a mesma materialidade e está coberto por três águas com telhas cerâmicas (ver **Apêndice G**). Contudo, através da mesma fotografia cedida por um dos atuais herdeiros, Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto (2019), verificamos que, além deste anexo, houve outro construído com tábuas de madeira e telhado de uma água, acoplado à fachada lateral esquerda da tulha e casa de máquinas (**Figura 48b**).

Segundo Garcia (2020), este último tinha apenas uma porta de acesso, não possuía janelas e era utilizado para a guarda de ferramentas, bem como, pela proximidade do motor a vapor e aos eixos que transferiam parte da tração, o local foi aproveitado para instalar um moinho de triturar milho. Porém, talvez pela técnica construtiva, ou pela inutilização de todo o maquinário ao longo dos anos, este anexo não resistiu à passagem do tempo.

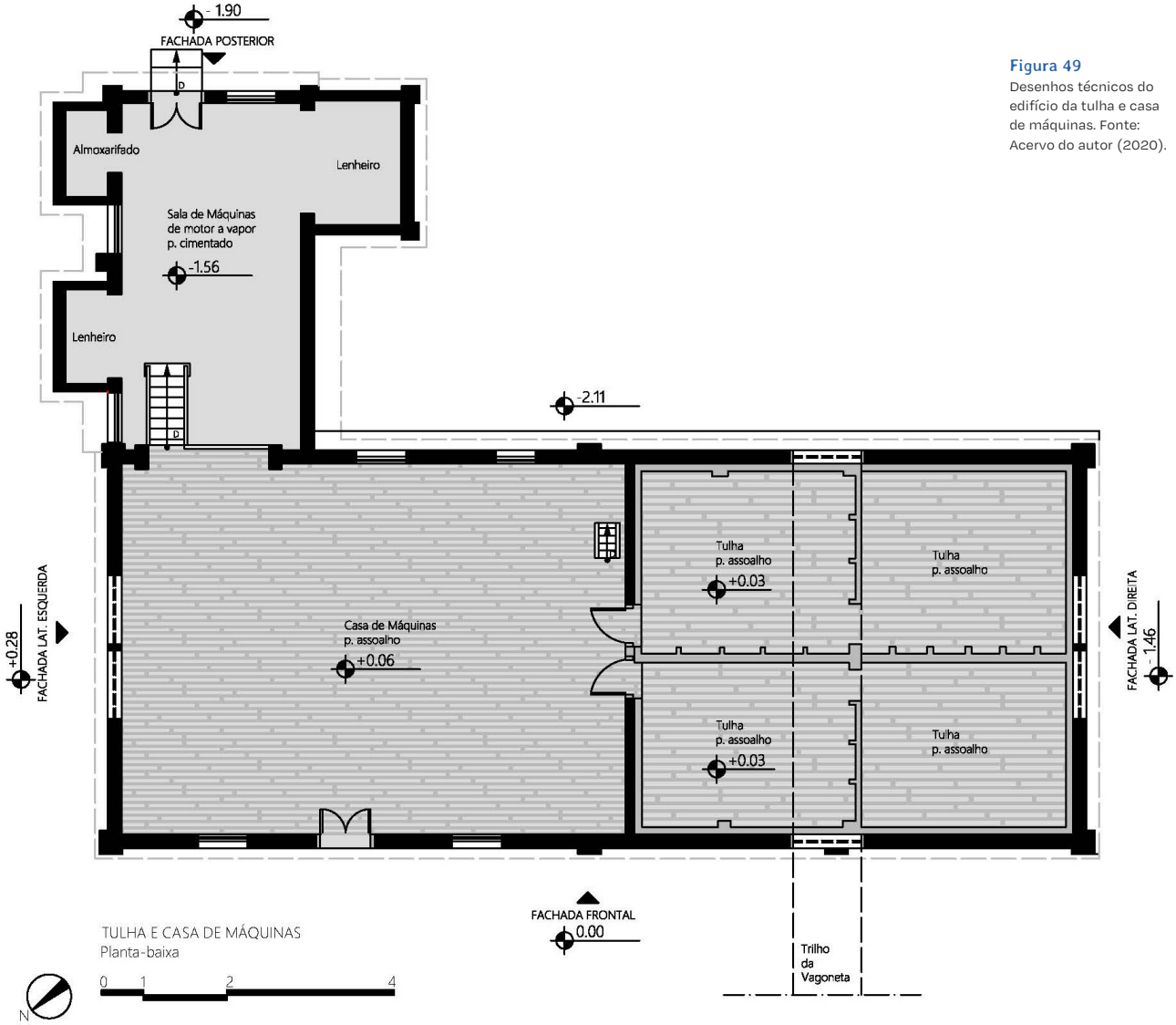
> Ali do lado esquerdo [do edifício da tulha e casa de máquinas] tinha um depósito de guardar ferramentas, mas tinha também um triturador de milho tocado [movimentado] com o próprio motor a vapor da máquina, por um eixo comprido, sabe? Acho que você viu por lá... a porta da frente era a única entrada desse quartinho, não tinha janelas. A largura dele era igual ao corpo da tulha. Hoje já não deve existir mais, né? (GARCIA, 2020).

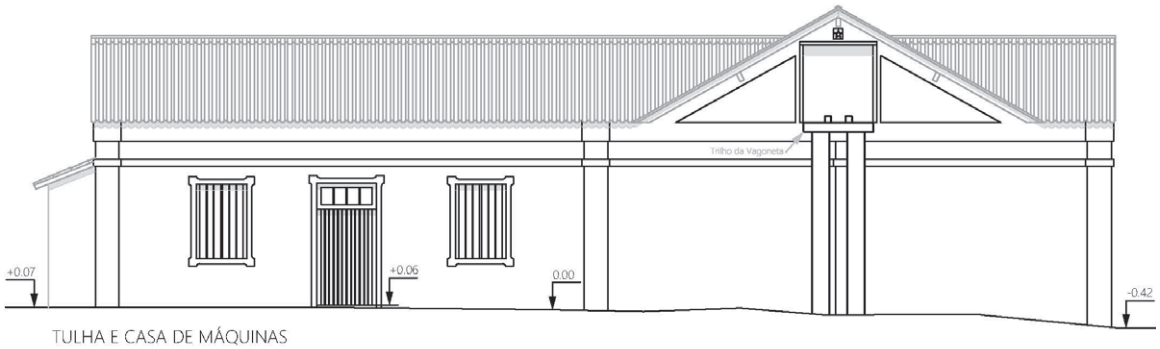
Figura 48a-b
Fotografias antigas, sem data, mostrando o edifício da tulha e casa de máquinas ainda com a cobertura de zinco e com o anexo na lateral esquerda. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).



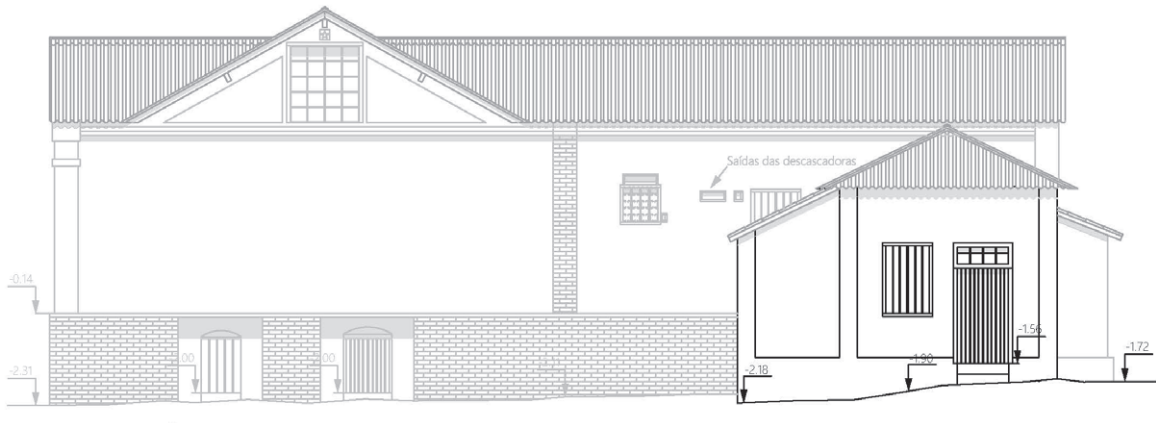


O corpo principal do edifício da tulha e a casa de máquinas pode ser acessado pela única porta da fachada frontal, permitindo a comunicação, em nível, com o cômodo em que foram instalados os maquinários de beneficiamento do café "em coco" – isto é, os grãos que passaram pela etapa de secagem e que ainda precisavam ser preparados para comercialização. As máquinas do



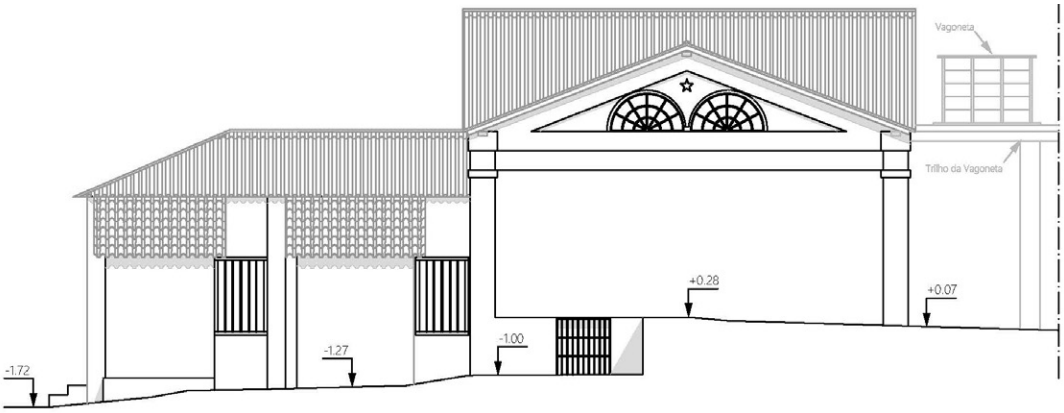


TULHA E CASA DE MÁQUINAS
Fachada Frontal

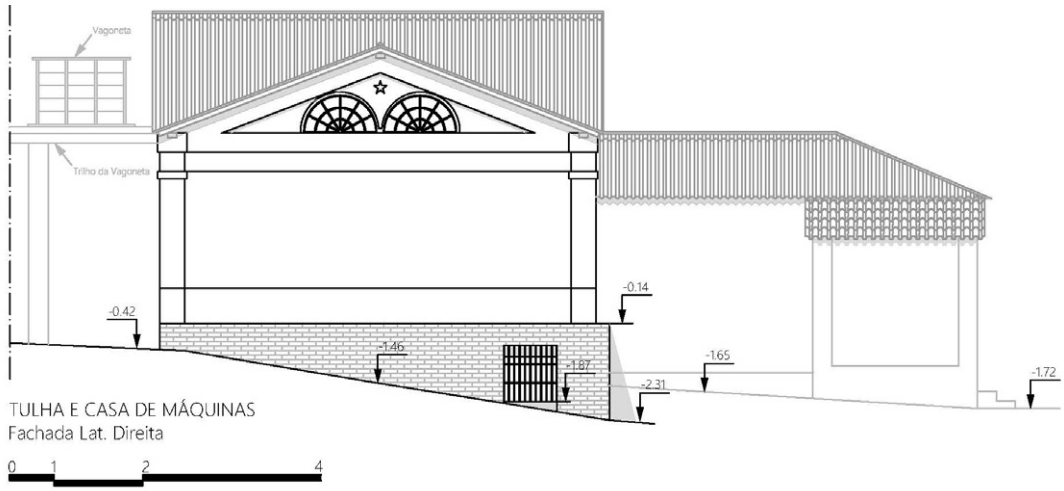


TULHA E CASA DE MÁQUINAS
Fachada Posterior

Figura 49
Desenhos técnicos do edifício da tulha e casa de máquinas. Fonte: Acervo do autor (2020).



TULHA E CASA DE MÁQUINAS
Fachada Lat. Esquerda



TULHA E CASA DE MÁQUINAS
Fachada Lat. Direita

local são do período em que a modernização se generalizou pelas fazendas cafeeiras, entre o final do século XIX e o início do XX, são confeccionadas em madeira e peças de metal, entretanto, estão abandonadas desde que a fazenda Glória deixou de beneficiar café[19]. Mesmo assim constatamos a existência de: transportadores do tipo "bica de jogo", que faziam a condução dos grãos, por meio de canaletas de madeira e por elevadores de caneca; um descascador e polidor, sem identificação, e que está guardado no porão; um descascador da empresa F. D'Andrea & Irmãos de Limeira (SP); um separador produzido em Mococa (SP) por J. Nicola & Irmãos; e um catador duplo MacHardy, patenteado em 1898 (**Figura 50**). Havia, ainda, uma pequena escada à direita do cômodo da casa de máquinas que garantia acesso ao porão, onde estavam outras partes do maquinário, ou até o sótão onde eram guardadas as vagonetas (**Figura 51**).

No mesmo prédio, à direita, estão localizadas as tulhas, quatro grandes caixas de madeira com volume aproximado de 95m³ cada uma delas, onde as vagonetas despejavam o café em coco para serem estocados. Verificamos

19 Conforme identificamos através dos relatos orais, além de o café ter deixado de ser lavado na fazenda Glória por volta das décadas de 1960 e 1970, no mesmo período os grãos também deixaram de ser beneficiados e passaram a ser apenas armazenados nas tulhas, ensacados manualmente e comercializados em "coco", isto é, sem passarem pelos maquinários que outrora preparavam os grãos para alcançarem melhor qualidade e preço no mercado. Como veremos ainda neste capítulo, o café continuou a ser a lavoura principal da propriedade até os anos 1970, depois foi substituído pelas culturas de cana-de-açúcar, laranja, entre outras.

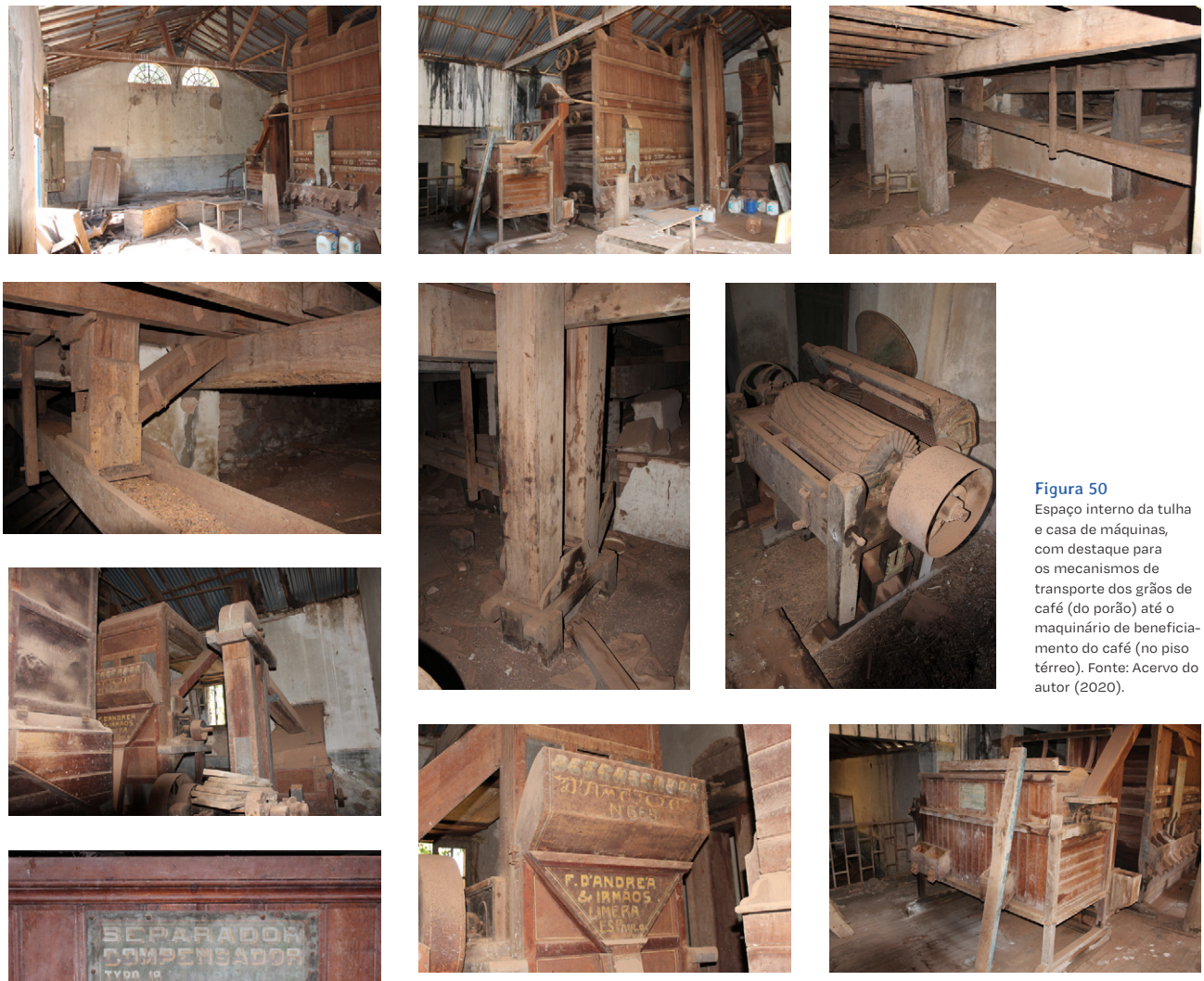


Figura 50
Espaço interno da tulha e casa de máquinas, com destaque para os mecanismos de transporte dos grãos de café (do porão) até o maquinário de beneficiamento do café (no piso térreo). Fonte: Acervo do autor (2020).

que todas as caixas ainda estão revestidas por tábuas de madeira e que cada uma, segundo relatos orais, poderia armazenar por volta de 800 a 840 sacas de 60 kg, ou seja, cerca de 48.000 a 50.000 kg – o que totalizaria, ao multiplicar a quantia pelo número de compartimentos, um valor em volta de 192.000 a 200.000 kg ou, aproximadamente, 3.200 a 3.330 sacas de café de tamanho padrão (60 kg). Ainda segundo relatos dos entrevistados, eram cheias em torno de 80 sacas por dia e, quando houvesse um ou dois milhares de sacas, seguiam para a comercialização.

> O café vinha da vagoneta, que tinha duas delas, e despejava nas tulhas por aquela abertura que tem pra elas entrarem na parte de cima. A vagoneta tinha, mais ou menos, 1,50m de altura. Ela cabia, não me lembro agora, se era 27 sacos de café ou se era 37 cada vagoneta. Ela abria pelos lados, com uma portinhola que subia, tudo de madeira... só as rodas que eram de ferro [...] A construção do prédio era de tijolo, mas as tulhas eram revestidas de madeira... eu acho que era pra proteger o café. Você sabe quantos sacos cabiam dentro de cada uma daquelas tulhas? 840 sacos! E lá tem quatro caixas de tulha! [...]. Depois ensacava o café, com sacos de 60kg [...]. Fazia 80 sacos por dia. Acumulava, mais



Figura 51
Escada de acesso do térreo ao porão do edifício da tulha e casa de máquinas e antiga ligação ao sótão, onde estão as vagonetas. Fonte: Acervo do autor (2020).

> ou menos, mil, dois mil sacos, depois exportava. Essas tulhas [...] cabiam 800 sacos [...] cada [...] (GARCIA, 2020).

Pelo que pudemos apurar com a ajuda de Garcia (2020), assim como a maioria das propriedades cafeicultoras – por exemplo, na Santa Maria do Monjolinho, conforme relatado por Dr. Décio Malta Campos (2021) –, os lotes de café estocados na tulha eram levados para a casa de máquinas pelo sistema convencional, isto é: o fundo das caixas tinha o formato de uma pirâmide invertida e havia uma abertura central que podia ser controlada para permitir a passagem dos grãos de café em coco a serem beneficiados nas máquinas. Contudo, atualmente o fundo das tulhas da fazenda Glória é totalmente plano e sem qualquer tipo de inclinações. Ponderamos que, ao longo dos anos, o piso pode ter sido planificado e as aberturas fechadas para atender novos usos para o edifício, o qual atualmente é utilizado apenas como depósito dos maquinários e poucas peças de mobiliário outrora utilizados.

> Para os grãos irem até as máquinas eles saíam por baixo, por uma canaleta... abria o registro de madeira e daí saía. Todas as quatro tulhas tinham um buraco desses [...] [de], mais ou menos, uns 40x40 cm e ficava [...], no meio de cada tulha. Tinha o registro porque precisava controlar... era o seguinte: você abria, saía um monte de grãos, então o registro controlava abertura porque a máquina não absorvia todo o café de uma vez só, depois a canaleta levava por baixo até as peneiras, o descascador e os outros da sala de máquinas. Elas beneficiavam o café e funcionavam tudo com correias, que passavam pelos buracos no assoalho, descascavam, separavam [...]. O café era ensacado dentro da sala das máquinas e depois quando juntava, [...] uns 2.000 sacos [...], vinha os caminhões, carregavam e depois iam embora pela porta da frente [...] (GARCIA, 2020).
>
> [...] Aqui [na fazenda Santa Maria do Monjolinho] funciona [...] o sistema normal: você tem um prédio que metade do prédio é o local pra guardar o café, que chama tulha, e a outra metade tem a máquina de benefício. Então, a tulha é de madeira, caixas de madeira, e o fundo é

> um funil... e lá na ponta do funil tem uma abertura que você regula. Você enche de café seco [...] ali tem um sistema, que [...] pega esse café e leva pra onde você prepara, pra tirar a casca, onde é feito o benefício. Aí, então, o café cai na peneira... a peneira tira qualquer cisco que tenha, pauzinho, pedaço de folha ou próprio pedaço de grão de café pequeno [...]. Aí o grão bom vai pra máquina que classifica, ela, então, vai separar [por] tamanho e o peso. Aí, embaixo dessa máquina tem as portinhas... cada portinha sai um grão de café de tipo diferente... então, na hora que você guarda o café ensacado, [...] a pilha não é toda ela igual [...] tem o tamanho, que você separa[...] (MALTA CAMPOS, 2021).



Figura 52
Porta de acesso e detalhes do espaço interno das tulhas. Fonte: Acervo do autor (2020).

Com relação ao anexo da extremidade posterior esquerda da edificação, constatamos sua estreita ligação com a casa de máquinas, inclusive porque é a partir desta que se dá o principal acesso a ele, ainda que esteja em um desnível de 1,56m do bloco principal exigindo descer uma escada de nove degraus. Nele havia sido instalado o motor a vapor, a caldeira, a chaminé etc. e, em três pequenos acréscimos que extrapolam seu perímetro, dois deles eram utilizados como lenheiros e outro como almoxarifado. Aos fundos, há uma porta que era utilizada para a entrada da lenha e a retirada das cinzas. Notamos também que há uma pequena abertura logo abaixo da escada dando acesso ao porão, onde está o eixo principal de rotação e equipamentos que movimentavam todo o maquinário. As diversas pequenas aberturas gradeadas existentes no porão, e mesmo as portas de madeira que tinham o intuito de permitir a realização de manutenções, serviam para iluminar e ventilar os espaços internos.

> Tinha uma porta [...] nos fundos, por lá também tinha uma caixa de cinzas, para tirar as cinzas, porque ia queimando a lenha e formando a cinza. [...] A lenha recém cortada ficava ao lado, nos fundos, e depois entrava no anexo do vapor pela porta dos

fundos. [...] As janelas do porão, tirando aquela próxima do descascador de milho, serviam apenas para iluminação. Aquelas duas portinhas do meio do porão também, só para iluminação e manutenção, limpeza. O café sempre saiu pela porta da frente, nunca por baixo. Lá no porão também servia como depósito, de madeira, de polias, cintos... porque ficava aquele lugar vago embaixo, né? (GARCIA, 2020).



Figura 53
Acesso e detalhes internos do anexo do edifício da tulha e casa de máquinas, com destaque para o porão onde funcionavam os eixos e correias ligadas ao antigo motor a vapor. Fonte: Acervo do autor (2020).

Ainda de acordo com os relatos orais, por volta de meados do século XX, os proprietários da Glória deixaram de beneficiar o café passando somente a comercializá-lo em coco, até a década 1970. Neste momento o café deixa de ser a cultura agrícola principal da fazenda, com a introdução de laranja, cana-de-açúcar, entre outras, e o motor a vapor, com exceção dos eixos, polias e correias, é vendido para movimentar a serraria de uma fazenda em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Verificamos que, em consequência disto, o processo foi alterado e os grãos passaram a ser removidos diretamente das caixas das tulhas para serem ensacados sem passar pelo beneficiamento nas máquinas, segundo Garcia:

Figura 54
Operário ao lado do antigo motor a vapor que movimentava os eixos, polias e máquinas de beneficiamento de café da fazenda Glória. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?])



Quando parou de beneficiar, o café continuou sendo estocado nas caixas das tulhas, mas aí, cada uma delas tinha uma porta, então ia tirando as tábuas uma por vez e ensacando o café manualmente, que caía na sala das máquinas mesmo, até esvaziar as caixas. E as máquinas ficavam todas paradas. O anexo aos fundos era onde ficava o motor a vapor [...] tocado a lenha, que ele fazia virar todas as máquinas através de um eixo grande...que eram ligadas por correias. [...] O vapor [...] ficava na parte de baixo da casa de máquinas [...] lá de baixo [...] tem um eixo com uns 25-30 metros, cheio de polias! Porque o vapor jogava velocidade nesse eixo [...] movimentava as máquinas. [...] eu me lembro pra onde ele foi vendido [...], Dourados, Mato Grosso. Esse motor foi comprado por uma fazenda, mas não de café... ele foi usado pra tocar uma serraria por lá (GARCIA, 2020).

Mais uma vez com o intuito de melhor compreender os motivos das alterações no processo de produção do café nas fazendas ao longo do século XX, recorremos a Dr. Décio Malta Campos (2021). Segundo ele,

> [...] em geral, os fazendeiros maiores quebraram [...]. Sobrava mais o pequeno, o sitiante, o que produzia poucas sacas. E esse, geralmente, não tinha máquina na fazenda, então ele vendia pra alguém que tinha máquina. Aí, apareceu nas cidades um pouco maiores, o cidadão que montava uma máquina de beneficiar café [...] e que comprava [...] café em coco, [...]. [...] o problema, eu acho que é de tamanho... porque, a máquina de beneficiar é cara [...] enfim, é um investimento. Então, a maioria prefere vender o café mesmo em coco... seca um pouco o café e entrega para o comerciante... na cidade ele tem a máquina, beneficia, aí, então, ele separa, ele vai torrar o café e já vende o café torrado (MALTA CAMPOS, 2021).

Retomando a descrição do edifício da tulha e casa de máquinas da fazenda Glória, notamos a ausência de forro e que o piso do volume principal é um assoalho sustentado por vigas de madeira. Pelo fato de a edificação ter sido construída para aproveitar o desnível do terreno, conforme comentado anteriormente, o porão possui altura variável e constatamos que foram utilizados dois tipos de materiais na execução dos pilares de sustentação de toda a estrutura do assoalho de madeira: nas partes mais baixas do porão, logo as que se localizam próximas à entrada do prédio, a estrutura está assentada ora sobre pedras, ora sobre grossos troncos de madeira; já nos locais de maior altura, os pilares são de alvenaria de tijolos assentados com cimento.



Figura 55
Detalhes dos apoios da estrutura do edifício da tulha e casa de máquinas. Fonte: Acervo do autor (2020).

Com relação às esquadrias, exceto as janelas metálicas em arco pleno e as pequenas aberturas do porão instaladas nas fachadas lateral direita e esquerda, as demais são todas em madeira e possuem vergas retas e escuros de abertura dupla sem detalhes. As portas seguem o mesmo padrão de material e forma, vez ou outra, possuem bandeiras. Entretanto, ao observarmos a edificação em uma fotografia antiga anteriormente mostrada (**Figura 48a, p.187**), verificamos que ao menos a porta e as janelas da fachada frontal tinham externamente outra folha dupla com planos de vidro e guilhotinas envidraçadas, respectivamente.



Figura 56
Detalhes das esquadrias do edifício da tulha e casa de máquinas. Fonte: Acervo do autor (2020).

No mais, as paredes internas e externas são revestidas por reboco e cal, com exceção das caixas das tulhas que são de madeira. Notamos ainda algumas faixas nas fachadas que foram pintadas na mesma cor das esquadrias, ou seja, azul escuro. Divergente deste padrão são algumas particularidades das fachadas laterais direita e posterior, pois nas paredes que acompanham a caída do terreno há uma espécie de amarração feita com tijolos deixados à vista, bem como alguns pilares com o mesmo acabamento. É interessante notar, ainda, que somente a fachada posterior é arrematada por uma cimalha[20], o que não ocorre nos demais planos de fachadas e em nenhuma outra edificação da propriedade, assim, consideramos que este elemento arquitetônico possa ter sido acrescido posteriormente. Além disso, a edifi-

20 Pelo termo "cimalha", em geral, entende-se ao elemento colocado na parte superior que arremata ou coroa a fachada de uma edificação, servindo também para ocultar o telhado em alguns casos (CORONA & LEMOS, 2017, p. 129).

cação não possui nenhuma instalação elétrica até os dias de hoje. Porém, constatamos a presença de trincas em algumas paredes, que precisariam ser corrigidas para evitar a ruína do edifício.





Figura 57
Detalhes existentes na fachada lateral direita e posterior, no caso paredes de tijolo à vista e a presença de cimalha na últimaFonte: Acervo do autor (2020).

Além dos espaços voltados exclusivamente ao processo de preparo e beneficiamento do café, de acordo com Benincasa (2003, p. 140-142), as fazendas do Centro-Oeste paulista possuíam diversas edificações de apoio que davam suporte às atividades diárias desempenhadas nas áreas rurais, tornando-as praticamente autossuficientes. Segundo o autor, grosso modo, podem ser divididas em quatro subgrupos: I) o relativo à categoria de transportes, representado pelas cocheiras – pois os animais de montaria e tração, juntamente com as liteiras, carruagens, carroças, troles etc., constituíam-se como um dos principais meios de locomoção das fazendas –, pelos locais de abrigo para embarque e desembarque de pessoas, bem como pelos paióis, onde os alimentos dos animais, como o feno, eram armazenados; II) o das oficinas, sendo que as mais comuns eram as serrarias, marcenarias, olarias, selarias etc., locais em que se dava a execução e manutenção de janelas, portas, ferraduras, telhas, tijolos, entre outros itens utilizados nas propriedades rurais; III) o de criação e abate de animais, como os estábulos, mangueiros e matadouros, locais em que eram apresados para corte da carne, retirada do couro, dos ossos, do leite e da lã; IV) e o de fabricação de alimentos e bebidas, como os engenhos de produção de açúcar e aguardente, as casas de queijo, moinhos, monjolos, casas de farinha, alambiques, entre outros.

Ainda segundo Benincasa (2003, p. 165-177), além das edificações citadas, havia fazendas que poderiam possuir mais instalações, como: garagens, construídas para abrigar veículos e evitar que ficassem ao relento, que no início eram mais simplificadas, mas, com o enriquecimento dos fazendeiros, passaram a ostentar uma arquitetura rebuscada; os escritórios, onde negócios, pagamentos, contratações, demissões e acertos dos funcionários, entre outras necessidades, eram realizados, no início dentro das casas-grandes, porém, em propriedades mais modernas é possível encontrá-los em edificação própria, espaçosa e equipada com móveis bem acabados; as escolas, pelo fato de não haver separação das turmas por idade e grau de escolaridade, eram frequentemente improvisadas em edificações desocupadas, por exemplo, em alguma parte do prédio das tulhas, ou em casas de colônias, entre outras soluções.

No caso da fazenda Glória, verificamos que a propriedade possuía e ainda conta com algumas edificações de apoio, em alguns casos, agrupadas no mesmo ou mais blocos, como: a cocheira e o paiol, que analisaremos de forma conjunta, pois, além de terem tido características e funções parecidas, antes de ruírem eram ligadas entre si através de um prolongamento da cobertura; pequenos abrigos de animais de montaria e reprodução, e o mangueiro de porcos; o antigo escritório, onde o administrador geria as finanças e as atividades a serem desenvolvidas na lavoura; as garagens dos tratores; e, por fim, a edificação que, entre outras funções, abrigava o antigo armazém, onde os funcionários e moradores das colônias podiam adquirir alimentos e itens não produzidos no local, como o açúcar, tecidos etc.

Atualmente resta pouco da antiga cocheira, apenas remanescentes de sua fundação. O mesmo ocorreu com o paiol, que já se encontrava em condições precárias e veio a ruir no período de nossas visitas, mas ainda assim conseguimos registrá-lo com fotos e medidas. Não obstante, através de uma fotografia aérea datada de 1987 (**Figura 58**), do acervo da família Sanches, é possível identificar as características arquitetônicas das edificações. Notamos que foram instaladas logo ao lado do terreiro e próximas ao caminho de acesso ao núcleo principal (**Figura 28, p.150 e Figura 31, p.152-153**) e que sua implantação exigiu correções pontuais no terreno através de cortes e aterros, assim como muros de arrimo.

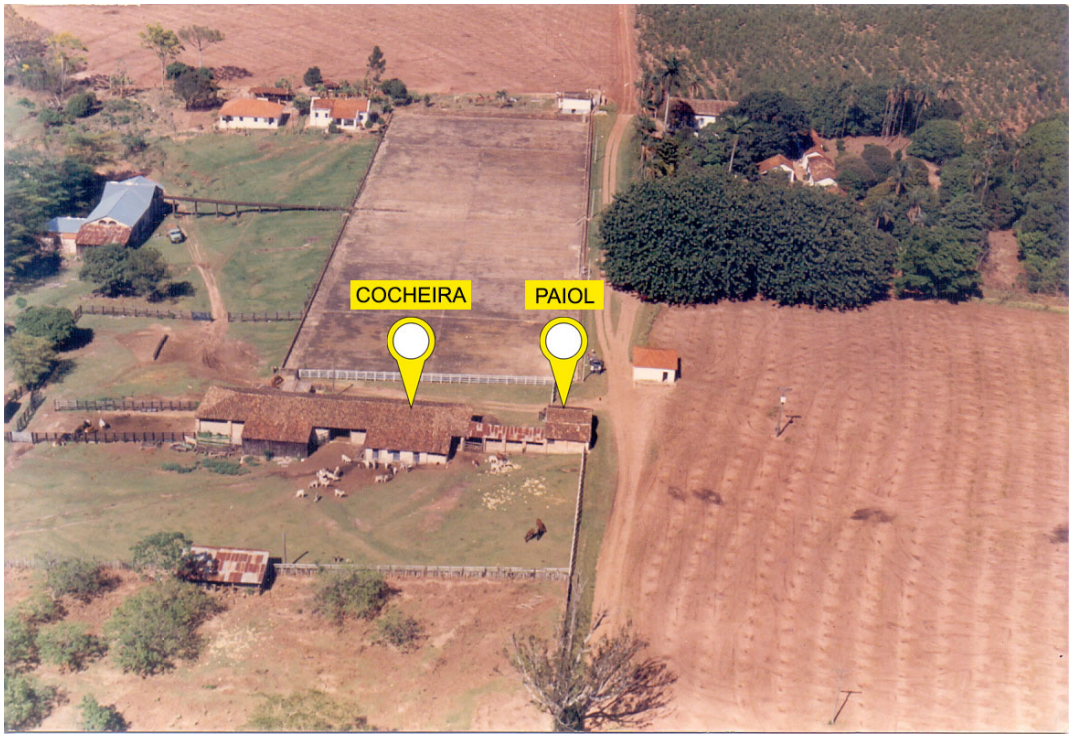


Figura 58
Imagem aérea mostrando o conjunto edificado da sede da fazenda Glória, com destaque para a antiga cocheira e sua ligação com o paiol. Fonte: Editado do acervo da família Sanches (1987).

Ambas as edificações eram térreas e construídas com a mesma técnica construtiva utilizada nas demais da propriedade, paredes de alvenaria de tijolos e coberturas – a da cocheira de quatro águas e a do paiol de duas águas, esta, no caso, fora apoiada sobre paredes de empena nas fachadas frontal e posterior – compostas por peças de madeira serrada e telhas cerâmicas do

tipo capa e canal, excluindo as do puxado que fazia a ligação entre os prédios, que eram semelhantes às que foram utilizadas inicialmente no telhado da tulha e casa de máquinas, ou seja, de zinco (ver **Apêndice H**). A volumetria era predominantemente retangular com a presença de beirais, mas na cocheira havia cômodos anexados em ambas as fachadas laterais, que eram cobertos por prolongamentos do telhado, e serviam para complementar o volume principal da edificação.





Figura 59a-b
Fotografias antigas, sem data, que mostram parcialmente a volumetria e a cobertura das edificações da cocheira e do paiol.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?])

Infelizmente não encontramos desenhos técnicos, ou qualquer outro tipo de registro, que contribuísse para ilustrar a distribuição interna da cocheira, o que impossibilita uma descrição mais aprofundada, mesmo assim identificamos algumas particularidades através dos relatos de Adauto Sanches Garcia (2020) e Antônio Carlos Sanches (2018a; 2020), ex-funcionários e moradores da fazenda Glória. Neste sentido, além de servir de abrigo para uma parte dos animais, no local também funcionava uma pequena ferraria e uma carpintaria – como vimos, serviços indispensáveis para que os núcleos rurais não dependessem de prestadores de serviço ou de oficinas das cidades – onde eram fabricados e reparados objetos de uso diário, como ferramentas, ferraduras, arreamentos, peças de mobiliário, esquadrias, entre outros. Ainda segundo os relatos, a cocheira tinha o chão impermeabilizado e coberto com capim, forração que frequentemente era trocada e reutilizada como adubo na lavoura. Também havia espaço para abrigar carroças e charretes, de modo a evitar exposição ao relento, e no puxado de ligação com o paiol ficava o "quarto dos arreios", os quais eram estocados em caixas de madeira.

> Sobre os animais? Aí era muito bom. Lá tinha uma média, criava-se burro, tinha umas 30 éguas, cavalos, vacas... gado solteiro, que é aquele que fica no pasto, tinha mais ou menos umas 250 cabeças. Era tudo Zebu, Gir...e foi assim: foi acabando, acabando e acabou. Aqueles barracões lá, que estão caindo, a cocheira, Nossa Senhora! Aquilo era uma coisa linda! Ali do lado, da cocheira, em um puxado, tinha até uma serraria...eles tinham carpinteiro, pedreiro...era uma empresa! Faziam de tudo lá... porteira. [...] eles tinham carpinteiro ali que trabalhava direto! Acabava ano e começava ano, o rapaz tinha serviço direto. Antes do meu tempo [1950 a 1970] tinha ferreiro sim, mas no meu tempo não. E acabou mesmo [...]. De funcionários dentro da cocheira tinha uns seis ou sete... É, porque ali tinha o cara que cuidava dos porcos... vixe! Ali era uma empresa! A fazenda tinha mais de 250 funcionários! (GARCIA, 2020).

Entre o paiol e onde ficava o gado ali tinha a cocheira, que também tinha um coberto que era onde ficavam as carroças e as charretes. Essas tinham malas de madeira enormes e dentro de cada uma ficava a arriada da carroça. Era tudo o que ia usar nos animais [...] correntes [...] os arreios que iam no burro da guia... tudo, tudo! Eles pegavam os burros lá, usavam as correntes que ficavam dentro das malas (SANCHES, 2018a).

A cocheira era enorme, tinha piso lá dentro... Não era de terra, não! Era um concretão, já. A gente ia muito lá pra cortar capim gordura, que ia jogando lá pra fazer a forragem. O gado ia urinando, enfim, e a gente ia trocando. Aí, em uma determinada época, tirava-se essa forração, trocava, né? Faziam valetas no café e colocava esse capim com esterco, tudo, pra adubar. Eles faziam até isso... Era bonito, você tinha que ver que coisa bem cuidada! Por isso que dá tristeza, né? O dia que eu fui lá e vi aquilo tudo caído... (SANCHES, 2020).



Figura 60a-d
Fotografias antigas, sem data, que ilustram o cotidiano de utilização da cocheira para selar animais de montaria (com edifício da tulha e casa de máquinas aos fundos) e serviços de manutenção de carroças e carpintaria. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).

Em visita ao local, foi possível a realização de levantamentos métricos e fotográficos no paiol. Obtivemos uma reconstituição da planta-baixa e das fachadas da edificação, a qual possuía dois cômodos internos, com exceção do quarto de arreios, os quais podiam ser acessados por suas únicas e grandes portas de madeira instaladas na fachada frontal. Segundo os entrevistados, a edificação era utilizada somente para estocar e debulhar o milho, pois os grãos eram a base alimentar dos porcos e as espigas complementavam

a dieta dos cavalos. Além disso, o paiol tinha um aspecto bastante simplificado, em que o piso era apenas uma fina camada de cimento e não havia forro. As portas eram feitas com tábuas de madeira espaçadas, segundo relatos orais, para permitir a ventilação permanente, e a única janela, localizada na fachada lateral direita, de madeira e vergas retas com uma folha de escuro na cor cinza. O acabamento das paredes externas era de tijolos à vista – aliás, aparentemente, o mesmo ocorria na cocheira, excluindo-se as portas e janelas que eram pintadas em azul escuro.

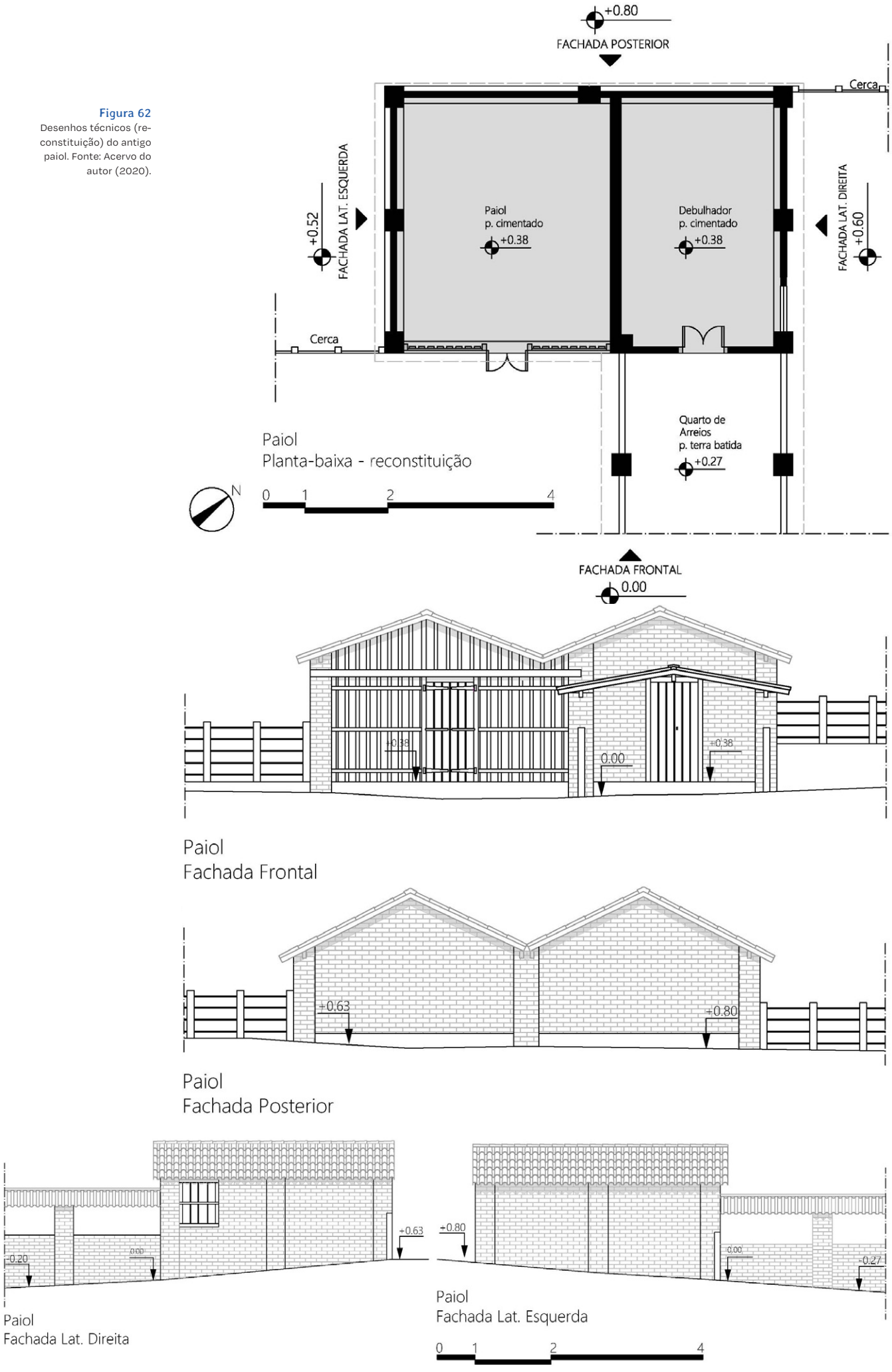
> O paiol era pra guardar milho, porque a fazenda produzia seu próprio milho. [...] sempre tiveram o paiol cheio até na tampa. Era mais pra tratar os animais. [...] tinha uma máquina que a gente descascava e debulhava o milho. Depois [...] deixava de molho e [...] tratava os porcos na ceva, e para os cavalos jogava a espiga inteira nos coxos...eles comiam aquilo ali com gosto! Pelo que eu me lembre, ele [o paiol] era assim: as paredes de trás e as laterais eram de tijolos e a frente era de madeira, porque tinha umas frestas pra ventilar o milho, né? A cobertura era de duas águas, daí tinha a divisão do meio, e mais duas que era onde debulhava o milho...era daquelas telhas antigas, as maiores (SANCHES, 2018a).



Figura 61
Imagens externas do paiol, em processo de arruinamento.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Com relação às instalações, consideramos ser possível que a cocheira fosse conectada à rede elétrica, pois era preciso movimentar a serraria, principalmente porque não havia (e não há) canais nem regos d'água próximos para que outrora fosse possível utilizar sua força motriz, bem como não se

Figura 62
Desenhos técnicos (reconstituição) do antigo paiol. Fonte: Acervo do autor (2020).



justificaria um motor a vapor demandando manutenção constante e um funcionário específico. No mais, talvez a edificação tivesse água encanada que fosse levada por mangueiras ou conduítes, pois era preciso fazer a limpeza do espaço interno e dar de beber aos animais, porém, não contava com esgotamento sanitário. De modo semelhante, o paiol podia ser atendido por energia elétrica para que fosse possível acionar o debulhador de milho – o qual também podia ser manual.



Figura 63
Detalhe interno do antigo paiol.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Nas proximidades da cocheira e do paiol havia, ainda, dois pequenos abrigos, sendo que um deles acomodava os cavalos e arreios de dois dos proprietários, Alfredo Freire de Mattos Barretto e Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto, e de Sr. Pedro Sanches Garcia, este um dos outrora administradores da fazenda. O outro abrigo era ocupado pelo jumento de reprodução, pois a tração animal constituía-se como uma das principais formas de transportar a produção do núcleo rural paralelamente aos tratores, e, portanto, era preciso continuar a repor o contingente animal. Além disso, relativamente próximo ficava o mangueiro (ver **Figura 28, p.150**), onde os porcos eram criados em confinamento para que, após a engorda, pudessem ser abatidos e a carne consumida pelos ocupantes da fazenda.

> No mangueiro tinha porco desse tamanho! [medida grande com as mãos]. Lá embaixo tinha duas casinhas... uma que era pra guardar o jumento, o Pimpão. Do lado dessa tinha outra onde guardava os arreios do Sr. Alfredo, do Pedro, do Dr. Orlando... ali era uma coisa separada! (GARCIA, 2020).

> A gente criava cavalo e a gente tinha criação de burro ou mula, como se fala. A gente tinha um jumento por lá, que eu chamava de Pimpão, tem até a casinha dele, daí a gente cruzava para ter o burrinho e depois amansava, né? Para continuar puxando a produção [...]. Tinha a casinha do [...] Pimpão, que é até de madeira e está caindo, e a do lado é a que era do cavalo e dos arreios do meu pai. Lá perto da cocheira... a gente deixava o jumento lá para levar a égua para enxertar (BARRETTO, 2019).

Assim como a cocheira e o paiol, os abrigos foram abandonados e atualmente encontram-se encobertos pela vegetação e estão estruturalmente comprometidos. Percebemos que eram edificações ainda mais simples em comparação às demais da fazenda: acomodavam-se ao terreno sem necessidade de correções, devido ao tamanho reduzido; eram térreas e sua forma quadrada constituía-se de paredes de tábuas de madeira. Ao que tudo indica, tinham piso de terra e não possuíam forro nem esquadrias ou qualquer detalhamento, somente aberturas para ventilação. Já o mangueiro, igualmente, só contava com uma cerca de arame e tábuas para evitar que os

animais escapassem, assim como um pequeno puxado coberto com telhas de zinco (ver **Figura 58, p.197**), para abrigá-los das intempéries. Do mesmo modo, com o passar dos anos a criação de porcos cessou, o espaço foi desmontado e hoje é aproveitado como pasto e/ou área de plantio.

Figura 64
Antigos abrigos de madeira do jumento de reprodução e do cavalo dos proprietários e área de pastagem onde se localizava o mangueiro de porcos. Fonte: Acervo do autor (2020).






Ainda nas proximidades da cocheira e do paiol, só que do outro lado do caminho de acesso, funcionava o antigo escritório da Glória (ver **Figura 28, p.150**), local em que o administrador geria as finanças, distribuía e acompanhava os afazeres diários a serem realizados pelos funcionários da propriedade. Observamos que edificação foi implantada em uma área quase que totalmente plana, portanto, não foi necessário realizar muitas correções na topografia e tampouco instalar muros de arrimo, somente compensar o pouco desnível com o aumento das paredes externas. Além disso, ao compara-

Figura 65
Imagens externas do antigo escritório do administrador. Fonte: Acervo do autor (2020).






mos uma fotografia antiga que nos foi cedida por Luiz Ricardo Barretto (2019) (**Figura 66**) – a qual, infelizmente, não tem data – com outras duas pertencentes ao acervo da família Sanches (**Figura 67**), constatamos que, por volta de fins da década de 1980, houve uma reforma que alterou as características da edificação.

Ao analisar uma das fotografias mais antigas, verificamos que o escritório era térreo, construído com alvenaria de tijolos e possuía telhado semelhante ao do paiol, isto é, com paredes de empena que apoiavam a cobertura de duas águas sustentada por estrutura de madeira serrada e composta por telhas do tipo capa e canal. Percebemos, aliás, que essa solução de cobertura assentada sobre paredes de empena se repetia, além do escritório e do paiol, numa das moradias dos proprietários – conforme veremos no capítulo seguinte, conhecida como "chalé" devido a sua feição antes de ser reformada na década de 1990 –, ao que tudo indica era uma solução utilizada pela família proprietária inspirada no estilo arquitetônico das casas de campo e chalés europeus.



Figura 66
Fotografia antiga, sem data, que ilustra a outrora arquitetura do escritório do administrador. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).





Figura 67
Fotografias mais recentes, por volta das décadas de 1970 e 1980, que mostram o um dos antigos administradores da propriedade, Pedro Sanches Garcia, em frente ao escritório no período da reforma e depois de finalizado. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1970 e 1980?]).

Ainda em relação ao escritório, sua volumetria retangular era excedida somente pelos beirais forrados. A fotografia antiga permite notar, ainda, que as portas e janelas de madeira tinham vergas retas, folhas com guilhotinas envidraçadas na parte externa e, internamente, poderiam ter escuros, ou cortinas. As portas e janelas eram destacadas por uma moldura de argamas-

sa. Ao observamos uma imagem mais recente percebemos que a tipologia e a volumetria foram mantidas, mas a cobertura fora substituída por um telhado de quatro águas (ver **Apêndice I**), sem forros e com telhas cerâmicas do tipo francesa. Notamos, também, que o piso é cimentado e as janelas da fachada frontal foram substituídas por novas de ferro e vidro.

Mesmo após as alterações, o acesso principal continuou a ser feito pela porta próxima ao caminho de acesso. Assim, após subir um pequeno degrau, chega-se ao escritório do administrador. O cargo de administrador, segundo os relatos orais e excluindo ocupantes anteriores, na Glória foi desempenhado por João Sanchez Morales, depois por Antônio Sanchez Morales, seu irmão, e por Pedro Sanches Garcia[21], filho deste último[22]. Ademais, aos fundos do escritório há outro ambiente, que pode ser acessado por uma porta na fachada lateral direita, que antigamente foi usado para guardar ferramentas, pois era o ponto de encontro dos funcionários para que o administrador lhes distribuísse as tarefas diárias.

> Ê, cara... eu vou te dizer: aqui [a Glória] era a fazenda! É até duro de falar [emocionado]... ali eu me levantava, de manhã cedo, isso já no meu tempo com oito, 10 anos... meu pai [Antônio Sanchez Morales] era o administrador, nessa fase passou tio meu, João Sanchez, que foi administrador antes do meu pai, e meu pai era fiscal... e ali foi na sequência, um atrás do outro. Eu ia com meu pai para o escritório, cedo, e lá juntava mais de 250 pessoas... era uma festa! A fazenda era uma empresa muito grande... daí meu pai falava: fulano, você pega tua turma e vai pra tal lugar... fulano, você vai pra tal lugar. Aí vinha o campeiro, eu já tinha uns 13-14 anos, ele falava: 'Ô seu Antônio... deixa o Adauto pra mim aí hoje" ...porque eu mexia com o gado, né? (GARCIA, 2020).

> Até onde eu acompanhei meu pai [Pedro Sanches Garcia], [...] ele chegava de manhã [...], antes das sete horas, ele distribuía todo o serviço para o pessoal que morava nas colônias lá. [...] depois ele ficava um pouco no escritório, tinha o fiscal que cuidava de tudo em campo, né? Mas ele saía também para verificar o serviço [...] ele cuidava também de toda a parte administrativa [...] fazia os pagamentos, os registros [...]. Meu pai era uma pessoa de total confiança do Sr. Alfredo e do Dr. Orlando [...] (SANCHES, 2018a).

> [...] Às sete horas a gente chegava na frente do escritório e ficava esperando ordem do Sr. Pedro [...]. As ferramentas que a gente usava [...] ficavam guardadas lá, numa casinha na parte de trás. Ali ficavam as enxadas do pessoal, enxadão, rastelo, peneira... o que você precisasse (LIMA FILHO, 2020).

De resto, as paredes do escritório têm acabamento como a maioria dos outros edifícios da fazenda, ou seja, sem maiores detalhes. É possível que

21 Segundo os familiares, Pedro Sanches Garcia assinava o sobrenome com "S" ao invés de "Z".

22 Traremos maiores detalhes a respeito no capítulo seguinte.

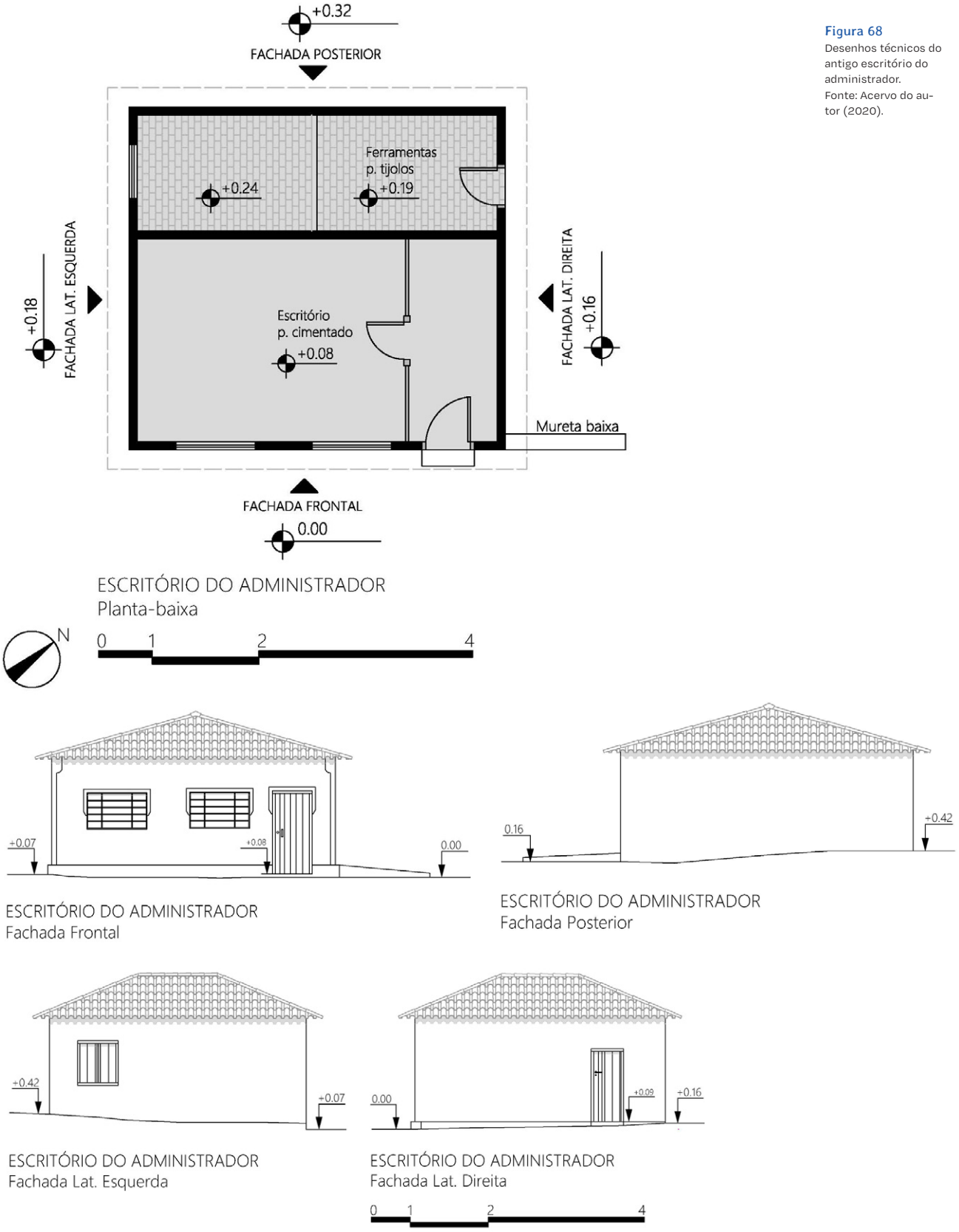


Figura 68
Desenhos técnicos do antigo escritório do administrador.
Fonte: Acervo do autor (2020).

a edificação nunca tenha sido conectada à rede elétrica, pois não há vestígios de fiação, interruptores e nem pontos de luz, assim como não tem banheiro, água encanada e nem sistema de esgoto. Já quanto ao mobiliário, é possível encontrar algumas peças – como uma escrivaninha em madeira tipo xerife, armários e estantes antigas – juntamente com outros objetos lá depositados, em abandono.



Figura 69
Detalhes internos do antigo escritório do administrador.
Fonte: Acervo do autor (2020).

Distanciando-se destas últimas edificações mencionadas e já mais próximo ao casarão e à moradia secundária dos proprietários, estão localizadas duas garagens, uma antiga e uma mais recente, utilizadas para guardar os tratores da Glória (ver **Figura 28, p.150**), porém descreveremos com mais detalhes a primeira delas, uma vez que a segunda, embora seja de maiores dimensões, é apenas uma cobertura mais recente feita com estrutura metálica (**Figura 70**).

Dessa maneira, assim como parte dos demais edifícios, a garagem mais antiga foi implantada em uma porção com leve declividade, o que quer dizer que não foi necessário realizar muitas correções na topografia e tampouco construir altos muros de contenção de terras. Trata-se de uma edificação térrea, construída com paredes em alvenaria de tijolos e cobertura de madeira serrada e telhas cerâmicas tipo francesa. Contudo, através da fotografia (**Figura 72**) e pelos relatos orais, identificamos que as telhas eram capa e canal, iguais às do paiol, e foram substituídas. Notamos, ainda, ao observar a fotografia, que a cobertura era de duas águas com pequenos beirais, porém, o prolongamento da fachada lateral esquerda não existia (ver **Apêndice J**).

Além disso, a garagem está elevada em relação ao nível do terreno e por esta razão necessita de uma rampa, localizada na fachada frontal, que dá acesso ao único portão de entrada. De acordo com Sanches (2018a), é possível que o prédio tenha sido usado como escola da fazenda antes de ter sido transferida para uma das casas da colônia da "Glória", informação que nenhum outro entrevistado soube precisar, mesmo assim, através de uma fotografia antiga cedida por ele (**Figura 74**) é possível ver crianças, aparentemente uniformizadas, e uma professora à frente da edificação, o que torna plausível

esta afirmação. Ainda segundo relatos orais, a garagem era utilizada para fazer a manutenção e abrigar o trator da fazenda e o automóvel de Alfredo Barretto, um dos outrora proprietários da fazenda Glória, um Ford ano 1929 – conhecido como "pé de bode".





Figura 70
Imagem da cobertura metálica da garagem instalada mais recentemente.
Fonte: Acervo do autor (2020).







Figura 71
Imagens externas da garagem mais antiga.
Fonte: Acervo do autor (2020).



Figura 72
Fotografia antiga, sem data, da garagem sem o puxado na lateral esquerda.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).

> [...] você sabe o prédio que hoje está a garagem? Mas antigamente lá era a escola da fazenda, que antigamente era ali... depois ela virou garagem dos tratores. Depois, não sei em que momento apareceu a escolinha lá na ponta da colônia ["da Glória"] [...] (SANCHES, 2018a).

> Lá [na garagem] guardava o tratorzinho, [...] o Fordinho. Guardava também o pé de bode [veículo dos proprietários], que era Ford

também... tinha que girar uma manivela pra ele pegar [risos]. Nossa! A gente ia pescar com ele lá na [fazenda] Diamantina... eu o Ricardo [Luiz Ricardo Barretto] ou o Beto [Lucino Roberto Freire de Mattos Barretto], não me lembro. Ah, aquele pé de bode! [risos]. Era o único carro que eles tinham... mais pra frente que o Sr. Alfredo [Barretto] comprou um [Volkswagen] fusca branco. Mas naquela garagem era pra guardar algum trator pequeno e o carro da família. [...] Na minha época a garagem tinha só a cobertura dela, né? Não tinha puxadinho [do telhado na fachada lateral esquerda] não (CEDRONI NETO, 2020).

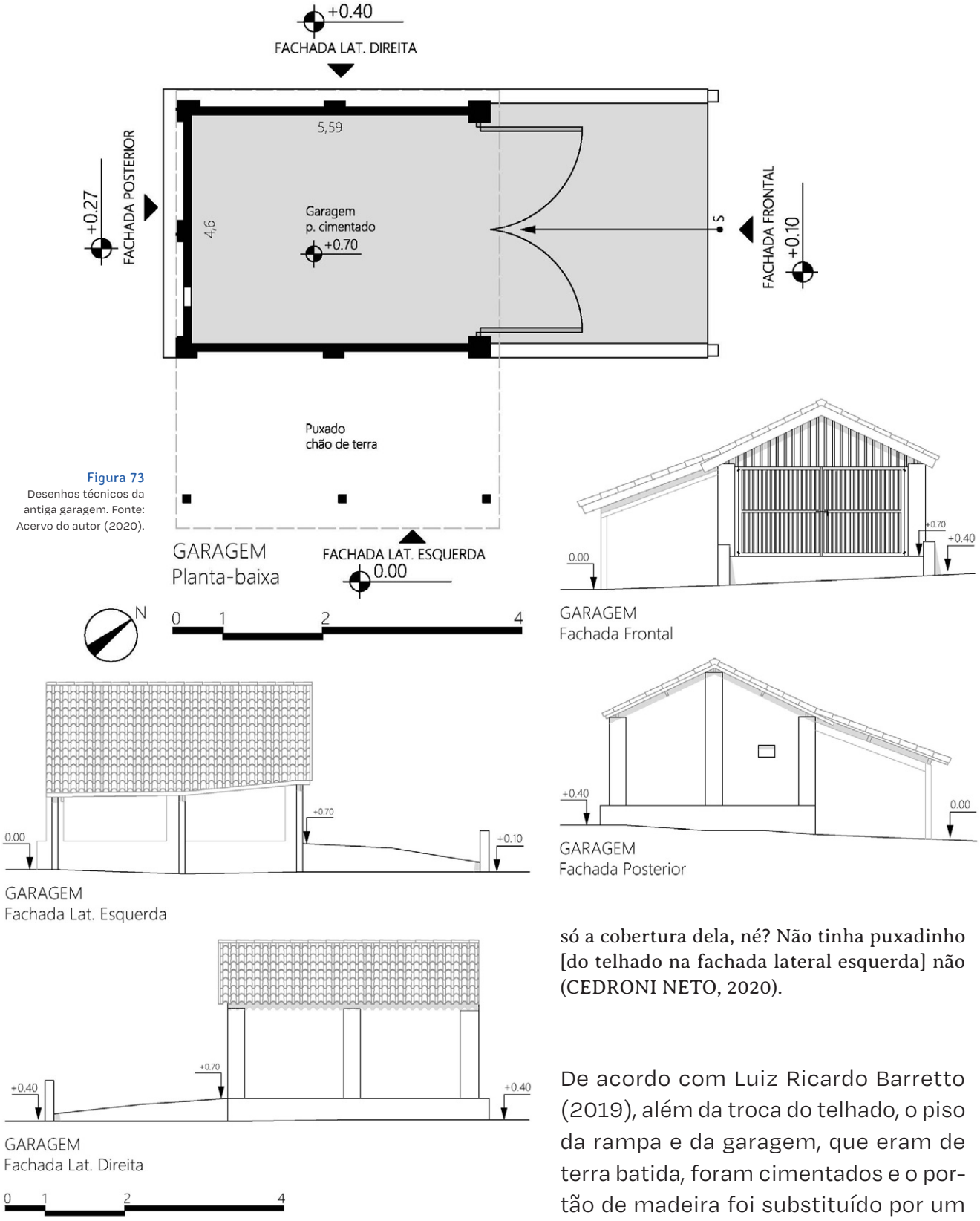


Figura 73
Desenhos técnicos da antiga garagem. Fonte: Acervo do autor (2020).

De acordo com Luiz Ricardo Barretto (2019), além da troca do telhado, o piso da rampa e da garagem, que eram de terra batida, foram cimentados e o portão de madeira foi substituído por um

novo fabricado em metal. Percebemos que o prédio está em consonância com o nível de detalhes e acabamentos dos demais analisados até o momento, inclusive na ausência de forro. Além da porta principal há somente uma pequena abertura, na fachada posterior, possivelmente feita mais recentemente para ventilação.



Figura 74
Fotografia antiga, sem data, mostrando a professora com os alunos da escola da fazenda Glória.
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1940 e 1970?]).

> A garagem sempre foi do jeito que está hoje, e a gente usava para guardar o carro lá dentro. O pé de bode é o carrinho do meu pai [Alfredo Barretto], o Ford 1929, que está guardado lá. Eu só troquei o telhado e a porta, que era de madeira, daí eu fiz esse portão de ferro [...]. A rampa também era de terra, mas eu só concretei, porque a água vai levando [a terra] embora, né? Depois quando comprou um primeiro tratorzinho, a gente guardava lá também... tinha um buraco para trocar o óleo na garagem (BARRETTO, 2019).

Notamos que a edificação conta com interruptores ligados por fiação, o que significa que em algum momento houve energia elétrica, até mesmo para permitir a utilização de algum equipamento para dar manutenção aos veículos, embora não haja qualquer vestígio de que tenha tido instalações hidráulico-sanitárias. Ainda que esteja relativamente em bom estado de conservação, o local está sendo usado para guardar mesas, quadros, insumos agrícolas, latas e garrafões de óleo e continua abrigando o carro que antigamente era utilizado pelos proprietários.





Figura 75
Detalhes internos da antiga garagem, com destaque para o automóvel Ford 1929 que era de uso de Alfredo Freire de Mattos Barretto e sua família.
Fonte: Acervo do autor (2020).

A última edificação relacionada ao processo de produção e ao cotidiano do trabalho na fazenda Glória, entre demais funções que poderiam enquadrá-la em outra categoria, era a que abrigava o antigo armazém. Segundo a bibliografia, desde as vésperas da Abolição (1888) e das primeiras tentativas de introdução do trabalho assalariado no Brasil, estes espaços foram alvo de denúncias e de discordâncias entre os colonos – como eram chamados os trabalhadores imigrantes – e os proprietários. De acordo com Emília Viotti da Costa (2010, p. 127-128), além de uma série de reclamações quanto às condições de moradia e trabalho, os trabalhadores denunciavam que eram obrigados a recorrer aos armazéns das fazendas para adquirir itens de consumo diário, que tinham preços abusivos em comparação com os comercializados nas vilas próximas. No caso do antigo armazém da fazenda Glória, pelo que pudemos identificar, uma vez que foi desativado desde a década de 1950, o funcionamento era similar ao que se praticava no meio rural. Isto é, os funcionários podiam adquirir itens não produzidos e/ou fabricados na propriedade e o valor descontado de seus salários.

Enquanto existiu, o armazém funcionou em uma edificação que abriga, separadamente, uma despensa utilizada como cozinha externa, uma despensa menor onde se guardava mantimentos, arreios etc. e um pequeno cômodo que pode ter servido de alojamento/moradia provisória para trabalhadores até que se instalassem em outro local, ou para abrigar temporariamente funcionários. Localiza-se alguns aos fundos do casarão (ver **Figura 28, p.150**) e para sua implantação, por estar localizada em um leve declive, aparentemente foi necessário realizar algumas correções e instalar muros de arrimo, porém, não muito altos.



Figura 76
Imagens externas da edificação que abrigava, além da cozinha externa, uma despensa e demais cômodos, o antigo armazém da fazenda Glória. Fonte: Acervo do autor (2020).

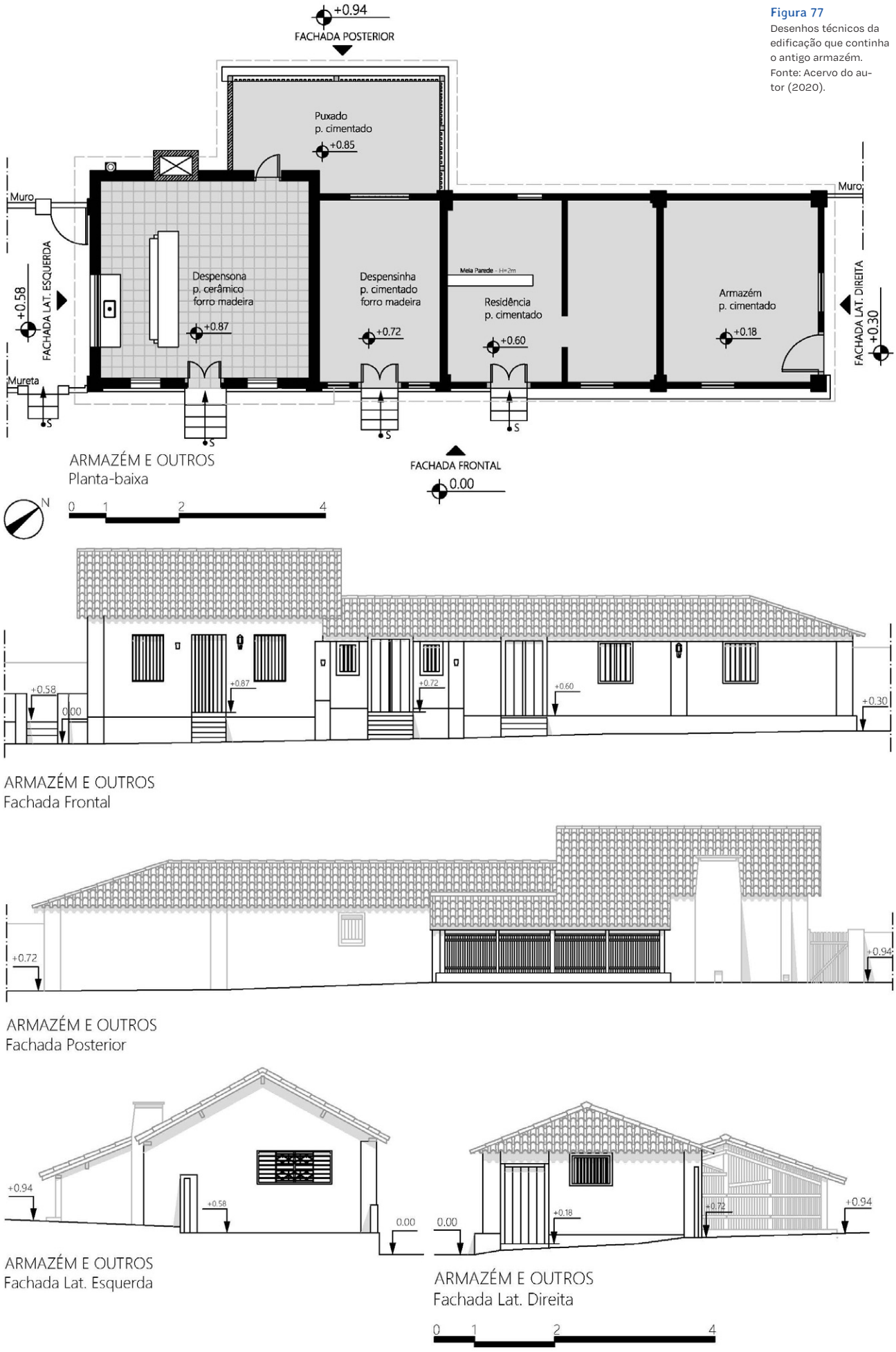


Figura 77
Desenhos técnicos da edificação que continha o antigo armazém.
Fonte: Acervo do autor (2020).

> ficava o armazém da fazenda. O muro não era onde está hoje, [...] ele era onde fica a porta do armazém, então, a pessoa que queria ir no armazém não tinha contato com a sede... ela ia por fora (BARRETTO, 2019).

> Tinha um armazém que ficava lá atrás da minha casa [casarão], então o pessoal ia comprar as coisas lá. Isso na época dos meus avós [Lucino Barretto e D. Antônia Barretto] e do meu pai [Alfredo Barretto], na minha época [...] o pessoal ia para a cidade. Também não tinha mais o armazém, se eu não me engano, ele existiu até meus cinco anos de idade, depois de 1960 [...] não tinha mais. [...] diz que tinha de tudo lá... [...]. Na época dos meus avós, parece que os funcionários pegavam mercadoria lá e [...] descontava dos salários[...]. Mas devia ter de tudo, arroz, feijão, mistura, [...] óleo, sal, macarrão, querosene para lamparina, enfim [...] (BARRETTO, 2019).

Atualmente o antigo armazém só pode ser acessado ao subir um pequeno degrau e atravessar uma porta na fachada lateral direita. À esquerda deste, e separado por uma parede, há um cômodo de metragem similar com acesso pela fachada frontal que, segundo as entrevistas, pode ter sido utilizado como moradia de funcionários – ou, em nossa opinião, também como depósito. A despensa menor, por sua vez, foi instalada à esquerda da suposta residência e tem cerca de metade de seu tamanho; já a maior conta com, além de uma metragem ligeiramente maior, uma churrasqueira interna, balcão, pia e um puxado junto à sua fachada posterior, possivelmente usado para depósito – alterações que, ao que tudo indica, foram realizadas mais recentemente.

Figura 78a-b
Fotografias antigas que ilustram as telhas, do tipo francesas e capa e canal, que compunham a cobertura do edifício onde funcionava o antigo armazém.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).





De um modo geral, a edificação é térrea, construída com alvenaria de tijolos e sua cobertura de duas águas é composta por peças de madeira serrada e telhas cerâmicas de estilo contemporâneo (ver **Apêndice K**) – porém, através de outras fotografias sem data (**Figura 78**) cedidas por Luiz Ricardo Barretto (2019), notamos que o cômodo conhecido pela família e ex-funcionários e moradores como "despensona" era coberto com telhas do tipo francesa, já a

"despensinha" até o antigo armazém, eram telhas capa e canal, sempre com beirais. A volumetria do prédio é retangular, bem maior de comprimento do que de largura, extrapolada pelo puxado na fachada posterior da "despensona", conforme comentamos.

No mais, exceto o piso que fora colocado na despensa maior, aparentemente assentado mais recentemente por se tratar de um material cerâmico de desenho contemporâneo, os demais ambientes são somente revestidos com cimento. O forro foi somente colocado nas despensas maior e na menor, talvez por terem sido utilizados para o preparo, o consumo e o estoque de alimentos e fazia-se necessário evitar a entrada de poeira, animais etc.



Figura 79
Detalhes internos da cozinha externa, a "despensona", da "despensinha", da possível residência de funcionários e do antigo armazém. Fonte: Acervo do autor (2020).

As janelas são predominantemente de madeira, possuem vergas retas e algumas delas têm escuros de abertura dupla ou simples, ou apenas barras para proteção e ventilação. As portas são de madeira, têm uma ou duas folhas lisas e sem maiores detalhes – talvez confeccionadas na antiga serraria da fazenda, devido ao seu aspecto rústico. E as únicas esquadrias de metal, mais recentes, estão na "despensona". As paredes, por sua vez, foram rebocadas e receberam cal, e as esquadrias são pintadas com tinta óleo azul escuro. Por fim, verificamos que a despensa maior, embora pouco utilizada pelos proprietários, é o único cômodo da edificação que possui instalações elétricas, hidráulicas, esgoto e alguns móveis, provavelmente





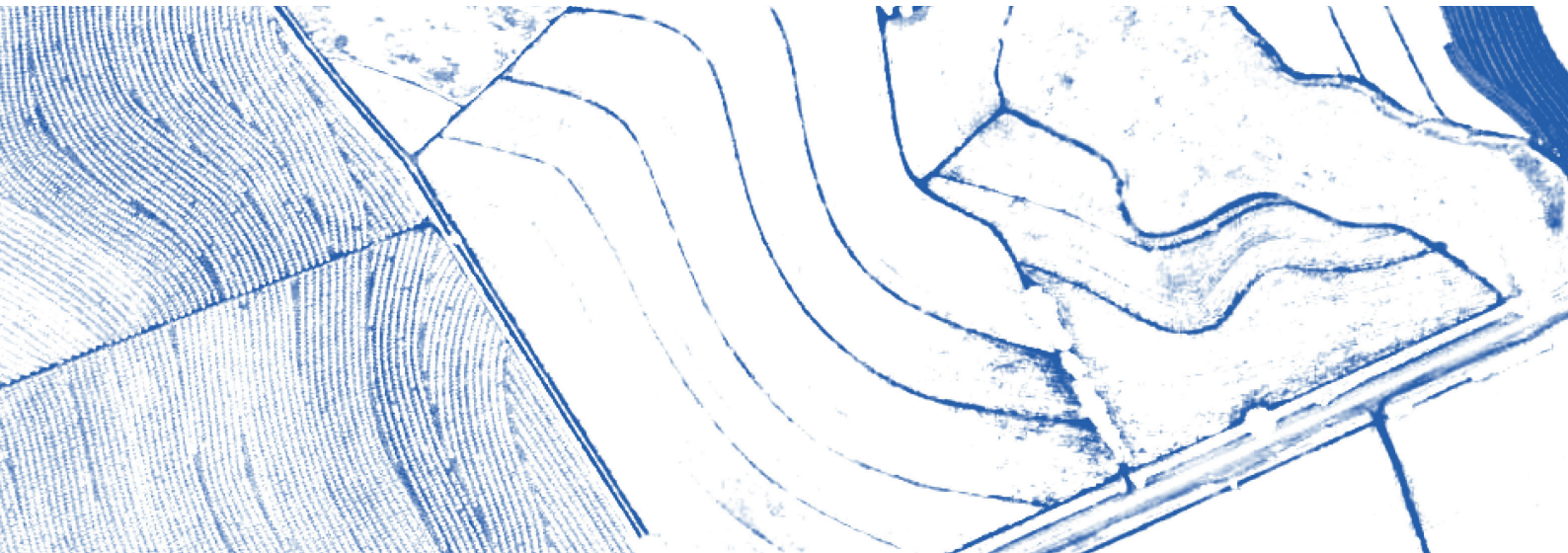

Figura 80
Detalhes das esquadrias de madeira da "despensona", da "despensinha", da possível residência de funcionários e do antigo armazém. Fonte: Acervo do autor (2020).

instalados na mesma época da reforma do piso, do forro e das esquadrias; já os demais cômodos estão sendo utilizados apenas como depósito.

No capítulo seguinte, o último desta dissertação, novamente desceremos mais uma camada em nossa escala de análise para que seja possível abordar a arquitetura e o cotidiano doméstico dos outrora ocupantes do nosso objeto de estudo, tanto dos funcionários quanto da família proprietária. Assim como fizemos neste capítulo quanto a arquitetura das edificações do setor produtivo, discutiremos e traremos detalhes sobre edifícios e espaços de uso doméstico, portanto, de acesso restrito às famílias ocupantes e pessoas próximas, bem como analisaremos o estado de conservação atual das edificações remanescentes da fazenda Glória.



4
Arquitetura e cotidiano doméstico dos trabalhadores e dos proprietários





4.1 Arquitetura e cotidiano doméstico dos trabalhadores

Além da necessidade de observar as características do sítio natural e da implantação das instalações de beneficiamento da produção, conforme me vimos anteriormente, havia outro quesito indispensável para o funcionamento das fazendas cafeeiras: a disponibilidade de mão de obra. De acordo com Emília Viotti da Costa (2010, p.67-68), desde o início da colonização brasileira o escravo negro era a força de trabalho mais procurada, sendo exclusiva em algumas regiões. São Paulo, não obstante, nunca possuiu um contingente comparável ao das zonas açucareiras do Nordeste e auríferas de Minas Gerais, sobretudo por sua economia não ter alcançado a mesma prosperidade econômica no período. Esse cenário começou a ser alterado com o desenvolvimento da produção açucareira ao longo do século XVIII, mas foi com a cafeicultura no século seguinte que houve um aumento significativo da população escravizada, momento em que os aventureiros que avançavam pelo interior do Vale do Paraíba fluminense e paulista e pelo território mineiro não dispunham de outra solução tão eficiente e rentável quanto o uso da mão de obra até então vigente[1].

Com exceção de tentativas pontuais de colonização[2], é sobretudo após a independência do Brasil e devido às pressões inglesas para a interrupção do tráfico negreiro entre 1830-1850 que novas experiências para trazer trabalhadores livres europeus voltaram a ser discutidas. Dentre as medidas adotadas com vistas a suprir a necessidade de braços para a crescente lavoura de café, foram reativadas políticas de povoamento através da implantação

1 Segundo Costa (2010, p.71-72), certamente nas zonas rurais havia certa parcela de trabalhadores livres, porém insignificante em comparação ao quadro geral da população naquele período. Estes eram feitores e carreiros, às vezes, negros e até escravos mais velhos alforriados, utilizados principalmente em serviços mais perigosos em que alguns fazendeiros não se sentiam confortáveis em fazer o uso de seu plantel de cativos, como a derrubada da mata e a roçada; outros eram contratados por meação, parceria ou arrendamento para o cultivo de gêneros de primeira necessidade, mesmo assim recebiam salários baixos, não tinham propriedade e podiam ser dispensados a qualquer momento – a autora considera que a relativa facilidade de encontrar mão de obra escrava no período tenha reduzido as chances do trabalhador livre, que não tinha a quem oferecer sua força de trabalho.

2 De acordo com Prado Júnior (2012, p.183), o grosso da população brasileira no período colonial constituía-se pela chegada espontânea de imigrantes, em sua maioria portugueses, pela importação de negros escravizados do continente africano e pela utilização de indígenas. Porém, houve tentativas que visavam fixar, estrategicamente, imigrantes em regiões brasileiras com o intuito de ocupar e defendê-las da concorrência espanhola, por exemplo, como ocorreu com a instalação de colonos açorianos em Florianópolis e no Rio Grande do Sul, entre outras tentativas sem sucesso.

de colônias oficiais e particulares que funcionavam com a distribuição de pequenos lotes de terra aos colonos, mas que não alcançaram os resultados esperados; mesmo assim, um novo ensaio foi tentado nas fazendas de café paulistas, onde os imigrantes eram contratados sob o regime de parceria[3], que representou um período de transição para a colonização através de trabalhadores livres (PRADO JÚNIOR, 2012, p.183 e 186-187).

Segundo Costa (2010, p.228-229 e 233), a partir de meados do século XIX os altos preços do café no mercado internacional – assim como a melhoria dos caminhos e estradas, o aperfeiçoamento dos meios de transporte através das estradas de ferro, a mecanização dos processos de beneficiamento do café, entre outros fatores favoráveis – contribuiu para modificar as condições econômicas das zonas produtoras e abriram novas possibilidades para a implantação do trabalho livre no Brasil, também como uma solução para as revoltas e as pressões dos abolicionistas. Neste sentido, se havia nações que proibiram a emigração ao país devido ao fracasso do sistema de parceria, outros países, como Portugal, Espanha e, notadamente, Itália puderam suprir tal demanda. Assim, entre 1875 e 1885 ingressaram em São Paulo cerca de 42 mil indivíduos e, após a Abolição, chegaram mais de 800 mil imigrantes atraídos pela possibilidade de adquirirem a estabilidade econômica desejada.

De acordo com Prado Júnior (2012, p.190-191), os fatores que outrora dificultavam a implantação de trabalhadores livres nas fazendas foram superados nessa segunda fase da imigração europeia ao Brasil, momento em que os proprietários, necessitados por suprir a falta de braços e contando cada vez menos com o trabalho escravo, passaram a ter mais cuidado no trato com os imigrantes e homens livres. Além disso, ao longo dos anos, o pagamento de salário fixo e novas legislações protetoras lhes assegurariam maiores garantias e direitos. Neste sentido, é no Oeste paulista – porção do estado em que a proporção de escravos já se encontrava em declínio desde meados do século XIX e configurava-se insuficiente para suprir as zonas pioneiras – que a maior parte das fazendas dedicadas à lavoura do café instaladas

3 Segundo Prado Júnior (2012, p.187-188), o criador do sistema de parceria foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, agricultor e proprietário da fazenda Ibicaba no município de Limeira-SP, onde chegou a introduzir cerca de 177 famílias alemãs, suíças, portuguesas e belgas entre os anos de 1847 e 1857. A princípio, o sistema trouxe bons resultados e foi experimentado por outros fazendeiros paulistas, porém, talvez pelo fato destes terem se acostumado a lidar somente com a mão de obra escrava, inclusive conservando boa parte desta junto aos trabalhadores livres recém-chegados, fez com que não tratassem estes últimos na qualidade que mereciam como livres e assalariados; os contratos de trabalho firmados entre as partes eram, em geral, tendenciosamente mais vantajosos ao empregador, o que gerou reclamações e revoltas no meio rural – sobre este assunto, lembramos os relatos do imigrante suíço Thomas Davatz (1980), que narrou os abusos que ele e seus compatriotas sofreram quando contratados na própria fazenda Ibicaba, na década de 1850. O resultado destes conflitos culminou no desinteresse por parte dos proprietários para com a mão de obra livre e em maior procura pelo braço escravo, já escasso, e, mesmo após a proibição do tráfico e às vésperas da abolição, na criação de inquéritos investigativos pelos países fornecedores de imigrantes, especialmente a Alemanha e Portugal, que desaconselharam a emigração ao Brasil e diminuíram a quase zero e 50% menos do fornecimento usual de mão de obra livre, respectivamente. Para mais informações ver: Costa (2010), Davatz (1980) e Prado Júnior (2012).

desde os anos de 1880 contariam, quase que exclusivamente, apenas com trabalhadores livres[4].

Conforme comentamos anteriormente, é possível afirmar que a fazenda Glória foi instalada no início do século XX com base nos registros de cartório consultados[5] e, principalmente, na observação das técnicas construtivas empregadas na maioria de suas edificações, em que se destaca o uso da alvenaria de tijolos cerâmicos. Ademais, ao acrescentar a contribuição decorrente das entrevistas, ficou evidente que a fazenda Glória é mais um núcleo rural cafeeiro do interior paulista que desde o momento de sua instalação empregou somente mão de obra livre e assalariada, em que trabalhadores temporários e fixos residiam na propriedade. Infelizmente não tivemos acesso a documentos – por exemplo, livros de registros, folhas de



Figura 81
Fotografia antiga, sem data, em que foi registrado parte dos trabalhadores que residiam nas casas das colônias. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1930 e 1960?]).

4 É preciso salientar que parte dos fazendeiros continuaram, até por volta da metade da década de 1880, a atuar fortemente em oposição à abolição da escravatura. Favorável ao desfecho fora o rompimento da unanimidade que havia entre eles sobre esta questão, pois, nas regiões cafeeiras do Oeste paulista havia proprietários mais favoráveis ao trabalho livre do que os do Vale do Paraíba. Havia, portanto, uma dicotomia de mentalidades: os primeiros eram empreendedores, investiam em maquinário moderno e votavam a favor da imigração; os outros, talvez pela queda de produção de seus cafezais, ainda estavam apegados ao trabalho escravo e solicitavam indenização para salvarem-se financeiramente. Com a chegada de um número crescente de imigrantes, a adesão de setores da lavoura à ideia da abolição, também pela pressão exercida pelos escravos e abolicionistas, a questão da substituição de braços foi finalmente resolvida. Não obstante, a ordem tradicional manteve-se baseada no mesmo sistema de propriedades e a condição de vida dos colonos, pelo menos daqueles que não conseguiram ascender socialmente, continuou precária até que a industrialização e a urbanização possibilitassem novas perspectivas (COSTA, 2010, p.512).

5 Os documentos encontrados a respeito estão descritos com maiores informações na lista de referências. Ver mais sobre em: Jaboticabal (1910, 1919 e 1921).

pagamentos, contratos de trabalho, entre outros – que permitissem estimar a quantidade de funcionários que residiam e/ou que haviam sido contratados pela fazenda Glória. Mesmo assim, conforme vimos anteriormente, sabemos que nos tempos áureos da fazenda havia entre 24 e 25 grupos de casas de colônias geminadas (ou seja, entre 48 a 50 unidades habitacionais) e se cada família ocupante tivesse, em média, pelo menos três a quatro membros – marido, esposa e um ou mais filhos –, é possível estimar que a fazenda Glória possuísse cerca de 144 a 200 pessoas residindo nas casas das colônias.

Com a Abolição e o aumento no número de imigrantes que se dirigiam às fazendas cafeeiras, sobretudo às do Oeste paulista e zonas pioneiras, foi preciso providenciar a instalação deste novo tipo de mão de obra. Neste sentido, ainda que tenha havido proprietários que simplesmente adaptaram suas senzalas, em geral alojamentos coletivos e precários, foi colocada uma nova forma de habitação em prática por alguns fazendeiros que acabou por generalizar-se: as casas de colônia. Isto é, um conjunto de residências unifamiliares inspiradas nas cottages das vilas operárias europeias[6], porém bem mais simplificadas, adaptadas ao clima e erguidas com materiais construtivos locais. Além disso, diferentemente dos escravos que precisavam ser vigiados e controlados para evitar fugas e revoltas, os novos trabalhadores – pagos por salário fixo, mas também pelos pés de café que cuidavam e colhiam, portanto interessados em assegurar seu ganho – até podiam morar em colônias próximas ao casarão, de modo que permitisse uma maior fiscalização por parte dos proprietários, porém o mais comum era que estivessem espalhadas pela propriedade, quase sempre em terrenos mais baixos e impróprios para o plantio de café (FREITAS, 1994, p.144-149).

Ainda de acordo com Freitas (1994, p.151-157), de um modo geral as casas de colônia eram simples, térreas, de planta-baixa quadrada, ou retangular, e telhados de duas águas[7]. Podiam ter de dois a cinco cômodos – um quarto para o casal, outro(s) para os filhos, cozinha e uma sala –, eram isoladas, ou geminadas (mais raramente, agrupadas em três), cobertas com telhas cerâmicas e sem forros. O chão era de terra batida, ou revestido com tijolos. As esquadrias quase sempre não tinham vidro, as paredes internas eram rebocadas e as externas recebiam caiação[8]. Aos fundos havia quintais para

6 Para mais informações sobre ver a obra de Freitas (1994, p.144-159), na qual a autora faz um estudo sobre a arquitetura rural do período cafeeiro da região de Ribeirão Preto, entre o último quartel do século XIX e o começo do século XX. Freitas (1994) discorre sobre a generalização das ideias e soluções modernas para a época, como: a chegada da ferrovia, a utilização de maquinário mais eficiente para o beneficiamento do café e a generalização da utilização de mão de obra livre, que passou a ser acomodada nas chamadas "casas de colônias", a partir da chegada de imigrantes europeus. Levando estes pontos em consideração, a autora analisou o conjunto arquitetônico de fazendas cafeeiras da região, constituído segundo ideias modernas pautadas na racionalidade, funcionalidade, conforto e privacidade, bem como o uso de materiais industrializados (ferro e o ladrilho hidráulico) e na técnica construtiva da alvenaria de tijolos.

7 Segundo Freitas (1994, p.152-153), essa geometrização não se dava ao acaso, mas advinha da ideia de ordem e racionalidade colocada em prática nas vilas operárias e cidades europeias do período; mesmo assim, ainda que erguidas com técnicas construtivas ligadas a fatores regionais, todas as casas de colônia brasileiras acabaram baseando-se no modelo da casa colonial, isto é, planta-baixa subdividida em forma de cruz, telhado em duas águas e paredes de cor branca.

8 Por "caiação" entende-se o mesmo que "caiadura", ou seja, o ato de caiar ou colocar a cal na parede; branquear com cal diluída em água (CORONA & LEMOS, 2017, p.94).

cultivo de gêneros alimentícios, criação animais e um pequeno paiol para estocar milho, enquanto a parte da frente era voltada para uma rua, também de terra, que se constituía como o único espaço coletivo onde os trabalhadores podiam se reunir, mas sempre observados por algum funcionário responsável por manter a ordem e controlar os horários.

> Com o trabalho livre da colônia, mudaram-se os mecanismos de coerção. [...] o trabalho passa a ser uma virtude da liberdade e, com estas mudanças, a moradia do trabalhador da fazenda podia distanciar-se da casa do patrão, ter um espaço privado [...]. Mas o horário de trabalho e a sua qualidade eram controlados. Cada colônia possuía um fiscal que chamava o colono para o trabalho, badalando [...] o sino [...] pela manhã [...] para despertar o colono e [...] para a saída para o trabalho. E observava o movimento [...] para o trabalho [...] nos cafezais (FREITAS, 1994, p.154).

Como vimos anteriormente, a fazenda Glória possuía seis colônias distribuídas em suas terras: uma delas localizada junto ao núcleo edificado da sede e, por isso, chamava-se colônia "da sede"; a colônia "da Glória", a segunda mais próxima; a São João, a Santana, a Santo Antônio e a São Pedro, já mais distantes (ver **Figura 32, p.156**), que totalizavam entre 48 e 50 unidades residenciais. De acordo com as entrevistas[9], eram ocupadas em sua maior parte por trabalhadores brasileiros, mas também havia estrangeiros, ou seus descendentes – como, italianos, espanhóis e japoneses –, porém estes últimos não necessariamente estavam ligados à produção cafeeira, pois atuavam como arrendatários de áreas não aproveitadas pela cafeicultura para plantar, sobretudo, arroz e outros gêneros alimentícios de menor valor de revenda. A única colônia que encontramos moradias remanescentes é a "da Glória", a qual ainda possui de três a quatro exemplares, entretanto abandonados e em péssimo estado de conservação, mesmo assim realizamos os levantamentos e verificamos a predominância de uma tipologia padrão, com apenas uma residência ligeiramente diferente, como veremos.

> Tinha a [colônia] Santo Antônio, [...] a São Pedro, a Santana, a São João, que era grande lá, e tinha a colônia da Glória. [...] eram casas [...] emendadas uma na outra, mas separadas por dentro, sabe? Ia formando aquela fileira de casas... Nas outras colônias todas eram iguais. No geral, tudo era de quatro, cinco cômodos (CEDRONI NETO, 2020).

> De colonos tinha os italianos, né? Japoneses também... mas esses não eram iguais aos outros, eles trabalhavam como particular, né? E não colhiam café, só entravam no brejo para plantar e colher arroz, cebola, banana... O restante eram brasileiros. As colônias eram todas cheias de gente, mesmo (CEDRONI NETO, 2020).

9 Infelizmente não tivemos acesso a documentos, por exemplo livros de registros do quadro de funcionários, de contratações, de demissões etc., que corroborassem para comprovar as informações obtidas. Justamente por isso nos valemos das entrevistas para o preenchimento, ainda que de maneira parcial, de lacunas a respeito.



Figura 82
Trabalhadores na borda do terreiro, com destaque para os irmãos, Antônio Sanches Garcia (agachado), Pedro Sanches Garcia (sentado e com seu filho, Antônio Carlos Sanches, em seu colo), e Adauto Sanches Garcia (camisa clara ao centro), assim como para seus amigos descendentes de japoneses (lado direito).
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1960 e 1970?]).





Figura 83
Vistas gerais do caminho de acesso e dos remanescentes da colônia "da Glória".
Fonte: Acervo do Autor (2020).









Figura 84
Imagens externas da casa da colônia "padrão".
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Assim como identificado por pesquisas anteriores que abordaram a arquitetura e o cotidiano rural da época – por exemplo, a de Rosada (2004) sobre a estruturação espacial de um grupo de fazendas de café da região de Limeira; a de Benincasa (2003), de parte das localizadas nos Campos de Araraquara e, posteriormente, de demais regiões paulistas (2008); e a de Costa e Bortolucci (2010), a respeito da estrutura física de algumas unidades cafeicultoras de Ribeirão Preto e suas colônias[10] – verificamos que, no geral, as casas de colônia da fazenda Glória tinham as seguintes características: foram implantadas, quando necessário, através de aterros e arrimos nas partes mais baixas do terreno; eram térreas, de volumetria retangular e construídas em alvenaria de tijolos assentados com argamassa de barro, ao invés de cimento, como ocorre em outras edificações da propriedade; a planta era de quatro cômodos com a mesma dimensão (cozinha, dois dormitórios e sala); tinham piso de terra batida e sem forro; possuíam cobertura de duas águas, composta de estrutura em madeira serrada e telhas cerâmicas do tipo capa e canal (ver **Apêndice L**); não contavam com água nem esgoto encanados, tampouco energia elétrica, o que obrigava seus ocupantes a utilizar poços, bicas e baldes para obter água, e lamparinas a querosene para iluminar os ambientes internos. Havia portas somente nas entradas, da frente e dos fundos, eram feitas em madeira e com uma ou duas folhas de abrir com bandeira. Para garantir certa privacidade, os moradores usavam cortinas nos vãos de ligação entre os ambientes internos. As janelas também eram feitas de madeira com vergas retas e somente uma folha de escuro. Quanto a pintura e revestimentos, vimos que as paredes foram apenas rebocadas e caiadas de branco, enquanto a cor das esquadrias variava entre cinza claro e azul escuro. No que se refere ao mobiliário destas casas, infelizmente, não encontramos peças remanescentes que permitissem uma visão de como era a composição interna, mas, segundo Cedroni Neto (2020), era singela.

> O chão da casa [da colônia] era tudo chão [risos]. Não tinha piso... era terra. Também não tinha água encanada... era tudo poço, porque tinha um perto da colônia da Glória e a gente lavava as roupas ali... puxava o balde na carretilha pra pegar a água. E antes, quando não tinha o poço, a gente ia nas bicas... na mina, que fica ali na mata logo em baixo e onde a gente lavava roupa também. Não tinha banheiro... banheiro era o mato [risos] [...]. Energia elétrica também não! Era tudo lamparina a querosene. Móveis quase não tinha, viu? Eu mesmo, quando me casei, não tínhamos nada. Fizemos de tabuinha [...] (CEDRONI NETO, 2020).

Notamos, entretanto, a existência de um puxado na fachada frontal de uma das casas remanescentes, provavelmente acrescido mais recentemente para acomodar um fogão à lenha, pois, além de seu pé-direito não ser alto, os tijolos das paredes são diferentes do restante da edificação e

10 Para mais informações ver: Benincasa (2003 e 2008), Costa e Bortolucci (2010) e Rosada (2004).

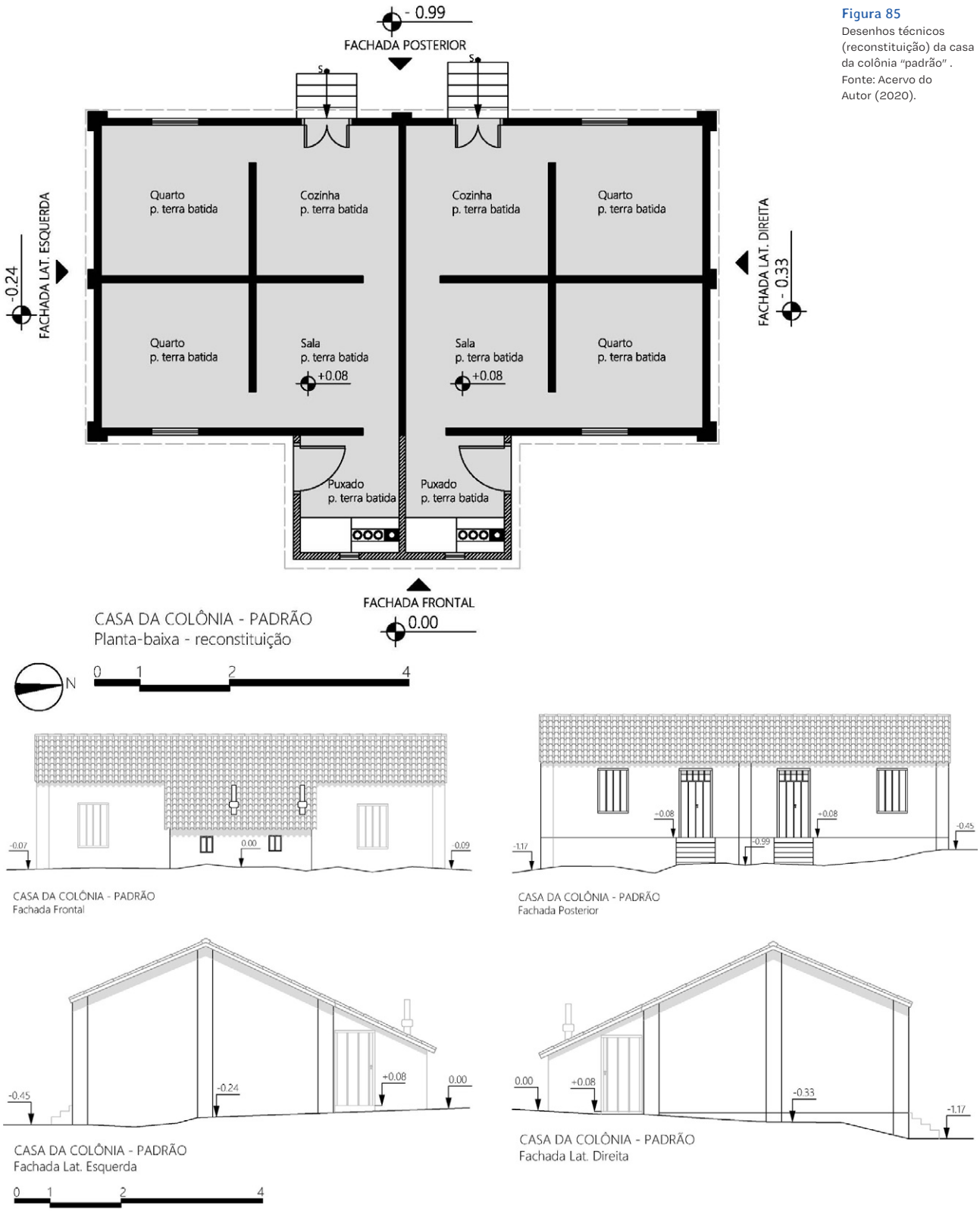


Figura 85
Desenhos técnicos (reconstituição) da casa da colônia "padrão" .
Fonte: Acervo do Autor (2020).

assentados com cimento ao invés de argamassa de barro (ver **Figura 86**). Além disso, o teto da antiga cozinha está mais escurecido em comparação com o do puxado, típico da fuligem proveniente do fogão à lenha outrora existente no local, assim como, segundo as entrevistas, este puxado não constava em todas as casas, dependia da preferência e das condições financeiras de seus ocupantes.







Figura 86
Espaço interno (puxado, sala, quarto da frente, antiga cozinha, quarto dos fundos) e detalhes construtivos da casa da colônia "padrão".
Fonte: Acervo do Autor (2020).

> [...] no meu tempo [entre 1950 e 1970] esse puxado da frente [da casa da colônia] onde tem o fogão de lenha não existia, foi feito depois. Primeiro tinha a sala, depois do lado era um quarto, mais para o fundo era a cozinha e um outro quarto. Podia acontecer o seguinte: cada família que mudava ali mexia no esquema da casa... por exemplo, tinha um lugar pra colocar o pote de água, mas não todas. [...] (GARCIA, 2020).

> [...] nesse puxadinho do telhado era onde ficava o fogão dessas casas. Eu não lembro se esse puxadinho já existia..., mas eu acho que alguma ou outra casa tinha... não era um padrão. As janelas, as portas, eram todas feitas de madeira (LIMA FILHO, 2020).





Figura 87
Detalhes do puxado da casa da colônia "padrão".
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Ainda de acordo com nossos levantamentos e as entrevistas, a única casa de colônia de toda a propriedade que destoava parcialmente deste padrão, pois formava um grupo com três unidades contíguas e geminadas – provavelmente por ter sido utilizada por funcionários de maior confiança e de cargos mais elevados – também se localiza na colônia "da Glória". Estas

três unidades residenciais foram ocupadas, segundo Garcia (2020), pelo outrora fiscal da colônia, Antônio Barão, por um funcionário chamado Joaquim, e pelo encarregado da manutenção geral do conjunto edificado da sede, Abílio Pereira.

> A primeira delas [unidade], do lado esquerdo, era do fiscal da colônia, o Sr. Antônio Barão. No meio [unidade do centro], quem morava na época era o Joaquinzão [...]. Na outra morava o Abílio [Pereira], que tomava conta da sede da fazenda. Essa casa era a maior casa da colônia que tinha, não tinha outra igual. No restante, as casas eram assim de duas a duas [geminadas e separadas umas das outras internamente] (GARCIA, 2020).



Figura 88
Imagens externas da casa da colônia com três unidades.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Posteriormente, duas unidades desta passaram a ser ocupadas pela família de Benedito de Almeida Lima e D. Adelaide Tatângelo de Almeida, casal de funcionários que residia em uma das casas mais ao final da colônia "da Glória", mas devido a Benedito ter ocupado a função de fiscal da colônia quando necessário e também pelo maior número de filhos que possuía ou que ainda viriam a nascer – Aparecida, José Aparecido, Antônio, Iolanda, João Luís, Benedito, Vicente e Paulo –,ele sua família foram autorizados a se transferirem para duas unidades da casa em questão, conforme relatou um de seus filhos, Benedito Almeida Lima Filho (2020).

> A gente morava nas casas mais para o fundo [da colônia da Glória], mas depois a gente veio para as primeiras... isso aconteceu porque meu pai [Benedito de Almeida Lima] assumiu o cargo de fiscal da turma da colônia, que antigamente era do Sr. Antônio Barão. [...] Meu pai foi leiteiro lá na fazenda [...] apartava bezerros, mexia com gado. Ele ficava ali na cocheira [...]. Depois ele não quis mais [...] e o Sr. Pedro [Sanches, administrador] deixou

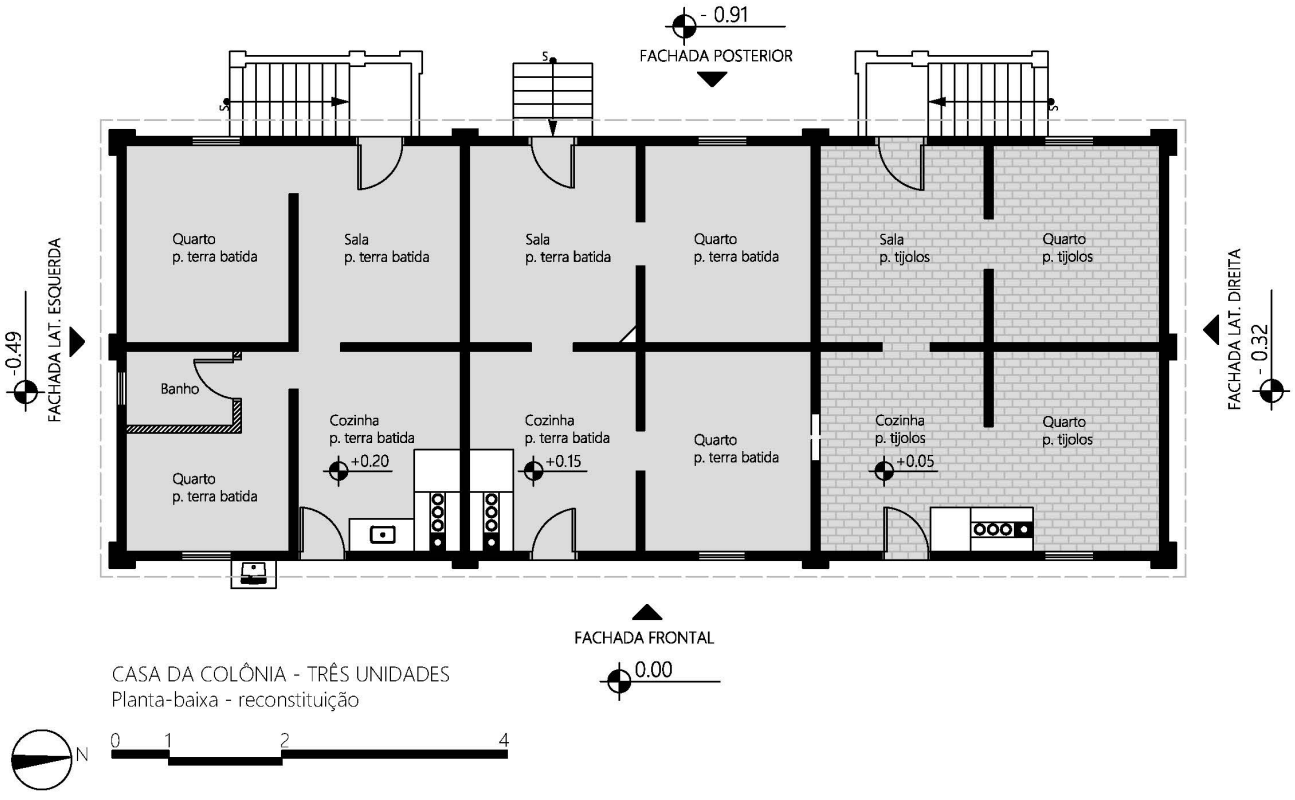
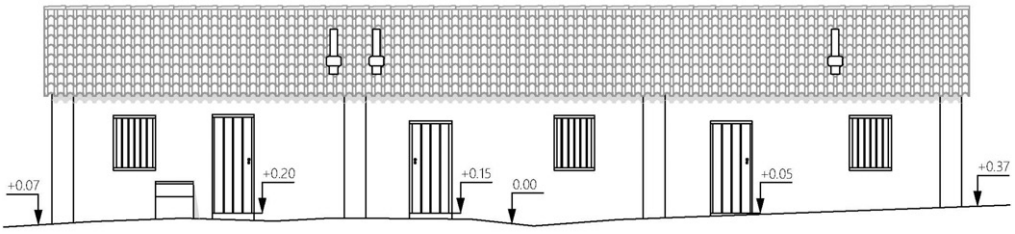
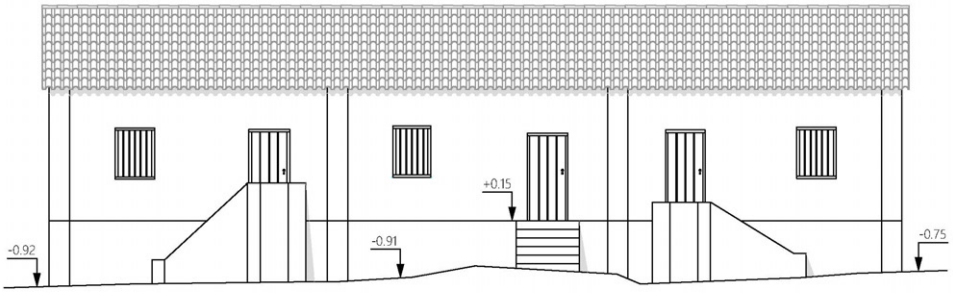


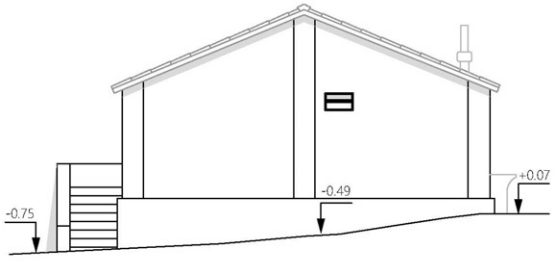
Figura 89
Desenhos técnicos (reconstituição) da casa da colônia com três unidades.
Fonte: Acervo do Autor (2020).



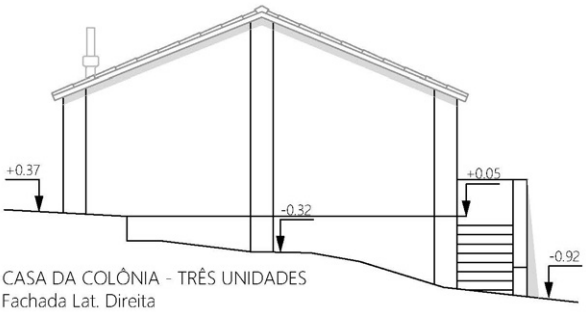
CASA DA COLÔNIA - TRÊS UNIDADES
Fachada Frontal



CASA DA COLÔNIA - TRÊS UNIDADES
Fachada Posterior



CASA DA COLÔNIA - TRÊS UNIDADES
Fachada Lat. Esquerda



CASA DA COLÔNIA - TRÊS UNIDADES
Fachada Lat. Direita

0 1 2 4

ele trabalhar na roça [...]. Quando vinha muita gente ele ajudava o Sr. Vicente [Cedroni], que era o fiscal da fazenda, e ficava também como fiscal nessas horas olhando a turma [...]. Minha mãe [D. Adelaide Tatângelo de Almeida] ficava [...] fazendo almoço, cuidando da casa... quando ela era mais nova, às vezes, ela ia trabalhar pra ter um dinheirinho próprio [...]. [...] Aí, porque a gente era uma família grande, [...] sete homens e duas mulheres, a gente foi pra aquela primeira casa [...]. Lá [...] era um grupo de três casas, e a gente ocupava as duas primeiras [da direita para a esquerda] [...]. O chão era de terra, [...] nós íamos molhando e minha mãe ia passando aquela vassoura de alecrim pra não fazer poeira [...]. No atijolado [que impermeabilizava parcialmente alguns cômodos da edificação] [...] já não precisava... só lavar mesmo. [...] (LIMA FILHO, 2020).

A frente da nossa casa sempre foi voltada pra essa estradinha... tinha a porta da sala e a porta da cozinha. Na cozinha, aquela do lado direito, tinha o fogão [...]. Do lado desse fogão já ficava o quarto dos meus pais, sem parede nem nada pra separar. Atravessando a cozinha tinha a nossa sala, que era a que a gente usava, e do lado o outro quarto do meu irmão, Lagoa [Antônio de Almeida]. Atravessando pra outra casa, [...] era o quarto do



Figura 90
Espaço interno (cozinha, sala, quarto dos fundos e quarto da frente da unidade central) e detalhes construtivos da casa da colônia de três unidades. Fonte: Acervo do Autor (2020).

> meu irmão João e do Jair, na frente tinha uma outra cozinha que a gente não usava... minha mãe guardava umas coisas por lá... depois tinha uma outra sala, que era onde a gente tomava banho de bacia [...] tomávamos banho ali, porque era mais reservado [...] e do lado era o quarto onde eu dormia com mais dois irmãos meus (LIMA FILHO, 2020).

Ainda de acordo com Lima Filho (2020), a residência – assim como as demais da fazenda Glória e as casas de colônia do meio rural paulista do período – também não possuía água nem esgoto encanados, tampouco instalações elétricas. Segundo ele, a água era coletada em um poço localizado nas proximidades e através do uso de baldes, ou, até mesmo, em uma bica formada por uma ou mais nascentes situadas em meio à mata e aos fundos da fileira de casas da colônia. Era somente desta maneira que era possível abastecer as moringas e os potes de barro que eram colocados sobre móveis e/ou as peanhas[11], com água para beber, bem como em baldes com a água destinada a lavar roupas e demais necessidades domésticas. A iluminação noturna era conseguida somente através de lamparinas abastecidas com querosene.

> Na frente da nossa casa [...] tinha um poço onde a gente puxava água... e o pessoal da colônia também [...]. Mais pra frente, uns dois grupos [de casas] mais adiante, descia uma trilha no meio do mato [...] lá pra bica [...] [onde] as mulheres lavavam todas as roupas [...]. Tinha as minas que nasciam ali perto [...]. [...] a gente buscava água com baldes... colocava na cabeça [risos]. [...] dentro de casa tinha as moringas, que ficavam sempre cheias, um pote na sala, na cozinha... todas as casas tinha um negócio [peanha], no cantinho da parede, que você colocava o pote. [...] Antes era tudo na lamparina a querosene. Meu pai comprava lata de 20 litros [...] e colocava nas lamparinas. [...] cada quarto tinha uma [...] (LIMA FILHO, 2020).

Externamente, além da estrada de acesso que podia ser utilizada como um dos únicos espaços comuns dos moradores da colônia "da Glória", as famílias tinham um espaço aos fundos de suas casas para cultivar uma pequena horta – com variedades de verduras, legumes, árvores frutíferas – e, ainda, criar animais que seriam abatidos para consumo próprio, como porcos e galinhas. De acordo com Lima Filho (2020), era deste quintal que sua mãe, D. Adelaide Tatângelo de Almeida, obtinha parte dos ingredientes necessários para o preparo das refeições do dia a dia e que, eventualmente, podiam ser complementados com outros itens comprados na cidade – linguiças, carnes vermelhas etc. – e por aqueles produzidos na própria fazenda e distribuídos pelos patrões, como o leite de vaca. Ainda segundo Benedito, a comida preparada por D. Adelaide era levada por ele, ou por seus irmãos, até o local em que seu pai e outros irmãos estivessem trabalhando.

11 "Peanha" é um pequeno pedestal que pode servir de apoio para utensílios domésticos. Geralmente é encaixado em paredes de modo a ficar em balanço (CORONA & LEMOS, 2017, p.365).



Figura 91
Benedito Almeida Lima Filho aos fundos da casa da colônia que morava com seus pais, Benedito e D. Adelaide.
Fonte: Acervo da família Almeida Lima ([entre 1970 e 1990?]).

> Meus pais sempre tiveram horta no fundo de casa... lá tinha pé de ciriguela, manga, banana... a gente também criava porco, galinha. Então, minha mãe sempre cozinhava, né? Fazia doce de abóbora, pães, podia assar um frango... fazia de tudo e só no forno à lenha, não tinha esse negócio de forno a gás. Quando ela ia fazer, eu e meus irmãos íamos buscar lenha, acendíamos, deixava esquentar pra ela poder cozinhar. Ela fazia comida de manhã, pra a gente pegar [...] e levar pro meu pai e pros meus irmãos, e depois na janta, né? Fazia arroz, feijão, frango... às vezes meu pai ia na cidade, meu pai comprava linguiça... quando tinha abobrinha [...] a gente colhia [...]. A fazenda sempre teve gado leiteiro, então meu pai e o pessoal da colônia inteira ganhavam um litro de leite por dia (LIMA FILHO, 2020).

Ademais, ao longo dos anos, os imigrantes assalariados desejavam que fossem atendidas suas demandas cada vez maiores quanto ao estudo de seus filhos e, assim, mais escolas foram implantadas pelos fazendeiros paulistas[12]. Geralmente estes locais de ensino, conforme Benincasa (2003 e 2008), Rosada (2004) e Costa e Bortolucci (2010), eram improvisados, por exemplo, em salas vazias dos edifícios das tulhas, e, bem mais recorrente, em uma ou mais casas das colônias espalhadas pelas propriedades rurais.

12 Segundo Benincasa (2003, p.224), mesmo que o número de crianças fosse alto (houve casos de famílias com mais de dez filhos), por muitos anos após a implantação da mão de obra livre no Brasil ainda eram raras as fazendas que possuíssem escolas. Sendo assim, frequentemente as crianças eram obrigadas a se deslocarem, eventualmente a pé, para realizar seus estudos nas vilas próximas. Salienta o autor que os meninos tinham vantagens, pois, por mais que permanecessem nas escolas somente até aprenderem o suficiente para os padrões da época, como ler, escrever e calcular; já as meninas, por outro lado, eram frequentemente ensinadas a lidar somente com os afazeres domésticos. Mesmo assim, ainda segundo Benincasa (2008, p.586), a disponibilização de escolas no meio rural se tornou maior e existiram até por volta de meados do século XX, momento em que se tornaram mais escassas devido ao êxodo rural e aos novos programas educacionais que, somados a vantagens como o transporte gratuito até as cidades, foram colocados em prática pelos governos.

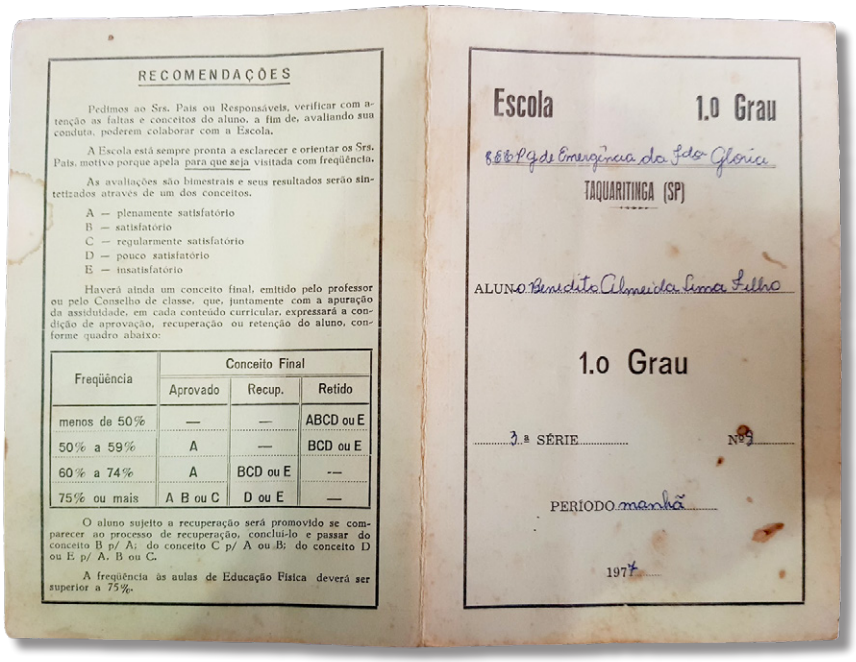
Verificamos que na fazenda Glória chegou a funcionar uma Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência - EEPGR (E)[13], onde as crianças dos funcionários podiam ter acesso ao ensino primário sem precisarem se deslocar até a cidade mais próxima. Conforme comentamos no capítulo anterior e segundo os entrevistados, é possível que um dos primeiros locais utilizados para atividade escolar na fazenda tenha sido a antiga garagem próxima ao casarão. Reforça ainda mais esta suposição uma fotografia, provavelmente tirada por volta da década de 1940, que mostra certamente os alunos, filhos de colonos da fazenda, e a professora na frente do prédio citado (ver **Figura 74, p.210**). Contudo, em dado momento – que não foi possível precisar pelos relatos orais, mas estimamos que tenha sido por volta das décadas de 1960 e 1970 –, a escola de emergência passou a funcionar na última casa da colônia "da Glória", com algumas adaptações para melhor atender à atividade de ensino, como piso de tijolos, ausência de divisórias internas, instalação da lousa e "três fileiras de carteiras". Neste local as aulas eram ministradas para crianças da fazenda Glória e de propriedades vizinhas, até o terceiro ano do primário sem separação de turmas, por professoras contratadas que moravam em sítios próximos, ou trazidas da cidade de Taquaritinga.

> A última casa [da colônia da Glória] era a escola. Parecida com essa do puxado [frontal]. Era normal, padrão. As casas eram cobertas com telhas comum, que deve ser até hoje, chão de terra batida, tijolo assentado com barro, não tinha porta dentro pra separar os cômodos, tudo aberto [...]. As professoras da escola moravam ali nas proximidades, [...] iam até lá [na Glória] pra trabalhar. Tinha a Taide e a Tidico Martinelli... elas eram filhas do proprietário do sítio Martinelli, que ficava ali do lado da Glória...e a Mitico Furyama, o pai dela também tinha um sítio ali perto (GARCIA, 2020).

> Eu estudei na escola da fazenda. Ficava na colônia da Glória. Tinha até o terceiro ano e eram os três anos juntos. [...]. A professora vinha de Taquaritinga [...] a fazenda mandava alguém buscar ela de charrete. Ela dava aula, até meio dia. Tinha outra que dava aula numa escolinha rural por ali que também ia para lá. No final do dia elas iam embora [...]. Na minha época [anos 1960-1970] tinha o pessoal dos [sítio] Monteiro, que estudavam lá, o pessoal aqui da [fazenda] Serrinha, [...] da [colônia] Santana e do [colônia] São João que já eram ex-colônias da fazenda Glória. E mais nós da fazenda Glória (SANCHES, 2018a).

13 As "escolas de emergência" foram regulamentadas no estado de São Paulo a partir do Decreto de Lei nº 24.400, de 11 de março de 1955, o qual abordava sobre a implementação de espaços de ensino primários, nas cidades e no campo, que serviriam para suprir a demanda por vagas. Foi a partir da Lei nº 3.783 de 05 de fevereiro de 1957 que estes espaços foram oficializados, contudo, um novo decreto, o de nº 37.575, de 28 de novembro de 1960 – entre outros publicados para regular o assunto, como o decreto nº 36.851/60, a Lei nº 5.822/1960 e o decreto nº 38.055/1961 – determinou que "[...] as escolas de emergência somente seriam criadas na zona rural, em lugares de difícil acesso e onde a população escolar não oferecesse condições mínimas de estabilidade" (LEITE, 2018, p.47-48). Além disso, a partir do decreto nº 29.499, de 05 de janeiro de 1989 as escolas localizadas na zona rural foram reestruturadas, de modo que a escola que contasse apenas com uma classe passaria a ser denominada de "Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência - EEPGR (E)", sendo que, dependendo das características de cada local, poderiam ser agrupadas as unidades de ensino em "[...] conjuntos de 2 (duas) a 7 (sete) classes com a denominação [...]" citada (SÃO PAULO, 1989). Para mais informações sobre o assunto, ver: Leite (2018) e São Paulo (1989).

> Eu estudei na escola até a terceira série [...] aí, como eu passei e não tinha perua pra levar nós pra cidade [...], eu parei! Hoje eu me arrependo! Eu trabalho, mas [...] estudo faz falta viu? [...] A escola era como uma casa da colônia, mas sem paredes dentro... por exemplo, na separação da cozinha com a sala não tinha a parede... no fundo do cômodo ficava a lousa e no meio três fileiras de carteiras [...] (LIMA FILHO, 2020).



RECOMENDAÇÕES

Pedimos ao Srs. Pais ou Responsáveis, verificar com atenção as faltas e conceitos do aluno, a fim de, avaliando sua conduta, poderem colaborar com a Escola.

A Escola está sempre pronta a esclarecer e orientar os Srs. Pais, motivo porque apela para que seja visitada com freqüência.

As avaliações são bimestrais e seus resultados serão sintetizados através de um dos conceitos.

A — plenamente satisfatório
B — satisfatório
C — regularmente satisfatório
D — pouco satisfatório
E — insatisfatório

Haverá ainda um conceito final, emitido pelo professor ou pelo Conselho de classe, que, juntamente com a apuração da assiduidade, em cada conteúdo curricular, expressará a condição de aprovação, recuperação ou retenção do aluno, conforme quadro abaixo:

Freqüência	Conceito Final		
	Aprovado	Recup.	Retido
menos de 50%	—	—	ABCD ou E
50% a 59%	A	—	BCD ou E
60% a 74%	A	BCD ou E	—
75% ou mais	A B ou C	D ou E	—

O aluno sujeito a recuperação será promovido se comparecer ao processo de recuperação, concluí-lo e passar do conceito B p/ A; do conceito C p/ A ou B; do conceito D ou E p/ A, B ou C.

A freqüência às aulas de Educação Física deverá ser superior a 75%.

Escola 1.o Grau

E.E.P.G. de Emergência da Fda Glória

TAQUARITINGA (SP)

ALUNO Benedito Almeida Lima Filho

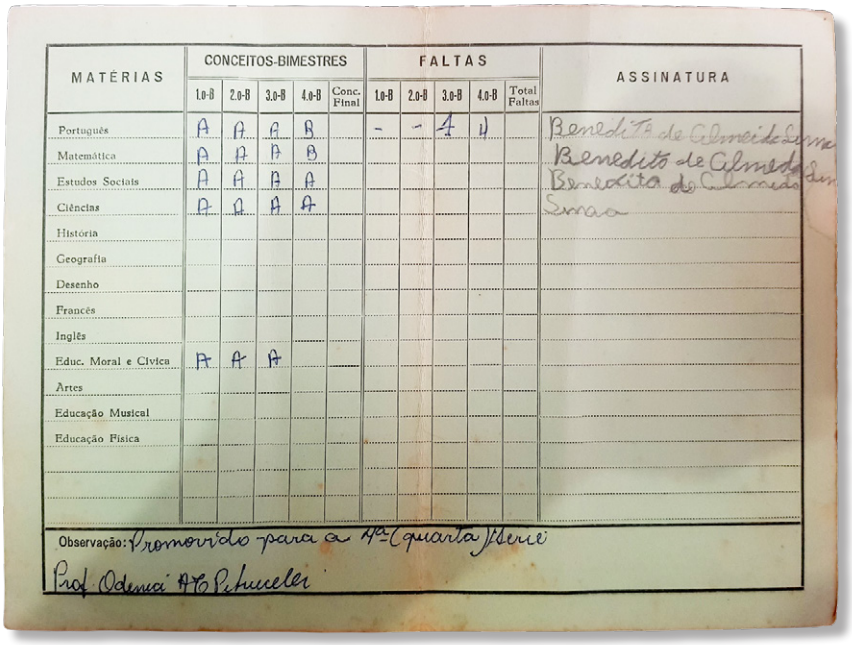
1.o Grau

3.ª SÉRIE Nº 9

PERÍODO manhã

1977

Figura 92
Boletim de Benedito Almeida Lima Filho do ano de 1977, quando era estudante na EEPGR (E) da fazenda Glória.
Fonte: Acervo da família Almeida Lima (1977).



MATÉRIAS	CONCEITOS-BIMESTRES					FALTAS					ASSINATURA
	1.o-B	2.o-B	3.o-B	4.o-B	Conc. Final	1.o-B	2.o-B	3.o-B	4.o-B	Total Faltas	
Português	A	A	A	B		-	-	4	4		Benedito de Almeida Lima
Matemática	A	A	A	B							Benedito de Almeida
Estudos Sociais	A	A	A	A							Benedito de Almeida
Ciências	A	A	A	A							Lima
História											
Geografia											
Desenho											
Francês											
Inglês											
Educ. Moral e Cívica	A	A	A								
Artes											
Educação Musical											
Educação Física											

Observação: Promovido para a 4ª (quarta) série

Prof. Odenir A. P. Ferreira

Além dos trabalhadores que residiam nas colônias, de acordo com Benincasa (2008, p.605), havia aqueles que ocupavam cargos hierarquicamente mais importantes nas fazendas cafeeiras do final do século XIX em diante, como os administradores e os fiscais. Segundo o autor, com o enriquecimento dos proprietários rurais, a melhoria dos meios de comunicação, permitindo sua ausência cada vez mais constante das fazendas, o administrador era o profissional de maior confiança dos patrões e que se tornou o responsável

direto pelo bom andamento das atividades produtivas, de comprar e vender produtos de consumo diário, de contratar e dispensar e, em alguns casos, até mesmo de realizar o pagamento e promover funcionários. Enquanto os fiscais eram incumbidos de observar o trabalho diário, ou seja, o desempenho daqueles que estivessem na lavoura e em serviços gerais, como oficinas, serrarias etc. Justamente pela maior responsabilidade, eram-lhes garantidos melhores salários e casas mais confortáveis, dotadas de certas comodidades que inexistiam nas demais moradias das colônias.

> Essas moradias diferenciavam-se das casas de colônia pelo seu tamanho maior e por oferecerem certos equipamentos de conforto, como banheiros, telefone, energia elétrica e água encanada, por exemplo, inexistentes naquelas. Possuíam [...] maior número de cômodos e melhor acabamento, [...] além de sempre estarem localizadas no núcleo central da fazenda. O aspecto externo variou [...]: [...] a maioria, de alvenaria de tijolos; umas são simples, outras apresentam alpendres frontais, e alguma ornamentação. [...]. O tamanho e a localização, mais que tudo, é que lhes asseguravam o status diferenciador, emanado do cargo privilegiado de seu ocupante (BENINCASA, 2008, p.605).

Ainda segundo Benincasa (2003, p.143 e 230), além de maior tamanho e melhor localização – ainda que variassem bastante dentre as fazendas cafeeiras em geral, o autor identificou na região de Araraquara uma predominância destas moradias para trabalhadores de cargos mais importantes mais próximas às sedes e aos terreiros –, as casas dos administradores e fiscais tinham um programa que incorporava cômodos, como as salas de jantar e estar, revelando uma nova maneira de morar, que atendia aos requisitos de iluminação, ventilação e higiene, colocada em prática pelos proprietários rurais. Soma-se a isso também o maior nível de acabamento dessas residências, pois muitas possuíam piso assoalhado, forro de madeira e janelas com folhas de escuros e guilhotinas envidraçadas, entre outras melhorias, que garantiam a seus ocupantes o lugar de maior autoridade perante os demais funcionários.

No caso da fazenda Glória, identificamos que o cargo de administrador, entre as décadas de 1920 e 1970, foi ocupado por dois descendentes de Juan Sanchez Martinez e D. Encarnación Morales Jimenez[14]. Através dos relatos orais de um de seus bisnetos, Antônio Carlos Sanches (2018a e 2020), verificamos que o casal possivelmente era originário de Veléz-Rúbio, província de Almeria, na Espanha. Ademais, segundo informações constantes no Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, nº 07A, página 003, verificamos que chegaram ao Brasil com 46 e 40 anos de idade, respectivamente, e com seus

14 É preciso destacar que, apesar dos relatos orais de Sanches (2018a e 2020) apontarem que os nomes do casal eram João Sanchez Martines e D. Encarnación Morales Gimenez, optamos por mantê-los conforme a certidão de entrada deles no Brasil constante no Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes disponibilizado em meio eletrônico pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para mais informações ver: APESP ([entre 1882 e 1978?]).

filhos – Juan (18), Manoel (16), Pedro (12), Antônio (10) e Salvador Sanchez Morales (06) – em 23 de outubro de 1912 (APESP, [entre 1882 e 1978]). Como tantos outros é possível que tenham vindo ao Brasil em busca de melhores oportunidades, propiciadas pelo desenvolvimento da cafeicultura, além de se afastarem de conflitos na Europa que, em certa medida, contribuiriam para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (VAINFAS et al., 2010)[15]. Ao saírem da Hospedaria dos Imigrantes, a família dirigiu-se até Monte Alto para trabalhar na fazenda Santa Isabel. Depois de algum tempo, transferiram-se para a fazenda Serrinha – a qual pode ter tido partes de sua área desmembrada para formar a fazenda Glória, uma vez que fora comprada e anexada à Sarapurema por Lucino Barretto, em 1921, como vimos anteriormente –, passando a residir na colônia São Pedro (APESP [entre 1882 e 1978?], p.3]; JABOTICABAL, 1921; SANCHES, 2018a e 2020).

Com a anexação da fazenda Serrinha à fazenda Glória em 1921, e de acordo com os relatos orais, o casal continuou a trabalhar para os novos proprietários e um de seus filhos, Juan Sanchez Morales, foi contratado como administrador, função que desempenhou até por volta do início da década de 1940. A partir dessa data, foi substituído por outro de seus irmãos, Antônio Sanchez Morales, que ocupou o cargo até meados de 1970. Naquela época, Antônio já era casado com D. Angelina Garcia Rodrigues – brasileira, mas filha de imigrantes espanhóis que residiam na colônia Santana da própria fazenda Glória –, e após assumir a função administrativa, mudaram-se com seus filhos – Antônio, Adauto e Pedro Sanches Garcia[16] – para uma casa maior no núcleo da sede.

> A fazenda Glória é o lugar pra onde a família do meu avô Antônio [Sanchez Morales] foram quando vieram da Espanha, [...] de Vélez-Rubio. Eles vieram pra fazenda Santa Isabel, que fica entre Taquaritinga e Monte Alto. Depois foram morar na Serrinha, que era mais uma colônia da fazenda Glória... essas histórias eu não sei direito, mas eles chamavam de Serrinha, lá perto da [colônia] São Pedro. [...] (SANCHES, 2018a).

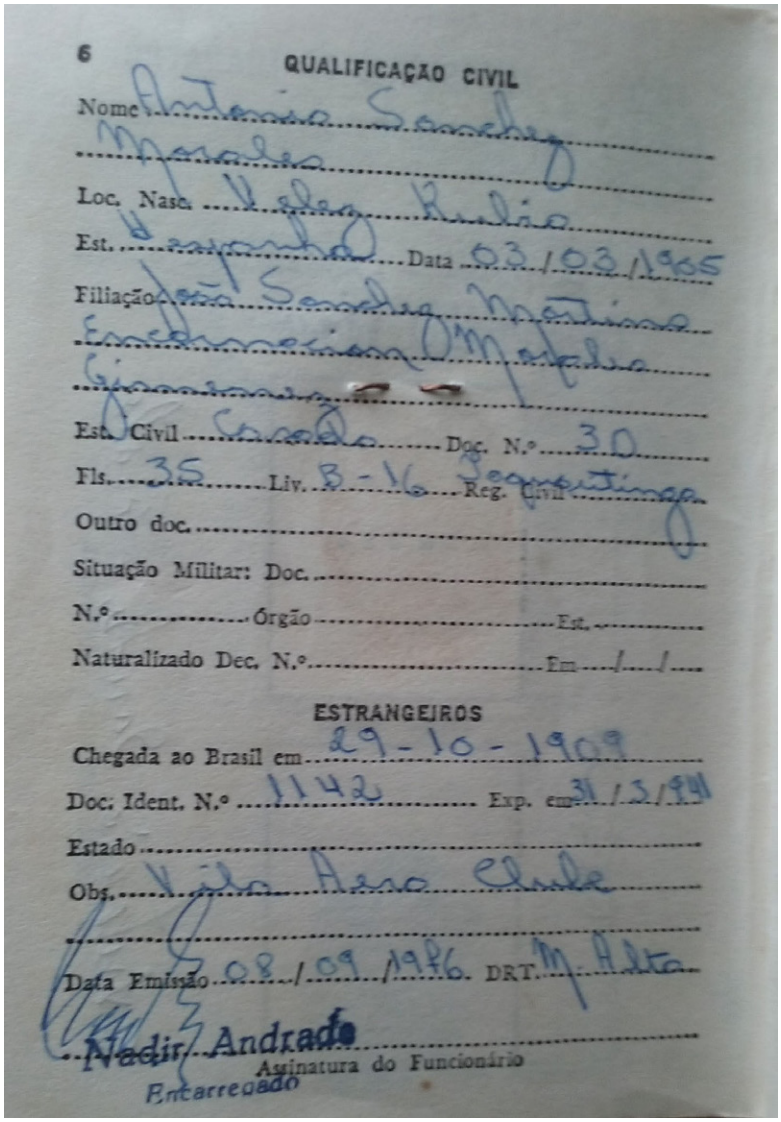
> Meu pai [Antônio Sanchez Morales] era espanhol e veio para o Brasil [...]. Minha mãe [D. Angelina Garcia Rodrigues] era filha de espanhol, mas era brasileira [...]. A família do meu pai, meu avô, João Sanchez Martines, e minha avó, D. Encarnación [Morales Jimenez], vieram pra cá na época da guerra com os filhos [...] dentro de um navio com 200 famílias. Pararam em Santos e vieram direto pra região aqui... e daqui foram pra fazenda [Glória]. Meu avô começou trabalhando como lavrador... café, por exemplo, não

15 Segundo Vainfas et al. (2010, p.588-591), desde o final do século XIX as rivalidades do continente eram alimentadas pelo aumento da ideologia nacionalista e do militarismo na Europa. Rivalidades que culminaram na formação de blocos entre os países para proteção mútua contra agressões, como a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e da Tríplice Entente (Rússia, França e Inglaterra). Portanto, a "Grande Guerra" teve origem na tensão política que marcou a Europa do final do século XIX e o começo do século seguinte, sendo que a disputa pela hegemonia política era a questão central entre as potências. Ver mais sobre o assunto em: Vainfas et al. (2010).

16 De acordo com relatos de um de seus filhos, Antônio Carlos Sanches (2018a e 2020), Pedro e seus irmãos sempre assinaram seu sobrenome com a grafia "Sanches" ao invés de "Sanchez".

sabiam o que era, mas trabalharam ali e foram ficando... Quando meu pai, meu tio [João Sanchez Morales] chegaram na fazenda, já estava tudo montada. Meu tio pegou o lugar que era do administrador antes dele... aquilo lá é antigo, tem história. Eu lembro... aliás, ouvia meu pai falar, né? Ele dizia que foi morar na fazenda quando mocinho, quando já era casado. Ele jogava bola com os patrão... bom, você vê que meu pai morou 53 anos e trabalhando [na fazenda Glória] ... com tudo, deu mais de 60! Você entendeu? Então... amizade era grande, e foi ficando (GARCIA, 2020).

Figura 93
Carteira de trabalho de Antônio Sanchez Morales com informações sobre sua nacionalidade e chegada ao Brasil. Fonte: Acervo da família Sanches (1976)..


6

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Antonio Sanchez Morales

Loc. Nasc. Vila Rubia

Est. Espanha Data 03/03/1905

Filiação João Sanchez Martinez

Encarnacion D'Morales

Est. Civil Casado Doc. N.º 30

Fls. 35 Liv. B-16 Reg. Civil Pequeritinga

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

N.º Órgão Est.

Naturalizado Dec. N.º Em ../../..

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 29-10-1909

Doc. Ident. N.º 1142 Exp. em 31/3/941

Estado

Obs. Vide Averbação

Data Emissão 08/09/1976. DRT. M. Alta

Nadir Andrade

Assinatura do Funcionário

Encarregado

Figura 94a-c
Fotografias antigas, sem data, mostrando um dos outrora administradores da fazenda, Antônio Sanchez Morales (de pé, à esquerda) junto a uma visita e outras duas em que está em meio ao cafezal. Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1940 e 1960?])..







Esta residência, que convencionamos chamar de "casa do administrador", existe até os dias atuais, embora em ruína, e fica localizada dentro do conjunto edificado da sede, nas proximidades do terreiro (ver **Figura 28, p.150**), o que vai ao encontro da predominância encontrada por Benincasa (2003) sobre a localização destas casas na região dos Campos de Araraquara. Notamos que a residência foi instalada em níveis mais baixos, por exemplo, em relação ao casarão e demais edifícios de uso exclusivo dos proprietários[17] – uma tradição enraizada no meio rural neste período, lembrando a todos

17 Assunto que traremos mais detalhes no próximo item deste capítulo.

os trabalhadores, ainda que simbolicamente e de maneira sutil, de onde vinha o poder e a quem deviam prestar contas, conforme analisado por Joana D'Arc de Oliveira (2008). Além do que, na implantação desta moradia foram necessárias correções no terreno natural, com poucos cortes, mas uma quantidade maior de aterro e a confecção de muros de arrimo.

Assim como a maioria das edificações da fazenda, esta moradia é construída com alvenaria de tijolos e sua cobertura – que em boa parte ruiu, mas era de duas águas no corpo principal e de apenas uma água no cômodo anexo dos fundos (ver **Apêndice M**) – em estrutura de madeira serrada e telhas cerâmicas do tipo francesas. Interessante é notar que aparenta ser mais bem acabada em comparação com as casas encontradas na colônia "da Glória" – sobretudo pelo cargo de administrador ter garantido tais comodidades, como comentamos há pouco. Ao observarmos uma fotografia antiga (**Figura 95**) e pelos nossos levantamentos in loco, percebemos que não só as fachadas laterais são arrematadas com rufos[18], como os beirais da elevação frontal terminavam em calhas e condutores de águas pluviais – um detalhe que, mesmo ausente na fachada posterior, nos chamou a atenção por inexistir até mesmo no casarão e na moradia secundária dos proprietários, como veremos no próximo item.



Figura 95
Fotografia antiga, sem data, que ilustra a casa do administrador antes de sua cobertura ruir e ter passado por reformas.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1960?])

18 "Rufo" é o nome dado às chapas dobradas, de metal ou madeira, que guarnecem os pontos em que as águas dos telhados se encontram, evitando a penetração da água das chuvas dentro das edificações (CORONA & LEMOS, 2017, p.416).

Identificamos que entre os anos 1990 e 2000, a casa do administrador passou por uma reforma em que a cozinha, a despensa, o banheiro e a lavanderia foram demolidos, possivelmente para serem reconstruídos, o que não ocorreu, e a casa permanece abandonada desde então. Desta forma, sua volumetria atual se constitui somente por seu volume principal, que tem forma retangular. Neste sentido, a planta-baixa igualmente sofreu mudanças: o acesso ainda se dá pela fachada frontal ao atravessar um pequeno alpendre e a porta da sala, cômodo que, além de ter sido de uso misto (privativo e social), garantia a comunicação entre os demais ambientes já que não havia corredores nem *halls* internos; o dormitório maior, segundo Sanches (2018a), era ocupado por seus avós, Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues, pelo menos quando não o cediam para seus filhos recém casados; os outros dois quartos eram utilizados por outros membros da família; e, aos fundos, os cômodos já citados que foram demolidos.

> A casa é o seguinte: boa parte dela hoje já não existe mais. Mas, como se você estivesse entrando pela porta, tinha uma sala grande, olhando à esquerda tinha um quarto muito grande, que era o quarto do meu avô e da minha avó [Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues]. Depois, quando meus pais [Pedro Sanches Garcia e D. Maria Frigo Sanches] foram morar ali, eu me lembro porque eu nasci ali naquela casa, então a gente morava naquele quarto. Depois, do outro lado, tinha outro quarto, que era onde ficavam os irmãos solteiros do meu pai, o tio Adauto [Sanches Garcia] e o tio Toninho [Antônio Sanches Garcia]. Ainda desse lado tinha um outro quarto, que era o quarto onde ficava meus avós... então eles cederam o quartão grande para meu pai e minha mãe, que tinha eu criança, e eles foram para aquele quarto. [...] (SANCHES, 2018a).















Figura 96
Imagens externas e detalhes das esquadrias da casa do administrador. Fonte: Acervo do Autor (2020)..

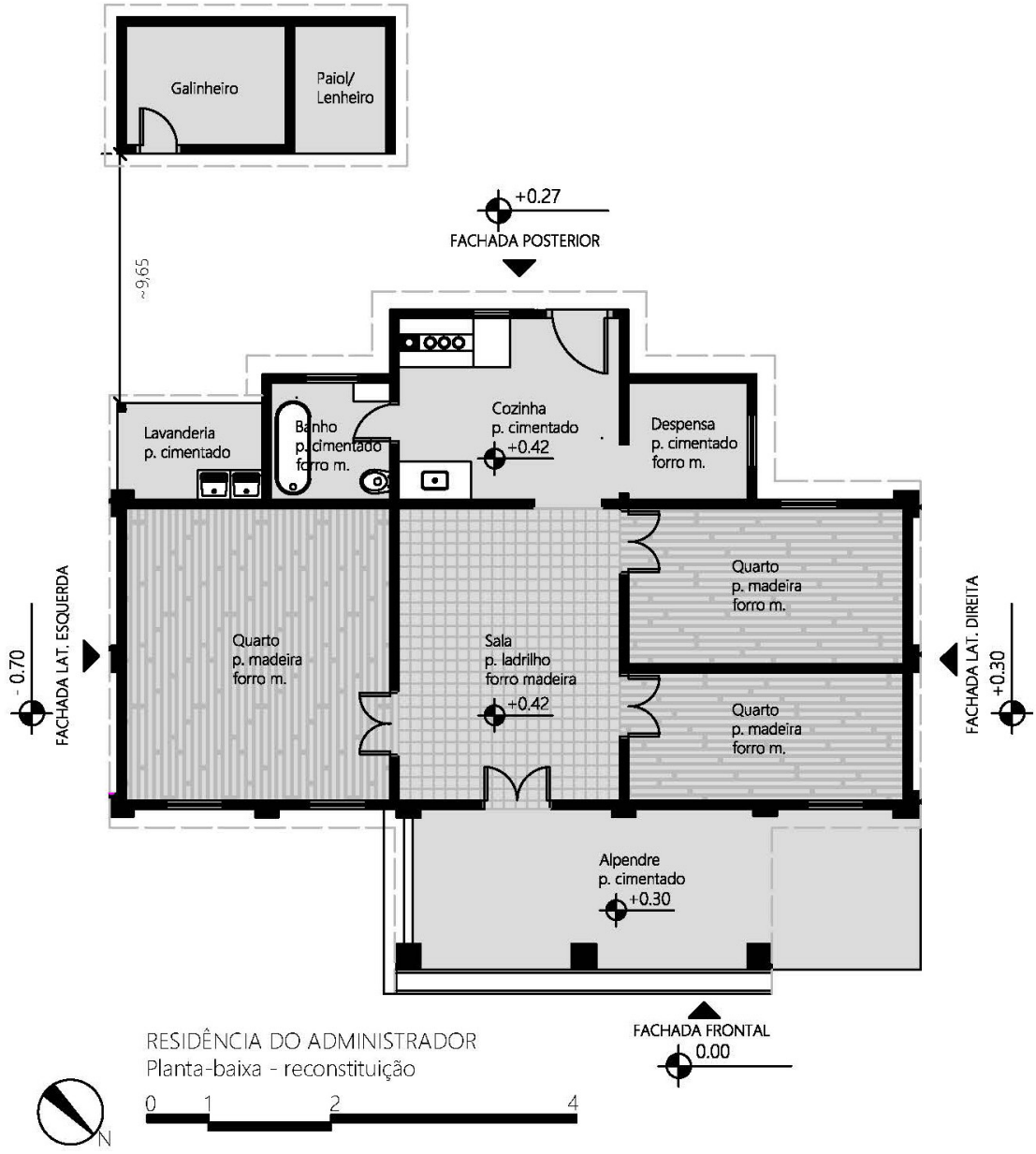
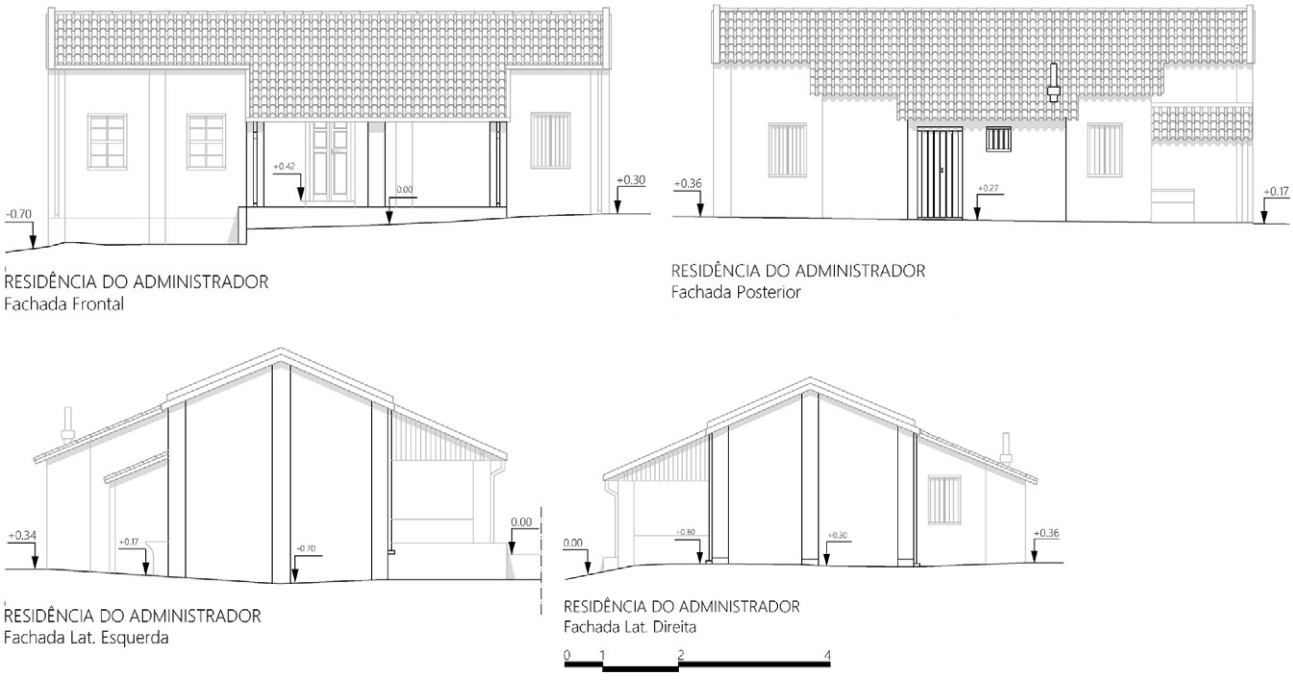


Figura 97
Desenhos técnicos (reconstituição) da casa do administrador.
Fonte: Acervo do Autor (2020).



Ainda de acordo com Sanches (2018a), os ambientes da casa eram revestidos por piso cerâmico, de madeira ou cimentado. Os quartos, a sala, a despensa e o banheiro eram forrados. Destacamos que o banheiro era completo, dispondo de sistema de esgoto e abastecido por água encanada fria e quente, devido à proximidade da cozinha. O aquecimento da água se dava através de um sistema de serpentinas metálicas que passavam por dentro do fogão à lenha e foi um recurso muito utilizado na época, difundido através da chegada de novos itens importados e utilizados na arquitetura em fins do século XIX, especialmente no meio rural devido à maior dificuldade na obtenção de energia elétrica e pela maior facilidade de conseguir lenha[19]. No caso deste banheiro, ainda segundo Sanches (2018a), a água aquecida pelo calor do fogão a lenha era conduzida a um pequeno reservatório para que fosse armazenada e ser posteriormente utilizada. Sanches (2018a) enfatiza que o conforto outrora existente na residência de seus avós era praticamente o mesmo existente nas casas ocupadas pelos proprietários.

> [...] Aí, depois dessa sala, tinha uma cozinha [...], com fogão à lenha enorme... Depois [...] tinha um banheiro, que era um luxo na época, sabe por quê? Esse fogão grande tinha serpentina que pegava a água da caixa d'água da cozinha, que ficava no alto, então no banheiro tinha uma banheira de água quente e água fria, com vaso sanitário que dava descarga... isso naquela época era um luxo. Depois da cozinha, do outro lado, tinha uma despensa onde minha avó [D. Angelina Garcia Rodrigues] guardava as compras dela, os alimentos dela. [...] Só a casa dos patrões, que era a casa grande [...] e a outra casa ao lado dessa, que a gente chamava de chalé, era igual à dos meus avós. Não tinha eletricidade na época, mas tinha banheiro com água encanada. Nas outras casas só tinha fossa e nas colônias não tinha nem piso, era terra batida. A casa da minha avó tinha tudo aquilo, forro de madeira e piso cerâmico também [...] (SANCHES, 2018a).

Outro aspecto que chama a atenção é que parte das esquadrias da casa do administrador tem melhor acabamento em comparação com as da colônia, isto é, ainda que tenha janelas de madeira, feitas com vergas retas e constituídas de apenas escuros, algumas delas possuem guilhotina envidraçada. Além disso, a porta principal é de folhas almofadadas, porém sem a presença de bandeira. O fato de a edificação encontrar-se em avançado estado de

19 De acordo com Maria Cecília Naclério Homem (2010, p.49-56), foi através da cafeicultura e da expansão das linhas férreas que ocorreu, a partir de meados da década de 1860, em especial na década de 1880, uma verdadeira "[...] metamorfose do modo de vida e a renovação dos programas de necessidades [...]" das habitações, tanto urbanas quanto rurais, em São Paulo. Além de escoar a produção, as ferrovias contribuíram para moldar os costumes não só da capital, mas também do interior paulista, ao abastecerem a população com alimentos importados (sardinha, bacalhau, presuntos, queijos, chocolates, vinhos, licores, entre outros), materiais industrializados (principalmente confeccionados em ferro e aço), assim como itens de decoração e utensílios domésticos que se opunham "[...] à tradição de singeleza e de austeridade habituais da antiga casa paulista [...]". Além das leiteiras e cafeteiras de cobre, máquinas de costura, batedeiras de ovos, máquinas de moer carne, cortinas, estofados, vidros, cristais, porcelanas etc., é possível citar a generalização dos fogões de ferro, ou "fogões econômicos" que gastavam menos lenha e contavam com um sistema de serpentinas para o aquecimento de água. Este sistema, de acordo com Benincasa (2003, p.382), "[...] funcionava da seguinte forma: de um reservatório de água, instalado sobre os fogões, descia um cano que adentrava a fornalha, em forma de serpentina; a água era, então, aquecida e subia até outro reservatório", sendo que era "distribuída, através de encanamentos [...] aos vários cômodos. Um sistema de encanamento duplo permitia misturar a água quente com a fria, controlando a temperatura". Para mais informações, ver: Benincasa (2003) e Homem (2010).

ruína prejudicou constatações mais seguras a respeito de seus acabamentos, mas podemos apontar para a possibilidade de que mantivesse o padrão das demais da propriedade, ou seja: paredes, tanto internas quanto externas, rebocadas e pintadas de branco; as esquadrias na cor cinza claro. E o mobiliário, por sua vez, senão um pouco melhor do que as casas dos demais funcionários, devido aos privilégios do cargo de administrador, ao menos poderia ser similar.



Figura 98
Espaço interno remanescente (sala, quarto maior, quarto menor da frente e dos fundos) e detalhes da casa do administrador.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Como ocorreu nas casas das colônias, esta residência contou com áreas externas que eram muito utilizadas por seus ocupantes, como podemos perceber através do depoimento de Sanches (2018a):

> Do lado de fora da casa do meu avô [Antônio Sanchez Morales], além da horta que ficava na frente da casa, [...] e do quintal, tinha um espaço grande, que fazia parte da casa, onde se lavava a roupa, com água encanada. [...] do lado [esquerdo], fechando o quintalzão [...] tinha um galinheiro [...] dividido em duas sessões: o lugar onde ficavam as galinhas e [...] onde eles guardavam milho [...]. Tinha uma mangueira também. Na frente da casa tinha uma área muito grande [...] eu me lembro que meu avô ficava sentado [...], lá na frente tinha uns pés muito bonitos de tangerina [...] (SANCHES, 2018a).

> [...] Naquela época lá, carne de vaca a gente comia, quando comia, de final de semana [...]. De resto a gente tinha horta, tínhamos as galinhas, o arroz que a gente plantava, o feijão, o chiqueiro [...] então carne de porco e de galinha a gente tinha sempre. O que faltava [...] e a gente precisava comprar era o açúcar, o sal [...]. O arroz [...] a gente pegava um saco [...] e trazia para beneficiar aqui na cidade [Taquaritinga], daí a gente levava de volta pra fazenda [...]. O Sr. Alfredo [Freire de Mattos Barretto, um dos proprietários] era muito bom porque ele dava pra todo mundo que quisesse [...] um talhão lá e [...] dava um espaço para o pessoal cultivar[...]. Então, o Sr. Alfredo sempre foi muito bondoso com a gente, até porque ele dava um pouco de leite. No contrato do trabalho do meu pai [Pedro Sanches Garcia] ele já dava o leite todos os dias..., mas a nossa vaca, de vez em quando, dava cria, então vinha um pouquinho a mais [...] (SANCHES, 2018a).



Figura 99a-b
Fotografias antigas que mostram Antônio Carlos Sanches no jardim à frente da casa de seus avós, Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues. Fonte: Acervo da família Sanches (1964)..

Também fazia parte das tarefas do administrador – não só na fazenda Glória, mas um costume praticado em outras propriedades rurais de outrora, conforme apontado por Benincasa (2003, p.77, 210 e 359 e 2008, p.14) e Oliveira (2008, p.103-106) – o controle dos horários através do badalar do sino. Segundo os entrevistados, o sino da fazenda Glória era instalado em uma torre próxima à casa do administrador. Da mesma maneira que as sirenes das fábricas, o sino controlava o tempo dos trabalhadores: despertados

pela manhã (às seis horas), informados sobre o momento de saírem de suas casas (às sete horas), os horários de pausa para o almoço (entre nove e dez horas) e o café (por volta das 13 e 14 horas), para finalizarem o expediente (às 17 horas) – ainda havia, mais antigamente, um último toque (às 21 horas) que estabelecia o momento de recolhimento e de silêncio. Segundo os relatos orais, o sino devia ser tocado por Antônio Sanchez Morales, porém D. Angelina Garcia Rodrigues devia fazê-lo em sua ausência. Foi usado até meados da década de 1970, quando o administrador fez um acordo de trabalho e deixou a propriedade. A partir de então, quem ficou encarregado de controlar os horários, sem necessariamente fazer uso do sino, foi o fiscal e o novo administrador.

> Lá, agora acho que já não tem mais..., mas tinha um sino [...] daqueles grandes, sabe? Então batia o sino para o pessoal se levantar, depois tinha às 9h o almoço, depois tinha o café e o trabalho era até as 17h. Quem tocava o sino era minha sogra [D. Angelina Garcia Rodrigues], meu sogro [Antônio Sanchez Morales] também... porque quando ele estava na roça, com a turma, era ela quem tocava, né? (SANCHES, 2018b).

> Ah a gente acordava cedo! Batia o sino, aí todo mundo tinha que se arrumar, ficar pronto pra ir pra roça, né? Ás seis horas tinha que levantar... me arrumava e tomava café, quando tinha, né? [risos]. Café tinha à vontade, só o pão que não tinha sempre. Aí tinha que ir para o ponto [...]. Aí, anos mais tarde, pra ir pra roça, todo dia a gente se encontrava na frente do escritório por volta das sete horas. Daí [...] distribuía o serviço pra ser feito do dia... aí [...] íamos tudo para a roça a pé... Aí o sino tocava de novo às nove horas, que era pra almoçar [...]. Depois do almoço, tinha uma hora de descanso, até as dez horas mais ou menos. Aí tinha que pegar no serviço de novo... só parava uma hora [da tarde], quando tocava o sino [...] pra tomar café. Depois do café, aí trabalhava até o sol descer, né? Quando o sol tava descendo, aí parava o serviço. [...] lá pras nove horas [da noite] tocava o sino, pela última vez, que era pra dormir...era o toque de recolher, né? Aí a gente já tinha que deitar pra poder trabalhar no dia seguinte, né? Depois das nove horas [da noite] não podia sair de casa... era o sino que controlava! Batia o sino... aquele tempo era um respeito... era um respeito! Não é que nem hoje! [risos]. Hoje não tem respeito, fazem o que querem. [...] Batia o toque de silêncio... acabou! (CEDRONI NETO, 2020).

> Esse sino determinava exatamente qual era o horário de início e término de cada período. É como as fábricas faziam, que tinha aquelas sirenes. Lá na fazenda era o sino. Mas depois que meu avô [Antônio Sanchez Morales] parou de trabalhar [...], por volta de 1976, parou de tocar. Como não tocava mais o sino, para controlar o pessoal tinham os fiscais. [...] Só que tem uma coisa, [...] meu pai [Pedro Sanches Garcia], comigo mesmo, tinha um terreirão de café enorme ali, né? Às vezes a gente chegava antes do trabalho e ele mandava pegar o trator e a carretinha para cortar

> capim e colocar pra fazer de forro pro pessoal [colocar no chão da cocheira] [...]. Quando faltava 15-20 minutos, ele mandava pegar a enxadinha e catar mato no terreirão até dar o horário. Então é uma coisa que eu levo comigo até hoje: [...] não tinha esse negócio de liberar, como 'ah falta 10 minutos para acabar, podem ir embora', não tinha isso (SANCHES, 2018a).



Figura 100
Família Sanches (Pedro Sanches Garcia, de pé, camisa clara, ao centro; D. Maria Frigo Sanches, sentada, a frente de Pedro; Antônio Sanches Garcia, de pé e de camisa listrada, D. Angelina Garcia Rodrigues e Antônio Sanchez Morales, sentados, na extremidade direita) reunida com amigos da família Morita no terreiro, ao lado de sua residência, sendo possível observar a torre com o sino aos fundos. Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1960 e 1970?]).

Através dos relatos orais é possível perceber – assim como foi identificado por Oliveira (2008) em relação ao rígido controle do cotidiano de trabalho na fazenda São Roberto, em Ibaté – que a gestão da jornada de trabalho, através do sino, também era muito controlada na fazenda Glória. Interessante é notar, ainda, certa rigidez que permanece implícita na fala dos entrevistados em relação não só aos horários, mas também ao "respeito" aos patrões, pois, além de o sino antigamente ter sido tocado para indicar o toque de silêncio e o momento de se recolherem, até mesmo quando faltavam poucos minutos para o fim do expediente diário o administrador cuidava para que os serviços, mesmo que simples e que poderiam facilmente ser realizados no dia seguinte, fossem feitos até que os horários de trabalhos fossem cumpridos. Curioso é perceber, contudo, que mesmo após a interrupção do uso do instrumento por volta de meados da década de 1970, os horários de trabalho continuaram a ser controlados por parte do fiscal e do administrador, que combinavam os turnos com os demais funcionários e estabeleciam, sob pena de advertências, punições e, até mesmo demissões, o momento em que deveriam se apresentar para o trabalho.

Enfim, não obstante a utilização do sino tenha caído em desuso, ainda era indispensável escolher outro funcionário para ocupar as funções administrativas da propriedade, uma vez que Antônio Sanchez Morales não pôde mais exercer o cargo devido a problemas de saúde. Segundo os entrevistados, é possível que tenha havido um período de transição em que Pedro Sanches Garcia, um dos filhos do ex-administrador, tenha ficado encarregado de algumas tarefas de seu pai. Porém, não foi sempre que Pedro trabalhou na fazenda Glória, ele retorna a ser funcionário da propriedade por volta de fins dos anos 1950, conforme os relatos orais de seu filho:

Meu pai [Pedro Sanches Garcia] dizia que a pedreira era dos Constantini... do Paulo Constantini. E meu pai começou a trabalhar por lá como trabalhador braçal, mas como era já operador de máquina, de trator na fazenda, depois de um tempo ele começou a trabalhar com caminhão e depois parece que também ajudava com as carregadeiras, trator de esteira, enfim... ele trabalhava levando pedra. [...] ele trabalhou nessa pedreira e depois voltou para a fazenda onde os pais dele [Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues] [...] moravam [...] (SANCHES, 2018a).

Meu avô [Antônio Sanchez Morales] [...] teve aquele acidente [caiu da escada de acesso ao terreiro] e não pôde trabalhar mais. Em um determinado momento o patrão [Alfredo Barretto] fez uma proposta muito boa para o meu pai [Pedro Sanches Garcia] [...]. Em 1976, fizeram um acerto e meu avô foi embora. Eu não sei se meu pai já era administrador antes ou se foi a partir daí. Ele fazia as funções administrativas, mas não sei se oficialmente (SANCHES, 2018a).

Figura 101
Fotografias antigas, sem data, a primeira mostra o encontro dos primos, Dr. Orlando (de calça escura, na extremidade esquerda) e Alfredo Barretto (de calça clara, no lado oposto), com Antônio Sanchez Morales (de calça clara, ao centro) e seu filho Pedro Sanches Garcia (de calça escura, ao centro), e a segunda com Pedro trabalhando na lavoura da propriedade..
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1950 e 1970?]).







Figura 102
Fotografia antiga, sem data, de Pedro Sanches Garcia (de chapéu, à esquerda).
Fonte: Acervo da famílias Barretto ([entre 1950 e 1970?]).

Além disso, é pertinente trazer à tona o talento artístico de Pedro Sanches Garcia. Ele foi um compositor de certa projeção na região, tocava viola e violão, e fazia apresentações de música sertaneja em Taquaritinga e região com seu parceiro, João Ourides Balioti. A dupla ficou conhecida como "Sertãozinho e Mirassol" (**Figura 103**), respectivamente. Certa vez eles foram convidados para tocar em Mirassol e foi onde Pedro Sanches Garcia conheceu e iniciou o relacionamento com D. Maria Frigo Sanches. Cerca de um ano depois, em dezembro de 1959, eles se casaram e passaram a residir na mesma casa que Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues, na fazenda Glória. Entretanto, ainda que estivesse em busca de uma carreira musical profissional, Pedro recebeu uma proposta de Alfredo Freire de Mattos Barretto, um dos proprietários da fazenda, para trabalhar de maneira fixa, a qual aceitou e fez com que abandonasse a possibilidade de uma carreira de sucesso através da música. Verificamos que ele assumiu o cargo de administrador que pertenceu a seu pai e residiu na propriedade até por volta do ano de 1977 – quando se mudou para a cidade em busca de melhor estudo para os filhos, Antônio Carlos e Lucinéia –, mas continuou trabalhando na fazenda.

> Pouquinha coisa antes de a gente casar é que o Pedro [Sanches Garcia] voltou para a fazenda...aí a gente morou lá [na Glória] do final de 1959 até o início de 1977, uns 16-17 anos. Desse tempo eu morei uns 14 anos com a minha sogra [D. Angelina Garcia Rodrigues] (SANCHES, 2018b).

> Meu pai [Pedro Sanches Garcia] aprendeu a tocar... ele foi também compositor de música, [...] não sei quantos anos antes de se casar com a minha mãe [D. Maria Frigo Sanches] [...] ele tinha uma dupla sertaneja muito famosa aqui na cidade... eles davam shows em toda a região. [...] o parceiro dele chamava [...] João Ourides Balioti, [...]. Esse cara um dia resolveu cantar na cidade natal dele [Mirassol], daí eles foram cantar na rádio da cidade [...], na casa de uns conhecidos, próximos lá de onde minha mãe morava e ela estava por lá... foi aí então que eles se conheceram, começaram a namorar, e depois de um ano se casaram e vieram para [...] Taquaritinga. Porque meu pai nasceu ali na fazenda Glória mesmo, e quando ele se casou, voltou a trabalhar e a morar lá novamente (SANCHES, 2018a).

> O meu pai [Pedro Sanches Garcia] [...] tomou uma decisão muito importante para a vida dele, porque ele [...] [e] o amigo dele João [...] estavam para ir tentar a vida profissional como dupla sertaneja. Aí o Sr. Alfredo [Barretto], [...] fez uma oferta de trabalho melhor para meu pai, então ele desistiu de tentar a vida artística. [...] foi o que ele fez, mas parece que isso, de certa forma ficou batendo dentro dele, para o resto da vida. Ele ficou muitos anos com o violão guardado dentro do guarda-roupas da minha mãe [D. Maria Frigo Sanches] [...] muitos anos mesmo. Parece que quando a gente mudou para a cidade foi que ele pegou o violão de volta... parece que ele tinha uma coisa dentro dele e ele voltou a tocar violão, voltou a compor de novo (SANCHES, 2018a).

Eu fui casada em 12 de dezembro de 1959, e ficamos morando lá na fazenda [Glória] [...] depois que a gente veio para a cidade e o Pedro [Sanches Garcia] continuou trabalhando por lá, sabe? No total ficamos por lá uns 40 anos. Lá eu tive dois filhos, o Antônio Carlos e a Lucinéia [...] Depois a gente quis vir pra [...] cidade por causa do Carlos, que tinha que estudar e lá só tinha aquela escolinha de fazenda [...] (SANCHES, 2018b).



Figura 103
Folheto antigo, sem data, que mostra a dupla "Sertãozinho e Mirassol" formada por Pedro Sanches Garcia (à esquerda) e João Ourides Balioti (à direita).
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1950 e 1970?]).



Figura 104
Pedro Sanches Garcia (sentado, de camisa branca) no alpendre da casa de seu pai, Antônio Sanchez Morales (sentado, ao centro).
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1960 e 1970?]).

Segundo os relatos orais, antes de se mudarem para a cidade o casal cedeu o lugar que ocupava na casa de Antônio Sanchez Morales e de D. Angelina Garcia Rodrigues para outro irmão de Pedro, Adauto Sanches Garcia, que havia se casado e fora convidado a residir com os pais por volta de fins da década de 1960. Sendo assim, Pedro e D. Maria transferiram-se para uma residência recém reformada e localizada logo ao lado (ver **Figura 28, p.150**) – a qual analisaremos a seguir denominando-a "casa do fiscal e outro" – uma construção geminada a outra unidade residencial que era ocupada por Vicente Cedroni Neto e sua família, fiscal da propriedade no período.

> Aí tem a casa de baixo, que nós moramos um tempo quando o tio Adauto [Sanches Garcia] foi morar com meus avós [Antônio Sanchez Garcia e D. Angelina Garcia Rodrigues]. Nós só mudamos para lá porque foi feita uma reforma e porque meu tio Adauto, que era o irmão mais novo, se casou e a mesma coisa que meu avô fez com meu pai, cedendo o quarto grande [...], fez com meu tio também. Então, aí meus pais foram para a casa de baixo. Era uma casa mais simples, não sei o termo que se usa, mas era geminada, né? [...] na parte mais próxima da casa do meu avô ali moravam meu pai, minha mãe e eu. Aí nasceu a Lucinéia [Maria Sanches Botiglieri] [...] nós moramos ali nós quatro, então, de 1967 até 1977 [...]. [...] Essa casa já não tinha água encanada, esgoto e não tinha energia elétrica, só na de cima dos meus avós. Junto com a gente, na outra casa, morava o Sr. Vicente [Cedroni] com a família, ele era o fiscal da fazenda. Meu pai era o administrador e ele era o fiscal, o que quer dizer? Na hierarquia meu pai vinha primeiro e depois vinha o Sr. Vicente. Então a gente morava com as famílias juntos ali (SANCHES, 2018a).

Pelo que pudemos identificar através dos relatos de Vicente Cedroni Neto (2020), ele é filho de Augusto Cedroni, lavrador, e D. Assunta Pedro Antônio, dona de casa, e nasceu em fevereiro de 1942 no até então povoado de Vista Alegre do Alto, que pertencia a Monte Alto. Ele e sua família residiram no sítio Serafim, distante cerca de 10 quilômetros daquele município, onde lidavam com animais de tração para a moagem de cana-de-açúcar e produção de aguardente e rapadura. Posteriormente, conforme relatou, deslocaram-se até a região de Catanduva, porém, no início da década de 1950, retornaram para Taquaritinga e região para trabalhar na fazenda Diamantina e, depois, na São Miguel.

Ainda segundo Cedroni Neto (2020), sua família chegou à fazenda Glória somente no início dos anos 1960, quando seu pai foi contratado para trabalhar e residir em uma das casas da colônia São Pedro. Na época, Vicente ainda auxiliava seu pai. Depois de algum tempo, passaram a residir em uma casa da colônia "da Glória". Mas Vicente já havia conhecido D. Maria Aparecida Toreti Cedroni, quando a família ainda residia na fazenda São Miguel – nascida em maio de 1949, em Nova América, e era filha de João Toreti e Amabile Vanucini Toreti –, com quem se casa em 1966 e permanecem juntos na fazenda Glória, ao passo que seus pais retornam para a São Miguel. Vicente e D. Maria Aparecida ficaram na Glória até meados da década de 1990. Nesse período, ele foi funcionário de serviços gerais, tratorista e, finalmente, fiscal; ela, por sua vez, além de cuidar dos afazeres da sua própria casa, também chegou a trabalhar na lavoura.

> Eu nasci em Vista Alegre do Alto. Aí eu morei no sítio Serafim, que ficava a uns 10 quilômetros pra lá de Monte Alto. Por lá eu fiquei até os oito anos de idade [...] eu puxava burro pra moer cana e pra fazer pinga, rapadura... De lá a gente foi lá pra perto de Catandu-

> va, depois fomos pra [fazenda] Diamantina e depois fomos pra fazenda São Miguel, que fica entre Monte Alto e Taquaritinga. Isso era por volta de 1954... daí em 1963 eu fui morar na Glória, com meus pais que trabalhavam por lá. Meu pai era trabalhador como os outros [...] e minha mãe era dona de casa. Primeiro a gente morou na colônia São Pedro, depois [...] na colônia da Glória. [...] Em 1966 eu me casei com minha esposa [D. Maria Aparecida Toreti Cedroni] e na Glória a gente ficou até 1995 [...]. Conheci a Maria aqui na fazenda São Miguel... a gente colhia café juntos [...]. Aí eu fui com meus pais [Augusto Cedroni e D. Assunta Pedro Antônio] e, depois que eu me casei, ela foi morar lá com a gente na colônia da Glória. Na [fazenda] Glória eu comecei a trabalhar ajudando meu pai... aí, depois, eu me casei e continuei trabalhando por lá. Meu pai não parava muito tempo em um lugar não, viu? [risos]. O fiscal da Glória [Antônio Barão] às vezes [...] corrigia alguma coisa, e ele já não gostava. Mas naquele tempo você saía daqui e ia ali e já arrumava serviço. E de lá da Glória ele mudou para [...] [a] fazenda São Miguel. [...] Eu fazia serviços gerais, [...] trabalhei 15 anos de tratorista [...] depois [...] como fiscal. [...] minha mulher, também trabalhou [...] fazendo serviços gerais na roça [...]. Mas foi por pouco tempo (CEDRONI NETO, 2020).

Interessante é notar, pelo relato de Cedroni Neto (2020), a quantidade de propriedades rurais que ele, antes de se fixar na fazenda Glória, e seus pais moraram e trabalharam entre as décadas de 1940 e 1960, não só na região de Monte Alto e Taquaritinga, mas também de Catanduva. Aparentemente era um período, como o próprio entrevistado relatou, em que para o homem encontrar emprego no meio rural não era demasiadamente dificultoso, devido à existência de muitas propriedades ligadas ou não à cafeicultura e com demanda por mão de obra; da mesma forma que a mulher permanecia à frente das atividades domésticas, podendo, eventualmente, auxiliar nas colheitas quando preciso, como foi o caso de D. Maria Aparecida. Também fica claro, pelo relato do entrevistado, a autoridade dos fiscais, pois, pelo cargo demandar o acompanhamento diário dos serviços que estavam sendo realizados na lavoura e demais espaços produtivos, era ele quem detinha autoridade para realizar correções e exigir que o trabalho fosse bem-feito – por exemplo, quando o fiscal da fazenda Glória, Antônio Barão, nas palavras de Vicente, "corrigiu" seu pai, Augusto Cedroni, em algum momento.

Talvez por ter permanecido na fazenda Glória por um período maior, e após ter realizado outros serviços voltados à lavoura por cerca de 15 anos, Vicente se torna o fiscal da propriedade na década de 1970. Assim como Antônio Barão, Vicente ficou encarregado de supervisionar as atividades que estavam sendo realizadas na lavoura. Pelo seu relato é possível identificar como os pés de café recebiam manutenção e como a colheita, similar ao que ocorria em outras propriedades cafeicultoras, era cuidadosamente realizada para evitar que os frutos e, mais importante ainda, os arbustos fossem danificados e consequentemente diminuíssem os lucros. Também é perceptível, pelos relatos orais, o grau de exigência de um dos patrões, Alfredo Barretto, e do

administrador, Pedro Sanches Garcia, para a realização dos serviços diários, mesmo assim, pelo seu cargo, Vicente tinha autonomia para gerenciar o andamento das atividades dos lavradores.

> Os colonos, quando chegava a época da colheita do café, fazia a arruação... arruava, limpava os pés, fazia aquele cordão pra poder colher o café. Aí derrubava os frutos, apanhava no chão, e rastelava. Era bem cuidadoso, viu? Só apanhava com a mão. Sr. Alfredo [Barretto] não deixava bater com pá pra pegar! Não podia quebrar galho, não! [risos]. Ele gostava das coisas bem-feitas. [...] Eu tinha que olhar tudo, porque eu era o fiscal, né? Na roça eu amolava a enxada [...] e olhava o serviço [risos]. Eu não colhia o café porque tinha mais de cem pessoas colhendo, e tinha que olhar todo mundo. Se tinha alguém fazendo [...] um serviço mal-feito, tinha que explicar pra [...] fazer igual os outros... se não fazia, aí tinha que mandar parar e mandar embora. Isso nem chegava no Sr. Alfredo... porque o que a gente fazia, pra ele estava bem-feito! (CEDRONI NETO, 2020).

> [...] quem contava lá o número de pés que o fulano carpiu durante a semana, para pagar no final de semana, era meu pai [Pedro Sanches Garcia]. Então ele não saía de lá, ficava conferindo. Outra coisa, ele era muito rigoroso com qualidade de serviço. Quando chegava o povo de manhã para carpir o café, ele pegava a enxada de alguém, tranquilamente, ia lá e carpia um pé de café, bonitinho, tal, todo mundo ali olhando. Entregava a enxada para a pessoa e dizia: 'esse é o tipo de serviço que eu quero'. Ele era exigente, mas muito equilibrado. Mostrava o padrão que ele queria. Por exemplo, pra apanhar café eles não permitiam que você trabalhasse com um pedaço de pau para não machucar as árvores, então [...] o pessoal [...] que levava vara de bambu, ele e o Vicente Cedroni [fiscal] já diziam: 'opa, não pode!' [...] (SANCHES, 2018a).

Foi como fiscal que Vicente Cedroni Neto e sua família passaram a residir em uma casa dentro do conjunto edificado da sede da fazenda Glória, relativamente maior que as demais casas das colônias. Ainda que localizada em uma cota relativamente mais baixa em comparação com a residência até então ocupada por Antônio Sanchez Morales e sua família, para sua implantação somente foi preciso corrigir o desnível do terreno com a realização de pouco aterro e muros de arrimo não muito altos. É uma residência erguida em alvenaria de tijolos e, conforme uma fotografia antiga (**Figura 105**), cobertura era de quatro águas com telhas cerâmicas do tipo capa e canal – semelhantes às que compunham as casas da colônia "da Glória", o paiol etc. Entretanto, por volta de 1990 e 2000, o telhado foi inteiramente substituído por um similar ao anterior (ver **Apêndice N**), utilizando peças de madeira serrada e telhas cerâmicas industrializadas de desenho contemporâneo.

Ademais, a residência tem volumetria retangular, mas há um pequeno puxado na fachada posterior (**Figura 109**), onde foi feita uma espécie de cozinha externa com fogão a lenha, instalado mais recentemente, segundo





Figura 105
Fotografias antigas, sem data, que mostram a casa do administrador e a do fiscal próximas ao terreiro. Fonte: Acervo da Barretto ([entre 1940 e 1960?]).





Figura 106a-b
Vicente Cedroni Neto, D. Maria Aparecida Toreti Cedroni e seus filhos no jardim da frente e dentro da casa em que ocupavam na fazenda. Fonte: Acervo da família Cedroni (1981).



Figura 107
O fiscal, Vicente Cedroni Neto, acompanhando os serviços diários no terreiro. Fonte: Acervo da família Cedroni ([entre 1970 e 1980?]).

os entrevistados, e por esta razão não representamos em nossos desenhos técnicos. A planta-baixa distribuía-se de maneira igual em ambas as unidades, de forma espelhada. O acesso principal é feito pela porta da fachada frontal, após subir de dois a três degraus e atravessar o pequeno alpendre reentrante, dando acesso à sala, que podia ser utilizada para receber convi-

dados e como espaço mais íntimo familiar. Na ausência de corredores, é a partir da sala que se faz a distribuição aos demais cômodos, nas laterais os dois dormitórios e aos fundos a cozinha. Verificamos que ambas as unidades também passaram por reformas internas, talvez no mesmo período da substituição do telhado em que os dormitórios foram reduzidos para a instalação de um banheiro e um corredor, até então inexistentes – para melhor compreensão ilustramos em uma das unidades como era a divisão interna antes das alterações, embora ambas estejam reformadas atualmente.





Figura 108
Imagens externas e detalhes das esquadrias da casa do fiscal. Fonte: Acervo do Autor (2020)..





Figura 109
Puxado com fogão e a lenha, construído mais recentemente, na fachada posterior.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Conforme relatado por Cedroni Neto (2020), sua casa era bem mais simples em comparação com a que era ocupada por Antônio Sanchez Garcia. Ainda que tivesse forro e piso revestido por tábuas de madeira – estas últimas muito possivelmente foram substituídas ao longo dos anos, pois em nossas visitas encontramos apenas um piso cimentado –, a residência era desprovida de sistema de água e esgoto, e tampouco havia energia elétrica. Da mesma forma, a unidade até então ocupada por Pedro Sanches Garcia e sua família, antes de se mudarem para a cidade de Taquaritinga, seguia o mesmo padrão. Ou seja, ambas as famílias faziam uso de um pequeno cômodo instalado no quintal dos fundos, espaço para a plantação de árvores frutíferas, criação de animais domésticos etc., mas que incluía um lenheiro, uma despensa e, separadamente destes, uma fossa séptica. Na falta de água encanada e aquecimento pelas serpentinas dos fogões a lenha, a higiene pessoal dos ocupantes das casas era feita através de baldes e bacias com água coletada em uma bica próxima. Somente por volta dos anos 1990 e 2000 é que estas residências receberam instalações hidráulico-sanitárias e elétricas.

> A primeira casa, perto do terreiro, era do Sr. Antônio Sanchez [Morales]. Mais tarde, o filho dele, o Pedro [Sanches Garcia], que foi o administrador depois dele, morava na casa de baixo, de vizinho comigo. Era uma casa geminada e eu morava na de baixo [...]. A casa do Sr. Antônio era melhor, né? Ela era feita de tijolo também. Tinha uma área na frente, [...] cinco cômodos. Era uma casa mais bem feita, né? Tinha água encanada, que vinha da caixa d'água lá de cima... água quente que vinha do fogão de lenha. [...] O piso era de tábuas de madeira. Depois, só bem mais pra frente, é que veio a iluminação elétrica, mas antes era lamparina [...]. Nossa casa também era de tijolo, tinha piso e o banheiro [...] não tinha... era [...] um poço [foça séptica], que fizeram um quartinho em volta, que era pra a gente usar. Pra tomar banho tinha que usar bacia [risos]. Só no final [década de 1990] é que colocaram luz e um chuveiro. Nossa casa tinha dois quartos, sala e cozinha. No fundo tinha quintal, que a gente plantava banana [...], jabuticaba, [...] abacate [...] (CEDRONI NETO, 2020).

Atualmente restam poucas esquadrias neste conjunto de casas, uma vez que boa parte das peças foi removida, e suas aberturas fechadas com alvenaria – pelo que apuramos isso ocorreu devido ao seu uso como depósito

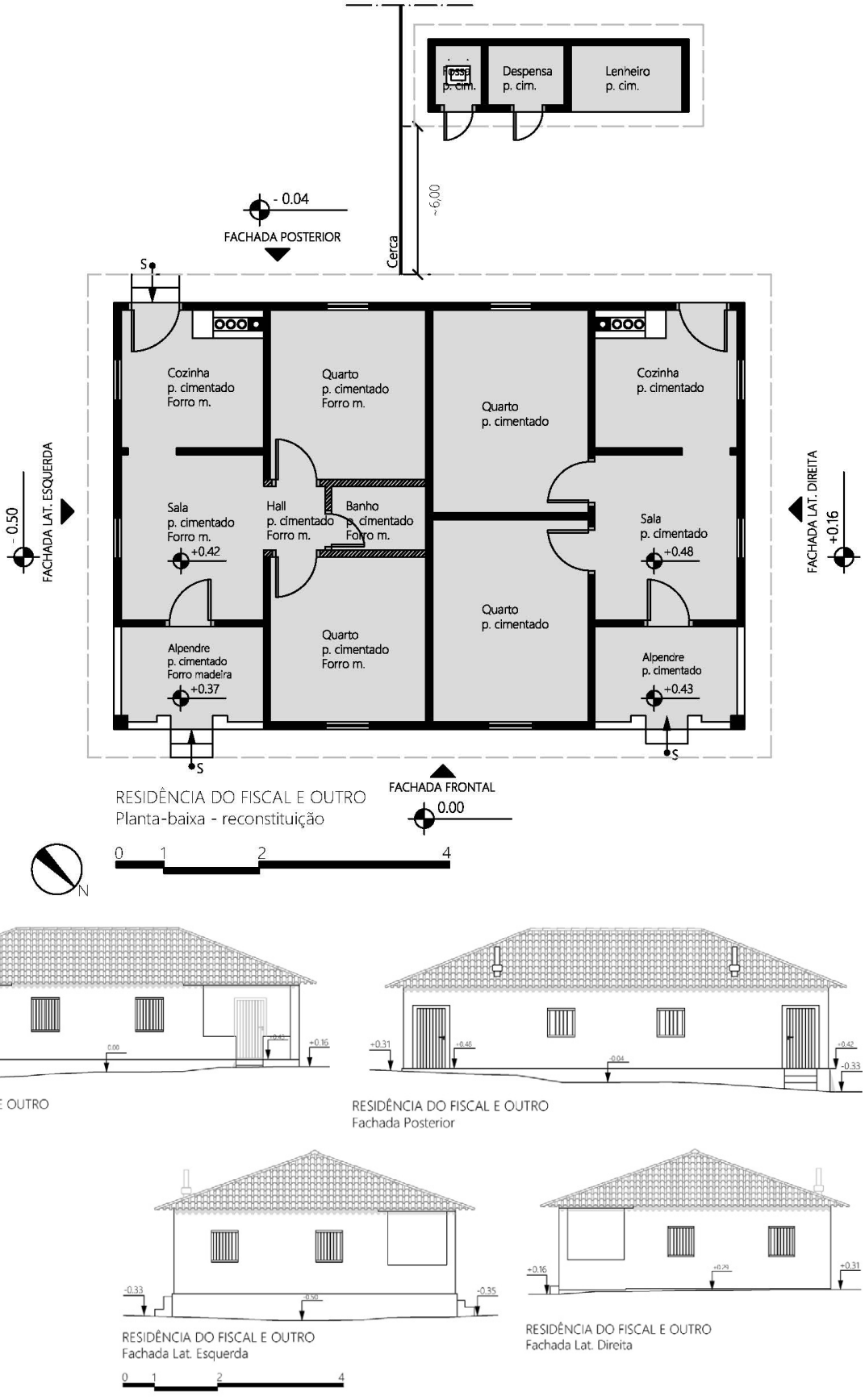


Figura 110
Desenhos técnicos (reconstituição) da casa que era ocupada pelo fiscal, Vicente Cedroni Neto, e o administrador Pedro Sanches Garcia com suas respectivas famílias. Fonte: Acervo do Autor (2020).

e sucessivas tentativas de furto no local, levando os proprietários a tomar tais medidas, bem como o fechamento do alpendre de uma das unidades. De uma maneira geral, as esquadrias seguem o padrão das demais casas da colônia, ou seja: as portas foram confeccionadas em madeira, não possuem almofadas e, diferentemente de algumas daquelas, não contam com

bandeiras; as janelas são do mesmo material, têm vergas retas e apenas folhas de escuros. Tendo em vista a utilização como depósito, não foi possível identificar peças de mobiliário e detalhes de acabamento que fizessem parte da composição de outrora – mesmo assim é possível acreditar que seguissem o mesmo padrão das demais casas das colônias da fazenda.

Vale notar que o fiscal Vicente Cedroni Neto e o administrador Pedro Sanches Garcia, com suas respectivas famílias, puderam usufruir de moradias em melhores condições que os demais colonos por terem desempenhado funções importantes na estrutura de trabalho da fazenda dos anos 1970 em diante. Ainda assim, estas casas não ofereciam o mesmo conforto que a casa ocupada por Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues. Isto poderia estar relacionado ao fato de que neste período a cafeicultura já não estaria garantindo os mesmos lucros alcançados no final do século XIX, não permitindo, portanto, que os fazendeiros despendessem tempo e dinheiro para dotar suas fazendas com refinamentos e melhor apuro, sobretudo nas instalações utilizadas por empregados.

Outra habitação utilizada pelos trabalhadores da fazenda Glória é a que convencionamos chamar de "residência e lenheiro", localizada no conjunto edificado da sede, mais precisamente próxima a antiga garagem e do atual escritório dos proprietários (ver **Figura 28, p.150**). É preciso salientar que esta edificação poderia ter sido tratada no capítulo anterior, devido ao seu uso misto, isto é, por conter cômodos utilizados tanto para o setor de produção quanto para moradia. Porém acreditamos que a função de moradia tenha prevalecido, até porque nos dias de hoje ainda é ocupada pelo caseiro da fazenda. Isso posto, verificamos por meio dos entrevistados que nos anos 1960 a casa passou a ser habitada pelos responsáveis pela manutenção do pomar dos proprietários, Marciano e sua esposa, D. Quitéria.



Figura 111
Espaço interno da unidade residencial do lado esquerdo (sala de estar, cozinha, quarto dos fundos e quarto da frente) e detalhes da casa do fiscal.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Segundo os relatos orais, antes de se mudarem para esta casa, o casal ocupou uma das habitações geminadas da colônia "da Glória", assim como muitos outros colonos. Além de Marciano ter sido um dos responsáveis pelo pomar, quando necessário, ele ia de caminhão até São Paulo para fazer

compras em nome dos proprietários. Segundo Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto (2019), Marciano também foi chofer de seu pai, Alfredo Barretto. Por sua vez, D. Quitéria ficou conhecida como a benzedeira da fazenda, cuja atuação foi comentada por todos os entrevistados, o que certamente significa o quanto suas atividades marcaram a memória das pessoas que se disseram curadas por ela, mas também entre aqueles que manifestaram uma postura mais cética em relação às suas práticas de cura. Os entrevistados contaram que o casal deixou a fazenda Glória por volta dos anos 1970-1980, e fixou residência na cidade de Monte Alto, porém, pouco depois, talvez por estar com idade avançada e/ou problemas de saúde, D. Quitéria faleceu.



Figura 112
Fotografia antiga, sem data, que ilustra, entre outras edificações, a da "residência e lenheiro" (bem ao centro da imagem) antes de ter tido sua cobertura reformada.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).

> [...] Tinha [...] um funcionário que cuidava só do pomar e que morava ali perto, o Sr. Marciano... ele ia pra São Paulo às vezes de caminhão, buscar coisas pra fazenda [...]. Eu não lembro o que ele ia buscar, mas acho que era adubo, veneno... Ele era marido da D. Quitéria, que era a benzedeira. Eu tinha uma dor de estômago que eu não aguentava ficar de pé! [...] fui lá um dia, ela me benzeu... não é que ela benzeu... ela fez uma operação em mim! Mandou deixar as coisas tudo no jeito... tesoura, faca... e ir lá à meia-noite, que eu ia ser operado. Ela não chegou a me abrir nem nada... quem ia fazer era as pessoas com quem ela conversava, foi por intermédio dela, né? Até hoje, nunca mais me deu dor de estômago! Ela era famosa na fazenda, todo mundo ia lá. Ela morou [...] na casa que fica no quintal da sede, perto da garagem, do lado do lenheiro. Mas foi bem pra trás, viu? 1960, por aí. Ela morou lá com o Sr. Marciano, depois [...] ela foi embora pra Monte Alto... daí a pouco ela faleceu (CEDRONI NETO, 2020).

> A dona Quitéria [...] era a benzedeira de lá... ela dava passe, essas coisas. As pessoas da fazenda iam até ela, lá na casa dela na colônia da Glória. Isso no começo, depois ela morou muitos anos [...] naquela casinha que fica na parte de trás lá, num lugar pra guardar lenha... o lenheiro! Ela acolhia as pessoas muito bem na casa dela e era só ela e o marido [Marciano] [...]. [...] às vezes ela ia na casa da minha sogra [D. Angelina Garcia Rodrigues]. Um dia [...] ela ficou conversando com a minha sogra no meu quarto... chegou lá e parece que baixou o espírito nela da minha cunhada, que tinha morrido de câncer debaixo do braço [...], começou a falar que era o espírito da Helena e mexia no braço que ela tinha a dor, sabe? Eu não sei [...], porque [...] depois que ela foi embora eu falei assim pra minha sogra: 'não era o espírito da Helena, porque ela tinha a doença no outro braço, e a Quitéria coçava o outro!'. Então é assim... essas coisas eram crendices, sabe? Eu não sei por que eu fiquei reparando nisso, mas ela era uma pessoa muito interessante (SANCHES, 2018b).

> A dona Quitéria era a benzedeira que morava lá na fazenda. Na minha época de criança [anos 1970] ela e o marido, o seu Marciano, já eram idosos. Eles tinham já mais de sessenta anos. Eu lembro vagamente da fisionomia dela porque ela benzia, né? Eu tinha seis anos. Ela era morena, mas não preta, sabe? A pele dela era mais clara, mas o cabelo era enroladinho e estava sempre com birotinho. Ela não era alta, acho que ela tinha minha altura ou um pouquinho mais baixa que eu, e um pouco gordinha. Eu lembro de ela estar sempre usando roupa clarinha, de saia e blusa. Eu lembro da terra, sabe? Sabe aquela terra laranja? Era o chão da casa dela [na colônia] e das [casas das] colônias (BOTIGLIERI, 2018).

Assim como ocorreu com outras edificações localizadas no mesmo alinhamento – tais como, as despensas, o antigo armazém, o atual escritório dos proprietários, que já analisamos anteriormente – a "residência e lenheiro" foi implantada em uma parte do terreno de modo que a fachada frontal ficou em uma cota mais baixa, enquanto a posterior ficou em uma cota mais alta, exigindo, portanto, a realização de poucos cortes, aterros e muros de arrimo não muito altos. Seguindo o padrão da maior parte das edificações da fazenda Glória, verificamos que é construída em alvenaria de tijolos e, conforme uma fotografia não datada (**Figura 112**), a cobertura da parte habitacional era de duas águas com telhas do tipo capa e canal enquanto a do lenheiro era com telhas de zinco. Entretanto, em nossas visitas ao local, verificamos que a cobertura da moradia foi substituída por telhas cerâmicas industrializadas instaladas sobre estrutura de madeira, já a do lenheiro é composta por placas onduladas de fibrocimento (ver **Apêndice O**).

A volumetria da "residência e lenheiro" é retangular e o acesso ao interior pode ser feito, tanto pela sala quanto pela cozinha. Há dois quartos, uma copa e, aos fundos, um pequeno banheiro que, aparentemente, foi instalado mais recentemente, uma vez que a maioria das residências dos trabalhadores não contava com tal comodidade, perceptível também pelos acaba-

mentos, como a louça sanitária, os azulejos e o chuveiro elétrico. É possível que no passado houvesse apenas um quarto ao invés de dois, pelo fato de a parede divisória ter espessura bastante reduzida. Já o lenheiro, originalmente não possuía nenhuma divisão interna, para facilitar a estocagem da lenha, e tinha uma única porta de acesso somente pela parte externa. Contudo, de acordo com Luiz Ricardo Barretto (2019), um dos atuais herdeiros, o local foi transformado em uma oficina e tem um pequeno cômodo para a guarda de ferramentas.



Figura 113
Imagens externas da "residência e lenheiro". Fonte: Acervo do Autor (2020).

Assim como as outras edificações próximas e no mesmo alinhamento, citadas há pouco, é possível que antigamente o piso da residência tenha sido apenas um cimentado, que, mais recentemente, recebeu um revestimento cerâmico e de desenho contemporâneo. Todos os ambientes da casa possuem forro de madeira, muito parecido com o que encontramos na "despensona" e "despensinha", como foi visto anteriormente, podendo indicar que se tratam de instalações do mesmo período. O lenheiro, talvez por ser um local de pouca permanência, tem apenas piso cimentado e ausência de forro.

Através da **Figura 112** notamos que o edifício da "residência e lenheiro" era composto por esquadrias semelhantes, por exemplo, às das casas da colônia e da casa do "fiscal e outro", com janelas de madeira com verga reta e apenas uma folha de escuro, e portas seguindo o mesmo padrão simplificado, com exceção da porta do lenheiro, a qual possuía duas folhas de abrir e duas partes fixas, compostas por ripas de madeira colocadas na vertical.

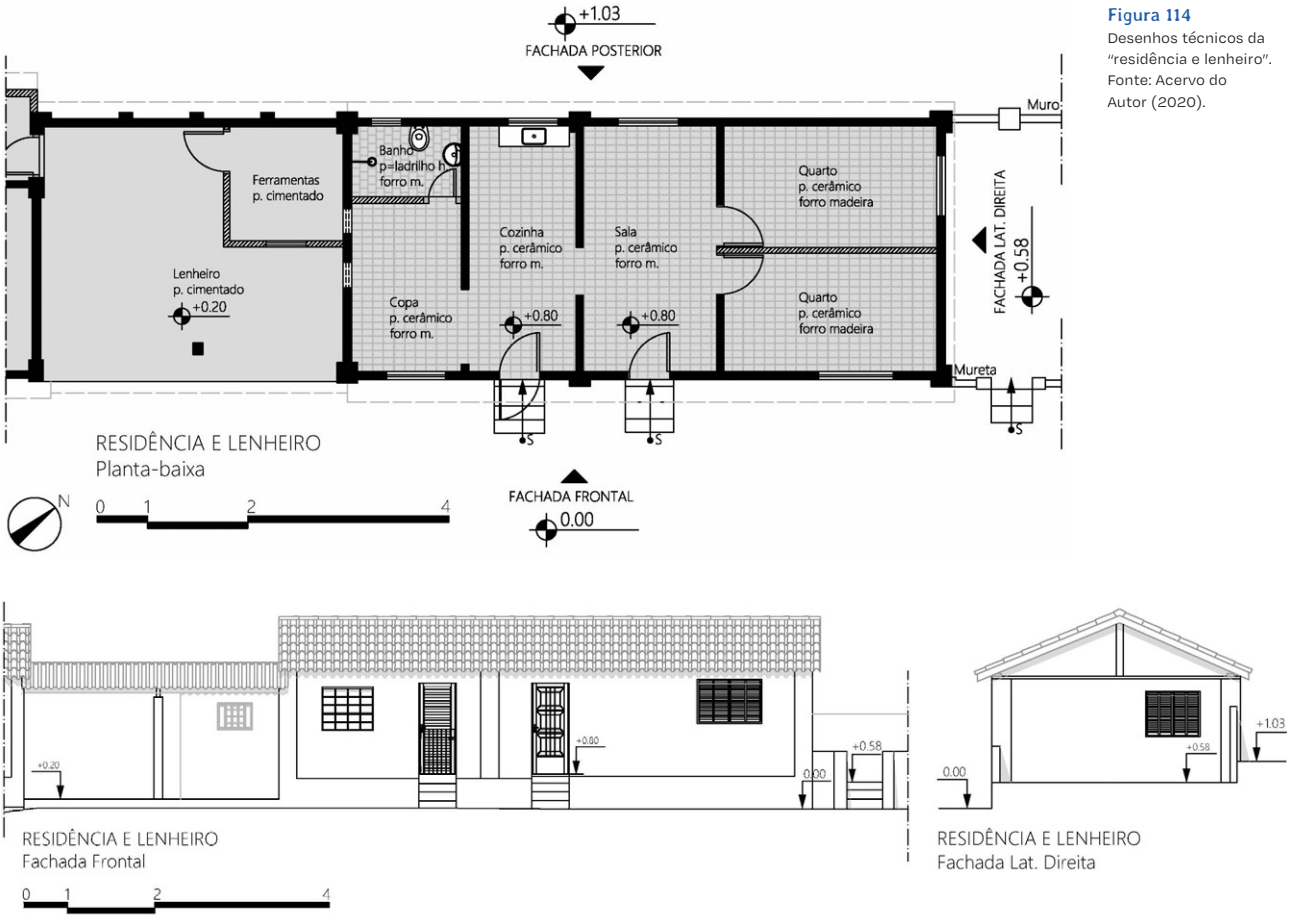


Figura 114
Desenhos técnicos da "residência e lenheiro". Fonte: Acervo do Autor (2020).

Ainda falando sobre as portas, vale notar que uma delas que garantia acesso à residência se tratava, na verdade, de uma meia porta, muito utilizada na época para evitar a entrada de animais dentro das casas e a saída de crianças. Todas estas esquadrias, menos a do lenheiro que não é mais existente e as dos ambientes internos, foram trocadas por outras de desenho mais recente, em metal e com partes em vidro.

Figura 115
Meia porta em uma das entradas da "residência e lenheiro" (ver a edificação maior, com a porta e a gaiola de pássaros, na figura 112). Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).



Verificamos que as paredes seguem o padrão encontrado em outros prédios da fazenda Glória e são apenas rebocadas e pintadas de branco, enquanto as esquadrias, tanto internas quanto externas, estão pintadas na cor azul escuro. Com relação aos móveis, uma vez que a casa está sendo utilizada por funcionários da propriedade – principalmente por Thiago Fernando Teixeira Nantes e sua família[20] – torna-se difícil fazer uma afirmação assertiva de como era sua composição interna de outrora, mas é provável que seguissem a mesma feição de mobiliário simplificado das demais residências das colônias da fazenda.

20 Pelo menos enquanto desenvolvíamos nossa pesquisa, o funcionário Thiago Fernando Teixeira Nantes era um dos responsáveis por realizar serviços-gerais, sobretudo os que estivessem relacionados à lavoura, manutenção de cercas e, também, pela vigilância e segurança do conjunto da sede da fazenda Glória.



Figura 116
Espaço interno (cozinha, copa, banheiro, sala, quarto da frente, quarto dos fundos e o atual quartinho para guardar ferramentas) e detalhes da "residência e lenheiro".
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Além das edificações citadas havia, ainda, outros locais utilizados pelos funcionários em sua rotina na fazenda Glória, especialmente em momentos de lazer e com mais frequência aos domingos. Dentre as preferências, segundo os relatos orais de Almeida Filho (2020), Barretto (2019), Barretto (2021), Cedroni Neto (2020) e Garcia (2020), estavam os bailes e a prática de es-

portes, mas também era comum que algumas pessoas se organizassem para pescar, não necessariamente dentro da propriedade. Aproveitavam a junção das águas das nascentes, em especial uma pequena cachoeira localizada em cotas mais baixas e nas proximidades da colônia "da Glória", para se refrescarem e, eventualmente, caçarem pequenos animais.

Conforme já comentamos, a fazenda Glória foi comprada por Lucino Barretto no ano de 1921 e por ele anexada à Sarapurema, ambas com benfeitorias, como cafezais jovens e adultos, casas de colônias e residências isoladas ocupadas por camaradas e/ou outros funcionários. Ocorre que a porção originalmente pertencente à fazenda Glória foi a escolhida por Lucino para ser o núcleo principal, em detrimento das instalações da sede da outra fazenda, a Sarapurema, que continuou a ter suas terras aproveitadas para agricultura e criação de gado. Mesmo assim, nas entrevistas que realizamos, foram recorrentes as menções sobre o reaproveitamento de parte das edificações da Sarapurema – provavelmente o antigo casarão e/ou outra edificação de dimensões maiores –, para a criação de um clube, onde os funcionários organizavam bailes e praticavam esportes, pois também havia um campo de futebol e uma quadra de bocha. Infelizmente, dentre os depoentes não encontramos fotografias que pudessem ilustrar tais informações, apenas uma que registra um dos times da fazenda Glória no referido campo de futebol (**Figura 117**). Mesmo sem data, consideramos que seja uma fotografia anterior a 1960, uma vez que estas instalações citadas foram desativadas no final da década de 1950 e por esta porção de terras ter sido vendida pelos herdeiros do espólio de Lucino Barretto, informação também confirmada por Garcia (2020).

> Ali era o clube! Tinha um monte de funcionários, tinha que ter um lugar pra futebol, baile [...]. Na época que eu vi não tinha nada, só aquelas paredes velhas... dentro não tinha nada. Do lado tinha um campo de futebol, [...] uma quadra de bocha. [...] na época que eu conheci lá, eu era menino, já tinha partes que tinham caído. [...] A cobertura [...] era de zinco, porque aquilo lá eu acho que era do tempo que eles [os proprietários] compraram a fazenda, ainda. Se assemelhava você sabe com o que? Uma casa grande abandonada [...] dentro tinha só os pilares de sustentação e dentro o chão era de terra batida. De janela não tinha... só os buracos onde elas estavam. [...] Daí a pouco tempo, venderam a parte que esse lugar ficava, 152 alqueires na época [...] hoje é pura cana. Eu sei que foi, mais ou menos, 1958-1959 que vendeu [...] (GARCIA, 2020).

> [A outra sede] Era mais antiga, porque meu pai [Pedro Sanches Garcia] falava dela, ele chegou a conhecer... dizem que ali, entre a [colônia] São João e a Santana, [...] tinha uma casa grande e um grande barracão de festa e um campo de futebol... meu pai conta que era um clube. Tem uma foto, com um time de futebol, que estavam nesse campo da fazenda. Porque, antes, não tinha outro campo... era só lá [...] (SANCHES, 2020).

Figura 117
Equipe de futebol no antigo clube da fazenda, com destaque para Antônio Sanchez Morales (de pé, segundo da direita para a esquerda). Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1940 e 1960?]).



Mesmo com a extinção do antigo clube outro campo de futebol foi criado por volta de meados da década de 1970, localizado próximo ao outrora mangueiro de porcos (ver **Figura 28, p.150**), para que os funcionários continuassem a jogar suas partidas. Através do relato de Antônio Carlos Sanches (2018a) pudemos identificar o empenho de seu pai, Pedro Sanches Garcia, quando ainda ocupava o cargo de administrador, para a organização do time da fazenda Glória que chegou até mesmo a jogar em outras propriedades rurais da região. Como comentamos anteriormente e segundo Antônio Carlos, as partidas de futebol não eram as únicas atividades de lazer realizadas pelos funcionários, pois também era comum que pescassem em riachos nas proximidades, especialmente nas tardes de domingo.

> [...] tinha o que a gente chamava de mangueirão, o chiqueiro de porcos. Mais para lá tinha um campo de futebol... jogamos muita bola por ali. Sempre a fazenda teve time de futebol, né? Meu pai [Pedro Sanches Garcia] tomou conta do time por muito tempo. Você vê, naquela época, antes de ter o futebol eles trabalhavam direto até domingo de manhã. Mas, de domingo à tarde, se você pensa que eles ficavam em casa para descansar, você está errado. Pegavam meu pai, o Sr. Vicente, meus tios, a varinha de pescar e desciam para pescar bagrinho, tilápia, trairinha... então nem quando eles podiam ficar um domingo à tarde dormindo, por exemplo, eles não ficavam, eles iam pescar. Quando começou o time, por volta de 1974, o meu pai, por exemplo, todo domingo ele saía para levar o time pra jogar... ele andava toda a região aqui (SANCHES, 2018a).

Segundo Lima Filho (2020), após um período sem disputar partidas a talentosa equipe de futebol foi novamente formada por volta das décadas de 1990

e 2000, com o incentivo de dois dos atuais herdeiros, no caso, os primos Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto e Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto.



Figura 118a-b
Equipe de futebol da fazenda, meados de 1970, disputando a 1ª Olimpíada do Trabalhador (De pé, da esquerda para a direita: Ditão, Mané, Sebastião, Griza, Toninho, Palomino, Donizete e Pedro Sanches Garcia; agachados, mesma ordem: Alemão, Coquinho, Eli, João Francisco e Pitota). Fonte: Acervo da família Sanches (1976).

> Você fala da fazenda Glória, as pessoas lembram do time de futebol e da benzedeira [D. Quitéria]. [...]. Disputamos campeonato uma vez só na cidade... tinha time mesmo dentro da fazenda, o primeiro e o segundo time. Jogávamos todo domingo... às vezes [...] a gente ia jogar fora... na fazenda Diamantina, por exemplo. Mas depois quando o Ricardo [Luiz Ricardo Barretto] e o Sr. Antônio [Antônio Luiz Barretto] começaram a tomar conta de lá, [por volta das décadas de 1990 e 2000] formamos o time de novo... compramos redes, chuteiras. Chegamos a ficar 14 partidas sem perder dentro da fazenda... nosso time era bom, respeitado! Vinha um pessoal de Monte Alto [...]. Eles chegaram, daí pensamos: 'Hoje a gente toma de goleada'. Mas ganhamos de 4 a 0 (LIMA FILHO, 2020).

Identificamos, ainda, pelo relato oral de Antônio Luiz Barretto (2021), a proximidade que ele e seu primo, Luiz Ricardo, tinham com seus funcionários, pois, sempre que podiam, participavam das partidas de futebol – eles ajudaram, inclusive, a financiar a compra de equipamentos, como traves de ferro, redes e demais itens para a prática do esporte. Essa proximidade se evidencia mais ainda quando Antônio Luiz relata, com certa nostalgia, que sua filha, Vanessa Corrêa de Mattos Barretto, costumava ajudar Benedito de Almeida Lima a preparar pipoca para vender em um pequeno bar nas proximidades do campo de futebol. Entretanto, essa ligação não se restringia somente às tardes de domingo, ao contrário, Benedito era considerado "como família", pois ele também auxiliava a cuidar de Vanessa e seus irmãos – Vitor e An-

tônio Luiz –, assim como, por ter sido encarregado de cuidar dos animais da propriedade, arreava cavalos para que eles pudessem cavalgar pela fazenda. Contudo, com o passar dos anos e pelo menos enquanto realizávamos nossos levantamentos, tais práticas deixaram de ser realizadas na fazenda Glória e o campo de futebol foi transformado em pasto.

> Por uma foto, dos anos 2000 e pouco, dá pra ver que tinha um time com os filhos do seu Nico [Benedito de Almeida Lima], [...] outro com o Tetê [Luiz Ricardo Barretto] [...], em outra foto estou eu [...], o Sr. Vicente [Cedroni] e uma garotada mais nova. Aquele campo lá já existia, ele foi melhorado, colocado trave de ferro, tudo direitinho [...] e ali havia jogos e o time ganhava tudo! Tanto é que a minha menina [Vanessa Corrêa de Mattos Barretto], com o Sr. Nico, que tinha um barzinho e vendia as coisas dele por lá perto, [...] fazia pipoca e ia vender lá. Sr. Nico era como família, né? Meus filhos [além de Vanessa, Vitor e Antônio Luiz Corrêa de Mattos Barretto] ficavam com ele... ele arreava cavalo pra eles andarem [...]. Em dia de jogo ele montava uma espécie de uma vendinha. [...] foi uma época maravilhosa e muito bonita! (BARRETTO, 2021).

Figura 119a-b
Equipe de futebol organizada por incentivo dos primos, Luiz Ricardo Barretto e Antônio Luiz Barretto, entre as décadas de 1990 e 2000. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1990 e 2000?]).





Ainda em relação ao lazer dos funcionários, pudemos notar através dos relatos de Benedito Almeida Lima Filho (2020), que além do campo de futebol e na ausência de um espaço formal para fins recreacionais, era comum que ele, seus irmãos, amigos e vizinhos, como Antônio Carlos Sanches, e, até mesmo, de sítios e fazendas próximas, utilizassem a própria natureza e os espaços "fora de casa" para o lazer e ainda que algumas dessas atividades fossem perigosas e desaprovadas por seus familiares. Além disso, já que dentro de suas casas não podia haver "bagunça" – pois era um espaço doméstico cuidado e controlado por seus pais – era comum que Benedito e seus amigos aproveitassem os períodos chuvosos para se divertirem nas enxurradas, para adentrarem nas matas próximas à colônia "da Glória" a fim de capturarem pequenos animais silvestres que passavam a ser criados domesticamente, principalmente tatus, para se refrescarem em uma pequena cachoeira formada pelo escoamento das águas das nascentes e pluviais e, também, para brincarem de "pega-pega", de "dida", "jogar bola" etc.

> Ah... nós brincávamos, viu? Quando chovia forte a gente subia a estrada, aquela que dá acesso pra fazenda, dava umas enxurradas e a gente montava na boia e descia ali nos bambus, batia na cerca... minha mãe ficava louca, mas não tinha jeito, não [risos]. Na mata a gente andava bastante também... caçávamos tatu, eu e meu irmão, vixe! Chovia, a gente pegava os cachorros pra ir caçar [...]

> A gente tinha dois tatupebas, que meu pai achou, e eles eram vermelhos. E a gente foi criando [...], dando leite de vaca, e ficou a mesma coisa que um cachorro: onde a gente ia, os tatus iam atrás. A gente ia jogar bola, e a mãe falava: 'vocês vão cuidar desses tatus!" Aí nós inventamos de levar esses tatus pra casa do Carlos [Sanches], e tinha um pé de manga Bourbon em frente a casa dele... aí chegamos lá, esse tatu começou a comer manga, rapaz! Fomos jogar bola e ele ficou lá comendo... pra trazer embora a gente teve que colocar ele na cabeça! Porque ele não aguentava andar... Até hoje o Carlos e a D. Maria [Frigo Sanches] falam desse tatu! Eu e o Carlos a gente estudou junto, jogou bola junto [...]

> Lá pra baixo [da colônia "da Glória"] também tem uma cachoeira e você acredita que nós tínhamos um cipó que a gente atravessava do outro lado dela! A gente passava por cima da cachoeira e ia parar pra lá, e de lá a gente voltava. Até teve um irmão meu que se machucou [...], mas quando ele era mais novo. Mas naquela época era gostoso! A gente brincava mais fora de casa, né? De pega-pega, de dida, jogava bola [...], minha mãe [D. Adelaide Tatângelo de Almeida] e meu pai [Benedito de Almeida Lima] não queriam que fazia bagunça dentro de casa (LIMA FILHO, 2020).

Interessante é notar, ainda, que na ausência de uma forma rápida para Benedito Almeida Lima se comunicar com um de seus amigos e ex-morador da fazenda Glória, ele utilizava de conhecimentos básicos e levava em consideração características simples da natureza que faziam parte de seu cotidiano. Por exemplo, ao observar as estradas de solo arenoso em busca de pegadas, ele conseguia facilmente estimar se um de seus amigos que havia se mudado para a casa de parentes em Monte Alto para estudar, já havia chegado à fazenda Glória nas sextas-feiras ao final do dia para passar o final de semana – um detalhe simples de um passado não tão distante que, certamente, não seria notado por muitas pessoas.

> Eu lembro que o Carlos [Sanches] estudava em Monte Alto, que ele morava com o tio dele... o Adauto [Sanches Garcia]. Aí, toda sexta-feira ele passava pela fazenda. Eu e meu irmão íamos lá na estrada, porque era tudo areia, pra a gente ver se ele tinha passado. [...] se a gente via que sim [...] íamos pra casa dele na fazenda (LIMA FILHO, 2020).

4.2 Arquitetura e cotidiano doméstico dos proprietários

Neste último item do capítulo tratamos das edificações e espaços utilizados pelos proprietários da fazenda Glória e como se dava o cotidiano doméstico destes, o que inclui: o casarão, residência principal do núcleo rural; o "chalé", assim chamado por todas as pessoas ligadas à fazenda Glória, muito provavelmente devido à sua feição original, antes de ter sido submetido a uma reforma[21], e que era utilizado pela parte da família não residente na propriedade em períodos de visita; o edifício que abriga o atual escritório da propriedade e outras funções e, ao mesmo tempo, outros espaços do entorno imediato, como os jardins, a horta, e o pomar. Para isso, continuamos a trazer detalhes desde quando a propriedade produzia e beneficiava café – entre início do século XX e os anos 1960-1970 – até os dias de hoje, décadas após a lavoura cafeeira ter sido substituída pelas de laranja, cana-de-açúcar, limão, amendoim, entre outras.

Julgamos necessário explicitar o motivo da existência de duas residências para uso dos proprietários. Conforme abordamos anteriormente, com a morte de Lucino Freire de Mattos Barretto e sua esposa, D. Antônia Maria de Mattos Barretto, foram realizados o inventário *post-mortem* e a partilha dos bens entre os herdeiros – sendo que, entre estes, igualmente havia os filhos do primeiro casamento do fazendeiro com D. Manoela do Livramento Barretto (JABOTICABAL, 1927, p. 67). Entretanto, com o passar dos anos, alguns vieram a falecer e outros venderam suas partes aos demais, de modo que, a partir de fevereiro de 1962, a fazenda Glória passou a ser exclusivamente de apenas dois deles, Alfredo Freire de Mattos Barretto e Orlando Freire de Mattos Barretto (TAQUARITINGA, 1962b).

A família tinha um número relativamente grande de herdeiros, mesmo após o processo de aquisição das partes da fazenda ter se concentrado nas mãos

21 A residência citada, além de "chalé", também é conhecida pelos entrevistados como "casa amarela" devido a cor de sua pintura externa. Em nosso trabalho preferimos por utilizar o primeiro nome, uma vez que a tonalidade de cor que dá o segundo apelido à casa foi aplicada somente a partir de fins de 1980 em diante, como veremos a seguir.

dos primos Alfredo e Orlando. Sendo assim, ainda se fazia necessário acomodar suas famílias em momentos de estadia na fazenda. Segundo informações obtidas através das entrevistas, o casarão passou a ser utilizado por Alfredo Barretto, que acompanhava mais de perto o dia a dia da fazenda, desde a morte de seus irmãos mais velhos, juntamente com a esposa, D. Lydionette Ostini Barretto, e seus filhos – Alfredo Eduardo, Lucino Roberto e Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto. Enquanto o "chalé", que já era utilizado por herdeiros visitantes, depois de 1960 passou a ser mais ocupado por Dr. Orlando Barretto e sua esposa, D. Maria de Lourdes Nardy de Mattos Barretto, e filhos – Sérgio e Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto – apenas em visita à propriedade, uma vez que Orlando exercia sua profissão de cirurgião dentista em Santos, onde residia com a família.

> Meu pai [Orlando Barretto] vinha pra fazenda [...] e ficava no chalé... [...] [que] ficou pro meu pai porque ele vinha esporadicamente e para lazer. Ele não se envolvia na parte contábil, era só verbalmente (BARRETTO, 2021).

> [...] tem essa casa do lado do casarão, que [...] a gente deixava para a família, todos que queriam ficar na fazenda ficavam por lá. A gente chamava de casa amarela [ou "chalé"], que ficava mais para o meu tio [Orlando Freire de Mattos Barretto] [...] [mas] antes também era para os irmãos mais velhos dele, quando ele vinha passar férias aqui. Porque a fazenda era de nove irmãos, sabe? (BARRETTO, 2019).

> O Dr. Orlando, que era primo do Sr. Alfredo... ficou lá pra Santos durante muito tempo. Vinha de vez em quando pra poder passar uns dias. Quem ficava a maior parte do tempo, que administrava de um modo geral, era o Sr. Alfredo mesmo (CEDRONI NETO, 2020).

> O porquê do nome Chalé, eu não entendo absolutamente nada disso e estou falando sem embasamento nenhum, mas era um tipo de construção, não é verdade? Por algum dia, alguém decidiu chamar aquilo de chalé, mas deve ter sido inspirado em algum tipo de arquitetura (SANCHES, 2018a).

Quanto ao casarão, como já vimos anteriormente e conforme consta na certidão de transcrição número 25.467, livro 3CC, folha 42, de 18 de abril de 1.921 (JABOTICABAL, 1921), era uma das únicas edificações existentes no lado das terras da Glória, quando foi adquirida por Lucino Barretto. Neste sentido, pelo que relembra um de seus netos, Luiz Ricardo Barretto (2019), havia a inscrição de uma data, o ano de "1913", pintada em um degrau da escada do alpendre. Para ele, possivelmente, fazia referência ao término de uma reforma realizada para substituir as tábuas de madeira por uma nova escada feita de alvenaria de tijolos.

> A data de construção eu não me lembro, mas [o casarão] foi reformado em 1913. Pelo menos é o que estava escrito no degrau da minha casa, quando reformou [...] tinha [...] na escada a data da reforma da casa, de 1913, [...] que eu acho que foi quando foi cimentada a escada, que antigamente era de madeira, alguma coisa assim, mas pouca coisa (BARRETTO, 2019).

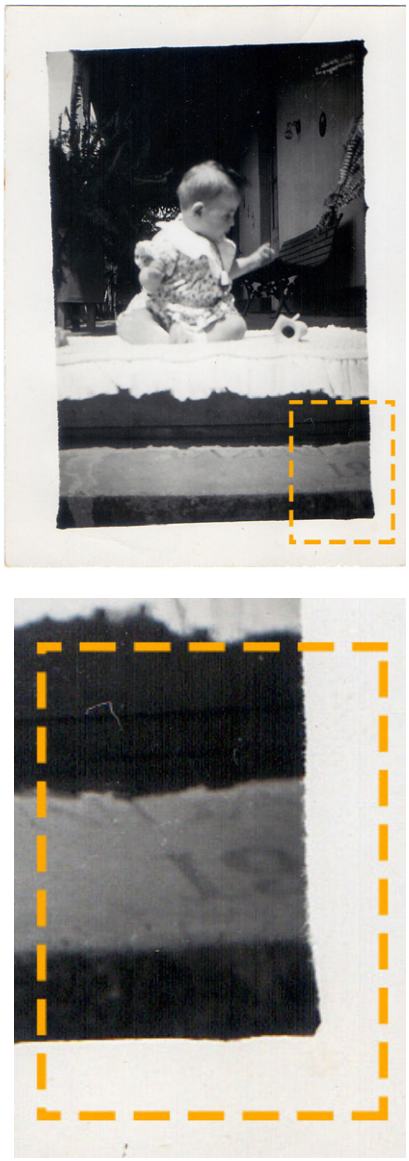


Figura 120a-b
Fotografia antiga, sem data, com destaque para um dos degraus em que aparece parcialmente a possível data de construção ou reforma do casarão no início do século XX.
Fonte: Adaptado de Acervo da família Barretto ([entre 1930 e 1960?])..

Infelizmente não pudemos conferir de perto a informação fornecida por Luiz Ricardo Barretto, pois o local da data foi coberto por revestimentos em uma reforma realizada nos anos de 1970. Contudo, uma fotografia antiga cedida pelo entrevistado (**Figura 120**) permitiu visualizar, ainda que de maneira parcial, a data – talvez porque o intuito do fotógrafo era captar uma criança que estava brincando no local. Não obstante, acreditamos que o ato de registrar uma data em uma edificação tem mais a intenção de eternizar seu término do que uma reforma pontual, conforme crê Luiz Ricardo que tenha ocorrido na Glória, com a substituição dos degraus de uma escada. Mesmo assim, sem querer dar por encerrada a questão, apenas apontamos para a possibilidade de que este casarão tenha sido de fato construído no início dos anos 1900 e que a inscrição de 1913 assinale o final da obra.

Verificamos que o casarão está implantado próximo ao terreiro (ver **Figura 28, p.150 e Figura 31, p.152-153**) e em uma porção do terreno com pouca inclinação, o que, aparentemente, contribuiu para que não fosse preciso realizar muitos cortes e aterros a fim de corrigir o desnível. Mesmo assim, está solto do chão e tem um porão baixo, que não pôde ser aproveitado como ocorria na maioria das fazendas do Sul de Minas Gerais, conforme identificado por Cícero Ferraz Cruz (2010), e nas localizadas na região nordeste paulista, como verificou Daici Ceribeli Antunes de Freitas (1986)[22]. Portanto, é possível afirmar que a implantação da edificação parece estar mais ligada ao modo paulista do que ao mineiro[23].

22 Sobre esse assunto ver: Cruz (2010) e Freitas (1986).

23 De um modo geral, o "modo" ou "jeito paulista" de se implantar uma edificação era feito através de cortes e aterros no terreno para a criação de plataformas artificiais, que recebiam as edificações erguidas em taipa de pilão ou demais técnicas construtivas. Já o "modo mineiro" respeita a inclinação e aproveita os espaços criados a partir do desnível para locar depósitos, guardar animais, etc., e a casa, comumente, é assobradada em uma de suas fachadas e térrea na outra (BENINCASA, 2003, p. 133, 2008, p. 76-77; FREITAS, 1986, p. 39; LEMOS, 2015, p. 82-90).

Apesar da pequena declividade do terreno, o acesso à edificação é feito por oito degraus em sua fachada frontal, enquanto a fachada posterior necessitou apenas de três degraus.

Através de outras fotografias cedidas por Luiz Ricardo Barretto (**Figuras 121 e 122**) – as quais, infelizmente, não possuem data –, é possível observar a tipologia arquitetônica do casarão décadas antes de reformas ocorridas na segunda metade do século XX. Pudemos verificar que a edificação sempre foi térrea, construída em alvenaria de tijolos e o telhado do volume principal em quatro águas, sustentado por tesouras de madeira serrada e coberto com telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal. Os beirais possuíam acabamentos em madeira, como lambrequins, no entanto, sem calhas nem condutores de águas pluviais. Além disso, havia dois alpendres, com telhados independentes, o maior na fachada frontal e o menor na fachada lateral, em ambos o telhado era de três águas, sustentado e coberto pelo mesmo sistema construtivo e tipo de telhas do volume principal, com lambrequins, guarda-corpos e pilaretes[24] de secção quadrada, todos de madeira.





Figura 121a-b
Fotografias antigas, sem data, que mostram o casarão (e o chalé) antes da reforma e como era o alpendre menor da moradia principal.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).

Pelo registro fotográfico da época é possível observar, ainda, que a volumetria do casarão era retangular, complementada pelos dois alpendres citados. Todavia, atualmente, a edificação assinala que passou por reformas, confirmadas nos relatos orais, ocorridas na década de 1970, a cargo de Alfredo Barretto e D. Lydionette Barretto. Na ocasião, os alpendres foram demolidos e substituídos por um único alpendre em forma de "L" (ver **Apêndice P**). Ao observar outra fotografia, um pouco mais recente (**Figura 123**), e através de nossas visitas *in loco*, verificamos que os elementos dos alpendres antigos – como lambrequins, guarda-corpos, pilaretes, piso e forros de madeira, telhas do tipo capa-e-canal – foram substituídos por floreiras de cimento, pilares de alvenaria de tijolos, piso de lajotas cerâmicas e telhas indus-

24 Por "pilarete" entende-se como diminutivo de pilar, ou seja, elemento estrutural que sustenta demais peças isostáticas, como vigas, lajes, cobertura, etc. (CORONA & LEMOS, 2017, p. 373).













Figura 122a-f
Fotografias antigas, sem data (as duas primeiras mostram Lucino, D. Antônia Barretto, herdeiros e convidados; as demais são posteriores, com destaque para o casal, Alfredo Barretto e D. Lydionette Barretto, e Dr. Orlando Barretto), que mostram a utilização da família proprietária no antigo alpendre do casarão. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1920 e 1960?]).

trializadas. De acordo com as entrevistas, o acesso principal também foi alterado. Constatamos, assim, que antes havia uma cerca de madeira definindo os limites do jardim ao longo de toda a frente da casa, indo até a lateral direita, onde estava o pequeno portão de madeira. Atravessando o jardim, a partir deste portão, era possível alcançar os degraus de acesso ao alpendre lateral, onde estava a entrada principal da casa. Mas, nesta reforma, foram instalados, de maneira centralizada em relação à fachada frontal, outro tipo de portão de madeira e uma nova escada de acesso ao alpendre.

> Pelo que a gente conheceu, o casarão sempre foi daquele jeito... de tijolo e telhado de quatro águas. Que eu me lembro, a varanda era em formato de 'L', mas eu já ouvi dizer que não era. Quando eu

conheci, já era assim como está hoje. Mas parece que tinha uma falha no meio...não era contínua, ouvi dizer... (SANCHES, 2018a).

A entrada [...] não era [...] onde é hoje...aquela escada, sabe? Ela ficava ali do lado onde tinha um portãozinho que dava no jardim... a entrada era só ali. Meu pai reformou o terraço quando eu era menino, eu tinha uns dez anos, [...] na década de setenta. Foi minha mãe que queria mudar a casa para fazer uma área grande. Eu me lembro bem de como era o terraço anterior... ele era de madeira. Daí, como meu pai reformou [...], para não ficar duas entradas, fechamos a lateral e ficou só aquela da frente [...]. Mudou porque, como a gente fez o terraço em L, colocamos a escada no meio para não precisar ficar dando voltas na grama (BARRETTO, 2019).



Figura 123
Fotografia mais recente em que mostra o casarão reformado, já com o novo acesso frontal.
Fonte: Adaptado de Acervo da família Barretto ([entre 1980 e 2000?]).



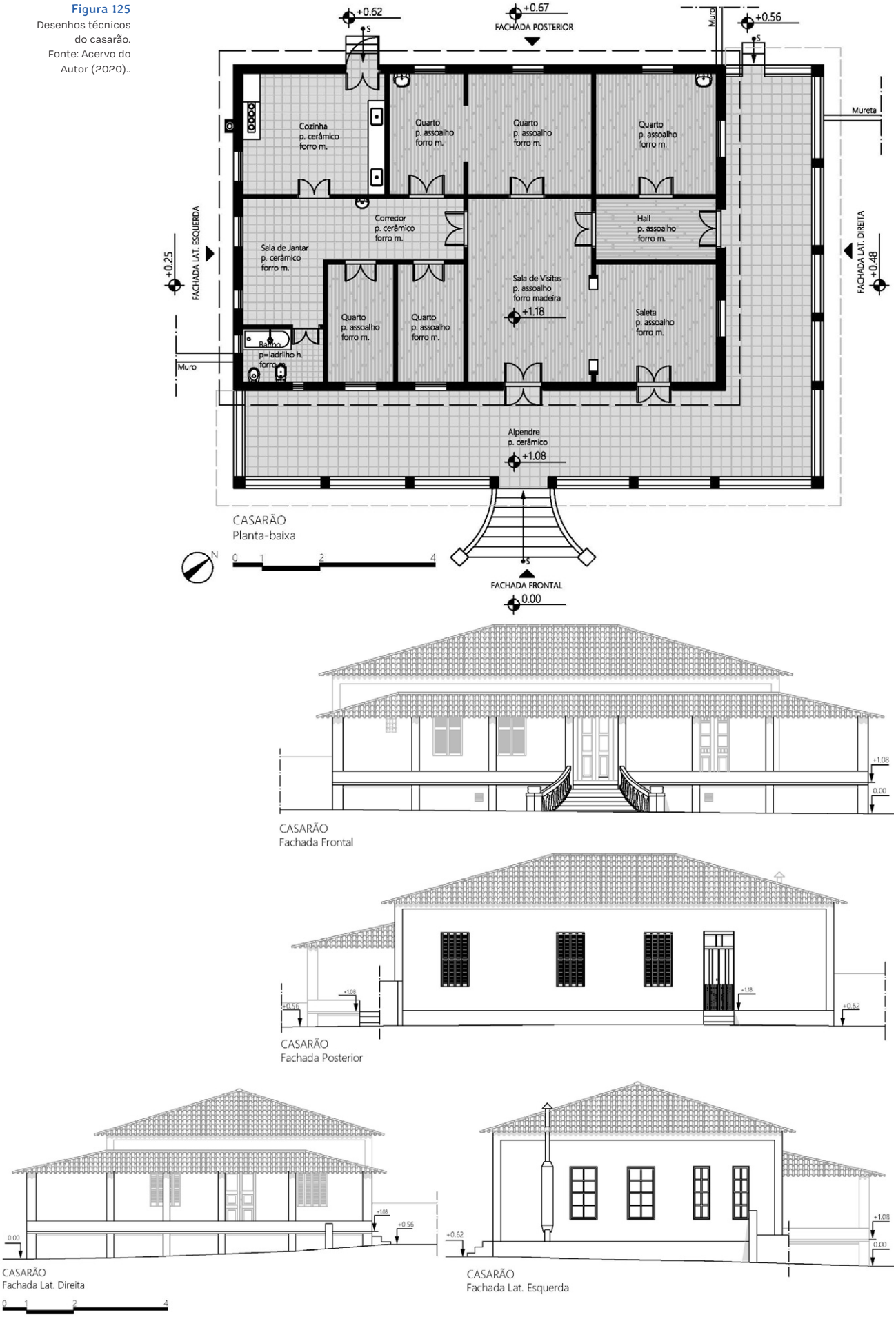






Figura 124
Imagens externas do casarão.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Figura 125
Desenhos técnicos do casarão. Fonte: Acervo do Autor (2020)..



Na parte interna do casarão, a divisão dos cômodos seguiu, mais ou menos, o mesmo padrão das residências construídas a partir de meados do século XIX em diante, sobretudo a partir das décadas de 1880 e 1890, isto é, o programa de necessidades foi resolvido em três setores distintos: social, com a função de receber convidados, composto pela sala de visitas, uma saleta e dois quartos de hóspedes; íntimo, mais restrito à família, onde estão o quarto de santos – uma adaptação do antigo *hall* da entrada principal, como veremos a seguir –, três dormitórios, sala de jantar e banheiro com água e esgoto, a nosso ver, corroborando, juntamente com a técnica construtiva, com a possibilidade desta casa rural de início do século XX, ter podido usufruir de um momento em que o ecletismo e noções burguesas de conforto e higiene já haviam sido difundidas; e serviço, representado apenas por uma ampla cozinha, uma vez que não há despensas, nem quartos anexos (BENINCASA, 2003, p. 312; HOMEM, 2010, p. 125-129).

Interessante é notar, através do estudo de Benincasa (2003, p. 313-337), que essa distribuição está muito presente nas propriedades rurais cafeicultoras por ele analisadas na região de Araraquara. O autor elenca uma série de exemplos, como: a moradia principal da fazenda Santa Eudóxia, de São Carlos, que foi construída em 1880; a da fazenda Fosca, de Santa Lúcia, finalizada em meados da década de 1880; assim como, cada uma com suas características próprias, o casarão da fazenda Paredão, de Ibaté, e o da fazenda Itapiru, de São Carlos. Fica claro, portanto, que esse tipo de agenciamento interno das moradias principais dos núcleos rurais foi uma solução, dentre tantas outras, que se generalizou em muitas fazendas de café da região de Araraquara e que foi utilizada, até mesmo, no casarão da fazenda Glória, em Taquaritinga[25].

Ao atravessar a porta principal, temos acesso aos dois primeiros cômodos do setor social do casarão, isto é, a sala de visitas e uma pequena saleta à direita que formam um ambiente integrado em "L". Uma das portas da sala de visitas dá acesso a um pequeno corredor que, ao longo de sua pequena extensão, estão localizados dois quartos menores que, segundo Barretto (2019), eventualmente podiam ser utilizados por hóspedes, e familiares se necessário. No entanto, de acordo com ele, estes dormitórios foram por mais tempo ocupados por D. Nalita Gomes da Rocha, funcionária de sua família que residiu no casarão durante muitos anos, e Luiz Carlos Gomes da Rocha, um de seus dois filhos. Ainda de acordo com o entrevistado, assim como seus avós e alguns parentes, Nalita era natural de Sergipe e emigrou para São Paulo em busca de melhores oportunidades, se fixando, entre outros possíveis locais, em Monte Alto; pelo fato de Alfredo Barretto, um dos proprietários da Glória, ter tido contatos no município citado e por sua esposa,

25 Para mais informações sobre as fazendas citadas como exemplo, ver: Benincasa (2003).

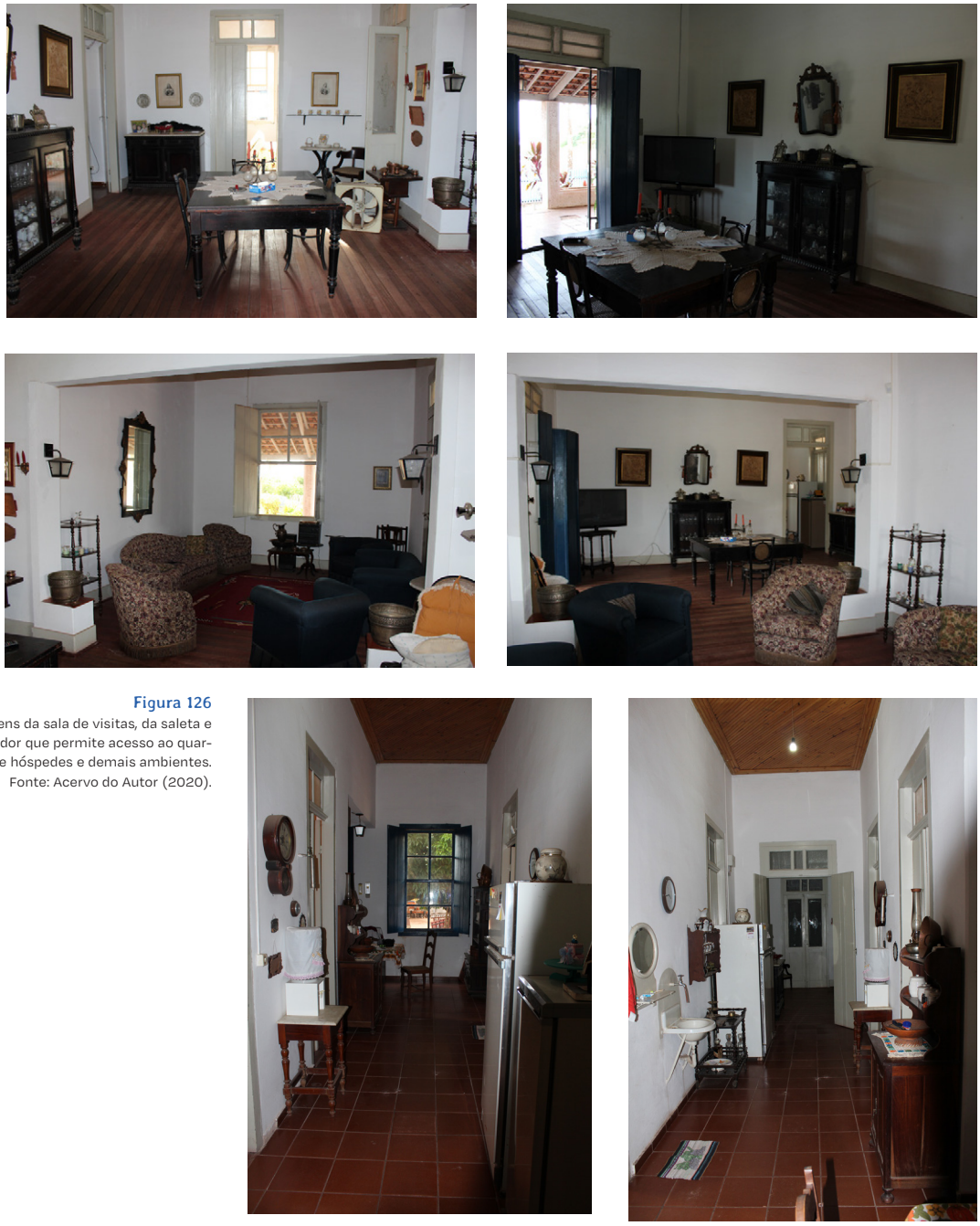


Figura 126
Imagens da sala de visitas, da saleta e do corredor que permite acesso ao quarto de hóspedes e demais ambientes.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

D. Lydionette Barretto, ter necessitado de uma funcionária para o casarão, os fazendeiros decidiram contratá-la.

> Na frente do corredor, que vai para a cozinha, era o quarto [...] da Nalita, nossa empregada. Ela dormia por lá porque ficava mais perto da cozinha. Ela faleceu faz pouco tempo, e essa mulher foi demais. Eu tenho foto dela, tenho tudo, mas ela era morena, sergipana [...]. Ela veio para cá para procurar emprego em Monte Alto, daí meu pai tinha amizade com os fazendeiros de lá [...]. Ela era mãe solteira por lá, mocinha, daí falaram para minha mãe e ela foi buscar, para morar com a gente. Ela morava dentro da minha casa, tinha um quarto só para ela e para o filho, que chamamos de Lezão, mas o nome é Luiz Carlos Gomes da Rocha (BARRETTO, 2019).





Figura 127
Imagens internas dos quartos de hóspedes outrora ocupados por D. Nalita Gomes da Rocha e filhos.
Fonte: Acervo do Autor (2020).



Em mais um trecho do relato de Barretto (2019) é possível notar que, assim como foi muito comum no meio rural paulista, o trabalho realizado por D. Nalita não era somente restrito aos afazeres domésticos – como a limpeza dos cômodos do casarão, das roupas, preparação de refeições etc. –, ao contrário, na ausência dos patrões era ela quem ficava encarregada de cuidar de seus filhos, ou seja, do próprio Luiz Ricardo, de Alfredo Eduardo e de Lucino Roberto. A função desempenhada por D. Nalita assemelhava-se, guardadas as devidas proporções e não obstante bem adiantado o século XX, ao que Homem (2010, p. 59) identificou a respeito das governantas e preceptoras estrangeiras que, muito comumente, eram contratadas para trabalhar nas casas de famílias abastadas por volta do último quartel do século XIX em diante. Segundo a autora, *Mademoiselle, Fräulein ou Nanny,* eram empregadas não apenas para cuidar das crianças, mas principalmente para lhes ensinarem hábitos de higiene, regras de etiqueta e línguas estrangeiras, como o francês[26]. Enfim, importante é frisar que D. Nalita não era de fato uma preceptora, mesmo assim, cumpria os afazeres domésticos, cozinhava, cuidava dos filhos dos patrões e permaneceu cerca de quatro décadas trabalhando para a família, mesmo após a morte de Alfredo e D. Lydionette.

> Nossa... foi ela [D. Nalita] quem cuidou da gente, sabe? Minha mãe viajava, saía tal e a gente ficava com ela. Ela veio para casa com 21 anos e morou lá na sede [...]. Era uma guerreira, viu? Me criou... Só não foi minha mãe de leite, mas me criou desde pequenininho, eu e meus irmãos [Alfredo Eduardo e Lucino Roberto Freire de Mattos Barretto]. Ela morou 42 anos com a gente, aí minha mãe

26 Este contexto foi ricamente relatado, através de cartas, por Ina von Binzer (2017), uma preceptora alemã que veio ao Brasil no início da década de 1880 contratada por algumas famílias no período, que foram posteriormente organizadas e publicadas. Para mais informações a respeito das preceptoras estrangeiras que se tornaram comuns em território brasileiro, principalmente paulista, ver: Homem (2010) e Binzer (2017).

> [D. Lydionette Barretto] faleceu e ela foi morar lá na nossa casa da cidade [...] (BARRETTO, 2019).

Pelo que pudemos apurar, outro espaço muito utilizado por Nalita era a lavanderia externa, localizada nas proximidades do casarão (ver **Figura 28, p.150**). Esta é coberta por um telhado de quatro águas, composto por madeira serrada e telhas cerâmicas, que é sustentado por pilares de alvenaria, e era utilizada para lavar, engomar, quarar e secar a roupa pertencente à família proprietária. O piso da parte coberta é cimentado e o dos caminhos ao seu redor foram executados com tijolos assentados diretamente na terra. E, segundo Sanches (2018a), além dos dois tanques abastecidos com água encanada, havia uma vasca, varais e cercas vivas, que eram aparadas regularmente de modo que fosse possível utilizá-las para quarar e secar a roupa. Garcia (2020) lembra que era Nalita "[...] quem usava esse espaço pra lavar roupa, secar, enfim... a D. Nette [Lydionette Barretto], mesmo, não ia lá não" – confirmando, claramente, a separação e as diferenças entre as atividades do cotidiano desempenhadas pelos funcionários e pelos patrões.

> A lavanderia ficava ali atrás da garagem... quase que na divisa com o chalé [moradia secundária dos proprietários]. [...] você provavelmente não viu isso, mas antigamente as pessoas quaravam a roupa. Você sabe o que é? [...] eu me lembro daqueles lençóis imensos em cima daquele tapete verde...[...] podavam aquilo e ficava um verdadeiro tapete. Era um espaço totalmente das empregadas ou da empregada... porque eu me lembro somente da Dona Nalita [Gomes da Rocha] (SANCHES, 2018a).





Figura 128
Lavanderia externa.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Ainda em relação aos dois pequenos quartos de hóspedes, o piso de ambos é o original de tábuas de madeira não muito largas, variando somente o sentido em que estão dispostas. O forro atual de madeira, do tipo paulista, se mantém constante em todos os ambientes do casarão, contudo, de acordo Barretto (2019), "o forro [...] era feito de umas tábuas largas [de madeira] que começaram a cair, então a gente aproveitou para trocar o telhado inteiro, mas é igual como era antes". Através do relato fica claro que o telhado também foi refeito, pelo que pudemos identificar através de nos-

sas visitas *in loco*, com peças de madeira serrada, mais recentes, e telhas cerâmicas industrializadas[27].



Figura 129
Detalhes do assoalho, do piso instalado no corredor que se repete, entre outros ambientes, no alpendre, e do forro do casarão.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Verificamos, ainda, que há diferenças nos tipos das portas do casarão, por exemplo, as do setor social que dão acesso à sala de visitas e à saleta são mais bem acabadas em comparação com a maior parte das portas internas. Todas estas, sem exceção, são de madeira, mas a do acesso principal tem folhas duplas e almofadadas que abrem para o exterior, com recortes onde foram fixados planos de vidro transparente, e as de folhas cegas abrindo para a parte interna, em que é possível ver o sistema de dobradiças, taramelas e fechaduras metálicas; a porta da saleta conta com os mesmos elementos metálicos, porém, suas folhas externas têm pequenos retângulos de vidro texturizado nas cores verde e amarelo; já as portas do corredor de acesso aos quartos de hóspedes, e demais ambientes, possuem uma única folha dupla cega e sem maiores detalhes. Todas estas, e as da edificação como um todo, têm vergas retas e bandeiras envidraçadas translúcidas.

Figura 130
Detalhes das portas de acesso principal ao casarão (da sala de visitas, da saleta, e do tipo de porta que separa os demais ambientes internos). Fonte: Acervo do Autor (2020).



27 Conforme vimos há pouco, o alpendre teve vários elementos construtivos substituídos na reforma da década de 1970, entre eles, o piso de madeira que foi trocado por lajotas cerâmicas e vários elementos compositivos do telhado, especialmente o forro, foram retirados e não mais instalados.

Quanto às janelas da saleta e as dos quartos de hóspedes, também são de madeira, compostas pelos mesmos elementos e sistemas de abertura: vergas retas, venezianas com folhas duplas que abrem para fora dos ambientes garantindo iluminação e privacidade, guilhotinas envidraçadas, e duas folhas de escuros sem almofadas que abrem para dentro dos ambientes e podem ser trancadas por taramelas de metal e/ou de madeira. Vale observar que as venezianas das janelas da saleta têm folhas bipartidas ligadas por dobradiças que permitem maior flexibilidade na forma de abri-las.



Figura 131
Detalhes das janelas da saleta e do quarto de hóspedes.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Com relação ao mobiliário destes ambientes, percebemos que a maioria das peças existentes são mais recentes, por exemplo, os sofás da saleta são dos anos 1980-1990. Não obstante, ainda é possível encontrar itens que, muito provavelmente, compunham a antiga ambiência interna. Na sala de visitas há uma pequena mesa de madeira com quatro cadeiras estilo Thonet[28], contudo, certamente a peça não era a utilizada para receber convidados, pois deveria haver uma maior para acomodar adequadamente o número de pessoas nas festividades. A sala de visitas ainda conta com uma cristaleira de madeira, seguindo o mesmo padrão da mesa; um pequeno conjunto formado por uma mesa circular com uma cadeira e um pequeno buffet, ambos com tampos de mármore; e um telefone antigo, provavelmente das primeiras décadas do século XX, instalado ao lado da porta de acesso principal, evidenciando que a casa contou com este recurso ao longo dos anos. Já os móveis dos

28 De acordo com Wilton Guerra e Renata Simões (2007b, p. 109), foi o austríaco Michel Thonet (1796-1871), na década de 1830, quem "[...] inventou móveis por meio de uma técnica inovadora, com uso de madeira vergada, que aliava a possibilidade de produção industrial à qualidade e ao baixo custo, tendo os móveis desse estilo sido acessíveis a um grande número de usuários". Segundo Marina Kosovski Maluf (2013, p. 61-62), entre outros estilos, no Brasil os móveis Thonet tiveram grande aceitação e por isso "[...] foi aberta em 1890 no Rio de Janeiro [...] uma fábrica de móveis estilo Thonet, a Companhia de Móveis Curvados [atual Thonart]. A cadeira estilo Thonet espalhava-se assim, definitivamente, pelos estabelecimentos comerciais e casas do país. Para mais informações sobre o assunto, ver: Guerra e Simões (2007a e 2007b) e Maluf (2013).

quartos de hóspedes, camas e guarda-roupas de madeira, são relativamente mais recentes em comparação com os móveis do setor social e podem ter sido adquiridos por volta das décadas de 1960 a 1970.

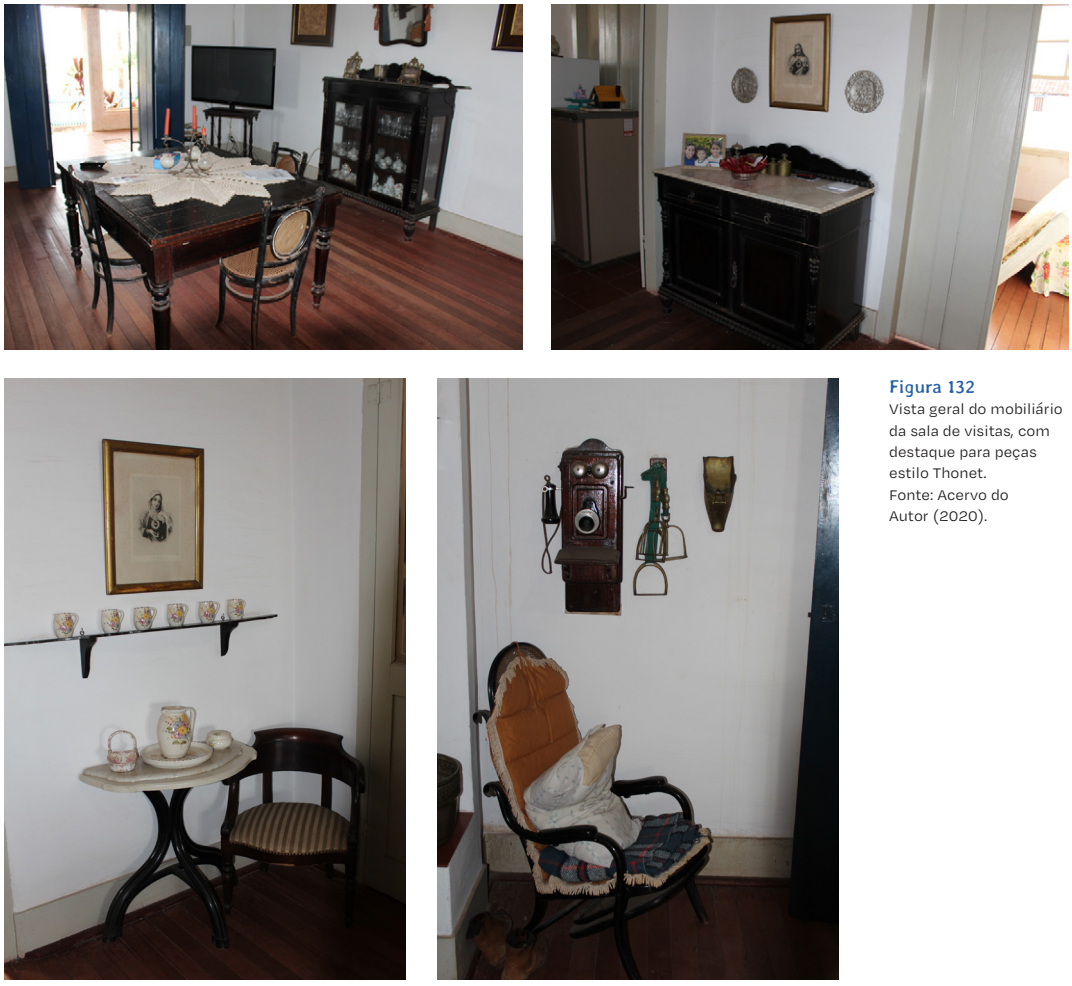


Figura 132
Vista geral do mobiliário da sala de visitas, com destaque para peças estilo Thonet.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

No corredor que dá acesso aos quartos de hóspedes, e demais ambientes do setor íntimo e de serviços, além da geladeira e do freezer elétricos, existe uma mesinha de madeira com tampo de mármore, onde possivelmente ficava o filtro de barro, uma vez que há uma torneira logo ao lado que serviria para enchê-lo; um pequeno carrinho de madeira, que podia ser utilizado para levar o café da manhã até os dormitórios, ou qualquer tipo de alimento aos membros da família; e um pequeno *buffet* de madeira com duas portas e prateleiras, contendo pequenos potes de porcelana que serviriam para guardar itens de consumo diário – como café, farinha, açúcar, sal, etc. – e uma lamparina de metal e vidro que era acesa a querosene.

Ao atravessar outra porta da sala de visitas temos acesso ao quarto de santos, que originalmente pode ter sido o pequeno *hall* da entrada principal do casarão. Entretanto, desde o momento da compra da fazenda por Lucino Barretto, este cômodo é o local sagrado da casa, incluindo um pequeno oratório encostado na porta, que outrora seria o acesso principal. Consideramos o quarto de santos uma mistura entre o setor social e o setor íntimo, pois, segundo Barretto (2019), alguns visitantes, como padres e sacerdotes,



Figura 133
Vista geral do mobiliário do corredor de acesso ao quarto de hóspedes. Fonte: Acervo do Autor (2020).

podiam entrar no local para conhecer e realizar orações, mas, ainda assim, era um local de acesso restrito e controlado.



Figura 134
Detalhes das portas do quarto de santos. Fonte: Acervo do Autor (2020).

Percebemos que duas das portas existentes no quarto de santos possuem acabamentos que não se repetem em nenhuma das outras do casarão. Na porta de duas folhas com bandeira que daria acesso ao alpendre, onde está encostado o oratório, existem grades de ferro recurvadas na parte interna da bandeira envidraçada, taramelas metálicas, uma barra de ferro para travamento horizontal e delicados postigos[29] em ambas as folhas da esquadria.

29 Por "postigo" entende-se como uma pequena abertura, fresta ou portinhola feita sobre uma folha de uma porta maior, que podia ser utilizado para a passagem de objetos de um cômodo ao outro (CORONA & LEMOS, 2017, p. 387).

E na porta que dá acesso à sala de visitas, ainda que mais simples, ambas as folhas exibem pequenos painéis de vidro com desenhos geométricos e acabamento na cor branco fosco. Portanto, pelos indícios observados quanto ao detalhamento das portas citadas, e pela outrora existência de um alpendre independente que dava acesso a este cômodo, nos parece muito evidente a sua utilização como acesso principal do casarão antes de a família Barretto adquirir a propriedade no início da década de 1920.

Ao pesquisar exemplares de fazendas do Sul de Minas Gerais, Cruz (2010, p. 99-100) encontrou casas rurais que possuíam um cômodo exclusivo para as imagens religiosas, comumente chamado naquela região de ermida[30]. O autor também encontrou propriedades que não contavam com um local destinado somente a esta função, em contrapartida sempre havia oratórios – que podiam ser embutidos em nichos, em armários ou em peças móveis –, retábulos[31], altares, imagens de santos e outros elementos ligados à prática da fé, tal como era comum a realização de missas no meio rural, pois, em geral, as cidades localizavam-se a uma distância considerável e, dessa maneira, os padres dirigiam-se até as fazendas para atender a demanda religiosa dessas populações. Por outro lado, ainda que Benincasa (2003, p. 136-137 e 165-177) tenha encontrado fazendas na região dos Campos de Araraquara que possuíam capelas externas, estas últimas não se fizeram tão frequentes como em outras localidades paulistas. Assim, o autor constatou que "foi mais comum, na região, a ocorrência de oratórios ou quartos de santos para uma prática religiosa particular, a exemplo das casas rurais mineiras".

Deste modo, verificamos que a fazenda Glória é mais um exemplar de arquitetura rural da região de Araraquara que não chegou a possuir uma capela externa; não obstante, os proprietários resolveram esta ausência ao instalar o oratório no hall do casarão. De acordo com Barretto (2019), a peça está na família há gerações e continha um número maior de imagens sacras, mas algumas delas foram divididas entre herdeiros. Além deste cômodo privativo para as orações, identificamos que a família proprietária da fazenda Glória realizava festas em homenagem a santos católicos – especialmente para Santo Antônio, São João e São Pedro –, ocasiões em que todos os funcionários eram convidados a participar das comemorações. Era igualmente comum que padres fossem trazidos para rezar missas e participar de jantares mais reservados à família, organizados por D. Lydionette Barretto, ressaltando que, dentre os membros da família, era ela

30 Segundo explicação de Cruz (2010, p. 99-100), a origem etimológica da palavra denota, resumidamente, local isolado e distante, portanto, o termo não deveria ser empregado para designar um lugar de reza dentro da casa, porém, por metonímia, o termo é usado no Sul de Minas Gerais. Para mais informações sobre o assunto ver: Cruz (2010).

31 Por "retábulo" entende-se toda construção de talha da madeira ou de pedra lavrada, que guarnece uma parede em que se encosta um altar, o qual pode ter nichos e locais para colocar imagens ou caixilhos para quadros (CORONA & LEMOS, 2017, p. 409).

quem mais assiduamente frequentava igrejas e entidades de beneficência da cidade de Taquaritinga.

> Dizem que ele [o oratório] está na família há mais de 400 anos, e que ele veio lá de Sergipe. Havia mais imagens, mas a gente dividiu e meu irmão ficou com duas. Quando os padres iam para lá rezar missa, por exemplo, o Padre Cavalini, quando não era no pomar e era mais reservado à família, ficávamos dentro da casa em frente ao oratório. Eles também iam benzer a casa, jantar lá... Minha mãe era muito assídua, católica praticante. [...]. Ela ajudou muito as igrejas de Taquaritinga, [...] foi presidente do S.O.S, que cuidava dos pobres, dava roupas [...] (BARRETTO, 2019).

> Festa junina, sempre tinha, né? A gente [...] levantava o mastro, o coral da igreja ia até lá... uma vez foi até com charrete. Eu de solteira, sempre rezei terço aqui na Vila, então lá na fazenda eles queriam que rezassem três terços: um para Santo Antônio, outro para São João e mais um para São Pedro. [...] acho que eram pessoas que tinham algum tipo de promessa lá na fazenda, sabe? Costumava ser assim [...] (SANCHES, 2019b).

> As festas juninas que [...] os patrões davam, era uma coisa maravilhosa e não era só pra eles, viu? Era uma festa geral, pra todos da fazenda. [...] eles faziam uma fogueira [...] em frente à casa do Ricardo, [...]. Ali vinham amigos deles, gente de fora. Era muita gente, ficávamos lá no meio da estradinha e também um pouco no terreiro [...] a criançada, aquele povão, tudo brincando no terreirão. Vinha o pessoal das colônias também. [...] Era bonito porque até a minha avó [D. Angelina Garcia Rodrigues], [...] no dia de São João, rezava o terço, tal (SANCHES, 2019a).

Figura 135a-d
Fotografias antigas, sem data, que mostram momentos em que eram realizadas festas juninas e missas na fazenda. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1930 e 1970?]).







Com o intuito de saber mais sobre o oratório, enviamos algumas fotografias a Mateus Rosada (2020)[32] que nos forneceu valiosas informações. Ele nos disse, na verdade, que são duas peças



32 O Prof. Dr. Mateus Rosada é integrante do grupo de pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios e professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui experiência sobre arquitetura e ornamentação de igrejas paulistas, uma vez que pesquisou e defendeu sua tese de doutorado sobre o assunto. Para mais informações sobre sua pesquisa ver: Rosada (2016).

de períodos distintos, isto é, o oratório propriamente dito, é de estilo neoclássico e datado entre meados ao final do século XIX, já a cômoda, na qual está apoiado, tem um tampo de mármore e por esta razão pode ter sido confeccionada no início do século XX. De acordo com Rosada (2020), o estilo "[...] neoclássico se divide, em mobiliário [...] em duas fases: Dona Maria I e Dom João VI. Esses [...] ocorreram, em Portugal, durante o reinado de cada um deles, mas aqui no Brasil chegam anos depois", sendo que "o estilo Maria I usa mais fitas e flores e menos arquitetura" enquanto que "o estilo João VI é o contrário: mais sóbrio e com uso maior de colunas e frontões", dessa forma "o oratório [da fazenda Glória] é, portanto, estilo Da. Maria I", possível de ser identificado através dos "[...] ramos e fitas do coroamento: o movimento predominante é para baixo. Nos estilos anteriores, barroco e rococó, o movimento era ascendente: esses mesmos ramos estariam brotando da base e subindo". Rosada (2020) também observou as cores e tintas utilizadas na peça, pois "era comum essa paleta clara, esse fundo branco-gelo, o marmorizado colorido da moldura e esses degradês sutis das ramagens e das fitas", entretanto, alerta que o oratório "foi muito provavelmente repintado, pelo menos nas portas. Elas têm descascados mostrando que já foram amarelas", ao passo que "o coroamento e a moldura da boca do oratório podem ainda estar nas cores originais, mas só uma prospecção daria certeza". Sobre as imagens remanescentes em seu interior, ele aponta que "as três [...] principais (Santa Rita, o Cristo Crucificado – ou Senhor do Bonfim – e a Santa Luzia) são do século XIX", facilmente identificáveis "[...] pelo movimento contido (no barroco e no rococó era muito mais movimentado) e pelo tratamento da pintura: o uso de cores vivas e, principalmente, os desenhos florais dourados supergrandes que os santinhos têm".



Figura 136
Oratório do quarto de santos do casarão.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

De acordo com o que foi apontado por Rosada (2020), consideramos muito possível que o oratório tenha pertencido a antepassados da família Barretto, conforme dito nas entrevistas, uma vez que a parte mais antiga é datada entre meados ao final do século XIX; tal como é plausível que este tenha sido trazido de Sergipe, pois alguns membros da família deixaram a região por volta da mesma época em que a parte mais antiga do objeto foi feito. O importante é que a peça tem valor inestimável para a família, encontra-se em bom estado de conservação, é um precioso remanescente do patrimônio religioso que está sendo preservado e, certamente, será entregue da melhor maneira possível às gerações futuras.

Além do oratório, no quarto de santos existem outros móveis, como: uma chapeleira de madeira com espelho, prateleira para colocar calçados e ganchos para pendurar roupas, guarda-chuvas, entre outras peças de vestuário ou objetos; outra cristaleira, mais simples que aquela da sala de visitas, utilizada para guardar objetos antigos, de pouca utilidade nos dias de hoje, como partes em metal de lamparinas a querosene, livros antigos, lâmpadas etc. Ainda é possível encontrar neste quarto de santos alguns objetos muito interessantes que podiam fazer parte da composição de outros ambientes do casarão no passado, como um banco de três lugares e uma cadeira de balanço para crianças, ambos de estilo Thonet, e uma pequena escrivaninha em madeira, que serve de apoio para uma máquina de escrever da marca Remington e um rádio RCA Victor.

Figura 137
Vista geral do mobiliário do quarto de santos. Fonte: Acervo do Autor (2020).






Conforme mencionamos anteriormente, o setor íntimo do casarão é composto pelos dormitórios da família proprietária, pela sala de jantar e pelo banheiro. Os três quartos existentes podiam ser acessados pelo quarto de santos, pela sala de visitas e pelo corredor de acesso aos quartos de hóspedes, respectivamente. Segundo Barretto (2019), "o quarto do lado direito era dos meus avós [Lucino e D. Antônia Barretto], mas ninguém dormia lá depois que eles faleceram. O quarto do meio era dos meus pais [Alfredo e D.

Lydionette Barretto], e eu e meus irmãos [Alfredo Eduardo e Lucino Roberto Barretto] dormíamos logo ao lado, porque a gente era pequeno". Assim como o setor social, os dormitórios da família sempre possuíram piso com tábuas de madeira. O forro também é do mesmo tipo dos outros ambientes.

Encontramos, nos dormitórios citados, uma ocorrência maior de móveis mais antigos. No quarto outrora utilizado por Lucino e D. Antônia Barretto há um guarda-roupas de duas portas, uma cama de casal, dois criados mudos e uma cômoda que também pode ser usada como penteadeira, uma vez que possui espelho na parte de cima, todos feitos em madeira e decorados com entalhes geométricos e recurvos, sendo que as duas últimas peças contam com tampo em mármore do mesmo estilo e mesma cor daquela que está colocada como apoio do oratório – certamente é um forte indício de que foram adquiridas na mesma época. O dormitório que era usado por Alfredo e D. Lydionette Barretto possui uma cama menor, dois criados mudos pequenos, uma cômoda, um guarda-roupa individual e outro com três portas, porém, apresentam um aspecto mais simples, ainda que seja o mesmo tipo de madeira do quarto de Lucino e D. Antônia Barretto. Já no dormitório de Luiz Ricardo Barretto e seus irmãos, encontram-se duas camas de solteiro, um criado mudo e uma cômoda, todos em madeira, mas o estilo diverge dos demais móveis – talvez por terem sido adquiridos mais recentemente em comparação com os dos outros quartos.



Figura 138
Imagens internas e do mobiliário dos dormitórios da família proprietária (quarto de Lucino e D. Antônia Barretto, o de Alfredo e Lydionette Barretto e o de Alfredo Eduardo, Lucino Roberto e Luiz Ricardo Barretto). Fonte: Acervo do Autor (2020).

Com relação à sala de jantar, de acordo com Barretto (2019), era onde sua família fazia a maioria das refeições diárias. Identificamos, através de seu relato, que o padrão de utilização deste cômodo por parte de sua família era alterado somente quando convidados e pessoas pouco conhecidas eram recebidas, pois, neste caso, o acesso à residência se dava exclusivamente pela entrada principal e as refeições eram servidas na sala de visitas – no setor social –, ao passo que, se os convidados fossem mais conhecidos, podiam fazer uso da porta da cozinha para se acomodarem na sala de jantar,

como de costume. Interessante é notar, porém, que a utilização da sala de jantar variava de acordo com o grau de formalidade e proximidade entre os proprietários e seus visitantes.

> Os cômodos da casa não mudaram nada, tenho certeza. [...] A gente sempre comeu na sala de jantar, ao lado da cozinha. Na da frente, que chamávamos de sala de visitas, era só para quando alguém vinha visitar. A visita que chegava, a gente recebia dentro de casa. Se a visita era mais conhecida, podia entrar pela porta do fundo, da cozinha. Mas se fosse um pessoal mais sem muito contato, era pela frente [...] (BARRETTO, 2019).

Além disso, percebemos que este local em que Barretto (2019) e sua família chamavam de sala de jantar é, na verdade, uma copa. Lemos (1978, p. 132-134), ao analisar modificações que ocorriam nas casas paulistanas da década de 1880 em diante, verificou que além do gradual desuso da palavra "varanda"[33] para se referir ao cômodo de refeições, surgiu a "copa", que até então designava o local que continha um grande armário para armazenamento de utensílios e guarnições de mesa. De acordo com o autor, essa copa é derivada de uma sala que antecedia a cozinha e tornou-se passagem obrigatória para quem viesse da varanda em direção ao setor de serviços, entretanto, passou a assumir a feição de uma pequena sala de refeições[34]. Ainda segundo o autor (1978, p. 150-151), a copa sempre foi locada dentro das casas paulistanas, depois paulistas, anexada à cozinha e configura-se como a "versão moderna" da antiga varanda, da mesma forma, com o passar do tempo, passou a servir como uma área social e de estar dentro das casas.

Enfim, segundo Barretto (2019), a sala de jantar também possuía piso de madeira, todavia, quando foi trocado o piso da cozinha, sua família aproveitou para substituir o daquele cômodo e do corredor: "na cozinha já era piso, mas era outro. Daí a gente trocou [...] e aproveitamos para tirar também as tábuas de madeira do corredor que vai para a cozinha, e colocamos o mesmo piso. É porque começou a estragar o chão, por isso trocamos". Este novo revestimento é o mesmo utilizado na reforma do alpendre na década de 1970, lajotas cerâmicas, o que pode indicar que o piso destes ambientes tenha sido alterado por volta do mesmo período. Quanto ao mobiliário da sala de jantar, verificamos que há uma mesa com quatro cadeiras cuja feição indica que fora adquirida mais recentemente, e dois *buffets* antigos de madeira, um deles tem quatro gavetas e portas com desenhos florais,

33 No Brasil, a palavra "varanda" pode ter significados quase sempre relacionados com locais de estar das residências. Mas, geralmente, designa um alpendre grande onde as refeições eram feitas e onde se passava o dia, principalmente nas casas mais antigas (CORONA & LEMOS, 2017, p. 468).

34 De acordo com Lemos (1978, p. 149-150), a copa tem origem erudita e foi copiada de projetos de arquitetos a serviço das elites. Dessa forma, a copa da casa de classe média/baixa foi inspirada na do palacete, pois, enquanto na casa da Avenida Paulista a copa era o lugar da "copeira" lavar os utensílios de mesa das refeições, da pajem preparar o alimento de recém-nascidos, da proprietária elaborar doces, e servia como área que isolava a família da cozinheira, na das residências mais modestas a copa igualmente serviu de local para refeições. Dessa maneira, surgiu mais uma zona de estar na casa paulista, ao passo que a velha varanda, inclusive o uso da palavra, foi desaparecendo e firmando-se a expressão "sala de jantar". Para mais informações ver Lemos (1978).

tampo de mármore, prateleiras e fundo com espelho bisotado, e outro mais simples, com três portas, gavetas e prateleiras, com um entrelaçado de madeira ao fundo – ambos os móveis contêm objetos de decoração de porcelana, vidro e/ou cobre.

O único banheiro do casarão completa o setor íntimo. Segundo Barretto (2019), este cômodo sempre existiu, contudo, pequenos lavatórios de porcelana inglesa[35] foram colocados nos dormitórios e no corredor que dá acesso aos quartos de hóspedes e demais ambientes por seu avô, Lucino Barretto. Todas estas instalações possuem esgotamento sanitário e são abastecidas por água encanada quente e fria. O aquecimento da água, assim como ocorria na casa do administrador, era obtido através de um sistema de aquecimento por serpentina de cobre instalada no fogão a lenha da cozinha. Depois de aquecida, a água era armazenada em uma pequena caixa d'água para ser posteriormente utilizada.



Figura 139
Imagens internas e mobiliário da sala de jantar.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

> O banheiro era apenas aquele que tem lá hoje. [...] tinha as pias nos quartos, que são da época do meu avô. [...] [que] comprou as louças em Santos, são importadas, porque na época não tinha, né? O fogão [...] levava a água quente para o banheiro, porque tem uma caixa d'água em cima [...]. Tem uns canos [serpentinas] dentro do fogão [...] e a água que a gente tomava banho era quente por causa disso, né? Tomei tanto banho assim... (BARRETTO, 2019).

O revestimento do piso do banheiro, provavelmente original, é formado por um padrão de cor marrom com pequenos detalhes em branco e preto. É possível que este mesmo tipo de revestimento tenha sido utilizado na cozinha na época em que o casarão foi construído, uma vez que, conforme constatamos, Barretto (2019) declara que a cozinha possuía outro piso antes de receber as lajotas cerâmicas. É importante destacar que o banheiro possui: azulejos brancos até a metade da altura de suas paredes, arrematados por uma faixa do mesmo material na cor marrom; vaso sanitário de louça, de

35 Através da Figura 141 verificamos que, ao menos parte dos lavatórios, foram confeccionados por Twyfords Ltd., da Inglaterra, e comercializados por Hugo Heise & Co. de São Paulo e Santos.

modelo mais recente, mas que ainda é acionado por caixa de descarga[36]; bidê[37] e banheira, ambos de porcelana e com torneiras de metal, já mais antigos, e chuveiro elétrico – itens de conforto que não se repetem nas outras edificações da fazenda.



Figura 140
Imagens internas do banheiro e suas instalações. Fonte: Acervo do Autor (2020).



Figura 141
Lavatórios de porcelana que foram instalados nos dormitórios e no corredor. Fonte: Acervo do Autor (2020).

Quanto às esquadrias do setor íntimo, tanto as portas quanto janelas são praticamente do mesmo padrão das do setor social. Entretanto, tal como existem diferenças quanto ao revestimento do piso – até por serem cômodos com funções e usos distintos – as janelas da sala de jantar e do banheiro são diferentes das utilizadas nos demais ambientes da casa. As da sala de jantar foram feitas de madeira e possuem componentes de fechamento e dobradiças em metal, porém, são de tamanhos variáveis e não contam com venezianas na parte de fora, somente guilhotinas envidraçadas e escuros internos. Nas do banheiro também há variações: uma delas tem guilhotina de madeira com vidro texturizado e uma folha de escuro, por sua vez, a outra janela é fixa, ou seja, não pode ser aberta, com painel de vidro e caixilhos de madeira, e possui grades externas em metal – é possível que tenha sido instalada para garantir a iluminação, mais do que a ventilação.

E o setor de serviços do casarão é representado apenas pela cozinha, uma vez que não existem outros cômodos dentro dessa classificação na casa, como seriam as despensas, os puxados etc. Localizada na parte posterior do

36 Por "caixa de descarga" entende-se como um depósito de água que fica instalado junto aos vasos sanitários, para proporcionarem sua lavagem através de um mecanismo, acionado manualmente, para abertura da válvula. Pode ser confeccionado em ferro fundido, que é posteriormente pintado, ou em louça ou esmaltado (CORONA & LEMOS, 2017, p. 95).

37 "Bidê" é um aparelho sanitário geralmente presente em banheiros e é destinado à lavagem de partes íntimas dos usuários. Pode ser confeccionado em ferro fundido esmaltado ou louça vitrificada (CORONA & LEMOS, 2017, p. 77).

casarão, segundo Barretto (2019), era o local em que sua mãe, D. Lydionette Barretto, cozinhava assados e doces no dia a dia e também quando alguns familiares vinham à fazenda, e ainda, conforme relembra Barretto (2019), nos encontros que seus pais organizavam entre amigos e proprietários das redondezas – fazendas Diamantina, Santa Maria, Contendas etc. –, sobretudo nos finais de semana, momento que podiam se reunir e conversar sobre a lavoura, a economia e assuntos diversos.



Figura 142
Detalhes das esquadrias do setor íntimo (dormitórios, sala de jantar e banheiro).
Fonte: Acervo do Autor (2020).

> Minha mãe cozinhava muito bem, torrava café naqueles torradores a lenha, depois punha no chão para secar [...] era cozinheira de primeira. Fazia todos os doces que você imaginar, ela e a dona Julinha da [fazenda] Paraguaçu [...] eram as duas melhores cozinheiras [...], faziam [...] aquela muçarela em nozinho, sabe? Minha mãe [...] fazia qualquer tipo de doce antigo [...] comida nortista, que a família veio lá de Sergipe, daí meu pai gostava muito [...] cuscuz, farinhas [...] fazia todos os doces que você imaginar, os mais difíceis. Era doce de cidra, de mamão, de laranja, [...] goia-

bada [...]. Fazíamos almoços de fim de semana [...], vira e mexe ia um pessoal lá. Eram famílias tradicionais, os Benjamin da fazenda Diamantina, o Gastão da Santa Maria [...], o Sr. Ernesto Salvagni e a esposa dele, lá da Contendas [...]. Eles tinham muito relacionamento, se davam muito bem sabe? Era mais entre os produtores rurais, sabe? Tinha esse intercâmbio, que eles falavam. [...] Era legal, outra vida... o cara saía daqui para passar o dia lá, daí na outra semana seguinte ia em outra propriedade visitar, você entendeu? Era gostoso... (BARRETTO, 2019).

Figura 143
Fotografias antigas, sem data, que mostram o casal Alfredo Barretto (roupa clara e braços cruzados) e D. Lydionette Barretto (roupa listrada, aos fundos) acompanhando visitas no alpendre do casarão e em frente ao terreiro. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).





Com relação ao tipo de piso e de forro utilizado na cozinha, podemos dizer que tudo se mantém do modo em que foram instalados no momento da reforma realizada nos anos de 1970, como dito anteriormente. As portas da cozinha, tanto a que dá acesso à sala de jantar, quanto a que faz a comunicação exterior nos fundos do casarão, constatamos que são em madeira, folhas duplas lisas e arrematadas por bandeiras envidraçadas. Somente a porta dos fundos é que tem aquela característica tão comum em casas rurais, especialmente nos tempos passados, a meia porta para impedir a entrada de animais dentro da casa e a saída de crianças. A única janela do cômodo é semelhante a que foi colocada na sala de jantar: feita em madeira com vergas retas, escuros duplos internos e guilhotina na parte externa.

Figura 144
Detalhes das esquadrias da cozinha (porta de acesso à sala de jantar, porta e meia porta para acesso externo e a única janela do ambiente). Fonte: Acervo do Autor (2020).









Igualmente ao banheiro, a cozinha conta com instalações próprias, como o fogão e forno a lenha, e um balcão com duas cubas. O fogão e o forno fo-

ram feitos em alvenaria de tijolos, revestidos com o mesmo tipo de azulejo branco do banheiro, têm portas de ferro fundido pintadas em azul e tubulação externa para o escoamento da fumaça – é um dos maiores e de melhor acabamento que encontramos em toda a fazenda. O balcão de granilite é extenso, dispõe de duas cubas grandes de ferro fundido – ao que tudo indica, foi instalado na reforma da década de 1970 – e tem armários de madeira para guardar os utensílios. Estas comodidades constatadas na cozinha são mais uma indicação de que, outrora, a casa teve mais moradores e recebia muitos convidados.

Na cozinha do casarão, além do forno a lenha e da pia citada, existem um armário de madeira com recortes de vidro nas portas e prateleiras internas, de acabamento mais simples em comparação com os móveis dos demais ambientes, utilizado para guardar utensílios de cozinha; e uma mesa de formato oval com tampo de mármore e cadeiras de placas de compensado, mais recentes. Enfim, o mobiliário da cozinha confirma o que ocorre em praticamente todos os cômodos da casa: há uma grande mistura de itens antigos com outros adquiridos posteriormente. Contudo, ainda que algumas peças tenham sido retiradas do casarão, é possível encontrar interessantes remanescentes, que contribuem para reconstituir, ao menos em parte, como se dava a composição interna dos cômodos.

Figura 145
Imagens internas e do mobiliário da cozinha. Fonte: Acervo do Autor (2020





Enfim, de um modo geral, o casarão foi muito bem construído, possui melhor acabamento em comparação com outras edificações da propriedade e encontra-se em bom estado de conservação, apesar de atualmente ser pouco utilizado pelos herdeiros. É verdade que seu aspecto geral é bastante simples, singelo até, principalmente após vários elementos compositivos terem sido retirados na reforma dos anos 1970. Ademais, diferentemente de casarões do período cafeeiro, inclusive os da região de Araraquara, a morada principal da fazenda Glória não chegou a ter pinturas parietais, por exemplo, de paisagens bucólicas, temas voltados ao café e/ou que remetessem as grandes cidades do Brasil e da Europa, como de costume no meio rural do período. Nesta casa, o acabamento e as cores utilizadas nas paredes e esquadrias são as mesmas das que encontramos em outros edifícios de toda a propriedade: a alvenaria é rebocada e pintada na cor branca. As portas e ja-









Figura 146
Detalhes das instalações da cozinha (fogão à lenha, pia e tubulação externa para escoamento da fumaça)". Fonte: Acervo do Autor (2020)

nelas, por sua vez, são azuis do lado de fora e da mesma cor, ou em um tom cinza claro, na parte interna.

Ademais, o conforto e a comodidade propiciados pela energia elétrica demoraram a fazer parte do cotidiano do casarão. Verificamos que Luiz Ricardo Barretto (2019), que nasceu no ano de 1955, lembra com clareza de ter passado sua infância à luz de lamparinas e dos utensílios domésticos alimentados a querosene. Barretto (2019) lembra também que alguns alimentos eram colocados em gordura animal para evitar que estragassem, pois, "não tinha luz, né? Fomos criados no lampião e na geladeira a querosene e minha mãe cozinhava e colocava as coisas na banha, para guardar sabe?". Ele ainda acrescenta que seu pai, Alfredo Barretto, sempre fazia a manutenção das lamparinas e demais utensílios aos sábados para que pudessem serem utilizados ao longo da próxima semana.

> De tarde a gente acendia os lampiões, às 18h, era engraçado porque não tinha energia [elétrica] na época. De fim de semana meu pai tirava o sábado para limpar os lampiões, a geladeira, trocar o pavio, encher de querosene, que dava para a semana inteira... (BARRETTO, 2019).

Constatamos, ainda, através do relato de Antônio Carlos Sanches (2018a), ex-morador e funcionário da fazenda Glória, que na década de 1960 em diante o casarão passou a ter iluminação e aparelhos alimentados a gás, até mesmo uma televisão, o que marcou significativamente sua infância, pois tais inovações eram inexistentes em qualquer outro lugar da fazenda.

> [...] Era uma coisa chique aquilo lá, viu? A minha tenra infância foi olhar para aquilo ali... foi muito bom. Eles fizeram bonito ali. Tinha a casa deles, a casa da sede era uma maravilha... Porque, num lugar onde não tinha energia elétrica e a gente vivia com lamparina, eles tinham já iluminação a gás, geladeira a gás, tinham televisão... na década de 1960! Então, você olhava ali de baixo, onde a gente estava, para a sede e via aquela luz... era uma coisa forte, uma coisa muito bonita de se ver (SANCHES, 2018a).

Apesar do deslumbramento manifestado por Sanches (2018a) em relação ao conforto que a energia a gás permitiu aos moradores do casarão e independente de quando a energia elétrica tenha chegado à propriedade, as instalações são modestas, sobretudo se compararmos com exemplares mais sofisticados do ciclo cafeeiro paulista, conforme já comentado anteriormente. As luminárias de melhor acabamento são as do alpendre – quatro pequenas luminárias de metal, fechadas com vidro e penduradas por pequenas correntes. Na sala de jantar e na sala de visitas há outras do mesmo desenho, um lustre e duas arandelas colocadas na parede entre a sala de visitas e a saleta. No mais, a edificação não tem nenhum componente de iluminação mais requintado, como comumente existia nas casas de fazenda de outrora. As demais ligações elétricas da casa que saem de diversos pontos do forro são simples soquetes de plástico com as lâmpadas, ligadas a interruptores com fiação exposta e/ou acomodada dentro de canaletas de plástico. Encontramos em um dos depósitos aos fundos do casarão alguns abajures, de aspecto bem mais refinado, que podem ter sido utilizados no casarão, mesmo assim não é possível afirmar com certeza, apenas apontar para a possibilidade.

No entorno do casarão há um jardim cercado com espécies vegetais diversas, caminhos e áreas de estar de utilização exclusiva dos proprietários. Esse jardim fronteiro tem a forma de um "L" que se estende por toda a fachada frontal e se prolonga em um dos lados, de modo a incluir uma das fachadas laterais, conforme mostra a **Figura 147**. Atualmente, neste jardim há apenas partes gramadas, alguns coqueiros e plantas pequenas, algumas placas de cimento no chão, definindo caminhos de circulação interna. Está delimitado por um cercado feito com ripas de madeira pintadas de azul e fixadas sobre uma base de tijolos.

Segundo Benincasa (2003, p. 240), a existência do chamado "jardim fronteiro" nas proximidades do casarão era muito comum nas fazendas de café e utilizado por adultos para refrescarem-se em momentos de calor e por crianças para brincarem, mas, sobretudo, por mulheres, pois era onde podiam cultivar folhagens diversas, árvores ornamentais nacionais e/ou exóticas e flores para enfeitar e perfumar o casarão. Além disso, os jardins configuravam-se como um primeiro estágio de privacidade da família proprietária, pois eram praticamente o limite físico entre o ambiente doméstico, privado,



Figura 147
Vista geral do jardim do casarão. Fonte: Acervo do Autor (2020).

do cotidiano empoeirado e agitado das áreas destinadas ao trabalho. Assim, ainda de acordo com o autor, estes espaços foram sendo modificados devido às ideias higienistas e passaram a ser mais valorizados ao final do século XIX, "[...] mais bem planejados, ganharam área maior, com canteiros geométricos, delimitados por tijolos em espelho, surgindo também os lagos com repuxos, que umidificavam o ar. Sem falar no cultivo das plantas exóticas, trazidas das mais diversas partes do mundo [...]".

De acordo com as entrevistas, o jardim fronteiro do casarão da fazenda Glória tinha sua área delimitada por uma vegetação que, quando crescia, formava um tipo de "cerca-viva" ao longo do cercado de madeira. Na entrevista com Barretto (2019), perguntamos a respeito da feição e de como este espaço era utilizado, momento em que ele se lembrou de detalhes sobre as espécies de plantas existentes, as horas do dia e os momentos em que o jardim

era frequentado, sobretudo o apreço que sua mãe, D. Lydionette Barretto, tinha com o local, que funcionava como uma verdadeira extensão do espaço doméstico de sua casa. O espaço externo, assim como ocorria com as famílias que ocupavam as casas de colônia, também era muito aproveitado para a realização de brincadeiras e momentos lúdicos com as crianças, por exemplo, na Páscoa, quando a fazendeira escondia os ovos de chocolate para que seus filhos pudessem encontrá-los.



Figura 148
Fotografia antiga, sem data, que mostra o casarão e a vegetação do jardim.
Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1970 e 1980?]).”



Figura 149
Pedro Sanches Garcia (de pé, usando chapéu) e Alfredo Barretto (de pé, junto ao veículo) em frente ao jardim frontei-ro do casarão.
Fonte: Acervo da família Sanches (1976).

> Os jardins eram todos cercados com primavera, uma planta bonita. Tinha também umas plantinhas, que chamava bucho, né? A gente tinha como se fosse uma araucária na frente, você vê, tinha muito disso no Sul, né? Minha mãe cuidava muito desse jardim. Inclusive, na época da Páscoa ela escondia os ovos lá, sabe? O jardim era muito bonito... Do lado [direito], no lugar mais alto, tinha um local com umas mesas onde a gente tomava lanche a tarde, sabe?. Mas era mais para a família, os funcionários não entravam (BARRETTO, 2019).









Figura 150a-d
Fotografias antigas, sem data, mostrando a utilização do jardim pela família proprietária.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1950 e 1960?]).

Em outro relato oral, Sanches (2018a) também nos contou detalhes de como se dava a manutenção do jardim e a beleza que este possuía; lembra, por outro lado, o quão reservado era seu acesso, assim como o do casarão, uma vez que a cozinha era o limite que ele chegou a conhecer ao longo dos anos em que ele viveu e trabalhou na fazenda. Segundo ele, isso era devido ao respeito que os funcionários tinham pelos patrões – isto é, quem detinha o controle de tudo e de todos dentro da propriedade e o exercia, mesmo que de maneira sutil e simbólica, pelo porte e localização privilegiada do casarão, como vimos anteriormente – e foi somente mais recentemente, em uma visita, que ele foi convidado por Luiz Ricardo Barretto a conhecer o espaço interno do casarão.

> Aquilo ali [jardim], que hoje é meio aberto, mas, antigamente, tinha o muro, mas tinha muito dessa flor que tem espinho... tinha primavera! Dentro tinha uns lugares onde você passava que tinha aquela vegetação própria pra modelar as passagens [...]. Então de fora você não via dentro, [...] não sabia muito o que se passava na casa. [...] O que eu sei é que aquilo era muito fechado, tinha uma vegetação densa. [...] Quem podava as primaveras, que era muito bonito na época, era o Sr. Vicente Cedroni. Ele era tratorista, mas o Sr. Alfredo e a D. Nette [Lydionette Barretto] tiravam ele alguns dias, porque ele era muito caprichoso e um ótimo jardineiro. A gente também não ia muito lá, porque era a casa do patrão, né? Tínhamos respeito. Você já entrou lá dentro da casa do Ricardo? Você já viu a mobília que tem ali? Tem coisas muito bonitas [...]. Eu fiquei conhecendo [o casarão] depois, bem mais recente, quando a gente estava acompanhando um dos funcionários e ele nos chamou para conhecer. Aí eu conheci a casa e fiquei maravilhado... porque o máximo que eu entrava, quando eu era menino, era na cozinha. Porque tinha o Lezão [Luiz Carlos Gomes da Rocha] e o Pistica, [Antônio Carlos Gomes da Rocha], que eram os filhos da empregada [D. Nalita], [...] quase da mesma idade que a minha, então a gente brincava... mas não passava da cozinha! (SANCHES, 2018a).

Curioso é notar que este afastamento de cotidianos registrado pela fala de Sanches (2018a) – em que os funcionários tinham acesso restrito aos ambientes internos do casarão e, até mesmo, aos jardins, sendo chamados somente para fazer manutenção nas plantas – pode ter influído no imaginário coletivo dos trabalhadores, pois, sem poderem desconstruir pessoalmente o que ouviam de seus pares, passaram a crer e espalhar boatos de teor sobrenatural. Conforme relatado pelo entrevistado, alguns funcionários acreditavam que o casarão era mal-assombrado, especialmente devido à vegetação do jardim e à sombra projetada da casa, além da suposição que outrora havia dinheiro enterrado no local.

> [...] Até vou falar uma coisa que é engraçada..., mas a casa [casarão] tinha fama de mal-assombrada. É sério. Desculpa aí Ricardo [Luiz Ricardo Barretto]! Por causa daquela vegetação densa, aquele

> jardim antigo. O pessoal tinha medo. Eu, por exemplo, morria de medo até de passar perto! Dizem até que [...] era mal-assombrada porque [...] tinham enterrado dinheiro ali, no jardim, sabe? Era umas conversas que tinham... tudo besteira, né? Mas, é o que ficou rolando lá, um folclore (SANCHES, 2018a).

Outro ex-funcionário, Lima Filho (2020), relatou o mesmo em relação ao assunto mesmo após ter retornado mais recentemente à fazenda Glória para trabalhar e ter sido, temporariamente, hospedado no casarão – pelo fato de os atuais herdeiros utilizarem muito pouco a edificação. Para ele, não só o sombreamento gerado pela vegetação contribuía para corroborar com os boatos que ouviu, mas também pelo barulho gerado pelo assoalho de madeira ao caminhar sobre ele, existente em boa parte dos cômodos da edificação, o que cooperava para gerar certo desconforto para ele e seus familiares que estavam acostumados com chão de terra batida, quando moravam em uma das casas de colônia, ou com revestimento cerâmico/cimentado das residências que ocuparam na cidade.

> Você sabe que [...] eu fui morar de novo na [fazenda] Glória com minha família, né? Aí, primeiro, eu morei no casarão. Vixi... dava um medo! O pessoal fala até hoje que era mal-assombrado... Porque era de madeira, né? E pra você levantar de noite, fazia um barulho danado [...]. Era muito escuro lá, porque o jardim do casarão era todo fechado com primavera [...] (LIMA FILHO, 2020).

Notamos essa particularidade na fala dos entrevistados e respeitamos a vivência de todos os que frequentaram a fazenda Glória no passado, porém, consideramos que o surgimento destes contos se deve menos a fatos isolados – que podem ou não terem ocorrido – e mais devido à separação de cotidianos entre patrões e empregados. Essa hierarquização e segmentação dos espaços, aliás, muito frequentemente existiu nas propriedades rurais cafeeiras, inclusive as da região de Araraquara. Podemos citar, por exemplo, Oliveira (2008, p. 65-69), em sua análise sobre a fazenda São Roberto, de Ibaté, através dos relatos orais de funcionários, em que a moradia principal não era acessível aos trabalhadores, não só pela existência de um muro divisório, mas, igualmente, porque o patrão, José Franco de Camargo, somente permitia o acesso de pessoas mediante convite; uma regra que fora colocada de forma tão explícita por ele – e de forma implícita pela implantação e pelo porte de sua edificação, que lembrava a todos de onde vinha o poder mesmo quando ele e sua família estivessem ausentes. E, assim, seus funcionários "respeitavam" à risca o que fora previamente imposto pelo patrão.

Como identificado por Oliveira (2008) e em tantos outros exemplos que poderiam ser incansavelmente elencados, verificamos que na fazenda Glória o mesmo ocorria – ainda que de forma mais implícita. Através dos relatos orais, notamos que não somente a massa trabalhadora era impedida de acessar o casarão e demais espaços de uso privado de seus patrões, mas também

o fiscal e o administrador. Parte dos entrevistados comentou que aqueles que eventualmente se dirigissem até a morada principal para conversar com Alfredo Barretto e/ou com D. Lydionette Barretto, dificilmente acessavam os ambientes internos da edificação, e quando o faziam não passavam da cozinha, outros, para nossa surpresa, nunca haviam sequer estado neste ambiente; a única exceção a essa regra era, como comentamos anteriormente, foi o caso de D. Nalita que, por ter sido a única funcionária que cuidava dos afazeres domésticos e dos filhos dos patrões, residia em um dos cômodos do casarão e era autorizada a circular livremente pelos ambientes internos e pelos espaços externos, como jardim, lavanderia etc.

Outra área externa existente nas proximidades do casarão é o pomar. Segundo Benincasa (2003, p. 242-244), juntamente com o jardim fronteiro era outro local de acesso restrito à família proprietária e podia conter, além das árvores frutíferas, um poço ou tanque para armazenamento de água, uma horta, criação de animais. Era também, como os jardins, separado por muros ou cercas para evitar que funcionários ou estranhos acessassem o local. De acordo com autor, o pomar "[...] na verdade, era uma espécie de bosque particular da família e, em muitos deles, construíram-se verdadeiras alamedas com bancos, onde a família e convidados passavam momentos de lazer [...]", e constituía-se, juntamente com os jardins, como um "invólucro" separador do cotidiano dos patrões daquele dos trabalhadores. Benincasa ainda salienta que se os espaços de beneficiamento na fazenda cafeeira eram ocupados, predominantemente, por integrantes do sexo masculino, nos quintais e pomares eram as mulheres que conduziam os serviços da jardinagem, da lavagem de roupas, fruticultura etc.





Figura 151
Vistas do pomar atualmente. Fonte: Acervo do Autor (2020).

O pomar da fazenda Glória está localizado a cerca de 100 metros acima do núcleo de edificações que formam as instalações da sede (ver **Figura 28, p.150**). Através dos relatos orais, notamos que o espaço até podia ser utilizado pela família proprietária e seus convidados, contudo, assim como ocorria na cocheira e arredores, a manutenção estava a cargo de trabalhadores da fazenda. Identificamos a atuação de dois funcionários encarregados da manutenção, o mais antigo, Sr. Marciano, depois dele veio Sr. Abílio Pereira. Conforme lembra Barretto (2019), ao lado do casarão, ainda, "[...] tinha uma horta, desde a casa [chalé] do meu tio [Orlando Barretto] até a minha casa, onde minha mãe plantava moranguinho, essas coisas...". Pela fala do entrevistado, parece ter sido um local predominantemente feminino e mais frequentado por D. Lydionette Barretto, do que o pomar.

Outro ponto importante a ser registrado é que, de acordo com outros três funcionários, Cedroni Neto (2020), Garcia (2020) e Sanches (2018a), de um modo geral, os empregados até podiam entrar no pomar para colher frutas, mas somente quando eram autorizados pelos patrões. Conforme seus relatos, para evitar o acesso ao local, Alfredo Barretto solicitava que as frutas fossem colhidas pelo funcionário responsável e postas fora do pomar para que, enfim, pudessem ser distribuídas, evidenciando mais uma vez o controle e o poder da família proprietária, fazendo-se "respeitados" por todos. Ademais, ainda segundo seus relatos, a variedade de espécies frutíferas era grande, desde frutas exóticas até espécies muito comuns da região. Havia jabuticabeiras, mangueiras, jaqueiras, entre outras. Contudo, muito possivelmente pela redução do quadro de funcionários, hoje em dia o pomar não é bem cuidado como antigamente.

> Lá tinha jabuticaba, [...] manga, jaca, pitanga..., tinha todo o tipo de fruta, né? Sr. Alfredo [Barretto] gostava muito de azedinha, pra fazer suco. Volta e meia ele queria que levava lá na casa dele [casarão]. [...] Era um espaço frequentado só pela família! Não podia entrar ninguém ali [...] porque, quando tinha fruta, o Sr. Alfredo mandava pegar e colocar pra fora do pomar, pra, aí sim, o povo pegar. Era pra não mexer, né? Respeito... tudo era respeito [risos] (CEDRONI NETO, 2020).

> O pomar era o seguinte: era uma variedade de frutas! Tinha seis a oito pés de jabuticaba, mangueiras de tudo quanto é qualidade... Era um lugar que só a família que podia usar também. Quem controlava, mais ou menos, isso era o funcionário que cuidava de lá... o Sr. Marciano, marido da D. Quitéria [...]. Depois é que veio o Sr. Abílio Pereira, [...] mas todo mundo sabia que não podia entrar. Agora, quando estava na época da manga, quando o Sr. Alfredo estava por lá, era só pedir pra ele que ele dava pra a gente. Sr. Alfredo foi um cara legal pra caramba! [...] (GARCIA, 2020).

> Eles [os proprietários] de boa vontade deixava que a gente usasse o pomar, porque era um espaço particular e de uso privado deles, né? O Sr. Alfredo, o Dr. Orlando [...] tinham frutas exóticas ali... coisas que você não via em lugar nenhum naquela época. Hoje até você vê alguma coisa, mas ali eles tinham de tudo. Manga, por exemplo, olha, eles tinham variedades de manga ali que você nem imagina! Para você ter uma ideia, tinha uma tal de manga abacaxi por lá, que era um tipo todo especial, com sabor que meu pai adorava. Aquilo ali era uma maravilha! O que eles tinham de frutas ali, caju... enfim. E eles cediam para a gente ir lá [...] depois [...] já não tinha mais tanta variedade, foi quebrando cercas e foi se perdendo..., mas as mangueiras ainda estão lá (SANCHES, 2018a).

A segunda moradia dos proprietários da fazenda Glória, o chalé, conforme já mencionamos, está bem próxima ao casarão, distando apenas uns 100 metros (ver **Figura 28, p.150**). Conforme já mencionamos, o chalé deve sua existência ao outrora elevado número de herdeiros. Novamente de acordo com transcrição número 25.467, livro 3CC, folha 42, de 18 de abril de 1.921,

quando Lucino Barretto adquiriu a fazenda Glória, além da residência sede e de administração, havia outra casa que era ocupada por camaradas (JABOTICABAL, 1921). É verdade que o documento não traz mais detalhes sobre a edificação, porém, por ter sido erguida com a mesma técnica construtiva e ter tido elementos compositivos parecidos aos do casarão, é possível que o chalé tenha sido construído por volta do mesmo período e utilizado para o abrigo daqueles funcionários, como consta na transcrição.

Conforme comentamos de forma breve anteriormente, Dr. Orlando Barretto e sua família frequentavam a fazenda Glória esporadicamente. Mesmo assim, nos períodos de férias, ao menos duas ou mais vezes ao ano, o dentista e sua esposa, D. Maria de Lourdes Barretto, juntamente com seus filhos, Sérgio e Antônio Luiz, e, até mesmo, amigos, saíam de Santos e viajavam em direção à propriedade para aproveitar momentos de lazer. Antônio Luiz lembra, com certa nostalgia, os momentos em que seu pai anunciava a viagem e era com muita satisfação que ele recebia a notícia, inclusive, por gostar muito de viajar de trem porque podia apreciar a culinária e a paisagem até o seu destino final, a estação de Taquaritinga, onde eram recebidos por seu tio, Alfredo Barretto, para levá-los até a fazenda. Mais esporádico, porém podia acontecer, era quando seu pai viajava até a fazenda com o seu próprio carro. Já na fazenda, segundo seu relato e de outros participantes, era comum que andassem a cavalo, que o Dr. Orlando fosse caçar com amigos e funcionários. Sua estadia, igualmente era aproveitada para tratar de negócios com seu primo, Alfredo Barretto, e auxiliá-lo na gestão se assim fosse preciso.

> Nas férias, meu pai falava: 'nós vamos pra fazenda!'. E nós vínhamos de trem no carro leito... pra nós, crianças, era uma maravilha e na hora de jantar era lindo! Aquele vagão pra jantar e eu gostava muito de bife à parmegiana, que era uma delícia. Em Santos nós pegávamos o trem, que subia a Serra, de lá parava na Estação da Sé em São Paulo e pegávamos outro trem para Taquaritinga. Quando chegávamos, meu tio [Alfredo Barretto] vinha esperar a gente, ainda amanhecendo, umas cinco, cinco e meia da manhã, pra poder levar a gente de fordeco pra fazenda. A lembrança que eu tenho, e a gente vinha dormindo no carro leito, com aquele barulhinho de trem, tal, tal... de manhã, a gente acordava um pouco mais cedo, na hora do café da manhã a gente passava por Matão e eu falava: 'pai, onde é que é isso aqui?', porque a gente via um povoado, e daí meu pai falava: 'Matão! Uma cidade que está começando'. [...] E quando a gente vinha a gente andava a cavalo... meu pai ia caçar [...]. Isso quando a gente vinha com a família... quando meu pai vinha com os amigos dele, pra caçar, ele vinha de Citroën preto, que era o carro do meu pai. [...] pra nós era uma maravilha! Vínhamos aqui pra divertir! [...] (BARRETTO, 2021)

> Era esporádico quando ele [Dr. Orlando] vinha pra fazenda... mais ou menos, duas vezes por ano [...]. Eles vinham pra caçar [...] codorna. Eu chegava lá e eles falavam pra mim: "Adauto... vai

lá pegar os cavalos, arreia eles, pega tua espingarda e vem pra a gente poder caçar". [A gente] Ficava até na hora do almoço... voltava com quatro, cinco, oito codornas, punha lá pra [...] limpar e voltava pra casa, pra almoçar... 14hr [...] a gente ia caçar de novo! [...] Eles eram de Santos, [...] traziam os cachorros... eu era quem cuidava deles, treinava... [...] era uns perdigueirões altos assim ó [gesto com as mãos], tudo cachorro de caça (GARCIA, 2020).



Figura 152a-d
Fotografias antigas, sem data, que mostram Dr. Orlando Barretto junto a familiares e amigos visitando a fazenda e caçando.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1940 e 1970?]).

Quanto à residência em que Dr. Orlando e sua família ficavam hospedados, o chalé, constatamos que sua implantação foi feita de maneira similar à do casarão, pelo fato de ambas as edificações estarem muito próximas e com pouca necessidade de correções na declividade do terreno. Notamos que a edificação se ajusta à topografia estando somente um pouco elevada do chão e formando um porão baixo que não pôde ser aproveitado. Desse modo a edificação ainda guarda certa imponência, da mesma forma que o casarão, uma vez que o nível do piso na fachada frontal está a cerca de 60 cm do chão, sendo preciso apenas uma pequena escada, com poucos degraus, para vencer a diferença de nível.

Além disso, pelo fato de o chalé estar registrado na mesma fotografia antiga em que aparece o casarão (**Figura 121, p.270**), nos permitiu analisar sua tipologia arquitetônica original. Percebemos que a casa sempre foi térrea, feita em alvenaria de tijolos e cobertura de duas águas, aparentemente composta por tesouras de madeira serrada e telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal, assim como possuía um alpendre fronteiro sustentado

por pilaretes de madeira, delimitados por guarda-corpos, também de madeira e secção quadrada.

No que diz respeito às origens do chalé, de acordo com Eudes Campos (2008, p.51-53), originalmente "[...] era uma construção de madeira bastante simples, típica da região rural da Suíça francesa. Em geral, possuía planta retangular e telhado de duas águas [...], disposto de modo a voltar uma de suas empenas para a frente", assim como era bastante ornamentado em sua parte externa através de "[...] entalhes rudemente falquejados [...], como as mãos-francesas que sustentavam os largos beirais, as bordas das portas e janelas e as tábuas que formavam o peitoril do balcão do primeiro andar". Segundo o autor, esse tipo de construção foi adotada por arquitetos eruditos europeus ao longo do século XIX, os quais a adaptaram às novas noções burguesas de conforto e higiene, de modo que passaram a contar com elementos imbuídos de "frivolidade" e, ainda, novos que inexistiam originalmente – como foi o caso dos lambrequins e pináculos ornamentados – e que foram integrados aos telhados, os chalés passaram a ser considerados como um "[...] símbolo de um idealizado mundo rural, remoto e pleno de bucolismo". Ainda conforme Campos (2008, p.53-54), foi na segunda metade do século XIX que os chalés "[...] se espalharam pelos subúrbios das modernas cidades estrangeiras, sempre associados aos mais diferentes estilos historicistas [...], graças às facilidades [...] da fabricação industrializada de muitos de seus elementos construtivos".

Na cidade de São Paulo-SP, Campos (2008, p.55-57) identificou que foi devido aos lucros gerados pela cafeicultura, assim como pela possível influência de engenheiros ingleses que estavam encarregados das obras de implantação da ferrovia São Paulo Railway (1860) e pela facilidade de obtenção de produtos e materiais de construção importados – como peças de madeira, de ferro fundido, telhas de Marselha etc. –, que os chalés passaram a ser construídos por famílias de elite.

Além de contar com a observação da fotografia anteriormente citada, através dos relatos orais verificamos que o chalé da fazenda Glória foi construído em alvenaria e a maior parte dos elementos compositivos, como o piso, forro, esquadrias e estrutura da cobertura, eram de madeira. A casa era bem aparelhada e contava com: quatro quartos, uma sala grande e, ao final do corredor, uma cozinha que dividia espaço com a antiga despensa e o banheiro. Além disso, o fogão a lenha possuía o mesmo sistema de aquecimento de água por meio de serpentinas metálicas – dessa maneira era possível utilizar a água quente no banheiro, que, por sua vez, possuía banheira e vaso sanitário dotados de um sistema de esgoto conectado a uma fossa externa. Fica claro, portanto, que o chalé da fazenda Glória, ainda que mais simplificado em elementos decorativos, faz jus à denominação que está na lembrança dos entrevistados.

Do lado da casa do Sr. Alfredo [casarão] era a casa do Dr. Orlando... Na parte de dentro ela era igual à outra, [...] toda mobiliadinha! Era de tijolo, cobertura de duas águas e telhas... a varanda era um pouco menor, as janelas eram de madeira, as portas também (GARCIA, 2019).

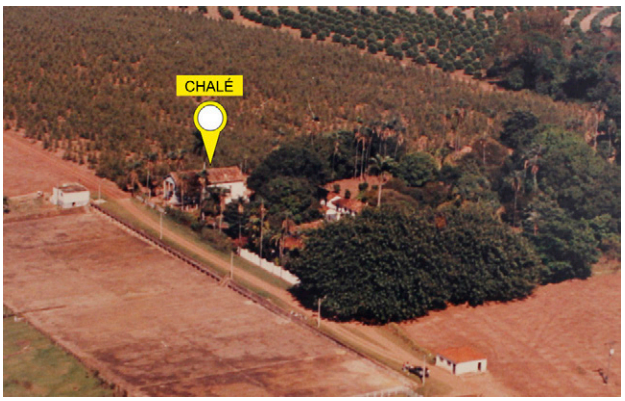




Figura 153a-b
Chalé antes da reforma.
Fonte: Adaptado de Acervo da família Barretto (1987).



Figura 154
Chalé após da reforma.
Fonte: Adaptado de Acervo da família Barretto (1987).

Quando a gente chegava na fazenda íamos todos para o Chalé. A casa era um chalé, mesmo... acho que de alvenaria eram só as paredes e o resto era de madeira, piso, forro, telhado, janelas, essas coisas. Na frente tinham dois quartos, o meu e do meu irmão era o do lado esquerdo e o dos meus pais o do lado direito, entre eles um corredor tremendo, grande, que levava para mais um quarto do mesmo tamanho e um menor, que guardávamos as coisas, uma sala grande e depois vinha a cozinha grande, despensa com o banheiro à esquerda, mas dentro da casa. Na cozinha tinha um sistema, pra esquentar a água... como é que fala? Serpentina! [...] esquentava pelo fogão a lenha, que só tinha esse... e pra tomar banho tinha uma banheira, aquelas antigas, servida com água quente da serpentina, porque você abria a torneira e vinha aquela água que passava pelo fogão a lenha. O vaso sanitário [...],

> você puxava uma cordinha, tal, só que era fossa negra... a parede do banheiro não tinha azulejo, era pintada com tinta óleo azul! Sim... tanto é que você jogava água e era impermeabilizado, não era total, era até uma certa altura. Com o tempo, descascava, e você tirava umas lascas, certo? (BARRETTO, 2021).

Ainda através da mesma fotografia (**Figura 121, p.270**), é possível observar que a volumetria do chalé era retangular e complementada pelo prolongamento da cobertura do alpendre fronteiro, mas, evidentemente, de dimensões menores e menor proporção em comparação ao casarão, esta sim, sem dúvida, a principal e mais imponente moradia da fazenda. Em outra fotografia, do ano de 1987 (**Figura 153**), o "chalé" tinha a mesma feição externa, contudo, por meio de um registro mais recente (**Figura 154**), constatamos a realização de reformas entre o final da década de 1980 e o começo da década seguinte, quando, entre outros elementos, a cobertura e o forro foram substituídos por uma laje de concreto com telhado de quatro águas e telhas cerâmicas industrializadas (ver **Apêndice Q**).

Sobre a questão, recorremos novamente a Barretto (2021). Ele nos relatou que a reforma foi acompanhada por sua esposa, Marineide Corrêa de Mattos Barretto, no começo da década de 1990, poucos anos após mudarem-se de Santos para a região de Araraquara e passarem a frequentar mais assiduamente a fazenda Glória. Ainda segundo ele, a reforma seria ainda maior, porém, houveram aspectos com os quais seu pai, Dr. Orlando, não concordou, e, portanto, não foram realizados. Mesmo assim foram feitas as seguintes alterações: as esquadrias externas foram substituídas por peças metálicas e de desenho contemporâneo; toda a cobertura foi trocada por uma laje de concreto, peças estruturais de madeira serrada e telhas industrializadas; o assoalho que compunha parte dos ambientes internos, e o piso de "vermelhão" que impermeabilizava a cozinha e o antigo banheiro, foi substituído por um novo piso cerâmico padronizado; as louças e instalações sanitárias também foram trocadas; houve a troca dos guarda-corpos de madeira e da escada do alpendre; e a pintura das paredes externas, em cor amarela.

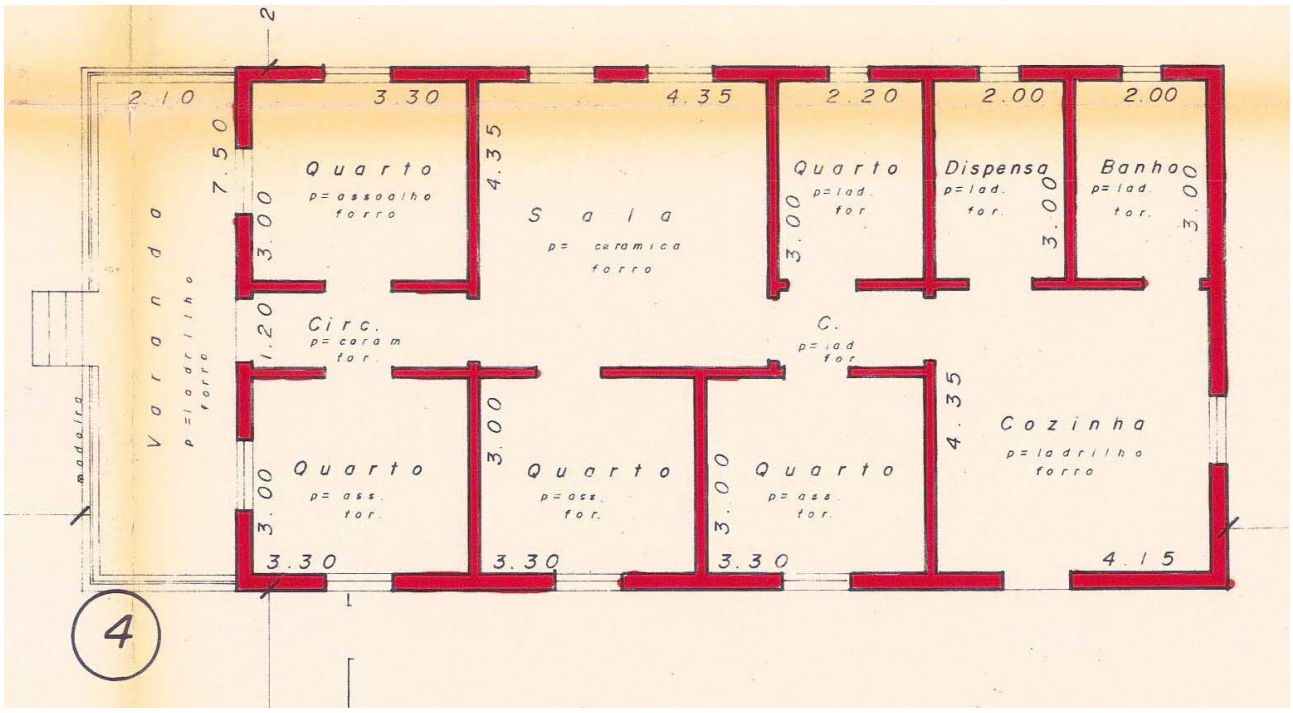
> É... praticamente a minha esposa quem acompanhou a reforma, porque eu trabalhava em Araraquara. Nós fomos pra fazenda em 1986, mas a reforma foi depois de um tempo, uns cinco anos depois, 1991-1992. Então, nós programamos e íamos fazer uma reforma até maior, só que meu pai vetou.. Porque o dinheiro era da fazenda. Mas, de uma certa maneira, nós pusemos janelas Sasazaki, fizemos laje. Troquei também toda a estrutura da cobertura, telhas, tudo novo. O piso, que era de madeira na maior parte da casa, foi retirado, concretado e coloquei piso... na parte da cozinha, do antigo banheiro, antigamente aquele vermelhão [...]. Inclusive a parte sanitária, louças e fiz a fossa séptica na lateral esquerda da casa, onde foram plantados os coqueiros, fica mais afastado [...]. De pintura, nós pegamos um pintor profissional que usou uma tinta que [...] até hoje não foi preciso pintar, desde aquela época! [...] (BARRETTO, 2021).



Figura 155
Imagens externas do chalé.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

Em relação à distribuição interna do chalé, Barretto (2021) também indicou que houve mudanças pontuais realizadas a partir da reforma citada – alterações que podem ser comprovadas através de uma planta-baixa (**Figura 156**) produzida por volta da mesma época. No caso, o atual banheiro não existia e seu espaço era utilizado como um pequeno dormitório. O ambiente da cozinha, por sua vez, era menor, metade de seu tamanho atual, pois dividia sua área com uma despensa e o banheiro original. Antes da reforma havia um aces-

Figura 156
Planta-baixa do chalé antes da reforma.
Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1980 e 1990?]).



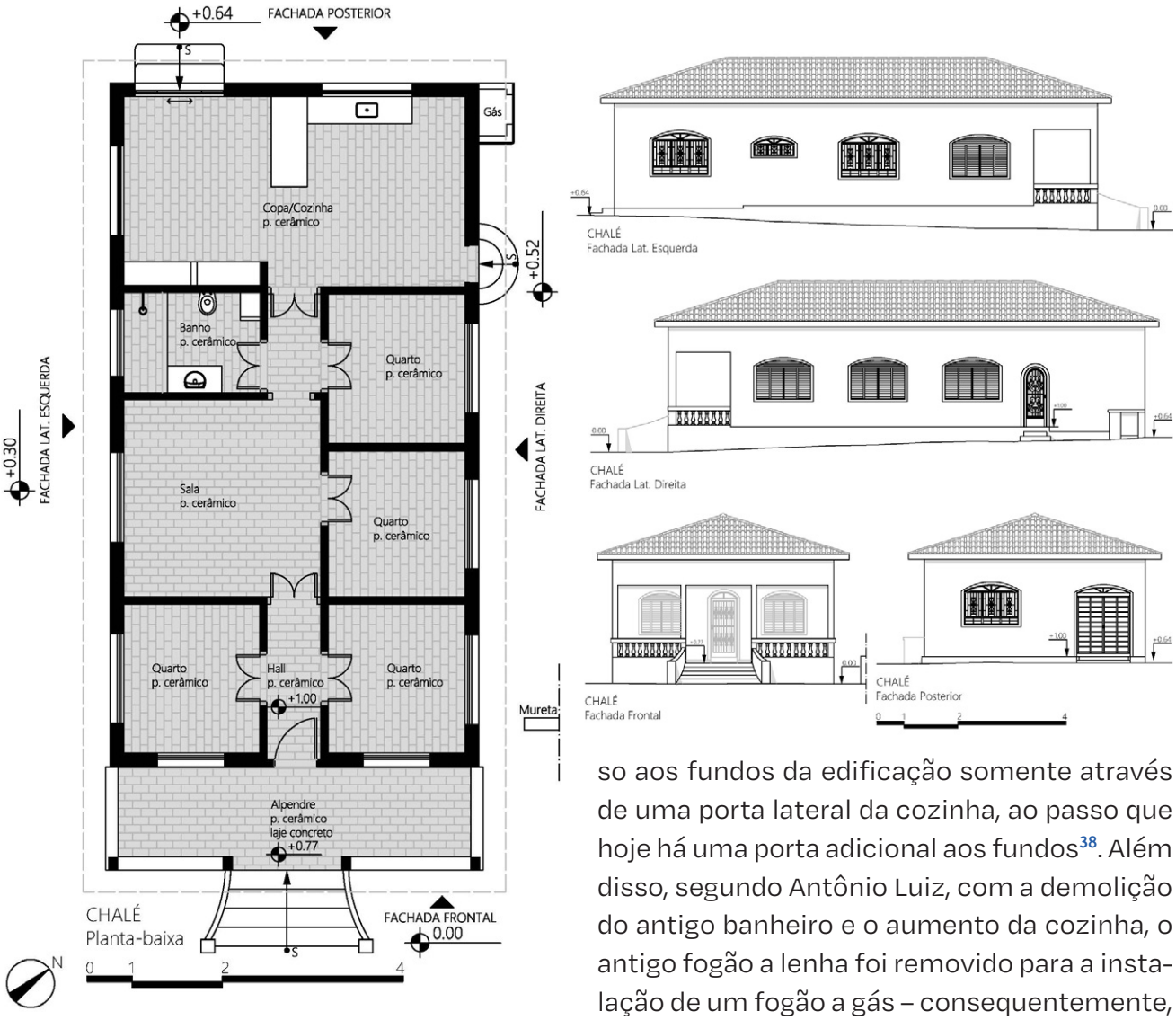


Figura 157
Desenhos técnicos (atuais) do chalé. Fonte: Acervo do Autor (2020).

so aos fundos da edificação somente através de uma porta lateral da cozinha, ao passo que hoje há uma porta adicional aos fundos[38]. Além disso, segundo Antônio Luiz, com a demolição do antigo banheiro e o aumento da cozinha, o antigo fogão a lenha foi removido para a instalação de um fogão a gás – consequentemente, todo o sistema de aquecimento por meio de serpentinas foi abolido –, e o novo banheiro passou a contar com chuveiro elétrico.

> [...] o banheiro novo nós colocamos no meio dos quartos, reduzimos a sala e tiramos o banheiro da cozinha... do lado do banheiro antigo tinha uma despensa, depois o banheiro, aí tirei os dois e aumentei a cozinha [...] inclusive o fogão à lenha foi desmontado pra podermos colocar o a gás... é porque escureceu tudo, a cozinha estava escurecida [da fuligem do fogão a lenha] e a serpentina não estava mais funcionando, então tiramos (BARRETTO, 2021).

O acesso principal do chalé foi mantido e ainda se dá pela escadaria da fachada frontal, que termina dentro da área coberta do alpendre. Ao atravessar a porta de entrada, há um corredor que dá acesso a dois dormitórios de mesmo tamanho e localizados na faixa fronteira da edificação, um de cada lado. Mais adiante, após outra porta, localiza-se a única sala da residência que, certamente, tinha dupla função: era o local de estar dos membros da

38 Sem contar que, devido à mudança de função de alguns cômodos, suas respectivas janelas precisaram ser substituídas. Por exemplo, a do banheiro atual foi claramente trocada, pois possui um peitoril maior em comparação com a que estava colocada no local quando o cômodo ainda tinha a função de dormitório; da mesma forma, as janelas do antigo banheiro e da despensa, que dividiam espaço com a antiga cozinha, também precisaram ser substituídas por uma única e com peitoril maior que hoje compõe a atual copa.



Figura 158
Imagens dos ambientes internos e do mobiliário (alpendre, hall, dormitórios frontais, sala, dormitórios laterais, banheiro, copa/cozinha) do chalé. Fonte: Acervo do Autor (2020).

família e de receber convidados. À direita, está mais um quarto e a continuação do corredor garante acesso a mais um dormitório, ambos de dimensões idênticas aos outros. Mais ao fundo estão o atual banheiro e a copa/cozinha.

Conforme já visto através dos relatos orais, os cômodos do chalé, excluindo as áreas molhadas, tinham piso e forro de tábuas de madeira. Entretanto, após a reforma ocorrida por volta da década de 1990 e pelos nossos levantamentos, percebemos que houve uma padronização de revestimentos com a colocação do mesmo piso cerâmico em todos os cômodos, variando somente o sentido de assentamento. E o antigo forro deixou de existir, pois em seu lugar foi feita a laje de concreto.

No que diz respeito às esquadrias, através de uma fotocópia antiga (**Figura 160**) pudemos observar que, assim como o casarão, eram todas de madeira: as portas possuíam folhas duplas, cegas e eram arrematadas por bandeiras almofadadas; já as janelas tinham vergas retas, guilhotinas envidraçadas e escuros na parte interna. No entanto, após a reforma, as



Figura 159
Piso cerâmico padronizado que foi colocado no chalé.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

esquadrias externas foram substituídas por esquadrias metálicas e com desenho contemporâneo. As portas possuem batentes, molduras e grades externas de padrão recurvo, e são arrematadas por bandeiras envidraçadas em arco abatido[39]. As janelas contam com caixilhos de mesmo estilo, mas as da sala, cozinha e banheiro[40] têm grades internas e aberturas envidraçadas. As janelas dos dormitórios têm folhas cegas na parte de fora e folhas internas de correr envidraçadas. Não obstante, interessante é notar que as portas internas provavelmente são as mesmas de outrora, pois possuem características e detalhes idênticos aos da porta principal que havia antes da reforma (**Figura 153, p.304**).

Figura 160
Fotocópia, sem data, que mostra as antigas esquadrias do chalé antes de ter sido reformado. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1970 e 1990?]).



Além disso, em relação à pintura das paredes e esquadrias, podemos supor que originalmente tenha sido adotado no chalé o mesmo padrão do casarão, ou seja paredes rebocadas e pintadas de branco e esquadrias azuis, pelo menos, até por volta de fins da década de 1980 (ver **Figura 153**), porque depois desta data constatamos a alteração das paredes para a cor amarela e as esquadrias para o cinza. Ademais, se não encontramos pinturas parietais, ou outros detalhes, nas paredes do casarão, isto se repete no chalé, pois as paredes internas são todas rebocadas e pintadas na cor branca. Ponderamos que tal padrão pode ser devido à família não ter tido capital necessário ou interesse em decorá-las, especialmente no caso do chalé, ocupado esporadicamente por parentes e, portanto, sendo natural que possuísse acabamentos mais simples, ou similares aos do casarão.

Segundo o relato de Sanches (2018a) – que morou e trabalhou na fazenda Glória até por volta de 1981 –, o chalé "[...] era fantástico, tinha água encanada, esgoto e luz. [...] confortável, com móveis maravilhosos, bonito de ver!". Portanto, era uma moradia acolhedora e com o mesmo padrão de instalações encontrado no casarão, antes mesmo de reformada. Com exceção da energia elétrica e do mobiliário – o qual variou ao longo do tempo, segundo relatou Barretto (2021) –, muito possivelmente, água e esgoto foram instala-

39 A porta que faz a comunicação da cozinha com o exterior, pela fachada lateral direita do chalé, não conta com bandeira, pois sua folha é inteiriça e arredondada na verga. Já a que permite acesso à copa tem planos de vidro retangulares, sistema de abertura de correr e não possui grades.

40 A janela do banheiro possui o mesmo desenho das utilizadas na sala e cozinha, contudo, é relativamente menor em altura e tem um peitoril maior – justamente para garantir privacidade.

dos desde o momento da sua construção, da mesma maneira que o casarão. Ambos tiveram, desde o início, a comodidade do binômio cozinha-banheiro como integrantes do volume principal.

> Os móveis [do chalé] são os mesmos de antes da reforma [realizada entre as décadas de 1990 e 2000], tanto é que até tinha uma escrivaninha daquelas que fechavam [tipo xerife] [...] aqueles armários pesados... agora, depois [...] modificou alguma parte do mobiliário (BARRETTO, 2021).

Além dos aspectos relacionados ao conforto do chalé, verificamos que, quando Dr. Orlando e sua família se dirigiam até a fazenda Glória, a generosidade de sua esposa, D. Maria de Lourdes Barretto, marcou a memória de Sanches (2018a). Segundo ele, D. Lourdes costumava distribuir presentes para as crianças da fazenda, e, somado a sua simpatia, era uma pessoa "esperada". Seus relatos vão ao encontro dos de Antônio Luiz Barretto (2021), um dos filhos de D. Lourdes, que descreveu com mais detalhes as atividades realizadas na fazenda por sua mãe.



Figura 161
D. Maria de Lourdes Barretto no alpendre do chalé, antes de ter sido reformado. Fonte: Acervo da família Sanches ([entre 1970 e 1990?]).

> Eu não quero falar, aqui, de pessoas, porque todas foram muito boas e eu tenho um profundo respeito por todas elas, mas tem algumas que são especiais, né? Teve uma pessoa [...] que foi muito especial para mim, a D. Lourdes, esposa do Dr. Orlando. Eu era criança e ela ia na fazenda e [...] levava presente, não só para mim, mas também para as crianças da colônia [...]. Então a D. Lourdes era uma pessoa que era esperada, entende? Também o Dr. Orlando... todos eles eram especiais, mas a Dona Lurdes ela tinha particularidades, sabe? (SANCHES, 2018a).

> Minha mãe [D. Lourdes] era uma pessoa muito boa! Ela gostava muito de andar no pomar, de charrete com os filhos dos funcionários... e esses meninos conheciam tudo e levavam minha mãe pra visitar. [...] Em casa mesmo minha mãe ia descansar, fazer tricô [...]. Ela era muito aberta, levava bala, presentes para os funcionários... visitava as casas deles, procurava saber os problemas das pessoas, e era muito bem tratada quando chegava na fazenda. Todos os funcionários trabalhavam com gosto e gostavam muito da minha mãe. Mas aí, por problemas de saúde, ela deixou de vir... (BARRETTO, 2021).



Figura 162
Fotocópia, sem data, que mostra D. Maria de Lourdes Barretto (sentada, de roupa clara) em passeio de charrete. Fonte: Acervo da família Barretto ([entre 1970 e 1990?]).

Interessante é notar, através dos relatos orais citados, que D. Lourdes era uma das integrantes da família proprietária que mais conseguia "diminuir" o distanciamento de cotidianos existente entre os proprietários e os funcionários. Isto é, à parte de Alfredo Barretto – um dos patrões que mais assiduamente mantinha contato com os trabalhadores, sobretudo os de sua maior confiança –, D. Lourdes aproveitava sua estadia na fazenda não só para descansar e fazer tricô dentro do chalé, mas também para momentos de fruição ao ar livre, como passear no pomar e de charrete, assim como para conversar com os funcionários, inclusive, ao visitá-los em suas próprias residências. Fica evidente, portanto, o porquê D. Lourdes ser considerada como uma pessoa "esperada" e que era "muito bem tratada quando chegava na fazenda" pelos trabalhadores.

Enfim, igualmente ao casarão, o chalé não havia sido conectado à rede de energia elétrica pelo menos até por volta da década de 1960, certamente, exigindo que seus ocupantes fizessem uso de velas, lamparinas a querosene etc. Neste sentido, é difícil precisar o momento em que a edificação foi atendida por tal comodidade, ou, ainda mais, fazer uma descrição assertiva das instalações dos ambientes da casa, uma vez que podem ter sido substituídas com a reforma realizada. Não obstante, assim como os acabamentos das paredes, esquadrias, pisos, forros etc., estas instalações

Figura 163
Detalhes das instalações elétricas do chalé. Fonte: Acervo do Autor (2020).









eram parecidas e muito provavelmente da mesma época que as do casarão. Vale ressaltar que percebemos que as instalações elétricas atuais da residência foram modernizadas ao longo dos anos, pois, de um modo geral, a fiação foi totalmente embutida dentro de conduítes nas paredes, ao invés de ficarem expostas, e há também uma mistura de peças e acabamentos, por exemplo: o contraste entre lustres de metal, compostos por correntes e delicadas peças circulares em vidro, ou porcelana, e as luminárias tubulares colocadas na cozinha ilustram bem a questão. Já as instalações hidráulicas e de esgoto também passaram por atualizações, como: o forno foi retirado e o aquecimento da água passou a ser feito por chuveiro elétrico; o antigo balcão da cozinha foi substituído por outro com tampo de granito, em forma de "L" e com uma cuba de aço inox; e no novo banheiro foi instalada uma pia e um vaso sanitário com válvula de descarga embutida, em louça e desenho contemporâneo.



Figura 164
Vista geral do jardim do chalé.
Fonte: Acervo do Autor (2020).

No mobiliário do chalé, mesmo havendo peças remanescentes e sendo provável que façam parte da composição antiga, ainda assim, há uma clara predominância de móveis adquiridos mais recentemente, substituindo os originais, assim como ocorre no casarão. Vale o destaque para alguns que constatamos nos dormitórios. Por exemplo, nos dois quartos da frente, e em ambos, é possível encontrar uma cama de casal, criados-mudos, guarda-roupas, cabideiros, cadeiras, até mesmo uma escrivaninha do tipo "xerife" – que está colocada em um dos quartos, mas pode ter sido utilizada em outra edificação da fazenda, como escritórios e ambientes para administração –, todos em madeira maciça, escura e, em alguns casos, com portas almofadadas e detalhamentos florais. Além disso, nos dois últimos quartos, há duas camas de solteiro em cada um, cadeiras, pequenos armários e guar-

da-roupas, aparentemente de períodos próximos entre eles, salvo poucas exceções a maioria é de madeira com pequena variação de tonalidade.

Mais uma vez, como ocorre no casarão, o chalé também é envolto por uma área ajardinada cercada, porém, através de fotografias antigas (ver **Figura 121 p.270 e Figura 154, p.304**) e mais recentes, notamos que era bem mais simplificada e com menor variedade de espécies vegetais. Assim, de modo geral, o jardim do chalé tem pequenos arbustos junto à cerca, algumas árvores, uma calçada cimentada que circunda toda a casa e, separada por uma mureta de balaústres entre a lateral direita e a parte frontal, uma pequena área de estar com mesa e bancos de cimento. Enfim, é possível que essa simplificação seja devido ao uso esporádico da casa e, consequentemente, do jardim, mesmo assim, este também funcionou, da mesma maneira que no casarão, como uma separação entre o cotidiano doméstico exclusivo dos proprietários, para sua fruição e momentos de descanso, e o cotidiano daqueles que estavam na fazenda a fins de trabalho.

Figura 165
Imagens externas da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1). Fonte: Acervo do Autor (2020).



Ainda resta-nos discutir sobre o local que atualmente, entre outras funções, é utilizado como escritório dos proprietários. Conforme esclarecemos na introdução deste trabalho, em situações de uso misto, como, por exemplo, quando tratamos no capítulo 3 desta dissertação da "residência e lenheiro" e do antigo armazém, escolhemos inserir o atual escritório dos proprietários neste tópico, pois consideramos que a maior parte de seus cômodos

funcionava, e ainda permanece assim, como uma extensão das duas residências da família proprietária.

O escritório está localizado aos fundos da garagem mais antiga, mas não está muito distante do casarão (ver **Figura 28, p.150**) e, talvez por ter sido instalado no mesmo alinhamento e em uma cota similar à da "residência e lenheiro" e do antigo armazém – os quais têm suas fachadas frontais voltadas para a parte mais baixa do terreno e as posteriores na mais elevada – foi necessário realizar cortes, aterros e construir muros de arrimo não muito altos na sua implantação. Trata-se, mais uma vez, de uma edificação construída em alvenaria de tijolos e cobertura de duas águas com beirais, hoje, composta por peças estruturais de madeira serrada e telhas cerâmicas industrializadas (ver **Apêndice R**). Porém, através de fotografias antigas (ver **Figura 112, p.257**), verificamos que, antigamente, a edificação era coberta com telhas do tipo francesas.

A volumetria da edificação é a de um retângulo alongado[41]. Na extremidade direita há um cômodo que, atualmente, é aproveitado como depósito e pode ser acessado ao fazer-se o uso de uma pequena escada de quatro degraus. Segundo Luiz Ricardo Barretto (2019), antigamente este ambiente era um banheiro – acreditamos que fosse uma fossa, uma vez que não há resquícios de instalações de água e esgoto – de uso mais frequente por parte dos por funcionários. Logo aos fundos, há um pequeno quarto que hoje é usado para guardar pesticidas e compostos químicos, cujo acesso é feito somente por dentro da "residência e lenheiro"; percebemos que, por sua forma e cobertura de laje de concreto, este cômodo pode ter sido construído mais recentemente. Logo ao lado está o atual escritório, o qual, conforme Luiz Ricardo, era dividido ao meio e formava dois ambientes separados: de um lado era o quarto de lavar e, do outro, o de passar as roupas dos ocupantes do casarão. Ademais, assim como ocorreu na "residência e lenheiro" e no edifício do antigo armazém, parte das esquadrias de madeira – portas e janelas com folhas simples ou duplas de escuros lisos e sem maiores detalhes – foram substituídas por metálicas de desenho contemporâneo.

> Do lado do lenheiro era um banheiro, nesse prédio grandão [onde está o atual escritório dos proprietários], e do lado era um quartinho de lavanderia e para passar e guardar roupa. Desses dois eu fiz o meu escritório, derrubei a parede que separava os dois... as janelas e portas de metal fui eu quem coloquei, porque era tudo de madeira. Fora essas, as outras são todas de madeira [...]. Essas construções estão do mesmo jeito que eram antigamente, só o telhado que mudou porque eram daquelas mesmas telhas daquelas do paiol [capa e canal]. [...] Do lado de lá do muro e do

41 E justamente devido ao seu comprimento, o maior entre todos os blocos construídos da propriedade, para que pudéssemos manter os desenhos técnicos em uma escala gráfica similar, optamos por dividir a representação da edificação em duas partes através de interrupções no desenho (ver **Figuras 166 e 169**). Portanto, a "parte 1" diz respeito à parcela que está ligada à residência e lenheiro, localizada logo aos fundos da antiga garagem e antes do muro que separa o pátio dos fundos do casarão daquele pertencente ao chalé, enquanto a "parte 2" fica, mais ou menos, após atravessar um portão do referido muro e aos fundos desta última residência citada.

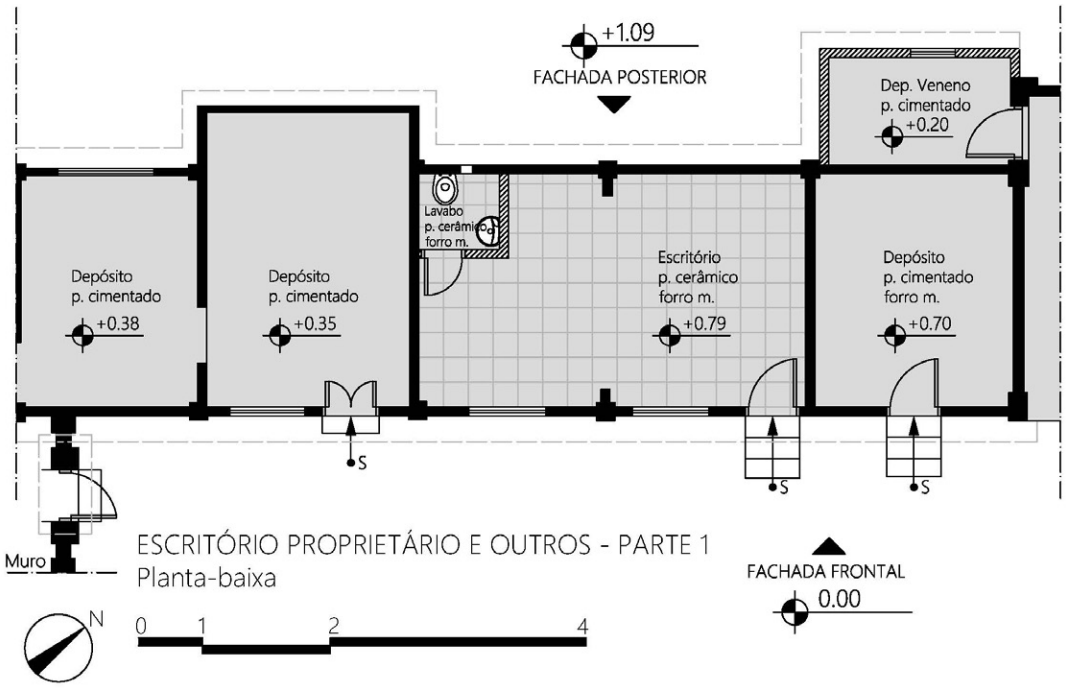
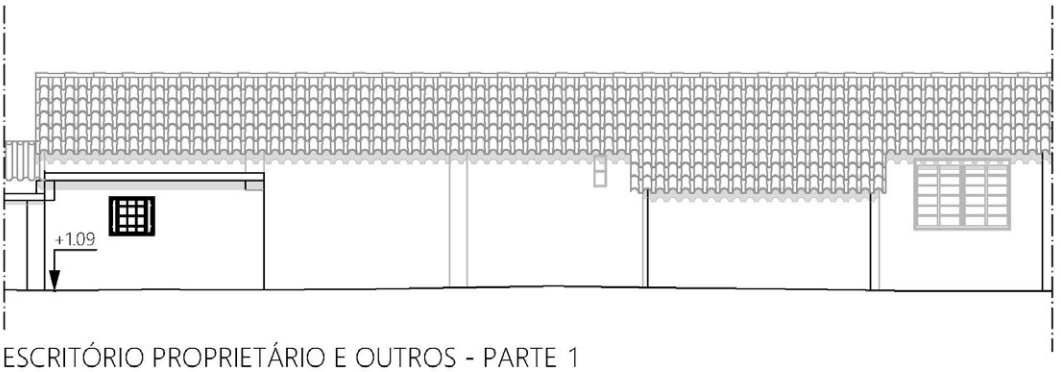


Figura 166
Desenhos técnicos da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1). Fonte: Acervo do Autor (2020).



ESCRITÓRIO PROPRIETÁRIO E OUTROS - PARTE 1
Fachada Frontal



ESCRITÓRIO PROPRIETÁRIO E OUTROS - PARTE 1
Fachada Posterior

0 1 2 4



Figura 167
Ambientes internos (depósito de pesticidas e demais) da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 1)
Fonte: Acervo do Autor (2020).

portão tinha um tanque para lavar roupas da casa de lá [chalé]. Tudo que tinha do lado de cá [casarão], tinha na casa de lá [...] (BARRETTO, 2019).

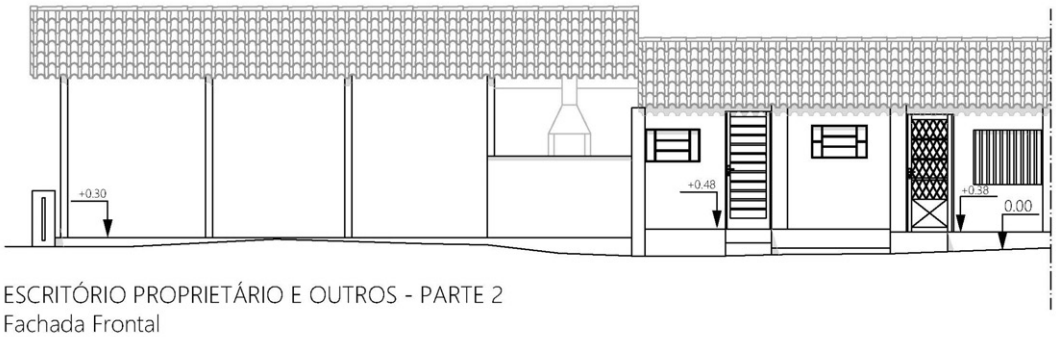
Figura 168
Imagens externas da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2). Fonte: Acervo do Autor (2020).



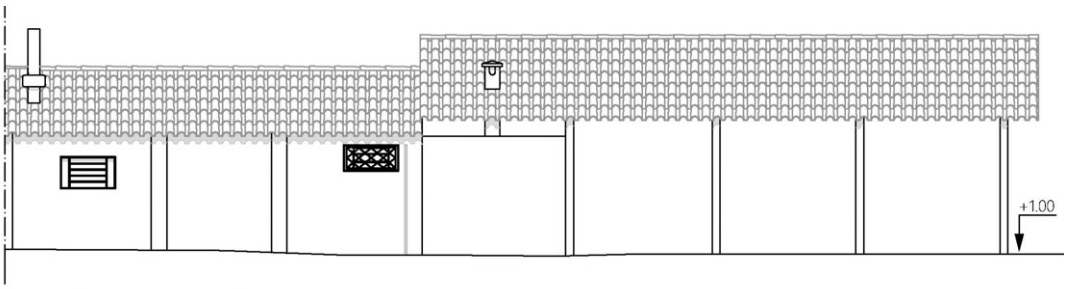
Igualmente a Luiz Ricardo Barretto (2019), seu primo, Antônio Luiz Barretto (2021), relatou que ao atravessar o portão do muro divisório existente entre os fundos das residências dos proprietários, os demais ambientes da edificação do escritório eram aproveitados como depósitos, lenheiros etc. Há, ainda, aos fundos da moradia secundária, outra cozinha externa equipada com forno e fogão a lenha e balcão, uma lavanderia, outro banheiro, todos servidos por água e esgoto encanados, e um quarto para passar roupas. Na extremidade esquerda da edificação está a área de lazer, a qual é dotada de churrasqueira, balcão com pia e sistema de água e esgoto, contudo, é um anexo que foi construído mais recentemente por Dr. Sérgio Barretto (*In Memoriam*), irmão de Antônio Luiz.

> Naqueles quartinhos, no fundo do chalé, eu acho que eram usados para depósito, pra guardar lenha, tinha muito essas coisas. A lavanderia fomos nós que fizemos e, inclusive, tinha um fogão a lenha lá num quartinho do lado [...] que também foi feito por nós quando pintamos a casa [entre as décadas de 1990 e 2000] [...]. Já aquela parte da área de lazer, onde está a churrasqueira, aquele puxado, foi meu irmão [Dr. Sérgio Barretto] quem fez quando ele assumiu como dono do chalé, depois da morte do meu pai [com 93 anos de idade, por volta do ano de 2003] e quando já tínhamos reformado, porque ficou para meu irmão a casa (BARRETTO, 2021).

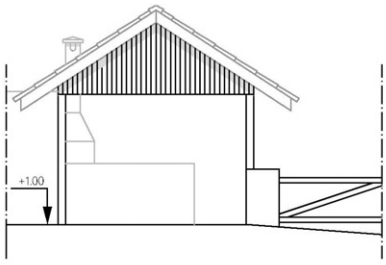




ESCRITÓRIO PROPRIETÁRIO E OUTROS - PARTE 2
Fachada Frontal



ESCRITÓRIO PROPRIETÁRIO E OUTROS - PARTE 2
Fachada Posterior



ESCRITÓRIO PROPRIETÁRIO E OUTROS
Fachada Lat. Esquerda

0 1 2 4

Figura 169
Desenhos técnicos da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2). Fonte: Acervo do Autor (2020).

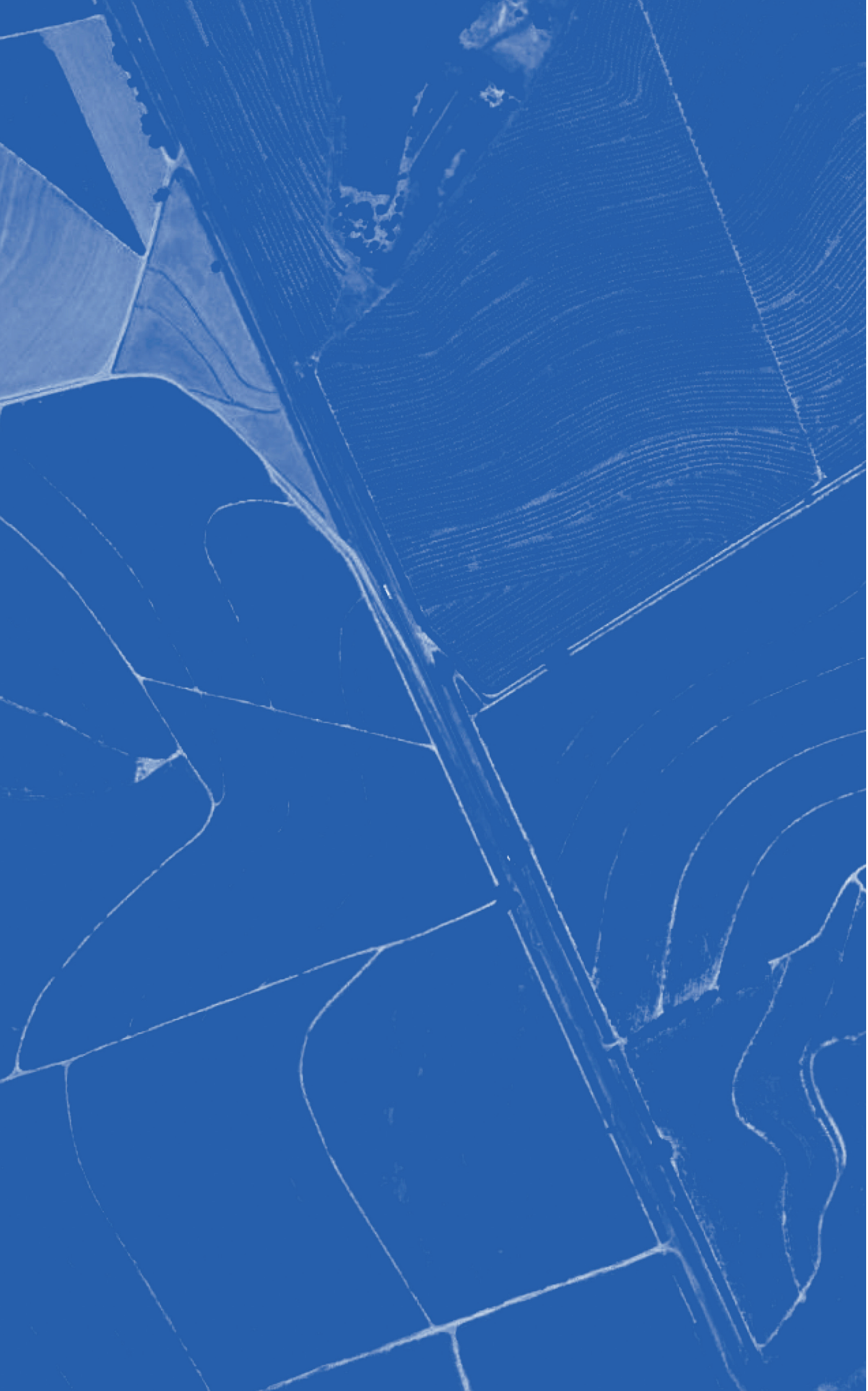
Também percebemos que os cômodos menos utilizados da edificação têm um aspecto mais simplificado, pois estão com o piso apenas cimentado; já os demais, por exemplo, o atual escritório e o lavabo, a lavanderia, o banheiro e a área de lazer, foram todos revestidos com pisos cerâmicos, provavelmente mais recentes devido ao seu desenho contemporâneo. O padrão se repete quanto aos forros, pois todos estes últimos cômodos



Figura 170
Ambientes internos (cozinha, passar roupas, lavanderia e área de lazer) da edificação utilizada como escritório pelos proprietários, entre outras funções (parte 2).
Fonte: Acervo do Autor (2020).

citados e ainda o depósito à direita do escritório possuem forro de madeira, talvez instalado por volta do mesmo período que o piso.

Quanto às paredes do edifício que contém o escritório dos proprietários, todas possuem acabamento similar às demais edificações da fazenda: rebocadas e pintadas de branco, com maioria das esquadrias em azul escuro ou cinza claro. Notamos, também, que há vários dos ambientes que contam com pelo menos um ponto de iluminação, interruptores e tomadas de desenho mais recente; e há instalações de água e esgoto no lavabo, na cozinha e em locais onde seu uso seja necessário. Quanto ao mobiliário, observamos que os do escritório são os mais bem acabados, talvez porque neste local sejam recebidos convidados, funcionários, fornecedores etc., entretanto, suas peças aparentam ser bem mais recentes em comparação com peças encontradas, por exemplo, no casarão e no chalé.



Considerações finais

As constatações alcançadas por esta dissertação são resultado de um longo processo de pesquisa pautado na revisão bibliográfica, no levantamento e análise documental, na observação e levantamento métrico e fotográfico, e na realização de entrevistas estruturadas com pessoas que têm ou tiveram contato com o nosso objeto de estudo – a fazenda Glória. Neste sentido, consideramos que a palavra "processo" seja a que melhor define o desenrolar deste trabalho, pois foram vários os momentos de incertezas, questionamentos e redefinição de rumos; mesmo assim, com dedicação e o auxílio de muitas pessoas – especialmente as citadas nos agradecimentos –, conseguimos descobrir detalhes inéditos a respeito da família proprietária, os Barretto, sobre o núcleo rural analisado e a paisagem em que está inserido, o que nos deixa muito satisfeitos por podermos contribuir para que o mesmo seja conhecido e reconhecido e, quem sabe, preservado e transmitido da melhor maneira possível às gerações futuras. Como uma última etapa, fazemos, neste momento, nossas considerações finais, sem, no entanto, encerrar ou esgotar o assunto, pois acreditamos que novas investigações ainda possam ser realizadas para jogar luz a outros detalhes a respeito da fazenda Glória e sua paisagem, bem como de outros objetos de estudo que integraram o período cafeeiro.

Consideramos que seria legítima uma indagação do porquê não abordamos, desde o primeiro capítulo, sobre as características arquitetônicas e o estado de conservação das edificações, acerca dos detalhes do cotidiano e da paisagem que a fazenda Glória é parte integrante e indissociável – aliás, como o próprio subtítulo da dissertação indica: arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP. Ocorre que durante nossos levantamentos verificamos que a fazenda Glória foi comprada por Lucino Freire de Mattos Barretto, em 18 de abril de 1921 e, pouco mais de um século depois, ainda pertence a seus herdeiros; e foi, justamente, através de dois de seus netos – os primos, Luiz Ricardo Freire de Mattos Barretto e Antônio Luiz Nardy de Mattos Barretto – que fomos informados de que seus avós e demais

parentes eram naturais de Sergipe, onde possivelmente eram senhores de engenho, antes de emigrarem para São Paulo.

Essa informação foi adquirida em uma etapa adiantada da pesquisa, porém, não poderíamos deixar de investigá-la sob pena de ignorar detalhes relevantes sobre a família proprietária e do histórico de constituição do objeto de estudo – um típico exemplo de como uma pesquisa, que inicialmente se propunha a discutir questões bem definidas, pode passar por desdobramentos em sua execução. Assim, ao constatarmos a veracidade dos apontamentos dos herdeiros, decidimos, já no capítulo 1 – em um movimento contínuo de aproximação, conforme a metodologia da "variação da escala" proposta por Lepetit (2016), que permite identificar camadas sobrepostas de um mesmo objeto ou fenômeno social, e do cruzamento dos dados coletados como indica Pesavento (2004) – contextualizar sobre o cenário em que os Barretto estiveram inseridos como proprietários de engenhos até fins do século XIX na antiga região do Vale do Cotinguiba, com ênfase para o ramo da família de Dr. Antônio Freire de Mattos Barretto e sua esposa, D. Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto, para que pudéssemos reconstruir a trajetória de um de seus nove filhos, Lucino Barretto, desde sua saída do território sergipano rumo ao Sudeste cafeeiro, passando por Mococa, até sua chegada à fazenda Glória em Taquaritinga.

Conforme já visto, por mais que o preço do açúcar comercializado no mercado internacional, entre fins do século XVIII e ao longo do século XIX, tenha oscilado e gerado ciclos de prosperidade, estagnação e decadência nas áreas produtoras brasileiras, em Sergipe os lucros adquiridos com o produto possibilitaram a ascensão de uma parcela da população possuidora de capital e influência sociopolítica que foi capaz de manter seu status ao ocupar cargos político-administrativos, através de estratégias matrimoniais de transmissão de bens – inclusive casamentos consanguíneos – bem como, implementar melhorias em engenhos, financiar viagens internacionais e estudos de seus herdeiros.

Dentre as famílias que estiveram inseridas neste contexto, podemos distinguir os Barretto, sobretudo o Dr. Antônio Barretto e seus descendentes. Já apontamos sua formação em Direito, proprietário do engenho Contadouro, em Riachuelo, delegado e subdelegado em Divina Pastora, cargo na Assembleia Legislativa Provincial na década de 1850 e investidor no setor açucareiro. Além disso, ele teve filhos que se graduaram, nos anos 1880, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Direito de São Paulo, assim como Lucino Barretto, que se dedicou a administrar negócios familiares relacionados à agricultura.

Entretanto, Sergipe atravessava um período de diminuição dos lucros do açúcar e era impactado por importantes transformações que eclodiam em

todo o país – por exemplo, a Abolição da Escravatura (1888) e as primeiras experiências com mão-de-obra livre; o fim do Império e o início da República (1889); a consolidação de uma nova cultura agrícola organizada sob moldes comerciais de larga escala, o café, que entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX desbancou o açúcar ao alcançar a liderança das exportações, se consolidando no Oeste paulista. Portanto, a emigração para localidades cafeeiras constituía-se como uma boa oportunidade e foi o que alguns dos Barretto fizeram – assim como tantas outras famílias partiram rumo ao interior paulista, por exemplo, Brazilia Franco de Lacerda, Floriza Barbosa Ferraz, os Prado, os Almeida Prado etc.

Verificamos, porém, que a atuação de parte dos integrantes da família Barretto transcendeu suas áreas de formação, pois, além de terem transitado por diferentes cidades, inclusive na capital paulista, aparentemente em busca de melhores oportunidades, eles se valeram de estratégias a fim de se consolidarem no novo território. Nossa análise a respeito partiu do conceito de "redes sociais" vinculadas aos fenômenos migratórios, visto que os primeiros a chegarem ao Sudeste, a partir da década de 1880, deslocavam-se para estudar e trabalhar no Rio de Janeiro e em São Paulo; todavia, começaram a se fixar em Mococa e região, ao fazer uso da influência adquirida junto a seus contatos e através do matrimônio com filhos(as) de famílias de elite, garantindo sua inserção na sociedade cafeicultora paulista e abrindo caminho para que outros familiares migrassem.

Neste sentido, Lucino Barretto foi mais um dos que chegaram a Mococa a partir de 1891 – cerca de seis anos após a vinda dos primeiros familiares, o que pode configurar uma possível influência destes para que ele e demais parentes se estabelecessem na localidade. Identificamos que igualmente a um irmão e um de seus primos – Dr. Augusto Barretto, que era possuidor das fazendas Morro Azul, Santiago e Sertãozinho, e Leopoldo Vieira Barretto, dono da São Francisco –, Lucino Barretto inseriu-se no ramo cafeicultor ao adquirir a fazenda Fortaleza no ano de 1895, a Guaxupé, o sítio Retiro, em 1907, e o sítio Varjão, em 1912. Além disso, ele se casou em primeiras núpcias com D. Manoela Alves do Livramento, herdeira de uma das famílias das elites locais, o que pode ter contribuído para efetivar sua inserção no contexto paulista.

Apesar disso, verificamos que alguns membros da família Barretto deixaram Mococa e partiram em direção aos Campos de Araraquara ainda nas primeiras décadas do século XX, fazendo parte da "marcha pioneira", intitulada por Pierre Monbeig (1984). Dessa forma, nossa suposição é que Lucino Barretto tenha novamente seguido sugestões de familiares – no caso, o irmão Dr. Antônio Barretto e o primo Leopoldo Vieira Barretto, que se fixaram em Araraquara e Matão, e do primo Dr. Albano do Prado Pimentel, que havia se estabelecido em Jaboticabal –, pois ele também se insta-

lou entre Taquaritinga e Monte Alto, onde adquiriu e unificou as fazendas Sarapurema e Glória em 1921, propriedade que contava com 319 alqueires de extensão, 300.000 pés de café, entre outras benfeitorias. Enfim, através da trajetória de Lucino Barretto e seus familiares, ficou evidente que eles foram mais um exemplo daqueles que, independentemente da classe social e das condições econômicas, se dirigiram ao interior paulista atraídos pelas oportunidades que a cafeicultura oferecia entre fins do século XIX e o início do século XX. Fica claro, portanto, que os Barretto eram um grupo familiar que possuía um perfil inovador, arrojado, ou seja, eram empreendedores que constantemente buscaram pelas melhores oportunidades de se inserirem em diversos setores econômicos e na sociedade, como vimos ao longo do texto, em especial no Capítulo 1.

No Capítulo 2 continuamos a nos aproximar da fazenda Glória para realizarmos nossas análises a partir da escala territorial sob a perspectiva do conceito de paisagem e sua utilização na contemporaneidade, como um importante instrumento para preservação de sítios de interesse cultural e/ou natural e, desse modo, inserimos o objeto de estudo na discussão ao identificarmos as qualidades, ameaças e possibilidades para uma conservação mais efetiva da paisagem em que está inserido. Concluímos que não obstante esta paisagem tenha elementos indispensáveis para a biodiversidade, para o microclima e os assentamentos humanos próximos – como remanescentes de Mata Atlântica nativa, nascentes que desaguam em mananciais que abastecem municípios da região –, ela não possui elementos suficientes para tratá-la como "paisagem cultural", ou para que alcance tombamento, como ocorreu no caso do Vale do Ribeira de Iguape.

Porém, ainda que essa paisagem seja composta por propriedades privadas com áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (ARL), está sofrendo impactos ambientais relacionados, em sua maioria, às atividades antrópicas. Dentre estas últimas, identificamos que o manejo intensivo, o uso de produtos químicos e de maquinário pesado nas plantações de cana-de-açúcar, principalmente em períodos chuvosos, contribuem para movimentar partículas dos solo, intensificam processos erosivos, poluem e diminuem a qualidade das águas de nascentes e mananciais. Além disso, os incêndios que ocorrem na Serra do Jaboticabal e proximidades, especialmente em períodos mais secos do ano, devastam grandes quantidades de vegetação; bem como a expansão da malha urbana de Taquaritinga, que cresceu consideravelmente em direção ao norte do município e da serra nos últimos 50-60 anos, podem vir a ser uma ameaça a médio e longo prazo, se medidas mais restritivas não forem colocadas em prática.

Como uma das formas de amenizar tais impactos e, ao mesmo tempo, garantir renda extra aos proprietários da fazenda Glória para a realização de manutenções e incluí-la como uma das atrações, propusemos o fomento às

práticas turísticas nessa paisagem para alcançar um maior conhecimento e reconhecimento por parte da população e, também, para sua preservação – igualmente como vem sendo realizado em muitos sítios ao redor do mundo, cada qual com suas qualidades e especificidades. Além de que, a paisagem em questão já é utilizada pela população, principalmente aos finais de semana, como uma forma de ter um maior contato com a natureza, realizar atividades físicas e esportes radicais, como passeios e práticas de mountain biking, trekking, paragliding, motocross etc.

No último tópico do capítulo, descemos mais uma camada em nossa escala de análise, para nos aproximar de questões como a escolha do terreno e a implantação do conjunto edificado da sede da fazenda Glória. Conforme constatado, ainda que a propriedade possa ter sido instalada no início do século XX – devido à técnica construtiva utilizada em suas edificações, a alvenaria de tijolos assentados com barro ou argamassa e cobertas com telhas cerâmicas, os quais tiveram seu uso generalizado por São Paulo entre a década de 1880 e o começo do século XX –, uma série de apontamentos presentes nos "manuais agrícolas" da primeira metade do século XIX e utilizados pelas fazendas de café pioneiras, bem como as da região de Araraquara, foram seguidos de modo a ser possível aproveitar, ao máximo, as características do sítio, como: a escolha de um terreno com declividade natural, preferencialmente à meia encosta; a proximidade de um curso d'água que facilitasse o abastecimento das etapas de beneficiamento do café e das atividades diárias; e que recebesse incidência solar durante a maior parte do dia, sobretudo para que garantisse a secagem ideal dos grãos de café.

Entretanto, como abordado, o objeto de estudo desta dissertação possui uma particularidade: as nascentes onde a água era coletada estão localizadas abaixo da sede, o que inviabilizou aproveitar a força da gravidade para coletá-la e da força motriz para movimentar os maquinários, como era recomendado pelos "manuais agrícolas". Justamente por isso foi preciso instalar um sistema para a condução da água até os primeiros locais de armazenamento, de onde era bombeada colina acima até um reservatório para que, finalmente, fosse distribuída às edificações da sede – assunto que aprofundamos no capítulo subsequente.

Ademais, verificamos que o conjunto edificado da sede fazenda Glória não foi disposto de maneira tão rígida a ponto de formar um pátio fechado ao redor do terreiro, como ocorria nos núcleos rurais cafeeiros do Vale do Paraíba; ao contrário, foi construído de forma mais ou menos regular ao seu redor, assemelhando-se à configuração experimentada na região de Campinas e disseminada pelas fazendas cafeeiras localizadas mais além, no interior paulista. Neste sentido, percebemos que o casarão permaneceu localizado defronte ao terreiro, quase que perfeitamente alinhado com o edifício da tulha e casa de máquinas e, ainda, em posição de destaque na

paisagem – numa clara demonstração simbólica de poder, embora não fosse mais necessário que os proprietários utilizassem o alpendre para observar as atividades diárias do setor de trabalho e controlar a mão-de-obra, a qual era assalariada e recebia conforme a quantidade produzida.

No geral, as edificações foram implantadas sem que fosse preciso realizar muitas correções no terreno, somente poucos cortes e aterros sustentados por pequenos muros de arrimo. Diferente deste padrão constam somente o terreiro e o edifício da tulha e da casa de máquinas. O terreiro é uma plataforma concebida através de terraplenos que totaliza cerca de 6.500 m² – subdivididos em 12 quadras, muito possivelmente para que fossem separadas diferentes qualidades e pontos de secagem do café –, impermeabilizada com tijolos, suavemente inclinada para escoar a água das chuvas e sustentada por muros de arrimo robustos. O edifício da tulha e da casa de máquinas foi implantado de modo que o café fosse transportado, em nível, até seu interior, por um sistema de trilhos e vagonetas, bem como, para que o piso abaixo do térreo pudesse ser aproveitado para conter o motor a vapor, eixos e polias, elevadores de canecas e demais equipamentos que transportavam os grãos das tulhas até as máquinas de beneficiamento.

Em mais um movimento de aproximação do nosso objeto, descemos outra camada de nossas escalas de análise, no capítulo 3, e abordamos as características arquitetônicas do setor de produção, seu estado de conservação e como esses espaços eram utilizados através da identificação de aspectos relacionados ao cotidiano do trabalho da fazenda Glória. Como visto, a existência e a possibilidade de aproveitar a água em um núcleo rural cafeeiro era um dos fatores principais que influenciavam na escolha do terreno e na implantação do conjunto edificado. Portanto, identificamos como era realizado o processo de captação, armazenamento, distribuição e utilização da água no conjunto da sede, bem como, analisamos as edificações e espaços que mais dependiam dela para seu funcionamento – como se estivéssemos seguindo o caminho da água, isto é, a maneira como era obtida e aproveitada na propriedade.

Como visto, a água era captada nas nascentes locadas em cotas abaixo da sede através de canaletas subterrâneas – concebidas a partir da abertura de valas no solo, as quais eram revestidas com tijolos e cobertas com terra – e enviada até uma pequena caixa de coleta. Depois seguia, através de condutores metálicos, até um reservatório maior próximo – nomeado pelos proprietários e funcionários como "caixa d'água de baixo", justamente por estar localizada em uma cota mais baixa em relação às demais edificações da sede – de onde era bombeada, de início através de motor estacionário, posteriormente por um sistema acoplado ao eixo de um trator, até a "caixa d'água de cima" para que fosse distribuída. Este processo difere consideravelmente do que era utilizado na maioria das propriedades cafeicultoras,

todavia, foi o método encontrado pelos proprietários da fazenda Glória para que a água pudesse ser aproveitada. Este sistema foi utilizado por muitas décadas, porém, acabou sendo abandonado devido à avaria dos motores de bombeamento e por uma maior comodidade de obtenção da água a partir do poço semiartesiano.

A próxima edificação do setor de produção que recebia a água vinda da "caixa d'água de cima" era o lavador de café, que antes mesmo de cumprir a função principal de retirar resíduos e separar os frutos conforme o estágio de amadurecimento, servia para confiná-los em um ambiente fechado contíguo – o "expurgo" – onde produtos químicos eram aplicados para exterminar a "broca do café". Porém, mais recentemente este cômodo recebeu novo uso, visto que foram feitas aberturas e instaladas esquadrias, para ser aproveitado como depósito de ferramentas, utensílios para lavoura etc.

Outra questão interessante que identificamos, relaciona-se ao fato de que a lavagem do café foi interrompida na fazenda Glória por volta de meados do século XX, ainda que a cultura agrícola tenha sido plantada até a década de 1970, mas, no momento da colheita, apenas era peneirada e abanada na própria lavoura. É certo que, com isso, perdia-se qualidade porque não havia como retirar impurezas e separar os frutos para que secassem uniformemente de acordo com o grau de amadurecimento. Constatamos que isso pode ter ocorrido, pois as propriedades localizadas em terrenos mais elevados eram consideradas as que produziam café de maior qualidade e recebiam mais pelas sacas, já as de menor altitude somente alcançavam preços padronizados, fossem os frutos lavados ou não, o que pode ter influenciado os fazendeiros a abandonarem a lavagem do café.

Enquanto o café era lavado na fazenda Glória, ao sair do lavador os frutos eram conduzidos pela água através de canaletas – dotadas de uma série de desvios e comportas que, quando abertas, permitiam a passagem do café até uma peneira ou ralo que os separava da água – até o terreiro, assim como usualmente ocorria nas propriedades cafeicultoras, sobretudo as da região. Entretanto, quando a lavagem da colheita foi interrompida, o café era somente trazido até a sede, espalhado diretamente no terreiro para secar ao longo do dia, amontoado no próprio terreiro e coberto com lonas ao entardecer para evitar que absorvesse humidade do orvalho e de chuvas noturnas – já que não havia "meias-luas" que auxiliassem neste quesito – e quando atingia o ponto de secagem ideal era recolhido, colocado nas vagonetas e transportado até o edifício da tulha e casa de máquinas para ser armazenado e beneficiado.

Por volta da mesma época em que a lavagem foi interrompida, inferimos que o café também deixou de ser beneficiado na fazenda Glória e era somente comercializado "em coco", uma vez que o motor a vapor que era

utilizado no processo anterior fora vendido. Em consequência disso, a retirada dos grãos das tulhas – que se dava através de uma abertura no fundo do assoalho de cada caixa de armazenamento – passou a ser feita através da retirada de tábuas das portas para que caíssem, pela força da gravidade, para serem ensacados e levados para comercialização. Ou seja, ao que tudo indica, devido à impossibilidade de alcançar os mesmos lucros de outrora com a lavoura, houve uma simplificação em todo o processo que garantia maior qualidade ao café.

Com relação ao estado de conservação dos espaços e edificações voltadas para o setor de produção, constatamos que, com a substituição do café por laranja, cana-de-açúcar, entre outras culturas agrícolas, parte daquelas instalações que atendiam à lavoura anterior foram reaproveitadas em novas funções enquanto outras foram abandonadas. Assim, ao passo que algumas edificações estão sendo reutilizadas e encontram-se em bom estado de conservação – como o lavador de café e expurgo, o antigo armazém, residências de funcionários, lenheiro entre outros – identificamos aquelas que infelizmente vieram a ruir – como a antiga olaria, diversas casas das colônias, a cocheira e o paiol, os abrigos do jumento de reprodução e do cavalo dos proprietários. Ademais, também encontramos edifícios que, devido ao abandono, às intempéries e à falta de manutenção – como a tulha e casa de máquinas, as caixas d'água "de cima" e "de baixo", o terreiro, entre outros – apresentam sinais de danos estruturais que podem resultar em sua ruína, se não receberem cuidados imediatos. Portanto, ainda que as edificações remanescentes não alcancem a mesma sofisticação de outros exemplares rurais cafeeiros, é indispensável que recebam manutenção para que continuem existindo.

Descendo mais uma camada de nossas análises do objeto de estudo, no capítulo 4 e último da dissertação, abordamos a arquitetura, seu estado de conservação e o cotidiano doméstico dos funcionários e dos proprietários. No primeiro tópico discutimos desde a massa trabalhadora que habitava nas casas das diversas colônias – que eram a "da sede", "da Glória", São João, Santana, Santo Antônio e São Pedro – até aqueles que possuíam cargos mais elevados de acordo com a hierarquia do meio rural do período, no caso, o administrador e o fiscal, que moravam em residências maiores e mais confortáveis dentro do conjunto da sede, e, ao mesmo tempo, descrevemos espaços livres e de uso comum, como hortas, jardins etc. No segundo item identificamos detalhes a respeito da moradia principal dos proprietários e sua utilização, da moradia secundária – apelidada pelos ocupantes da fazenda de "chalé", por sua característica arquitetônica antes de ter sido reformada recentemente –, que era ocupada por parentes, na condição de sócios da propriedade, que moravam fora e que se dirigiam à fazenda Glória em temporadas de férias, assim como demais espaços de uso privado, como: garagem, instalações de apoio, jardins, pomar, entre outros.

Com relação aos trabalhadores da fazenda Glória – que eram majoritariamente brasileiros, mas também havia descendentes de imigrantes italianos e espanhóis, contratados para trabalhar na lavoura do café até por volta da década de 1970, assim como de japoneses, que arrendavam terras não aproveitadas pela cultura agrícola principal e as utilizavam para plantar arroz e demais gêneros alimentícios – a eles era oferecida moradia em uma das casas das colônias. Estas casas tinham um aspecto semelhante ao encontrado no meio rural paulista, sobretudo na região de Araraquara, sendo que apenas remanescem ruínas na antiga colônia "da Glória", mas, ainda assim, foi possível encontrar uma tipologia arquitetônica que predominava em todas as colônias da propriedade, a qual era composta por duas unidades residenciais geminadas; encontramos, ainda, apenas um exemplar na colônia "da Glória" que era formado por três unidades contíguas, que, como vimos anteriormente, era uma exceção.

De um modo geral, essas habitações eram dispostas em fileiras, construídas em alvenaria de tijolos assentados com barro e cobertas com telhados de duas águas compostos por telhas cerâmicas do tipo capa e canal, tinham planta em cruz dividida em quatro cômodos – uma cozinha, dois dormitórios e uma sala, exceptuando-se uma com um puxado na fachada frontal que julgamos ser um acréscimo posterior –, com esquadrias de madeira e folhas simples de escuros, sem instalações hidráulico-sanitárias, nem elétricas, tampouco piso e forro, e as paredes eram apenas rebocadas e pintadas a cal. Além disso, externamente, essas residências contavam com uma área, geralmente aos fundos, para cultivo de pequenas hortas, árvores frutíferas e criação de animais que complementavam a alimentação diária. Também havia, nas proximidades, poços e nascentes onde os funcionários buscavam água, através de baldes e outros tipos de recipientes, para consumo próprio, para higienização das casas e lavagem de roupas.

Bem mais sofisticadas em relação a estas últimas eram as casas do administrador e do fiscal, as quais atualmente estão sendo utilizadas como despejo e encontram-se em péssimo estado de conservação – grande parte do telhado da primeira ruiu e a segunda foi parcialmente reformada, mas encontra-se abandonada. Ainda assim, verificamos que a antiga casa do administrador atingia um nível de sofisticação comparável ao do casarão e do "chalé", pois contava com esgotamento sanitário, água encanada fria e quente, piso cerâmico ou de tábuas de madeira, esquadrias compostas por guilhotinas e bandeiras envidraçadas e parte dos ambientes eram forrados. Já a casa do fiscal era geminada e não possuía banheiro interno, mais simplificada, mesmo assim o piso era de tábuas de madeira e era mais espaçosa que as demais casas das colônias. Ambas as residências contavam com áreas para cultivo de alimentos, criação de animais e possuíam anexos que eram utilizados como lenheiros, depósitos, galinheiros, entre outras funções.

Interessante é notar que, assim como em outras propriedades rurais, na fazenda Glória os horários de trabalho eram controlados através do badalar de um sino – assim como as sirenes nas fábricas. O instrumento ficava em uma torre instalada defronte à casa do administrador para que este funcionário – ou, se não estivesse presente, por sua esposa – avisasse os trabalhadores sobre os horários. Verificamos, através dos relatos orais, que o sino era tocado às seis horas, para despertar os funcionários; depois, uma hora mais tarde, para que todos saíssem de suas casas e dessem início aos serviços; por volta das nove às 10 horas, novamente tocava para marcar o horário de almoço e, entre 13 horas e 14 horas, o café; e finalmente por volta das 17 horas encerrava-se o expediente – mais antigamente ainda havia um último toque, às 21 horas, que estabelecia o momento de todos se recolherem em suas residências, mas foi descontinuado. Ainda segundo os entrevistados, o uso do sino perdurou até os anos 1970, pois a partir daquele momento os horários passaram a ser combinados previamente entre os funcionários, o fiscal e o administrador e controlados sem necessidade do badalar do sino – talvez porque os horários já estivessem assimilados inconscientemente pelos ocupantes da fazenda.

Quanto às edificações de uso da família proprietária, verificamos que o casarão e o "chalé" estão bem conservados, este último principalmente por ter sido reformado por volta da década de 1990, mas continuam seguindo o padrão arquitetônico simplificado das demais edificações – são térreas, construídas com tijolos e cobertas com telhas cerâmicas (antes do tipo artesanal capa e canal, depois industrializadas), de volumetria retangular, paredes sem elementos decorativos, com programa distribuído em três setores (social, íntimo e de serviços) –, porém são melhor aparelhadas. O casarão, por exemplo, têm janelas de madeira com escuros duplos e/ou guilhotinas envidraçadas e, em alguns ambientes, venezianas externas; as portas são de madeira com bandeiras de vidro; sempre contou com banheiro interno, servido por água quente e fria e esgoto encanados; e, por volta das décadas de 1960 e 1970, foi conectado à rede de energia elétrica.

Ainda em relação ao casarão, destacamos que ao lado da cozinha há um cômodo que fora nomeado como "sala de jantar", pois, segundo um dos herdeiros, o local era utilizado por sua família para refeições diárias e para receber pessoas mais conhecidas; já aquelas pessoas que tinham um menor grau de aproximação com sua família eram recebidas na "sala de visitas", ao que tudo indica era um cômodo mais formal e refinado. Outro aspecto que identificamos é que esta "sala de jantar" citada pelos herdeiros é, na verdade, uma copa; como vimos, através de Lemos (1978, p. 149-150), este ambiente passou a fazer parte das residências da elite paulistana a partir da década de 1880 e era onde a "copeira" realizava a limpeza de utensílios de refeição e a pajem preparava a alimentação de recém-nascidos, porém, este espaço passou a ser utilizado como local de refeições em detrimento

da antiga "varanda". Portanto, a existência da copa no casarão é mais um fator que contribui para nossa suposição de que a fazenda Glória tenha sido instalada no início do século XX, fato somado a outros elementos, como: a técnica construtiva de alvenaria de tijolos, a presença de banheiro interno, entre outros.

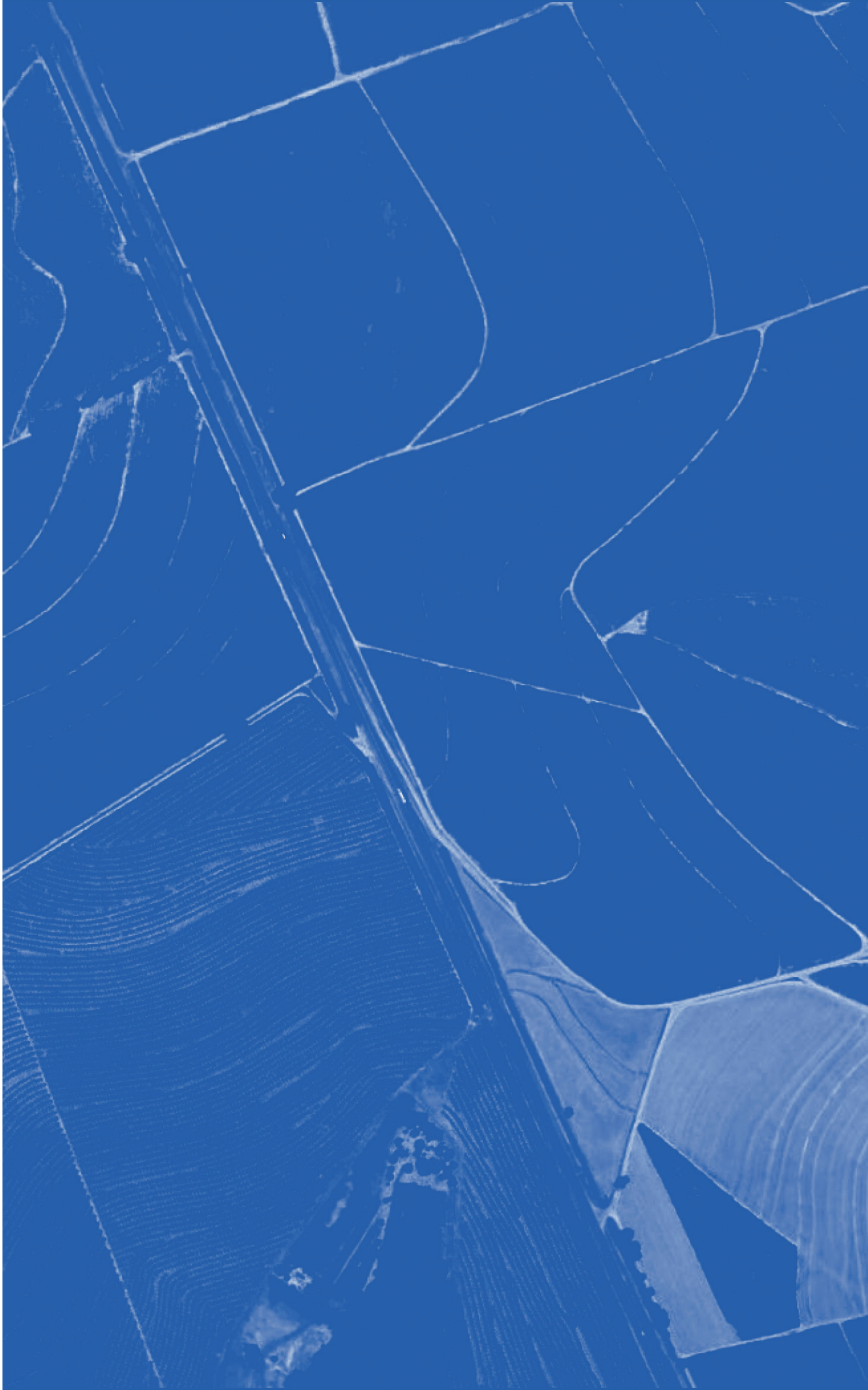
Além disso, assim como a maioria das antigas propriedades cafeeiras da região de Araraquara, a fazenda Glória nunca contou com uma capela externa, por isso o ambiente que deveria ser o hall da casa, acabou sendo escolhido para abrigar o oratório da família – de estilo neoclássico e muito possivelmente datado do final do século XIX – e passou a funcionar como o "quarto de santos", isto é, para abrigar o mobiliário, peças sacras e para que a família proprietária pudesse realizar orações, rezas etc. Este cômodo era mais frequentado por Alfredo Freire de Mattos Barretto e por sua esposa, D. Lydionette Ostini Barretto, – como vimos anteriormente, Alfredo é um dos filhos de Lucino Barretto que passou a ocupar a edificação a partir de 1950-1960 – e de uso tão restrito que, quando eram realizadas missas na propriedade e padres eram convidados para jantares, as celebrações eram realizadas externamente ao casarão, em locais abertos, como nos jardins e no pomar, onde até os trabalhadores da sede e das colônias podiam participar.

Outro ponto que demonstrou a religiosidade da família proprietária – o que também era muito comum no meio rural do período – refere-se ao fato de que, anualmente, na fazenda Glória, levantava-se o mastro, acendiam-se fogueiras, rezavam-se terços e organizavam-se festas em homenagem a santos católicos, como Santo Antônio, São João e São Pedro. De acordo com os relatos orais, esses momentos festivos não eram restritos somente aos patrões, ao contrário, parentes, amigos e todos os funcionários eram convidados a participar. Neste sentido, justamente por um maior número de pessoas frequentarem e pelo fato de a morada dos proprietários sempre ter tido acesso restrito, tais eventos eram realizados logo à sua frente, mais precisamente no caminho de acesso à sede, de modo que os participantes pudessem circular livremente entre o referido caminho e o terreiro.

Entretanto, ainda que algumas "tradições" tenham sido abolidas na fazenda Glória – como o uso do sino –, outras muito comuns no meio rural paulista entre o século XIX e o início do século XX foram mantidas, mas "suavizadas". Além das festas juninas, outro exemplo já abordado – talvez o mais emblemático – relaciona-se ao fato de que, não obstante o casarão tenha sido implantado em destaque na paisagem e em uma localização privilegiada, segundo as entrevistas, a família proprietária nunca fez uso do alpendre de sua morada para observar e controlar as atividades produtivas, como foi usual nas fazendas cafeicultoras, ao contrário, era aproveitado como uma extensão do espaço doméstico e contribuía para estreitar a ligação com o jardim fronteiro, ao mundo exterior. Mesmo assim, eram poucos que po-

diam acessar seus ambientes internos sem a anuência dos proprietários, além disso, devido à localização e ao seu porte, o casarão carregava uma função simbólica de mostrar de onde vinha o poder e a quem os funcionários deveriam obedecer – o que de fato ocorria, pois, mesmo na ausência dos proprietários, os funcionários mantinham o distanciamento e o respeito pela moradia de seus patrões, como se a edificação fosse o panóptico de Bentham, isto é, mesmo que ninguém estivesse vigiando, todos obedeciam.

Concluindo, esperamos que nosso trabalho possa contribuir de alguma forma para a área de pesquisa em que está inserido – arquitetura rural e patrimônio cultural do período cafeeiro –, bem como para que, ao menos, uma das fazendas de café de Taquaritinga seja conhecida e reconhecida por parte da população, ainda que dificilmente alcance algum tipo de proteção por parte dos órgãos públicos, seja preservada e transmitida da melhor maneira possível às gerações futuras. Cremos que nosso trabalho pode ser continuado e ter desdobramentos futuros para aqueles que se proponham a descobrir e "costurar" novas informações à "colcha de retalhos", não só em relação à fazenda Glória e sua paisagem, mas também sobre outras propriedades que estiveram inseridas no contexto do período cafeeiro paulista.



REFERÊNCIAS

4º DELEGADO de polícia. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 5 nov. 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?-bib=090972_05&pasta=ano%20189&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barreto%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

A ASSEMBLÉA Legislativa Provincial: Sessão do dia 27 de fevereiro de 1857 – Presidencia do Sr. Dr. Mattos. **Correio Sergipense**, Aracajú, p. 1, 29 abr. 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bi-b=222763&pesq=mattos%20barretto&pagfis=3874. Acesso em: 8 jul. 2020.

A ASSEMBLÉA Legislativa Provincial: Sessão Ordinaria do 1.º de Agosto de 1856 – Presidencia do Snr. Dr. Antonio Freire de Mattos Barretto. **Correio Sergipense**, Aracajú, p. 1, 3 set. 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222763&pesq=mattos%20barretto&pag-fis=3874. Acesso em: 8 jul. 2020.

A FAMÍLIA BARRETO. **Monitor Paulista**, Mococa, ano III, nº 106, p. 1, 11 jan. 1891. Disponível em: acervo particular da família Barretto. Cópia adquirida em: 3 mai. 2019.

A NOVA safra de assucar. **Correio Paulistano**, São Paulo, 01 ago. 1907, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=11302. Acesso em: 30 out. 2020.

À PRAÇA. **O Dia**, Curitiba, p. 5, 1º de abr. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=092932&pesq=%22Companhia%20Ferrovi%C3%A1ria%20Noroeste%20do%20Paran%C3%A1%22&pagfis=2225. Acesso em: 30 jul. 2021.

ACADEMIA de Medicina de São Paulo. Conversa sobre a biografia de Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto publicada, possivelmente em 2009 quando o sistema de biografias foi implantado no site da instituição, por Dr. Hélio Begliomini [Entrevista via E-mail cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 15 jul. 2021.

ACEIROS são feitos para evitar incêndio no Parque Nacional das Emas. **G1**, Goiás, 24 set. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/09/aceiros-sao-feitos-para-evitar-incendio-no-parque-nacional-das-emas.html. Acesso em: 24 ago. 2021.

ACERVO DA FAMÍLIA ALMEIDA LIMA. Benedito Almeida Lima Filho aos fundos da casa da colônia que morava com seus pais, Benedito e D. Adelaide. [entre 1970 e 1990?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Boletim de Benedito Almeida Lima Filho do ano de 1977, quando era estudante na EEPGR (E) da fazenda Glória.1977. 2 fotografias. Coleção particular.

ACERVO DA FAMÍLIA BARRETTO. Chalé antes da reforma. 1987. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Chalé após a reforma. [entre 1980 e 2000]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Cotidiano de trabalho no terreiro. [entre 1940 e 1970?]. 5 fotografias. Coleção particular.

_____. Equipe de futebol organizada por incentivo dos primos, Luiz Ricardo Barretto e Antônio Luiz Barretto, entre as décadas de 1990 e 2000. [entre 1990 e 2000?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotocópia, sem data, que mostra as antigas esquadrias do chalé antes de ter sido reformado. [entre 1970 e 1990?]. 1 fotocópia. Coleção particular.

_____. Fotocópia, sem data, que mostra D. Maria de Lourdes Barretto (sentada, de roupa clara) em passeio de charrete. [entre 1970 e 1990?]. 1 fotocópia. Coleção particular.

_____. Fotografia aérea da sede da fazenda Glória. [entre 1970 e 1990?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, com destaque para um dos degraus em que aparece parcialmente a possível data de construção ou reforma do casarão no início do século XX. [entre 1930 e 1960?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, da garagem sem o puxado na lateral esquerda. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, da garagem sem o puxado na lateral esquerda. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, de Pedro Sanches Garcia (de chapéu, à esquerda). [entre 1950 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, em que foi registrado parte dos trabalhadores que residiam nas casas das colônias. [entre 1930 e 1960?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, mostrando a professora com os alunos da escola da fazenda Glória. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, que ilustra a casa do administrador antes de sua cobertura ruir e ter passado por reformas. [entre 1940 e 1960?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, que ilustra, entre outras edificações, a da "residência e lenheiro" (bem ao centro da imagem) antes de ter tido sua cobertura reformada. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, que ilustra a outrora arquitetura do escritório do administrador. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografia da família Barreto na escada do alpendre do casarão da fazenda Glória, Alfredo Freire de Mattos Barretto (de roupa clara e em pé) e Dr. Orlando Freire de Mattos Barretto (de roupa escura e sentado no degrau da escada). [entre 1940 e 1960?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografia mais recente em que mostra o casarão reformado, já com o novo acesso frontal. [entre 1980 e 2000?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografias aéreas mostrando o conjunto edificado da sede e culturas agrícolas. [1987?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas que ilustram as telhas, do tipo francesas e capa e canal, que compunham a cobertura do edifício onde funcionava o antigo armazém. [entre 1940 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data (as duas primeiras mostram Lucino, D. Antônia Barretto, herdeiros e convidados; as demais são posteriores, com destaque para o casal, Alfredo Barretto e D. Lydionette Barretto, e Dr. Or-

lando Barretto), que mostram a utilização da família proprietária no antigo alpendre do casarão. [entre 1920 e 1960?]. 6 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, mostrando a utilização do jardim pela família proprietária. [entre 1950 e 1960?]. 4 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, mostrando o edifício da tulha e casa de máquinas ainda com a cobertura de zinco e com o anexo na lateral esquerda. [entre 1940 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que ilustram o cotidiano de utilização da cocheira para selar animais de montaria (com edifício da tulha e casa de máquinas aos fundos) e serviços de manutenção de carroças e carpintaria. [entre 1940 e 1970?]. 4 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram Dr. Orlando Barretto junto a familiares e amigos visitando a fazenda e caçando. [entre 1940 e 1970?]. 4 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram o casal Alfredo Barretto (roupa clara e braços cruzados) e D. Lydionette Barretto (roupa listrada, aos fundos) acompanhando visitas no alpendre do casarão e em frente ao terreiro. [entre 1940 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram momentos em que eram realizadas festas juninas e missas na fazenda. [entre 1930 e 1970?]. 4 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram o casarão (e o chalé) antes da reforma e como era o alpendre menor da moradia principal. [entre 1940 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram a casa do administrador e a do fiscal próximas ao terreiro. [entre 1940 e 1960?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, que mostram parcialmente a volumetria e a cobertura das edificações da cocheira e do paiol. [entre 1940 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Meia porta em uma das entradas da "residência e lenheiro" (ver a edificação maior, com a porta e a gaiola de pássaros, na figura 112). [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. O casal, D. Antônia Maria de Mattos Barretto Barretto e Lucino Freire de Mattos Barretto, no alpendre do casarão da fazenda Glória. [entre 1921 e 1927?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Operário ao lado do antigo motor a vapor que movimentava os eixos, polias e máquinas de beneficiamento de café da fazenda Glória. [entre 1940 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Planta-baixa do chalé antes da reforma. [entre 1980 e 1990?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Retrato de Lucino Freire de Mattos Barretto. [entre 1907 e 1927?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Vista parcial do conjunto arquitetônico da fazenda Glória. [entre 1940 e 1960?]. 1 fotografia. Coleção particular.

ACERVO DA FAMÍLIA CEDRONI. V O fiscal, Vicente Cedroni Neto, acompanhando os serviços diários no terreiro. [entre 1970 e 1980?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Vicente Cedroni Neto, D. Maria Aparecida Toreti Cedroni e seus filhos no jardim da frente e dentro da casa em que ocupavam na fazenda. 1981. 2 fotografias. Coleção particular.

ACERVO DA FAMÍLIA SANCHES. Carteira de trabalho de Antônio Sanchez Morales com informações sobre sua nacionalidade e chegada ao Brasil. 1976. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. D. Maria de Lourdes Barretto no alpendre do chalé, antes de ter sido reformado. [entre 1970 e 1990?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Equipe de futebol da fazenda, meados de 1970, disputando a 1ª Olimpíada do Trabalhador (De pé, da esquerda para a direita: Ditão, Mané, Sebastião, Griza, Toninho, Palomino, Donizete e Pedro Sanches Garcia; agachados, mesma ordem: Alemão, Coquinho, Eli, João Francisco e Pitota). 1976. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Equipe de futebol no antigo clube da fazenda, com destaque para Antônio Sanchez Morales (de pé, segundo da direita para a esquerda). [entre 1940 e 1960?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Família Sanches (Pedro Sanches Garcia, de pé, camisa clara, ao centro; D. Maria Frigo Sanches, sentada, a frente de Pedro; Antônio Sanches Garcia, de pé e de camisa listrada, D. Angelina Garcia Rodrigues e Antônio Sanchez

Morales, sentados, na extremidade direita) reunida com amigos da família Morita no terreiro, ao lado de sua residência, sendo possível observar a torre com o sino aos fundos. [entre 1960 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Folheto antigo, sem data, que mostra a dupla "Sertãozinho e Mirassol" formada por Pedro Sanches Garcia (à esquerda) e João Ourides Balioti (à direita). [entre 1950 e 1970?]. 1 folheto. Coleção particular.

_____. Fotografia antiga, sem data, que mostra o casarão e a vegetação do jardim. [entre 1970 e 1980?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas que mostram Antônio Carlos Sanches no jardim à frente da casa de seus avós, Antônio Sanchez Morales e D. Angelina Garcia Rodrigues. 1964. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, a primeira mostra o encontro dos primos, Dr. Orlando (de calça escura, na extremidade esquerda) e Alfredo Barretto (de calça clara, no lado oposto), com Antônio Sanchez Morales (de calça clara, ao centro) e seu filho Pedro Sanches Garcia (de calça escura, ao centro), e a segunda com Pedro trabalhando na lavoura da propriedade. [entre 1950 e 1970?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias antigas, sem data, mostrando um dos outrora administradores da fazenda, Antônio Sanchez Morales (de pé, à esquerda) junto a uma visita e outras duas em que está em meio ao cafezal. [entre 1940 e 1960?]. 3 fotografias. Coleção particular.

_____. Fotografias mais recentes, por volta das décadas de 1970 e 1980, que mostram o um dos antigos administradores da propriedade, Pedro Sanches Garcia, em frente ao escritório no período da reforma e depois de finalizado. [entre 1970 e 1980?]. 2 fotografias. Coleção particular.

_____. Imagem aérea mostrando o conjunto edificado da sede da fazenda Glória, com destaque para a antiga cocheira e sua ligação com o paiol. 1987. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Pedro Sanches Garcia (de pé, usando chapéu) e Alfredo Barretto (de pé, junto ao veículo) em frente ao jardim fronteiro do casarão. 1976. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Pedro Sanches Garcia (sentado, de camisa branca) no alpendre da casa de seu pai, Antônio Sanchez Morales (sentado, ao centro). [entre 1960 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

_____. Trabalhadores na borda do terreiro, com destaque para os irmãos, Antônio Sanches Garcia (agachado), Pedro Sanches Garcia (sentado e com seu filho, Antônio Carlos Sanches, em seu colo), e Adauto Sanches Garcia (camisa clara ao centro), assim como para seus amigos descendentes de japoneses (lado direito). [entre 1960 e 1970?]. 1 fotografia. Coleção particular.

ACERVO DA FAZENDA NOVA, DE MOCOCA. Oficina Chevrolet de Francisco Muniz Barretto, em Mococa. [entre 1920 e 1930?]. 1 fotografia. Coleção particular.

ACTOS da Presidencia. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 8 out. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=890. Acesso em: 30 out. 2020.

ADVOGADO. **A Mococa**, Mococa, p. 4, 18 jul. 1896. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

ADVOGADOS. **A Mococa**, Mococa, p. 2, 11 jul. 1897. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

ALMANAK Laemmert. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1909.** Rio de Janeiro: Manoel José da Silva & Cia, 1909. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial do Districto Federal e indicador para 1910.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1910. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil e indicador para 1911-1912.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1911. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brazil para 1913.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1913. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/

Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brazil para 1914.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1914. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brazil para 1915.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1915. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brazil para 1916.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1916. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario administrativo, agricola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brazil para 1917.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1917. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1921.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1921, v. 2. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1922-23**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1922-1923. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1924**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1924. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1925**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1925. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1926**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1926. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Annuario commercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brazil para 1927**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1927. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro:** desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

_____. **Sergipe:** fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe:** Cotinguiba, 1860-1888. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10228. Acesso em: 23 jul. 2020.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café.** Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). **Livros de Registros da Hospedaria de Imigrantes.** São Paulo, [entre 1882 e 1978]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/memoria_do_imigrante/pesquisa_livros_hospedaria. Acesso em: 6 dez. 2021.

AVISOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 19 nov. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20Jr%22&pagfis=16507. Acesso em: 06 jul. 2020.

AVULSOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 26 fev. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Leopoldo%20Vieira%20Barreto%22.&pagfis=20527. Acesso em: 30 out. 2020.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BAGLIOTTI, Gabriel. Incêndios e queimadas: é fogo que não acaba mais! **O Defensor**, Taquaritinga, 27 set. 2020. Disponível em: https://odefensor.com.br/site/2020/09/27/clikando-incendios-e-queimadas-e-fogo-que-nao-acaba-mais/. Acesso em: 9 jun. 2021.

BARRETTO, Antônio Luiz Nardy de Mattos. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 14 dez. 2021.

BARRETTO, Luiz Ricardo Freire de Mattos. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 03 mai. 2019.

BARRETTO, Plínio Freire de Mattos. **Estudo genealógico da família Barretto**. [1985?]. Acervo da Fazenda Nova e acervo pessoal de D. Maria Lúcia Barretto Salles Machado, da fazenda Morro Azul, ambas de Mococa-SP. Cópia adquirida em: 20 jun. 2019.

BARTALINI, Vladimir. A paisagem vivenciada. Resenha da obra *Voir La Terre – six essairs sur le paysage et la géographie*, de Jean-Marc Besse. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas-SP, v. 04, p. 117-123, 2005. Disponível em: periodicos.puccampinas. edu.br/seer/index.php/oculum/article/download/793/773. Acesso em: 8 mai. 2019.

_____. **Paisagem Textos**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013a. v.1.

_____. **Paisagem Textos** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013b. v.2.

BASSOLI, Luís José. Conversa sobre a Serra do Jaboticabal. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Jaboticabal, 21 jun. 2021.

BEGLIOMINI, Helio. **Plínio Freire de Mattos Barretto:** Patrono da Cadeira nº 91. Biografia de Acadêmicos, Academia de Medicina de São Paulo. São Paulo, [2009?]. Disponível em: https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=download&acao=1&id=206&biografia=Pl%EDnio%20Freire%20de%20Mattos%20Barretto#gsc.tab=0. Acesso em: 25 jun. 2021.

BENINCASA, Vladimir. Configuração da fazenda cafeeira paulista ao longo da história. *In:* CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (orgs). **Lugares de produção:** arquitetura, paisagens e patrimônio. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. **Fazendas paulistas:** arquitetura rural no ciclo cafeeiro. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Doi: 10.11606/T.18.2008.tde-14032008-151048. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/pt-br.php. Acesso em: 06 jul. 2020.

_____. **Velhas fazendas:** arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio, História. *In:* BARTALINI, Vladimir. **Paisagem Textos**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013b. v.2.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Tradução: Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a.

_____. **Ver a terra:** seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos:** alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira; prefácio de Antonio Callado; posfácio de Keila Gringerg. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BLOEM, João. Carta corographica para a divisão das comarcas, termos e municipios da provincia de Sergipe DelRey: organisada pelas informações exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1844. 1 mapa, 75,4 x 57,2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529823/cart529823.html. Acesso em: 13 ago. 2021.

BOHRER, Arthur. Fotografias. FOTOS após incêndio na Serra, em Taquaritinga (SP), mostram rastro de destruição provocado pelo fogo. **Tribuna**, Taquaritinga, 26 set. 2019. Disponível em: https://www.tribunaonline.net/fotos-apos-incendio-na-serra-em-taquaritinga-sp-mostram-o-rastro-de--destruicao-provocado-pelo-fogo/. Acesso em: 24 ago. 2021.

BOLETIM da Comissão Central do Partido Republicano. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 11 jul. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_05&pasta=ano%20189&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barreto%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

BOLETIM do dia. **Correio Paulistano,** São Paulo, p. 1, 22 jun. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=5544. Acesso em: 30 out. 2020.

BOTIGLIERI, Lucinéia Maria Sanches. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 26 jun. 2018

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. Tradução de Denice Barbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Revisão técnica de Maria Alice Nogueira. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu:** escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.265, de 26 de julho de 1876.** Concede garantia de juro de 7 % sobre o capital de 500:000$ à Companhia que o Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto e José Vieira Barreto organisarem para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna no municipio de Riachuelo, comarca de Larangeiras, na Provincia de Sergipe. *In:* BRASIL. **Colleção das Leis do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1877, v. 2, parte II. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6164-24-marco-1876 549128-publicacaooriginal-64478-pe.html. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008.** Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 8.035, de 16 de março de 1881.** Declara caduca a concessão feita por Decreto nº 6265 de 26 de julho de 1876. *In:* BRASIL. **Colleção das Leis do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1881, v. 1, parte II. Disponível em: https://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/

handle/bdcamara/18668/colleccao_leis_1881_parte2.pdf?sequence=2. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 6 abr. 2019.

BROTERO, Frederico de Barros. A descendência do Coronel José Ferraz de Camargo. *In:* **Revista da ASBRAP**. São Paulo, v.8, p. 9-58, 2001. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev8_art1.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRUNINI, Rodrigo Garcia; SILVA, Michele Cláudia da; PISSARRA, Teresa Cristina Tarlé. Efeito do sistema de produção de cana-de-açúcar na qualidade da água em bacias hidrográficas. **Revista Agrarian**, Dourados, v. 10, n. 36, p. 170-180, jun. 2017. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/agrarian/article/view/4309/3950. Acesso em: 20 maio. 2020. Doi:https://doi.org/10.30612/agrarian.v10i36.4309.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CNUC). **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAFÉ embarcado: relação de café embarcado no dia 15 do corrente. **Correio Paulistano**, São Paulo, 17 mai. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&Pesq=%22Barretto%20Holl%20e%20Cia%22&pagfis=35602. Acesso em: 16 out. 2020.

CAFÉ, cambio e commercio – Mercado de Cafe′. **Correio Paulistano,** São Paulo, p. 7, 28 fev. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=%22Whitaker,%20Brotero%20e%20Cia%22&pagfis=17099. Acesso em: 06 jul. 2020.

CÂMARA, Helder Moroni. Adjudicação. *In:* CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; e FREIRE, André Luiz (coords.). Tomo: Proces-

so Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (coord. de tomo) – **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/174/edicao-1/adjudicacao. Acesso em: 2 ago. 2021.

CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo Moderno: açúcar, café, escravos e imigrantes. *In:* SETÚBAL, Maria Alice (coord.). **Terra Paulista:** a formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo: Cenpec/Imprensa Oficial, 2008. p.103-155.

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas: Mercado de Letras; Centro de Memória - Unicamp. 1998.

CAMPOS, Eudes. Chalés paulistanos. **An. mus. paul.**, São Paulo, v.16, n.1, p. 47-108, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5487/7017. Acesso em: 25 abr. 2022.

CAMPOS, Marden Barbosa de. A dimensão espacial das redes migratórias. **Revista do Desenvolvimento Regional** (Redes), Blumenau, SC, v. 20, n. 3, p. 14-30, 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5597. Acesso em: 30 jun. 2021.

CAP. FRANCISCO Muniz Baretto. **A Mococa**, Mococa, 24 jul. 1977. Acervo da Fazenda Nova, de Mococa-SP.

CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 59-80, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-47142006000100003.

CEDRONI NETO, Vicente. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 18 jan. 2020.

CHRONICA social – Nupcias. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 2 out. 1909. Disponível http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20Jr%22&pagfis=16507. Acesso em: 6 jul. 2020.

CIMENTO "Torre Eiffel". **A Mococa**, Mococa, p. 4, 14 nov. 1896. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

COMISSÃO DE SOLOS. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de São Paulo:** contribuição à carta de solos do Brasil. Ministério da

Agricultura, Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. Rio de Janeiro: Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, n. 12, 1960. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/330749/levantamento-de-reconhecimento-dos-solos-do-estado-de-sao-paulo-contribuicao-a-carta-de-solos-do-brasil. Acesso em: 9 jun. 2021.

COMPANHIA Colonisadora e Industrial de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 3 ago. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=1576. Acesso em: 30 out. 2020.

COMPANHIA Colonisadora e Industrial Paulista. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 2 abril. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_05&Pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=1728. Acesso em: 30 out. 2020.

COMPANHIA Ferroviaria Noroeste do Paraná. **A Republica**, Curitiba, p. 3, 6 de set. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22Companhia%20Ferrovi%C3%A1ria%20Noroeste%20do%20Paran%C3%A1%22&pagfis=37150. Acesso em: 30 jul. 2021.

COMPANHIA Ferroviaria São Paulo-Paraná. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 11, 27 dez. 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_09&pesq=%22Companhia%20Ferrovi%C3%A1ria%20S%C3%A3o%20Paulo%20Paran%C3%A1%22. Acesso em: 30 jul. 2021.

CONSORCIO. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 10 maio 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_04&pasta=ano%20188&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barretto%22.
Acesso em: 1 jul. 2020.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo: Romano Guerra, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Revista Espaço e Cultura**, v. 1, p. 1-21, n. 1, 1995. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3479/2409.
Acesso em: 20 maio 2021.

_____. Carl Sauer e a Geografia Cultural. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 113-122, n. 1, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n1.pdf.
Acesso em: 20 maio 2021.

CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva (orgs.). **Lugares de produção:** arquitetura, paisagens e patrimônio. São Paulo: Annablume, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Mônica. 80 anos de seleção Gir FB: a pecuária leiteira tem muitos motivos para comemorar. **Revista Gir Leiteiro – ABCGIL**, Uberaba-MG, ano 13, p.96-97, n. 17, 2013. Disponível em: https://issuu.com/abcgil/docs/revista_gir_leiteiro_n_17. Acesso em: 3 maio 2022.

COSTA, Natalia Alexandre; BORTOLUCCI, Maria Ângela Pereira de Castro e Silva. **Cotidiano do imigrante e estruturação espacial das colônias nas fazendas de café de Ribeirão Preto-SP.** *In:* Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória, 2, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01510.pdf. Acesso em: 9 dez. 2020.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas.** Brasília: Iphan, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq2_Fazendas_do_Sul_de_Minas_Gerais_m.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil:** 1850. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

DR. JOÃO GOMES BARRETTO. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 24 mar. 1900. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

EDITAES. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 12 mar. 1898. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

EM TAQUARITINGA (SP): fotos mostram área da Serra do Jaboticabal depois de incêndio. **Tribuna**, Taquaritinga, 29 ago. 2019. Disponível em: https://www.tribunaonline.net/em-taquaritinga-sp-fotos-mostram-area-da-serra-do-jaboticabal-depois-de-incendio/. Acesso em: 9 jun. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Código Florestal:** área de preservação permanente (APP). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [entre 2012 e 2021a?]. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente. Acesso em: 8 mar. 2021.

_____. **Código Florestal:** área de reserva legal (ARL). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [entre 2012 e 2021b?]. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl. Acesso em: 8 mar. 2021.

ESTRADA de Ferro Noroeste do Paraná. **O Combate**, São Paulo, p. 1, 2 jul. 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830453&pesq=%22Claro%20Liberato%20de%20Macedo%22&pagfis=4546. Acesso em: 9 jul. 2020.

ESTRADA de Ferro São Paulo-Paraná. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 15 abr. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=%22Companhia%20Ferrovi%C3%A1ria%20S%C3%A3o%20Paulo%20Paran%C3%A1%22&pagfis=1579. Acesso em: 30 jul. 2020.

ETELVINO PRADO. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 4 jan. 1897. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

EXM. SR. BARÃO de Monte Santo. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 30 ago. 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_04&pasta=ano%20188&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barretto%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

EXPORTAÇÃO – café. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 22 jan. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Whitaker%20Brotero%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

FACTOS Diversos. **O Republicano**, Aracajú, p. 1, 17 nov. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=361275&pesq=%22Mattos%20Barretto%22&pagfis=1126. Acesso em: 9 jul. 2020.

FALLECIMENTOS. **Diário Nacional**, São Paulo, p. 2, 18 mar. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=14769.
Acesso em: 30 out. 2020.

FAZITO, Dimitri. **A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração:** mito e realidade. *In:* XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13. **Anais** [...]. Ouro Preto-MG, 4 a 8 nov. 2002. Disponível em: http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1094/1058. Acesso em: 30 jun. 2021.

FOGO na Serra do jabuticabal se alastra, atingindo propriedade rural no município. **O Defensor**, Taquaritinga, 20 out. 2020. Disponível em: https://

odefensor.com.br/site/2020/10/20/fogo-na-serra-do-jabuticabal-se-alastra atingindo-propriedade-rural-no-municipio/. Acesso em: 9 jun. 2021.

FORAM exonerados. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 28 maio 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_05&pasta=ano%20189&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barreto%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

FRANCO, Emmanuel. Emigração de intelectuais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, ANPUH, 8, 1975, **Anais** [...]. Aracaju: ANPUH, 1975. v. 2. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/2018-12/1545757173_8a1c006806982591240f77f2af1c1c93.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes de. **Arquitetura Rural no Nordeste Paulista:** Influências Mineiras, 1800-1874. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1986.

_____. **Os Signos da Modernidade nos Cafezais.** 1994. Tese (Doutorado em Artes Plásticas). Escola de Comunicações e Artes de São Paulo, São Paulo, 1994.

FREITAS, Edgard. **Mococa:** 100 anos de história – 1847-1947. Mococa: Gráfica Costal, 1947.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **O que é História Oral.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CEPDOC): [entre 2010 e 2020?]. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral. Acesso em: 2 dez. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Adauto Sanches. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 8 fev. 2020.

GAZETILHA – Actos da presidencia. **Diário de S. Paulo**, São Paulo: p. 1, 18 nov. 1877a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=13683. Acesso em: 30 out. 2020.

GAZETILHA – Actos da presidencia. **Diário de S. Paulo**, São Paulo: p. 2, 6 dez. 1877b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?-

bib=709557&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=13744. Acesso em: 30 out. 2020.

GAZETILHA – Goyas. **Diário de S. Paulo**, São Paulo: p. 3, 25 maio 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%22Frederico%20Dabney%20de%20Avellar%20Brotero%22&pagfis=2047. Acesso em: 5 nov. 2020.

GAZETILHA – Noticia da corte. **Diário de S. Paulo**, São Paulo: p. 3, 11 dez. 1866. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%22Frederico%20Dabney%20de%20Avellar%20Brotero%22&pagfis=1515. Acesso em: 5 nov. 2020.

GOOGLE EARTH. Taquaritinga, São Paulo. 2021. Imagem de Satélite, color. Disponível em: https://earth.google.com/web/search/taquaritinga/@-21.37559829,48.5048537,550.5519476a,10580.37904506d,35y,4.67734755h,0.41334619t,0r/data=CigiJgokCer2pJF1GTJAEef2pJF1GTLAGb8_mi30kzFAIcQWLN8oKlTA. Acesso em: 17 ago. 2021.

GROTA do Bixiga em debate. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil - departamento de São Paulo (IAB/SP). 2021. 1 vídeo (128 min). Transmitido ao vivo em: 18 maio 2021 pelo Canal IAB SP no Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T2p14uk4cGk. Acesso em: 18 maio 2021.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Diccionario Bio-Bibliographico Sergipano.** Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

GUERRA, Abilio. Grotão do Bixiga. **Vitruvius**, Arquiteturismo, São Paulo, ano 06, n. 064.01, jun. 2012. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/06.064/4389. Acesso em: 23 jun. 2021.

GUERRA, Wilton; SIMÕES, Renata. Apontamentos sobre a história do mobiliário brasileiro. *In:* BORGES, Adélia et al. **Coleção Museu da Casa Brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2007a, p.16-23. Disponível em: https://mcb.org.br/wp-content/uploads/assets/2020/10/colecao-mcb_compressed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. Glossário de estilos. *In:* BORGES, Adélia et al. *In:* **Coleção Museu da Casa Brasileira.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2007b, p.108-109. Disponível em: https://mcb.org.br/wp-content/uploads/2020/10/colecao-mcb_compressed.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

HÁ MEIO seculo – 23 de julho de 1890, 4ª feira. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.12, 23 jul. 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Do-

cReader.aspx?bib=090972_09&pesq=%22Frederico%20Dabney%20de%20Avellar%20Brotero%22&pagfis=2483. Acesso em: 5 nov. 2020.

HIDROTEC. **Metodologias utilizadas no desenvolvimento do 'Atlas Digital das Águas de Minas':** e considerações gerais sobre os resultados. [2013?]. Disponível em: https://meet.google.com/eoz-ydjw-ccx?pli=1&authuser=1. Acesso em: 24 ago. 2021.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira:** 1867-1918. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

INCÊNDIO de grandes proporções atinge Serra do Jaboticabal em Taquaritinga (SP). **Tribuna**, Taquaritinga, 27 ago. 2019. Disponível em: https://www.tribunaonline.net/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-serra-do-jaboticabal-em-taquaritinga-sp/. Acesso em: 9 jun. 2021.

INCÊNDIO de grandes proporções é registrado na Serra do Jabuticabal. **O Defensor**, Taquaritinga, 7 out. 2020. Disponível em: https://odefensor.com.br/site/2020/10/07/incendio-de-grandes-proporcoes-e-registrado-na-serra-do-jabuticabal/. Acesso em: 24 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Rio de Janeiro, IBGE, 1958a, v. 29. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958b, v. 30. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Taquaritinga, São Paulo-SP:** histórico. Biblioteca IBGE, catálogo, [2020?]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/taquaritinga.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Fotografias aéreas de Iguape-SP.** [entre 2009 e 2011?]. 2 fotografias. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/302?eFototeca=1. Acesso em: 30 ago. 2021.

JABOTICABAL (SP). Fórum da Comarca de Jaboticabal – 1ª Vara Cível. **Inventário e Partilha de Lucino Freire de Mattos Barretto e outro.** Registro em: 21 jul. 1927. Processo registrado sob n. 1927/000001.

_____. Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de Interdições e Tutelas da Sede – Jaboticabal/SP. **Certidão em inteiro teor de óbito – Nome: Albano do Prado Pimentel.** Registro em: 17 mar. 1932. Matrícula 114942 01 55 1932 4 00002 164 0001177 08.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica do Municipio e Comarca de Jaboticabal-SP. **Certidão de Transcrição nº 25.467.** Registro em: 18 abr. 1921. Certidão registrada às fls. 42 do livro nº 3CC.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica do Município e Comarca de Jaboticabal-SP. **Certidão de Transcrição nº 15.123.** Registro em: 10 jun. 1910. Certidão registrada às fls. 91 do livro nº 3O.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica do Município e Comarca de Jaboticabal-SP. **Certidão de Transcrição nº 24.157.** Registro em: 06 de nov. 1919. Certidão registrada às fls. 215 do livro nº 3AA.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil:** Michel Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3_MichelParent_m.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

LEGITIMOS presuntos inglezes. **A Mococa**, Mococa, 9 jul. 1898. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **Memórias de professoras de escolas rurais:** Rio Claro-SP, 1950 a 1992. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153087. Acesso em: 3 dez. 2021.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana.** São Paulo, Duprat, 1903-5. Volume III, pp. 368-404; v. 6, p. 134-178; v. 7, p. 44-83. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/. Acesso em: 13 jul. 2020.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Casa paulista:** história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. *In:* ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **Bernard Lepetit:** Por Uma Nova História Urbana. São Paulo: Edusp, 2016.

LICENÇAS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 9 nov. 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_04&pasta=ano%20188&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barretto%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

LIMA FILHO, Benedito Almeida. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 30 nov. 2020.

LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). **Almanak da Província de São Paulo para 1873**: primeiro anno. São Paulo: Typographia Americana, 1873. Disponível em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/search/?search_term=almanak+1873. Acesso em: 5 jun. 2020.

MACHADO, Maria Lúcia Barretto Prado Salles. Conversa sobre o estudo genealógico da família Barretto. [Entrevista via WhatsApp cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 24 jun. 2021.

MALA do interior – Araraquara. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 17 mar. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2433. Acesso em: 29 out. 2020.

MALA do interior - Capivary. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 21 ago. 1898. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_05&Pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=9328. Acesso em: 30 out. 2020.

MALA do interior – Casa Branca. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 11 fev. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2433. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 6 out. 1905. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2433. Acesso em: 29 out. 2020.

MALA do interior – Jaboticabal. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 26 fev. 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=10427. Acesso em: 30 out. 2020.

MALA do interior – Mocóca. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 4 jan. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=Lucino%20Barretto. Acesso em: 1 jul. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 17 abr. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Prado%20Lima%20Cia%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

MALTA CAMPOS, Dr. Décio Luiz. Conversa sobre o processo de colheita, lavagem, secagem e beneficiamento do café. [Entrevista online via Google Meet cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 25 mar. 2021.

MALUF, Marina Kosovski. **Leveza, design e mobiliário no Brasil:** aspectos visuais de uma idéia. 2013. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=22079@1. Acesso em: 10 jan. 2022.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.

MANIFESTAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 3 ago. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_05&pasta=ano%20189&pesq=%22F.%20de%20Mattos%20Barreto%22.
Acesso em: 1 jul. 2020.

MAPPA das linhas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. [entre 1912 e 1921]. 1 mapa, colorido. Escala 1:1000.000. Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Disponível em: http://acervo.mp.usp.br/Storage/Espaco-Domestico/MPACERVO_ICONO//1-05199-0000-0000-01_880x0.jpg. Acesso em: 13 ago. 2021.

MARINS, Paulo César Garcez. Preservação do Patrimônio Rural no Estado de São Paulo: Entre a Ação Governamental e Práticas Sociais. *In*: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva (orgs.). **Lugares de produção:** arquitetura, paisagens e patrimônio. São Paulo: Annablume, 2013.

MARQUES, Abilio A. S. **Indicador de São Paulo:** administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878. São Paulo: IMESP/DAESP, 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823678&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=1. Acesso em: 30 out. 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **An. mus. paul.,** São

Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000100004.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias:** a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MATTOS, Cristina de Oliveira; TOLEDO, Mauro Alexandre P. de; MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Delimitação e caracterização preliminar da área de proteção ambiental Do Camanducaia (SP/MG).** *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente do Paraná, 1997. p.218-231. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/17192/1/1344.PDF. Acesso em: 14 jun. 2021.

MAYER, Jorge Miguel. **Whitaker, José Maria.** *In:* Verbetes, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), Fundação Getúlio Vargas (FGV), [entre 19-? e 20-?]. Disponível em: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/whitaker-jose-maria. Acesso em: 13 jul. 2020.

MEDICO operador e oculista. **A Reforma**, Aracajú, p .4, 15 mai. 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=810975&pesq=mattos%20barretto. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. **A Reforma**, Aracajú, p. 4, 19 mar. 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813044&pesq=mattos%20barretto. Acesso em: 25 jun. 2020.

MEDICO operador. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 11 abr. 1896. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

MEDICO. **Gazeta de Sergipe**, Aracajú, p. 4, 24 de jun. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=810045&pesq=%22Freire%20de%20Mattos%20Barretto%22&pagfis=425. Acesso em: 8 jul. 2020.

MICALLI, Mateus Azadinho. Das histórias de família à pós-graduação: trajetória de pesquisa em arquitetura e urbanismo. *In:* BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S.; REZENDE, Natalia Cappellari de; OLIVEIRA, Joana D'Arc de (orgs.)**. Depoimentos e trajetórias:** grupo de pesquisa Patrimônio, cidades e territórios. São Carlos: IAU/USP, 2021. Disponível em: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/669. Acesso em: 8 nov. 2021.

_____. **Sesc Contendas:** revitalização da antiga Usina Contendas, de Taquaritinga-SP. 2016. Trabalho Final de Graduação (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: https://issuu.com/mateusmicalli/docs/caderno_tfg_mateus_azadinho_micalli. Acesso em: 8 nov. 2021.

MICALLI, Mateus Azadinho; PETENUSCI, Marcela Cury. A utilização de sistemas de captação de água pluvial em projetos residenciais unifamiliares. **Revista Multidisciplinar do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, ano 7, n. 7, p. 84-98, 2015.

MISSURA, Fábio Augusto. Ramal Férreo do Rio Pardo. **Revista Eletrônica da UNESP**, Franca, 5 jun. 2002.

MOCOCA (SP). **Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mococa**. Certidão de Transcrição nº 571, folhas 7, livro nº 4-A, 18 jun. 1895.

_____. **Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mococa**. Certidão de Transcrição nº 1.536, folhas 76, livro nº 3, 11 abr. 1907.

_____. **Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mococa**. Certidão de Transcrição nº 3.035, folhas 47, livro nº 3A, 18 set. 1912.

MOCOCA antiga. Banco F. Barretto. Mococa, 13 dez. 2014. Facebook: @MococaAntiga. 1 Fotografia. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MococaAntiga/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Leite em pó Mococa. Mococa, 4 fev. 2016. Facebook: @MococaAntiga. 1 Fotografia. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MococaAntiga/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Propagandas: Manteiga Mococa. Mococa, 12 jan. 2017. Facebook: @MococaAntiga. 1 Fotografia. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MococaAntiga/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 11 ago. 2021.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTE ALTO (SP). Oficial de Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Monte Alto-SP. **Certidão de Óbito** – Antonia Maria de Mattos Barretto. 1927a. Registro em: 11 de jul. 1927. Matrícula 115634 01 55 1927 4 00012 026 0000098 24. Registrada às fls. 26, do livro C-12, sob nº 98.

_____. Oficial de Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Monte Alto-SP. **Certidão de Óbito** – Lucino Freire de Mattos Barretto. 1927b.

Registro em: 3 de jul. 1927. Matrícula 115634 01 55 1927 4 00012 024 0000093 85. Registrada às fls. 24, do livro C-12, sob nº 93.

\MORTE de um delegado. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 1 ago. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Leopoldo%20Vieira%20Barreto%22.&pagfis=36579. Acesso em: 30 out. 2020.

MORTES. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2110200216.htm. Acesso em 25 jun. 2021.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey:** população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

MUNICIPIOS – Presidente Prudente. **Diário Nacional**, São Paulo, p. 5, 12 ago. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=205. Acesso em: 30 out. 2020.

MUNIZ, Cláudia. Cortiços e patrimônio nos anos 1980: tristes desfechos no bairro da Bela Vista, em São Paulo. **Revista Periferia**, v. 12, n. 2, p. 183-203, maio/ago. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/48591. Acesso em: 23 jun. 2021.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP. **Revista CPC**, n. 10, p.29-48, 2010. DOI https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i10p29-48. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660#:~:text=Fruto%20das%20experi%C3%AAncias%20desenvolvidas%20pela,a%20gest%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20cultural. Acesso em: 17 mai. 2021.

_____. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **Revista PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v.6, n.1, p.26-38, jan./mar. 2015. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Ww2PZ_M66v4J:https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/download/8635027/4268/6260+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 14 mai. 2021.

NECROLOGIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 10 de jul. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22Maria%20Isabel%20Livramento%22&pagfis=36446. Acesso em: 7 jul. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 27 dez. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Herculano%20Bueno%20do%20Livramento%22&pagfis=3896. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 10, 17 jan. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=%22Antonio%20Ribeiro%20dos%20Santos%22&pagfis=3603. Acesso em: 7 jul. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 8 out. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2433. Acesso em: 29 out. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu:** Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

NORMAS de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico. O.E.A. - Organização dos Estados Americanos. Quito: nov./dez. 1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

NOTAS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 13 mar. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2433. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 25 de nov. 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22Companhia%20Ferrovi%C3%A1ria%20Noroeste%20do%20Paran%C3%A1%22&pagfis=10384. Acesso em: 30 jul. 2021.

NOTICIAS do interior – Mococa: fallecimento do Dr. Mattos Barretto. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 9, 10 jul. 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=%22Antonio%20Mattos%20Barretto%22&pagfis=36449. Acesso em: 28 out. 2020.

NOTICIAS do interior – Monte Alto. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 9-10, 27 jul. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=Freire%20de%20Mattos%20Barretto&pagfis=26842. Acesso em: 6 jul. 2020.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I:** (1820/1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Sergipe Provincial II:** (1840/1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

O ADVOGADO: Antonio Ribeiro dos Santos – Pirassununga. **Diario de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 4 mar. 1873. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=ribeir%C3%A3osinho&pasta=ano%20187&pagfis=8654. Acesso em: 8 jul. 2020.

O CAFÉ na exposição. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2-3, 14 jan. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=Lucino%20Barretto. Acesso em: 1 jul. 2020.

OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Olhares invisíveis:** arquitetura e poder na fazenda São Roberto. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: http://10.11606/D. 18.2008.tde-18112008-111338. Acesso em: 21 abr. 2019.

PALADINI, Carlos Alberto. **Assim Nasceu Mococa.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995.

PARTE Official: Expediente da presidencia – 3ª Secção, dia 31. **Diario de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 5 de jan. 1875. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709557&pesq=%22O%20ADVOGADO:%20Antonio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20%E2%80%93%20Pirassununga%22&pagfis=10829. Acesso em: 8 jul. 2020.

PARTE Official: Expediente da presidencia - 5ª Secção. **Diário de S. Paulo**, p. 1, 21 nov. 1877a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=13691. Acesso em 30 out. 2020.

PARTE Official: Relatorio apresentado à assembléa legislativa provincial em 7 de Fevereiro de 1877b, pelo exm. sr. dr. Sebastião José Pereira, presidente da provincia (continuação). **Diario de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 10 de fev. 1877b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709557&pesq=%22O%20ADVOGADO:%20Antonio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20%E2%80%93%20Pirassununga%22&pagfis=12773. Acesso em: 8 jul. 2020.

PARTE Oficial: Governo da Provincia. **Correio Sergipense**, Aracajú, p. 1, 1 mar. 1854. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222763&pesq=mattos%20barretto&pagfis=3874. Acesso em: 8 jul. 2020.

PARTIDO Republicano de S. Paulo. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 23 nov. 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Leopoldo%20Vieira%20Barreto%22.&pagfis=31146. Acesso em: 30 out. 2020.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Desagregação do escravismo e transição para o trabalho livre na Província de Sergipe**. Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, n.3, p. 465- 493, set-dez 1994. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/159153/154050. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **História econômica de Sergipe:** 1850-1930. 1983. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279518. Acesso em: 25 ago. 2020.

PEDERSEN, Arthur. **Gestão do turismo em Sítios do Patrimônio Mundial.** Brasília: Unesco Brasil/ Iphan. 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/gestao_do_turismo_em_sitios_do_patrimonio_mundial.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

PERIA, Milve. **História** (da cidade de Taquaritinga). Taquaritinga: Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 2014. Disponível em: https://taquaritinga.sp.gov.br/historia. Acesso em: 12 nov. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p.25-30, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334. Acesso em: 22 nov. 2021.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo:** Expansão e declínio, 1765-1851. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PIPAS vasias. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 26 set. 1896. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

PISSARRA, Teresa Cristina Tarlé (Coord.). **Informações básicas para o planejamento ambiental:** Município de Jaboticabal. Jaboticabal: Funep, 2009.

_____. Conversa sobre a microbacia hidrográfica do córrego da fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Jaboticabal, 26 jun. 2018.

PISSARRA, Teresa Cristina Tarlé; POLITANO, Walter; FERRAUDO, Antônio Sérgio. Avaliação de características morfométricas na relação solo-superfície da Bacia Hidrográfica do Córrego Rico, Jaboticabal (SP). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v.28, n.2, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcs/a/P8xymTtRbpgp846w7qGJzSj/?lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRECISAMOS cortar o mal pela raiz, declara comandante dos bombeiros. **O Defensor**, Taquaritinga, p. 1, 6 set. 2013. Disponível em: https://issuu.com/odefensor/docs/jornal_o_defensor_6-09-2013_-_compl. Acesso em: 9 jun. 2021.

QUEIROZ, Humberto de. **A Mococa:** de sua fundação até 1900. Typographia do Diario Official, 1913. Acervo da Fazenda Nova, de Mococa-SP.

REUNIÃO de lavradores. **O Commercio de São Paulo,** São Paulo, p. 1, 24 abr. 1901. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=227900&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=9435. Acesso em: 29 out. 2020.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. Paisagem, patrimônio e democracia: novos desafios para políticas públicas. *In:* CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs.). **Espaços da democracia:** para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, Faperj, 2013.

RODRIGUES, Flávia Mazzer. **Caracterização hídrica em função das condições de uso e manejo do solo na microbacia hidrográfica do córrego da Fazenda da Glória, Taquaritinga, S.P.** 2008. Dissertação (Mestrado em Agronomia - Produção Vegetal) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96985?show=full. Acesso em: 2 jun. 2021.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In:* FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2021.

ROSADA, Mateus. Conversa sobre o oratório do casarão da fazenda Glória. [Entrevista via WhatsApp cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 26 set. 2020.

_____. **Estruturação Espacial das fazendas de café de Limeira e Região.** Monografia (iniciação Científica). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2004.

_____. **Igrejas Paulistas da Colônia e do Império:** Arquitetura e Ornamentação. 2016. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em: http://10.11606/T.102.2016.tde-30062016-112001. Acesso em: 9 fev. 2021.

SAIA, Luís. **Morada Paulista.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANCHES, Antônio Carlos. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 26 jun. 2018a.

_____. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 08 fev. 2020.

SANCHES, Maria Frigo. Conversa sobre a fazenda Glória. [Entrevista cedida a] Mateus Azadinho Micalli. Taquaritinga, 26 jun. 2018b.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, procissões e famílias:** a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/13_entre_farinhadas_procissoes_e_familias_a_vida_de_homens_e_mulheres_escravos_em_lagarto_provincia_de_sergipe_1850-1888.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTUÁRIO Ecológico: vereadores realizam audiência sobre queimadas na Serra. **O Defensor**, Taquaritinga, p. 1 e 3, 26 set. 2014. Disponível em: https://issuu.com/odefensor/docs/jornal_o_defensor_-_26-9-2014_-_com. Acesso em: 9 jun. 2021.

SÃO CARLOS (SP). Mitra Diocesana de São Carlos – Arquivo Diocesano de São Carlos, Estado de São Paulo. **Certidão de Transcrição de Livro de Tombo** – Protocolo nº 003/2020. Registro em: 8 de jun. 1868. Certidão registrada no Livro de Tombo da Paróquia Matriz São Bento, Araraquara, Estado de São Paulo, nº 09.03.34, às fls. 040/040v, Assento nº001.

SÃO PAULO (SP). Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Almanach da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo:** para o anno de 1917. São Paulo: Typographia Brasil, 1917. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5193. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Almanach publicado pelo 'O Estado de São Paulo' (folha diária):** para o anno de 1896. São Paulo: J. Filinto & C., 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829170&pesq=%22Dr.%20Antonio%20Freire%20de%20Mattos%22&pagfis=2. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Decreto nº 29.499, de 05 de janeiro de 1989.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989. Dispõe sobre a reestruturação e agrupamentos das escolas da zona rural. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=35024. Acesso em: 03 dez. 2021.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Divisão Municipal do Estado de São Paulo.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2014. 1 mapa, preto e branco. Escala 1:1.000.000. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Estatistica Agricola e Zootechnica de Araraquara no anno agricola de 1904-1905 – 3º districto.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, 1907a, 23 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011756&parte=2. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Estatistica Agricola e Zootechnica de Jaboticabal, no anno agricola de 1904-1905 – 3º districto.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, 1908, 28 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011756&parte=14. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Estatistica Agricola e Zootechnica de Ribeirãozinho (Taquaritinga) no anno agricola de 1904-1905 – 3º Districto.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, 1907b, 20 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011756&parte=23. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Estatistica Agricola e Zootechnica, 1930-1931.** São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, 1932, 92 p. Disponível em:https://bibliotecadigital.

seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011272&parte=1. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. **Parecer nº 777, de 2003**. Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei Nº 177, de 2001. Declara área de proteção ambiental a "Serra de Jaboticabal". São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003a. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/2003/08/Acessorio/604916_07_0777_2003_0604916.doc. Acesso em: 6 abr. 2020.

_____. **Parecer nº 778, de 2003**. Relator Especial. Em substituição ao da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, sobre o Projeto de lei nº 0177, de 2001. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003b. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/2003/08/Acessorio/604924_07_0778_2003_0604924.doc. Acesso em: 06 abr. 2020.

_____. **Projeto de Lei nº 1281 de 2003**. Declara área de proteção ambiental a "Serra de Jaboticabal". São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003c. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?method=&telaOrigem=propDetalhada&docAcessoriosAberto=&orderByAcessorio=&act=detalhe&orderBy=&rowsPerPage=10&currentPage=1&currentPageDetalhe=1&idDocumento=218352&oIdPropositura=593835&hideBackToSearchButton=&nrLegislatura=&idNatureza=&nrLegislativo=&nrAnoLegislativo=&nrRG=&nrAnoRG=&nrRGL=&nrAnoRGL=&idNaturezaMestre=&nrLegislativoMestre=&nrAnoLegislativoMestre=&idAutor=&idPartido=&idApoiador=&idPartidoApoiador=&idRegime=&idEtapa=&idTpAndamento=&tpProcesso=&tpAutor=&nrContrato=&dtContrato=&tpContrato=&nrOficio=&nrProcessoTce=&idEmpresa=&tpAprovacao=&tpVeto=&idMunicipio=&idUf=&idPerfil=&cdDocOrigem=&dtInicial=&dtFinal=&flParecer=&tpParecer=&idTipoParecer=&flRelatorEspecial=&idGrupo=&tpAndamento=&tpDocumento=propositura&tpDocumentoMestre=&odsAssunto=&dsAssunto=&flAndOr=&nmPalavra1=&flAndOr1=&nmPalavra2=&flAndOr2=&nmPalavra3=&flExibeAcessorios=&flExibeProdutoFinal=. Acesso em: 6 abr.2019.

_____. **Projeto de Lei nº 177, de 2001**. Declara área de proteção ambiental a "Serra de Jaboticabal". São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?method=&telaOrigem=propDetalhada&docAcessoriosAberto=&orderByAcessorio=&act=detalhe&orderBy=&rowsPerPage=10&currentPage=1&currentPageDetalhe=1&idDocumento=98421&oIdPropositura=5218&hideBackToSearchButton=&nrLegislatura=&idNatureza=&nrLegislativo=&nrAnoLegislativo=&nrRG=&nrAnoRG=&nrRGL=&nrAnoRGL=&idNaturezaMestre=&nrLegislativoMestre=&nrAnoLegislativoMestre=&idAutor=&idPartido=&idApoiador=&idPartidoApoiador=&idRegime=&idEtapa=&idTpAndamento=&tpProcesso=&tpAutor=&nrContrato=&dtContrato=&tpContrato=&nrOficio=&nrProcessoTce=&idEmpresa=&tpAprovacao=&tpVeto=&idMunicipio=&idUf=&i-

dPerfil=&cdDocOrigem=&dtInicial=&dtFinal=&flParecer=&tpParecer=&idTipoParecer=&flRelatorEspecial=&idGrupo=&tpAndamento=&tpDocumento=propositura&tpDocumentoMestre=&odsAssunto=&dsAssunto=&flAndOr=&nmPalavra1=&flAndOr1=&nmPalavra2=&flAndOr2=&nmPalavra3=&flExibeAcessorios=&flExibeProdutoFinal=. Acesso em: 6 abr. 2020.

_____. **Projeto de Lei nº 516, de 8 de agosto de 1992**. Declara área de proteção ambiental a "Serra de Jaboticabal". São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1992. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=5218. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 649 de 2005**. Declara área de proteção ambiental a Serra do Jaboticabal. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?method=&telaOrigem=propDetalhada&docAcessoriosAberto=&orderByAcessorio=&act=detalhe&orderBy=&rowsPerPage=10&currentPage=1&currentPageDetalhe=1&idDocumento=593835&oIdPropositura=218352&hideBackToSearchButton=&nrLegislatura=&idNatureza=&nrLegislativo=&nrAnoLegislativo=&nrRG=&nrAnoRG=&nrRGL=&nrAnoRGL=&idNaturezaMestre=&nrLegislativoMestre=&nrAnoLegislativoMestre=&idAutor=&idPartido=&idApoiador=&idPartidoApoiador=&idRegime=&idEtapa=&idTpAndamento=&tpProcesso=&tpAutor=&nrContrato=&dtContrato=&tpContrato=&nrOficio=&nrProcessoTce=&idEmpresa=&tpAprovacao=&tpVeto=&idMunicipio=&idUf=&idPerfil=&cdDocOrigem=&dtInicial=&dtFinal=&flParecer=&tpParecer=&idTipoParecer=&flRelatorEspecial=&idGrupo=&tpAndamento=&tpDocumento=propositura&tpDocumentoMestre=&odsAssunto=&dsAssunto=&flAndOr=&nmPalavra1=&flAndOr1=&nmPalavra2=&flAndOr2=&nmPalavra3=&flExibeAcessorios=&flExibeProdutoFinal=&idNaturezaDetalhe=&nrLegisAcessorio=&nrAnoLegisAcessorio=&idPage=1. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. **Resolução nº 801, de 18 de outubro de 1999**. Dispõe sobre arquivamento de proposições. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/8318. Acesso em: 6 abr. 2019.

_____. **Resolução nº 875, de 14 de junho de 2011**. Dispõe sobre arquivamento de proposições. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2011/resolucao.alesp-875-14.06.2011.html. Acesso em: 6 abr. 2019.

SAUER, Arthur. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1905** – obra estatística e de consulta. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1905. Disponível em: http://memoria.

bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1907** – obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1908** – obra estatística e de consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1908. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=44232&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 30/06/2020.

SCORRAR, Jorge Black; COCOCI, Alexandre M. **Mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo:** folha de Jaboticabal. São Paulo: Secção Cartographica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos Incorporada) S. Paulo, Cayeiras e Rio, 1927. 1 mapa, policromado, Escala 1:100.000. Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Disponível em: http://acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#. Acesso em: 24 ago. 2020.

SECÇÃO Commercial – Cafe, algodão e cambio. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 9, 24 ago. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=%22Whitaker,%20Brotero%20e%20Cia%22&pagfis=17099. Acesso em: 6 jul. 2020.

SECÇÃO Commercial – Rendimentos fiscaes. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 5 nov. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pes =%22Whitaker%20Brotero%22. Acesso em: 1 jul. 2020.

SECCOS, Molhados e Ferragens. **A Mococa**, Mococa, p. 3, 11 abr. 1896. Acervo físico da Casa de Cultura Rogério Cardoso, Mococa-SP.

SECKLER, Jorge (org.). **Almanach administrativo, commercial e industrial da provincia de São Paulo para o anno bissexto de 1884.** São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1883. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829560&pesq=%22Albano%20do20Prado%20Pimentel%22&pagfis=152. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Almanach administrativo, commercial e industrial da provincia de São Paulo para o anno de 1886.** São Paulo: Jorge Seckler & Cia., 1886. Disponível

em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=828858&pesq=ribeir%C3%A3osinho&pasta=ano%20188. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Almanach da provincia de São Paulo administrativo, industrial e commercial para 1887**. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829161&pesq=ribeir%C3%A3osinho&pasta=ano%20188. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Almanach da provincia de São Paulo, administrativo, commercial e industrial para 1888**. São Paulo: Jorge Seckler & Comp, 1888. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/568. Acesso em: 8 jun. 2020.

SERGIPE (SE). **Sergipe tem nova divisão hidrográfica.** Sergipe: Governo do Estado de Sergipe, 2016. 1 mapa. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/sergipe-tem-nova-divisao-hidrografica. Acesso em: 4 ago. 2021.

SILVA, André Felipe Cândido da. **Ciência nos cafezais:** a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6127. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, Michele Cláudia da. **Qualidade hídrica e morfometria da Microbacia do Córrego da Fazenda Glória, Taquaritinga - SP.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_29d506db912353e854fd0122d2ef0901. Acesso em: 2 jun. 2021.

SÍTIO Roberto Burle Marx é reconhecido como Patrimônio Mundial da Unesco. **Brasil:** IPHAN. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/sitio-roberto-burle-marx-recebe-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco. Acesso em: 9 ago. 2021.

SOCIEDADE paulista de agricultura. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 12 mai. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Leopoldo%20Vieira%20Barreto%22.&pagfis=21176. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 5 dez. 1915. Disponível http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20Jr%22&pagfis=16507. Acesso em: 6 jul. 2020.

SUPREMO Tribunal de Justiça. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 07 dez. 1886. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pesq=%22Frederico%20Dabney%20de%20Avellar%20Brotero%22&pagfis=8482. Acesso em: 5 nov. 2020.

TAQUARITINGA (SP). **Lei Municipal nº 4.479, de 6 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre a política de Identificação, Catalogação, Recuperação e Proteção de Nascentes de Água e Fragmentos de Matas Remanescentes, no Município de Taquaritinga, e dá outras providências. Taquaritinga, 2017. Disponível em: https://legislacao.camarataquaritinga.sp.gov.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=8782&texto_original=1. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Transcrição nº 447.** Registro em: 14 de abr. 1930. Certidão registrada às fls. 191 do livro 3-"N".

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Transcrição nº 4.327.** Registro em: 26 de out. 1940. Certidão registrada às fls. 242 do livro 3-"Q".

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Transcrição nº 7.356.** Registro em: 12 de nov. 1948. Certidão registrada às fls. 294 do livro 3-"S".

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Transcrição nº 7.807.** Registro em: 21 de nov. 1949. Certidão registrada às fls. 80 do livro 3-"T".

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Transcrição nº 13.498.** 1962a. Registro em: 08 de jan. 1962. Certidão registrada às fls. 75 do livro 3-"AA".

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Matrícula nº 045.** Registro em: 04 fev. 1976. Certidão registrada no livro 02.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Matrícula nº 12.342.** Registro em: 30 de nov. 1984. Certidão registrada no livro 02.

_____. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga-SP. **Certidão de Matrícula nº 17.725.** Registro em: 11 de mai. 1993. Certidão registrada no livro 02.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos:** ser e parecer. São Paulo: Annablume, 2001.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *In:* LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades.** São Paulo: Alameda, 2011. Originalmente publicado em Tempo Social, v. 20, 2008, p. 199-218.

ULTIMA hora. **A Constituinte**, São Paulo, p. 3, 18 jun. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709646&pesq=%22Albano%20do%20Prado%20Pimentel%22&pagfis=1072. Acesso em: 30 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Livro das Guias de Transferências Expedidas** – 1879-1885**.** Centro de Ciências Jurídicas. Arquivo da Faculdade de Direito do Recife. 14 p. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/590249/2934317/TE001+-+TE005+-+1879+-+1924.pdf/f9eaf-922-3585-46c5-8d1e-e21b14c6c0a9. Acesso em: 14 out. 2020.

VAINFAS, Ronaldo et al. A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa. *In:* **História:** volume único. São Paulo: Saraiva, 2010.

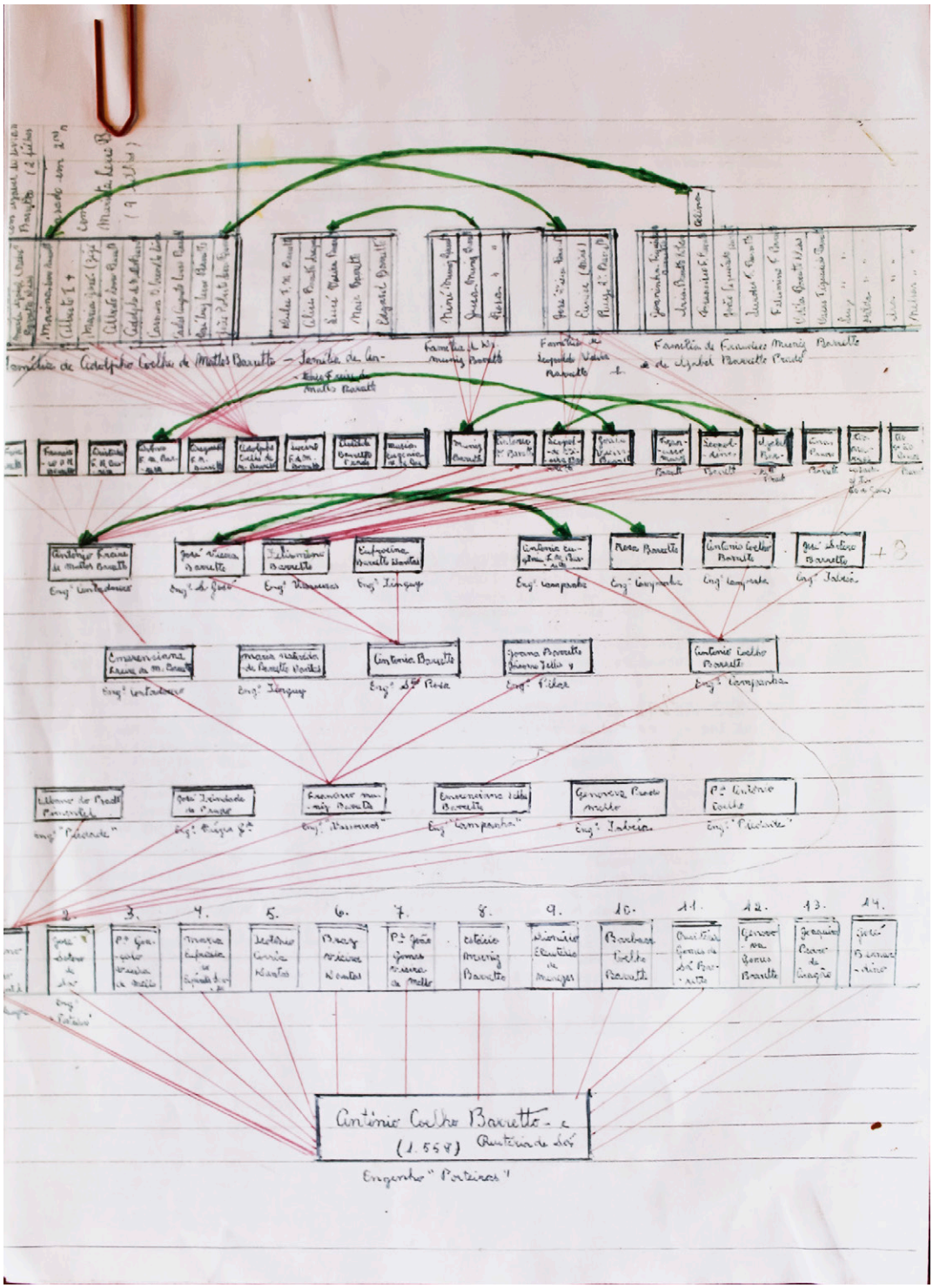
VIDA dos municípios – S. José dos Campos. **Jornal de Notícias**, São Paulo, p. 11, 19 mai. 1944. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=583138&Pesq=%22Erasmo%20Teixeira%20de%20Assun%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=283. Acesso em: 5 nov. 2020.

X CONGRESSO Agricola. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 15 jan. 1915a. Disponível http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20Jr%22&pagfis=16507. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3-4, 26 jan. 1915b. Disponível http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Ribeiro%20dos%20Santos%20Jr%22&pagfis=16507. Acesso em: 6 jul. 2020.

ANEXO A

Estudo genealógico da família Barretto, produzido por Dr. Plínio Freire de Mattos Barretto ([1985?])



TRONCO:- ANTÔNIO COELHO BARRETTO -(Engenho Porteiras)-português,vindo para o Brasil em 1558 - casado com Dª Quitéria Gomes de Sá, filha de Mem de Sá, 3º Governador Geral do Brasil. 14 filhos .

1º- ALBANO DO PRADO PIMENTEL - (Engenho Dangra)
2º- JOSÉ SOTERO DE SÁ
3º- PADRE GONÇALO VIEIRA DE MELLO
4º-MARIA EUFRÁSIA DO ESPÍRITO SANTO
5º-TEOTÔNIO CORRÊA DANTAS
6º-BRAZ VIEIRA DANTAS
7º- PADRE JOÃO VIEIRA DE MELLO
8º- ESTÁCIO MUNIZ BARRETTO
9º- DIONÍSIO ELEUTÉRIO DE MENEZES
10º - BÁRBARA COELHO BARRETTO
11º -MARIA QUITÉRIA GOMES DE SÁ BARRETTO
12º - GENOVEVA GOMES BARRETTO
13º - JOAQUIM PEDRO DE ARAGÃO
14º - JOSÉ BERNARDINO DE SÁ

NOTA:- Os sobrenomes diferentes conservam os ramos da FAMÍLIA BARRETTO em Portugal.-Estes dados foram fornecidos por AURÉLIO BARRETTO (Maroim- Sergipe) em 17 de fevereiro de 1948 e extraídos do LIVRO DA FAMÍLIA BARRETTO (1558) existente no GABINETE DE LEITURA do MUSEU HISTÓRICO da cidade de Maroim (Sergipe).-Este GABINETE DE LEITURA foi fundado por Dr, Felismino Barretto,em 1874.

FAMÍLIA DE :- IZABEL DO PRADO BARRETTO - (Engenho Santa Rosa)

1º ramo:-Antônio Coelho Barretto - (tronco da Família Barretto) no Brasil- português-pai de:-
2º ramo:- Albano do Prado Pimentel- (Engenho Dangra)- pai de :-
3º ramo:- Francisco Muniz Barretto- (" Vassouras)- pai de :-
4º ramo:- Antônia Barretto - (Engenho Santa Rosa) - mãe de:-
5º ramo:- Felismino Barretto - (Engenho Vassouras) - irmão de José Vieira Barretto e pai de:-
6º ramo:- Izabel do Prado Barretto- (Engenho Santa Rosa)-casada com Leopoldo Vieira Barretto (Engenho São José)- Mãe de:-José,Eunice e Ruy Vieira Barretto .

FAMÍLIA DE :- LEOPOLDO VIEIRA BARRETTO - (Engenho São José)

1º ramo:-Antônio Coelho Barretto -(tronco da Família Barretto,no Brasil)- pai de:-
2º ramo:- Albano do Prado Pimentel- (Engenho Dangra)- pai de:-
3º ramo:- Francisco Muniz Barretto- (" Vassouras)- pai de:-
4º ramo:- Antônia Barretto - (Engenho Santa Rosa)- mãe de :-
5º ramo:- José Vieira Barretto- (Engenho São José)-Irmão de Felismino Barretto e pai de:-
6º ramo:- Leopoldo Vieira Barretto -(Engenho São José)-casado com Izabel do Prado Barretto do Engenho Santa Rosa)- Filhos: - José, Eunice e Ruy Vieira Barretto.

FAMÍLIA DE :-FRANCISCO MUNIZ BARRETTO - (Engenho Vassouras)

1º ramo:-Antônio Coelho Barretto - (tronco da Família Barretto, no Brasil)- pai de:-
2º ramo:- Albano do Prado Pimentel - (Engenho Dangra)- pai de:-
3º ramo:-Francisco Muniz Barretto - (Engenho Vassouras)- pai de:-
4º ramo: Antônia Barretto -(Engenho Santa Rosa) -irmã de Emerenciana Telles Barretto e mãe de
5º ramo:-Felismino Barretto- (Engenho Vassouras)-irmão de José Vieira Barretto e pai de:-
6º ramo:-Francisco Muniz Barretto - (Engenho Vassouras)-casado com Lavínia Figueiredo Barreto-retto. 12 filhos:-Joana,Iria,Francisco,João, Lurdes, Felismino, Odila, Oscar, Luiz, Hilda, Isa e Nelson.

FAMÍLIA DE :- ADOLPHO COELHO DE MATTOS BARRETTO (Engenho Contadouro)

1º ramo:-Antônio Coelho Barretto :- pai de:-
2º ramo:-Albano do Prado Pimentel:-pai de-
3º ramo:-Francisco Muniz Barretto:- pai de:-
4º ramo:-Emerenciana Telles Barretto -(Engenho Santa Rosa)-irmã de Antônia Barretto e mãe de:
5º ramo:-Antonio Coelho Barretto-(Engenho Campanha) que era pai de Rosa Barretto casada com José Vieira Barretto , do Engenho S.José.Antonio Coelho Barretto era pai de :-
6º ramo:-Antônia Eugênia Freire de Mattos Barretto (Engenho Campanha) casada com Antônio Freire de Mattos Barretto (Engenho Contadouro) e pai de:-
7º ramo:- Adolpho Coelho de Mattos Barretto- (Dr.Coelhinho)- que deveria ser:-Adolpho Freire de Mattos Barretto,mas o sobrenome Freire foi substituido pelo sobrenome Coelho , dos antepassados. Casado com Marieta Levro Barretto.-Filhos:-Marina,Maria José (Zéze), Alberto, Adolpho (Mattos), Carmen,Carlos Augusto (Carlito),José Luiz e João Roberto.

Fonte: Barretto ([1985?]).

ANEXO B

Decreto nº 6.265, de 26 de julho de 1876

Fonte: Brasil (1876).



COLLECÇÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRAZIL

DE

1876

TOMO XXXIX

PARTE II

VOLUME I.

CAMARA
DOS DEPUTADOS

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1876.

9—76

do arrasamento dos morros do Castello e de Santo Antonio, de que trata a condição 2.ª das que baixaram com o Decreto n.º 5337 de 16 de Julho de 1873, que concedeu ao mesmo Commendador autorização para, por si ou por empreza que organizar, levar a effeito as ditas obras.

O Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, do Conselho do mesmo Augusto Senhor, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Julho de mil oitocentos setenta e seis, quinquagesimo quinto da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.

José Bento da Cunha e Figueiredo

DECRETO N. 6265 — DE 26 DE JULHO DE 1876.

Concede garantia de juro de 7 °/₀ sobre o capital de 500:000$ á Companhia que o Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto e José Vieira Barreto organisarem para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna no municipio de Riachuelo, comarca de Larangeiras, na Provincia de Sergipe.

A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que lhe requereram o Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto e José Vieira Barreto, Ha por bem, nos termos do art. 2.º da Lei n.º 2687 de 6 de Novembro do anno passado, Conceder á Companhia que incorporarem, a garantia do juro de 7 °/₀ ao anno sobre o capital de 500:000$000, effectivamente applicados á construcção de um engenho central e de suas dependencias, para o fabrico de assucar de canna no municipio de Riachuelo, comarca de Larangeiras, na Provincia de Sergipe, mediante o emprego de apparelhos e processos modernos mais aperfeiçoados, observadas as clausulas que com este baixam assignadas por

ANEXO C

Decreto nº 8.035, de 16 de março de 1881

COLLECÇÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRAZIL

DE

1881

PARTE I. TOMO XXVIII — PARTE II. TOMO XLIV

VOLUME I

BIBLIOTHECA DA CAM.
DOS DEPUTADOS



RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1882

300—82

DECRETO N. 8034 — DE 16 DE MARÇO DE 1881.

Declara caduca a concessão feita por Decreto n. 6148 de 10 de Março de 1876.

Considerando que o Barão de Camassari, a quem, por Decreto n. 6148 de 10 de Março de 1876, foi concedida, na fórma da Lei n. 2687 de 6 de Novembro do anno anterior, garantia de juro de 7 % ao anno sobre o capital de 700:000$, que a companhia por elle organizada empregasse na fundação de um engenho central no municipio da Matta de S. João, Provincia da Bahia, deixou de organizar a companhia dentro do prazo marcado na clausula 6.ª das que baixaram com o mencionado decreto, Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Março de 1881, 60.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

DECRETO N. 8035 — DE 16 DE MARÇO DE 1881.

Declara caduca a concessão feita por Decreto n. 6265 de 26 de Julho de 1876.

Considerando que o Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto e José Vieira Barreto, a quem, por Decreto n. 6265 de 26 de Julho de 1876, foi concedida, na fórma do art. 2.º da Lei n. 2687 de 6 de Novembro de 1875, garantia do juro de 7 % ao anno sobre o capital de 500:000$, que a companhia por elles organizada empregasse na fundação de um engenho central no municipio de Riachuelo, da Provincia de Sergipe, deixaram de organizar a companhia dentro do prazo marcado na clausula 6.ª das que baixaram com o mencionado decreto e da prorogação concedida pelo de n. 6507 do 1.º de Março do anno seguinte, Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Março de 1881, 60.º da Independencia e do Imperio

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

Fonte: Brasil (1881).

APÊNDICE A

Lista de arquivos consultados

JABOTICABAL-SP

• *Fórum da Comarca de Jaboticabal*
Endereço: Praça do Café, s/n, Aparecida.
Telefone: (16) 3203-3211
E-mail: jabotic1@tjsp.jus.br

• *Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Jaboticabal*
Endereço: Rua São João, 673, Aparecida.
Telefone: (16) 3203-1464
E-mail: 1cartorio@globo.com

• *Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Jaboticabal*
Endereço: Avenida Major Novaes, 535, Centro.
Telefone: (16) 3202-3015
E-mail: ri.jaboticabal@terra.com.br

MOCOCA-SP

• *Casa de Cultura "Rogério Cardoso"*
Endereço: Rua Muniz Baretto, 54, Centro.
Telefone: (19) 3656-9030
E-mail: culturaeturismo@mococa.sp.gov.br

• *Fazenda Nova*
Endereço: Rodovia SP-340, km. 271, Mococa-SP.
Telefone: (19) 3656-0109
E-mail: faznova@uol.com.br

• *Fazenda Morro Azul (Casa do Engenho)*
Endereço: Estrada Municipal Itaiquara/Tapiratiba, 7810, Mococa-SP.
Telefone: (19) 3656-2526
Website: http://www.fazendamorroazul.com.br/

• *Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Mococa*
Endereço: Rua Riachuelo, 478, Centro.
Telefone: (19) 3656-1519
E-mail: oficial@oficialmococa.com.br

MONTE ALTO-SP

• *Fórum da Comarca de Monte Alto*
Endereço: Rua Dr. Raul Rocha Medeiros, 1251, Centro.
Telefone: (16) 3242-1319

• *Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Monte Alto*
Endereço: Rua Gustavo de Godoy, 430/434, Centro.
Telefones: (16) 3242-3001 / 3242-4537 / 3243-2761
E-mail: regimov.montealto@gmail.com

• *Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Monte Alto*
Endereço: Rua Ananias de Carvalho, 1670, Centro.
Telefone: (16) 3243-2853
E-mail: rcpnmontealto@gmail.com

RIBEIRÃO PRETO-SP

• *Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*
Endereço: Rua General Osório, 768, Centro.

Telefone: (16) 3625-6712
E-mail: arquivo@cultura.pmrp.com.br

SÃO CARLOS-SP

• *Arquivo Diocesano de São Carlos*
Endereço: Avenida José Pereira Lopes, 386, Vila Prado.
Telefone: (16) 3362-4480
E-mail: arquivo@diocesesaocarlos.org.br

• *Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (EESC-USP)*
Endereço: Avenida Trabalhador são-carlense, 400, Parque Arnold Schimidt.
Telefone: (16) 3373-9247 / 3373-9257
E-mail: biblioteca@eesc.usp.br

• *Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo (IAU-USP)*
Endereço: Avenida Trabalhador são-carlense, 400, Parque Arnold Schimidt.
Telefone: (16) 3373-9282 / 3373-6830
E-mail: bibiau@sc.usp.br

• *Biblioteca do Instituto de Física de São Carlos, da Universidade de São Paulo (IFSC-USP)*
Endereço: Avenida Trabalhador são-carlense, 400, Parque Arnold Schimidt.
Telefone: (16) 3373-9779 / 3373-9782 / 3373-8063 / 3373-8761

SÃO PAULO-SP

• *Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAU-USP)*
Endereço: Rua do Lago, 876, Cidade Universitária.
Email: bibfauatend@usp.br / bibfau@usp.br

TAQUARITINGA-SP

• *Câmara Municipal de Taquaritinga*
Endereço: Praça Dr. Horácio Ramalho, 156, Centro.
Telefone: (16) 3253-9282
E-mail: camara@camarataquaritinga.sp.gov.br

• *Sindicato Rural de Taquaritinga*
Endereço: Rua da República, 1197, Centro.
Telefone: (16) 3252-2175
E-mail: srtaquaritinga@hotmail.com

• *Prefeitura Municipal de Taquaritinga - Secretaria da Câmara Municipal*
Endereço: Rua Romeu Marsico, 200, Centro.
Telefone: (16) 3253-9100
Website: https://taquaritinga.sp.gov.br

• *Ofício de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Taquaritinga.*
Endereço: Rua Miguel Anselmo, 352, Centro.
Telefone: (16) 3253-2544
E-mail: atendimento@ritdpjtaquaritinga.com.br

BASES DE DADOS DIGITAIS

Arquivo da Faculdade de Direito de Recife
(https://www.ufpe.br/documents/590249/2934317/TE001+-+TE005+-+1879+-+1924.pdf/f9eaf-922-3585-46c5-8d1e-e21b14c6c0a9)

Arquivo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
(http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/)

Arquivo Noronha Santos - Instituto do Patrimônio Histórico, artístico nacional
(http://portal.iphan.gov.br/ans/)

Arquivo Público do Estado de São Paulo
(http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/)

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)
(https://www.al.sp.gov.br/)

Banco de Dados Bibliográficos da USP (DEDALUS)

(https://dedalus.usp.br/F?RN=203065794)

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin
(https://www.bbm.usp.br/pt-br/)

Biblioteca Digital da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
(https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/index.php)

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP
(https://www.teses.usp.br/)

Biblioteca e Publicações da Câmara dos Deputados
(https://www.camara.leg.br/biblioteca-e-publicacoes/)

CPDOC Fundação Getúlio Vargas
(https://cpdoc.fgv.br/)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
(http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(https://www.ibge.gov.br/)

Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo
(http://www.igc.sp.gov.br/)

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
(http://ihgse.org.br/)

Museu Paulista - USP
(https://www.mp.usp.br/)

Observatório de Sergipe
(https://www.observatorio.se.gov.br/)

Portal de Busca Integrada - Agência de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA-USP)
(https://www.buscaintegrada.usp.br/primo_library/libweb/action/search.do)

Portal de Livros Abertos da USP
(http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP)

OUTROS

Livrarias e sebos brasileiros.
Publicações e informações adquiridas junto a acervos particulares, como: dos membros das famílias Barretto, Sanches, Cedroni e Almeida Lima, de Taquaritinga-SP, Monte Alto-SP e Jaboticabal-SP; Marina Rossetti Barretto Ribeiro, da fazenda Nova, e Maria Lúcia Barretto Prado Salles Machado, da fazenda Morro Azul, de Mococa-SP; Dr. Décio Luiz Malta Campos, Vera Regina Zavaglia Malta Campos e Sara de Jesus Silva, da fazenda Santa Maria do Monjolinho, de São Carlos-SP; Srs. Francisco Palhares Filho (In Memoriam) e Milve Peria (In Memoriam), de Taquaritinga-SP; professora Maria Angela Bortolucci e membros do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (PCT) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU.USP).

APÊNDICE B

Roteiro aplicado nas entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA TEMÁTICO E HISTÓRIA DE VIDA

1. Qual o seu nome completo? Endereço e telefones de contato?

2. Local e data de Nascimento?

3. Sua profissão?

4. Me fale um pouco de sua trajetória (onde foi criado, onde estudou etc.)

5. Nome de sua mãe?

6. Nome de seu pai?

7. Qual a nacionalidade de seus pais? De qual cidade são naturais?

8. Qual era a profissão de seus pais?

9. Nome de sua avó (materna e paterna) e nacionalidade?

10. Nome de seu avô (paterno e materno) e nacionalidade?

11. Qual era a profissão de seus avôs?

12. Me fale um pouco da trajetória deles, de onde vieram até chegarem em Taquaritinga (ambições, trabalhos anteriores, projeções futuras).

13. A fazenda Glória já existia quando seus antepassados chegaram por lá?

14. Por que o nome "Glória"?

15. Você acha que a presença da água influenciou na escolha do local?

16. De onde vem a água utilizada na fazenda?

17. Me fale um pouco sobre a nascente, como a água era coletada, se ela era bombeada terreno acima?

18. Ela era armazenada em algum local para depois ser utilizada?

19. Como ela era utilizada? Para lavagem de café e quais atividades?

20. Quais eram as atividades que você se lembra que eram desenvolvidas por lá quando mais jovem? Quais tipos de trabalho eram realizados? Agricultura, pecuária etc.?

21. Quais os bens que eram produzidos na fazenda? Quantas arrobas de café em geral? Quantos pés de café? Havia outras culturas? onde foram plantados?

22. Como era realizado o trabalho na fazenda? Fale um pouco sobre as lavouras, as criações, a manutenção do maquinário etc. Quem realizava?

23. Havia trabalhadores estrangeiros na fazenda? De onde vieram?

24. Havia trabalhadores brasileiros na fazenda? De onde vieram?

25. Havia administradores, capatazes, funcionários etc.?

26. Você se lembra de como era o dia-a-dia dos empregados na fazenda, por exemplo como era o trabalho que eles realizavam?

27. Qual era a jornada de trabalho?

28. Alguém fiscalizava o trabalho realizado?

29. Todos moravam na fazenda? onde?

30. Havia colônias e/ou moradias para os empregados? Quantas? Onde eram localizadas?

31. Por que se localizavam nestes locais?

32. Você se lembra como eram essas habitações? Data de construção, por quem foi construída, quais os materiais utilizados?

33. Na colônia "da Glória" havia dois tipos de casa, uma maior e mais perto da estrada de acesso e uma menor, mais para a frente. Qual era a que a sua família morava? Me fale um pouco sobre a casa. Distribuição dos cômodos etc.

34. A entrada da casa era pela frente da estrada ou atrás, pela mata? Houveram reformas?

35. Você tem alguma memória a respeito do preparo de alimentos, limpeza arrumação e manutenção da casa, festas, casamentos, aniversários, batizados, visitantes ou hóspedes frequentes ou importantes que ocorreram ou ficaram na colônia?

36. Me fale um pouco sobre a escola da colônia. Como era o espaço interno e o dia a dia?

37. Havia escritório para o pagamento dos empregados?

38. Como era o pagamento destes? Sabe quanto recebiam?

39. Havia um armazém para a comercialização de produtos a eles? Quais itens eram comercializados, a quais preços etc.?

40. Quais os itens que precisavam ser comprados fora da fazenda?

41. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção do terreiro, festas, casamentos, aniversários, batizados, visitantes ou hóspedes frequentes que iam até a fazenda e frequentavam este local?

42. Como se dava o trabalho no terreiro? Quem realizava?

43. Havia olaria para produção de tijolos e até mesmo telhas na própria fazenda ou eram comprados externamente? O que foi comprado fora? De onde eram comprados?

44. Como se dava o trabalho na olaria? Quem realizava?

45. Me fale um pouco sobre a tulha, data de construção, quais os materiais de construção utilizados e a solução construtiva utilizada? Como era estocada a produção da fazenda?

46. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção da tulha?

47. Havia maquinário no local? As máquinas foram compradas quando, onde, marca etc.?

48. Havia animais, trilhos ou vagonetes para o transporte da produção até lá?

49. Como se dava o beneficiamento do café e o comércio da produção?

50. Me conte um pouco sobre o paiol e as ruínas localizadas ao lado. Qual era a função destes espaços? Como foram construídos? Quando e por quem?

51. Me conte sobre o expurgo e o lavador de café. Como este espaço era utilizado? Como foram construídos? Quando e por quem?

52. Me conte sobre o casarão. Quantos cômodos, material construtivo, telhado, portas e janelas etc.? Da data de construção, por quem foi construída, quais os materiais de construção utilizados e qual a solução construtiva utilizada?

53. Você se lembra como era o cotidiano de sua família na fazenda?

54. Como era organizada a rotina familiar durante a estadia na fazenda?

55. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção do casarão, festas, casamentos, aniversários, batizados, visitantes ou hóspedes frequentes?

56. Havia jardins internos próximos ao casarão? Quando foram concebidos, por quem, e quais plantas que existiam no local?

57. Havia pomar aos fundos do casarão? Quais eram as espécies, quem cultivava? A família proprietária utilizava dos frutos? de qual forma?

58. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção do pomar, festas, casamentos, aniversários, batizados, visitantes ou hóspedes frequentes neste local? Quem tomava conta destes locais?

59. Houvera reformas que você se lembre no casarão? Alterações na planta, adição de cômodos, na fachada, na cobertura etc.?

60. Como era usado o oratório, onde ficava, quem tinha acesso/ou rezava diante dele etc.? Havia mais imagens ou apenas as que estão lá no momento, quais?

61. Havia missas, batizados etc. na fazenda, em qual local? Quem realizava e quem participava?

62. Havia alguma festa religiosa que já foi realizada na fazenda? Quem organizou?

63. Me fale sobre a residência ao lado do casarão. Ela era destinada ao uso familiar ou para funcionários? Administradores ou capatazes? Quantos cômodos, material construtivo, telhado, portas e janelas etc.? Da data de construção, por quem foi construída, quais os materiais de construção utilizados e qual a solução construtiva utilizada?

64. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção da residência ao lado do casarão, festas, casamentos, aniversários, batizados, visitantes ou hóspedes frequentes neste local?

65. Houvera reformas que você se lembre nesta residência? Quando foi construída a área de lazer aos fundos da casa? O espaço era utilizado para outra atividade antigamente?

66. Me fale sobre as edificações atrás do casarão. Pela planta que recebi há separações denominadas "pensão", "celas", "depósito" e "residência". Qual era a utilização destes espaços? Da data de construção, quais os

materiais de construção e qual a solução construtiva utilizada?

67. Você se lembra de mudanças na utilização desses locais? Houve reformas que você se lembre nestes locais?

68. Me fale sobre a garagem atrás do casarão. O local era utilizado apenas para guardar veículos ou para demais atividades? Da data de construção, por quem foi construída, quais os materiais de construção utilizados e qual a solução construtiva utilizada?

69. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção da garagem? Quem frequentava este local?

70. Me fale sobre a lavanderia e o quarador. Você tem alguma memória a respeito da limpeza, arrumação e manutenção e de quem frequentava este espaço? Houve alterações?

71. Havia estábulos, chiqueiros, galinheiros etc., localizados na fazenda? Quais animais havia, quem tomava conta, quem frequentava estes espaços? Havia cachorros de caça? outros animais domésticos?

72. A estrada de acesso à fazenda sempre foi a que existe atualmente? Havia outra?

73. Havia alguma pessoa, em especial, que você se lembra ao falar sobre a fazenda? O que fazia no local? Qual era o grau de parentesco entre vocês?

74. Você tem algum conhecimento sobre a outra sede da fazenda, em direção a Monte Alto? Você sabe para que era utilizada? Como era o aspecto geral das construções de lá?

75. Você sabe apontar, mais ou menos, onde ficava?

76. Você sabe dizer algo sobre o nome "Sarapurema", "Anhumas", "Olhos d'água"?

77. Me fale um pouco sobre o time de futebol da Glória, sobre o campo, onde era localizado. Campeonatos internos, externos... o dia a dia de utilização desse local.

78. Você é casado? Nome da esposa (o)?

79. Quantos filhos? Qual o nome deles?

80. Depois de casado(a) você parou de frequentar a fazenda ou foi antes? Você foi morar na cidade por volta de que ano?

81. Quais atividades eles realizavam na cidade? Comércio, lazer, negócios, busca de serviços etc.?

82. Sente falta dos momentos na fazenda? Quer falar de algum?

83. Existem diferenças na sua vida antes e hoje?

84. O que a fazenda representa para você?

85. Como se encontra a fazenda atualmente na sua opinião?

86. Para finalizar, vou lançar frase e você me fala o que vier na cabeça!

Fazenda Glória.

APÊNDICE C

Termo de autorização assinado pelos entrevistados

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Pesquisa de Mestrado:

Fazenda Glória: arquitetura, cotidiano e paisagem rural no município de Taquaritinga-SP

Pesquisador Responsável:

Mateus Azadinho Micalli[1]

Eu,_____, abaixo assinado, após conhecer a pesquisa e entender a justificativa, os objetivos, os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos e benefícios da pesquisa, autorizo o pesquisador **Mateus Azadinho Micalli** a realizar a gravação de minha entrevista. Autorizo que minhas imagens e meus depoimentos sejam editados conforme necessidades técnicas e concordo que sejam usados exclusivamente para gerar informações para pesquisas e outras publicações decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos, livros e jornais. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Arquiteto Mateus Azadinho Micalli – CAU nº A132716-0

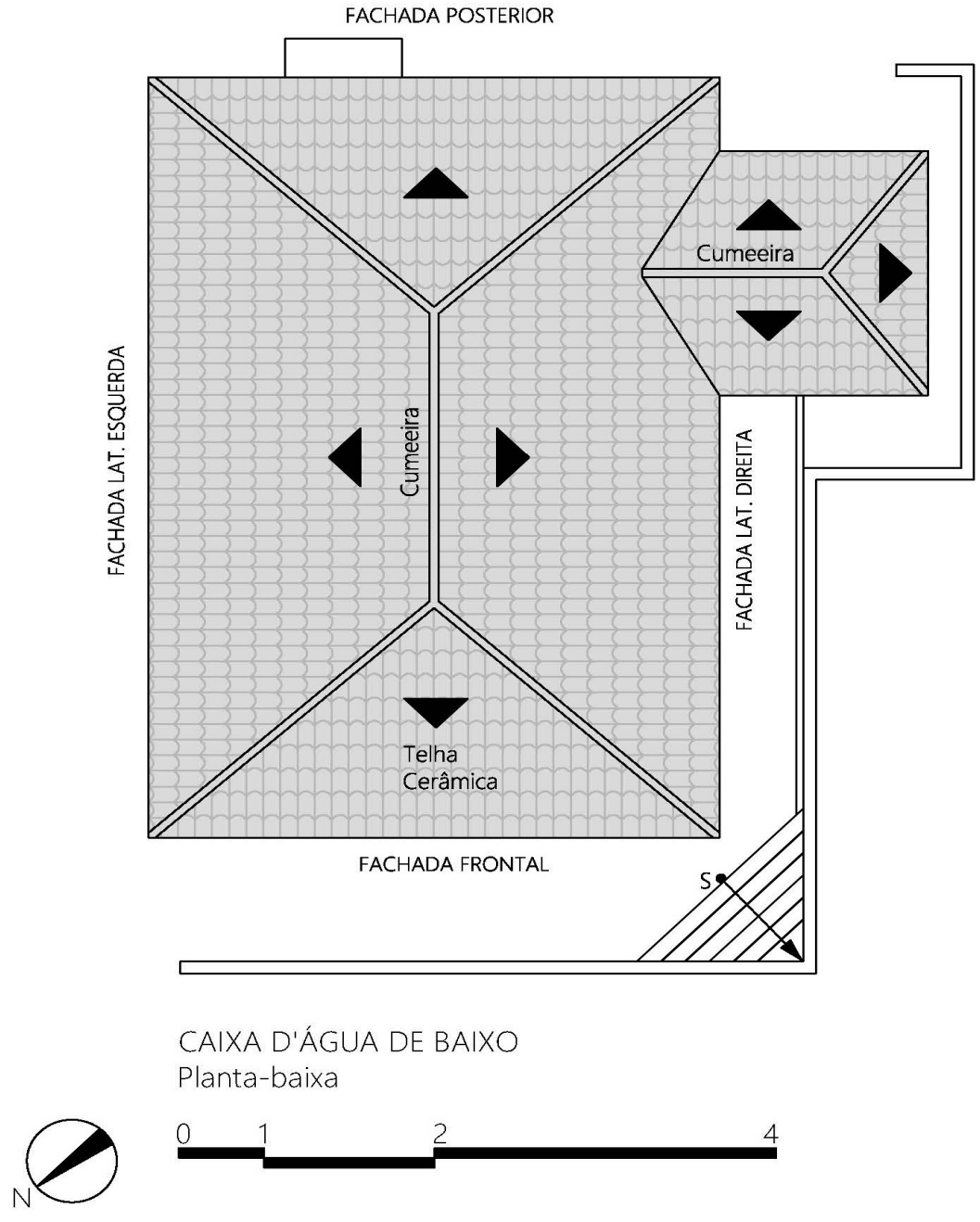
Assinatura da Orientadora da Pesquisa

Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci

1 O arquiteto Mateus Azadinho Micalli é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP, desde o início de 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci.

APÊNDICE D

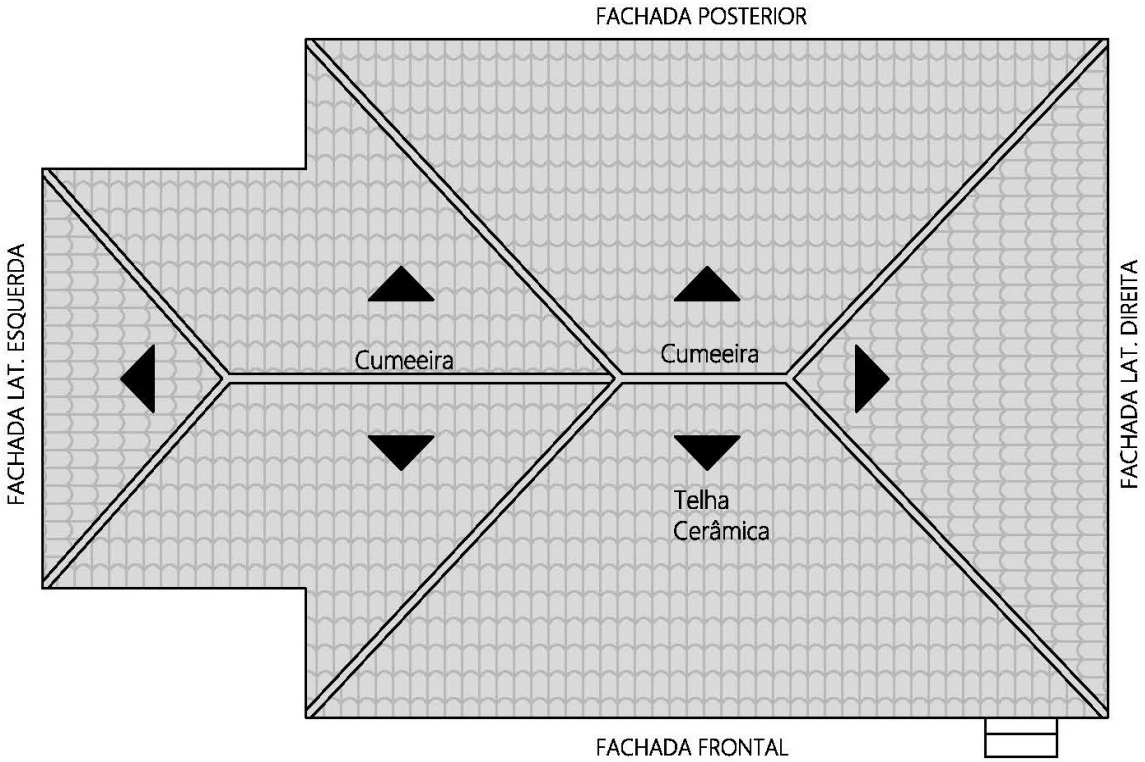
Planta de cobertura da caixa d'água de baixo



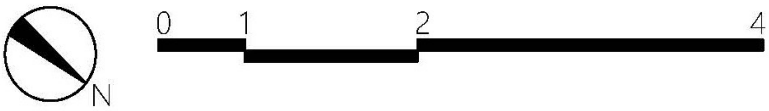
Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE E

Planta de cobertura da caixa d'água de cima



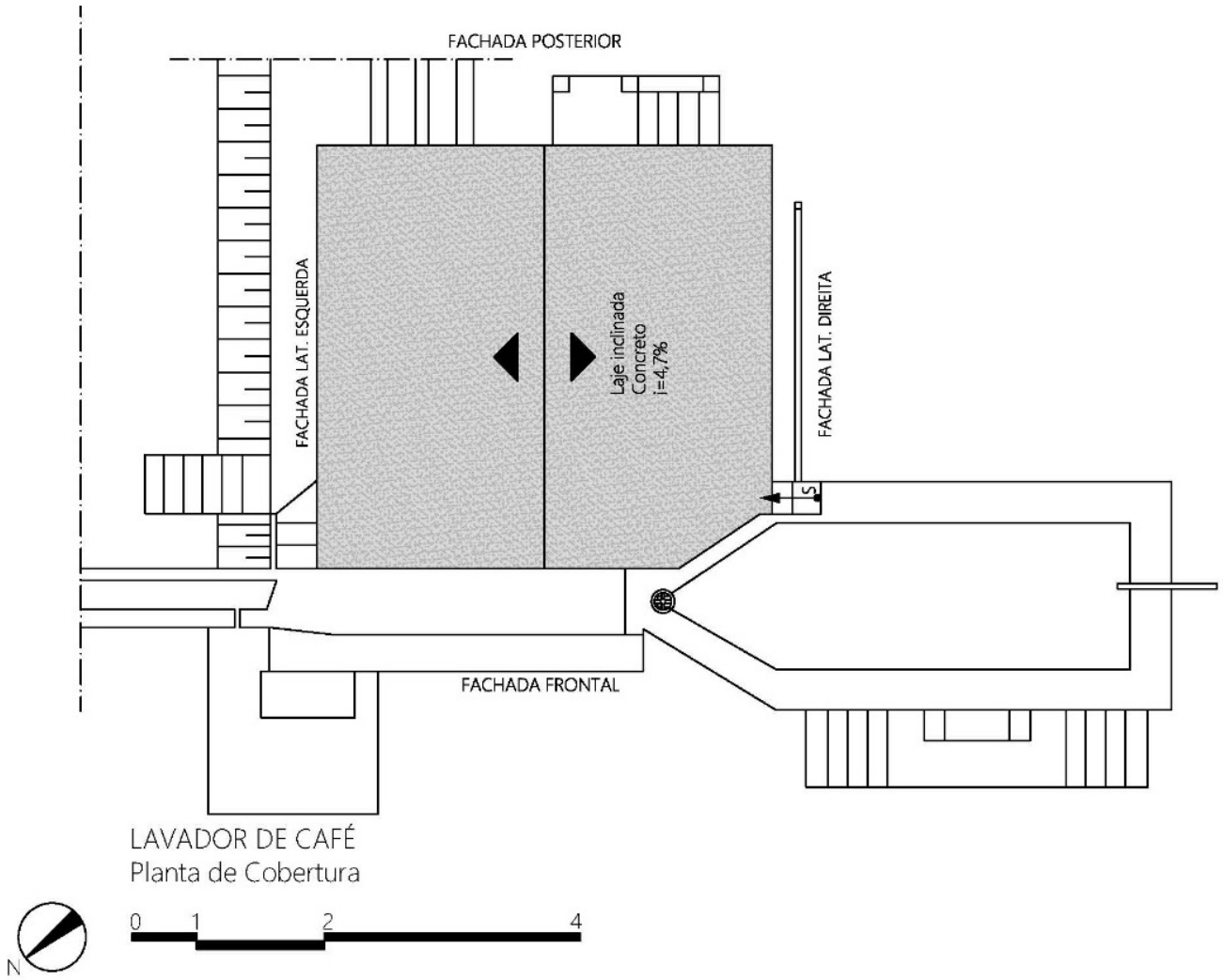
CAIXA D'ÁGUA DE CIMA
Planta de Cobertura



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE F

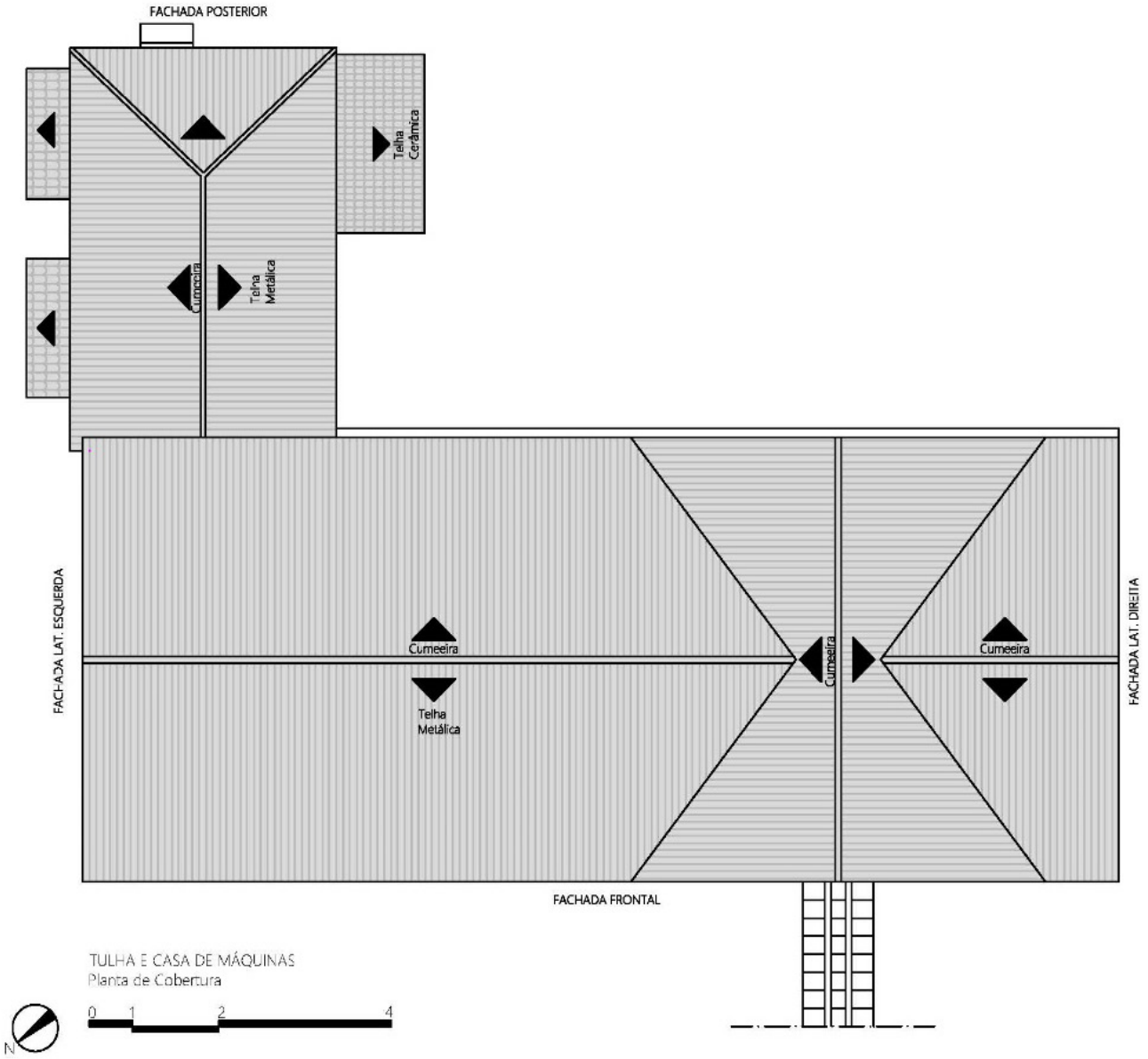
Planta de cobertura do lavador de café e expurgo



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE G

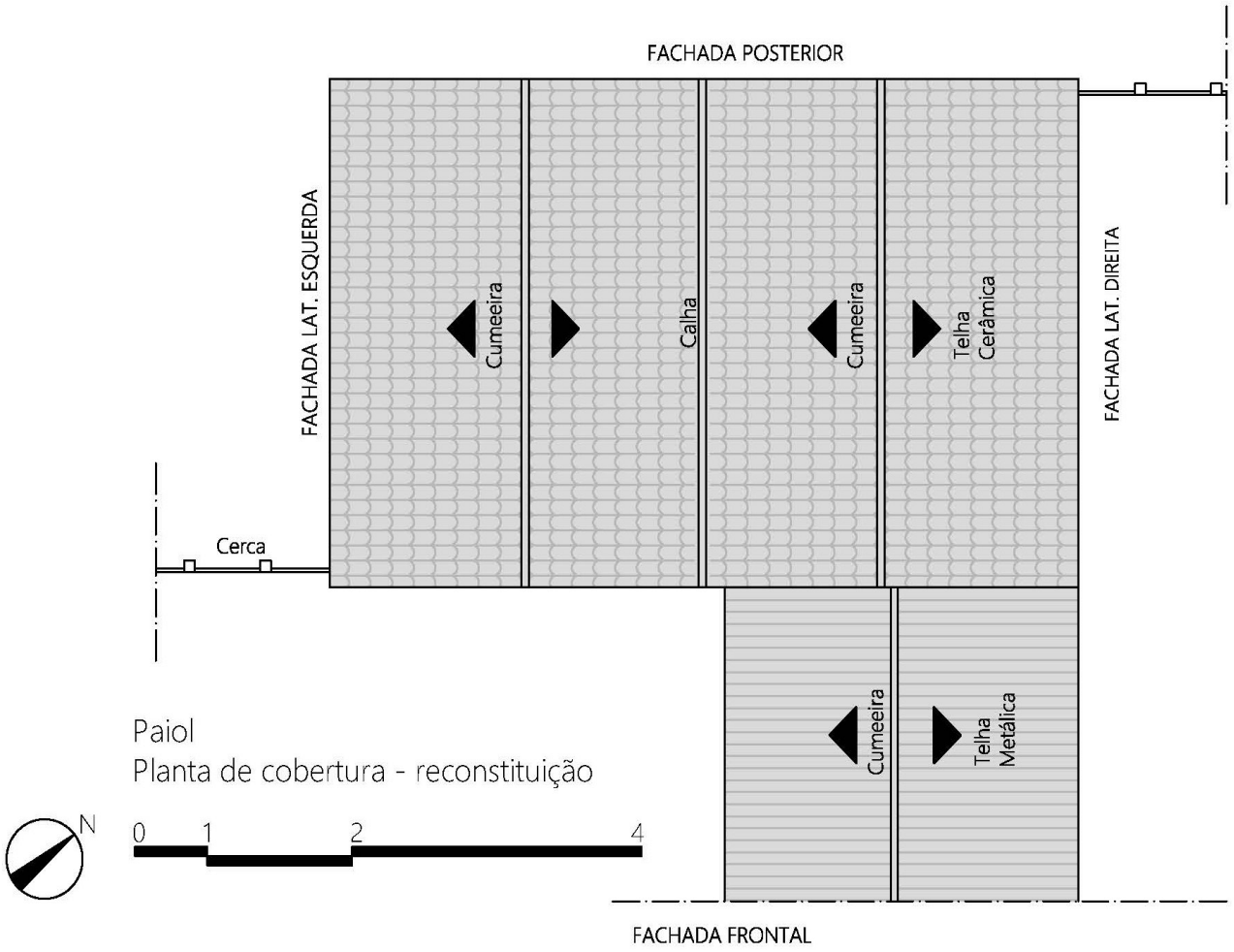
Planta de cobertura do edifício da tulha e casa de máquinas



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE H

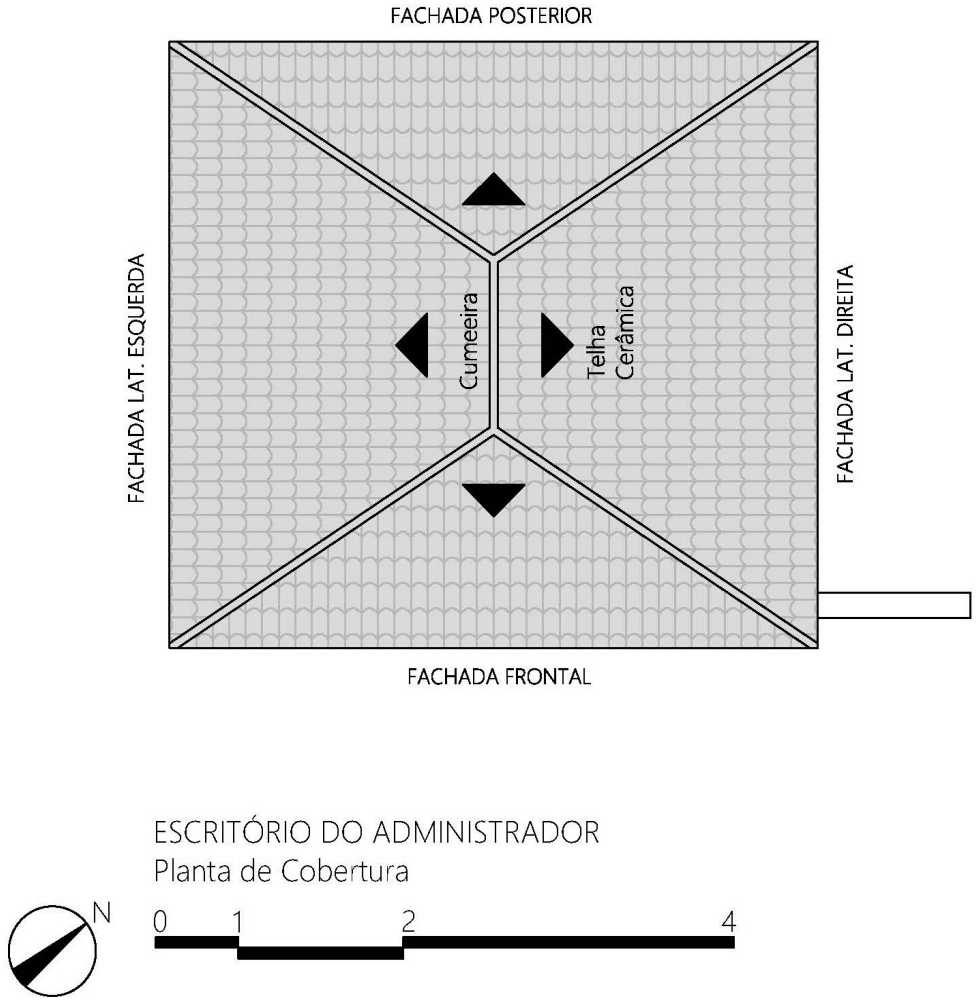
Planta de cobertura (reconstituição) do paiol



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE I

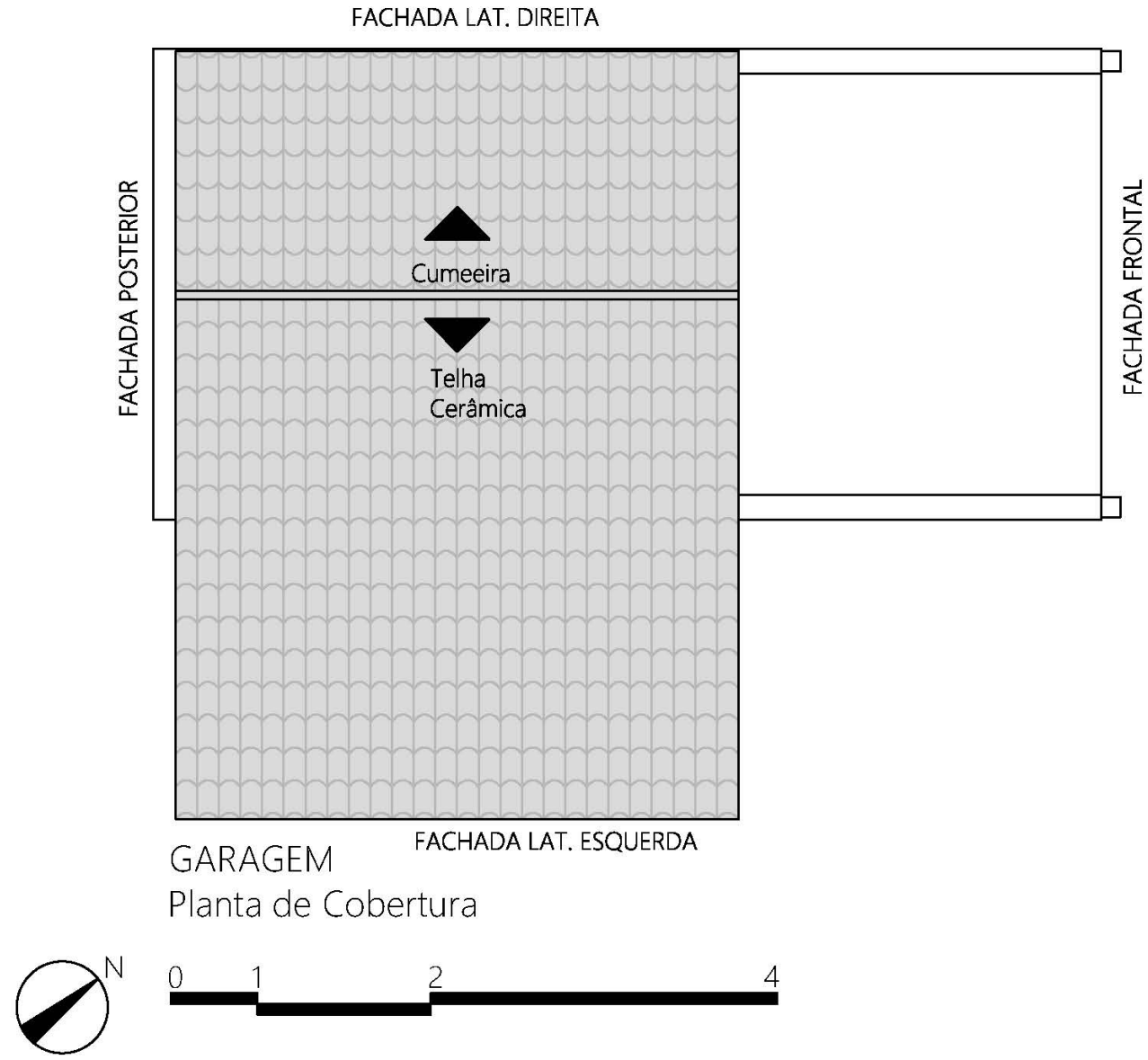
Planta de cobertura do escritório do administrador



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE J

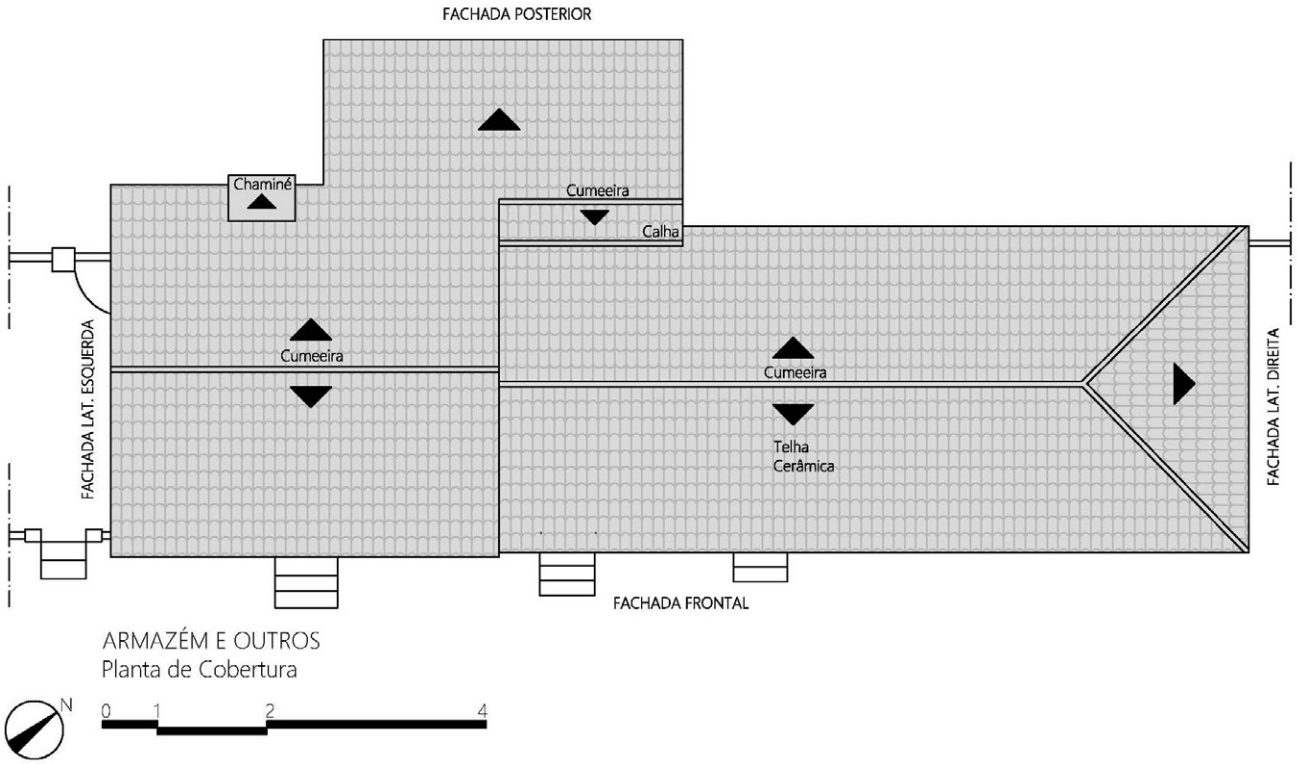
Planta de cobertura da garagem



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE K

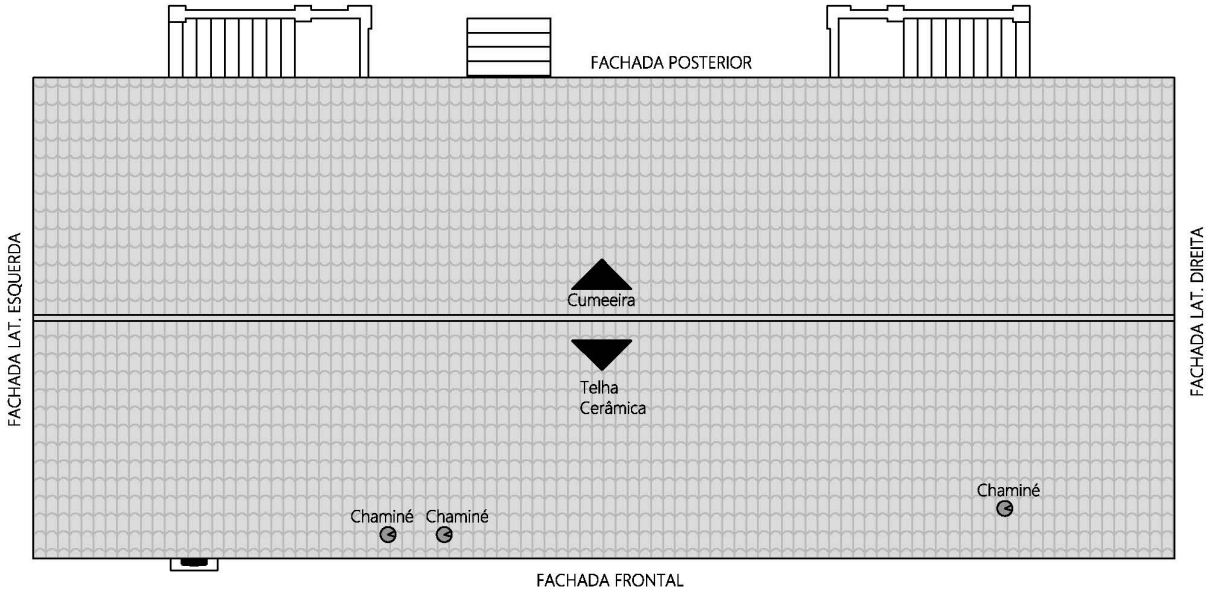
Planta de cobertura do antigo armazém e outros



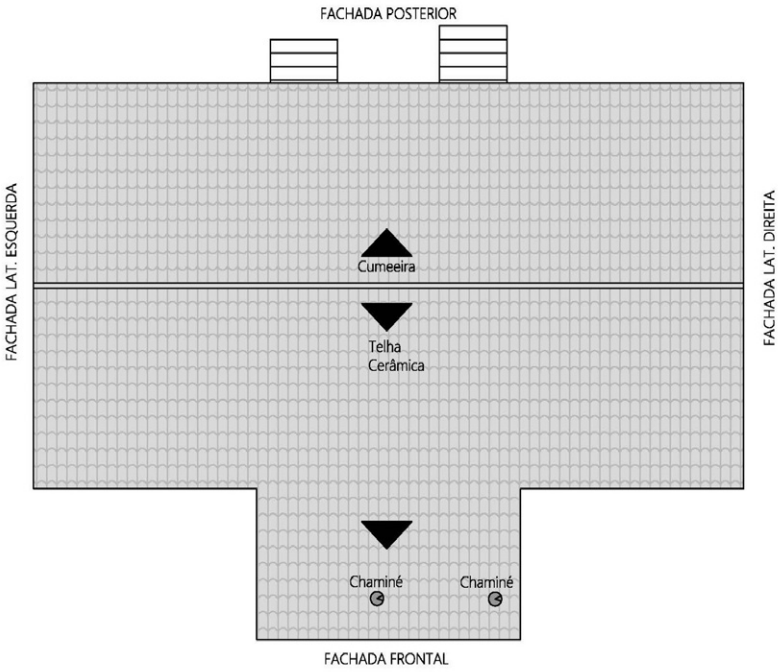
Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE L

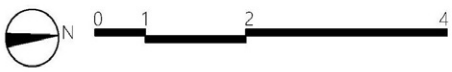
Planta de cobertura das casas de colônia



CASA DA COLÔNIA - TRÊS UNIDADES
Planta de Cobertura



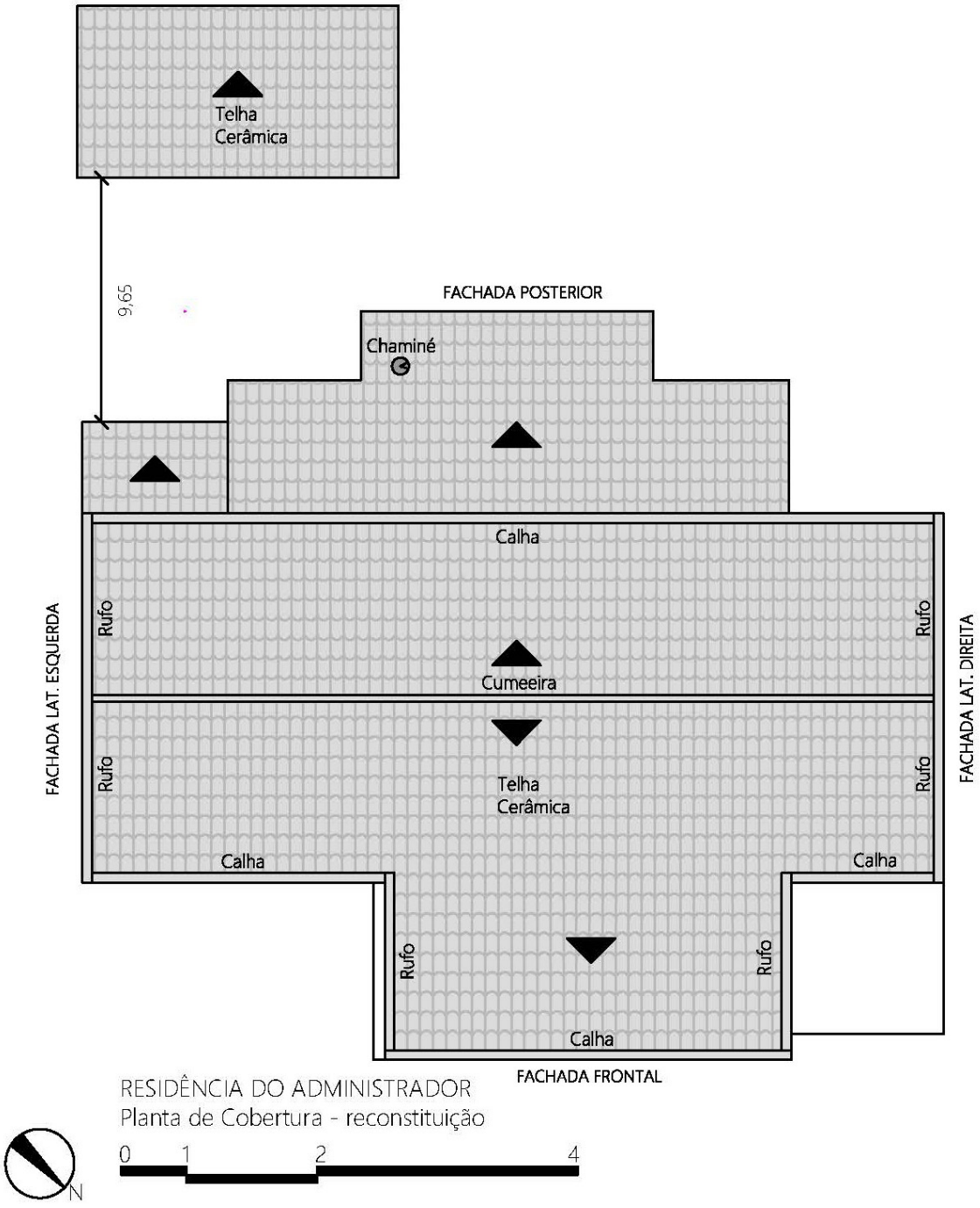
CASA DA COLÔNIA - PADRÃO
Planta de Cobertura



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE M

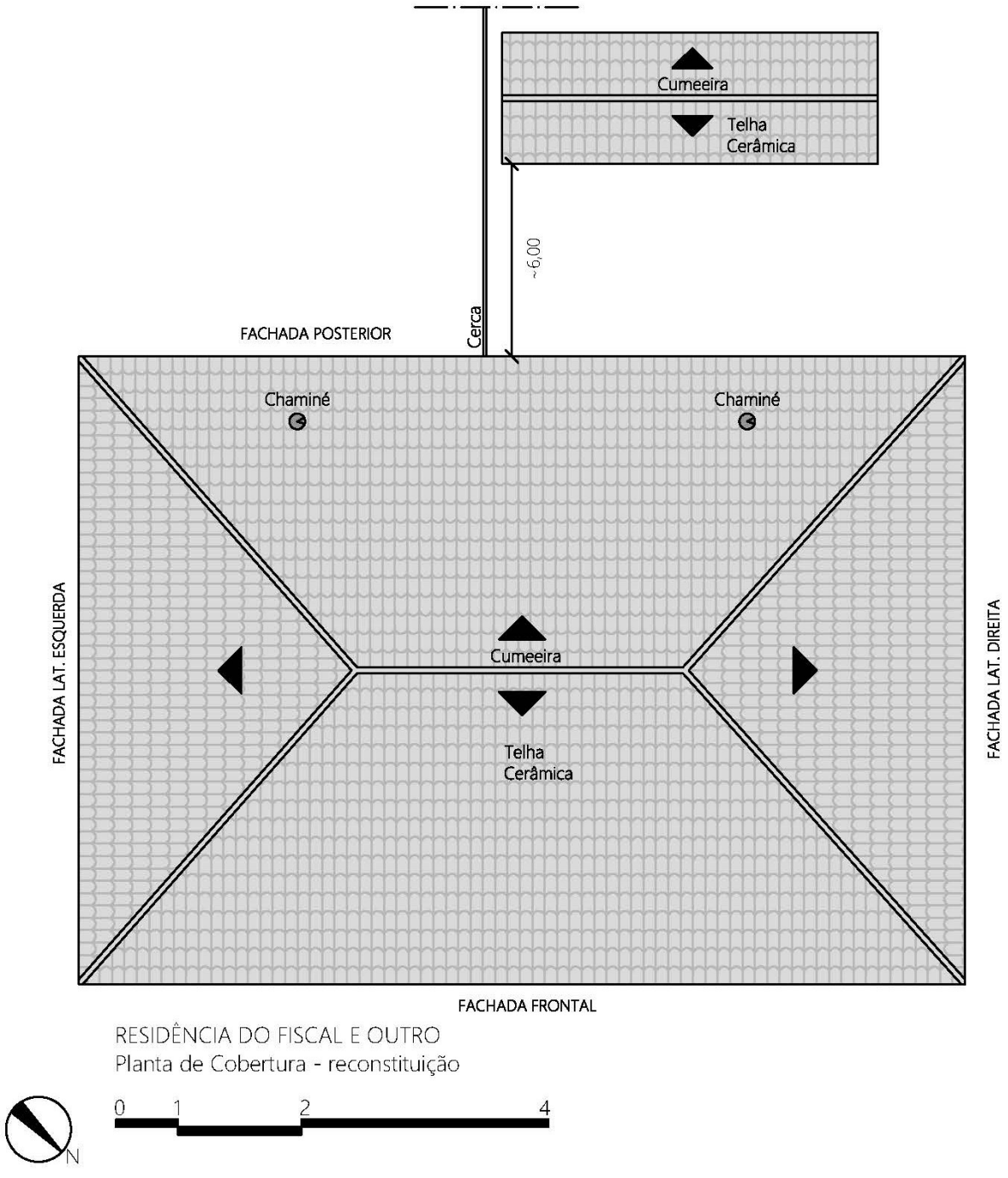
Planta de cobertura da casa do administrador



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE N

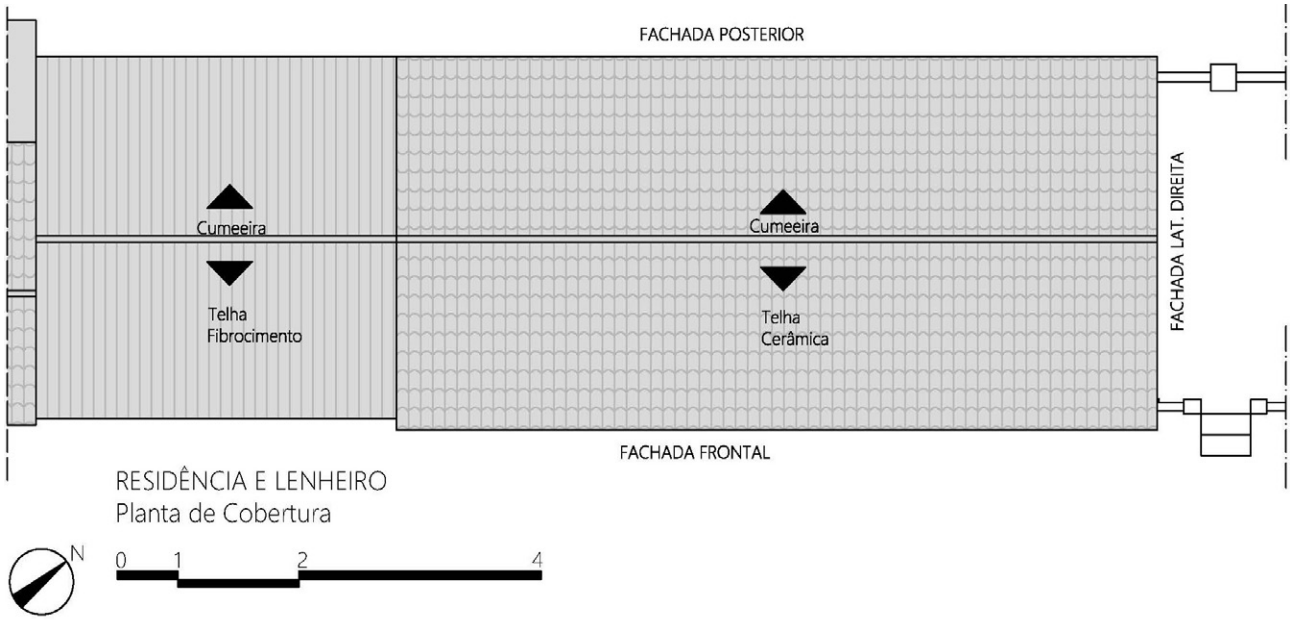
Planta de cobertura da casa do fiscal e outro



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE O

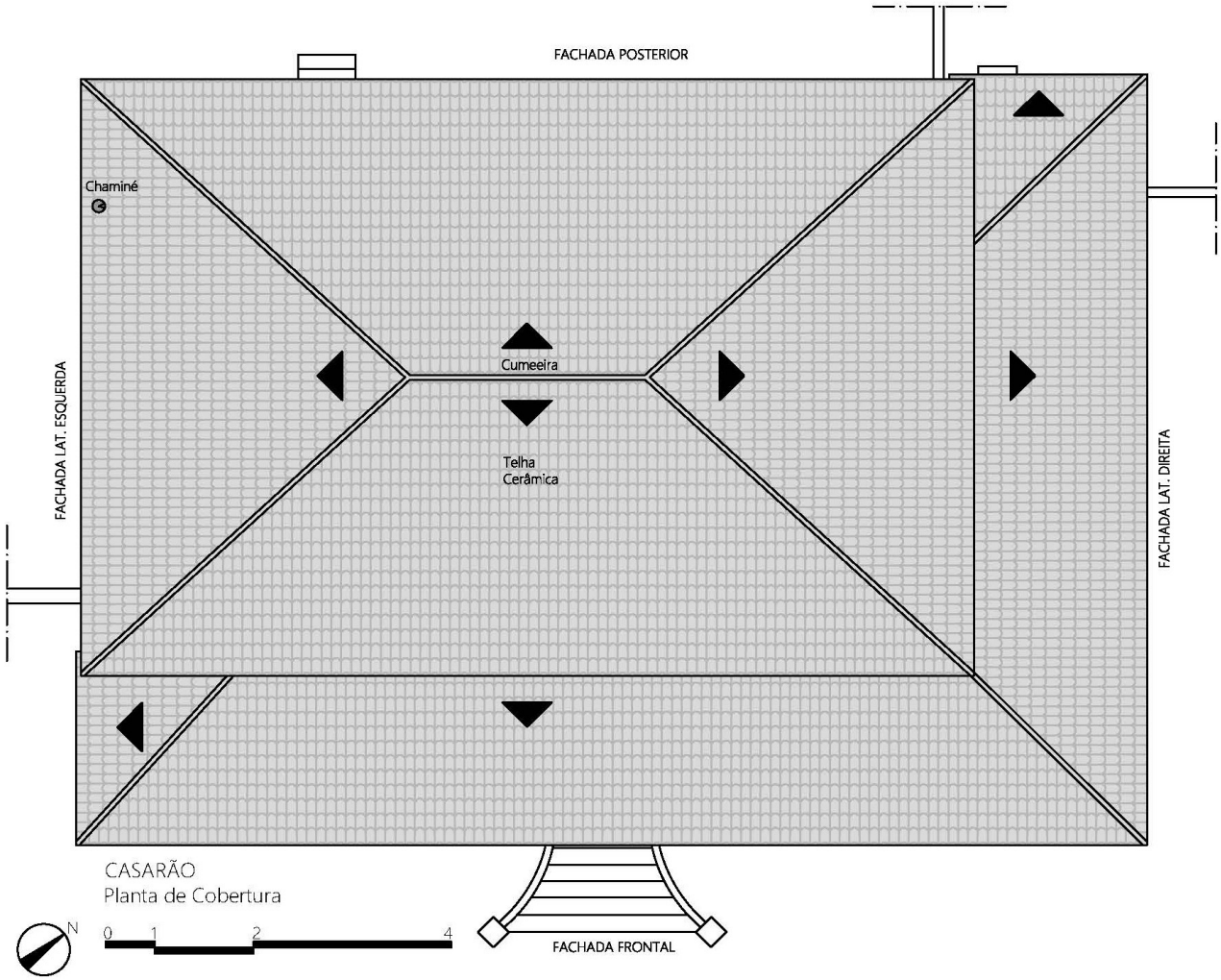
Planta de cobertura da residência e lenheiro



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE P

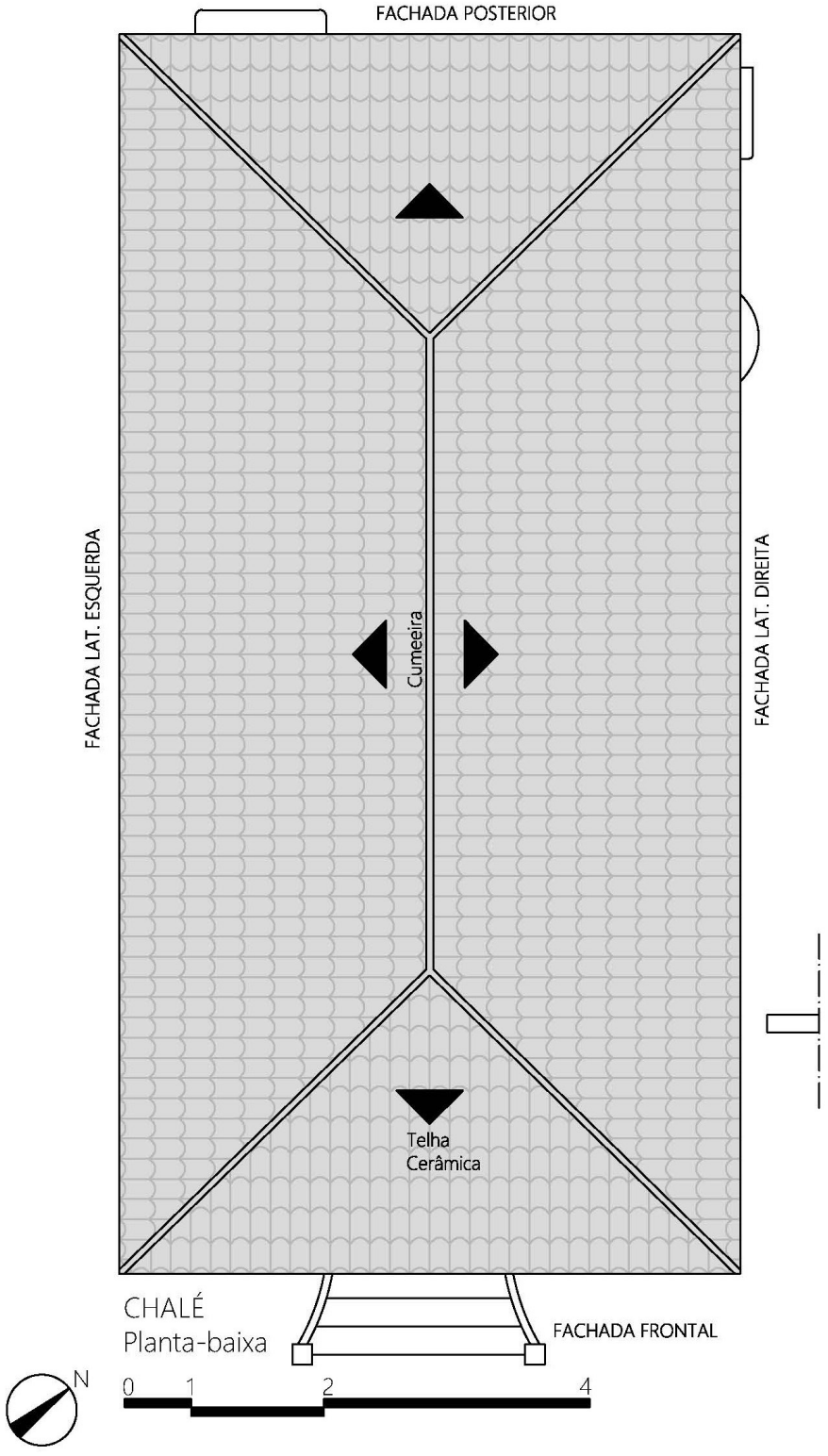
Planta de cobertura do casarão



Fonte: Acervo do autor (2020).

APÊNDICE Q

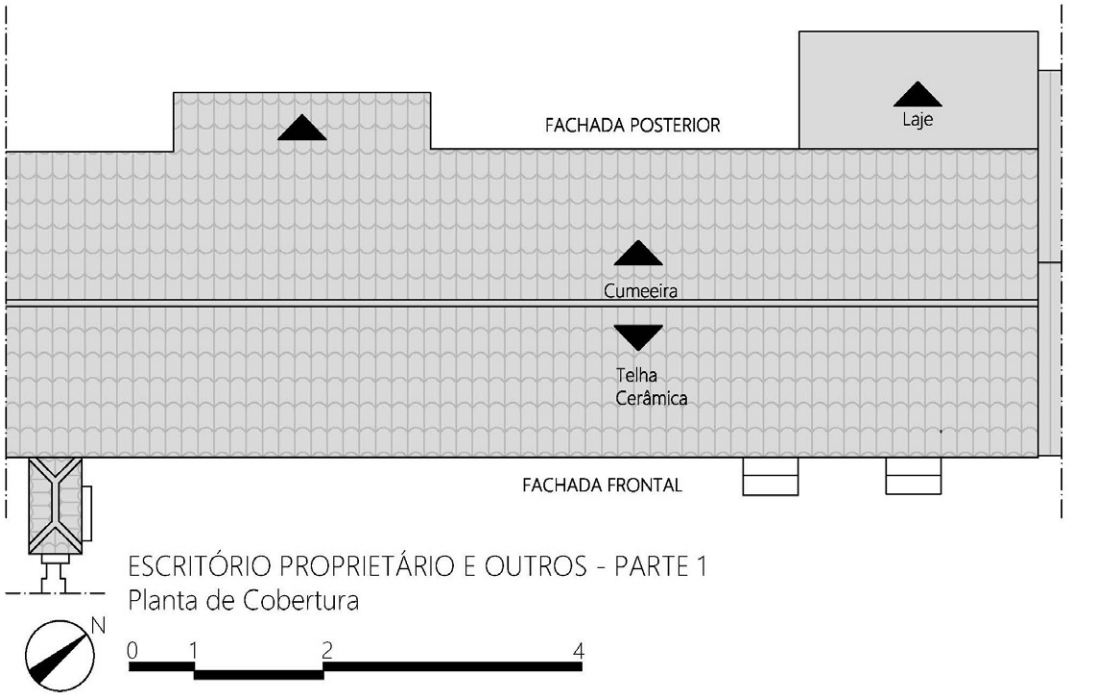
Planta de cobertura do chalé

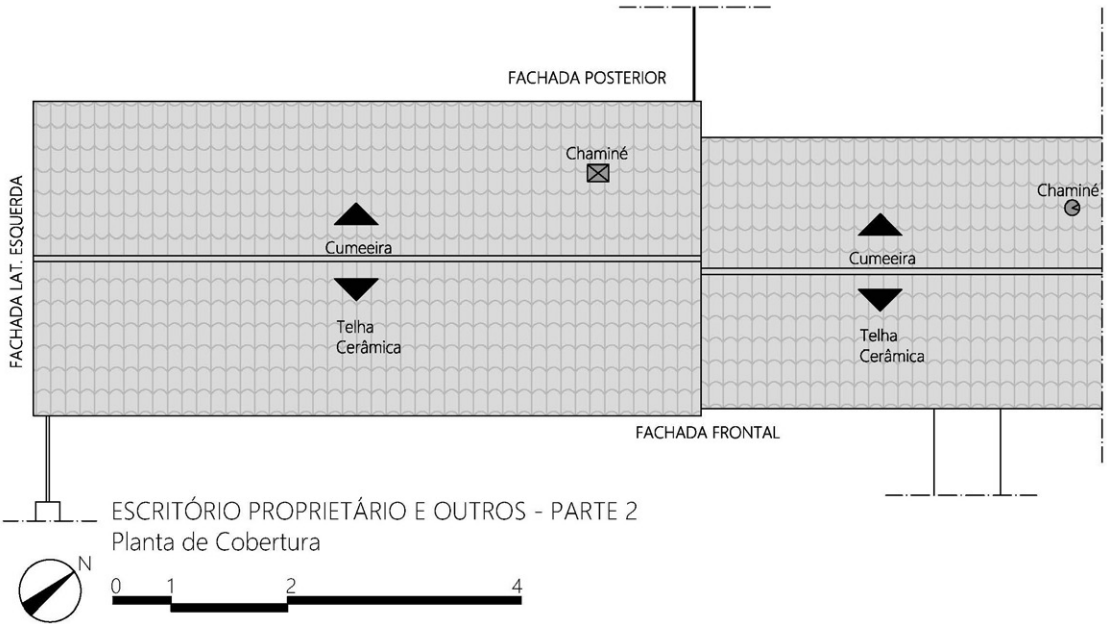


Fonte: Acervo do autor (2020).

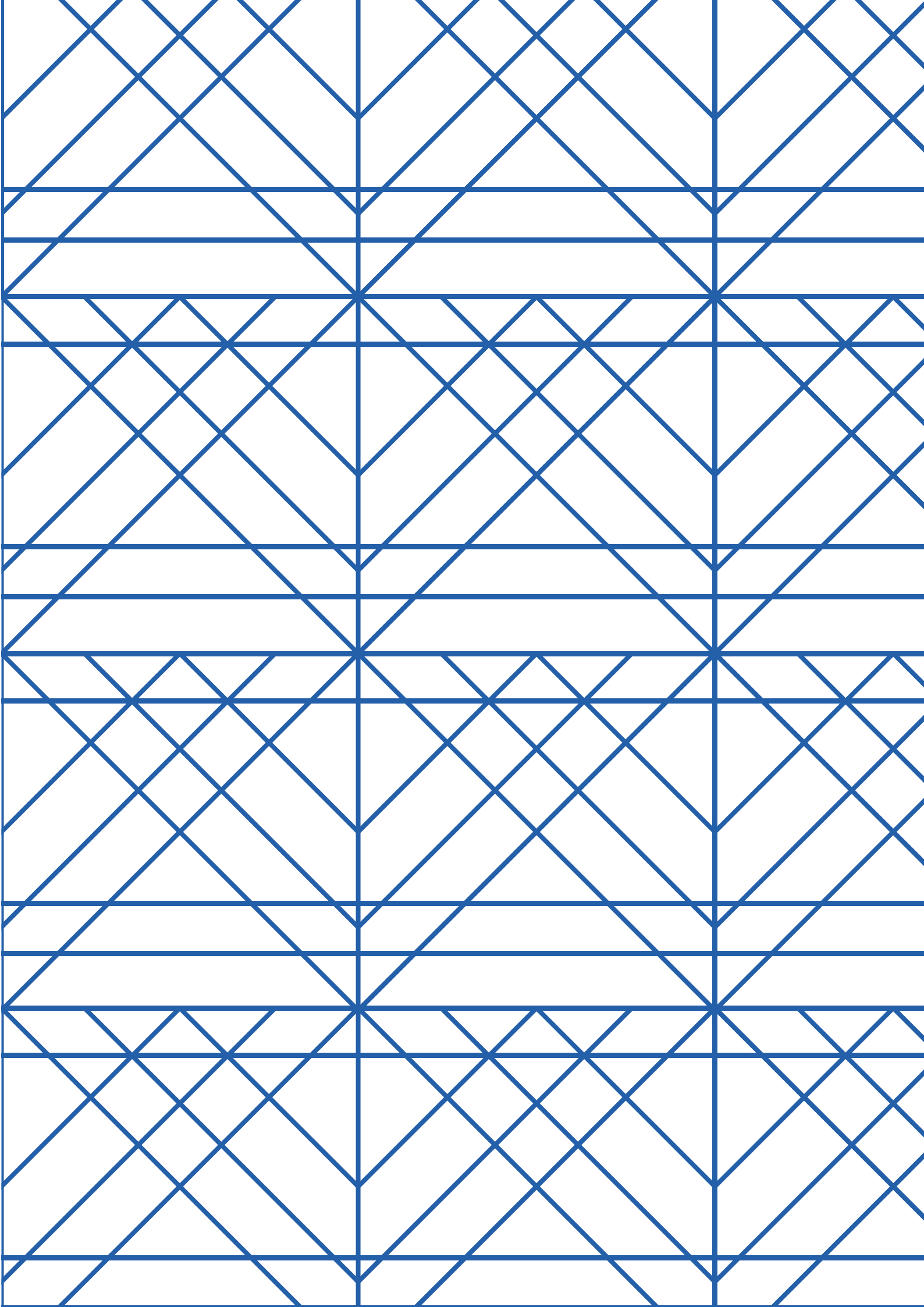
APÊNDICE R

Planta de cobertura do escritório dos proprietários e outros





Fonte: Acervo do autor (2020)



instituto de arquitetura e urbanismo usp são carlos

programa de pós-graduação

